SEMINÁRIO

25 DE ABRIL

10 ANOS DEPOIS

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Fundação Calouste Gulbenkian
2 a 4 de Maio
1984

323.2(469)
"1974/1984"
ASS

SEMINÁRIO
25 DE ABRIL
10 ANOS DEPOIS

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Fundação Calouste Gulbenkian
2 a 4 de Maio
1984

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL
N. 519

— Os militares e o regime democrático. O MFA tem uma intervenção militar singular.
— Participação do movimento associativo popular na democratização do país.

— *O sistema de ensino*, em que serão debatidas as seguintes teses:

— A educação das crianças: para uma nova sociedade, um novo humanismo.
— A escola; o desenvolvimento; a democratização; a descolonização.
— Democratizar — o sistema de ensino.

— *A Comunicação Social*, com as seguintes teses já recebidas:

— A informação e o poder político.

— *O Sistema de relações de trabalho*, em que serão debatidas as seguintes teses:

— A dimensão política das comissões de trabalhadores.
— A crise dos têxteis e a luta sindical pela reconversão do sector.
— Sistema de trabalho e práticas operárias durante a industrialização capitalista em Portugal. O caso das indústrias navais de 1930 a 1984.

— e *o sistema de valores*, para o qual já foram recebidas as seguintes teses:

— O 25 de Abril e a dimensão humanista do ensino médico.
— O mundo de valores nas aspirações profissionais.
— Espelhos; identidades; imaginário. Notas soltas sobre o significado do 25 de Abril.
— Análise de valores humanos — Exército português 1982.
— Democratização: a democracia como instrumento do povo ou contra o povo.

O Tema *Descolonizar*, que será debatido na sala 1, contém os seguintes sub-temas:

— *A política colonial portuguesa*, para o qual foram já recebidas as seguintes teses:

— Império/Colonialismo/Descolonização.
— Estratégia colonial portuguesa e estruturas económicas de Angola 1960/1970.
— A questão colonial, política externa e o 25 de Abril.

— *A situação militar em cada um dos teatros de guerra*

— *Políticas de Descolonização*, para o qual foram já recebidas as teses seguintes:

— A derrota político-militar base da vocação descolonizadora do MFA. Situação em Moçambique.
— O processo de descolonização de Angola do 25 de Abril ao Alvor.

— *Os processos de descolonização*, com as seguintes teses:

— Parâmetros para a política externa portuguesa em África após a descolonização e de acordo com o espírito do 25 de Abril.
— Descolonização de Moçambique.

— *O problema dos retornados e a sua integração*, com as seguintes teses:

— Os retornados mudaram Portugal.
— 8 teses e uma proposta de trabalho sobre a política portuguesa face a Timor Leste.

— e *Principais reflexos da descolonização nas relações externas de Portugal.*

— Factores actuantes na formação da nova imagem de Portugal no exterior.

A escola: o desenvolvimento; a democracia; a descolonização

António Brotas

Dizer que o mau funcionamento e a inadequação da escola (do sistema educativo português) comprometem as nossas possibilidades de desenvolvimento ou (para falar dos efeitos do passado sobre o presente) são uma das causas da nossa situação de dependência e atrazo, é tese aparentemente desnecessária de enunciar porque tem de imediato e unanimamente a concordância de todos os auditórios.

Sucede, porém, que esta unanimidade global encobre grandes divergências e, o que é pior, um grande vazio de opiniões sobre as causas desse mau funcionamento e sobre os mecanismos que relacionam a escola com o desenvolvimento.

Num colóquio em que um dos temas é o desenvolvimento (em que pretendemos reflectir sobre o que se passou no nosso país nestes 10 anos com vista a tirar lições que sirvam para que as coisas corram melhor nos 10 que se iniciam) um assunto obrigatório é pois o da escola e das suas relações com o desenvolvimento.

Este nosso debate será válido se contribuir para compreendermos melhor, ou pelo menos ficarmos com algumas pistas de compreensão das causas da desastrosa situação em que nos encontramos, situação que inevitavelmente se continuará a agravar se uma mudança de orientação de fundo, direi talvez melhor da falta de orientação, se não vier a verificar.

A democratização está relacionada com a escola. São numerosos os artigos que apontam a democratização da escola e a democratização da sociedade portuguesa por via da escola como objectivos que nos devem guiar. Aparentemente nisso também há unanimidade.

Infelizmente, o processo real em curso nos últimos anos tem sido exactamente em sentido contrário.

A ideia de «normalização» hoje dominante não é só uma reacção contra exageros e tentativas de democratização algo ingénuas e erradas da escola portuguesa no imediato pós 25 de Abril. Isso é o pretexto. É sobretudo um projecto conservador, retrógrado, estiolador das nossas capacidades, desadaptado das necessidades de desenvolvimento da sociedade portuguesa e da sua integração no mundo moderno, favorável ao acentuar da diferenciação das classes sociais, que realça as aspirações das classes mais desfavorecidas e mesmo para os jovens das classes mais abastadas não aponta nenhum outro caminho que não seja o da feroz competição entre si.

É pois um projecto anti-democrático, ou pelo menos não democrático, pela falta de perspectiva e pelos efeitos sociais hoje já bem nítidos.

O muitos artigos sobre a democratização da escola lamentam a situação existente mas muitos, também, evitam, sistematicamente, criticar e debater as decisões que contribuiram, e numa larga medida ainda contribuem, para o agravar dessa situação. Igualmente são raros os que tentam avançar ideias que possam, de imediato, pelo menos nalguns pontos, contribuir para a melhoria da situação existente.

A fuga à discussão de questões concretas e a sua substituição por propostas extremamente genéricas tem sido, uma das características do debate, ou melhor, do não debate, sobre o ensino português.

Penso que é uma tendência que temos de corrigir se queremos avançar no sentido da democracia porque os textos genéricos e vagos sobre a democratização do ensino acabam por funcionar como manto de cobertura do

processo real em curso, que esse sim, se vai consolidando, e que seria indefensável diante de um verdadeiro debate.

Aparentemente pouco haveria que dizer aqui sobre escola e descolonização. Não é infelizmente o caso. Não se trata já, porém, da descolonização dos povos há 10 anos afastados de nós, mas da descolonização nossa, ou mais exactamente da colonização educacional nossa, pois um terço vincado, e insuficientemente denunciado, da evolução do nosso sistema educativo nos últimos anos é o da sua acrescida dependência e subordinação em relação ao estrangeiro.

Foi esquecido que somos um país com uma longa tradição cultural (em particular no domínio da educação) que se encontrava numa situação particular que exigia um estudo muito cuidado e respostas originais para os seus problemas, que se defrontava com situações algumas em dúvida algo anárquicas mas também ricas de energia e de potencialidades, para se aceitar em muitos casos sub-repticiamente, em acordos de corredor, sem debate e criando situações de facto, os primeiros modelos estrangeiros que nos foram oferecidos acompanhados de alguns créditos iniciais.

Sintomaticamente, nalguns casos, os modelos e a dependência do estrangeiro foram adoptados para complementar ... os modelos tradicionais portugueses. Foi o caso, por exemplo, do ensino superior, em que a eliminação dos cursos curtos da Universidade para voltar ao velho modelo tradicional foi conjugada, uma vez que esses curos eram unanimamente considerados necessários, com a importação de um modelo de ensino superior curto já ensaiado, segundo se disse, com bons resultados na Noruega ... e maus na Grécia.

É o caso, por exemplo, da conjugação das mais burocráticas regras de organização das escolas e elaboração dos programas, com o envio para formação no estrangeiro (em Boston) dos futuros docentes das Escolas Superiores de Educação (com o que se põe de lado todo o contributo para os professores dos vários níveis de ensino podiam dar a estas escolas). Quando um país confia globalmente a estrangeiros a formação dos docentes das suas escolas de professores (a futura pedagogia das suas escolas) algo vai muito mal.

Deixo de lado aspectos económicos, alguns chocantes, desta acentuada dependência do estrangeiro, para dizer que ela é o contra ponto da recusa e estrangular de propostas inovadoras que podiam surgir no Portugal do depois do 25 de Abril. Por isso escrevi sintomaticamente quando me referi à sua conjugação com os modelos tradicionais portugueses.

Uma palavra para não haver mal entendidos. Sempre achei importante a colaboração com o estrangeiro e recordo com agrado técnicos internacionais que entre nós estiveram em 75 e 76, que nos vieram auxiliar e que reconheciam também estar a aprender connosco. No campo da educação e da pedagogia a colaboração tem de ser num plano de igualdade. Sem isso é colonialismo. Em que nem sequer há que censurar os colonizadores (embora não lhes desejamos o papel) mas só os que se deixam colonizar e que acabam por não ser ajudados. São de resto ideias a ter presentes nas nossas relações com os povos das ex-colónias, relações que valerá a pena estreitar se for para dar um verdadeiro auxílio e simultaneamente algo receber deles.

Nos limites apertados de espaço e tempo de que disponho neste colóquio para caracterizar minimamente, o evoluir do sistema educativo português, há que simplificar.

E numa simplificação drástica, mas que por isso mesmo aponta o essencial, eu direi que a situação extremamente grave em que se encontra o ensino português não é da responsabilidade dos professores, é da responsabilidade da classe política dirigente.

Dos estudantes se pode dizer que se limitaram a nascer e a ingressarem no sistema educativo que os esperava. O seu comportamento individual e colectivo é o que decorre do meio e da situação em que se encontram. Se alguma «recriminação» lhes pode ser feita, não é a de não terem correspondido ao mito (tão vivo no início dos anos 70) do estudante revolucionário portador de um novo projecto de sociedade, mas somente a de, passados todos estes anos, depois de tanta experiência que podia ter servido de lição, nos seus textos e protestos, agora muito mais debeis, continuaram a propor-se serem eles sozinhos os orientadores das modificações do ensino, sem se darem ao trabalho de as discutir previamente com as gerações mais velhas, em particular com os professores.

Não sei se a culpa é deles ou nossa, que não lhes inspiramos confiança, mas este diálogo que não houve entre estudantes e professores teve como consequência uns e outros ficaram marginalizados e sem peso para se imporem nos centros onde se decide do futuro do ensino.

Penso que este diálogo, a surgir, poderá um dia criar uma situação nova em Portugal. A entidade ou entidades que o consigam promover, colmatando o fosso actualmente existente, darão um contributo importante para a democracia.

Dos professores se pode dizer que para além da simples defesa dos interesses materiais de classe se tem preocupado com a dignificação e melhoria da escola. O interesse que tem despertado encontros de professores para tratar de temas sobretudo pedagógicos mostra que algum bom uso se tem feito da liberdade de que o país disfruta.

O desejo de actualização e de participação numa política de democratização do ensino dos professores, que me parece ser mais vivo em Portugal do que em vários outros países da Europa, continua a ser, penso, um dos trunfos importantes com que contamos para melhorar o nosso ensino. Mas este desejo e a atitude crítica dos professores face ao Ministério nã têm atingido a dimensão de uma posição e menos ainda de uma prática política (o que exigiria a apresentação e a defesa de propostas de política educativa) sobretudo porque os professores têm

usado a influência e o poder de que às vezes disfrutam para conseguir benefícios para a sua escola, para o seu departamento, para o seu sector, ignorando todo o resto. Fazem-no, às vezes, com particular estreiteza de vistas.

O Ministério, ele próprio com ou sem política educativa consoante o ministro, discute assim com os professores em ordem dispersa sem ver contestada a globalidade da sua política (que às vezes como disse, nem existe).

Uma tomada de posição política sobre educação, de resto, não compete aos professores como tal, mas aos professores como cidadãos, e trata-se de um terreno em que não tem que actuar isolados, mas em conjunto com outros cidadãos.

A classe política dirigente tem-se preocupado de longe com a Educação sem procurar inteirar-se e conhecer de perto os problemas.

A sua ambição é de certo modo curta: não vê na Educação o motor do possível desenvolvimento do país, nem encoraja a inovação.

Ao sistema, no fundo, só pede que funciona sem problemas (quase direi, como antigamente). Não sente por isso necessidade de qualquer debate sobre o ensino (julga que os problemas são só administrativos), não se preocupa em avaliar propostas e projectos, nem a impressiona a ausência de trabalho dos gabinetes de estudo.

A sua acção tem-se limitado a:

1. Influir na atribuição das verbas orçamentais (sem saber avaliar da sua rentabilidade).
2. Escolher quando das mudanças de governo um ministro da Educação para tomar conta do problema (é em geral a última pasta a preencher).

Sentindo-se longe, tem-se permitido criticar o sistema sem se aperceber da própria responsabilidade.

Os ministros (escolhidos após ponderadas dosagens políticas) chegam em geral ao poder sem terem apresentado propostas ou tomado posição sobre as grandes questões de fundo do sector, (de que alguns nem se chegam a aperceber). Enquanto constituem novas equipas e começam a tomar contacto com os problemas perdem a oportunidade de tomar previdências para o ano lectivo que se avizinha.

Depois, ou vão a reboque dos acontecimentos (sem deixar por isso de se passar pelo país a fazer promessas) e a máquina vai-se degradando, ou tentam inflectir o sistema em conformidade com o projecto que julgam mais adequado, e o sistema melhora ou piora conforme o acerto ou desacerto das decisões tomadas.

O que está errado é esses projectos não serem previamente apresentados para serem discutidos e confrontados com outros. O próprio processo de uma discussão continuada e não intermitente devia servir para ganhar consensos e formar equipas. Quando chegassem ao poder, as equipas dirigentes estariam assim preparadas e saber-se-ia bem o que iam fazer. Os próprios adversários com opiniões diversas deviam ser ouvidos como «advogados do diabo» (invensão da Igreja católica que seria muito útil usar na administração) e não marginalizados.

A responsabilidade da classe política dirigente reside, essencialmente, em não se ter apercebido da necessidade e ter dispensado este debate crítico e continuado sobre a Educação, debate que não seria só entre os partidos mas, sobretudo, passaria pelo interior dos partidos.

O debate sobre a Educação não é um debate em abstracto. É um debate sobre a evolução de um sistema real. Por isso a história e a avaliação do passado não podem ser esquecidas.

O sistema português sofreu uma violenta inflexão desencadeada primeiro pelo ministro Cardia que bloqueou um processo em curso e continuada depois pelo ministro Crespo que esse, de facto, tinha um projecto. Os outros ministros, por falta de projecto, tempo ou vontade, seguiram mais ou menos por inércia. Por isso, a grande questão (de que muita gente não se apercebe porque tem sido escamoteada) é ainda, no essencial, a do confronto entre as orientações do projecto Cardia-Crespo e as orientações do projecto que antes se desenhava.

Vou-me permitir terminar este artigo descrevendo o que, penso, seria o nosso sistema educativo no caso de não ter havido a inflexão referida. Discutir projectos é pôr em confronto o que existe com o que se pensa podia ter sido, ou, com algumas modificações pode vir a ser.

Quem olha o presente sem ver nada de diferente aceita no fundo a inevitabilidade desse presente. Acho que é o que devemos recusar.

Um panorama diferente

Os ensinos pré-primário, primário, preparatório e secundário até ao 9.º ano teriam a estrutura do actual, mas:

1. As escolas do Magistério primário teriam desde 78 começado a formar em quantidade educadores de infância e a rede de jardins de infância (em muitos casos paredes meias com as escolas primárias e com os mesmos serviços administrativos) seria hoje incomparavelmente maior.
2. Teriam continuado a funcionar em pleno os cursos de bacharelato de formação de professores de Aveiro, da Covilhã, de Braga, de Évora dos Açores e de outras cidades e estes cursos estariam apoiados (bem assim como as Escolas do Magistério) em Faculdades de Pedagogia ou Ciências da Educação das

Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, que seriam verdadeiros centros de investigação abertos à colaboração dos professores de todos os graus de ensino que se interessassem por assuntos pedagógicos. Numa larga medida seriam esses centros a ocuparem-se da elaboração dos programas, das experiências pedagógicas e da avaliação do ensino e não os serviços burocráticos do Ministério.

3. A formação em exercício dos professores com habilitações insuficientes apoiada nas escolas estaria quase terminada e estaríamos a formar professores em quantidade suficiente para assegurar uma efectiva expansão do ensino.
4. O ensino do 10, 11 e 12 anos de escolaridade teria sido profundamente remodelado sendo valorizada a formação profissional. Os alunos destes anos teriam contactos com o mundo do trabalho e ser-lhe-ia facultada a possibilidade de obterem diplomas profissionais.
5. Nas Universidades e restantes escolas superiores estariam em funcionamento cursos curtos de bacharelato adaptados às necessidades do país (em particular de regionalização) e tendo em vista a integração na CEE.
6. Estaria em pleno funcionamento, uma Universidade Aberta, não isolada, mas integrada no conjunto de todas as escolas superiores, que facilitaria o prosseguimento dos estudos dos que não pudessem seguir uma escolaridade normal.
7. As escolas superiores seriam frequentadas por pessoas com uma gama de ideias mais vasta, sendo normal o retorna aos estudos de bachareis já com experiência profissional.

   Os cursos de pós graduação de feição mais técnica seriam conjugados com serviços exteriores e visariam problemas de desenvolvimento do país.
8. As escolas teriam desenvolvido serviços de apoio à comunidade. Em muitas delas haveria seminários estudos destinados a promover o desenvolvimento regional. O estudo do planeamento do próprio sistema educativo seria em grande parte feito pelas próprias escolas que seriam também consultadas por outros sectores da administração, pelas autarquias e por entidades privadas.

A informação e o poder político

Adriano Duarte Rodrigues

A natureza das relações da informação com o poder político é um dos problemas largamente discutidos no mundo actual, sobretudo desde os meados anos 40, sem que uma resposta consensual e indiscutível lhe tenha sido encontrada.

Para uns, a informação é uma componente intrínseca do poder, o seu prolongamento e o esteio sobre que se apoia. Para outros, a informação representa um poder autónomo e até antagónico do político.

Tanto a primeira como a segunda posição podem de facto aduzir em seu favor provas e exemplos eloquentes. Se o caso Watergate parece, à primeira vista, confirmar a tese da autonomia e até do antagonismo entre o campo informativo e o campo político, a prática política tanto por ocasião das campanhas eleitorais como da ingerência contínua da administração do Estado, mesmo nos Estados Unidos da América, na nomeação dos gestores, na programação e nas influências que se verificam no campo da comunicação social, parece provar a tese da dependência, por vezes servil, da informação em relação ao aparelho do Estado.

A natureza contraditória das posições leva-nos a suspeitar de que o problema é mais complexo do que à primeira vista poderá parecer e de que a sua reformulação exige um trabalho mais cuidadoso de análise.

Uma das maneiras mais generalizadas de equacionar o problema consiste em distinguir a informação que circula em sociedades dominadas pelo regime de poder político despótico, da informação nas sociedades democráticas. Enquanto nas primeiras a informação seria dependente e controlada pelo poder político vigente, exercendo assim o papel de polícia moral das opiniões e de correia de transmissão da ideologia unitária do Governo, nas segundas a informação seria inteiramente livre e desempenharia o papel de vigilância crítica e de transparência total em relação aos processos e desígnios da política.

Semelhante distinção faz parte do arsenal ideológico contemporâneo mais vulgar tanto dos homens da informação como do próprio corpo político e tem servido desde os finais do século XVIII ora de fundamento reivindicativo perante as formas totalitárias do poder ora de propaganda dos regimes democráticos.

Mas esta maneira de ver não explica, por um lado, a vulnerabilidade do campo da informação em relação ao campo político democrático e, por outro lado, a constante utilização que o político faz dos meios de comunicação social. De facto, é sobretudo nos regimes democráticos que o poder utiliza a imprensa, a rádio, a televisão tanto para fazer eleger o seu corpo político como para assegurar a continuidade da sua acção governativa. Sendo o tirano legitimado pela sua vontade, a informação será sem dúvida uma arma poderosa para assegurar a aceitabilidade da tirania, impedindo a proliferação de ideologias contrárias, mas não a fundamentação da sua vontade política como acontece nos regimes democráticos.

Trata-se por conseguinte de uma questão controversa na medida em que as respostas não podem ser submetidas a regras de verificação empírica nem a um processo de valiação racional.

*

Nas sociedades democráticas modernas, ao contrário do que se passa por exemplo em sociedades despóticas, tanto o poder político como a informação existem sob a forma de campos sociais autónomos relacionados de maneira complexa.

O que é um campo social?

Um campo social é um conjunto de actores individuais e de agentes colectivos organizados em ordem à prossecução exclusiva e legítima de determinados fins, orientados de acordo com uma ordem determinada de valores. Assim, o campo da medicina possui a exclusividade da preservação e da restauração dos valores inerentes à saúde, o campo escolar possui a exclusividade da administração do saber.

São características fundamentais de um campo social:

1.° A legitimidade exclusiva e socialmente indiscutível na produção, na reprodução, na imposição de uma ordem de valores assim como a capacidade de sancionar as violações, tanto internas como externas, dessa legitimidade.

2.° A necessidade de marcação da sua esfera de legitimidade através de uma ordem simbólica própria que a torne visível tanto aos olhos dos seus membros como aos outros, assim como a capacidade de preservar os seus símbolos de eventuais profanações.

Um campo social possui duas dimensões entre si estreitamente relacionadas: uma dimensão pragmática e uma dimensão expressiva. A dimensão pragmática de um campo social é a sua acção específica na área de legitimidade que lhe pertence; é o seu fazer. A dimensão expressiva é o seu dizer, a capacidade de exprimir os seus valores, de os fazer crer e aceitar pelo conjunto do tecido social, de ditar uma ordem específica do mundo.

Para que se constitua um campo social é portanto necessário antes de mais que uma determinada esfera da vida colectiva consiga autonomizar-se e manter a autonomia conseguida de maneira duradoira ao abrigo da contestação dos restantes campos sociais. Mas esta autonomia só é possível na medida em que ela se insere numa rede de transacções com os restantes campos sociais, transações ora de complementaridade ora de conflito.

Quanto mais arcaica é a constituição de determinado campo social mais inviolável e global é a sua ordem de valores e mais formalizada é a sua simbólica. É o caso do campo religioso, do campo político, do campo familiar, do campo jurídico. Os seus legítimos e exclusivos actores estão organizados em corpos sociais facilmente identificados pelas suas insígnias adquiridas por ocasião de rituais sacralizados.

A autonomização de um campo social é em geral adquirida através de um processo de luta contra outros campos sociais a que é subtraida pelo novo campo social uma parcela da sua legitimidade tradicional e da sua competência. Corresponde assim a um processo de violação da legitimidade de um campo em crise de legitimidade, em geral através de um movimento social bem sucedido.

Para essa crise de legitimidade contribui uma mudança radical na ordem de valores tradicional e na forma da organização social. É em geral acompanhada por uma nova pragmática e um novo discurso, um novo fazer e um novo dizer que escapam às modalidades de acção e de expressão dos campos sociais existentes.

Foi o que aconteceu, por exemplo, no fim da Idade Média, com o aparecimento dos campos da medicina, jurídico e escolar, em rotura para com o campo religioso que dominava tradicionalmente os domínos da saúde, do direito e do saber em estreita simbiose com a Teologia escolástica.

*

A dimensão informativa desenvolveu-se, sobretudo a partir do século XVII, como componente indissociável do campo político. Até à Segunda Guerra Mundial, ela acompanhou de perto as vicissitudes do poder político, ora servindo os interesses do poder legítimo ora favorecendo a implantação de novas formas de legitimidade política. Ao longo de todo este processo, a organização social era determinada pela generalização de novas formas produtivas que emergiram do maquinismo industrial. Esta nova organização social acompanhou a constituição de um novo campo social, o campo económico, com os seus valores próprios, os seus símbolos, a sua pragmática e a sua expressividade.

A luta da imprensa contra a dependência política era em geral ditada não pela reivindicação da autonomia como campo social autónomo mas pelas funções económicas que ela exercia de facto.

O aparecimento entre nós da imprensa a dez réis, no fim de 1864, acessível a todas as bolsas, correspondia à sua dependência em relação ao campo económico mais do que à sua efectiva autonomia. Passando a depender da venda do espaço impresso aos anunciantes, os jornais faziam aceitar a sua passagem para a esfera já dominante do campo económico sacrificando-lhe a sua liberdade. A forma publicitária do seu discurso serviu a partir de então a dimensão expressiva do capital.

Esta transferência do jogo de influências permitia ao novo poder político redifinir a sua estratégia de complementaridade em relação ao campo económico, consolidando a sua legitimidade no novo jogo de forças constituido pelo advento da industrialização.

A informação passa a desempenhar um papel imprescindível como agente de impregnação capilar do tecido social, de resolução dos conflitos entre os interesses legítimos mas divergentes dos diferentes campos sociais em presença, nomeadamente entre as forças sociais do trabalho e do capital.

Estes papéis, exerce-os a imprensa através dos mecanismos inerentes à sua natureza predominantemente discursiva. Nela delegam parte da dimensão expressiva os campos sociais instituidos, assegurando o Estado o controle sobre a táctica consensual do seu discurso, indispensável para a co-habitação dos interesses divergentes no mesmo espaço geográfico, no Estado-nação.

É a esta estratégia consensual que corresponde a ideologia massificadora do novo campo informativo. Graças ao discurso de massa, o Estado induz no tecido social comportamentos suficientemente homogéneos e previsíveis de modo a fazer relançar constantemente a máquina industrial, impedindo a saturação do mercado e orientando o consumo de acordo com as exigências do moderno campo económico. Mas o reflexo positivo da massificação, feito de estandardização das máquinas, dos produtos e dos modelos de vida, de especialização, de sincronização, de concentração e de centralização (1), tem incidências políticas importantes na constituição dos mecanismos formais da democracia.

Entre esses mecanismos, sobressai a forma publicitária do próprio mecanismo de legitimação do poder. A forma publicitária, de natureza mais sedutora do que repressiva, torna-se uma estratégia tanto do campo económico como do campo político. Do funcionamento da forma publicitária vai de facto depender a sobrevivência dos orgãos de informação mas dela dependerá de maneira cada vez mais clara e exclusiva a imagem fabricada pelo marketing dos próprios líderes políticos.

A escrita jornalística é outra técnica de massificação importante. O chamado ideal de objectividade do discurso jornalístico é uma táctica de neutralização do olhar sempre relativo de um sujeito sobre o mundo e sobre a história de maneira a assegurar a indiscutibilidade da sua universalização e consensualidade.

Para esta neutralização universalizante contribui poderosamente a invenção da categoria da opinião pública. A opinião pública é esta entidade sem rosto e movediça, ao mesmo tempo sujeito e objecto de querer, referente impalpável de discurso, de natureza estatística, disponível, de que o poder político se vais precisamente servir como estratégia de legitimação. Simultaneamente sujeito soberano legitimante, equivalente à categoria do povo e objecto passivo da sedução, seduzida e sedutora, a opinião pública é a estratégia bélica em que se fundamenta a dominação das maiorias anónimas nos regimes democráticos modernos.

Em Portugal, devido sobretudo aos entraves que a ditadura impôs ao desenvolvimento industrial e à instrumentalização do Estado pelo capitalismo internacional na sua fase colonial, entraves que deixaram as portas abertas à exploração dos recursos sobretudo africanos pelo capitalismo dos países centrais, semelhantes formas de massificação só se vieram a implementar abertas depois de 1975 e têm vindo a desenvolver-se desde 1980. A programação das séries televisivas importadas dos países em que os capitais investidos nas guerras coloniais se reconverteram na indústria da informação (2), importação justificada por dificuldades de tesouraria da RTP, assim como a generalização das sondagens de opinião que acompanharam o hábito das eleições e as movimentações partidárias, inserem-se obviamente nesta estratégia massificadora, com o frenesim de um tempo a recuperar.

Semelhante estratégia corresponde de facto a imperativos impostos pelas multinacionais que projectam para países como Portugal, relativamente ilesos dos fracassos de uma época ultrapassada nos países centrais, a continuação dos seus sonhos de massificação.

Neste contexto, as disputas acerca da dependência política dos gestores dos meios de comunicação social, os habitantes e já crónicos amuos dos representantes partidários, as sanções e «colocações na prateleira» dos recalcitrantes constituem a quase totalidade das notícias publicadas sobre a comunicação social mas não passam de brigas domésticas insignificantes ao lado dos problemas de fundo que se jogam a outro nível, ao nível da partilha internacional pelo controlo do espaço estratégico que Portugal ocupa. São disputas de personagens desesperadas ao verem desaparecer como fumo os pontos de referência herdados do passado em que a comunicação social servia de porta-voz aos interesses políticos e económicos de meia dúzia de famílias e ao verem sobretudo postas em causa as vantagens pessoais e partidárias que das suas posições no campo informativo contavam tirar.

*

O que entretanto está em jogo nestes finais do século XX é uma luta desesperada dos que são incapazes de conceber um modelo de informação diferente do modelo massificador ao serviço dos interesses partidários e económicos contra formas embrionárias de comunicação que se perfilam no horizonte de uma nova sociedade em gestação.

Dessas novas formas de comunicação e dessa sociedade é ainda impossível desenhar os contornos precisos, mas os indícios da sua natureza começam a surgir com clareza.

São formas que fazem apelo à conjugação dos recursos da informática com as telecomunicações, abatendo, por um lado, a fronteira dos Estados-nações, constituidos a partir dos finais do século XVIII em conjunto com a sociedade industrial, e erigindo, por outro lado, teias transversais de múltiplas solidariedades fortemente diferenciadas.

À tecnicidade pesada e profissional parece suceder nas novas organizações sociais em gestação a ideia de «bricolage» de natureza artesanal regida pela efemeridade dos modelos e das formas estéticas.

A comunicação de massa continuará sem dúvida a assegurar serviços imprescindíveis mas o seu fascínio começa já a decrescer sobretudo junto mais jovens e das populações urbanas, acabando por provocar uma espécie de desencanto generalizado.

---

1) Ver Alvin Toffler, *A terceira vaga*, Lisboa, Livros do Brasil, 1984, páginas 49-64.
2) Ver A. e M. Mattelart de l'usage *des media en temps de crise*, Paris, Ed. Alain Moreau, 1979.

Estas novas formas e modelos acompanham de perto a emergência de questões políticas e estratégicas inesperadas. Como diz Paul Virilio, «quando um utilizador da *citizen band* explica por exemplo que o seu emissor-receptor lhe permite falar "de preferência com pessoas que não conhece" entrar em comunicação "fora do seu círculo de afinidades geográficas", isto significa que o que não está *aí* presente prevalece de longe sobre o que está presente... Aquilo a que se chama "a pressão do audiovisual" não é mais do que a expressão do declínio da unidade de vizinhança e, através deste fenómeno, da decadência próxima das políticas territoriais. Daí o descrédito insidioso em que cai, desde há cerca de vinte anos, a extensividade geopolítica em benefício de uma intensividade transpolítica insuspeitável, declínio do estado de direito, desregulação acelerada dos diferentes sistemas governamentais...» (3).

De facto, no campo da informação, graças à instantaneidade e à aceleração dos fluxos informativos, máquinas de guerra dissuasora do real e da história, joga-se cada vez mais o fim das estratégias geopolíticas e assiste-se à emergência das estratégias transpolíticas globais de natureza dissimuladora. Nos media curto-circuitam-se todas as territorialidades potenciais, gelam-se e satelizam-se todas as identidades bipolares fundadas tanto no tratado de Yalta como nas lutas descolonizadoras, percertem-se e anulam-se todas as diferenças reguladas pelas leis da partilha de influências e pelas leis económicas dos valores de troca, através da encenação mediática dos gestos singulares e gratuitos do terrorismo, da indiferença entre o gesto fatal e acidental da conflagração nuclear, da gratuidade e inutilidade da destruição total.

3) Paul Virilio, La stratégie de la tensionl in *Traverses*, n.° 25, Paris, les Ed. de Minuit, juin 1982, p. 26.

DESENVOLVER

Alternativas do crescimento económico português

João Ferreira do Amaral

1. Crise e desenvolvimento económico

As vicissitudes por que têm passado a economia mundial e a economia portuguesa têm, de certo modo, afastado das nossas preocupações imediatas a problemática do desenvolvimento económico.

Com efeito, apesar de se falar muito de que a nossa crise é uma crise estrutural, de que não haverá processo de resolver os problemas conjunturais se não resolvermos os estruturais, a verdade é que na prática do dia a dia predominam, afinal, as preocupações imediatas da sobrevivência. É perfeitamente normal quando a economia se encontra afectada por uma crise profunda.

É verdade, também, que em todas as crises existe um factor psicológico importante que tende a considerar sempre a crise em que se está como sendo a pior, para a qual não há saída, etc.. Interrogações sobre «a viabilidade do País» constituem um exemplo deste tipo de atitudes, cuja ocorrência é, também, comum numa situação de depressão económica.

É por isso que talvez valha a pena voltar um pouco atrás e recordar que, hoje como sempre o nosso problema é o do desenvolvimento económico, isto é, de baixo nível de vida, de atraso cultural e de atraso tecnológico. E a questão deve, pois, ser posta em temos de saber como é possível sair deste baixo nível de desenvolvimento com as restrições impostas pela crise actual. Lembremos algumas destas condicionantes:

Do ponto de vista *económico/financeiro* a mais importante é indubitavelmente, a da dívida externa que atinge 60% do Produto Interno Bruto e que condiciona, obviamente, as possibilidades de crescimento futuro. Mas temos também um processo inflacionista de cerca de 30% ao ano e um desemprego que atinge cerca de 11% da população activa. Para além disso, persiste também um desequilíbrio significativo nas finanças públicas e também em muitas empresas privadas que se encontram descapitalizadas, isto é, onde o capital alheio — nomeadamente o bancário — representa uma percentagem demasiado elevada do total de capital utilizado pela empresa. As dificuldades das empresas nesta situação transmitem-se, assim, facilmente ao sector bancário o que aumenta o risco de rotura de todo o sistema financeiro.

Mas a crise é também *social*, com uma grave quebra dos padrões de vida em vários estratos da população, nomeadamente desempregados e trabalhadores com salários em atraso, com a perversão de comportamentos de alguns empresários que utilizam as empresas para transferências ilegais de capitais com grandes transferências de rendimentos e riqueza a favor de indivíduos que controlam actividades produtivas ou não em economia subterrânea, etc.. Talvez mais significativo é o facto de se ter generalizado uma grande tolerância por estes comportamentos ilegítimos, considerando-se hoje quase normal, por exemplo, a passagem de cheques sem cobertura ou a fraude fiscal.

A situação de partida não é, assim, famosa. Contudo, creio que vale a pena continuar a apostar no desenvolvimento económico, embora no desenvolvimento económico *possível*. Dentro deste entendimento, analisaremos seguidamente o que poderá ser uma das componentes fundamentais do desenvolvimento — o crescimento económico — dentro das condicionantes que foram expostas.

O Tema *Desenvolver* será debatido no auditório 3 e contém os sub-temas seguintes:

— *O sistema produtivo*, para o qual já foram recebidas as seguintes teses:

— A substituição de importações e o desenvolvimento industrial — reflexos sobre o caso português.
— Alternativas do crescimento económico português.
— Aspectos recentes da inovação na economia portuguesa.
— A livre circulação de mercadorias na CEE.
— Transformando as estruturas económicas.
Tópicos para debate.

— *O espaço económico nacional*, com as seguintes teses:

— Aspectos institucionais no desenvolvimento regional.
— Alguns dados sobre a situação económica do Nordeste Transmontano.
— A regionalização e desenvolvimento regional.
— Desenvolvimento local. Caminho possível para a criação de outro tipo de sociedade.
— Portugal. Que desenvolvimento regional?

— *O nível de vida da população*, com as seguintes teses:

— A crise portuguesa e a ciência económica.
— Caracterização dos sectores da habitação e da construção civil.
— O nível de vida da população e os acordos com o FMI.
— As condições de vida da população portuguesa. Contribuição para uma análise de mudança.

No último dia, neste tema, terá lugar um

— *Painel* subordinado ao título:

— *O Desenvolvimento em período de crise. Que prioridade para a política económica?*

As sessões de debate terão início hoje às 14.30, também aqui na Fundação Gulbenkian.

Pretende-se que a apresentação de cada tese seja feita em 10 ou 15 minutos, após o que se passará a debate generalizado.

O horário dos debates será, para os dias 3 e 4, das 9.30 às 12.30 e das 14.30 às 17.30.

No dia 4 às 17 horas no auditório 2, terá lugar a sessão de encerramento, onde serão apresentadas sínteses conclusivas referentes a cada um dos Temas debatidos.

Em complemento das sessões de trabalho teremos, actividades sociais todas as noites.

Assim, hoje e amanhã às 21.30 no salão de festas do grupo desportivo do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, sessões de cinema, com filmes relativos a Abril, seguidos de debate.

No dia 4 às 21.30, no Coliseu dos Recreios, um espectáculo evocativo da Canção de Intervenção.

Senhor Presidente da República,
Minhas Senhoras e meus Senhores:

Não pretendemos encerrar um ciclo. Pretendemos abrir mais um caminho.

O seminário que agora iniciamos é uma realização de incidência eminentemente cultural. Procurará ser um contributo alargado para uma reflexão crítica, serena e qualificada, dos múltiplos factores que caracterizaram a evolução da sociedade portuguesa neste passado próximo. Procurará perspectivar desenvolvimentos futuros, analisar as transformações políticas, económicas e sociais, determinadas pelas mutações sensíveis que, nesta década, ocorreram no espaço histórico-geográfico em que nos inserimos.

Neste contexto, e pela amplitude histórica que nos propomos atingir, estamos perante um diálogo sem excepções ideológicas, que permita a expressão de capacidades interiorizadas pelas polarizações conjunturais da nossa sociedade política.

Concepção democrática que, 10 anos depois, suporta as propostas mobilizadoras, inovadoras e patrióticas, do Movimento das Forças Armadas ao Povo Português.

Muito Obrigado.

2. O crescimento económico e as condicionantes presentes

Face à situação actual, é evidente que será fundamental, em primeiro lugar, tornar a estrutura produtiva menos dependente do exterior, o que é tanto mais necessário quanto é um facto que devemos contar, para o futuro, com encargos acrescidos da dívida externa e com um declínio das remessas dos emigrantes devido ao grande decréscimo que a emigração vem sofrendo desde 1974. Como é sabido, foram as remessas dos emigrantes que, na década de sessenta, permitiram sustentar um processo de crescimento sem recurso à dívida externa.

Assim, dificilmente o desenvolvimento económico português, para os próximos anos, poderá ter objectivos ambicioso do ponto de vista do nível de vida. Antes se deverá ter em conta que grande parte dos recursos terá de ser desviada para a modernização do aparelho produtivo.

É no entanto possível evitar que esta modernização seja obtida com maiores sacrifícios dos estratos de menores rendimentos.

Mas mesmo estes objectivos limitados não poderão ser conseguidos facilmente, antes exigindo uma intervenção consequente e a vários níveis da política económica.

Face à experiência do passado recente parece certo que não será possível avançar para um processo de modernização apenas com os instrumentos próprios da política macroeconómica, isto é, com actuação típica da política macroeconómica de cariz liberal, que se limita, através da macroeconomia, a criar um ambiente considerado propício ao funcionamento dos agentes económicos. Efectivamente, para além de criar um ambiente macroeconómico propício, a política económica deve também intervir *directamente* o que, como veremos aponta para a necessidade de planeamento económico.

Não obstante, não sendo suficiente por si só, a política económica é necessária, justificando-se assim que comecemos pela análise dos seus instrumentos.

2.1 *Actuação do ponto de vista macroeconómico*

No que respeita aos intrumentos de actuação macroeconómica importa, em primeiro lugar, referir a necessidade de reabilitar as *finanças públicas* enquanto instrumento de política económica. Com efeito, tem-se verificado nos últimos anos que as finanças públicas, na grande maioria dos casos, mais que um instrumento se tem transformado numa consequência da evolução da economia. Isto verifica-se, por exemplo, no facto de a execução orçamental ficar, em geral, muito longe do que tinha sido programado.

Esta reabilitação das finanças públicas exige um programa a médio prazo que, por estapas, vá promovendo as alterações fiscais, a generalização da programação geral, etc. Exige, por outro lado, um muito maior controlo da execução orçamental quer a nível político quer a nível técnico. Finalmente, deveria começar a exigir, progressivamente, às empresas públicas, a remuneração do capital estatutário de acordo com a Lei, ainda que algumas destas empresas — por prestarem serviço público — venham a ser subsidiadas, mas em montantes previamente acordados e só nestes.

No que respeita a um segundo instrumento, a *taxa de câmbio*, não há razão, para o futuro, e dado o bom nível da nossa competitividade externa, para obter, através da desvalorização, mais do que a simples compensação entre o ritmo das inflações interna e internacional.

Efectivamente, não se vê necessidade, sob o ponto de vista dos custos face aos preços de venda, de beneficiar ou prejudicar o sector exportador em relação ao sector da produção interna, o que significa que não haverá, no médio prazo, necessidade de uma desvalorização real, isto é, de uma desvalorização superior à tal compensação dos ritmos interno e externo de aumentos de preços.

Finalmente, parece essencial definir uma *política de rendimentos*,que praticamente não tem existido entre nós. Esta política de rendimentos reveste-se de tanto maior urgência quanto é certo que, conforme se disse, não se poderá ter objectivos muito ambiciosos no que respeita a nível de vida e portanto se devem evitar as grandes transferências de rendimentos e, principalmente, evitar a degradação dos estratos de menores rendimentos. Os problemas fiscais, das rendas de casa, a subsidiação de bens, do subsídio do desemprego e das transferências da Segurança Social, deveriam, assim, ser vistos numa óptica integrada, o que até agora não tem sido feito e dar lugar a programas de actuação finalizados. É provável que, gastando os mesmos recursos, seja possível obter uma melhoria acentuada do ponto de vista de objectivos de justiça social. O que não é admissivel é deixar a solução do problema aos chamados mecanismos de mercado que, no nosso País, serão sempre sistematicamente violados.

Para além destes instrumentos de actuação macroeconómica, será necessário prever acções de índole sectorial, quer sejam directas quer sejam de apoio e estímulo.

2.2 *Instrumentos de actuação sectorial directa*

São os intrumentos típicos de actuação do planeamento económico e deverão traduzir-se em programas de actuação finalizados e, principalmente, susceptíveis de controlo de execução. Se tem faltado programação à nossa política económica, mais falta ainda se tem notado no controlo da execução daquilo que é programado.

São susceptíveis de serem elaborados e representam certamente prioridades a concretizar, programas nos seguintes domínios:

— extensão rural
— comercialização de produtos agrícolas
— redimensionação das explorações rurais
— conservação e alargamento do património florestal e desenvolvimento das indústrias e outras actividades a juzante
— renovação da frota pesqueira
— exploração dos recursos mineiros
— conservação e diversificação de energia
— renovação da marinha mercante

Como se verifica, programas deste tipo são essenciais para conseguir uma menor dependência externa e, pode dizer-se que, com algumas excepções o fundamental ainda está por fazer. O problema tem que ver basicamente com uma degradação política e administrativa, ao longo de vários anos, dos instrumentos de programação.

É também patente que alguns detes programas, nomeadamente os ligados à agricultura e silvicultura são inseparáveis de uma óptica regional, o que aponta para uma ligação intersectorial em cada região, ligação que só uma perspectiva de planeamento económico pode assegurar. É tempo da regionalização ser encarada também do ponto de vista de produção e não só de redistribuição de rendimentos. Também conviria frisar que estes programas não deveriam ser meras listagens de projectos de investimento, porque muitas das acções mais relevantes referem-se a outros domínios de actuação. Contudo, existirá sempre a necessidade de estabelecer uma orientação clara da *estratégia de investimento* do Sector Empresarial do Estado (e também de alguns domínios do Sector Público Administrativo) em que deverão constar as opções de médio prazo correspondentes ao cenário macroeconómico que a política macroeconómica tentará prosseguir.

2.3 *Intervenção sectorial indirecta*

Para além das acções directas a política macroeconómica terá necessariamente de prever acções sectoriais indirectas, isto é, de apoio e estínulo. Exemplos de acções deste tipo com incidências relevantes no crescimento económico seriam:

— apoio às exportações na conquista de novos mercados, o que implica actuações concertadas no domínio diplomático, comercial e financeiro que, muitas vezes têm faltado ou não têm sido coordenadas
— incentivos à reestruturação de certos sectores tradicionais (o caso dos têxteis é um exemplo) dentro do objectivo de modernização da estrutura produtiva
— incentivos à inovação tecnológica
— apoios à aquisição interna de bens de equipamento. A indústria nacional de bens de equipamento é uma das que mais nos interessará desenvolver e, para isso, será necessário garantir a sua adequação ao mercado interno, o que passa por um diálogo produtores/investidores que não tem existido na medida suficiente
— programas de formação profissional.

Estas acções indirectas podem tomar diversas formas como incentivos fiscais, incentivos financeiros, subsídios, coordenação de acções administrativas, incentivo ao diálogo, etc.. No caso de incentivos fiscais ou financeiros é necessário que o sistema a adoptar seja simples e, principalmente *controlável*, isto é, que em cada momento se possa avaliar se os recursos gastos estão em correspondência com as melhorias obtidas de acordo com os objectivos.

Face a estas possibilidades de actuação cabe perguntar por que razão, ao longo destes dez anos pouco se tem avançado na direcção correcta em muitos dos domínios apontados.

Para além de restrições financeiras importantes, em grande parte originadas pelo atraso nas decisões de política económica, existiu muitas vezes um bloqueamento político/administrativo que, apoiando-se numa ideologia liberal, inadequada a um país pequeno e com a tradição histórico/cultural do nosso, conduziu a uma total ineficiência na adaptação às novas condições de funcionamento da economia internacional.

Ao contrário do que certa ideologia liberal simplista tenta fazer crer, a intervenção do Estado não é irracional; é até fundamental para se conseguir um processo de ajustamento rápido que conduza às possibilidades de um crescimento equilibrado entre os diversos sectores e regiões do País. Num país com a nossa dimensão e a nossa tradição, deixar funcionar apenas os mecanismos de mercado significa deixar a economia ser dominada por uma pequena minoria de especuladores e, em última análise, por centros de decisão estrangeiros.

A substituição de importações e o desenvolvimento industrial — reflexões sobre o caso português

Vítor Dionísio /Ivo Pinho

0. Introdução

Nos últimos 15 a 20 anos, tem-se sedimentado a convicção — aliás empiricamente documentável — de que as estratégias de desenvolvimento predominantemente orientadas para a satisfação da procura interna têm conhecido assinaláveis reveses. Complementarmente, são formuladas elogiosas referências aos resultados — efectivamente notáveis, nalgumas experiências — obtidos por certos países — designadamente, os chamados NPI's (Novo Países Industrializados) — que privilegiaram a procura externa enquanto factor de crescimento.

O actual recrudescimento de políticas proteccionistas, alegadamente distorçoras da evolução «normal» do comércio internacional, veio ressuscitar temores de que alguns países — mesmo desenvolvidos — se ajustem à nova envolvente económica externa fechando-se mais sobre si próprios, recorrendo a obstáculos e restrições administrativas às importações, para combaterem os défices, de magnitude variável, das suas balanças de transacções correntes. Tais práticas, protegendo alguns sectores da concorrência externa, poderiam induzir um novo surto de substituição de importações e, consequentemente, uma reafectação de recursos desfavorável às exportações, ameaçando, assim, a desejada expansão do comércio e a retoma do crescimento económico à escala internacional.

O objectivo da presente comunicação consiste em mostrar que não há, forçosamente, conflitualidade entre substituição de importações e promoção das exportações já que ambas podem e devem constituir variáveis centrais de uma estratégia de desenvolvimento.

Não nos preocuparemos, neste contexto, com a complexa questão da configuração da estratégia de desenvolvimento considerada adequada às especificidades do país. Interessa-nos, tão somente, sublinhar que a adopção de uma política selectiva e eficiente de substituição de importações se nos afigura necessária para a eficaz prossecução de um vasto conjunto de finalidades estratégicas.

Nestes termos, afigura-se-nos que aquela política perspectiva dois níveis de objectivos: em primeiro lugar, a autonomia económica possível no contexto de um mundo interligado, mas onde aquela é condição necessária para a autonomia política.

Em segundo lugar, a possibilidade de concorrer para:

a) a atenuação do défice comercial de bens e serviços, em particular no que se refere à diminuição da componente energética importada e à redução dos défices alimentar e de transporte de mercadorias;

b) a redução do conteúdo importado das exportações e consequente maximização do seu valor acrescentado;

c) o reforço e modernização das capacidades tecnológicas autónomas ou endogeneizáveis, mormente nos sectores produtores de bens de equipamento e material de transporte e na construção naval;

d) a integração do sistema produtivo, mediante o aproveitamento de complementaridades produtivas e tecnológicas entre empresas e sectores;

e) a regionalização do desenvolvimento industrial, através da valorização dos recursos humanos e naturais à escala local, designadamente em actividades orientadas para a satisfação das necessidades do mercado interno.

Face ao objectivo que nos propomos nesta comunicação, começaremos por analisar a evolução recente da substituição de importações em Portugal tentando explicá-la à luz do «modelo económico» que tem vindo a servir de referência à economia protuguesa.

Procuraremos, de seguida, detectar, quer em termos globais quer em termos sectoriais, e numa óptica de fileira produtiva, os pontos de desarticulação mais significativos do sistema produtivo português e que são ocupados pela oferta externa, propiciando, dessa forma, a identificação das áreas que devem ser privilegiadas na definição de uma política de substituição de importações.

Concluiremos o trabalho procurando fazer um levantamento das preocupações que a adopção de uma política de substituição de importações sugere face aos condicionalismos actuais e previsíveis da envolvente institucional interna e da envolvente económica externa.

1. A estratégia de desenvolvimento e a substituição de importações

A discussão teórica que tem sido feita em torno da temática «estratégia de desenvolvimento» costuma radicalizar-se na defesa de duas posições extremas: a *promoção de exportações* sustentada pelos defensores do livre-cambismo e da economia sem restrições; a *substituição de importações* defendida pelos adeptos do crescimento auto-centrado e protegido. E se a história tem produzido resultados que verificam as teses de uns e outros, não é menos verdade que a questão não deve pôr-se em termos de mútua exclusividade das duas linhas estratégias mas sim na definição de quais os sectores que cabem numa e noutra, ou seja, no tipo de especialização produtiva considerado adequado, na base de um duplo referencial: o das vantagens comparativas mas também o da exploração de recursos próprios, particularmante quando concorrem para o aumento da coesão interna do sistema económico.

Nessas condições, o acento tónico na definição de uma estratégia de desenvolvimento não tem que residir apenas no tipo de abertura ao exterior, tornando-se esta um efeito e não uma causa: é o caso de políticas que privilegiam aspectos como a satisfação de necessidades básicas, a redistribuição do rendimento, a promoção do emprego, etc.

Num país com as condições económicas como as apresentadas por Portugal tem justificação a definição de dois vectores estratégicos.

Um vector *estratégico de promoção de exportações* que deverá criar as condições para o financiamento externo da economia, assegurando uma maior capacidade de criação de reservas e consequentemente uma maior flexibilidade nos pagamentos externos. A eficácia desta estratégia verifica-se na respectiva capacidade de induzir o produto de modo sustentado, de reter valor acrescentado e de actuar como factor propulsor de efeitos multiplicadores sobre a actividade interna.

Nos argumentos que se apresentam a favor da *estratégia de substituição de importações* costuma referir-se a edificação de uma estrutura industrial, integrada e auto-centrada, com capacidade para promover um crescimento sustentado e defendido das flutuações cíclicas da economia mundial. Todavia, contra-argumenta-se, isso só é possível à custa de um sistema proteccionista de produções de elevado custo e, portanto, ineficientes.

Por outro lado, a viabilidade dessa estratégia depende da capacidade de financiamento da economia e, neste caso, preferencialmente do financiamento interno, atendendo às condições de abertura ao exterior que lhe estão subjacentes.

A estratégia de desenvolvimento determina um *ritmo* de crescimento e estrutura um *tipo* de desenvolvimento, parecendo certo que a primeira questão tem sido privilegiada na discussão teórica das estratégias de desenvolvimento alternativas. Com efeito os defensores da abertura incondicional à economia mundial pelas exportações têm multiplicado os estudos empíricos de correlação entre a taxa de crescimento do produto e a taxa de crescimento das exportações, e centram a sua argumentação na evidência de que os países que têm privilegiado uma estratégia de promoção de exportações têm apresentado taxas de crescimento do produto mais favoráveis. Acontece que a validade dessa conclusão deveria ser aferida pelo crescimento real do *produto nacional* de modo a ter-se em conta os fluxos líquidos de rendimentos factoriais com o exterior. Só assim é possível determinar quais os sectores institucionais que beneficiam do excedente criado. Acresce que o ritmo de crescimento é um indicador manifestamente insuficiente para a caracterização de um desenvolvimento auto-sustentado e internamente coeso de modo a garantir a continuidade do processo.

No nosso entendimento, o cerne da questão deveria localizar-se na caracterização do tipo de desenvolvimento que se pretende promover e na definição de questões centrais como: o *aproveitamento da dotação interna de recursos*, segundo uma lógica de maximização do valor acrescentado ao longo das cadeias produtivas; *a articulação com a economia mundial* no âmbito da divisão internacional do trabalho (ligações a montante por via de inputs materiais e de tecnologia e ligações a jusante no que se refere aos mercados) privilegiando a endogeneização dos efeitos de produção; o *perfil tecnológico* subjacente à estrutura produtiva e que, embora relacionado com o aspecto anterior, tem a ver no essencial com a dotação interna de recursos, e em particular com as características sociológicas e as qualificações dos recursos humanos.

Na prática, o problema traduz-se na formulação de um programa de industrialização ou de reconversão industrial no âmbito do qual se explicitem as opções atrás referidas. Opções essas que são normalmente ponderadas com os desequilíbrios externo (balança de pagamentos) e internos (orçamento, emprego, etc.) E que

são, além disso, implementadas de acordo com um dado horizonte temporal no âmbito do qual se faz o escalonamento dos programas de investimentos.

Nestes termos, a definição de uma política de substituição de importações tem vários vectores que se podem, no entanto, traduzir em dois tipos de *efeitos*:

I) efeitos sobre os sistemas de relações intersectoriais (esfera real) e institucionais.
II) efeitos sobre os pagamentos externos (esfera monetária).

Em ambos os casos, a avaliação económica a fazer, passa pela identificação das novas estruturas de produção e de mercado, no sentido da integração vertical e horizontal das novas relações intersectoriais. Porém, o desenvolvimento desta linha analítica requer a explicitação prévia da estratégia de reconversão industrial a implementar. Será nesse contexto que caberia:

— A verificação da concordância dos objectivos da política de substituição de importações com os objectivos macroeconómicos definidos no âmbito da política económica (emprego, contas com o exterior, etc.).
— A equacionação do problema da dimensão do mercado face à capacidade de produção economicamente viável, e política e socialmente desejável.

Neste contexto, seriam prospectadas as capacidades de absorção dos mercados interno e externo relativamente aos produtos em análise.

— A análise da capacidade no domínio tecnológico das produções a desenvolver, sendo analisados neste âmbito os custos de licenciamento e similares.
— O estudo da capacidade de financiamento das linhas de produção a instalar ou a reconverter.

A determinação dos efeitos sobre a balança com o exterior passa pela avaliação do efeito líquido sobre os pagamentos externos, através do cálculo do ganho de divisas resultantes da substituição da oferta externa pela oferta interna.

Neste contexto cabe um estudo detalhado da *estrutura de importações observada* previamente à implementação da política de substituição de importações, bem como da *estrutura de importações previsional* que a dinâmica do processo de reconversão industrial necessariamente produzirá. Com efeito, há que ter em conta que a criação de capacidades produtivas susceptíveis de promover a substituição de importações não deixará de gerar *importações adicionais* e inexistentes na situação anterior, nomeadamente as inerentes à aquisição de bens de equipamento e ao fornecimento de inputs correntes às novas produções.

2. Evolução recente da substituição de importações em Portugal — uma análise agregada

Portugal é um país semi-industrializado em que a actividade industrial se tornou preponderante no sector produtivo mas que, em variados aspectos, se encontra ainda longe dos níveis de desenvolvimento dos países mais avançados.

À semelhança do que tem ocorrido na generalidade dos países semi-industrializados, o crescimento económico tem-se processado, em Portugal, a ritmos elevados — 6,3% por ano entre 1960 e 1970, 4,8% entre 1970 e 1977 e 3,7% de 1977 a 1982 — subsistindo, no entanto, deficiências estruturais importantes no plano tecnológico, na qualidade dos factores de produção e na integração do sistema produtivo.

Alguns dos países semi-industrializados, adoptaram no seu esforço de desenvolvimento industrial, estratégias de substituição de importações enquanto outros optaram por um modelo de crescimento centrado na promoção de exportações. No entanto, mesmo estes últimos, não descuraram a sua base industrial tendo implementado grandes projectos nos chamados sectores básicos — siderúrgia, metalurgia dos metais não ferrosos, química de base, etc., — e em sectores de ponta da actividade industrial — electrónica, automóvel, construção e reparação naval, entre outros.

O desenvolvimento industrial português conheceu três momentos de grande animação. O primeiro, ocorreu no imediato «pós-guerra» e resultou da adopção de uma política de substituição de importações, mormente em produtos intermediários de base — adubos, aço, etc.

O segundo, foi induzido pela integração do país na EFTA e traduziu-se numa forte expansão das exportações de manufacturas. Tal facto não impediu que se não tivessem acautelado condições mínimas para o lançamento de novos projectos de substituição de importações, conseguindo-se um regime especial de protecção (o conhecido anexo G) para um grande número de produtos das áreas das indústrias mecânicas, metalúrgicas e químicas.

Foi, de resto, a elevada protecção da concorrência externa que viabilizou a instalação no país, já nos finais da década de 60 — portanto, muito tardiamente em relação aos países mais industrializados — de indústrias dominantes na «segunda revolução industrial» (químicas, metalúrgicas e mecânicas), as quais induziram o terceiro momento alto do crescimento industrial português.

Mais recentemente, nos finais da década de 70, assistiu-se a uma nova etapa do processo de substituição de importações que se traduziu num volumoso esforço de investimento em sectores orientados para a procura interna, mas cuja viabilidade implicava a exportação de alguns vectores de produção. Com efeito, dos chamados «grandes projectos industriais» então implementados, apenas os do sector automóvel e da pasta para papel podem ser apontados como grandes projectos orientados essencialmente para a exportação.

Não cabe, no âmbito da presente comunicação, formular uma análise dos factores condicionantes, determinantes, sucessos e fracassos das políticas de substituição de importações que foram implementadas. Procuraremos, antes, documentar, com o possível detalhe mas a um nível necessariamente agregado, a evolução recente da substituição de importações no nosso país.

Abordaremos, seguidamente, a problemática do comportamento da oferta externa relativamente à oferta total. Distinguiremos, para o efeito, três períodos com dinâmicas diferenciadas na óptica da substituição global de importações:

I) o quadriénio anterior a 25 de Abril de 1974 (1970 a 1974);
II) o período imediatamente posterior àquele data (1974 a 1977);
III) o período de 1977 a 1981.

A delimitação destes períodos deveria logicamente corresponder a momentos de viragem na política económica, ou a situações exógenas ao sistema económico com impacto na estrutura produtiva e nas relações com o exterior.

Com efeito, o ano de 1970, no virar da década, corresponde ao fim do período áureo exportador; no ano de 1974 conjugam-se dois factores que põem à prova o modelo exportador e que revelam a sua vulnerabilidade: o primeiro «choque petrolífero» e o «25 de Abril». O ano de 1977, não constituindo propriamente um marco na evolução económica recente, traduz em todo o caso o início do período de estabilização política, pelo menos em termos constitucionais.

Período 1970/74

Neste período acentuam-se os sintomas de esgotamento do modelo económico cujo zénite, traduzido nos indicadores de comércio externo e de crescimento do produto interno, tinha sido alcançado na segunda metade da década de 60.

Assiste-se, assim, a uma queda acentuada da taxa de cobertura das importações pelas exportações (de 0,63 em 1970 passa-se para 0,49 em 1974) e a uma subida acentuada do peso do défice externo em relação ao PIB (ver quadro 9). Verifica-se, igualmente, uma penetração significativa das importações no mercado português (como se pode observar no Quadro 1, o coeficiente de oferta externa progride 70 pontos entre 1970 e 1974, considerando preços correntes).

QUADRO 1:
Coeficientes de oferta externa (valores globais) *

Anos	A preços correntes	A preços do ano anterior	Fonte
1970	0,200	—	Matriz do GEBEI
1974	0,270	—	Matriz do GEBEI
1977 **	0,234	—	Matriz do GEBEI
1977 **	0,229	—	Contas Nacionais INE
1978	0,222	0,220	Contas Nacionais INE
1979	0,231	0,221	Contas Nacionais INE
1980	0,252	0,243	Contas Nacionais INE
1981	0,263	0,254	Contas Nacionais INE

* O coeficiente e oferta externa u define-se: $u=m^T/(x^N+m^T)$ (onde m^T=importações totais e x^N=oferta interna, com exclusão dos serviços).
** O coeficiente de oferta externa relativo a 1977 foi calculado a partir de dois sistemas de dados diferentes. No entanto a diferença registada é apenas de 0,008.

Os sintomas de desequilíbrio manifestam-se apesar do crescimento das exportações e da sua contribuição para o crescimento do output total. Com efeito, no período 1970/74 as exportações contribuem com 22,5% para o crescimento do output o que deve ser comparado com a contribuição negativa da substituição de importações na ordem dos 11,3% para o mesmo crescimento (1). Ou seja, a substituição negativa de importações, anulou metade dos efeitos positivos conseguidos com a exportação. Todavia, os dois efeitos conjugados traduzem uma acelerada abertura ao exterior a qual, nos termos em que se processou, aumentaria, nos períodos seguintes, a vulnerabilidade da economia portuguesa e a sua incapacidade para suportar as mutações operadas na economia mundial, a partir de 1973.

(1) Vidé CRAVINHO J., 1982, «Sources of Growth in the Portuguese Economy» (1959-74) in *Estudos de Economia*, ISE, Lisboa.

No Quadro 2 mostramos como se decompôs sectorialmente o fenómeno da substituição negativa de importações, indicando por ordem decrescente de importância os sectores que mais contribuiram para isso.

QUADRO 2
Coeficientes sectoriais de substituição de importações

MATRIZ 60×60 — 1970/1974

Ramos	r_i
10 — Óleos Alimentares	0,199
38 — Indústrias do Ferro e do Aço	0,177
29 — Produtos Químicos de Base	0,176
41 — Máquinas não Eléctricas	0,153
04 — Pesca e Conservas de Peixe	0,136
12 — Outros Produtos Metálicos	0,126
01 — Agricultura	0,122
27 — Borracha e Artigos	0,121

NOTA: $r_i = u_i^{(t)} - u_i^{(t-k)}$ onde k = período de análise.

Metade dos ramos classificados no Quadro 2, pertencem à fileira alimentar, revelando o crónico desajustamento entre a procura e a oferta internas de bens alimentares e as consequências deste facto sobre o desequilíbrio externo, mais sensível em períodos de quebra da produção agrícola.

Os ramos 29 e 38 revelam a crescente dependência do exterior derivada do processo de crescimento seguido. Com efeito, o crescimento dos ramos mais próximos da procura final não foi acompanhado pelo crescimento dos ramos situados a montante das fileiras produtivas introduzindo importantes descontinuidades que foram ocupadas pelas importações.

Período 1974/77

No início deste período ocorrem dois factores decisivos que inviabilizam definitivamente o modelo económico até então seguido: um, de origem externa é o «choque petrolífero» de 1973 que, actuando nas estruturas de custos principalmente dos sectores com maior conteúdo de inputs derivados do petróleo, põe a nú a incapacidade do sistema produtivo para se adaptar às novas condições de produção. Note-se que um dos sectores com mais peso no sub-sistema exportador é o sector têxtil de fibras sintéticas cujo conteúdo de importações aumenta significativamente; um segundo factor, de origem interna, resulta do «25 de Abril» e põe em causa a continuidade daquele modelo ao provocar alterações institucionais que suscitam a reequacionação da estratégia económica a desenvolver. Embora, na prática, nunca se tenha implementado uma estratégia coerente e alternativa à anterior, a política económica seguida logo após 1974 revela alguns sintomas de viragem, nomeadamente: o reforço qualitativo e quantitativo do mercado interno resultante da redistribuição de rendimentos verificada e do retorno maciço de população das ex-colónias; a reestruturação dos mercados externos, no que se refere às novas condições de comércio com as ex-colónias e às potencialidades de conquista de novos mercados abertas com a nova posição de Portugal no panorama internacional; a procura de soluções de aproveitamento dos recursos nacionais traduzida na elaboração e lançamento de projectos de exploração desses recursos.

A importância assumida pela oferta interna reflecte-se no fenómeno global de substituição de importações verificado neste período, registando-se uma variação negativa do coeficiente r de 36 pontos o que se traduziu, consequentemente, numa substituição positiva de importações (ver Quadro 1). Este comportamento do coeficiente r, verifica-se apesar de se terem registado dois movimentos contraditórios: em 1975 deu-se uma forte contracção das importações em volume (− 26,1%) devido às medidas restritivas então impostas, e em 1976 e 1977 houve um aumento das importações em antecipação às previstas desvalorizações do escudo.

No período em apreciação os sectores que mais concorreram para a substituição global de importações, foram:

QUADRO 3
Coeficientes sectoriais de substituição de importações

MATRIZ 60×60

Ramos	r_i
06 — Extracção de Minerais não Metálicos	−0,257
04 — Pesca e Conservas de Peixe	−0,205
38 — Indústrias do Ferro e do Aço	−0,135
12 — Outros Produtos Alimentares	−0,109
40 — Produtos Metálicos	−0,103
10 — Óleos Alimentares	−0,100

De novo se classificam, no grupo de ramos mais significativos, 3 ramos da fileira alimentar, denotando os efeitos das flutuações da oferta interna sobre a substituição de importações.

Se estes ramos tendem a acompanhar, nos sentidos de expansão e retracção, a tendência global da evolução da oferta externa face à oferta total, importará distinguir entre as razões de ordem estrutural e de ordem conjuntural que explicam esse movimento.

Período 1977/81

O período de 1977/81 revela com evidência, uma estratégia de articulação com a economia mundial que não se fundamentando numa estratégia autónoma e definida de especialização face aos novos condicionalismos do mercado mundial, acaba por reproduzir a uma escala cada vez maior, os desequilíbrios estruturais internos resultantes do modelo económico prevalecente.

Não surpreende, portanto, que se manifestem cada vez mais os indicadores negativos da persistência de um modelo exportador obsoleto incapaz de actuar como motor do crescimento. Com efeito, neste período acentua-se, de forma acelerada a deterioração das razões de troca, passando o respectivo índice de 85 em 1977 para 75,3 em 1981 (ver Quadro 9).

Volta a registar-se a tendência para o aumento da quota externa na oferta total (esta evolui em 34 pontos entre 1977 e 1981) inflectindo assim a tendência do período anterior (ver quadro 1).

A economia portuguesa resiste mal aos movimentos recessivos da economia mundial, e a explicação para este fenómeno reside em conhecidos factores estruturais internos e na consequente articulação (quer pelas exportações quer pelas importações) com o resto do mundo. Assim:

a) O nosso *padrão de exportações*, sendo constituído principalmente por bens não essenciais de consumo final, depende fundamentalmente do rendimento disponível dos países de destino.

QUADRO 4
Estrutura das exportações portuguesas

Categorias CGCE	ANOS	
	1977	1981
Produtos Alimentares e Bebidas	15.5	11.0
Produtos industriais Diversos	44.2	40.1
Combustíveis e Lubrificantes	1.7	7.2
Máquinas	9.0	8.4
Material de Transporte	3.8	3.2
Bens de consumo diversos	24.1	28.8
Outros	1.7	1.3
TOTAL	100.0	100.0

FONTE: INE, «Estatísticas do Comércio Externo».

Estudos empíricos (1) sobre os factores explicativos das exportações portuguesas têm revelado que estas são, de um modo geral, muito mais sensíveis às variações daquela variável do que à modificação dos preços relativos portugueses reportados aos dos concorrentes. Deste modo, a despeito das manipulações da taxa de câmbio, não é possível evitar a repercussão em Portugal dos movimentos recessivos dos países clientes.

b) Do lado das *importações* constata-se uma grande interpenetração com o sistema produtivo, o que determina uma estrutura de importações onde predominam os inputs industriais: matérias-primas e produtos intermediários (35,7%), as máquinas e o material de transportes (27,1%), os combustíveis (23,9%) e os produtos alimentares (9,2%).

A comparação desta estrutura com a das exportações permitiria, numa análise mais aprofundada, concluir pela maior essencialidade das importações para o funcionamento do aparelho produtivo português, relativamente aos bens que exportamos. É o caso, por exemplo, do grupo «Produtos alimentares e bebidas» onde, do lado das exportações, predominam os vinhos, as conservas e os concentrados de frutos enquanto, do lado das importações, se destacam as matérias-primas necessárias ao aprovisionamento da fileira alimentar; é ainda o caso do grupo «Material de Transporte», onde as nossas exportações são constituídas essencialmente por veículos ligeiros de passageiros, enquanto que nas importações têm particular significado os veículos especializados e de utilização industrial e agrícola.

(1) Vidé, por exemplo, EPA «Conjuntura» n.º 15, 1/Out./83.

QUADRO 5
Estrutura das importações portuguesas

Categorias CGCE	ANOS	
	1977	1981
Produtos Alimentares e Bebidas	13,0	9,2
Produtos industriais diversos	41,0	35,7
Combustíveis e lubrificação	14,5	23,9
Máquinas	15,7	17,1
Material de Transporte	10,3	10,0
Bens de Consumo Diversos	5,4	4,1
Outros	0,1	0,1
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: INE, «Estatísticas do Comércio Externo».

Não surpreende portanto, a elevada propensão marginal a importar (0,42 no caso da função linear importação/produto interno) (1) e a relativamente elevada elasticidade (2) das nossas importações (1,4 no caso da função potência importações/produto) (3).

A nível sectorial constata-se que, no período 1977/81 os sectores que mais contribuiram para a substituição negativa de importações foram (4) a «Electricidade, Gás e Água» (r_i=0,144) por razões conjunturais de escassez de oferta interna devido à seca, as «Transformações Diversas» e a «Agricultura, Silvicultura e Pesca» onde se conjugam factores de ordem conjuntural e estrutural para a escassez da oferta interna e que adiante tentaremos identificar.

Uma apreciação *sintética* da evolução da economia portuguesa ao longo do período em apreciação permite concluir que se tem aprofundado a sua experiência externa. Esta tese pode ser ilustrada através de alguns indicadores globais.

I) *Evolução das Importações e Exportações*

O quadro abaixo fornece a necessária base estatística:

QUADRO 7
Comportamento das exportações e das importações

	Índice em 1981 (1972=100)	Taxa anual de crescimento %
EXPORTAÇÕES		
Valor	728	24,7
Volume	150	4,6
Preço (Esc.)	486	19,2
Preço (US$)	211	8,6
IMPORTAÇÕES		
Valor	996	29,1
Volume	149,4	4,55
Preço (Esc.)	670	23,5
Preço (US$)	295	12,7

FONTE: Le Système industriel du Portugal: Developpement, Reestructuration et Politique Industriel, Jacques DE BANDT, Janeiro 1984.

Se, em volume, as exportações evoluiram ao mesmo ritmo das importações, já em valor o ritmo de crescimento das importações foi, em média, superior em 4.4 pontos, ao crescimento das exportações. Esta diferença é basicamente explicada pela deterioração do escudo em relação ao dólar, embora o aumento do preço médio dos bens importados também concorra, em menor escala, para a explicação daquela evolução.

(1) Por cada unidade de produto líquido interno verifica-se um acréscimo correspondente das importações de 0,42 unidades.

(2) Ou seja, cada aumento de 1% na taxa de acrescimento do produto induz um acréscimo de 1,4% na taxa de crescimento das importações.

(3) CONSTÂNCIO, M. J. e CUNHA, M. L.; «Análise e Projecções da Importação por Tipos de Bens, *Planeamento*, vol. 1, N.º 2, Out. 1978.

Cálculos mais recentes que os aqui referidos apontam para coeficientes ainda mais elevados.

(4) Avaliação feita na base da agregação a 20 sectores por razões de comparabilidade dos dados.

II) *Evolução da substituição global de importações*

A evolução atrás constatada explica a *substituição negativa de importações* verificada ao longo da década de 70, por duas ordens de razões:

— sendo a avaliação feita a preços correntes, a evolução mais acelerada do preço médio das importações relativamente aos preços internos, explica que a oferta externa venha mais valorizada relativamente à oferta total (efeito-preço);
— a expansão da produção (aumento de volume e diversificação) acarreta um aumento da dependência — dadas as condições de incapacidade da oferta interna — nos sectores a montante e nos sectores de bens de equipamento (efeito-volume).

No Quadro 8 pode ver-se como evoluiu a oferta externa ao longo da década de 70 (1).

QUADRO 8
Coeficientes de substituição de importações (r)

Períodos	r
1974/1970	0,070
1977/1974	−0,036
1981/1977	0,034
1981/1970	0,063

Ao longo da década verifica-se uma penetração de 63 pontos da oferta externa, processo que apenas foi interrompido no período 1974/1977 pelas razões já atrás apontadas.

No período de 1981/77 podemos verificar que o avanço das importações se fez também em volume (ver coeficientes r a preços do ano anterior no Quadro 1).

III) Indicadores de comércio externo

No Quadro 9 sintetizamos um conjunto de indicadores de comércio externo cobrindo um período que vai da década de 60 — em que se lançou a implantação do sector exportador — até à actualidade.

QUADRO 9
Indicadores de comércio externo

Indicadores / Anos	Taxa de cobertura ($c=\frac{e}{m}$)	Razões de troca* $S=\frac{IVE}{IVM}\times 100$	Capacidade de importar* $Z=\frac{IVE}{IVM}\times ICE$	Coef. de abertura ($b=\frac{e+m}{v}$)	Peso do défice ($p=\frac{m-e}{v}$)
1960	0.77	—	—	0.40	0.06
1965	0.84	—	—	0.57	0.05
1967	0.91	—	—	0.55	0.03
1970	0.63	—	—	0.54	0.07
1974	0.49	94.0	88.0	0.52	0.18
1975	0.50	86.0	68.0	0.40	0.13
1976	0.42	82.0	68.0	0.39	0.16
1977	0.45	85.0	74.0	0.43	0.18
1978	0.51	84.0	82.0	0.43	0.16
1979	0.59	82.0	101.0	0.48	0.13
1980	0.54	80.0	105.0	0.55	0.17
1981	0.47	75.3	95.9	0.56	0.20
1982	0.48	75.0	106.3	0.54	0.19

FONTE: BANCO DE PORTUGAL, Relatórios Anuais.
* A base dos índices considerados refere-se a 1973.

SIMBOLOGIA:
e — valor das exportações (em escudos).
m — valor das importações (em escudos).
IVE — índice do preço médio, em volume, das exportações.
IVM — índice do preço médio, em volume, das importações.
IQE — índice da quantidade exportada.
V — produto interno bruto a preços de mercado.

(1) Como as matrizes de relações intersectoriais de que dispomos estão a preços correntes não foi possível diferenciar os dois efeitos acima referidos.

Intervenção do Dr. José Medeiros Ferreira

Senhor Presidente da República
Senhores Embaixadores
Senhor Presidente da Fundação Gulbenkian
Senhor Presidente da A25A — Major Vasco Lourenço
Senhor Ten.-Cor. Vítor Alves — Coordenador geral deste Seminário
Minhas Senhores e meus Senhores

Cabe-me dizer algumas palavras em nome dos coordenadores das diferentes áreas em que este Seminário foi dividido. É com muita honra que o faço, tendo em conta quem aqui represento, mas um arreigado individualismo obriga-me sobretudo a falar em termos pessoais.

Quando recebi o convite da Associação 25 de Abril para colaborar com ela na preparação de um Seminário subordinado ao tema: *25 de Abril — Dez Anos Depois* — os três D's do Programa do M.F.A., aceitei-o de imediato, como um dever não isento de entusiasmo.

Aceitei tal convite — a exemplo aliás dos outros coordenadores, relatores e participantes deste Semiário — como um dever, sobretudo pela coragem cívica que a realizaçao de um tal Seminário revela por parte da Associação 25 de Abril.

Coragem cívica afirmada dez anos depois da coragem física e política revelada em 1974 pelos mesmos militares.

A coragem cívica de promover um debate sobre o modo histórico de realização dos objectivos nacionais de alternativa Democratizar, Descolonizar e Desenvolver, exactamente quando uma parte dos nossos intelectuais se distanciam do tratamento de temas políticos ou capricham nas cedências a um criticismo serôdio, em lugar de exercerem um esforço analítico sobre as transformações ocorridas em Portugal durante estes dez anos. Recusando o esforço analítico, esses pensadores que se desdobram em declarações e entrevistas, tornam-se mesmo os porta-vozes dos que nunca os deixaram falar no passado, insistindo nas visões apocalípticas mais arredadas do espírito científico de que às vezes se reclamam.

Seduzidos pelos caprichos de um sector da opinião pública superficial e, no fundo, inculta, esses pensadores, abdicaram do magistério da responsabilidade cívica.

Ora o Seminário que hoje se inaugura sob a Presidência do Senhor General R. Eanes, pode realmente fornecer o quadro de uma reflexão informada e polivalente, onde a inteira liberdade intelectual se pode aliar ao esforço analítico e pedagógico tão necessário à compreensão dos fenómenos formadores da nação portuguesa actual.

Creio já ter participado em número suficiente de Conferências, Seminários e Colóquios — em Portugal e no estrangeiro — para que o meu testemunho de que colaboro como estudioso e cidadão neste Seminário com particular empenho e esperança, seja compreendido no seu significado todo.

Com efeito várias universidades estrangeiras promovem também por ocasião do X Aniversário do 25 de Abril uma série de conferências, seminários e colóquios, *o que só demonstra o conteúdo universal da história de Portugal nesta década*. Quantas vezes ao tomar parte em discussões em Universidades estrangeiras sobre a descolonização, sobre a experiência democrática portuguesa, sobre as mudanças estratégicas, ocorridas como consequência mediata ou imediata do 25 de Abril, não me interrogava sobre a possibilidade de se praticar entre nós o mesmo tipo de diálogo sereno!

Acolhido por uma Universidade Suíça quando expulso de todas as Universidades portuguesas, pela Ditadura, serei o último português a pretender o exclusivismo dos estudos sobre o 25 de Abril para as entidades nacionais.

As razões de troca, reflectindo a relação entre os valores unitários das exportações e das importações, podem ser afectadas pela manipulação dos preços médios daqueles fluxos. Assim, a subfacturação de exportações e a sobrefacturação de importações provocam a deterioração daquele coeficiente de forma mais acentuada do que a situação real poderia reflectir. Em todo o caso, é notória a acelerada degradação dos termos da troca com o exterior. No período 1973/82 essa degradação atingiu os 25%, o que se repercute naturalmente na variação negativa do saldo da balança comercial e no seu valor crescente em relação ao produto interno bruto a preços de mercado.

Com efeito, o peso do défice externo (balança comercial) no produto apresentou valores comportáveis ao longo da década de 60, resvalando para valores preocupantes a partir do primeiro choque petrolífero. Embora desde 1974 este indicador se tenha situado, com alguma regularidade, dentro da mesma ordem de grandeza, há que contar com os efeitos cumulativos sobre a capacidade de financiamento da economia.

Os valores apresentados nos últimos anos pelo coeficiente de abertura denotam as mesmas ordens de grandeza registadas no período áureo da exportação, só que, agora, têm um significado diferente. Com efeito, enquanto que na década de 60, atendendo à pequena amplitude do défice comercial, os coeficientes e/v e m/v contribuiam na mesma medida para o grau de abertura do exterior, na década de 70, e nos últimos anos, a relação entre as importações e o produto é dupla da relação entre as exportações e o produto. Ou seja, Portugal, tem-se tornado uma economia cada vez mais aberta pelo lado das importações.

A taxa de cobertura das importações pelas exportações apresentava valores na vizinhança da unidade ao longo da década de 60, sustentada pelo crescimento das exportações. Porém, a partir de 1970 começa a decair para se situar, estruturalmente, à volta de 0,5.

No seu conjunto, estes indicadores revelam que a desaceleração do crescimento das exportações é acompanhada pela manutenção e mesmo pela aceleração do crescimento das importações. Este fenómeno decorre da articulação estrutural entre o nosso sistema produtivo e o padrão de importações.

As consequências, a nível sectorial, do modelo de crescimento seguido em Portugal teriam inevitavelmente que se traduzir num sistema de relações intersectoriais totalmente desarticulado com a consequente interposição da oferta externa para colmatar as debilidades do aparelho produtivo.

Os quadros 10 e 11, que seguidamente se apresentam, ilustram, através de dois indicadores, as dependências do exterior dos principais ramos exportadores e dos ramos predominantemente orientados para as solicitações do mercado interno.

QUADRO 10

Dependências do exterior dos principais ramos exportadores

MATRIZ 60X60

Ramos	e_i/e_T		u_i		μ	
	1970	1977	1970	1977	1970	1977
16 — Têxtil algodão e mistos	0,120	0,112	0,111	0,092	0,294	0,368
18 — Vestuário	0,100	0,106	0,031	0,026	0,218	0,233
43 — Construção e reparação naval	0,031	0,101	0,109	0,091	0,178	0,220
22 — Cortiça	0,060	0,069	0	0,005	0,022	0,053
42 — Máquinas e mat. eléctrico	0,048	0,064	0,370	0,324	0,326	0,371
24 — Pasta para Papel	0,050	0,044	0,065	0,153	0,067	0,155
40 — Produtos metálicos	0,034	0,040	0,150	0,136	0,298	0,368
13 — Bebidas	0,034	0,036	0,034	0,029	0,055	0,127
41 — Máquinas não eléctricas	0,025	0,036	0,481	0,593	0,308	0,374
45 — Transformadoras diversas	0,020	0,032	0,392	0,436	0,285	0,392
21 — Madeira	0,033	0,030	0,042	0,015	0,175	0,296
09 — Conservas de frutos	0,037	0,029	0,044	0,037	0,086	0,143
19 — Calçado	0,014	0,025	0,019	0,009	0,148	0,352

NOTA: O critério de classificação dos principais ramos exportadores é o peso das exportações dos ramos I (e_i) sobre as exportações totais (e_T), exceptuando os serviços. (u = conteúdo directo e indirecto de importação).

Quanto aos sectores exportadores, constata-se que, em referência a 1977, os seis principais ramos (contribuindo com cerca de metade das exportações) apresentam elevados conteúdos de importação, com excepção dos ramos 22 e 24. Noutra perspectiva, seleccionando os ramos com coeficientes de importações iguais ou superiores a 0,30, verifica-se que estes perfazem 33% das exportações.

Constata-se, por outro lado, que a manutenção da posição das exportações tradicionais entre 1970 e 1977 (Têxtil de Algodão e Mistos, Vestuário, Cortiça, Bebidas e Madeiras) é sempre acompanhada de um aumento nítido do conteúdo de importações.

Poder-se-á ainda concluir, da leitura do Quadro 10, que o aumento do peso das exportações dos ramos com maior capacidade de inovação tecnológica (Construção e Reparação Naval, Máquinas e Material Eléctrico,

Produtos Metálicos e Máquinas não Eléctricas) foi sempre acompanhado de uma substituição de importações como revela a evolução do coeficiente u_i entre 1970 e 1977 — o que atesta a consistência de uma política conjunta de substituição de importações e de promoção de exportações —, embora os conteúdos de importação tenham também aumentado.

No que se refere aos sectores com maior peso no abastecimento do mercado interno, podem tirar-se conclusões muito semelhantes relativamente às dependências de inputs importados, como se pode ver no quadro seguinte:

QUADRO 11

Dependências do exterior dos principais ramos abastecedores do mercado interno

MATRIZ 60X60

Ramos	y_i^I/y_T^I		u_i		μ_i	
	1970	1977	1970	1977	1970	1977
01 — Agricultura	0,128	0,108	0,210	0,311	0,074	0,090
07 — Carne e Conservas de Carne	0,055	0,077	0,063	0,099	0,181	0,285
44 — Material de Transporte	0,050	0,068	0,282	0,283	0,377	0,511
12 — Outros Produtos Alimentares	0,085	0,066	0,075	0,092	0,271	0,410
03 — Pecuária	0,070	0,062	0,048	0,024	0,141	0,264
16 — Têxtil Algodão e Mistos	0,049	0,047	0,111	0,092	0,294	0,368
18 — Vestuário	0,064	0,044	0,031	0,026	0,218	0,233
34 — Derivados do Petróleo e Carvão	0,016	0,044	0,284	0,178	0,687	0,892
40 — Produtos Metálicos	0,035	0,039	0,150	0,136	0,298	0,368
33 — Produtos Químicos Diversos	0,020	0,035	0,249	0,407	0,383	0,421
11 — Alimentos para Animais	0,017	0,030	0,045	0,032	0,363	0,667
38 — Indústrias do Ferro e do Aço	0,025	0,027	0,383	0,425	0,342	0,534
04 — Pesca e Conservas de Peixe	0,022	0,026	0,176	0,107	0,161	0,206
37 — Outros Minerais não Metálicos	0,015	0,025	0,071	0,058	0,067	0,184

NOTA: Definiram-se como principais ramos abastecedores ao mercado interno os que, em 1977, apresentaram maior peso dos bens de procura interna (y_i^I) relativamente à procura interna total (y_T^I).

O Quadro 11 revela que, no mercado interno, predominam os ramos da fileira alimentar, com os ramos 01, 07, 12, 03, 11 e 04 a ocupar, em 1977, cerca de 37% da procura interna de bens nacionais. Seguem-se os ramos da fileira metálica cujos sectores mais significativos preenchem cerca de 13% da procura interna. Com algum significado destacam-se ainda os ramos 16 e 18, da fileira têxtil, que ocupam cerca de 9% no total da procura interna.

Os três grupos de ramos referidos revelam comportamentos diversos quanto à dependência do exterior. Com efeito os ramos da fileira alimentar mostram, com excepção da Agricultura, coeficientes globais de dependência externa não muito elevada. Esta observação confirma a conhecida desarticulação dos ramos alimentares ao nível dos inputs agrícolas. Naturalmente que este facto reflecte-se nos elevados conteúdos de importação referentes a estes ramos conforme se pode concuir pela análise dos coeficientes u.

Os ramos da fileira metálica mostram elevados coeficientes u_i e u. Traduzindo assim:

— uma elevada dependência do exterior quanto ao aprovisionamento directo de inputs e ao efeito multiplicador sobre as importações intermédias dos ramos a montante (é o caso do ramo 44 — Material de Transporte e, mais simplificativamente, do 38 — Indústrias do Ferro e do Aço, como se pode constatar pelos respectivos coeficientes u_i);

— uma elevada penetração externa de bens pertencentes a esses ramos (é o caso, de novo, dos ramos 38 e 44 onde a oferta externa detém mais de 50% da oferta total e do ramo 40 onde aquela ocupa 37% do mercado, como se pode constatar pelos coeficientes u_i).

3. A substituição de importações em Portugal: que futuro?

3.1. *Potencialidades da substituição de importações — uma análise por fileiras produtivas*

Como já se referiu, a conjugação de uma adequada estratgégia de desenvolvimento requer a análise prévia da estrutura das importações e da sua inserção no sistema produtivo.

Neste ponto, procuraremos sintetizar, em termos de fileiras produtivas, os principais pontos críticos da nossa dependência estrutural do exterior relevando as áreas em que parece possível e necessária a adopção de uma política de substituição de importações.

As fileiras que apresentam pontos de desarticulação mais pronunciados em termos de inter-relação interna dos processos de produção, são:

I) *A fileira alimentar*, com índices de dependência do exterior muito elevados nos pontos a montante da fileira (vide os elementos coeficientes u_{ij} no Diagrama 1) (1).

Deste modo, a situação de quase total auto-abastecimento nos ramos a jusante da fileira alimentar, apoia-se sobre uma elevadíssima dependência externa dos inputs não transformados. Portugal é, consequentemente, muito vulnerável, no que se refere à oferta alimentar, a situações de conflito ou de catástrofe que cortem as fontes de abastecimento externo de bens alimentares estratégicos. A perda de domínio dos circuitos de importação e comercialização desses bens seria o fecho do círculo da dependência já constatada ao nível da produção.

A transformação da lógica de relações internas na fileira alimentar, no sentido de minimizar a dependência do exterior é crucial para permitir o processo de acumulação subjacente à estratégia de desenvolvimento que se venha a implementar. Com efeito a inadequação entre a estrutura da oferta nacional de bens alimentares e o padrão de consumo alimentar torna-se um obstáculo poderoso à mobilização de recursos para o desenvolvimento ao cativar, anualmente, uma parte substancial do potencial de poupança do país.

Para assegurar o equilíbrio oferta/procura alimentar é necessário equacionar, por um lado, a modificação da estrutura da oferta, ponderando os conteúdos importados de determinados bens, sobretudo dos bens exóticos e, por outro lado, a necessária modificação da dieta alimentar segundo critérios que, para além do seu conteúdo e Valor intrínsecos, tenham presentes as restrições impostas pela oferta.

II) *A fileira têxtil* é uma das que, de forma paradigmática, denuncia o paradoxo de um sector exportador que auto-consome uma relevante parcela das divisas que obtém.

Como poderá observar-se no diagrama que abaixo se apresenta, a fileira têxtil depende fortemente do exterior no tocante a consumos intermédios correntes verificando-se um decréscimo dessa dependência à medida que se caminha para juzante da cadeia produtiva.

Nestas condições, a necessária reconversão do sector têxtil não poderá descurar a necessidade de minimizar o conteúdo importado das nossas exportações, particularmente no que se refere às fibras naturais (algodão e fibras duras).

III) *Na fileira do calçado e curtumes*, a oferta nacional de peles verdes é insuficiente para assegurar o auto-abastecimento dos inputs necessários. Na medida em que aquele input depende da produção de carne, a respectiva oferta interna e a correspondente substituição de importações, só podem crescer à medida da expansão da oferta interna de carne.

O Diagrama 3 revela também situações de forte dependência externa relativamente a produtos da fileira química (onde predominam os tanantes) o que contribui para a formação de um elevado conteúdo de importações quer no ramo do calçado (cada unidade de procura final de bens deste ramo induz 0,352 de importações intermédias) quer no ramo dos Curtumes onde aquele coeficiente sobe para 0,429.

IV) *A fileira, química* apresenta descontinuidades generalizadas, mais significativa nos ramos a montante, e nas transacções internas do sector químico, como se pode verificar nos Diagramas 4, 5 e 6.

Embora a classificação de ramos subjacente ao Diagrama 4 apresente um elevado nível de agregação, é patente, em todo o caso, a situação de desintegração no interior da fileira química, exactamente entre os ramos onde se processam as transacções dominantes. Não surpreende, por isso, que os ramos nacionais da indústria química apresentem elevados conteúdos de importação (0,457 no ramo 29 — Produtos Químicos de Base e 0,421 no ramo 33 — Produtos Químicos Diversos).

Na fileira da Química Básica (onde esta se constitui como o ramo mais a montante), observam-se situações muito diversas que vão desde uma fraca dependência externa directa dos «Adubos» — onde apenas 3% dos inputs directos são importados — até às dependências quase totais do ramo 37 — Outros Minerais não Metálicos e da fileira têxtil.

Nos ramos a jusante da fileira, as situações de dependência externa estão bastante atenuadas o que não obsta todavia a que, nalguns casos, se verifiquem conteúdos de importações elevados devidos à forte importação de produtos químicos verificada no início da década.

---

(1) Os Diagramas que aqui se apresentam foram construídos a partir da Matriz de relações Intersectoriais para 1977, construída pelo GEBEI/IACEP. Os coeficientes que quantificam a ligação entre cada bloco/ramo do Diagrama definem-se:

$$uij = \frac{mij}{mij + xij}$$

ou seja, o coeficiente de oferta externa de bens correntes de tipo i ao ramo j (u_{ij}) define-se pela razão entre as importações intermédias de bens desse tipo feitas pelo ramo j e a procura total de inputs i feita pelo ramo j.

DIAGRAMA 1: FILEIRA ALIMENTAR

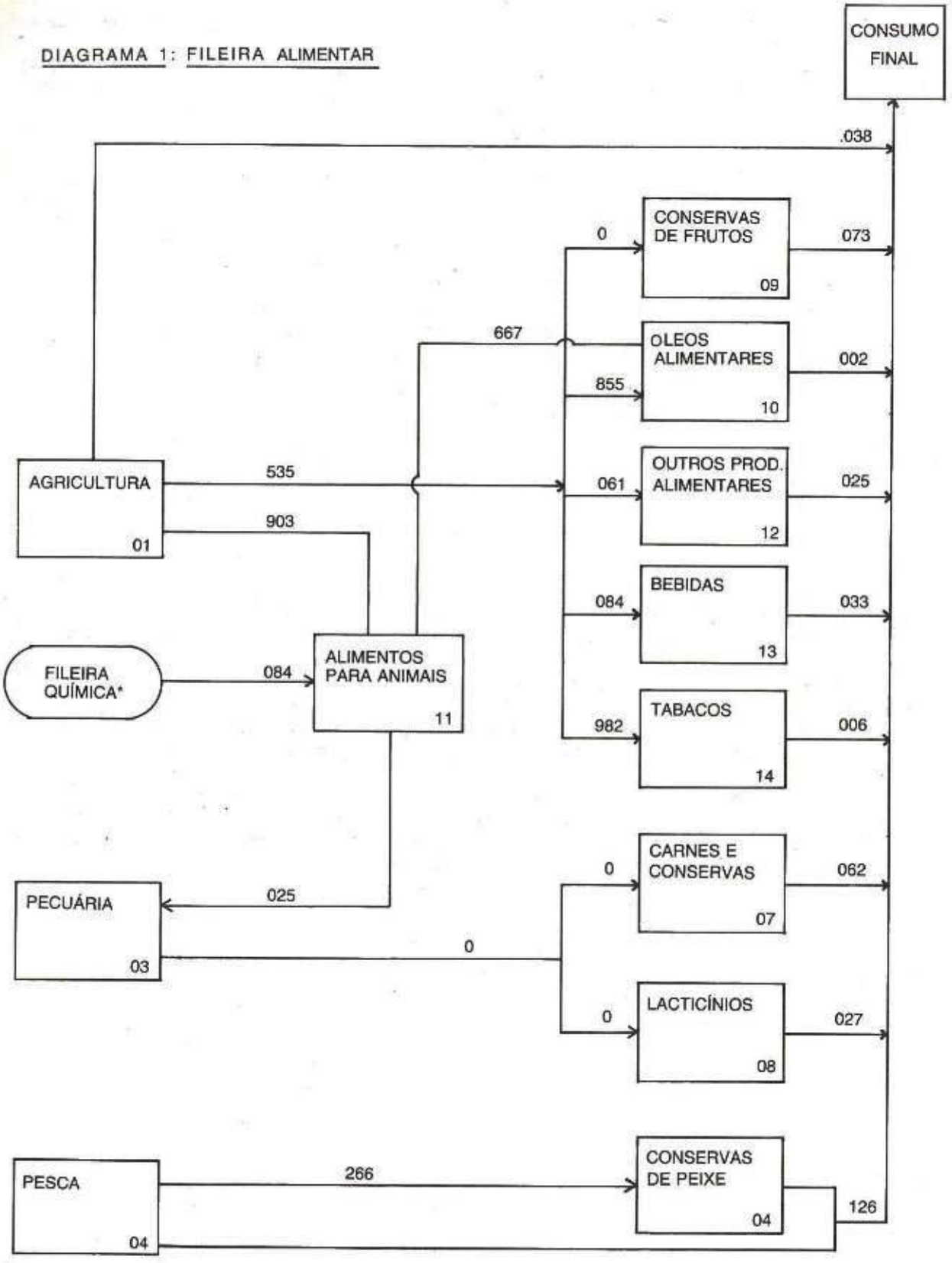


DIAGRAMA 2: FILEIRA TÊXTIL

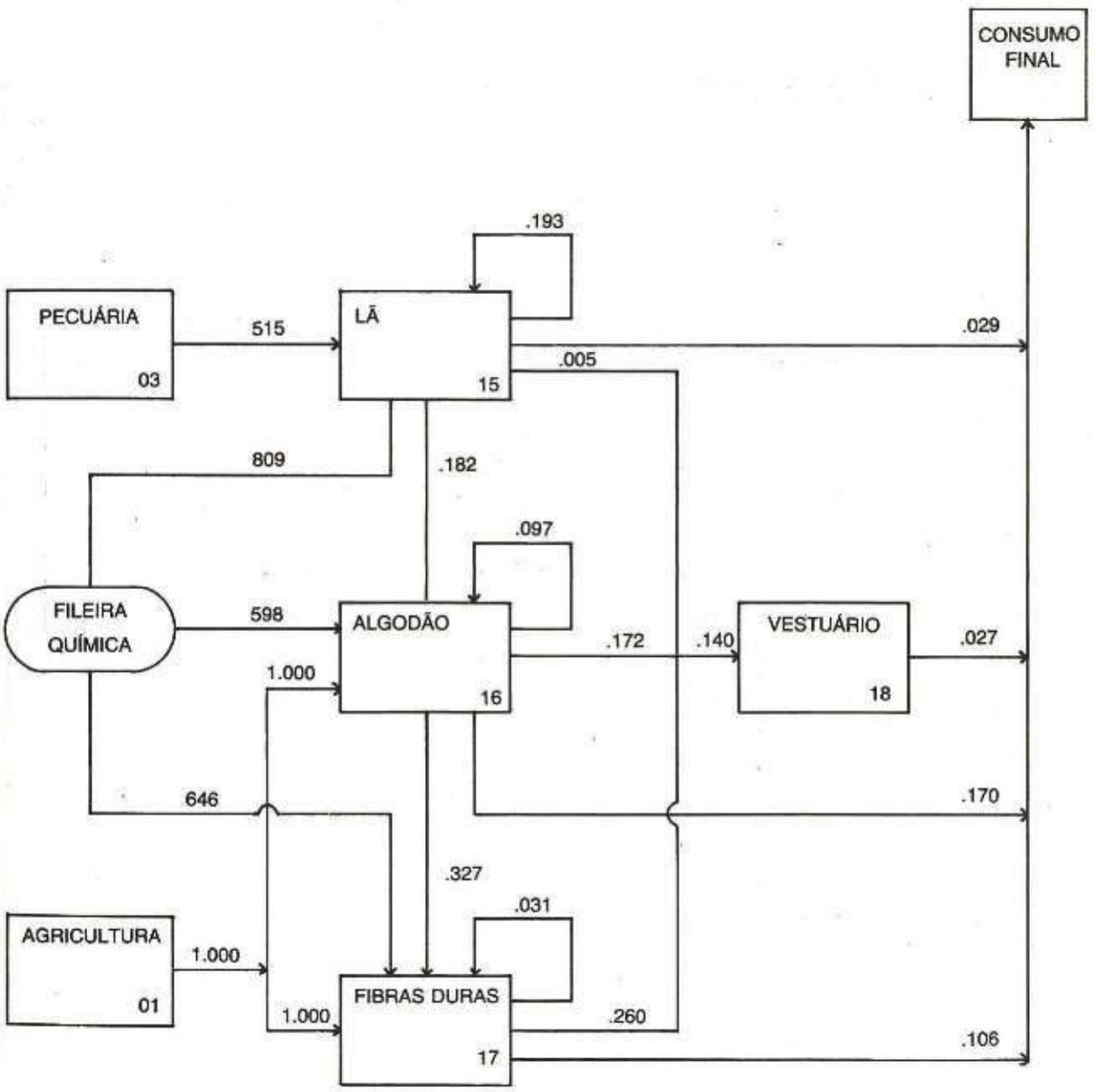


DIAGRAMA 3: FILEIRA DOS CURTUMES

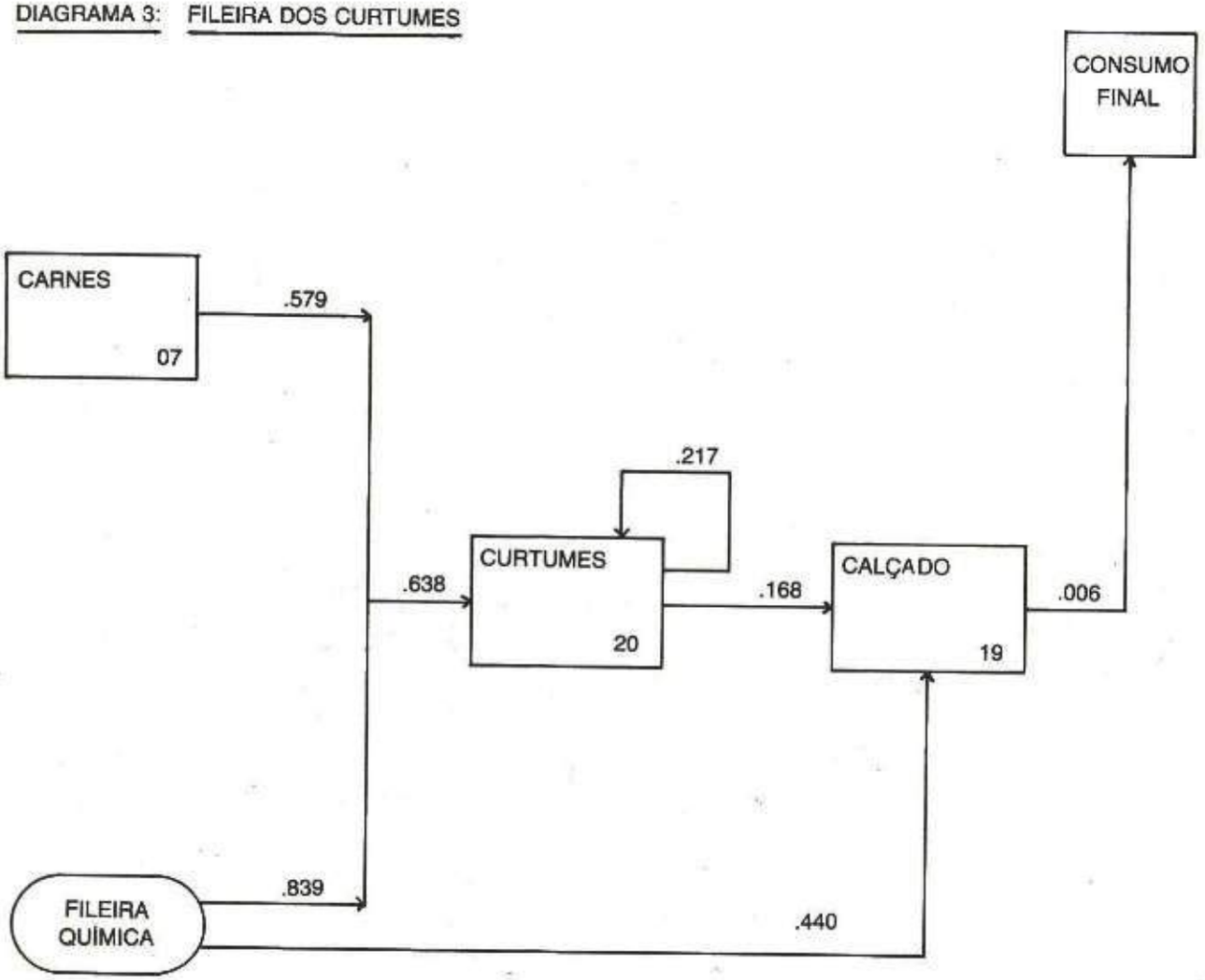


DIAGRAMA 4: FILEIRA QUÍMICA

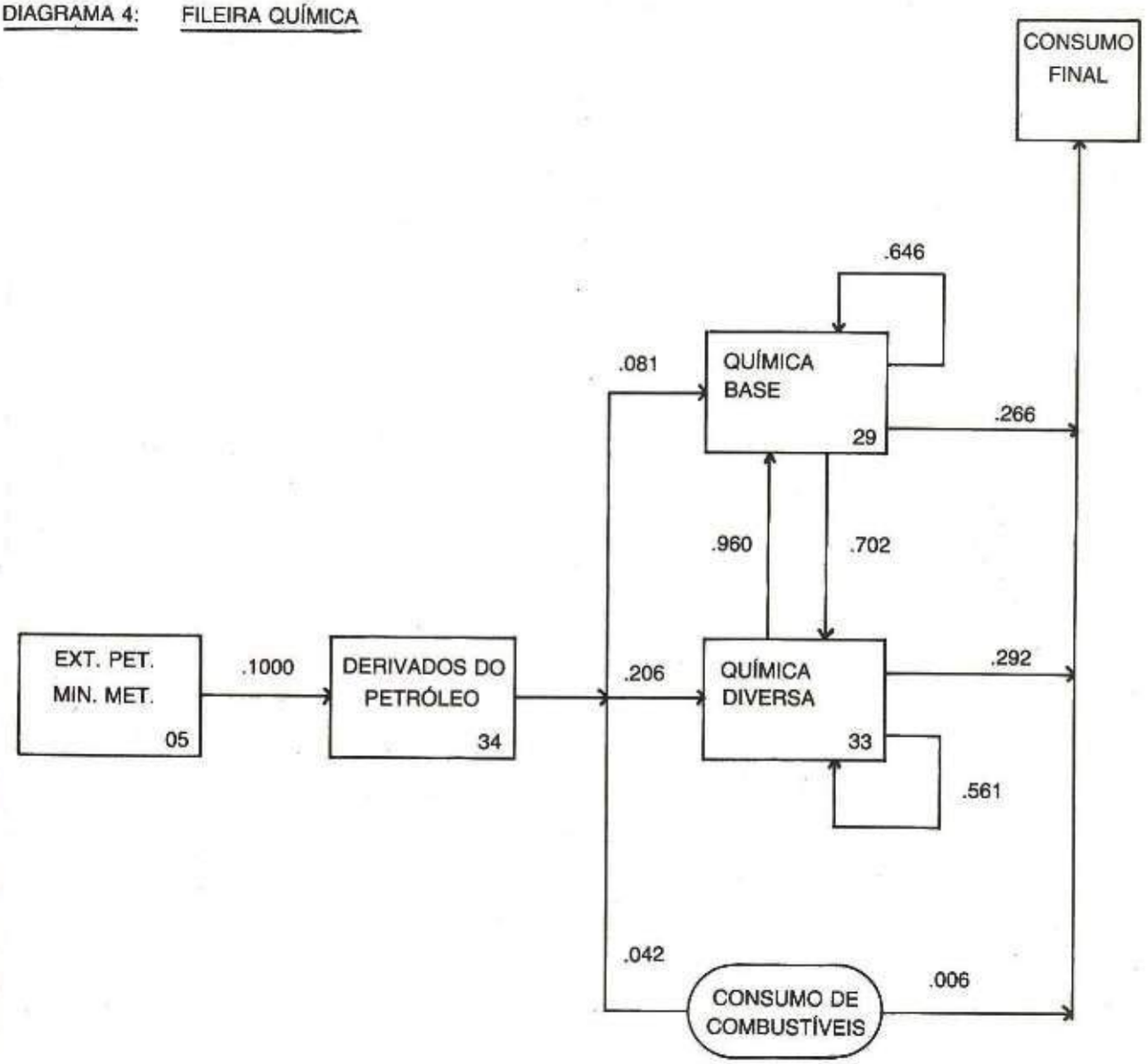


DIAGRAMA 5: FILEIRA DA QUÍMICA BÁSICA

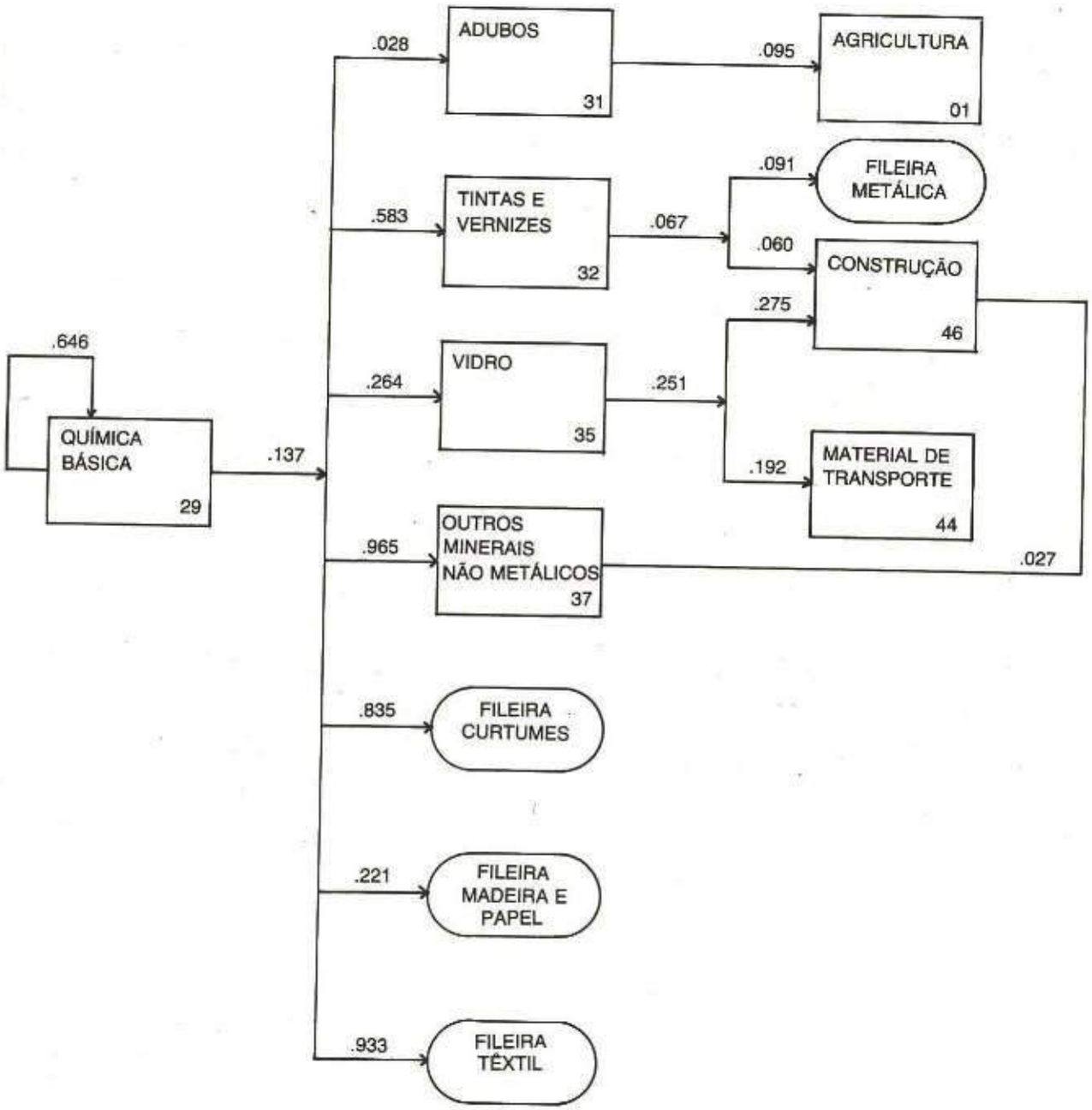


DIAGRAMA 6: SUBFILEIRA DA QUÍMICA DIVERSA

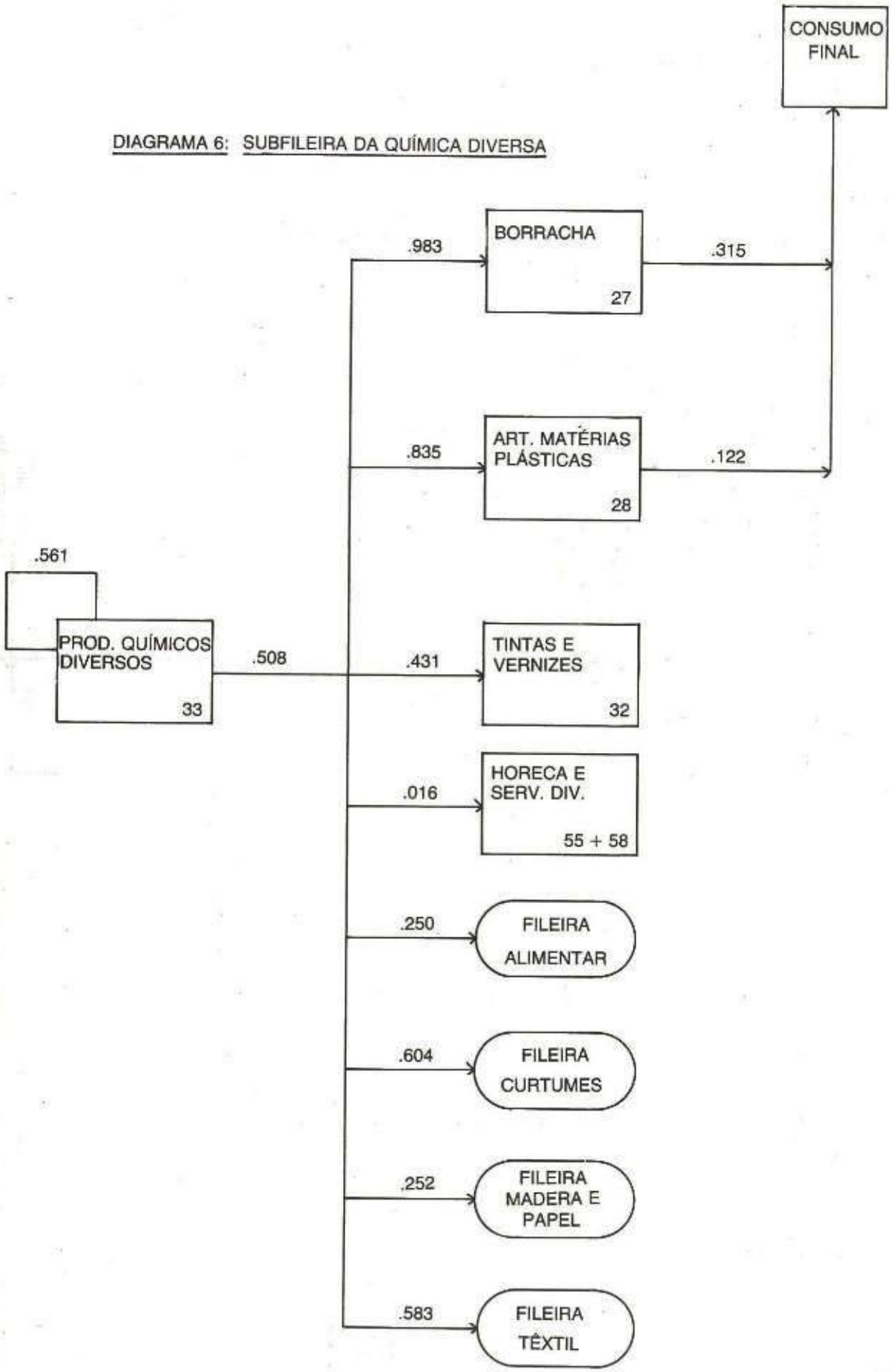
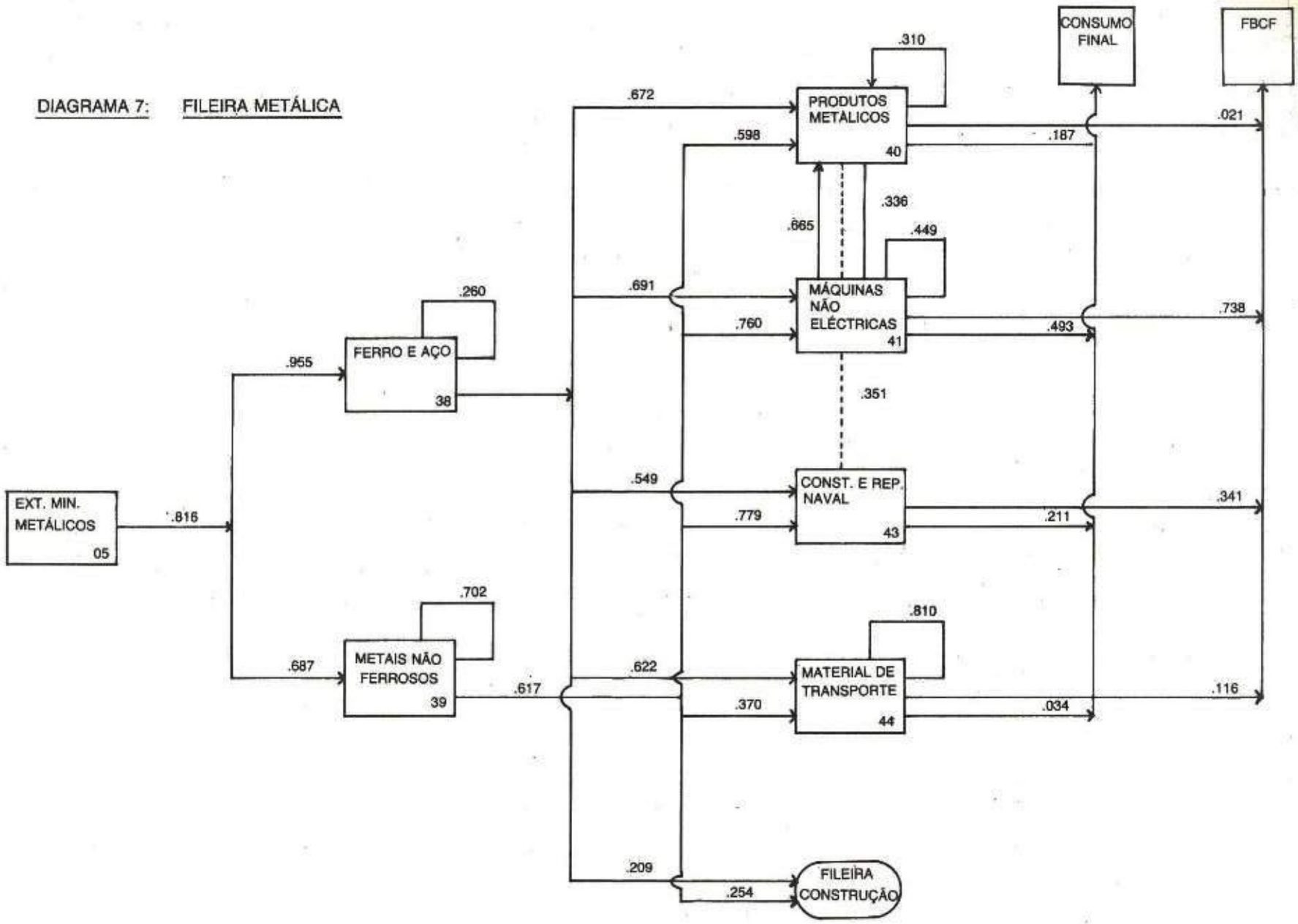


DIAGRAMA 7: FILEIRA METÁLICA



Mas não posso deixar de me congratular com a iniciativa tomada pela Associação 25 de Abril de promover este primeiro Seminário dedicado principalmente a estudiosos portugueses. A serenidade e a objectividade têm de tomar raízes entre nós. Mais tarde então haverá lugar a colóquios com participação estrangeira. Já agora faço votos para que os convites sejam mesmo endereçados a especialistas a fim de evitar situações embaraçosas para todos!

Senhor Presidente da República
Senhores Embaixadores
Minhas Senhoras e meus senhores

O facto deste Seminário ser organizado pela Associação 25 de Abril, convoca-me a tecer algumas considerações sobre a existência de uma elite militar responsável pelo empenhamento actual das Forças Armadas na defesa do regime democrático pluralista — essa característica singular da revolução do 25 de Abril que espantou o mundo, e com inteira razão!

O trânsito efectuado entre o regime ditatorial e a promulgação da Constituição em Abril de 1976 é com efeito sem exemplo na história das intervenções militares em Portugal.

Para caracterizar essa diferença basta analisar o comportamento da instituição militar face aos diferentes regimes políticos que vigoram em Portugal neste século. Desde a efectiva subordinação das Forças Armadas à Monarquia Constitucional ao seu alheamento no trânsito entre a monarquia e a república em 1910, passando pelo aproveitamento castrense da doutrina militar da 1.ª República até ao desentendimento visível com o regime parlamentar republicano após o início da I Grande Guerra Mundial e que iria culminar no golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 — *variados foram* os comportamentos da instituição militar em relação ao poder político. Mas de uma maneira geral pode-se detectar um continuado alheamento face à natureza específica do regime político (monarquia na sua forma parlamentar ou ditatorial; república parlamentar ou presidencialista; Estado Novo e Estado Social).

Ora uma das características da condução do processo político desencadeado pelo M.F.A. foi a revelação de uma elite militar de proveniência variada, mas ditada de pensamento estratégico sobre a resolução dos grandes problemas nacionais (Democratizar, Descolonizar e Desenvolver) e sobre a própria instituição militar. E essa elite, de uma forma geral — e atendendo aos resultados! — manter-se-á de acordo para considerar o regime democrático pluralista como o mais adequado à afirmação do Estado Português e à sobrevivência das próprias Forças Armadas.

A intervenção histórica do M.F.A. — aqui encarada com metamorfose da instituição militar — caracterizou-se pois pela ruptura com a indiferença secular das F. Armadas face ao tipo de regime político interno e pela revelação de uma elite militar com origem e *curricula* diversos.

A existência dessa elite militar intelectual, não é geralmente reconhecida extra-muros, ou seja por parte de outros grupos dirigentes nacionais; desde os universitários aos empresários, desde os grandes «corpos de Estado» aos tecnocratas, desde os políticos aos sindicalistas. (Parte dessa elite maneja com grande operacionalidade as aquisições das ciências sociais e sem véus ideológicos pretende conhecer o Estado da Nação).

Essa elite militar não é uniforme e as suas opções concorrentes no sentido do estabelecimento de um regime democrático pluralista; *na necessidade histórica* da descolonização *e no imperativo* do desenvolvimento com garantia de independência nacional *correspondem a um momento singular*, cristalizado à volta do M.F.A. e da sua estratégia política.

Essa estratégia política prolongou-se no tempo graças à consagração do método de eleição por sufrágio universal e directo do Presidente da República — *de facto a grande inovação do II Pacto MFA-Partidos de Fevereiro de 1976*. Pode-se dizer que a eleição directa de um general para a Presidência da República tem constituído o essencial de estratégia política ou instituição militar, pelo menos até à revisão constitucional. Com efeito as duas eleições presidenciais já efectuadas caracterizaram-se por uma disputa entre vários militares com concepções diferentes, quer sobre os melhores projectos de sociedade para Portugal quer sobre a natureza das Forças Armadas no contexto nacional.

Através das eleições presidenciais pretéritas escolheu-se por sufrágio universal, o militar que comandaria as Forças Armadas *e que imprimiria a influência sublimada da instituição militar na evolução do regime democrático*. Do mesmo passo essas eleições permitiram a escolha de um militar com singular força política derivada do sufrágio *e que estaria assim em melhores condições para subordinar as Forças Armadas ao poder político democrático*.

Mas não se esgota nesse processo a dialéctica das relações entre os militares e o regime democrático originado a 25 de Abril.

Assim noutros espaços das Forças Armadas desenvolveu-se a elaboração de um conceito *alargado de Defesa Nacional* — por cujos critérios se deveria avaliar a bondade de algumas actuações governamentais já que quase tudo na actividade política pode ser aferido numa perspectiva de «poder nacional». Deste modo o sistema político estaria sempre sob a avaliação dos peritos em *estudos de situação estratégica*. Esse conceito alargado de Defesa Nacional pretendeu também introduzir um elemento perturbador em qualquer regime democrático qual seja o de

DIAGRAMA 8: FILEIRA ELÉCTRICA

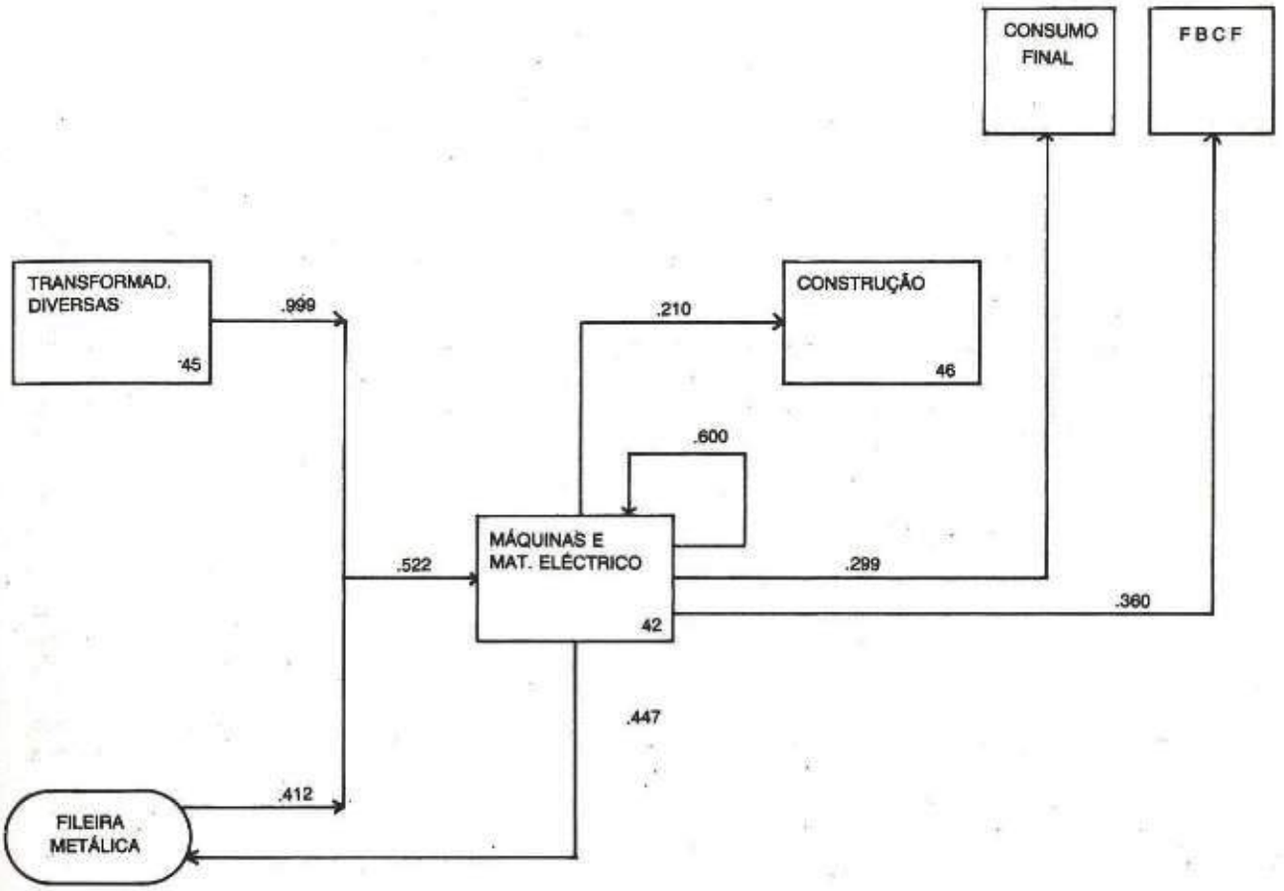
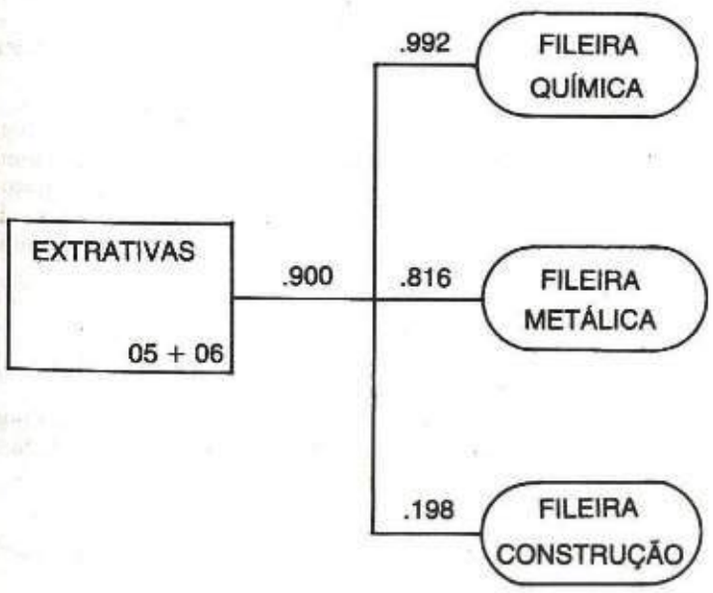




DIAGRAMA 9: LIGAÇÃO DAS FILEIRAS PRODUTIVAS AOS RECURSOS NATURAIS



A subfileira da Química Diversa, definida pela posição a montante do ramo 33 — Produtos Químicos Diversos (o qual é constituído por produtos em segundo ou terceiro estádio de transformação) revela também situações muito diversas: enquanto a quase totalidade dos inputs da «Borracha» e dos «Artigos de Matérias Plásticas» são importados (98% e 84% respectivamente), o conjunto de ramos das fileiras alimentar e da madeira e papel apresentam coeficientes de oferta de produtos químicos diversos pouco significativos.

V) *A fileira metálica* não foge à regra do diagnóstico já feito nas fileiras analisadas: fortes dependências do exterior em termos de aprovisionamento de matérias-primas e produtos intermédios e dependências mais atenuadas, e mesmo insignificantes, nos ramos mais próximos da procura final.

Na extremidade da cadeia, a montante, quantifica-se a conhecida dependência, quase total, de produtos minerais (minérios de ferro e carvão para o ramo 38 — Indústrias do Ferro e Aço, amianto, diatomito, etc. para o ramo 39 — Minerais não Ferrosos). Nos ramos voltados para a procura final são evidentes as dependências a montante e pouco representativas a jusante.

VI) *A fileira eléctrica* que tem como ramo nuclear as «Máquinas e Material Eléctrico» suscita entre outras as seguintes observações:

— elevada dependência quer a montante quer intra-sectorialmente. No último caso a dependência fica basicamente a dever-se ao elevado conteúdo de importações directas de algumas linhas de montagem de máquinas e aparelhos eléctricos e electrónicos;
— peso relativamente elevado da dependência externa de bens finais (para consumo final e para investimento) o que ilustra a nossa incapacidade para produzir uma vasta gama de artigos desta fileira.

A título de síntese parece poder tirar-se uma ilacção que é praticamente comum às várias fileiras produtivas apresentadas: os pontos nevrálgicos da dependência situam-se, de forma geral, a montante das fileiras o que revela uma deficiente articulação entre o subsistema de recursos naturais (recursos minerais, agrícolas, marítimos, energéticos) e a respectiva transformação industrial. Esta dependência é reforçada pela incapacidade de oferta interna de bens de equipamento (1). (ver Diagrama 9).

As políticas de industrialização que geraram aquela estrutura falharam na consecução do objectivo clássico apontado às políticas de substituição de importações: a criação de cadeias produtivas interligadas, constituídas a partir da produção de bens de consumo corrente e evoluindo para montante.

Parece pois, que a definição de uma nova estratégia não poderá deixar de ter em conta:

I) A construção de um forte sector exportador, inevitável fonte de recorsos externos para uns economia de pequena dimensão. Porém, a solução do nosso desequilíbrio estrutural nas contas com o exterior, torna crucial a minimização do conteúdo importado do sector exportador de modo a maximizar-se o ganho líquido de divisas. Este objectivo implica a execução de projectos de substituição de importações nos ramos a montante do sector exportador, de modo a permitir a máxima retenção interna do valor acrescentado, e a tirar partido da difusão interna dos vários tipos de efeitos multiplicadores: emprego, rendimento etc. O mesmo critério é obviamente aplicável a novos projectos de promoção de exportações importadores de inputs;

II) uma política de auto-abastecimento, de bens que suprem necessidades básicas com particular acuidade no sector alimentar;

III) a consideração do conteúdo energético, dado o seu peso na estrutura de custos de um número significativo de ramos produtivos, visando diminuir a pressão sobre as importações de energia.

Em suma, atendendo à estrutura económica actual e ao tipo de integração económica que Portugal desenvolveu, não faz sentido colocar o cerne da discussão da estratégia de desenvolvimento sobre a dicotomia substituição de importações «versus» promoção de exportações. Por essa razão, a reconversão da actual estrutura industrial, deverá assentar numa simbiose de promoção de exportações de bens competitivos, justificada por reais vantagens comparativas e numa substituição de importações visando garantir uma adequada articulação interna numa economia aberta ao exterior.

3.2. *A substituição de importações no contexto da adesão à CEE*

É já um lugar comum afirmar-se que a economia portuguesa precisa adaptar-se à nova envolvente económica internacional. Com efeito, em meados da década de 80 — um período crítico que já não poderá deixar de fazer

(1) Situação que não foi objecto de estudo nesta comunicação mas que é reconhecida como verdadeirea (estruturalmente, as importações de bens de investimento representam cerca de 15% das importações totais).

história no processo sistemático e dinâmico de redefinição da DIT —, o sistema produtivo português apresenta agudas vulnerabilidades que, a não serem rapidamente combatidas, reforçarão a nossa posição subalterna na hierarquização internacional que a «Revolução Tecnológica» em curso necessariamente imporá.

O processo de adaptação estrutural e de desenvolvimento industrial terá que ser concebido, organizado e aplicado no quadro mais geral de uma estratégia de desenvolvimento, entendida como concepção operacional de desenvolvimento a prazo, que privilegie a coerência do sistema produtivo. Trata-se, portanto, de pôr em prática uma gestão estratégica do sistema industrial, o que pressupõe mobilização de meios, coordenação de estruturas de actuação, implementação de políticas adequadas e, sobretudo, uma visão clara do modelo de desenvolvimento possível e necessário para o país.

Como atrás sugerimos a questão não se colocará tanto em saber se devemos optar por uma estratégia centrada na promoção de exportações ou se deve ser conferida prioridade à substituição de importações. Trata-se, antes, de procurar optimizar a combinação de estratégias que se afigurar mais adequada.

Teremos, evidentemente, que conseguir fluxos importantes de exportações mas não poderemos omitir que a difusão de novas tecnologias nas industrias mão-de-obra intensivas — precisamente as que são responsáveis pelo grosso das nossas exportações —, modificará, radicalmente, a prazo não muito longo, os métodos e as condições de produção actualmente existentes. A regulação da nossa competitividade externa não poderá, portanto, continuar a fundar-se na progressiva desvalorização relativa da mão-de-obra até porque a elevação sistemática, veiculada pela política cambial que tem sido adoptada, do rácio «preço do capital/preço do trabalho», constitui um forte desincentivo à necessária elevação dos nossos níveis técnicos e tecnológicos.

Quer dizer: se não lograrmos passar a assentar a nossa competitividade externa no binómio «níveis técnicos e tecnológicos/qualificações», abandonando o tradicional binómio «preços-salários», corremos o risco de ficar condenados a uma hiperespecialização em produções vulgarizadas que mais reforçará a nossa marginalização relativamente aos países industrializados.

É, portanto, imperioso que se mobilizem e concentrem esforços no sentido de se promover uma alteração radical das condições de competitividade das nossas exportações, por forma a que possamos beneficiar de termos de troca mais favoráveis e da retenção, no país, dos excedentes de produtividade necessários para alimentar, de forma sustentada o processo de acumulação.

É neste quadro de referência que ganha verdadeiro sentido e alcance a problemática da substituição de importações, impondo-se, portanto, a formulação de uma caracterização, necessáriamente sintética, das principais condicionantes que se colocam à adopção de uma política voluntarista de substituição de importações.

A correcta inserção de Portugal no processo em curso de redefinição da divisão internacional do trabalho e, em particular, a eventualidade de adesão à CEE, exigem a mobilização de uma parcela substancial dos recursos existentes e, bem assim, a definição e aplicação de uma nova política de investimento que privilegie a formação de capital humano e a investigação e desenvolvimento. Não se trata, apenas, de redefinir prioridades na afectação de recursos — privilegiando investimentos imateriais em detrimento de aplicações de natureza capital--intensiva — mas, sobretudo, de promover a adaptação do do sistema financeiro às necessidades e prioridades do desenvolvimento económico.

Perante a vulnerabilidade do sistema científico e tecnológico existente e a insuficiência e inadequação do actual sistema de formação, torna-se necessário aumentar significativamente o volume (e também a reprodutividade) do investimento, sendo evidentes as limitações da poupança nacional para garantir os correspondentes níveis de financiamento. Tal significa que o investimento estrangeiro terá que desempenhar um papel relevante no desenvolvimento do país, sendo previsível que a entrada de Portugal na CEE induza um afluxo considerável de recursos que são supostos de contribuir para a consolidação e modernização das nossas estruturas técnicas e tecnológicas e, bem assim, para a penetração das exportações portuguesas em mercados dotados de grande dinamismo.

Todavia, não é crível que, face à exiguidade do nosso mercado interno, as prioridades dos investidores estrangeiros coincidam, na generalidade dos casos, com os interesses económicos nacionais. A ser assim, uma parcela significativa da política de substituição de importações terá que ser financiada por recursos internos. Atentos os constrangimentos financeiros do país e tendo em devida conta que a integração no Mercado Comum nos impõe, nas relações com terceiros países, a adopção de uma pauta exterior comum — que, em geral, é menos protectora que a pauta portuguesa — e, bem assim, o cumprimento de acordos comerciais celebrados com um elevado número de países e regiões — os quais, na maioria dos casos, isentam de direitos as importações deles oriundas —, torna-se evidente que a substituição de importações terá que desenrolar-se à margem do quadro hiperprotector que, no passado, favoreceu a sua adopção. É certo que, em determinadas áreas — aliás, muito circunscritas — nos será concedida, transitoriamente, a possibilidade de protecção da produção nacional da (acrescida) concorrência externa, mas tal circunstância não elimina a necessidade de a substituição de importações se processar com eficiência por forma a que a produção nacional possa concorrer, em preço e em qualidade, com os produtos competitivos importados.

Quer dizer: a envolvente económica externa pode potenciar bases tecnológicas e qualificações humanas propícias à implementação de uma política de substituição de importações. Tal política não poderá, no entanto, comportar, a prazo, custos de oportunidade que prejudiquem a consecusão de níveis adequados de eficiência na

aplicação dos recursos. Assim, a política de substituição de importações terá que ser selectiva — devendo incidir sobre os principais polos de desarticulação do sistema produtivo e propiciar a maximização do valor acrescentado nacional —, economicamente eficiente e globalmente rentável, a prazo, do ponto de vista financeiro.

A explicitação dos horizontes temporais de referência a considerar na avaliação financeira dos projectos concretos de substituição de importações constitui, naturalmente, um aspecto importante, afigurando-se necessário que os prazos a reter na avaliação da rentabilidade sejam suficientemente amplos para contemplar os períodos de maior reprodutividade dos investimentos.

3.3. *Envolvente institucional à substituição de importações*

Nos pontos precedentes procurámos demonstrar a necessidade de ser adoptada uma política selectiva e eficiente de substituição de importações orientada para dotar de maior coerência o sistema produtivo e para potenciar o necessário «up-grading» das exportações.

Neste último ponto, abordamos, muito sumariamente, algumas das questões centrais que antecedem a adequada implementação e condicionam a desejável eficácia global do processo de substituição de importações.

É neste contexto que, entre outras, surge a questão de saber qual o sector de propriedade dos meios de produção com maiores responsabilidades no processo. Trata-se, evidentemente, de um falso problema dado que ambos os sectores — público e privado — terão um papel importante a desempenhar.

Ambos terão a lucrar com o alargamento do mercado interno sendo, pois simultâneamente, agentes e beneficiários do processo.

Do sector privado é de esperar que, de preferência com a participação do capital estrangeiro, se oriente para novas produções com mercado assegurado, designadamente em áreas em que as economias de escala não sejam fundamentais e em que o país já detenha alguma autonomia tecnológica — caso de alguns segmentos da química fina, da electromecânica e da bioindústria e de certas formas de energia renovável.

Ao sector público caberá, eventualmente em associação com o capital estrangeiro, promover a valorização de certos recursos naturais — mormente os minerais — e desenvolver novas produções, nomeadamente as de 3.ª transformação, nas áreas da petroquímica e da química de base.

É, no entanto, das sinergias advenientes da cooperação de ambos os sectores que se podem aguardar os melhores resultados. Neste contexto, a participação conjunta dos sectores público e privado — consubstanciada ou não na constituição de sociedades mistas — em programas finalizados de substituição de importações permitiria maximizar as complementaridades produtivas e tecnológicas existentes entre eles.

Do exposto, é lícito referir que a eficácia da participação de cada um dos sectores no processo de substituição de importações requer um mínimo de planeamento e de coordenação global das acções a desenvolver.

É sabido que o sucesso das políticas de substituição depende fortemente do voluntarismo e da vontade política dos poderes públicos e, sobretudo, da sua tradução prática, criando um ambiente propício e um conjunto de condições capazes de viabilizar tais políticas.

O Estado não poderá, portanto, deixar de desempenhar um papel relevante na condução e na coordenação do processo de substituição de importações.

Este processo poderia ser desencadeado de acordo com as seguintes linhas gerais:

- os projectos orientados para a substituição de importações seriam apreciados por estruturas intersectoriais de avaliação, as quais, uma vez analisada a conformidade daqueles com as prioridades sectoriais definidas, promoveriam a sua avaliação com base num certo número de critérios — VAB gerado, valor do coeficiente capital/emprego, saldo líquido em divisas, efeitos na valorização dos recursos naturais e humanos e na modernização ou endogeneização das capacidades tecnológicas, etc.;
- os projectos que demonstrassem ser economicamente eficientes seriam integrados em programas finalizados e financeiramente apoiados;
- a coordenação global e o controlo de execução dos programas finalizados competiriam a um orgão central designado para o efeito, preferentemente inserido na orgânica de planeamento.

Como é evidente, a racionalização dos procedimentos e a eficácia do modelo de implementação descrita exigem um esforço de planeamento, pressupõem uma adequada concertação orgânica e requerem, sobretudo, uma clara definição das prioridades do nosso desenvolvimento económico.

A inserção internacional da economia portuguesa
— algumas reflexões

António Romão

Nota Introdutória

1. Insere-se esta comunicação no tema «Desenvolver», um dos três «Dês» do Programa do MFA.

É já um lugar comum dizer-se que este foi o «D» menos conseguido, por isso, e não só, se justifica que sobre ele se reflicta criticamente e se alargue o debate, para além dos «economistas de serviço» de há sete ou oito anos a esta parte.

2. Se todos temos uma ideia e sabemos o que significa (ou pode significar) desenvolvimento, em termos gerais e globais parece-nos importante fazer algumas observações prévias para delimitar o conceito, tal como entendemos.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento não é um conceito neutro e, consequentemente, devemos ser mais exigentes do que a simples inócua fórmula do tipo «Desenvolvimento do País, da economia nacional, etc.».

É necessário interrogarmo-nos sobre: «*desenvolver o quê?*» e «*para quem?*».

Em segundo lugar, e que decorre parcialmente do ponto anterior, o desenvolvimento não pode nem deve ser confundido somente com o aumento do nível de vida, embora este esteja necessariamente associado aquele. Mas melhoria do nível quantitativo e qualitativo de vida de que grupos sociais? De que regiões? Baseado e/ou sustentado por que estruturas económicas?

As interrogações poderiam continuar.

Finalmente, nas condições actuais, quer internacionais, quer do nosso país e face à crise que vive hoje o capitalismo, justifica-se que nos interroguemos a que tipo de saída desta crise vamos assistir?

Um tipo de resposta pode ser «a saída da crise pelo capitalismo», e, então, este entrará noutra fase do seu desenvolvimento.

Outro tipo de resposta pode ser «a saída do capitalismo em crise» e, neste caso, estaremos no domínio, já não do desenvolvimento do capitalismo, mas do desenvolvimento dos povos.

Procurando referenciar *alguns* dos pilares deste «novo desenvolvimento», diremos que deve ser entendido como:

— desenvolvimento das forças produtivas nacionais, com melhor aproveitamento dos recursos internos;
— reforço da base estrutural produtiva do País, ou, dito de outra forma, o reforço da coerência interna do sistema produtivo nacional;
— reforço do posicionamento internacional do País;
— melhoria na satisfação das necessidades sociais, redução das desigualdades, maior justiça na propriedade e distribuição da riqueza;
— alteração qualitativa no modo de produzir e de usufruir os valores produzidos, o que implica uma forma participada do processo de desenvolvimento.

3. Poderá parecer irónico falar-se em desenvolvimento, quando se conhece a evolução/experiência dos últimos anos, e a política restritiva (curto prazo) que tem sido adoptada, sem quaisquer perspectivas de desenvolvimento.

As políticas de curto prazo não podem ser autonomizadas e só fazem sentido, política, económica e socialmente, quando enquadradas numa política global de desenvolvimento.

É ponto sobre o qual há um largo consenso, mas trata-se de um consenso «não praticante».

As opções políticas tomadas nos últimos oito anos, com a tradução, no campo económico-financeiro, de políticas de curto prazo, ditas de «estabilização», vieram a reduzir progressivamente a margem de manobra interna e a autonomia de decisão, que permitissem empreender um projecto de desenvolvimento com as características atrás referidas.

4. Para a análise da inserção internacional da economia portuguesa, devemos ter em conta dois pontos de referência:

— a evolução nos últimos anos e;
— que perspectivas se apresentam quanto ao futuro.

Quanto à evolução recente, não podemos ignorar a influência de factores e de decisões que vinham de antes de 25 de Abril de 1974.

Relativamente às perspectivas que se colocam — dada a opção política feita pelas forças dominantes na Sociedade Portuguesa, traduzida no pedido de adesão à CEE, em 1977 — temos forçosamente que ter em conta este factor, hoje fundamental, *não só* para se perspectivar *o desenvolvimento* em Portugal, mas, *sobretudo*, que *tipo de desenvolvimento*.

Caracterização genérica da inserção internacional da economia portuguesa — principais linhas de forças

5. Dadas as circunstâncias e os elementos determinantes na estrutura e no evoluir da sociedade e da economia portuguesa até aos finais dos anos 50, só se pode falar *verdadeiramente* em inserção da economia portuguesa na economia mundial a partir da década de 60.

De facto, é hoje ponto pacífico em Portugal, de que até ao fim dos anos 50, foi dominante uma *certa* dinâmica interna (i é, maior influência de factores internos), traduzida num grau apreciável de autonomia político-administrativa, que se estendia à definição e implementação da política económica, a qual tinha como fio condutor desde o fim de guerra um forte acento na substituição de importações e no proteccionismo interno (condicionamento industrial...) e externo (barreiras duaneiras e limites à entrada de capitais estrangeiros...).

No início dos anos 60, devido a factores internos e externos a situação modificou-se substancialmente.

Daí que este tema tenha interesse ser abordado a partir desse «momento» de viragem.

Os factores mais significativos que conduziram a esta viragem foram:

— a *adesão de Portugal à EFTA*, em 1960, acompanhando a opção do seu principal parceiro comercial — Reino Unido —, e uma vez posta de parte, por este, a adesão à CEE, dois anos antes. Por outro lado, a dominação colonial portuguesa e o regime ditatorial impediram que Portugal pudesse equacionar um tipo de integração formal mais exigente, como era o caso da CEE.

A adesão à EFTA, para a época, correspondeu à satisfação de vários interesses então dominantes: 1) não pôr em causa a dominação colonial em África, falando-se mesmo na necessidade de um mítico «mercado único nacional», 2) não perder o grande mercado que representava para Portugal, o Reino Unido (em 1959, primeiro cliente com 11,4% das exportações totais portuguesas), ao mesmo tempo que mostrava não ignorar, embora sem grande entusiasmo no seu desenvolvimento, o movimento de integração que alargava a toda a Europa Ocidental.

— O *início da guerra colonial* em África, que vem dar uma nova dimensão ao problema colonial, e que é um elemento determinante nas diferentes fases e mutações operadas até 1974/75.
— O início de uma forte, *corrente migratória* para a Europa Ocidental, em particular para a França e RFA, por razões económicas (as mais fortes) e políticas. Sem ser um elemento novo, assumia uma natureza diferente, já que os emigrantes «da década de 60» ficavam bastante mais ligados a Portugal, do que as correntes anteriores para o Brasil, EUA, etc..
— Como elemento estrutural, assistia-se a uma *crescente internacionalização* da economia portuguesa que, não obstante, o seu vínculo colonial, tinha um muito maior grau de integração no mercado europeu (em 1959, 40,5% das exportações e 59,9% das importações dirigiam-se e provinham da CEE e da EFTA, enquanto as colónias representavam apenas 28,4% e 14,2% respectivamente).

Deve, contudo, assinalar-se que de 1960 a 1967 se assistiu, mais a uma adaptação «forçada» da economia portuguesa à dinâmica externa, do que a uma vontade política interna explícita visando uma inserção mais

profunda e mais ampla na economia capitalista mundial. É neste quadro que se pode compreender a atitude do regime de maior abertura face ao investimento estrangeiro, a partir de 1965, em grande parte determinada pela necessidade de apoio político à prossecução do domínio colonial.

O período que decorre entre 1968 e 1972/73, embora com avanços e recuos, pode caracterizar-se pela adopção de uma estratégia de assunção explícita da adaptação «forçada». Distingue-se da fase anterior pelo facto de agora encontrarmos uma *vontade explícita interna* de impulsionar uma mais vasta e profunda integração da economia portuguesa na economia mundial.

São traços dominantes nesta fase, a tentativa de implementar uma nova política industrial, com a concepção e o lançamento de alguns grandes projectos (plano siderúrgico, projecto de Sines, ligado à petroquímica,...) visando dotar o país de uma mais forte posição no sector de bens intermédios e a liberalização do condicionamento industrial, assim como, uma política de forte apoio à promoção das exportações.

O «momento» histórico correspondente a 1974/75, pode caracterizar-se como um curto período de «incertezas» e de «transformações qualitativas», sem que tenha havido condições para a definição e implementação de um novo modelo interno de acumulação e um novo tipo de inserção internacional do País.

Foi antes, um «momento» de confronto entre diferentes projectos, com convergências e alianças contraditórias e/ou conflituais e daí a sua precaridade.

O «saldo» deste «momento» traduz-se, nos seus elementos fundamentais, na:

— descolonização, como elemento irreversível;
— nacionalização do sistema financeiro e dos sectores de base, até aí controlados pelos grandes grupos financeiros;
— tentativa de uma reforma agrária na zona sul do País, onde domina o latifúndio;
— emergir do movimento cooperativo e autogestinário;
— estruturação e actuação de um forte movimento sindical, como elemento novo na cena social portuguesa.

A partir de 1976, coincidindo com alguns recuos no «saldo» atrás referido, Portugal entra numa nova fase que se pode caracterizar por uma mais acelerada inserção dependente da economia portuguesa na economia mundial capitalista. Nesta fase, para além dos sectores já tradicionais do comércio externo, emigração, turismo, dependência pela tecnologia, capitais externos, sob a forma de investimentos directos, surge um novo elemento que *vem reduzir a margem de manobra interna e aumentar a dependência*. Trata-se do *endividamento externo* (1) (actualmente em cerca de 15 milhões de dólares, o que representa cerca de 70% do PIB), com o recurso às políticas de «estabilização» tradicionalmente recomendadas pelo FMI, e que se traduzem «grosso modo» na redução do poder de compra interno, forte inversão na repartição dos rendimentos, desvalorização da moeda e, consequentemente, na desvalorização da força de trabalho e do espaço nacional.

É já neste quadro que, *em 1977*, o Governo português *pediu formalmente a adesão à CEE*, processo que ainda hoje se arrasta e que, para além das determinantes políticas na altura, será um vector de influência decisiva no tipo de inserção de Portugal na divisão internacional do trabalho (DIT). Embora aqui *devamos fazer uma distinção*, que nos parece importante, entre o grau *de integração real* da economia portuguesa na economia mundial, e, em particular, na CEE e a *integração formal*, com a provável adesão. Não será esta, só por si, o elemento determinante, mas sim um vector potenciador do tipo de integração real que vinha já de alguns anos a esta parte.

Nesta óptica, a tese que defendemos é a de que a integração real de Portugal, reforçada pela adesão à CEE, vai implicar o enfraquecimento da sua posição na DIT, através da redução do grau de coerência interna do sistema produtivo português e, assim, colocar o país numa situação mais vulnerável face a centros de decisão externos.

6. Esboçado o quadro evolutivo político-económico, a partir do início dos anos 60, impõe-se que passemos a identificar e caracterizar as principais linhas de força da inserção internacional da economia portuguesa.

Embora no início dos anos 60, Portugal fosse ainda uma potência colonial, parece não merecer contestação que as principais linhas de força da sua inserção internacional passavam mais pela sua ligação à Europa Ocidental e aos EUA, do que às ex-colónias.

De facto, o laço colonial traduzia-se sobretudo por dois sectores essenciais. O sector financeiro, como elemento de acumulação de divisas, e o sector comercial, na sua dupla função de fonte de abastecimento de matérias-primas e de mercados reservados para produtos tradicionais, sem grandes exigências do ponto de vista da qualidade.

O impacto económico das colónias, de um ponto de vista global, sobre o sistema produtivo português aparece como de reduzido alcance.

É assim, que Portugal, embora envolvido de 1960 a 1973 em dois processos paralelos, o da integração europeia e o da exploração colonial, vê progressivamente o primeiro daqueles processos sobrepôr-se claramente ao segundo e ser o sector determinante no tipo de inserção internacional do país.

(1) A dívida externa era de cerca de 1,6 mil milhões de dólares em 1975.

Analisemos os principais elementos que caracterizam esta inserção.

No domínio do comércio externo a adesão à EFTA em 1959 e o Acordo de Comércio Livre em 1972 com a CEE levaram a uma «sobreespecialização» do país nos sectores têxtil, confecções e calçado, que representavam, em 1960, 22% das exportações e, em 1983, representaram 32%.

Paralelamente a esta sobreespecialização, outros sectores tiveram evoluções relativas suficientemente importantes para não deixarem de ser assinaladas. Foram eles, a queda relativa da «madeira, cortiça e derivados» (de 21,6% em 1960, para 7,2% em 1983) e dos produtos «alimentares e bebidas» (20,9% em 1960, para 7,9% em 1983), e a forte subida do «papel e pasta de papel» (2,8% em 1960, para 6,3% em 1983) e, sobretudo, das «máquinas, aparelhos e material eléctrico» (2,6% em 1960, para 10,9% em 1983) e «material de transporte» (0,3% em 1960, para 3,8% em 1983).

O crescente peso destes três últimos sectores não pode deixar de estar associado aos fluxos de capitais estrangeiros (investimentos directos e implantação de empresas transnacionais), pois que, do investimento directo estrangeiro (IDE) acumulado na indústria transformadora em finais de 1975, 45,1% do total tinha sido orientado para estes três sectores, e do IDE autorizado em 1983, os mesmos sectores representam 48,8% do total para a indústria transformadora.

Há, pois, aqui um elemento novo na determinação da especialização internacional do país que se traduz na deslocalização de actividades industriais dos centros europeus (sobretudo) para as periferias, nas quais se integra Portugal. Este elemento novo cumulado com a tradicional especialização no têxtil, vestuário e calçado (onde também existe capital estrangeiro) traduz uma certa fragilidade do tipo de especialização, não só porque, nuns casos são produtos muito dependentes de matérias-primas importadas, de uma geração industrial antiga e que se defronta com grande concorrência de países a que hoje, tradicionalmente, se chamam os «novos países industrializados» (têxteis e vestuário) como também, nos outros sectores, se está perante actividades localizadas geograficamente no País, mas sem grande, ou mesmo nula, articulação produtiva interna e sem o domínio de matriz tecnológica.

Paralelamente a este tipo de especialização, Portugal viu agravada a dependência em dois sectores estratégicos: o alimentar (sobretudo face aos EUA) — cerca de 15% do total importado em 1983 — e o energético (sobretudo dos países da OPED) — cerca de 28% das importações em 1983 — para além de manter uma forte dependência na importação de bens de equipamento (incluindo «material de transporte») — cerca de 27% em 1983, percentagem que aumentou ligeiramente em relação a 1960 (cerca de 25%).

Estes últimos elementos, a par do crescente peso dos bens de equipamento na exportação portuguesa, permitem concluir pela fragilidade deste sector fundamental na estrutura produtiva de qualquer país. Esta fragilidade é ainda acentuada pela dependência pela tecnologia e pela componente importada na F. B. C. F. neste sector, a qual representava em 1974 cerca de 62%.

Os elementos atrás referidos, reforçados pelo tipo de implantação em Portugal das empresas transnacionais (ETN) revelam bem a vulnerabilidade da inserção de Portugal na DIT. De facto, em 1973 foram identificadas cerca de 270 ENT e em 1977/78 cerca de 360 (1) que podem ser agrupadas em quatro grandes grupos:

	1973	1977/78
— Total	270	360
— Orientadas sobretudo para o mercado interno	150	160
— Orientadas sobretudo para o mercado externo (fraca ou nula articulação com o sistema produtivo português)	95	100
— Actuando no sector da Importação/Distribuição	14	78
— Implantadas no Turismo, Hotelaria e Imobiliário	20	22

Mesmo se o seu peso global na economia portuguesa não é muito significativo, ele torna-se bastante relevante e determinante em ramos e sub-ramos, cujo controlo é quase total, nomeadamente, «máquinas e aparelhos eléctricos» (80% do volume de vendas do ramo em 1978), «química industrial de base, excepto adubos, (96%), «pneus» (96%) «montagem de automóveis» (88% em 1971).

A evolução dominante nos últimos anos veio a consubstanciar uma *alteração na natureza* do tipo de inserção em Portugal na DIT. De facto, de 1960 a 1973, Portugal inseriu-se fortemente na DIT pelo comércio e como fornecedor de força de trabalho e de serviços (sobretudo *turismo*), de tal forma que em 1973, as receitas do turismo e as remessas dos emigrantes representaram 130,7% do défice da balança comercial. A partir de 1973, o agravar da crise económica nos principais países europeus, veio reflectir-se numa quebra acentuada da emigração acumulada, com o aumento de retorno de emigrantes, assim como, uma evolução mais lenta das receitas do

(1) Número sub-estimado e que tem maior relevância nas ETN orientadas para a exportação.

turismo. Estes dois factores, aliados ao agravamento progressivo do défice estrutural da balança comercial, como reflexo de uma deficiente estrutura produtiva, fez com que em 1982, as receitas provenientes daqueles dois fluxos somente representassem 68% do défice comercial.

A esta situação, associada à tentativa falhada, dos finais dos anos 60, princípios dos anos 70, de especializar o País como fornecedor de bens intermédios (siderurgia, petroquímica, construção e reparação naval...), veio impôr-se um novo elemento, hoje determinante, nas opções político-económicas internas, que é a elevada dívida externa, e que comporta vários elos de dependência acrescida e duradoura. De facto, o entendimento externo tem o seu impacto:

— na margem de manobra de decisão interna, mesmo admitindo que existisse vontade política para a utilizar;
— constitui uma forte condicionante actual e um peso razoável para as gerações vindouras;
— facilita/impõe a adoção de medidas restritivas, com a subsequente desvalorização do espaço económico nacional;
— facilita uma mais ampla e profunda inserção da economia portuguesa na economia mundial, pela via do IDE/ETN.

7. Procurando fazer uma tentativa de sistematização das principais linhas de força atrás referidas, julgamos poder resumi-las da forma que se segue:

a) Em Portugal, embora mantendo de 1960 a 1973 um lanço de dominação colonial, foi a integração europeia o vector que mais influenciou e determinou o tipo de inserção do país na DIT;
b) A adesão à EFTA, e mais tarde o Acordo de Livre Comércio com a CEE, levaram Portugal a uma sobreespecialização nos sectores tradicionais do têxtil, vestuário e calçado, em detretimento de sectores mais adequados para o fortalecimento da posição do país na DIT (v. g. bens intermédios e de equipamento);
c) A situação política decorrente na guerra colonial e a mutação a nível da internacionalização do capital e da produção levaram a uma abertura ao IDE/ETN, que não tendo um peso global significativo, dominam/controlam alguns ramos e sub-ramos que influenciam a especialização internacional do país (v.g. pasta para papel, material eléctrico, electrónico, de transporte, etc.);
d) O tipo de especialização internacional de Portugal revela-se de uma grande fragilidade por várias razões: condicionado às estratégias de rendabilidade das ETN, fraca base tecnológica nacional, produções «antigas» em termos de estrutura industrial (embora importantes) e concorrência com segmentos da produção dos países dominantes (v.g. alimentares, bebidas...) a com os «NPI»;
e) Grande fragilidade no sector de bens de equipamento, onde a importação representa uma elevada percentagem no total, com uma significativa componente importada na FBCF do sector, com reduzido grau de fixação de tecnologia e apoiado num fraquíssimo sistema tecnológico-científico interno;
f) Acentuou-se, ao longo do período em análise, o grau de dependência em dois sectores fundamentais: o alimentar e o enérgico;
g) Redução da inserção pela exportação de força de trabalho e pela venda de serviços (Turismo...) e maior inserção pelo IDE/ETN;
h) A influência recente e progressiva de dependência financeira, hoje assumida pelo poder político como vector determinante da política económica de curto prazo e condicionante da de médio e longo prazo.

Que perspectivas para Portugal na Divisão Internacional do Trabalho (DIT)?

8. Dada a situação atrás descrita de forma resumida, impõe-se que façamos uma reflexão em torno das perspectivas que se oferecem a Portugal quanto à sua futura inserção na economia mundial.

Para esta reflexão exige-se que se tomem em consideração algumas condicionantes.

Efectivamente, não se podem ignorar a crise *económica internacional* e as consequentes mutações de reestruturação industrial internas nas economias dominantes, que levam a descolonizações no(s) processo(s) produtivo(s) e que actuam sobre países dependentes e semi-periféricos, como é o caso de Portugal. Por outro lado, há que ter em conta a própria *situação de crise interna*, na qual, para além de pontos comuns à crise nos países dominantes, apresenta características muito específicas que a diferenciam pela negativa.

Para além destes dois elementos, também não se deve substimar o facto de Portugal estar em face adiantada nas negociações de adesão à CEE, não obstante as suas dificuldades internas e as formas que encontrar para as ultrapassar.

Tendo presente estas condicionantes, nunca será exagerado insistir no facto de a *adesão à CEE* ter *sido apresentada, internamente*, como a *via mágica e mítica*, pela qual passava a resolução de «todos» os problemas económico-sociais portugueses.

Optaram as forças políticas dominantes na sociedade portuguesa, pela via da adaptação interna à dinâmica

externa, pela aceitação da DIT actual, como algo que é preciso aceitar sem nada poder fazer. Esta posição levou, à partida, a uma redução no grau de autonomia de decisão e de reestruturação internas e, simultaneamente, a uma redução de capacidade negocial.

9. *Em tese*, podemos equacionar quatro cenários possíveis:

1) Portugal manter-se fora de CEE, embora com os acordos actualmente existentes, e tomar as medidas adequadas ao reforço do grau de coerência do seu sistema produtivo.

2) A adesão de Portugal à CEE na sequência das negociações em curso, o que significa uma adaptação sem reacção interna, em que a modulagem do sistema produtivo português se fará em função dos interesses das economias dominantes na CEE.

No processo de adesão Portugal, tinha à partida, duas atitudes possíveis. Uma a que chamaríamos *activa*, e que se traduzia por tomar medidas internas de reforço do aparelho produtivo, não condicionadas às mutações e tendências dominantes na CEE. Outra, que foi a adoptada, a que chamados *passiva*, e que traduziu por aguardar decisões da CEE, para então, e só então, se pensar em termos de projecto de reestruturação interna.

Supomos não exagerar ao dizer que esta posição é onerosa para Portugal e corre-se o risco de, dentro de poucos dias, estarmos a discutir um «memorando» à grega. O futuro o dirá.

3) «Negociação possível» sem ruptura fundamental, e que pode ser traduzida pela simples, mas não simplista, de «adesão política» e de «associação económica», procurando, simultaneamente, complementariedades no Terceiro Mundo, e, em particular, priveligiando as relações com os países africanos de expressão oficial portuguesa.

Tratava-se de *negociar «benefícios» sem concepções irreversíveis* em termos de autonomia de decisão quanto às reestruturações e modernizações a operar, ao mesmo tempo que se continuava a dispôr da maior autonomia em termos de relações internacionais.

4) Um último cenário, seria o da ruptura com a tendência actual dominante no processo de integração real da economia portuguesa na economia mundial, o que implicava uma mutação na natureza do Poder Político, bem como da base social de apoio diferente da actual.

Das quatro hipóteses possíveis, em tese, julgamos que, *dadas as circunstâncias actuais*, a segunda se apresenta como a «mais provável» e a terceira como a «mais desejável», do ponto de vista de salvaguarda de uma maior coerência interna do sistema produtivo português e de procurar um novo tipo de relacionamento e de inserção internacionais.

Procuremos sistematizar ao que conduz uma e outra hipótese.

A adesão plena reforçará a tendência (1) do processo de integração real conduzindo:

— a uma *acrescida dependência pela tecnologia*, quer associada à importação de bens de equipamento, quer pela via contratual;
— a um previsível *reforço da fragilidade do sector de bens* de equipamento, paralelamente ao reforço da tendência do seu enquadramento no regime de *subcontratação internacional*;
— a uma simples *ampla e mais profunda penetração de capitais* estrangeiros, *pelo IDE e pelas ETN, cuja lógica transnacional* de rentabilidade se *sobreporá da articulação interna* do sistema *produtivo português*;
— a um menor adensamento da malha interindustrial portuguesa, na sequência da tendência já detectada entre 1970 e 1974;
— a uma maior condicionante internacional da repartição do rendimento interno, em detrimento das condições internas, como consequência de um maior grau de integração da economia portuguesa na economia mundial.

Em resumo, tudo parece concorrer para o sistema produtivo português se tornar cada vez mais um sistema desarticulado e estruturalmente dependente.

A manutenção, senão mesmo o agravamento, das dependências alimentar e energética, a grande dependência financeira tecnológica, paralelamente, e em relação dialéctica, com o previsível acréscimo do IDE e das ETN, por disporem já de condições internas favoráveis e no *futuro* de um mercado mais alargado, fazem com que o sistema produtivo português acentue o seu padrão de especialização nos bens de consumo tradicionais (agro-alimentares-parcialmente, têxtil, vestuário, calçado...) e de produtos industriais que, pela sua própria natureza e por condições internas favoráveis, permitem ao capital transnacionalizado acentuar a sua estratégia à escala internacional (v.g. automóveis, componentes e acessórios, produtos eléctricos e electrónicos). Simultaneamente, assistimos à fragilidade da base nacional de produção de bens de equipamento, ao mesmo tempo, que se assistirá a um alargamento de regime de subcontratação internacional e de produtos sob licença, e, logo, à submissão de cláusulas restritivas desde os aprovisionamentos, até aos mercados de destino.

(1) Para uma demonstração desta tendência veja-se, do autor, o livro «PORTUGAL FACE À CEE»; Livros Horizonte, Lisboa, 1983.

«inimigo interno», cuja aplicação se apresenta pelo menos discutível, e sempre baseada numa expansão da natureza policial de qualquer regime.

Um outro factor de crescimento planificado da influência militar no sistema político deriva das atribuições que podem caber às Forças Armadas na chamada «Gestão das Crises». Contrariamente à anterior concepção «alargada» de defesa nacional feita para permitir *uma influência permanente do critério estratégico*, a *«gestão das crises» aparece como meio extraordinário de fazer face a uma emergência*. Em ambos os casos trata-se de doutrina, por enquanto confinada a certos meios militares e aos auditores do I.N.D. que revela o aparecimento de outras abordagens sobre as relações entre as Forças Armadas e o regime político democrático.

A forma como decorreram os trabalhos preparatórios deste Seminário — em que participou um grupo constituído por personalidades de origem e formação diversas — dá-nos a garantia de uma realização aberta e pluralista, onde a única exigência será a de qualidade das intervenções.

A abertura e o pluralismo caracterizaram os convites efectuados.

A qualidade das intervenções praticamente já asseguradas pelas dezenas de comunicações recebidas e que atestam também a diversidade das abordagens epistimológicas, temáticas e científicas ou simplesmente opinativas.

Desta forma se compreende melhor a natureza cívica deste Seminário, nem apologética nem detractora dos protagonistas históricos de uma das maiores revoluções copernicianas operadas em Portugal.

Um Seminário que deve decorrer sob o signo da confiança entre os estudiosos portugueses:

Confiança na capacidade da inteligência nacional para racionalizar acontecimentos tão diversos e que feriram tantas convicções e tantos interesses;

confiança na capacidade de diálogo entre abordagem diferentes:

descritivas ou analíticas
científicas ou opinativas
testemunhais ou interpretativas

que a todos só é exigida qualidade e elevação de propósitos;

confiança na capacidade de entendimento entre estudiosos de famílias científicas distintas desde o historiador ao político, desde o economista ao sociólogo;

confiança sobetudo na capacidade de transformar os nossos estudos, *que vão decorrer neste Santuário do diálogo que é a Gulbenkian* — em vontade de aperfeiçoar a inteligência do momento histórico que vivemos;

aperfeiçoamento da inteligência do momento histórico que vivemos não para formular programas ou mandamentos mas para nos colocarmos perante os desafios do nosso tempo.

Só me falta agradecer, em meu nome e no dos outros coordenadores, a confiança que a Associação 25 de Abril depositou em nós para garantirmos a isenção e a eficácia dos trabalhos deste Seminário: 25 de Abril — dez anos depois.

Dir-se-á que se trata de uma perspectiva bastante pessimista, mas o evoluir da realidade parece confirmar estas tendências, para além de ainda não estar provado que Portugal não será um contribuinte líquido da própria Comunidade.

Por isso pensamos, e várias vezes o temos afirmado, que seria vantajoso para Portugal, sem ignorar, ou sequer substimar, os laços que tem com a CEE, equacionar um novo posicionamento neste problema.

Este novo posicionamento, traduzido pela «adesão política» e «associação económica» à CEE, passaria por dois vectores fundamentais, a saber:

a) o reforço do grau de coerência interna do sistema produtivo português através, nomeadamente, de:

— procurar um maior adensamento da malha de matriz interindustrial;
— reduzir a dependência alimentar, para o que havia que dar prioridade a dois sectores básicos da estrutura económica portuguesa — a modernização da agricultura/indústria, salientado nesta, certa prioridade ao sector de bens de equipamento orientados para aquela modernização;
— reduzir a dependência energética, pela diversificação das fontes de energia e com um maior apelo a recursos internos;
— reforçar a capacidade científica e tecnológica, como via de reduzir a dependência pela tecnológica;
— promover o desenvolvimento de produção de bens de equipamento que, para além de poder apoiar o combate às dependências alimentar e energética, é veículo portador e integrador de capacidade tecnológica, permitindo também uma inversão no padrão de especialização internacional;
— para poder realizar tudo isto, pressupõe-se não só uma *diferente atitude* política do Estado, através do seu elemento executivo, quer como agente directo, através da actuação do sector público empresarial, quer como agente indirecto, na sua actuação de enquadramento da vida económica do país. Esta nova *atitude* pressupõe ainda a criação de condições para a renovação de agentes económicos imbuídos de uma nova dinâmica, relativamente autónomos, capazes de assumirem o risco e a inovação, como elementos potencializadores do progresso social.

b) Procurar uma nova inserção internacional que permita ao país uma maior autonomia e uma menor vulnerabilidade no quadro da DIT.

Esta nova inserção internacional resultará, parcialmente, do primeiro vector assinalado, com o reforço do país na DIT, e seria complementado com uma redução no grau de concentração das relações externas portuguesas. Em particular, com maior abertura aos países do Terceiro Mundo, sobretudo África e Países Árabes, como elemento dinamizador e complementar para sectores da economia portuguesa já hoje em condições de aí penetrarem, como é o caso de certos bens de equipamento, construção, «engineering», serviços (gestão) e de bens de consumo. Este novo posicionamento não ignora as relações com os países hoje dominantes, mas procuraria, através da diversificação possível e desejável, uma mais forte posição de Portugal na DIT. Não se excluiria a cooperação industrial com o Terceiro Mundo, numa base bi e/ou multilateral, com o apelo a financiamentos e tecnologias de que Portugal não dispõe.

Reconheça-se, finalmente, que esta via exige percorrer o caminho da «não facilidade» impõe a adopção de uma atitude activa de transformação interna e de inserção internacional, por oposição à atitude passiva de adaptação às condições externas e às reestruturações em curso nos países dominantes. Mas é nos momentos cruciais das opções difíceis, que melhor se revelam os agentes portadores de propostas de mutação progressiva ou de adaptação conservadora.

Aspectos recentes da inovação na economia portuguesa

José Manuel Rolo

I

Um dos aspectos mais dramáticos das dificuldades com que a economia portuguesa se vem debatendo, é a incapacidade evidenciada pelo seu aparelho produtivo para corresponder às solicitações crescentes do mercado interno e às exigências cada vez mais sofisticadas do mercado internacional.

Tal facto deve-se fundamentalmente a distorsões de longa data e de natureza variada que impediram que esse aparelho produtivo beneficiasse dos sucessivos processos de modernização que a seu tempo ocorreram na grande maioria dos países europeus.

Sem o apoio de uma política científica e tecnológica verdadeiramente digna desse nome, e inscrita num clima empresarial reconhecimento retrógrado, a inovação ainda hoje não atingiu muitos sectores da economia portuguesa, não se tendo igualmente incorporado como devia noutros sectores que, de algum modo, se têm mostrado mais abertos aos seus efeitos dinamizadores. Do mesmo modo, a inovação está longe de alastrar aos sectores mais modernos que são vitais para o desenvolvimento das economias contemporâneas.

II

O esforço inovador de uma economia deve medir-se, em rigor, pelo valor dos recursos que são afectos, periodicamente, à modernização do seu aparelho produtivo.

Em sentido amplo, esse esforço engloba tanto os investimentos em infra-estruturas, instalações, equipamentos e máquinas, como as despesas efectuadas com a aquisição, adaptação e difusão de tecnologias estrangeiras, com a produção e difusão de tecnologias nacionais e com a reciclagem, o recrutamento e a formação de mão-de-obra especializada.

Na perspectiva mais restrita das tecnologias incorpóreas, quer se trate de tecnologias estrangeiras assimiladas pelo canal das transferências de tecnologia, quer se trate de tecnologias nacionais derivadas das actividades de Investigação & Desenvolvimento (I&D) nacionais, estudos recentes evidenciam um sem número de insuficiências e deficiências que são outros tantos sintomas da pouca atenção que tem sido concedida no nosso país, ao problema vital da modernização do aparelho produtivo. Desses estudos é possível concluir que:

a) o valor total dos recursos afectos a actividades de inovação, seja pela via das transferências de tecnologia, seja pela via da I&D nacional, é muito reduzido não indo além de uns modestos 0,69% do PIB;
b) ao nível empresarial, o valor dos recursos afectos à inovação pela via das transferências de tecnologia é muito superior ao valor dos recursos afectos à inovação pela via das transferências de tecnologia é muito superior ao valor dos recursos afectos à inovação pela via de I&D nacional;

c) por seu turno, mais de três quartos do esforço inovador total situa-se na indústria transformadora e, aí, o peso das tecnologias estrangeiras realtivamente às tecnologias nacionais continua a ser superior a três quartos;
d) as empresas com capital estrangeiro maioritário, nomeadamente as filiais de empresas multinacionais, dispendem mais de metade dos recursos afectos à compra de tecnologias estrangeiras, limitando-se as empresas com capital exclusivamente nacional a dispender cerca de um terço desses recursos;
e) cerca de três quartos das despesas com I&D são efectuadas por empresas com capital exclusivamente nacional havendo fortes indícios que se trata de despesas com a simples adaptação da tecnologia estrangeira por elas adquirida, às condições locais de produção;
f) a inovação baseada em recursos exclusivamente nacionais é praticamente insignificante não indo além de 15% das despesas com I&D;
g) o valor dos recursos afectos à aquisição de tecnologia estrangeira e à produção de I&D nacional distribui-se por um pequeno número de sectores;

Em resumo, pode dizer-se que Portugal, a exemplo do que se passa em inúmeros países em vias de desenvolvimento e até em alguns países desenvolvidos, faz assentar o seu esforço inovador na aquisição de tecnologia estrangeira podendo, portanto, dizer-se que a *inovação* em Portugal tem uma natureza eminentemente *dependente*. Este traço de dependência agrava-se se tivermos em conta que mais de metade desse esforço inovador dependente é realizado por filiais de empresas multinacionais.

Observa-se, igualmente, um esforço inovador canalizado através da I&D nacional que, em grande medida, contudo, parece estar apenas cumprindo um dos seus grandes papéis que é a adequação da tecnologia estrangeira às condições locais de produção, faltando-lhe prosseguir outras actividades que permitam fazer alastrar a outras áreas do aparelho produtivo os benefícios contidos na tecnologia que se importa. Conclui-se, assim, que a *inovação acrescentada* apesar de alcançar níveis apreciáveis não atinge os objectivos que dela seria legítimo esperar, tornando-se urgente a sua dinamização.

A produção e aplicação de tecnologia baseada em recursos exclusivamente nacionais é de tal modo reduzida que se pode concluir que a *inovação autónoma* é insignificante.

Acresce a tudo isto que o esforço inovador se concentra num número reduzido de sectores podendo até afirmar-se que, em cada sector, é reduzido o número de empresas que concedem à inovação a importância que todas as empresas lhe deviam conceder.

Se se disser que o grosso do esforço inovador na perspectiva aqui adoptada se concentra numa escassa dúzia de empresas não andaremos muito longe da realidade. É, aliás, a uma conclusão deste tipo que chega um estudo recentemente divulgado entre nós quando a certa altura afirma:

«Nearly 50 percent of the interviewd firms belong to the category of importers and assimilators and an additional 30 percent can be classified as minor technology modifiers. Of the major technology (21 percent) only 6,5 percent can be described as innovative in the sense that they have introduced new products (also developed elsewhere) into the Portuguese market for the first time» (cfr. ref. 4).

III

A necessidade de resolver muitos problemas que se põem presentemente à economia portuguesa, nomeadamente a necessidade premente de eliminar a sua tendência estrutural para produzir *deficits* com o exterior, obriga a uma modernização do aparelho produtivo nacional que só pode ser conseguido através da introdução de doses maciças de inovação.

Partindo do princípio que o potencial inovador da economia portuguesa não pode, de um momento para o outro, deixar de se apoiar nas tecnologias estrangeiras é possível deduzir que, *a curto praxo*, se deve intensificar o esforço de aquisição de tecnologias estrangeiras a par da introdução de melhorias sensíveis no processo de escolha, avaliação, negociação e aquisição dessas tecnologias.

A *médio prazo*, torna-se necessário intensificar até ao limite o esforço de adaptação e difusão das tecnologias estrangeiras que, em países com problemas de modernização dos respectivos aparelhos produtivos idênticos aos nossos, tem sido a maior das prioridades. Aqui é que reside o segredo da combinação óptima dos recursos científicos e tecnológicos e da capacidade empresarial nacionais, com vista a tirar o melhor partido das tecnologias estrangeiras.

A *longo prazo* trata-se de lançar e aperfeiçoar as bases de um sistema integrado de produção de tecnologias quer elas sejam de raíz estrangeira ou de raíz predominantemente nacional.

A prossecução dos objectivos enunciados de um modo tão geral e, aparentemente, tão desarticulado no tempo, tem pontos de convergência que derivam não só da natureza convergente das tarefas correspondentes, como também do importante facto, tantas vezes ignorado, que o curto, o médio e o longo prazos começam todos hoje.

E como não pode deixar de ser, esses objectivos só serão realmente alcançados se forem uma emanação de

uma política científica e tecnológica que seja a um tempo, efectiva, congruente e integrada. Por esta razão é que se julga que a resolução dos problemas da modernização do aparelho produtivo da economia portuguesa só pode ser conseguida se, previamente, as autoridades responsáveis souberem elaborar e pôr em prática um verdadeiro Plano Integrado de Desenvolvimento Tecnológico que preveja:

— objectivos claramente definidos para diferentes horizontes temporais;
— prioridades cientificamente determinadas com base em critérios objectivos de análise da economia e do sistema científico e tecnológico nacional;
— recursos abundantes cuja rentabilidade não pode ser medida nos moldes tradicionais;
— instituições correctamente localizadas, responsáveis e realmente empenhadas em resolver os problemas do desenvolvimento tecnológico com vantagem para a economia portuguesa.

REFERÊNCIAS

1) F. Gonçalves J. A. Carvalho J. M. G. Graça, *O esforço inovador na indústria transformadora nacional*, JNICT, Lisboa, 1983.
2) JNICT, *Inovação e indústria portuguesa*, contribuição da JNICT para o Workshop da OCDE sobre Inovação, Dubrovnik, Setembro 1983.
3) JNICT, *Recursos de ciência e tecnologia — Portugal 1980*, Lisboa, 1983.
4) LNETI/MIT, *Technological development in portuguese industry*, Lisboa, 1983.
5) J. M. Rolo, *Política científica e técnica, especialização tecnológica e inovação (...)*, Análise Social, n.º 58, Lisboa, 1979.

Reflexões sobre as causas da situação/vectores de manutenção das estruturas económicas

João Abel Freitas

1. Introdução

Definir/Iniciar/Implementar um processo de desenvolvimento económico com as potencialidades do nosso país, tendo em conta porém as diversas condicionantes internas e externas que o podem afectar, é hoje um imperativo muito forte face à realidade económica e também a melhor forma de corresponder aos intereses da população.

Esta comunicação não pretende ser uma receita. Quando muito alinha umas quantas reflexões e muitas interrogações sobre causas de situação/vectores de mutação das estruturas económicas.

As reflexões e interrogações aqui deixadas são em meu entender, muito pertinentes tanto mais quanto a política económica que tem vindo a ser seguida — dominada por uma opção fortemente conjunturalista — não tem resultado, quer pela pobreza instrumental empregue (utilização quase em exclusivo da manipulação desarticulada das taxas de câmbio e de juro), quer pela ineficácia da sua aplicação, quer fundamentalmente porque, desenquadrada de um quadro de estratégia de desenvolvimento de mutação das estruturas, não resolve as questões de fundo, antes tem contribuído para imprimir diversos enviesamentos, marcas e desarticulações ao funcionamento do sistema económico no seu todo.

Na realidade, os problemas que interessa solucionar, como os graves desequilíbrios macroeconómicos tendo razões profundas estruturais, não se compadecem com uma política marcadamente de conjuntura.

Mas as reflexões e interrogações são necessárias ainda quando se pensa que o adiar sucessivo do processo de mutações acarreta pesados sacrifícios para o País e vai engrossando as dificuldades de inversão do processo.

Aliás, no presente momento, são já muito visíveis os efeitos negativos de uma política económica desaquada à realidade do País. O desemprego cresce; os salários não se pagam; as empresas abrem falência; a banca não gera juros compensatórios.

As reflexões prendem-se com as causas/caracterização da situação socioeconómica em que se está.

As interrogações que têm a ver com as saídas possíveis para a crise em que o País está mergulhado serão em maior número, e as pistas de reflexão que induzem certamente levantarão alguma polémica.

Ainda bem, é esse o objectivo — provocar a criatividade, com vista à formulação de propostas positivas para a superação da crise.

2. Reflexões breves

- *O modelo de crescimento até ao 25 de Abril*

A economia portuguesa conheceu nos últimos 20 anos ritmos de crescimento do produto relativamente elevados no contexto da economia mundial (6,3% ao ano na década 60/70; 4,8% de 1970/77; 3,7% de 1977/82).

Sobre este aspecto talvez as ideias essenciais a reter sejam as seguintes:

a) *o desenvolvimento industrial foi o «motor» deste crescimento económico* embora se deva destacar três períodos muito distintos:

- *o pós-guerra* imediato, no quadro da lei de desenvolvimento e reorganização industrial, ao incentivar o desenvolvimento de Infra-estruturas e Indústrias de Base, criou uma base industrial diversificada, génese do crescimento do capital nacional;
- *a integração na EFTA* (1960), ao proporcionar um forte aumento das exportações industriais e a aceleração do investimento estrangeiro normalmente virado para os sectores exportadores aproveitando a mão-de-obra barata nacional, gerou uma inserção específica e uma especialização internacional da nossa indústria;
- *o reconhecimento em fins da década de 60 de que a estratégia de crescimento se estava a esgotar* e a formulação de uma nova estratégia para a década de 70, assente em projectos de indústrias de base — Químicas, Automóvel, etc., próprios da 2.ª revolução industrial — com vista à adaptação do País à economia mundial, proporcionou resultados modestos.

b) *o modelo económico praticamente não criou emprego líquido.*

- Assiste-se a um crescimento na base do aumento da produtividade. O excedente de mão-de-obra transfere-se da agricultura para a indústria que em igual período cresce a ritmo superior ao da economia em geral e para a emigração — mão-de-obra barata a trocar por divisas;

c) *esta estratégia de crescimento gerou uma acumulação concentrada nos grupos financeiros*, que apesar dos movimentos diversos na sua formação detinham uma estrutura idêntica — que lhes permitia controlar a circulação interna do capital.

- O Estado, sem dúvida, teve papel importante neste processo de formação através de atitude muito intervencionistas quer nas condições concretas de acesso a novas actividades industriais (lei do condicionamento industrial) quer na defesa da economia do exterior (protecção pautal).

Da conjugação do modelo económico de acumulação privada de capital centralizado nos grupos financeiros com o modelo político de elevado intervencionismo por parte do aparelho estatal resultavam os mecanismos de regulação de funcionamento do sistema económico.

- *Com o 25 de Abril*

Com o 25 de Abril desmoronou-se a articulação dos mecanismos em que assentava a acumulação privada.

A nacionalização da banca e seguros, dos sectores básicos da indústria, dos transportes, etc., com efeitos ainda ampliados devido às nacionalizações «indirectas» destruiu os centros fundamentais de acumulação, ou seja, desarticulou por completo o funcionamento dos grupos financeiros.

Por outro lado, o papel intervencionista do Estado alterou-se de forma qualitativa passando a ter um papel activo e importante na gestão dos sectores financeiros e industrial públicos, assim constituídos.

Nesta situação, o Estado tinha necessidade de conceber uma filosofia de fundo para, por um lado, substituir a do anterior processo de acumulação privada de capital, e por outro, relançar um novo *centro na conjugação dos sectores públicos produtivo e financeiro.*

Esta nova filosofia de grupo exigia uma reestruturação e coordenação de funcionamento do sistema produtivo e do sistema financiero públicos. Contudo, nunca veio a ser implementada — o que conduziu a um vazio de liderança no pós 25 de Abril quanto ao processo de acumulação de capital.

Este problema que me parece estar na origem de um dos mais fortes bloqueamentos do processo de desenvolvimento e de gerador de crise da actualidade da economia portuguesa, levanta algumas interrogações.

Será que as forças políticas dominantes (nomeadamente, após 1974-75, período em que por razões óbvias, o objectivo central se centrou na manutenção do nível de emprego e no atalhar embora de forma dispersa ao equilíbrio das variáveis económicas fundamentais) se aperceberem desta desarticulação criada ao nível do sistema económico?

Ou será que para essas forças políticas as nacionalizações e o sistema público de economia delas derivado não deveriam ter esse papel?

Se esta última situação fôr a que mais se adequa à realidade do processo político vivido de então para cá na área da economia — e tudo leva a crer isso pela gestão prosseguida pelos sucessivos governos (descapitalização e endividamento progressivo do sector público produtivo, ausência de medidas para o relançar e reestruturar etc.) — uma nova questão parece necessária:

Para um país como Portugal, numa fase intermédia de desenvolvimento, com graves desequilíbrios estruturais, com fortes debilidades para fazer face à crise mundial e à manutenção tecnológica em curso, *poderá conceber-se uma estratégia no tocante ao processo de acumulação de capital*, que não assente no sector público da economia após a ruptura socio-económica de 1974/75?

Se há essa alternativa, que características específicas distinguem este novo processo de acumulação daquele que se desarticulou? E que papel cabe ao sector público?

Se não há (independentemente das questões — âmbito do sector público e formas de funcionamento), será conciliável o modelo de desenvolvimento subjacente às forças políticas no poder com o processo de acumulação de capital centralizado no sector público da economia?

A laia de resumo e como tópicos de reflexão: *a crise em que o país mergulhado é em grande parte consequência das forças democráticas não terem compreendido ou não terem querido preencher o vazio deixado pelo desmoronamento desse modelo, agravada pela política de desvalorização dos salários reais com vista a tornar competitivo o sistema; esta actuação aliás só tem reforçado especializações que não nos servem (sectores exportadores débeis), atrasando desta forma as transformações estruturais necessárias.*

3. Vectores de mutuação/saídas possíveis

De tudo quanto se referiu, afigura-se urgente avançar com uma nova lógica de desenvolvimento económico para o país que a ser implementada possibilita as transformações estruturais desejadas.

Esse desenvolvimento deverá contribuir para a correcção das distorções sectoriais e regionais existentes e criar uma estrutura moderna, diversificada e competitiva da nossa economia.

Posto isto, que vectores principais deverão integrar essa política económica de transformação?

- *A valorização e o aproveitamento dos recursos do país, nomeadamente, o factor humano, constituem o vector-base do desenvolvimento.*
- Assim, muito do que haverá para fazer em termos de estratégia terá de passar pela elevação do nível de vida das populações e não certamente pela redução dos salários reais; passa pela reformulação dos sistemas de ensino e de educação de modo a torná-los adequados às necessidades do país, pelo lançamento de um plano de formação profissional a sério e pela definição e implementação de um plano tecnológico e científico ajustado ao país.
- *Mudar o actual perfil de especialização da nossa economia de forma a que os grandes polos de dependência sejam reduzidos* é outro vector importante. Mas não será concebendo planos de reorganização sectorial ou de modernização desarticulados, p.e. das indústrias produtoras de bens de equipamento ou dos centros de «engineering» que se avança na modificação desse perfil. Não o será também com decisões sobre projectos/planos sem se terem criado as bases técnicas internas necessárias (formação e infraestruturas) [p.e «nuclear»] ou apostando em medidas de política económica que, desligadas de um contexto de médio/longo prazo, antes reforçaram a especialização existente e criam resistências às transformações.
- Ajustar o aparelho do Estado desburocratizando-o de forma a torná-lo operacional e eficiente. O que levará a uma reorganização interna dos serviços, definição de novas funções, reciclagem e aperfeiçoamento dos trabalhadores e remunerações condignas.
- Outros vectores, como a racionalização do sistema financeiro e da capacidade produtiva instalada, a produção nacional para certos segmentos do mercado interno, a posição geo-estratégica do país, etc. são também de grande interesse para essa política de transformação.

Contudo, todos estes elementos precisam ser articulados entre si numa estratégia de desenvolvimento a prazo.

Não se vai aqui esboçar esse exercício teórico de reflexão, útil e importante, mas apenas referir que, no actual sistema económico, toda a estratégia de desenvolvimento económico terá de dar prioridade ao sector público da economia, para o que este terá de ser dotado com uma lógica de desenvolvimento integrado, ou seja, que abarque os aspectos: financeiros, industriais, comerciais, etc.

Assim, o capital privado nacional ou estrangeiro terá um papel importante na modernização se em íntima ligação com o sector público.

A Livre circulação de mercadorias na Comunidade Económica Europeia

Isabel Meireles

I — Obstáculos Tarifários

A Comunidade Europeia, nos termos do tratado de Roma, tem por finalidade promover um desenvolvimento harmonioso das actividades económicas no conjunto da Comunidade, uma expansão contínua e equilibrada, um maior grau de estabilidade, um aumento acelerado do nível de vida e de relações mais estreitas entre os Estados que dela fazem parte, através do estabelecimento de um mercado comum e da aproximação progressiva das políticas económicas dos Estados-membros.

Estes objectivos são, segundo o Tratado, alcançáveis através do estabelecimento de um mercado comum que pressupõe a existência entre os Estados-membros de uma união aduaneira que permita a livre circulação de mercadorias, de serviços, de pessoas e de capitais, bem como a adopção de uma pauta aduaneira comum nas relações da Comunidade com países terceiros.

De entre o que salientámos avulta com especial destaque a livre circulação de mercadorias que, na sua acepção mais lata, visa a criação de condições que permitam aos produtores circular no interior da Comunidade como circulariam no interior de um mercado nacional.

Assim, dentro da cada Estado-Membro da Comunidade deixaria de existir um mercado nacional compartimentado e a troca de mercadorias far-se-ia no conjunto dos Estados em condições similares àquelas que prevalecem num mercado interior.

Mas este objectivo é seguramente de difícil consecussão. De resto, a prática comunitária tem-no demonstrado. É que as regras da livre circulação de mercadorias implicam sacrifícios sobretudo para as economias dos países menos desenvolvidos e, por conseguinte, menos preparados para suportar uma estrutura de livre concorrência.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades mostra que os Estados-membros cedem frequentemente à tentação, por vezes devido a pressões internas dos seus empresários e gestores ou de grupos económicos, de proteger determinada produção ou mercadoria ameaçadas concorrencialmente pelas de outros Estados.

É seguro que na adesão de Portugal às Comuniades se vão reflectir todas estas dificuldades que, de resto são sentidas por Estados-membros de economias mais vigorosas, acrescidas suplementarmente por outras derivadas da precaridade de muitas das nossas estruturas económicas.

Uma forma de minimizar estas dificuldades é seguramente através do conhecimento correcto das regras comunitárias.

Estamos certos que o conhecimento destas normas ajudará industriais e comerciantes, pequenos ou grandes, do sector privado ou público, a ajustarem-se, atempadamente, ao impacto que representará no ordenamento nacional a entrada de Portugal nas Comunidades.

Começaremos, assim, numa abordagem necessariamente sumária, dentro do capítulo da livre circulação de mercadorias, que constitui objectivo primordial e pedra angular da construção europeia, ao exame dos denominados obstáculos tarifários. Ou seja, o sistema do Tratado de Roma implica para os Estados-membros a impossibili-

dade de tributar mais pesadamente os produtos dos outros Estados que os seus próprios, quer de criar imposições sobre os produtos dos outros Estados-membros com vista a proteger indirectamente as produções nacionais.

Esta regra é fundamental à preservação do princípio da liberdade de circulação de mercadorias e uma das proibições principais é a da introdução de novos direitos aduaneiros e de encargos de efeito equivalente a direitos aduaneiros.

Os direitos aduaneiros são encargos alfandegários que oneram os produtos importados aquando do seu desalfandegamento e a sua detecção não apresenta normalmente dificuldades pois encontram-se inscritos na pauta aduaneira comum.

Os encargos de efeito equivalente a direitos aduaneiros são mais problemáticos e consequentemente mais difícil a sua detecção.

Quer uns quer outros devem ser progressivamente suprimidos por Portugal aquando da sua entrada para a Comunidade ao longo dos períodos de transicção que tenham sido negociados e acordados previamente com esta.

A supressão destes obstáculos tarifários diz respeito aos fundamentos da Comunidade o que marca o seu papel básico na construção do mercado comum.

A justificação desta obrigação de supressão progressiva reside no entrave que os encargos pecuniários, ainda que mínimos, aplicados pelo facto da travessia das fronteiras, constituem para a livre circulação de mercadorias.

Se o conceito de direitos aduaneiros é liquido o mesmo não se diz do de encargos de efeito equivalente que tem sido objecto de evolução jurisprudencial.

Assim, um encargo pecuniário, ainda que mínimo, unilateralmente imposto, sejam quais forem a sua designação e a sua técnica, que incida sobre mercadorias nacionais ou estrangeiras pelo facto de atravessarem a fronteira, quando não assuma a natureza de direito aduaneiro propriamente dito, constitui um encargo de efeito equivalente ainda que não percebido em proveito do Estado, que não exerça qualquer efeito discriminatório ou protector e que o produto imposto se não encontre em concorrência com uma produção nacional.

Para enformar esta noção teórica citamos um exemplo paradigmático nesta matéria, conhecido pelo caso Marimex. A designação refere-se a uma sociedade que importara da República Federal Alemã para Itália um lote de carne congelada e 30 animais vivos de espécie bovina. No posto fronteiriço carnes e animais foram submetidos a um controle sanitário pelo que a sociedade Marimex pagou o total de 82 670 liras.

Alegando que estas importâncias não eram devidas pois constituiam encargos de efeito equivalente proibidos pelo Tratado e Regulamento Comunitário, a sociedade Marimex recorreu a tribunal pedindo a este que ordenasse à administração de finanças italiana que lhe fossem restituidas as importâncias indevidamente pagas.

O governo italiano invocou por seu turno que os controlos sanitários eram consentâneos com o Tratado de Roma que admite as proibições ou restrições de importação justificadas por razões de protecção de saúde e da vida dos homens e dos animais.

O Tribunal de Justiça das Comunidade alegou, no entanto, que o argumento do governo italiano não colhia dizendo, nomeadamente, que se o Tratado autorizava controlos sanitários, esta disposição contudo não podia ser interpretada como permitindo a percepção de direitos sobre as mercadorias importadas, sujeitas aos ditos controlos e destinadas a cobrir as despesas destes.

O raciocínio do Tribunal insere-se na senda de que a obrigação de eliminar progressivamente os direitos aduaneiros é completada pela obrigação de suprimir os encargos de efeito equivalente aos direitos aduaneiros de forma a assegurar que o princípio da livre circulação de mercadorias no interior do Mercado Comum não seja distorcido por qualquer espécie de encargos impostos por um Estado.

Refira-se que o exemplo dado se repete frequentemente não necessariamente na percepção de encargos a título de controlos sanitários, mas de controlos que conduzem à cobrança de taxas de natureza fiscal, monetária, estatística e outros destilados pela imaginação das autoridades públicas.

Estas têm procurado, fundamentalmente, nem sempre da forma mais hábil, face a dificuldades concorrenciais manter ou recriar situações de proteccionismo.

Contudo, o Tribunal de Justiça das Comunidades admitiu excepções e esta regra de base. Os encargos pecuniários só não são considerados de efeito equivalente se:

— Sobre as mercadorias nacionais incidirem encargos idênticos;
— Sempre que se trate de um serviço efectivamente prestado ao importador ou ao exportador no montante proporcional;
— Previstos numa Convenção Internacional ou acto comunitário.

Vejamos uma a uma estas excepções acompanhadas de exemplos da prática comunitária, alguns deles reflectindo o que daqui a breve trecho poderá ser a problemática quotidiana com que nos debateremos.

Assim, o caso *Bresciani* ilustra a primeira excepção acima enunciada.

A Conceria Daniela Brescini importou da França e do Senegal, Estado associado à Comunidade pelas Convenções Yaoundé diversos lotes de peles não curtidas, de bovinos, que foram sujeitas a uma inspecção sanitária, nos termos do Decreto-Lei italiano n.º 1265 de 27 de Julho de 1934, e pela qual foram pagos os

respectivos encargos. Considerando que estes encargos eram de efeito equivalente a direitos aduaneiros a Conceria Bresciani intentou uma acção em tribunal visando a sua restituição.

Salienta-se que estas inspecções não tinham paralelo na produção interna, como disse nas suas alegações o Advogado-Geral Alberto Trabuchi, as inspecções sobre a produção interna incidiam não sobre peles mas sobre animais e não tinham como fim evitar a contaminação do património zootécnico, mas unicamente determinar a natureza comestível das carnes destinadas à alimentação humana.

Nestes termos, o Tribunal de Justiça das Comunidades entendeu que estes encargos só são legítimos quando recaiam sobre produção interna correspondente e sejam recebidos em função de critérios idênticos num estado de produção similar de modo a poderem ser considerados como fazendo parte de regime interno de encargos aplicável de igual modo a produtos nacionais e importados e que o facto gerador de encargo seja idêntico para o produto interno e para o importado, dando, assim, razão a Bresciani.

O caso *Cadsky* ilustra a segunda excepção. A sociedade W. Cadsky exportou para a Alemanha dois lotes de saladas de tipo não especificado. Por esta razão teve que pagar ao Instituto Nacional de Comércio Externo italiano a quantia de 2700 liras pelos encargos resultantes do controlo de qualidade do produto e consequentemente da aposição de uma marca nacional para exportação.

A percepção destes encargos teve por base o Decreto-Lei italiano n.º 2213 de 20 de Dezembro de 1937, que prevê uma marca nacional obrigatória para a exportação de frutos e legumes, que implica a sua conformidade a condições de qualidade, de selecção, de acondicionamento e de embalagem.

Para fazer face às despesas resultantes destas operações há lugar à percepção de encargos. No caso concreto a sociedade W. Cadsky recorreu a tribunal por considerar estes encargos como de efeito equivalente a direitos aduaneiros e portanto proibidos pelo Tratado.

O Tribunal de Justiça das Comunidades determinou, neste caso, que não pode ser considerado serviço no interesse do exportador o controlo realizado na exportação de frutas e legumes com vista à salvaguarda do renome desses produtos de um Estado-membro, pela entrega de certificado de controlo e a aposição da marca nacional, o que é de natureza a promover a exportação de produtos nacionais. Tratar-se-ia, tão somente, de vantagem respeitante ao interesse geral do conjunto dos exportadores, tendo sido, assim, dado provimento à pretensão da sociedade Cadsky.

Finalmente, a última excepção encontra-se consignada no caso *Bauhuis*. Aqui estavam em causa encargos de controlo sanitários pagos por Bauhuis nos termos da lei holandesa sobre gado aquando da importação de porcos e da exportação de bovinos, porcos e cavalos no valor global de 32 853,90 florins.

Considerando que estes encargos eram percebidos em violação das disposições comunitárias, Bauhuis recorreu a tribunal.

O Tribunal de Justiça das Comunidades salientou que o Conselho harmonizara pela Directiva n.º 64/432, de 26 de Junho de 1964, relativa a animais de espécie bovina e porcina, as medidas de política sanitária em vigor nos Estados-membros. Que esta harmonização tinha essencialmente por fim impor aos Estados-membros exportadores de gado, a obrigação de vigiar o cumprimento de uma série de medidas sanitárias destinadas, designadamente, a garantir que os animais exportados não constituem uma fonte de propagação de doenças contagiosas.

No caso vertente foi considerado que os encargos devidos por controlos sanitários impostos por acto comunitário, desde que não ultrapassem o custo real do controlo, não constituem encargos de efeito equivalente a direitos aduaneiros, não havendo lugar, por conseguinte, tal como pretendia Bauhuis, à devolução das quantias pagas.

Estes mesmo regime é aplicável quando os controlos são efectuados por imposição de convenções internacionais, como, por exemplo, a Convenção Internacional para a Protecção de Vegetais, assinada em Roma em 6 de Dezembro de 1951.

Estes exemplos ilustram bem a necessidade de todos — Governo e empresas ou associações empresariais — estarem atentos e de pleno conhecimento das regras comunitárias.

II — Obstáculos não tarifários

De harmonia com uma distinção consagrada os obstáculos que fazem entrave à livre circulação de mercadorias são de duas ordens de categorias.

Na primeira categoria, os denominados obstáculos tarifários, agrupam-se os direitos aduaneiros, os encargos de efeito equivalente a direitos aduaneiros e as imposições da natureza fiscal, que analisámos anteriormente.

Na segunda categoria, obstáculos tarifários, alinham-se as instruções quantitativas, as medidas de efeito equivalente às restrições quantitativas, os controlos e os procedimentos de desalfandegamento, os entraves técnicos às trocas, os auxílios concedidos pelos Estados e os monopólios nacionais.

Tomaremos dentro destes as restrições quantitativas e as medidas de efeito equivalente a estas.

A expressão restrições quantitativas é sinónimo de contingentes e visa as limitações quantitativas — interdições totais ou parciais — das importações ou exportações, cuja eliminação é prescrita pelos artigos 30.º e seguintes do tratado de Roma.

DEMOCRATIZAR

Trata-se de instrumentos de proteccionismo por excelência que são expressão de políticas económicas ultrapassadas.

Estes contingentes juntamente com os direitos alfandegários, interdições de importação, monopólios, calendários de importação, pode-se dizer que são instrumentos que pertencem a um arsenal completamente ultrapassado, por ser demasiado óbvio o seu carácter proteccionista.

Hoje em dia os Estados recorrem a intervenções muito mais sofisticadas, dissimulações nas regulamentações mais diversas que, sob o disfarce de um véu de legitimidade, têm muitas vezes efeitos restritivos na livre circulação de mercadorias tão ou mais prejudiciais que os decorrentes de uma restrição quantitativa ou de um direito aduaneiro, podendo mesmo conduzir, em certos casos, a um bloqueio total das fronteiras.

Estamos no domínio reservado às medidas de efeito equivalentes às restrições quantitativas, abaixo denominadas apenas de medidas de efeito equivalente.

É nestas medidas que reside o relicário do proteccionismo utilizado pelos Estados-membros quando por razões económicas, políticas ou sociais, por vezes perfeitamente compreensíveis, procuram proteger ou favorecer uma produção nacional.

Se nos colocarmos na perspectiva da adesão, como operadores económicos, concluiremos imediatamente pelo interesse fundamental em suprimir estas medidas que podem travar de forma tão subtil que passe despercebida e por isso mesmo de forma decisiva, a nossa penetração no mercado comunitário, nomeadamente por parte dos nossos produtos mais competitivos como sejam os texteis, o calçado, o tomate, o vinho, entre outros.

Por isso, não nos parece demasiado realçar a importância vital de conhecer, com detalhe, a panóplia já larga das diversas medidas hipotéticas ou editadas, dado que este domínio abarca o essencial dos atentados à livre circulação de mercadorias.

Assim, as «medidas de efeitos equivalentes a restrições quantitativas» é uma noção que cobre todas as outras formas de intervenção do Estado que tenham por efeito entravar, directa ou indirectamente, actual ou potencialmente as trocas intercomunitárias.

Trata-se de uma noção muito ampla mas que se pode dizer que, na essência, contêm em si duas condições.

Assim, uma medida é qualificada de efeito equivalente se:

— Se se tratar de um acto ou comportamento de uma autoridade pública que lhe seja imputável.

A expressão Estado, na definição acima dada, deve ser interpretada em sentido lato de forma a abranger os organismos que compõem o poder legislativo, executivo e judiciário bem como todas aquelas outras entidades denominadas organismos públicos que, embora tendo uma vida jurídica própria, estão ligados ao Estado por laços tão estreitos que podem ser considerados como dele fazendo parte.

A natureza e forma do acto em causa cobre todas as disposições legislativas, regularmente, as práticas administrativas, qualquer acto ou comportamento que emane de uma autoridade pública, as decisões dos tribunais nacionais, as pressões e incitações de administração pública que visam impedir, travar ou desaconselhar a escolha de produtos provenientes de outros Estados-membros ou a favorecer a escolha de produtos nacionais.

— O acto ou comportamento tem para livre circulação de mercadorias efeitos restritivos equivalentes ao das restrições quantitativas.

Pode-se dizer que uma medida tem efeitos restritivos sobre as trocas equivalentes aos das restrições quantitativas em inúmeros casos, por vezes a coberto das mais disfarçadas e insuspeitas regulamentações.

Passaremos à análise de algumas destas situações, exemplificando-as através de casos concretos como forma de melhor dar vida à definição acima exposta.

Assim, podemos distinguir dois tipos de medidas de efeito equivalente.

— Quando impõem apenas aos produtos importados condições susceptíveis de tornar as importações ou exportações impossíveis, mais difíceis ou onerosas.

Cita-se, a título de exemplo, o decreto ministerial italiano de 14 de Fevereiro de 1971 que fixava apenas para os produtos importados em 0,7 miligramas por Kg, o teor máximo de mercúrio que podia ser contido nos peixes e que proíbia quaisquer importações de produtos de pesca que ultrapassassem este valor.

Outro exemplo são as licenças de importação ainda que concedidas automaticamente, exigidas para a importação de certos produtos e certos controlos na fronteira. É que estas medidas só são justificáveis, quando necessárias, e mesmo assim todos os controlos devem ser simplificados na medida do possível de modo a que as trocas de mercadoria entre Estados-membros se efectuem em condições tão próximas quanto possível das que prevalecem num mercado interior.

— No entanto, existem medidas que não sendo formalmente discriminatórias, isto é, se aplicam indistintamente aos produtos nacionais e estrangeiros, são materialmente discriminatórias e têm efeitos restritivos sobre as trocas comerciais.

Referimo-nos, nomeadamente, às regulamentações nacionais que são regulamentações que definem as condições técnicas ou qualitativas a que devem obedecer os produtos, quer nacionais, quer estrangeiros para que possam ser vendidos no mercado nacional.

Estas condições dizem respeito à composição de um produto, ao seu peso, forma e preço, acondicionamento, etiquetagem, dimensões, etc.

Estas regulamentações geram efeitos que tornam as importações impossíveis, mais difíceis ou onerosas que o escoamento da produção nacional sem que isso seja necessário para atingir um objectivo próprio a uma regulamentação nacional como a saúde pública, a protecção do consumidor, do meio ambiente, aumento da qualidade de vida, etc.

Neste domínio o caso «Cassis de Dijon» é citado como exemplo típico.

a. *Cassis de Dijon*

O caso «Cassis de Dijon» assenta numa disposição de uma regulamentação alemã relativa à comercialização de bebidas alcoólicas que fixava em 25 o grau alcoométrico mínimo para diversas categorias de produtos alcoólicos.

O litígio neste caso surgiu quando um particular, ao pretender importar um lote de «Cassis de Dijon» originário da França para ser comercializado na RFA, foi informado pela administração de monopólio de álcool ser impossível dado o insuficiente teor alcoólico desta bebida que se situava entre os 15 e 20 graus.

O particular alegou que esta determinação de um teor mínimo alcoólico por parte da regulamentação alemã representava uma restrição à livre circulação de mercadorias entre Estados-membros.

A RFA argumentou por seu turno que a medida era indispensável nomeadamente para a salvaguarda da saúde pública. A fixação de valores mínimos de álcool para certas bebidas espirituosas teria a função de evitar a proliferação sobre o mercado nacional de bebidas de teor alcoólico moderado e que provocaria que estes produtos pudessem mais facilmente criar habituação.

O Tribunal de Justiça das Comunidades na apreciação deste caso não aceitou esta argumentação dado a maior parte destas bebidas ser consumida sob forma diluída, para além de que, com base naquele raciocínio, ser-se-ia levado a ter de proibir o consumo de cerveja.

Que esta medida não prosseguiria, por conseguinte, um fim de interesse geral porquanto uma informação conveniente nas etiquetagens poderia elucidar cabalmente os consumidores.

Assim, o efeito prático deste tipo de medidas consistiria em assegurar uma vantagem às bebidas espirituosas de forte teor alcoólico e afastar do mercado nacional outros produtos de outros Estados-membros que não correspondessem a esta exigência o que constitui um obstáculo às trocas, uma medida de efeito equivalente, portanto incompatível com as disposições do Tratado.

b. *Regulamentações nacionais em matérias de preços*

Os Estados-membros têm a faculdade de definir e traçar a sua política de preços-preços máximos, preços mínimos, margens de lucro, preços congelados, etc.

Em certos casos, porém, esta fixação pode ser feita em termos tais que crie obstáculos ao comércio intercomunitário e possa, assim, ser assimilada a medida de efeito equivalente.

Será o caso de regulamentações que imponham, p.e., preços mínimos, máximos ou margens de lucro apenas aos produtos importados.

Mesmo que estas regulamentações sejam indistintamente aplicáveis aos produtos nacionais e importados podem mostrar-se, mesmo assim, contrárias às regras do Tratado se tornarem impossível a majoração do preço do produto importado correspondente às despesas e taxas inerentes à importação de modo que estas se tornem impossíveis ou mais difíceis que a comercialização do produto nacional.

Noutros termos, uma regulamentação nacional dos preços indistintamente aplicável aos produtos nacionais e importados é incompatível com o artigo 30.º do Tratado quando fixa os preços a um nível tal que não cobre os diversos elementos constitutivos do custo do produto (como, p.e., o custo das matérias-primas, os custos de transformação, de acondicionamento, de pesquisa, de publicidade, de transporte, margens de lucro), bem como os das despesas e taxas inerentes à importação, de modo que esta seria tornada mais difícil, e, nomeadamente, mais onerosa que a comercialização dos produtos nacionais similares submetidos ao mesmo regime.

c. *Disposições relativas ao fabrico, apresentação, distribuição, armazenagem e uso de produtos*

Uma regulamentação nacional que estabeleça regras sobre o fabrico, apresentação, distribuição e/ou uso de produtos, ainda que indistintamente aplicável a produtos nacionais e importados, desde que susceptível de influenciar as trocas entre os Estados-membros é uma medida de efeito equivalente às restrições quantitativas.

No domínio do fabrico é elucidativo o recente caso da legislação alemã em matéria de «Reinheistgebot» que exige que esta bebida tenha uma determinada composição sem a qual quer o produto nacional, quer o importado

não poderão ser comercializados na RFA. Ou a legislação holandesa em matéria de «speculas», bolacha que para ser comercializada deve igualmente obedecer a uma certa composição predeterminada no seu processo de fabrico.

Também a regulamentação nacional sobre a apresentação de certos produtos é susceptível de afectar o comércio intercomunitário. No caso «Fietje», o Tribunal de Justiça das Comunidades entendeu que a exigência da lei holandesa de bebidas com certo teor alcoólico deverem conter a denominação «likeur», constituía uma medida de efeito equivalente se aplicada a bebidas importadas cuja etiquetagem insira pelo menos as mesmas informações e tão compreensível para os consumidores do Estado importador como a denominação exigida pela regulamentação deste Estado.

d. *Regulamentação da Publicidade*

A regulamentação de publicidade quanto a certos produtos, mesmo que indistintamente aplicável a produtos nacionais e importados, proibindo-a ou condicionando-a é de natureza a afectar o comércio intercomunitário.

Citaremos o caso concreto em matéria de publicidade da legislação francesa de bebidas e que procede à classificação destas em cinco grupos. No primeiro grupo figuram bebidas não alcoólicas e nos quatro restantes bebidas alcoólicas. A publicidade seria condicionada quanto às bebidas do grupo três e livre para as do grupo dois e quatro. Para as bebidas do quinto grupo seria proibida.

Se analisarmos quais as bebidas que integram cada um destes grupos ressalta, de imediato, o intuito discriminatório. Assim, enquanto os alcoois destilados típicos da produção nacional, como os runs e os provenientes de destilação do vinho, cidra ou frutos beneficiam de inteira liberdade em matéria de publicidade, esta é proibida no que diz respeito a produtos similares, essencialmente de importação, designadamente alcoois de cereais, como whisky e a genebra. Razão porque o Tribunal de Justiça do Luxemburgo considerou a legislação francesa como uma medida de efeito equivalente a uma restrição quantitativa.

e. *Obrigação de designar representante ou responsável no Estado-membro de importação*

Esta categoria visa nomeadamente as disposições nacionais que subordinam a importação à condição da empresa produtora ou exportadora ter um representante estabelecido no território do Estado importador.

Esta condição comporta, tendo em conta as despesas e dificuldades que estão ligadas ao estabelecimento no território nacional de uma pessoa física ou colectiva, um encargo suplementar que onera apenas os produtores estrangeiros, pois esta condição encontra-se, automaticamente preenchida por produtores nacionais. Tem, assim, por efeito tornar as importações mais difíceis e sobretudo mais onerosas em relação à comercialização dos produtos nacionais.

Todas as disposições nacionais deste teor que não sejam justificáveis nos termos do artigo 36.º do Tratado, são incompatíveis com a proibição de medidas de efeito equivalente a restrições quantitativas.

III Conclusão

Acabamos de passar em revista alguns dos obstáculos tarifários e não tarifários previstos no Tratado susceptíveis de entravar o comércio entre Estados-membros e consequentemente dificultar a livre circulação de mercadorias.

Citámos alguns dos muitos exemplos concretos que prefiguram as tentativas dos países de protegerem as produções nacionais.

Delas se inferem as dificuldades inerentes ao cumprimento deste objectivo do Tratado de Roma e pedra de toque da construção europeia.

Dificuldades que há desde já que ter em conta na perspectiva de adesão de Portugal às Comunidades no sentido de preparar as estruturas e mecanismos económicos com vista ao cabal cumprimento destas obrigações que passarão, a partir da assinatura do Acto de Adesão, a fazer parte da ordem jurídica portuguesa.

Daí a necessidade de todos — Governo e empresários — estarem atentos e de pleno conhecimento das regras comunitárias.

A não ser assim ver-nos-emos na contingência de tudo aceitar e muito do nosso não ser aceite em paridade de condições e igualdade de oportunidades.

Há, assim, que criar organismos especializados vocacionados para o estudo e conteúdo destas questões como capacidade da argumentação, que só pode advir do seu conhecimento, em caso de litígio e recurso contencioso.

E a considerar-se a adesão de Portugal às Comunidades como o 3.º D — Desenvolver — estará algo a ser feito nesse sentido ou será que, bem dentro do nosso tradicional espírito de improviso ficaremos às espera da adesão para depois decidir?

Portugal, que desenvolvimento regional?

Frias Barata

Ao abordar a questão, que me propus, não pretendo fazê-lo, tanto na sua componente técnica, mas apenas na tentativa de levantar algumas questões sobre o modo como é encarado entre nós este tema.

Interessa, em primeiro lugar, precisar o conceito de desenvolvimento regional, e para isso recorri ao Prof. Simões Lopes: «Desenvolvimento regional significa simplesmente acesso da cada um aos bens e serviços básicos independentemente do local em que viva (e não se entende apenas acesso físico). Ele implica liberdade no seu sentido mais amplo, isto é, capacidade de escolha dentro de uma gama de oportunidade que se deseja sempre crescente. Ele envolve dignidade, identidade, respeito».

Em segundo lugar, veremos como é caracterizado nos fins de 1973 princípios de 1974 o território nacional, que é de fortes assimetrias.

Por um lado, temos os distritos do litoral, Braga a Setúbal, onde se localiza quase toda a indústria e serviços, bem como as vias de comunicação mais importantes, (todas as auto-estradas e os portos e aeroportos mais importantes).

Por outro lado, o resto do território continental e os arquipélagos da Madeira e dos Açores, com forte carência de infraestruturas de desenvolvimento e muito poucas unidades industriais e de serviços.

Só para dar uma ideia, direi que na primeira zona. «pouco mais de um quarto da área total do território abrange dois terços da população total e quatro quintos do PIB, nove décimos da produção das indústrias transformadoras e cerca de nove décimos do produto dos serviços. Em termos de emprego, localizam-se aí mais de quatro quintos dos profissionais científicos e liberais, sendo a proporção de pessoal administrativo ainda mais elevada. Cerca de nove décimos do pessoal dirigente superior encontra-se também nesta zona» (Prof. Simões Lopes — Estudos de economia Vol. 1 n.º 1 — 1980).

É fácil portanto concluir, face ao quadro exposto, que os habitantes na zona litoral têm um muito maior acesso aos bens e serviços básicos e restantes. (Não esqueçamos também o acesso à saúde e à educação).

Mas, não só a situação geográfica condiciona o acesso aos bens e serviços essenciais. É também o rendimento. E a distribuição do rendimento também é fortemente assimétrica.

Torna-se portanto necessário corrigir esta acentuada situação de desigualdade.

Em 25 de Abril de 1974, face ao programa do MFA, criam-se fortes expectativas no sentido da melhoria das condições de vida das classes mais desfavorecidas.

O programa do MFA, refere:

«...aumento progressivo mas acelerado na qualidade de vida de todos os portugueses».

É lícito portanto esperar, um grande esforço no sentido do desenvolvimento das zonas mais carentes.

Assim, em 1976, a Constituição da República dando corpo a esta expectativa, fixa, entre outras, como incumbencias prioritárias do Estado, (Art.º 81);

— Orientar o desenvolvimento económico e social no sentido de um crescimento equilibrado entre todos os sectores e regiões;

— Eliminar progressivamente as diferenças sociais e económicas entre a cidade e o campo.

E mais adiante, no título respeitante ao Plano, (Art.º 91.º).

«O Plano deve garantir o desenvolvimento harmonioso dos sectores e regiões, a eficiente utilização das forças produtivas, a justa repartição individual e regional do produto nacional, a coordenação da política económica com a política social, educacional e cultural, a preservação de equilíbrio ecológico, a defesa do ambiente e a qualidade de vida do povo português.»

Estabelece ainda, que o País seja dividido em regiões Plano com base nas potencialidades e nas características geográficas, naturais, sociais e humanas do território nacional, com vista ao seu equilibrado desenvolvimento e tendo em conta as carências e os interesses da população.»

Em relação ao que atrás foi dito, na revisão da Constituição de 1982 é retirada a alínea do Art.º 81.º, que se refere à eliminação progressiva das diferenças sociais e económicas entre a cidade e o campo, tendo sido mantido tudo o resto.

Até aqui, verificamos que existia em 1974 uma efectiva situação de desigualdade no acesso aos bens e serviços básicos.

Que, se criaram lícitas expectativas de eliminação desta situação.

Que a Constituição de 1976, fixa no seu articulado as bases essênciais para a progresiva realização dessas expectativas.

Vejamos em que condições se fez o desenvolvimento do País, para mais tarde levantarmos algumas questões.

Até esta altura, é aceite como desenvolvimento económico, o simples crescimento, e este sem ter em conta, quer a regionalização quer a distribuição do rendimento.

A teoria aceite e, de algum modo, posta em prática é a dos polos de desenvolvimento.

Acreditava-se que localizando grandes empreendimentos ou complexos industriais, numa determinada zona, isso conduziria ao seu desenvolvimento, ao das áreas adjacentes e ao do País.

Mas isto conduz às migrações das populações para esses polos, onde vão procurar melhores empregos e melhores condições de vida.

Não sendo planeadas todas as acções, acontece que ao chegarem às novas localidades do destino, vêm exercer pressões sobre os circuitos de distribuição de bens essenciais, sobre as estruturas de apoio, escolas, hospitais, centros de lazer e ainda sobre a procura de habitação.

Por outro lado, deixaram alguns recursos desaproveitados no interior, e algumas vezes uma habitação razoável.

As consequências disto são más.

Alguns não conseguem o emprego, outros um emprego pior que esperavam, mas ficam. Por vezes passam a viver em piores condições que as anteriores. Não têm possibilidade de obter habitação condigna, porque não há ou é cara.

As estruturas de apoio, vão ficar mais sobrecarregadas e passam a responder ainda em condições mais deficientes. Toda a qualidade de vida tenderá a piorar pelo menos enquanto as estruturas não forem adaptadas às novas condições.

Na zona que deixaram o impacto da sua saída também é mau.

Deixam campos por cultivar, mas mantêm a posse efectiva das terras.

Não é feito qualquer esforço no sentido de dimensionar a propriedade agrícola com vista a novas formas de exploração (cooperativas, associações).

Parece portanto natural, que face a esta situação, se recorra ao planeamento do desenvolvimento do País, considerando de forma muito séria a necessidade de o fazer de forma integrada tendo por especial atenção os problemas das regiões mais carentes.

Passado todo este tempo constatamos:

— Que em todos os concelhos do País, as autarquias fizeram esforços no sentido de melhorar as condições de vida das populações.
— Que há mais escolas, mais estrutura de apoio de saúde, mais caminhos e estradas principais, mais localidades electrificadas, mais saneamento básico, mais aldeias e lugares com fontes públicas e até mais lugares com água ao domicílio, mais televisores, mais rádios e mais telefones instalados.
— Que os municípios foram dotados com técnicos capazes de planear as suas acções mas de um modo geral não integradas com outros municípios.

Mas não havendo um plano nacional, que defina e enquadre globalmente as prioridades que as acções devem ter, tudo se torna mais difícil.

Devemos interrogar-nos, se para além disso houve mudança significativa na localização de novas unidades industriais e de serviço no sentido de esbater as assimetrias.

Interrogar-nos ainda, se todos os melhoramentos feitos com vista à melhoria das condições de vida nas zonas rurais, foram os adequados e se foram feitos nos locais mais aconselhados.

Provalvelmente, os municípios fizeram melhor que podiam, e na melhor das intenções, mas infelizmente condicionados pela falta de um Plano Nacional que contemplasse a estratégia do desenvolvimento nacional permitindo-lhe integrar os seus próprios projectos numa perspectiva de desenvolvimento regional.

Hoje vemos, algumas aldeias, com água, iluminação pública, electricidade ao domicílio, onde não há um único habitante permanente.

Estes projectos não resistiriam à análise, mesmo muito simples de custos benefícios mesmo valorando os benefícios imateriais duma forma exagerada.

As migrações continuaram, no último decénio, os distritos no interior continuaram a contribuir com contingentes migratórios para os do litoral.

Para terminar deixaria apenas algumas interrogações.

— Algo foi feito, em muitos casos com óptimas intenções. Mas terá sido feito no local adequado?
— As populações do interior terão melhorado as condições de vida. Mas terão maior acesso aos bens e serviços essenciais?
— Terão sido atenuados as contradições entre cidade e campo?
— Terão sido atenuadas as fortes assimetrias existentes?

Algumas breves notas sobre a região autónoma dos Açores

Gualter Furtado

Introdução

O 25 de Abril de 1974 é um marco histórico na vida dos Açores e decididamente possibilitou a criação das bases para uma mudança profunda no funcionamento económico e social e das instituições nos Açores. Por outro lado, foi graças ao 25 de Abril que se instituiu um novo tipo de relacionamento entre a Região e o poder central, eliminando-se comportamentos centralizadores e algumas situações aberrantes.

Em termos comparativos com a situação anterior ao 25 de Abril, defende-se a tese que actualmente existem melhorias significativas nas áreas das infra-estruturas económicas e sociais e nas condições de vida das populações. Contudo, persistem ainda algumas características que eram dominantes no modelo económico anterior, e que se refletem fortemente na dependência externa dos Açores.

1. Breve caracterização da economia Açoreana no período imediatamente anterior a 25 de Abril de 1974.

Afim de melhor se compreender a situação actualmente existente e de avaliarmos o papel que era reservado aos Açores, analisemos sucintamente os III e IV Planos de Fomento. Tratam-se de dois documentos fundamentais e que marcam uma nova abordagem económica em relação aos Açores por parte do poder central.

1.1. *III Plano de Fomento (1968-1973)*

— Neste plano, a delimitação da Região dos Açores «obedece mais a razões de ordem geográfica do que às exigências de ordem sócio-económica ditadas pelos critérios aplicáveis à delimitação regional, com vista à elaboração e execução de planos», isto, porque se «considera que a região não atinge a dimensão demográfica mínima usualmente aceite como padrão, mas o seu isolamento e a pecularidade dos seus caracteres humanos e da estrutura económica impõem a sua definição como região plano-autónoma» (III Plano de Fomento, Planeamento Regional, pág. 69. Esta orientação também era aplicada à Madeira).

— Quanto à estratégia de desenvolvimento dos Açores, ela devia assentar no que se considerava ser as potencialidades francamente positivas da região:

«• As boas condições agrícolas e pecuárias do território,
• A riqueza piscícola das águas que o rodeiam,
• A abundância de mão de obra, embora não qualificada,
• A sua localização geográfica num cruzamento de vias de comunicação internacionais,» (ob. cit. pág. 71)

A estratégia a desenvolver passaria pela maximização do factor localização geográfica, como meio de transformar os Açores num centro internacional de comércio.

Por outro lado, definiam-se as seguintes orientações de fundo para a economia Açoreana:

- Atenuação da emigração,
- Implementação de complexos industriais nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, tendo por base a agro-pecuária e a pesca,
- Fomentar um alto grau de especialização na produção de forragem e criação de bovinos leiteiros, com o desenvolvimento paralelo da produção de primores e flores,
- Melhorar as infra-estruturas de apoio — transportes e energia eléctrica,
- Desenvolver o turismo, como complemento do desenvolvimento da região.

1.2. *IV Plano de Fomento (1974-1979)*

Como é sabido, este plano não chegou a ser formalmente executado devido à alteração política e institucional verificada no seguimento da revolução de 25 de Abril de 1974. Contudo, a sua referência é de extrema importância, na medida em que significa uma continuidade coerente do plano anterior, e sobretudo porque explicita um dado não contido no III Plano de Fomento, que consiste no seguinte:

- Maior integração da economia insular no «mercado metropolitano» através de uma maior inserção da economia regional nos «esquemas de desenvolvimento metropolitano o que implica um certo grau de especialização de actividades, com possibilidade das Ilhas virem a desempenhar um papel mais preponderante como fornecedores do Continente em alguns tipos de produção, sobretudo no campo da pecuária e nos domínios da fruticultura» (IV Plano de Fomento — Tomo I — págs. 215/216, semelhante papel era também reservado à região da Madeira).

Quanto às orientações de fundo, elas eram basicamente as mesmas do III Plano de fomento, aparecendo como inovação as seguintes:

- A efectiva integração de cada uma das ilha no contexto da região e desta no conjunto metropolitano,
- Criação na cidade de Ponta Delgada de um estabelecimento de ensino superior.

1.3. *Consequências desta estratégia*

O primeiro aspecto a reter é que este modelo de crescimento económico e social criou profundas raízes nos Açores ultrapassando o período que formalmente termina em Abril de 1974. Por outro lado, é de não esquecer que as bases deste modelo foram lançadas num contexto de ausência de Autonomia. Avaliando muito sucintamente os resultados desta estratégia, que estão bem patentes no perfil económico e social em Abril de 1974, temos a salientar os seguintes aspectos:

— elevada especialização na produção de bovinos leiteiros e de vitelos, numa lógica de orientação externa intensiva,
— profunda transformação dos terrenos de cultura em pastagem, com um elevado peso do arrendamento rural, principalmente na ilha de S. Miguel,
— elevada dependência cerealífera,
— estreitamento da base industrial e inexistência de indústrias motoras, dependendo as existentes quase exclusivamente da transformação de produtos agrícolas e da pesca (os produtos mais significativos são a manteiga, o leite em pó, o queijo e as conservas),
— forte dependência dos mercados externos, com elevada concentração dos produtos exportados e numa situação de baixo poder de compra das exportações, como consequência da natureza dos produtos exportados e do seu fraco valor acrescentado (Exemplo: exportação de gado vivo para o continente)
— elevado défice comercial no comércio de cabotagem (continente) e especial (estrangeiro),
— baixo nível de acomulação de capital,
— forte dependência nos transportes marítimos e aéreos, situação extremamente grave dado tratar-se de uma pequena economia insular,
— assimetria na repartição do rendimento e baixo nível de satisfação das necessidades básicas das populações,
— elevado nível de subemprego,
— forte emigração,
— baixo nível de infraestruturas em sentido lato,
— aparecimento de um elevado grau de monopolização nas importações de bens de consumo e na sua posterior distribuição aos retalhistas.

Como se pode verificar pelo que acima se referiu, as orientações de fundo apenas foram plenamente concretizadas no que respeita à especialização na pecuária e ao papel de fornecedores do mercado continental nestes produtos.

2. As principais condicionantes ao desenvolvimento económico dos Açores

As restrições físicas — Os Açores abrangem uma área territorial de 2344 Km², constituída por 9 ilhas de diferentes dimensões, basta comparar os casos extremos de São Miguel (757 Km²) e do Corvo (10 Km²). Simultaneamente, existe uma grande dispersão na localização das diferentes ilhas, sendo a maior distância a que se verifica entre Santa Maria e o Corvo (620 Km) e a menor entre o Faial e o Pico (10 Km). Este afastamento inter-ilhas é agravado pela distância que separa o Arquipélago do Continente Português (1500 a 2000 Km).

Outros elementos que merecem ser destacados são os seguintes:

- Exiguidade da terra (a superfície agrícola abrange 184 000 hectares — embora com um elevado fundo de fertilidade dos solos),
- Fracos recursos hídricos em manaciais subterrâneos,
- Desconhecimento de minerais susceptíveis de aproveitamento económico,
- Inexistência de combustíveis fósseis (80% da energia produzida nos Açores resulta da queima de combustível importado — a geotermia pode alterar esta situação, contribuindo para uma grande economia de custos).

As restrições demográficas — A população dos Açores é de cerca de 250 000 habitantes (censo de 1981), e apresenta as características de uma população fortemente marcada pela emigração, em termos da composição etária e da qualidade e quantidade da oferta de mão-de-obra. A pequena dimensão demográfica é ainda mais acentuada pela dispersão e por um poder de compra baixo, embora tenha melhorado nos últimos anos.

A natureza insular do território (dispersão, afastamento, e isolamento) e a sua pequena dimensão, são à partida fortes condicionantes à economia de encargos financeiros e à rentabilização dos investimentos. Neste contexto, o sector externo é de primodrial importância para assegurar a viabilização de projectos, que estão condenados ao fracasso se tiverem em conta apenas o mercado interno.

As restrições externas — À semelhança do que se passa na maioria das pequenas economias insulares, também nos Açores as restrições externas não raras as vezes acabam por ser determinantes nas escolhas alternativas dos mais variados domínios da política económica e social. Nos Açores, os principais estrangulamentos, são os seguintes:

- Instabilidade nos ganhos provenientes do sector exportador, como resultado das flutuações conjunturais e do proteccionismo verificados nos mercados externos,
- Impactos negativos na Região decorrentes da política orçamental, cambial e monetária seguida pelo governo central,
- Ausência de controle nos transportes externos (tarifas, tipo de transporte, horários, etc),
- Intervenção nula nas regras de comercialização existentes no exterior.

Outras restrições — Sem uma preocupação em hierarquizar rigorosamente, apresenta-se as seguintes condicionantes:

— Inexistência de um sistema estatístico integrado e funcional, de que é exemplo flagrante a ausência de Contas Regionais. Elemento imprescindível para a fundamentação do planeamento económico e social, mesmo que seja exercido apenas em termos indicativos,
— Falta de coordenação entre as diferentes políticas sectoriais regionais e nacionais, a que não é estranho as contínuas alterações na política económica nacional e a elevada taxa de rotação a que tem estado sujeito o governo central.

3. Breve balanço do período posterior à Autonomia Constitucional

Em termos gerais o balanço é animador, e os resultados mais positivos verificam-se nas infraestruturas económicas e sociais, e numa melhoria efectiva nas condições de vida das polulações, e sobretudo se tivermos em conta o panorama existente no período anterior ao 25 de 1974. Acrescente-se aos resultados anteriores, o funcionamento da democracia pluralista e a afirmação das instituições autonómicas dos Açores no contexto nacional, parâmetros fundamentais no processo de desenvolvimento e no aprofundamento da Autonomia. Quanto

aos aspectos negativos, situam-se principalmente na área da dependência externa e têm muito a ver com a estratégia de desenvolvimento esboçada no ponto 1 e com os condicionalismos referidos no ponto 2. Isto é, o actual modelo de crescimento económico evidencia muitos pontos de contacto em termos económicos com o anterior modelo, embora enquadrado por um poder político democrático. As necessidades do desenvolvimento interno só numa proporção pequena é que está a ser assegurada pela poupança interna. Para contrariar esta tendência os Açores devem prosseguir uma estratégia de desenvolvimento mais «self-reliance», tendo por base um crescimento económico relativamente mais auto-sustentado.

Evidentemente que dada a natureza e dimensão da região estas expressões devem ser entendidas na sua devida proporção. Devido à situação de partida dos Açores, o recurso ao financiamento externo e à solidariedade nacional activa são necessários, mas só fazem sentido se a sua aplicação for efectuada em projectos de rentabilidade económica e social que contribuam para a afirmação da viabilidade da região e para o rompimento progressivo com os «artificialismos» a que tem estado sujeito a manutenção do actual modelo (remessas dos emigrantes, etc.). Esta orientação é o melhor contributo para contrariar a falsa ideia que os Açores são apenas recebedores líquidos de subsídios do Orçamento Geral do Estado.

— A transformação estrutural e modernização da economia Açoreana, tendo em vista uma maior diversificação e flexibilidade da sua base económica, a fixação de valor acrescentado regional, um melhor aproveitamento dos recursos naturais e humanos, são condições fundamentais para dar uma base real à melhoria das condições de vida das populações, fim principal da nossa estratégia de desenvolvimento.

Revolução e democratização

Fernando Piteira Santos *

1

A data de 25 de Abril de 1974 marca o início de *um curso novo* na vida política portuguesa. O governo fascista foi expulso do poder pelo *acto revolucionário*, planeado, decidido e executado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA). Militar e breve foi o acto revolucionário. Destas características resultariam no plano teórico (e, na prática, resultaram), inerentes limitações. E, também uma novidade, um carácter específico: o papel de *vanguarda revolucionária* foi assumido por um grupo de militares que não constituiam uma *vaguarda política* (porque o grupo era heterogéneo quanto à posição de classe, porque heterogéneo no que à orientação ideológica se refere). Mas esses militares, com a vitória militar alcançada, deram início a *um curso novo* (antifascista e anticolonialista). Historicamente, — no momento: «25 de Abril» —, foram a vanguarda revolucionária, a força de ruptura. Reconhecê-lo é violar esquematismos. Mas só o reconhecimento deste carácter específico do 25 de Abril permitirá a abordagem da questão: «qual a sua natureza de classe?».

Questão prévia, ao que se nos afigura, para avaliarmos com a suficiente aproximação, o verdadeiro significado do objectivo *democratização* no programa dos promotores do *acto revolucionário* de 25 de Abril.

2

Os oficiais do «Quadro Permanente» não constituiam, em Portugal, uma casta de privilegiados. Na maioria eram oriundos da pequena burguesia. Raros eram os oficiais vindos da burguesia alta e média. Não havia oficiais oriundos da classe operária. Também os «Oficiais Milicianos» eram representantes (e/ou representativos) das camadas pequeno-burgesas. A *natureza de classe* do MFA era pequeno-burguesa. E no *movimento* — considerado quer na sua expressão reivindicativa, quer na sua expressão *organizacional pré-revolucionária* — reflectiram-se contradições decisivas: a) entre os interesses, relativos à exploração colonialista, de uma burguesia média e pequena, e os interesses dos grandes grupos capitalistas; b) entre os interesses «portugueses» na exploração colonial, entre o «colonialismo português», e os interesses do imperialismo internacional na exploração dos territórios sob dominação colonial portuguesa.

Estas contradições foram determinantes para a tomada de consciência política e o *pôr em causa* de o regime fascista e do seu colonialismo. Não esqueçamos que faziam a guerra, nas fileiras das Forças Armadas, portugueses oriundos e representativos de camadas sociais que não estavam efectivamente, ou directamente, ou exclusivamente, interessadas na exploração colonizalista. *A natureza de classe* da movimentação socioprofissional e a *natureza de classe* da «tomada de consciência política» situam-se no *horizonte de classe* da pequena burguesia.

---

* Notas para uma intervenção, sobre o tema *Democratizar*, no Seminário «25 de Abril — 10 Anos Depois». O carácter destas notas destinadas a apoiar uma exposição oral, não impede que aos leitores sejam apresentadas como propostas de reflexão pessoal.

F. P. S.

Aspectos institucionais no desenvolvimento regional*

Mendes Baptista

A experiência de vários países vem demonstrando que a implantação de infraestruturas de apoio às actividades económicas e a concessão de estímulos financeiros às empresas privadas não têm conduzido aos resultados esperados na solução dos problemas regionais, parecendo poder concluir-se que o crescimento das regiões mais atrasadas não poderá basear-se predominantemente em medidas de orientação espacial dos investimentos.

Neste texto, parte-se do princípio de que o principal factor que escasseia nas regiões subdesenvolvidas é a iniciativa empresarial local e apontam-se alguns elementos organizativos que se consideram adequados à mobilização das energias regionais para o desenvolvimento económico e social.

1. As políticas regionais que a partir dos anos 30 vêm sendo implementadas em vários países europeus orientaram-se normalmente pelo projecto da dedução das disparidades regionais no que respeita ao emprego e condições de vida das populações (1), embora a promoção das regiões mais desfavorecidas só ascendesse à categoria de objectivos quando as gritantes desigualdades entre as várias regiões ameaçaram pôr em causa o crescimento ou a estabilidade política a nível nacional.

Privilegiando instrumentos que actuam ao nível da componente económica do processo de desenvolvimento, as políticas regionais têm procurado intervir na lógica da localização das actividades com vista a atrair para as regiões a desenvolver os capitais necessários ao acréscimo da capacidade produtiva. A filosofia predominante de que o sector primário seria incapaz de assegurar a desejada expansão da economia e a forte dependência dos serviços relativamente aos mercados urbanos, explicam que as medidas tomadas se tenham dirigido quase exclusivamente às actividades industriais.

Num sistema económico em que predomina a iniciativa privada deu-se especial relevo aos instrumentos indirectos através da criação de infraestruturas e da concessão de estímulos financeiros às empresas privadas, sem que, todavia, se tenham obtido os resultados esperados, o que poderá ser atribuído às insuficiências técnicas na sua aplicação. Contudo, mais do que para essas insuficiências, os resultados alcançados parecem apontar para a dificuldade em promover o crescimento das regiões mais atrasadas com base na reorientação espacial dos investimentos.

Com efeito, é reconhecida a dificuldade em intervir na localização das actividades quer por as grandes empresas exercerem um significativo controlo sobre os mercados, o que lhes permite lançar sobre terceiros desvantagens relativas artificialmente criadas, quer pela fraca mobilidade interregional das pequenas iniciativas empresariais. Por outro lado, a cada vez maior importância atribuída às economias de aglomeração; a escassez dos mercados das áreas mais atrasadas e maior acessibilidade aos mesmos a partir das zonas desenvolvidas; e o facto

---

* Este texto é parte de uma comunicação que, sob o mesmo título, foi apresentada ao Seminário sobre Ordenamento do Território promovido pela CIUR na Covilhã em 1982.

de apenas uma reduzida parcela do investimento (à volta de 1/5 a nível europeu) se destinar a investimento complementar novo (2) e, portanto, passível de ser espacialmente orientado, reforçam a ineficácia das medidas visando interferir na lógica locativa das actividades como forma de promover as áreas subdesenvolvidas.

Nos nossos dias os factores de produção atingiram uma razoável mobilidade no âmbito das fronteiras de um país. Apenas a iniciativa empresarial, por factores de diversa ordem, mantem um elevado grau de localização, sendo precisamente a inexistência de iniciativas autóctones que, em nosso entender, explica o continuado marasmo das áreas mais desfavorecidas. E as experiências estrangeiras revelam a reduzida eficácia das medidas tendentes a desviar iniciativas surgidas no «centro» a favor da «periferia».

Nestes termos, se não são de desprezar os instrumentos tradicionais da política regional enquanto criadores das condições objectivas de concretização e desenvolvimento das iniciativas que possam revelar-se, o desenvolvimento das áreas mais atrasadas terá que assentar primordialmente em actuações capazes de fazer surgir localmente essas iniciativas. Trata-se de promover o desenvolvimento a partir dos recursos e energia próprios e do comando regional dos factores que eventualmente seja necessário procurar no exterior.

Não consideramos relevante discutir aqui as alterações que esta perspectiva implica ao nível dos objectivos ou na abordagem teórica que informará a política regional. Realçaremos apenas que se pressupõe uma atenção especial às actividades tradicionais (agricultura e artesanato) procurando a dinamização destas actividades com vista a: (i) um aumento de rendimento com o consequente alargamento do mercado regional; (ii) um acréscimo dos meios de produção obtidos na região; (iii) a formação de uma classe de empresários sobre os quais se poderão apoiar iniciativas futuras de maior significado. A dinamização destas actividades é também condição necessária ao efectivo aproveitamento das infraestruturas e equipamentos sociais de que a região deve, evidentemente, ser dotada.

Reconhecendo o papel da imitação no processo de crescimento, procurar-se-á a maior diversificação nas experiências de projectos bem sucedidos. Mas antes, e sobretudo, terão de se encontrar as formas de mobilizar as iniciativas empresariais válidas. Os obstáculos ao surgimento dessas iniciativas terão de ser procurados nos quadros institucionais, onde pontifica um escasso número de notáveis cuja posição resulta da escala de valores, ela própria obstáculo ao desenvolvimento pelo posição privilegiada que concede à posse de bens imobiliários e à poupança — entesouramento. Qualquer tipo de inovação, pondo em risco a posição dos notáveis locais, levanta naturalmente sérias reservas ou mesmo hostilidade, não sendo o ambiente social das áreas subdesenvolvidas propício ao nascimento de iniciativas empresariais. E as que conseguem surgir esbarram contra as dificuldades de uma avaliação mínima dos riscos do investimento, resultantes da impreparação técnica e da inexistência da informação necessária (de carácter tecnológico e estatístico) para uma correcta preparação dos projectos e avaliação de investimentos alternativos.

Não será exclusivamente através de estímulos financeiros à iniciativa privada que se actuará com eficácia na remoção daqueles obstáculos. Antes se exige uma prática, continuada e com horizontes de longo prazo, de programação, coordenação e orientação, o que passa pela devolução de poderes ao nível regional, pela criação de órgãos regionais de planeamento e programação, pela descentralização do crédito e implementação de instituições que concorram com a iniciativa privada na realizaão de projectos viáveis, criação de empresas mistas para o desenvolvimento de projectos agrícolas e aprovcitamento das terras não cultivadas, criação de órgãos de informação sobre as realidades regionais e de difusão dos dados necessários às actividades empresariais, implementação de centros de formação profissional e difusão tecnológica e, sobretudo, apoio a todas as formas organizativas da população.

2. Aceitando que o desenvolvimento se *terá* de fazer a partir da mobilização das energias regionais, importa encontrar as formas organizativas adequadas a essa mobilização e devolver às regiões o poder de programar o seu futuro e de orientar a utilização dos seus recursos. A regionalização ascendeu nos últimos anos a um lugar de relevo nos debates públicos e políticos, atribuindo-se-lhe aprioristicamente um papel decisivo na resolução dos graves problemas regionais de que enferma o país. Da regionalização se espera uma maior participação dos cidadãos, mais rápidas e melhor informadas decisões, uma mais eficaz coordenação das actuações e mesmo a descentralização do poder económico subsequente à descentralização política. E considera-se que a regionalização se torna imprescindível à implementação de uma política regional e ao acesso aos apoios financeiros que a adesão à CEE poria à nossa disposição.

Não se nega que a regionalização apresente aspectos altamente positivos para o desenvolvimento regional, mas quer-se chamar a atenção para que os resultados irão depender da prática administrativa do que dos esquemas institucionais que venham a ser definidos. A participação dos cidadãos não se decreta nem se impõe a partir do nível central. E se ao nível da região não se promover uma «descentralização» horizontal e se não apoiarem todas as formas organizativas das populações, a devolução de poderes às regiões será antes de mais a partilha do poder com alguns notáveis locais que, durante o respectivo mandato, concentrarão o poder a nível da região, exercendo-o provavelmente de forma burocrática e em detrimento das autarquias municipais.

A análise das experiências de descentralização noutros países, designadamente em França e na Itália, tornaria clara a pertinência de, no processo de regionalização em Portugal, se terem em consideração os seguintes pontos:

2.1. A regionalização é, como o refere S. Lopes ([3]), um processo de reestruturação social cujo elemento básico é a «consciencialização para a reivindicação e uso de direitos». O primeiro objectivo do conjunto de inovações institucionais em França terá sido «mais pedagógico e psicológico do que operacional» ([4]), procurando-se «promover um pensamento «regional» e o aparecimento de um foco «regional» para pelo menos alguma forma de tomada de decisão» ([4]). E a «prudência» revelada por outros países ao conduzirem o processo de regionalização ao longo de dezenas de anos deve alertar-se contra os riscos de decisões precipitadas, quando a falência das políticas seguidas impõe a necessidade de reformas, e para a urgência no lançamento e dinamização desse processo.

2.2. A implementação dos órgãos regionais previstos na constituição é, deste modo, tarefa prioritária independentemente da delimitação regional que venha a ser adoptada. À delimitação das regiões «assente a estratégia e decididas as grandes opções da Política Regional, pode sempre proceder-se em base experimental, admitindo reajustamentos posteriores fundamentados» ([3]). Não sendo clara a existência de comunidades regionais objectivamente identificáveis, qualquer delimitação de regiões será sempre muito artificial, pelo que não se deverá deixar que a polémica sobre este assunto resultante da contagem de votos e avaliação de influências, entrave o avanço do processo.

Afirma-se geralmente que abaixo de determinada dimensão não é possível as regiões exercerem algumas funções, em especial as de planeamento macro-económico. Não iremos negar a existência desse mínimo. O que se põe em causa é a não consideração das relações de dependência e a fixação desse mínimo à volta do milhão de habitantes. Em Itália, em 1971, 5 regiões estavam abaixo desse valor, tendo o Valle d'Aosta pouco mais de 100 000 habitantes e a região de Molise pouco mais de 300 000. Em nossa opinião a actuação das instituições regionais será tanto mais eficaz quanto menor fôr, garantidos evidentemente os limiares das funções que lhes competem, as respectivas áreas de actuação e, sobretudo, se nessa área se não verificarem importantes desníveis de desenvolvimento.

2.3. Os órgãos regionais, cuja implementação se impõe, deverão colocar-se numa perspectiva mais de desenvolvimento do que distributiva. Deste modo, a sua principal função deverá ser de planeamento, coordenação e orientação das actuações regionais dos diversos serviços da Administração. Será, portanto, de evitar a transferência para as regiões de funções administrativas que envolvem actuações de carácter burocratizante, que possam representar uma redução da autonomia municipal e que envolvam elevados encargos de gestão. A racionalização do exercício destas funções poderá passar pela transferência das mesmas para os municípios ou pela desconcentração dos serviços do Estado.

Para o exercício das suas funções de planeamento e orientação as regiões deverão ser dotadas de um orçamento (cujo mínimo haverá que determinar mas que se pensa não ter que ser necessariamente muito significativo) que a Região possa gerir livremente e se destine primordialmente a participar no financiamento de investimentos realizados conjuntamente por vários municípios cujos recursos deverão ser reforçados.

A prática revelará caso a caso as funções que poderão ser transferidas da Administração Central para os órgãos regionais, sendo simultaneamente transferidos os meios humanos e financeiros.

2.4. Nas actuais condições da administração pública portuguesa a implementação da orgânica regional parece ser a única possibilidade de criar as condições para o planeamento regional participado e de preparar o conjunto de programas necessários ao desenvolvimento regional e ao aproveitamento dos recursos financeiros que a adesão à CEE poderá colocar à nossa disposição. Não significa, todavia, que o Estado possa prescindir de toda a acção regional, devendo, pelo contrário, com a colaboração dos órgãos regionais proceder à definição da estratégia de ordenamento do território que enquadre a acção das regiões e implementar os programas espacialmente selectivos de infraestruturas, equipamentos e medidas de apoio às actividades económicas com vista a reduzir os graves desequilíbrios regionais. Tal como em Itália, a descentralização reforçará o papel do Plano Nacional sendo necessário procurarem-se os adequados mecanismos de compatibilização e eventualmente clarificar o sistema de planeamento que se pode deduzir dos preceitos constitucionais e do estabelecido na lei 31/77.

3. A implementação dos órgãos de poder regional correrá o risco de se transformar apenas na criação de possibilidades de acesso ao poder por parte de alguns notáveis locais se não se apoiarem nas formas de participação das populações e não promoverem a criação de organismos através dos quais possam actuar.

A Constituição (1976) prevê a criação de um conselho regional como órgão consultivo da região onde sejam adequadamente representadas as organizações culturais, sociais, económicas e profissionais existentes na respectiva área. Julga-se que para intensificar a participação das populações se deveria, em colaboração com os municípios e freguesias, dinamizar as organizações populares de base territorial. E da criação de Associações para o Desenvolvimento Regional se poderia esperar que congregassem individualidades que pelas funções desempenhadas ou pela posição que ocupam pudessem contribuir, ainda que defendendo interesses de grupo, com os seus estudos, propostas e reivindicações para a formação da consciência regional e para a actuação das instituições autárquicas.

Para a dinamização das iniciativas empresariais as Regiões terão que procurar os mecanismos adequados.

Pensa-se que neste campo poderão ser importantes organismos cuja finalidade não seja gastar uma determinada dotação financeira mas gerir um património próprio, pelo que se realça o papel de empresas de economia mista que os órgãos regionais possam orientar mas de onde não estejam ausentes critérios de rentabilidade. Referiremos somente o papel que poderia ser desempenhado pelas Sociedades de Desenvolvimento Regional (SDR) e pelas «Sociedades de Aproveitamento Fundiário».

4. Sob a designação de Sociedade de Desenvolvimento Regional ou outra semelhante, encontramos, na França e na Itália desde há mais de duas dezenas de anos e na Espanha num período mais recente, sociedades por acções nas quais se congregam capitais públicos e privados com o fim de pôr à disposição das empresas regionais os recursos financeiros necessários, quer através da aquisição de participações, quer mediante concessão de empréstimos em condições vantajosas ou prestações de garantias à obtenção desses empréstimos. Em Portugal estas sociedades parabancárias foram criadas pelo Decreto-Lei 499/80, esperando-se que da acção das SDR resultasse uma dinamização de poupança regional e a orientação desta e dos recursos constituídos noutras zonas do país ou no estrangeiro para aplicações produtivas em cada região.

A experiência de outros países revela a fraca capacidade destas instituições para interferirem na formação e captação das poupanças não apenas por o seu objectivo não ser compatível com uma remuneração vantajosa dos seus capitais próprios, mas também por as formas previstas para a captação das poupanças — emissão de acções e obrigações — não serem instrumentos vulgarizados nas economias das áreas subdesenvolvidas. E duvida-se também do seu papel enquanto meros intermediários financeiros num país onde existem limitações ao crédito e onde as áreas mais atrasadas poderiam ver anuladas as suas desvantagens no acesso ao crédito por uma simples regionalização dos plafonds impostos às instituições bancárias.

O facto de defendermos a implementação das SDR no nosso país não resulta tanto de se considerarem estas sociedades como uma razoável solução na regionalização do crédito, mas por considerarmos que serão um instrumento privilegiado na identificação e mobilização de iniciativas empresariais. Este opapel é perfeitamente identificável na experiência espanhola, onde, ao fim de 5 anos de experiência, as 4 Sociedades de Desenvolvimento Industrial — das quais três actuam em áreas de fronteira com Portugal — poderiam apontar como resultados a criação de 122 novas empresas e a participação num total de 188 com um volume de emprego superior a 10 000 pessoas; e onde na última reunião geral das SODI se podia concluir: «a iniciativa própria das SODI tende a substituir a geração de projectos por parte do empresariado da região e a passar de «receber» projectos a «propiciá-los» (5). Com efeito, sendo a área de actuação das SDR geograficamente limitada e não se verificando no seu âmbito significativos desníveis de desenvolvimento, a necessidade de procurar aplicações rentáveis para os seus capitais exigirá um esforço de identificação de iniciativas empresariais. As Sociedades de Desenvolvimento Regional poderão ser «excelentes preparadores de projectos» (5) para os quais deverão procurar financiamento e que poderão ser incluídos nos programas a apresentar ao financiamento da CEE. O papel das SDR será, deste modo, o de suprir a inexistência de iniciativas empresariais nas áreas subdesenvolvidas.

Contudo, o desempenho desse papel impõe que as SDR se orientem por critérios de eficácia empresarial, sejam dotadas da adequada capacidade técnica — aconselhável parece ser a participação do LAPME — e sejam libertadas de algumas imposições legais, como a da participação minoritária, e estabeleçam como norma genérica de actuação a participação temporária nas empresas como forma de conquistar a confiança dos capitais privados.

Controladas pelas autarquias locais para que os critérios de rentabilidade não excluam a análise dos efeitos sociais, as Socieddes de Desenvolvimento Regional poderão ser um importante instrumento para a criação da necessária capacidade empresarial e de gestão que, como atrás dissemos, é elemento determinante no desenvolvimento regional.

5. A estagnação e decadência das actividades agrícolas tem sido decisiva na repulsa populacional verificada nas áreas subdesenvolvidas do interior, assistindo-se ao abandono de vastas porções de terras agrícolas. A dinamização e modernização da agricultura tem-se chocado com uma estrutura da propriedade distorcida e com a resistência dos proprietários à introdução de inovações, resistência que muitas vezes é incapacidade. Torna-se, assim, necessário encontrar as formas para que, sem violentar as populações, se consigam explorações minimamente adequadas, se aproveitem as terras incultas e se proceda à introdução de novas culturas e de formas de exploração mais racional. Julgamos que um organismo semelhante às «Societés d'Aménagement Foncier et d'etablissement Rural» (SAFER) (6) francesas poderia contribuir para esses objectivos. Estas sociedades, que designamos por «Sociedades de Aproveitamento Fundiário», seriam empresas de economia mista com participação do Estado e das Regiões para a compra ou aluguer de terras incultas ou postas no mercado pelos seus proprietários com o objectivo de as cederem a agricultores que as quisessem explorar, de acordo com programas de cultura estabelecidos e garantindo a estes um rendimento mínimo, ou para exploração directa pela Sociedade.

Conseguir-se-ia, deste modo, não apenas uma valorização dos recursos regionais mas também a introdução, através do exemplo, de novas culturas e tecnologias e a formação da mão-de-obra adequada.

6. Não serão de desprezar as medidas tradicionais visando orientar projectos de investimento para as áreas a desenvolver e será necessário encontrar esquemas de apoio financeiro às iniciativas que forem surgindo. Em particular, será necessário programar as infraestruturas para responderem antecipadamente à procura, pesando

que, no respitante à indústria, os parques industriais poderão ser uma boa solução. Contudo, será da dinamização da iniciativa local através das Sociedades de Desenvolvimento Regional, das «Sociedades para o Aproveitamento Fundiário» e/ou de outras instituições semelhantes sob a orientação e programação dos órgãos de poder regional que se poderá esperar um desenvolvimento auto-sustentado a longo prazo.

O desenvolvimento é essencialmente um processo de inovação para que contribua a difusão da informação técnica e estatística. A inovação e difusão da informação técnica poderá assentar essencialmente nos centros universitários que as Regiões não deixarão de reclamar, os quais, para além do ensino, deverão ser organismos de prestação de serviços à comunidade.

Para um melhor conhecimento das realidades regionais e difusão da informação de natureza estatística, sugere-se a criação de «observatórios regionais», integrados no Sistema Estatístico Nacional, capazes de recolher e tratar a informação referente à respectiva área de actuação e de garantir um rápido acesso aos dados de outras regiões e a informação de nível nacional ou supra-nacional.

7. O subdesenvolvimento regional não poderá ser ultrapassado, em especial quando se impõem objectivos de crescimento a nível nacional, se não for possível criar as condições para o surgimento e concretização das iniciativas regionais. Nesse sentido impõe-se a criação de uma consciência regional através da institucionalização dos órgãos regionais que a Constituição (1976) prevê e a devolução progressiva de poderes a esse nível e da divulgação esclarecedora das realidades regionais, o que pressupõe uma actuação regionalizada dos órgãos de comunicação social.

E impõe-se também a criação de órgãos que actuem de forma sistemática na mobilização das energias regionais. Deixa-se à discussão o papel de alguns desses órgãos, convictos de que «a participação mobilizada é o meio mais garantido do sucesso, quase tanto quanto a sua ignorância ou menosprezo o poderão comprometer» (3).

REFERÊNCIAS

(1) CEP/NEUR — *Avaliação de Políticas Regionais: Incentivos Regionais ao Investimento*, 1981
(2) Stuart Holland — *Capital Versus Regions* — The Macmillan Press Lts, 1977
(3) S. Lopes — Desenvolvimento Regionalização — Universidade do Algarve, 1982
(4) Georg W. Ross, Stephen S. Cohen — The politics of French Regional planning, in J. Friedman, W. Alonso — *Regional Policy: Readings in theory and applications*, 1975
(5) SODI — Boletin informativo de las Sociedades para el Desarrollo Industrial Regional, n.º 4, Setembro 1981 — discurso proferido por Lopez Pinto Ruiz no encerramento da VI Reunião Geral das SODI
(6) Jacques de Lanversin — *L'Amenagement du territoire et la Regionalisation — Librairies Techniques, Paris 1970*

A habitação em Portugal: Caracterização e Políticas*

Maria Clara Mendes

I Introdução

A diversidade de aspectos de que o estudo da habitação se reveste é uma manifestação da natureza complexa do tema. Trata-se de um bem heterogéneo, durável e de consumo, um indicador indirecto do estatuto social dos utentes, sendo simultaneamente uma fonte de conflito entre os vários grupos sociais e um objecto de lucro das diferentes instituições e agentes de produção, consumo e troca.

Destas características resulta que o estudo da habitação não cai apenas no âmbito duma única disciplina académica nem tão pouco está submetido a um único modelo político, ideológico ou de investigação.

Além disso, a sua análise não pode ser divorciada do sistema legal e da estrutura social que influenciam a sua produção e uso no meio em que está inserida.

Ainda como consequência do lugar que ocupa no processo sócio-económico é difícil conceber modelos únicos para futuras políticas pois a habitação é expressão dum processo dinâmico e parece inevitável que as medidas delineadas num dado momento tenham de ser ajustadas continuamente como resultado das expectativas que se vão delineando. As prioridades definidas deverão também ser consideradas como parte duma estratégia de urbanização justa, mesmo quando se torna necessário que as medidas se limitem à provisão de infraestruturas básicas.

II O papel da construção civil na economia nacional

O desenvolvimento económico ocorrido a partir dos anos cinquenta, caracterizado pela penetração de capitais estrangeiros e pela formação de grandes grupos económicos, determina a concentração espacial dos centros de produção, das unidades de gestão, bem como da força de trabalho necessária ao seu crescimento. A interdependência desses elementos provocou o aparecimento duma forte assimetria entre o litoral e o interior, ou melhor dizendo, enquanto as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto reflectiam a estrutura própria de um capitalismo dependente, os outros centros urbanos declinavam em virtude das suas funções administrativas quase monolíticas.

A dependência externa, articulada com a política colonial, favoreceu consideravelmente os mecanismos do sector comercial, enquanto o acréscimo do número de indústrias transformadoras se ficou a dever à existência dum pequeno número de grupos económicos importantes, por vezes de origem internacional, que se estabeleceram em Portugal para aprovcitamento de mão-de-obra barata. Como resultado, verificou-se um acréscimo da taxa de desemprego, a estagnação da agricultura, a sub-utilização dos produtos naturais, uma grande dependência económica, um défice crónico da balança comercial, enquanto a balança de pagamentos era equilibrada pelas remessas de emigrantes e pelo turismo.

A maior parte dos empresários industriais acomodaram-se a uma indústria dispersa, sem organização técnica e social capaz, e com uma prática de investimento produtivo que justifica que a percentagem do total do investimento em relação ao rendimento nacional tivesse sido sempre a mais baixa dos países europeus.

---

* Esta comunicação é uma síntese dos trabalhos da autora, desenvolvidos no âmbito da OCDE.

Neste panorama a construção civil ocupava uma posição particular porque as empresas recorriam a técnicas de trabalho intensivo, a reservas de mão-de-obra barata e pouco qualificada, constituindo um sector disperso, mal equipado e sofrendo os efeitos da descontinuidade e diversidade da procura. Como na generalidade dos países, em Portugal, as empresas deste sector caracterizam-se pela sua atomização e concentração da produção.

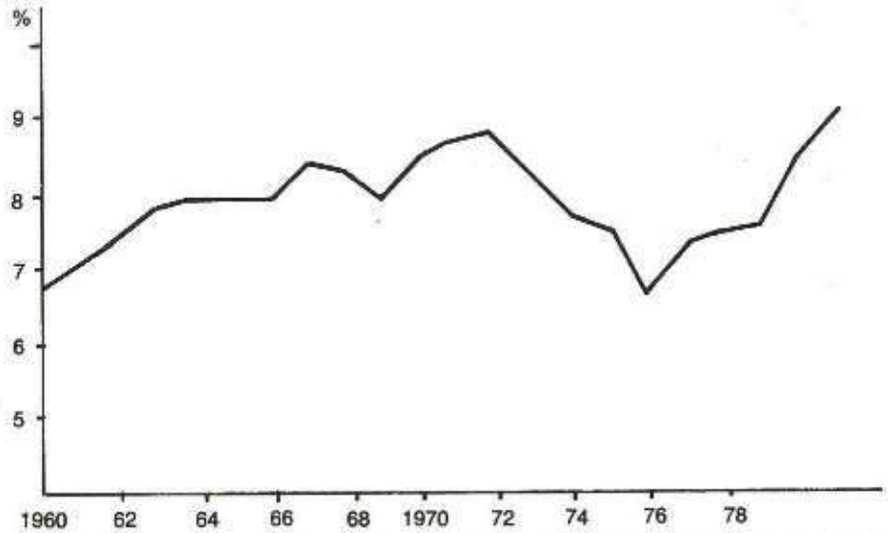


Fig. 1 — Evolução da percentagem de activos na construção civil em relação à População Activa Total.

Em 1970, cerca de 77,6% das empresas tinham menos de 10 empregados enquanto 3,4% foram classificadas como grandes empresas (+50). A década de 70 é marcada pela proliferação das pequenas unidades que correspondiam a cerca de 85% do total em 1980, valores que se explicam não só pelo carácter muito individualizado da procura, como ainda pelo reduzido capital próprio necessário para se iniciar uma empresa. Não obstante, a construção civil era, logo após a agricultura, o subsector que maior volume de emprego proporcionava. E, embora este tenha sido irregular, reflectindo a expansão ou recessão na produção, ele apresenta, em relação ao emprego global, taxas de participação regularmente crescentes até 1972, data a partir da qual se inicia um processo decrescente, atingindo o valor de 6,8% em 1976. Posteriormente assistiu-se a um ligeiro aumento, sendo de 8,5% a percentagem média da população empregada na construção nos últimos anos (fig. 1).

Se forem adicionados os empregos que o sector da construção induz nas indústrias de materiais de construção, verifica-se que o sector é responsável por cerca de 13% do emprego total.

A debilidade estrutural da indústria da construção é traduzida na percentagem de empresas de natureza societária ser apenas de 10% e na existência de uma estrutura profissional caracterizada por um elevado número de empregados não qualificados. Na realidade, em 1970, o pessoal operário representava 90,5% do total de empregados no sector, valor significativo quando comparado com 0,3% do pessoal técnico. Esta proporção não variou relevantemente nos anos setenta e no final da década os valores indicados pelas estatísticas oficiais apontam para 93,0% e 1,7% respectivamente. Os anos oitenta iniciaram-se com uma ligeira redução no que concerne ao pessoal operário (91,2%) e em aumentos de quadros técnicos (2,4%) e dirigentes (6,4%).

Mas são estas características que explicam a função que a construção civil foi desempenhando no sistema económico português. Representando cerca de 6,5% do PIB, em 1981, é de salientar o papel amortecedor que desempenhou ao obsorver a mão de obra agrícola, que emigrando para as cidades aguardava oportunidade de emprego nas indústrias transformadoras. Aliás, sendo a construção civil um dos sectores da economia tradicional que comporta uma apreciável ausência de risco na aplicação de capitais, pode integrar pessoal não qualificado, possibilitando a obtenção rápida de lucros às pequenas e médias empresas, funcionando ainda como suporte directo da especulação imobiliária.

III Caracterização do parque habitacional em Portugal

A — *Caracterização geral*

Em 1960 (1), 74,6% dos edifícios construídos no país eram destinados à habitação, percentagem que atingiu os valores de 74,0% em 1979 e 79,1% em 1980. Valores percentuais muito próximos são indicados para os centros urbanos (fig. 2 e 3) o que se pode verificar através da análise das curvas de evolução relativas à construção de edifícios e fogos para habitação; tanto a nível nacional como a nível urbano.

(1) Estatísticas da Construção e Habitação, 1960, 1970, 1980.

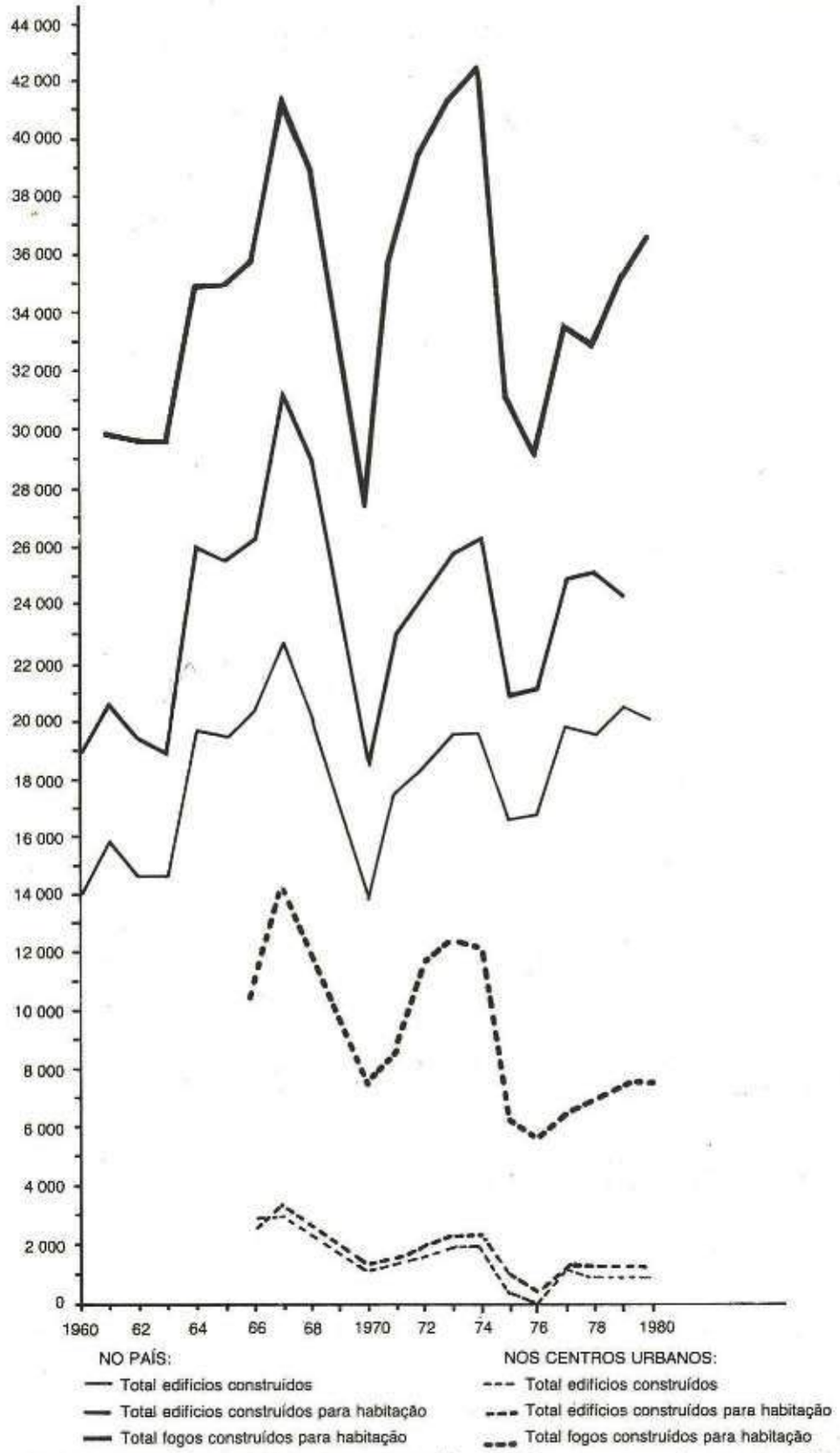


Fig. 2 — Evolução do número de edifícios e fogos construídos no País e nos centros urbanos entre 1960 e 1980.

As curvas representando a evolução das variáveis acima mencionadas no período 1960-1980 apresentam dois pontos de quebra relevantes. Um, correspondente ao ano de 1970, está possivelmente relacionado com insuficiências da estatística. Outro, terá a ver com a fragilidade da acumulação no sector da construção a qual é responsável,

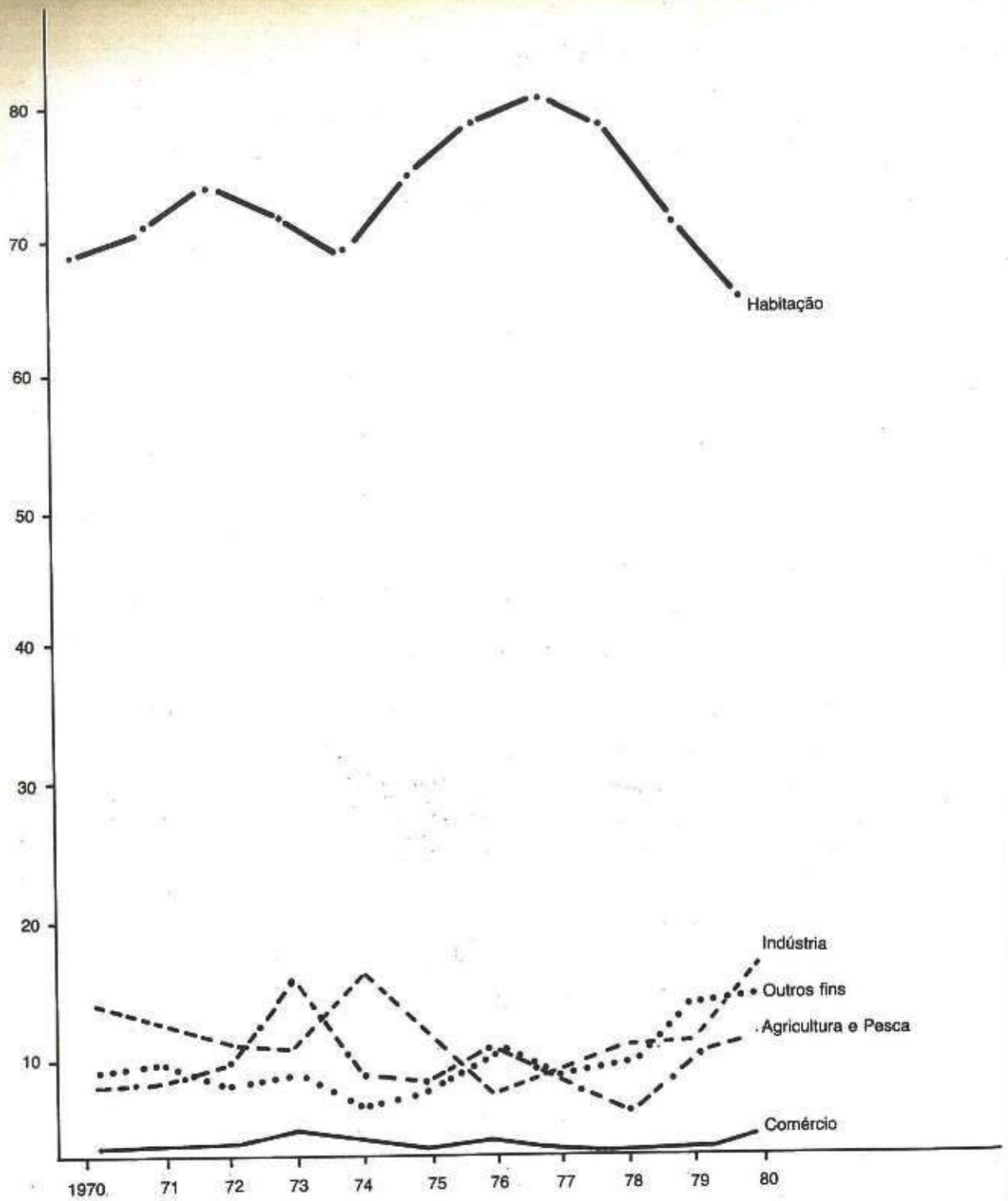


Fig. 3 — Evolução do número de Edifícios Construídos (1970-1980) em função dos fins a que se destinam.

após o 25 de Abril, por uma quebra importante na produção nos anos 1974-75. A especulação imobiliária e o ritmo de construção de fogos destinados à habitação diminuiu consideravelmente bem como o de vendas de prédios e/ou fracções urbanas pois a predominância dos investidores deu lugar à aquisição de casa própria, reduzindo-se deste modo a oferta.

Os incentivos governamentais através de empréstimos e esquemas de desenvolvimento da habitação foram talvez os responsáveis pela recuperação verificada, quer em número de edifícios quer em número de fogos, nos anos de 1977 e 1978, mas 1979 e 1980 são anos de abrandamento do crescimento devido às medidas da política económica restritiva e à redução dos rendimentos das famílias limitando-se deste modo o acesso à habitação.

Além da redução na produção, verifica-se ainda na fig. 4, que 62,4% dos alojamentos existentes foram construídos antes de 1945, sem que se tenham tomado medidas de conservação do património edificado, agravando-se, através da degradação, as condições do parque habitacional. Naturalmente que a maior percenta-

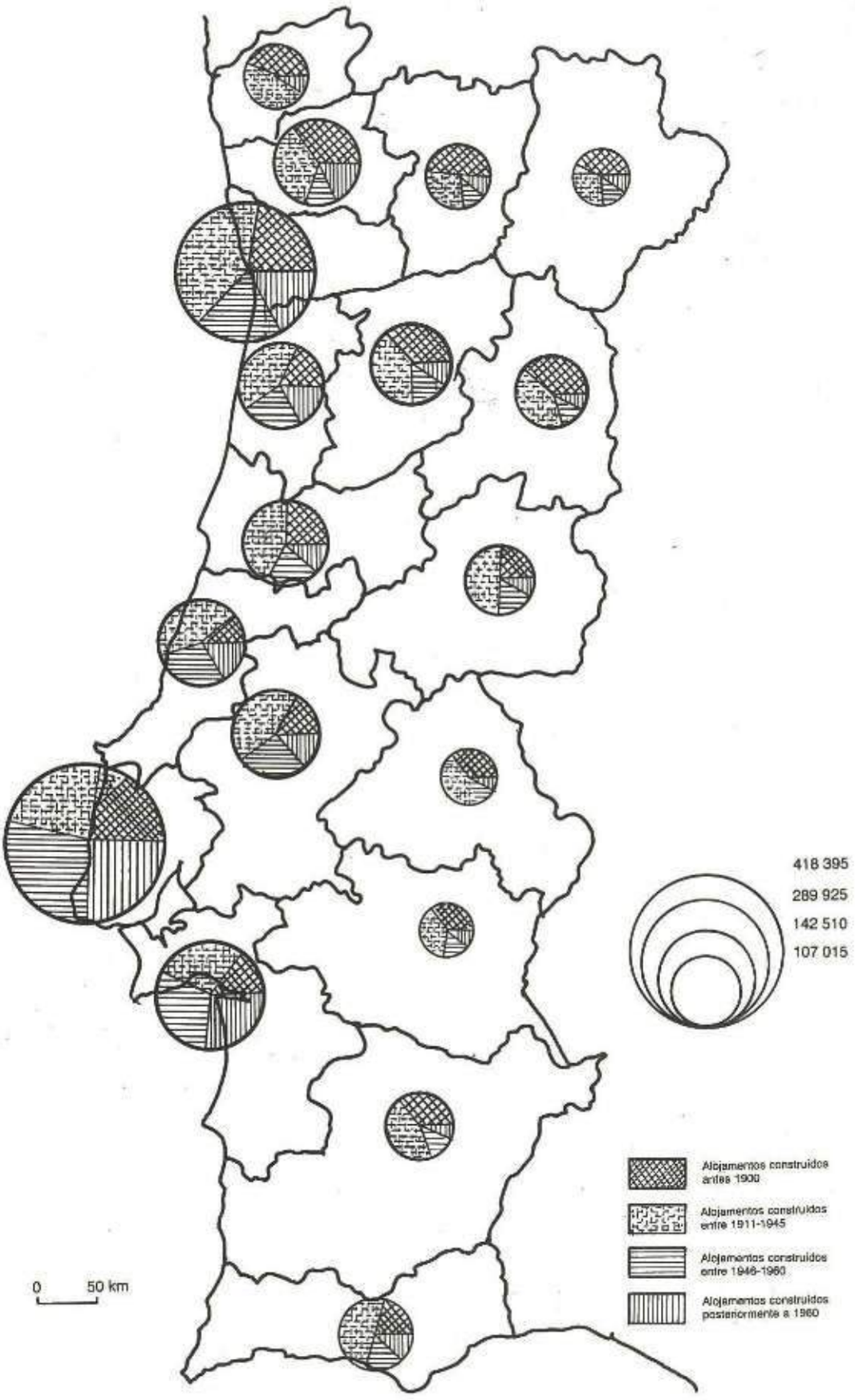


Fig. 4 — Envelhecimento do parque habitacional.

Devemos distinguir as situações dos «Oficiais Milicianos» e dos oficiais do «Quadro Permanente» no sistema de produção social. Aqueles, normalmente, mais directamente inseridos no mundo do Trabalho e/ou da Cultura. Sabemos que uns e outros não pertencem (em margem percentualmente significativa) às *classes fundamentais* (burguesia e proletariado). Nas limitações, hesitações e contradições do *movimento* (MFA), vêm reflectir-se os distintos *níveis de consciência* socioprofissional e sociopolítico) de diferentes estratos da pequena burguesia, de camadas de intelectuais, de tecnocratas, de funcionários. O «Programa do MFA» é um simples (e imediatista) acordo táctico com vista a criar a base política e organizacional para desencadear a «operação militar». Politicamente não ia além do *horizonte de classe* da pequena burguesia.

3

O *acto militar*, tendo alcançado uma vitória rápida e fácil, podia ter sofrido as limitações inerentes a um *«golpe de Estado militar»* e ter sido recuperado pela hierarquia militar e pelo pessoal político dela afim. Foi a adesão espontânea, entusiástica e maciça do povo, dos trabalhadores, que lhe deu força social, eficácia política, potencial revolucionário.

Ao povo, aos trabalhadores, coube a iniciativa política; o movimento de massas antecipou-se a conquistar o que a Constituição, legislativamente, consagrou.

4

As orientações liberais do «Programa do MFA» foram confrontadas, no terreno da luta política de massas, com a aspiração socialista dos sectores mais conscientes das forças do Trabalho e da Cultura. A Constituição da República, elaborada pela Assembleia Constituinte participada pelos partidos do *centro* e do *centro-direita*, não se limitou a «garantir os direitos fundamentais dos cidadãos» e a «estabelecer os princípios basilares da democracia», abre «caminho para uma sociedade socialista». A Constituição é mais avançada do que o «Programa do MFA».

5

Se, derrubado o «poder não-democrático», elegemos como objectivo — *democratizar*, é necessário definir o conteúdo e o modo de prosseguir o *processo de democratização* a partir de uma análise de carácter e dos mecanismos do poder no regime não-democrático. Se esse *poder* revestia um carácter ditatorial de classe, se era o *poder-de-Estado* de um certo capitalismo, a *democratização* não poderá ignorar esse aspecto específico. A democratização não poderá ser puramente formal, terá que atingir a essência do regime fascista: o seu carácter de *poder-de-classe* de um certo capitalismo.

6

A *democratização*, nas circunstâncias revolucionárias de Abril, apresentava-se, e solicitava-nos, no plano da intervenção e da vivência políticas, como um *curso novo* que abraçava a *democracia* e o *socialismo*. Não se limitando a democracia aos esquemas da *liberdade política* sem *igualdade*; não se cingindo a um formalismo constitucional sem conteúdo socioeconómico. A fronteira tinha-nos sido fixada: não existe *democracia* sem *socialismo*, nem *socialismo* sem *democracia*.

Foi o que ficou consignado na Constituição da República, Art. 2.º: «A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráticas, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.»

7

A criação de uma *ordem constitucional democrática* é uma tarefa essencial, mas de sua essência diferente da tarefa da democratização das estruturas do Estado e do tecido social esclerosado por 48 anos de opressão ditatorial fascista. Criou-se, formalmente, o «Estado democrático», não se democratizou a sociedade portuguesa. Definiu-se a Democracia como plural (o que era redundante, porque óbvio) e participativa. O Art. 48.º da Constituição, N.º 1, diz: «Todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do país, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos». Mas, este direito sofreu limitações; a

gem de edifícios mais antigos se localiza no interior, já que as áreas litorais, apresentando taxas de urbanização mais elevadas, estão sujeitas a maiores pressões demográficas traduzidas num aumento de construções novas e demolições por vezes arbitrárias e atentatórias do património cultural.

Lisboa, Porto e Setúbal, conheceram um certo dinamismo demográfico que justificava o elevado número de alojamentos construídos posteriormente a 1945, sem contudo se terem encontrado soluções que permitissem o controlo da marginalidade urbana e a organização dos sistemas espaciais.

Para além do envelhecimento referido, o parque habitacional é ainda caracterizado por baixos níveis de conforto. O primeiro recenseamento à habitação, datado de 1970, revela que 27,9% das famílias portuguesas viviam em más condições de habitabilidade — 35 000 em bairros clandestinos, 550 000 em condições de sobreocupação e 66 000 em subarrendamento. Apenas 47,7% eram servidas por água e 30,1% estavam ligadas ao sistema de esgoto público. Não existem elementos que permitam quantificar a situação em 1980. Socorremo-nos por isso das estimativas elaboradas pelo Fundo de Fomento da Habitação e, apesar de todas as reservas quanto à metodologia seguida e aos resultados obtidos, elas permitem dar uma imagem do panorama português nesta matéria. O número de famílias em regime de sub-locação era de cerca de 66 175; 552 400 viviam em sobreocupação e calculava-se a existência de 83 000 fogos construídos ilegalmente, dos quais 63 000 na área metropolitana de Lisboa.

O II Recenseamento à Habitação, em fase de publicação, indica que cerca de 72% era servida por água canalizada; 90,0% por electricidade; 33,1% ligado ao sistema de esgoto público e 62,9% com recolha de lixo, valores que comparados com os de 1970 indicam uma notável melhoria das infraestruturas.

Relativamente à promoção de habitação, o sector privado ocupou desde sempre o primeiro lugar, situando-se a sua participação em 89,9% em 1970 e em 83,4% em 1980. Os restantes 12,8%, relativos a este último ano, (fig. 5), distribuiam-se por fogos promovidos pelo Estado e/ou autarquias (11,5%), empresas públicas (0,4%) e cooperativas imobiliárias ou de habitação (1,3%).

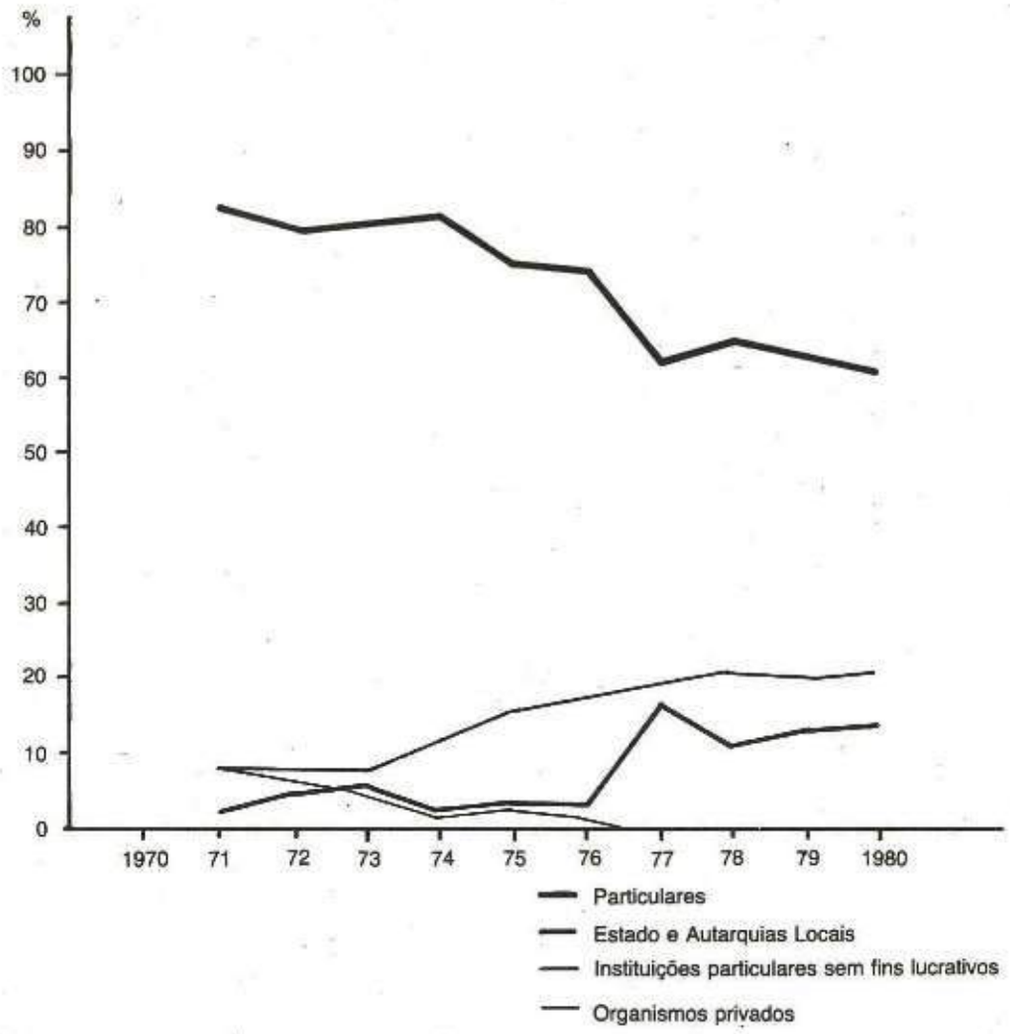


Fig. 5 — Fogos resultantes de edifícios concluídos para a habitação segundo a entidade investidora.

Os dados globais geralmente escondem realidades económicas e sociais distintas e, no domínio da habitação podemos destacar, pela importância que assume no panorama nacional, dois aspectos: um, relativo ao parque habitacional arrendado que pela política de rendas seguida, gerou situações de injustiça social e serviu de capa à inoperância dos vários governos na resolução do problema das carências. Outro, ligado à habitação clandestina largamente representada nas áreas sujeitas a grandes pressões demográficas e que constitui a alternativa de alojamento possível, para as populações carenciadas.

B — *O parque habitacional arrendado e a questão do arrendamento urbano*

O regime de arrendamento urbano assentou em dois diplomas fundamentais, a lei n.º 2030/48 e o Decreto-Lei n.º 445/74, embora em 1981 se tivesse estabelecido o regime de renda condicionada e revogado a legislação relativa aos novos contratos.

A primeira consagrava a convenção livre da renda na altura da celebração do contrato de arrendamento e a sua actualização de 5 em 5 anos, mediante avaliação a pedido do senhorio. Não era aplicada a Lisboa e Porto onde as rendas de casa estão congeladas desde 1948. Mantida em vigor até 1974 esta lei aparece como resposta política ao elevado crescimento dos preços e à intranquilidade social vivida após a Segunda Guerra Mundial.

O Decreto-Lei n.º 445/74: enquadrado numa política geral de contenção de preços surge em 1974 nova legislação que, com objectivos meramente conjunturais, estendia a todo o país o congelamento de rendas, na vigência do contrato de arrendamento. Condicionava o estabelecimento de rendas, em novos contratos de habitações antigas, a determinados limites obtidos por aplicação de coeficientes à renda anterior. Nos primeiros contratos de arrendamento de habitações novas, a renda era livre.

Com o objectivo de dinamizar o mercado da oferta de habitações para arrendar e, ao mesmo tempo, servir de elemento moderador dos níveis das rendas oferecidas no mercado livre foi promulgado em 1981 o Decreto-Lei n.º 148. Este diploma alterando o regime dos novos arrendamentos de habitações anteriormente alugadas, permitia a renda livre.

Para além de outros aspectos contemplados, este diploma, permitia pela primeira vez, desde 1948, a actualização das rendas, previa incentivos fiscais e o combate à construção arrendada.

Não obstante estas medidas a situação do mercado de arrendamento é de quase completa estagnação, gerando graves distorções económicas e sociais.

A carência de estatísticas dificulta a caracterização do parque habitacional arrendado. Contudo o recurso ao relatório 1/83 do Gabinete de Estudos e Planeamento da Habitação e Obras Públicas do MHOPT (1), permite apresentar indicadores úteis para a caracterização ajudando a fomentar medidas que possam vir a ser adoptadas.

O citado estudo revela que cerca de metade dos fogos arrendados foram construídos há mais de quarenta anos e que é significativo o seu estado de degradação, pois cerca de 40% dos alojamentos apresentam sinais evidentes de danificação.

«Só nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, o número de fogos exigindo acções imediatas de reparação, conservação e restauro ronda os 360 mil.

Para além das más condições de habitabilidade o parque arrendado apresenta um grau de ocupação imperfeito, pois cerca de 18,2% das famílias viviam em situações de sobreocupação e 18,7% em subocupação.

O estudo refere ainda, que são muito baixos os valores médios pagos pelas famílias, a título das rendas de casa.

A renda média da Grande Lisboa, a mais elevada entre as dos três grupos de aglomerados urbanos do quadro, não representa mais que 12,5% do salário mínimo nacional actualmente em vigor para os sectores secundário e terciário.

Mais graves parecem ser os valores encontrados para o grande Porto e para as cidades interiores de Viseu e Évora, e ainda Faro, onde cerca de 60% das rendas não atingiam sequer valores iguais a 1000$00.

O estudo mencionado revela que é muito baixo o esforço que as famílias têm com a habitação arrendada e a amostra revela que apenas 17,5% das famílias suportava taxas de esforço superiores a 10%.

Resultando dum regime jurídico, a interpretação destes valores não é fácil dum ponto de vista da justiça social, pois podendo permitir maior disponibilidade financeira dos agregados familiares, para satisfação de outras necessidades básicas, estes valores correlacionam-se com más condições de habitabilidade. O congelamento das rendas veio ainda gerar práticas de mercado pouco transparentes, que agravam as disparidades encontradas nas condições de vida da população.

C — *A construção clandestina*

A partir da década de cinquenta, com o incremento da taxa de urbanização os loteamentos e a construção clandestina passaram a desempenhar um papel significativo na expansão das áreas urbanas.

(1) MHOPT — Características Genéricas do Parque Habitacional Arrendado em Algumas Zonas Urbanas do Continente. Relatório 1/83, 42 p.

Dados recolhidos pelo Ministério da Habitação e Obras Públicas em 1977, mostravam que o número de fogos construídos ilegalmente era superior a 83 000, dos quais cerca de 63 000 se localizaram na Área Metropolitana de Lisboa. Os restantes concentravam-se no litoral norte e nalguns centros urbanos do interior e sul. Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro e Setúbal têm, como maior ou menor dimensão loteamentos e construção ilegais que constituem expansões periféricas dos aglomerados. O surto destes bairros deve-se à incapacidade do poder político em enquadrar as transformações sociais ocorridas no pós-guerra e que se traduziram no aumento da população vivendo nos centros urbanos e na manifestação de novas exigências sociais, materiais e culturais.

Não foram também criadas condições para o desenvolvimento do interior e sul do território, o que provocou o êxodo rural dando origem a fortes pressões demográficas nas áreas urbanas implicando necessidade de emprego, habitação, equipamento, infraestruturas, etc. A política habitacional foi favorável à especulação imobiliária e marginalizadora das classes mais desfavorecidas e, é numa situação de ruptura entre a política urbana dominante e as necessidades das populações, que surgem as formas marginais de habitação em Portugal.

Após o 25 de Abril, dada a redução do mercado de arrendamento e a incapacidade de resposta à procura de habitação por parte do sector público, a construção clandestina conheceu um grande surto, sendo mesmo responsável pelo aumento do volume de vendas dos materiais para construção civil. Registe-se por exemplo, o consumo de cimento que aumentou de 90% entre 1973 e 1980, enquanto o número de fogos construídos legalmente diminuiu de 41 316 para 38 321.

Para além das carências quantitativas, a política urbanística não sofreu grandes transformações. Mantiveram-se os proprietários fundiários, os loteadores, os promotores mobiliários, desincentivando-se o apoio à promoção de habitação pelo sector público, às cooperativas e à auto-construção. Não se desenvolveu uma política de solos que permitisse sobrepor os interesses colectivos à propriedade privada, nem tão pouco se forneceram às autarquias instrumentos de actuação sobre o território.

Aos factores económicos e institucionais acrescentem-se ainda os hábitos da população que, com acentuado peso da tradição rural preferem a moradia unifamiliar com quintal, revelando uma certa incapacidade de se adaptar à tipologia dos fogos urbanos e o peso da tradição no acesso à terra e à casa própria.

Na década de setenta assistiu-se também ao surto das residências secundárias ilegais, construídas em espaços de veraneio, cujo número é revelador da falta de medidas de política urbanística e fiscal.

IV Medidas de actuação no sector da habitação: algumas considerações

A eficácia duma política de habitação depende da estabilidade das suas opções e instrumentos. Esta não ocorreu na última década em Portugal, onde se registou o aparecimento sucessivo de políticas diferenciadas, privilegiando medidas conjunturais, sem definição de domínios da intervenção e uma gestão articulada e coerente.

A estratégia habitacional do Estado Novo foi estável e adaptada ao respectivo projecto político. O investimento foi predominantemente privado, as políticas de planeamento e programas de provisão de infraestruturas urbanas foram restringidas às áreas metropolitanas, ajudando ao aparecimento de distorções e a lei das rendas, imposta para controlo de tendências especulativas que pudessem debilitar o poder central, não se traduziu no declínio de preços e do número de casas para arrendar.

Neste período a produção habitacional conheceu os seus níveis máximos no período 1970-1974, assente em factores altamente favoráveis: a elevada poupança, que proveniente das remessas dos emigrantes se encaminhou para o investimento imobiliário; investimento de promotores institucionais em habitação para arrendar; o aparecimento de empresas promotoras imobiliárias suportadas pelas ligações à banca comercial e jogando em operações fundiárias.

A intervenção do Estado foi reduzida no domínio da habitação, mas a crescente especulação do solo e as pressões demográficas nas áreas urbanas estiveram na origem de algumas medidas, para além da criação do Fundo de Fomento da Habitação. Foram elas, a Lei de Solos de 1970 e a criação da Secretaria de Estado de Urbanismo e Habitação, em 1972.

O início da crise económica, em 1973, reflectiu-se no modelo que suportava a habitação e que veio a entrar em ruptura após o movimento de 25 de Abril.

Entre 1974 e 1976, registou-se uma evidente preocupação na intervenção por parte do Estado, tanto de forma indirecta (apoio e incentivo à promoção privada), como de forma directa.

A situação conjuntural foi altamente favorável ao surto de habitação clandestina dados a escassez de habitação e o acréscimo dos rendimentos reais das famílias. Estes e a crise no sector da construção vieram determinar que as preocupações dominantes, se voltassem para estes problemas.

Adoptaram-se medidas para dinamizar a promoção privada, orientando-lhe a procura através da criação do Sistema de Crédito Bonificado para Aquisição de Casa Própria. Por sua vez os municípios foram contemplados com legislação que lhes permitia adquirir terrenos e actuar sobre os clandestinos. Data ainda deste período a transferência dos programas do SAAL para os municípios e a criação dos serviços municipalizados de habitação.

Devido à política de estabilização económica e financeira, seguida em 1978 e 1979, estes anos foram marcados pela redução da promoção pública de habitação, pela quebra do financiamento às cooperativas e por uma redução do investimento privado derivado do aumento de preços dos materiais e custo dos financiamentos. Em 1980, ano de eleições, a dinâmica, no domínio habitacional, foi retomada. O sector público lança 5532 (14,51)

fogos, foi desbloqueado o financiamento às cooperativas e publicado um novo sistema de crédito, que introduziu o sistema de amortizações progressivas e o de subsídio para famílias com baixos rendimentos. Apesar destas medidas, em 1981 retirou-se do orçamento a totalidade do investimento público em habitação, tendo o FFH sido obrigado a recorrer ao crédito, conduzindo-o a uma situação de desiquilíbrio financeiro, que provavelmente serviu de argumento à sua extinção.

O ano de 1983 foi marcado pelo agravamento da conjuntura económica, que em matéria de política habitacional se reflectiu na substituição do sistema de crédito à casa própria pelo regime de poupança-habitação; na transferência para as câmaras municipais da responsabilidade de promover a habitação social, na extinção do FFH e criação do Fundo de Apoio ao Investimento em Habitação destinado a financiar programas de interesse social.

Estas actuações sucessivas, por parte do Estado, sem tempo para a sua consolidação e agravadas pela situação económica são as responsávis pela situação existente no domínio da habitação. As carências são estimadas em 1981, em cerca de 555 000 fogos; a construção clandestina passou a constituir a fracção mais importante da produção global; o parque habitacional degradou-se; o mercado de arrendamento desapareceu e os custos médios das habitações, desajustados dos rendimentos familiares, limitam o acesso ao alojamento. Para além disto, a gestão urbanística continua a revelar-se ineficaz, as disponibilidades dos solos não aumentaram e com a extinção do FFH criou-se um vazio institucional ainda não superado.

Neste quadro parecem inevitáveis reformas de fundo, tanto de instrumentos como de mecanismos, e será sobre esta matéria, que a seguir teceremos algumas considerações.

V Para uma Política de Habitação: Instrumentos e Mecanismos.

Dentre os elementos necessários para a implementação de uma política habitacional, a disponibilidade de solos e de infraestruturas, embora fundamental, constitui uma área crítica. A Administração Pública não recorre a programas de cedência de terrenos para as diferentes formas de promoção (pública, privada e cooperativa) e, a legislação de 1976 quando aplicada, é obstruída por processos burocráticos demorados e inoperantes. As áreas prioritárias de desenvolvimento urbano estabelecidas no Decreto-Lei 152/82 não foram implementadas e a legislação sobre planos directores municipais é muito recente para que se possam já registar efeitos da descentralização das decisões urbanísticas.

Por sua vez, a fiscalidade que em muitos países é um instrumento de promoção de solo urbano disponível, praticamente não existe em Portugal e, no que respeita aos terrenos expectantes, a lei de solos nunca foi regulamentada no que diz respeito às mais valias.

As medidas a considerar em matéria de política de solos deverão contemplar programas para a intervenção dos municípios no mercado fundiário, proporcionando solos mais baratos ou a custos controlados; medidas de tributação fiscal para desencorajar terrenos expectantes e o entesouramento fundiário e por fim urge reformular, em matéria urbanística, as competências das administrações local e central.

Pela sua complexidade, uma política de habitação exige a existência e funcionamento de estruturas institucionais que apoiem o governo na tomada de decisões.

O vazio criado pela extinção do FFH, para além dos problemas que criou face aos empreendimentos em curso e à gestão do património que lhe pertencia, tornou ineficaz a legislação existente quanto a algumas formas de promoção pública de habitação (contratos de desenvolvimento PRID, auto-construção) e conduziu ao desaparecimento do apoio às cooperativas e aos municípios.

Não existe nenhum organismo dependente do Ministério de Habitação que proceda à gestão dos recursos orçamentais dispendidos com a habitação, nem tão pouco é feita, de modo sistemático, a avaliação dos investimentos feitos neste sector.

As normas regulamentares e técnicas encontram-se dispersas por vários organismos e não são aplicadas e coordenadas.

Por sua vez as autarquias não têm capacidade técnica financeira para promoverem a habitação.

Parece pois provável que tenham de ser criadas estruturas promocionais tanto à escala municipal como nacional. A nível do poder central deverão ser definidos os regimes de financiamento adequados às carências e aos estratos sociais a que se dirigem, bem como a elaboração de legislação relativa à disponibilidade de terrenos e às regras de construção.

Os municípios, por sua vez, deverão apoiar a auto-construção, promover a oferta de lotes de terrenos infraestruturados, apoiar as cooperativas, os contratos de desenvolvimento, dinamizar programas de renovação urbana e recuperação de habitação degradada e gerir o património habitacional.

Como é sabido, até 1974 o financiamento à construção e habitação era predominantemente privado.

As entidades públicas que geriam os regimes de segurança social, tinham um papel limitado, pois concediam apenas 14,9% do total do crédito no sector da construção civil. Em contrapartida, as instituições privadas viram os seus créditos hipotecários aumentarem substancialmente. Na fig. 6 onde se cartografaram as hipotecas com designação de prédios verifica-se que, tanto a nível nacional como para os centros urbanos, os quantitativos são sempre crescentes devido à concessão de empréstimos para habitação própria, amortizáveis a longo prazo, o que

conjugado com a evolução relativamente moderada do índice de preços constituiu estímulo muito apreciável à aplicação de capitais na compra de edifícios, sobretudo nos centros urbanos mais importantes. Paralelamente, o número de prédios transaccionados no período de 1960 a 1974 aumentou de 59 000 para 123 099, devido a uma escassez relativa de formas de aplicação de capital, suficientemente atractivas e, pela disposição demonstrada por certos sectores da poupança nacional para a intensificação da especulação e procura de meios de segurança económica.

A partir de 1974, e distinguindo o crédito à construção e/ou promoção e o crédito ao acesso, constata-se que no primeiro caso, o crédito com aquela finalidade tem sido superior ao do volume global tendo passado de 6,6% em 1977 para 9% em 1982.

O financiamento ao acesso tem sido constituído pelo sistema de crédito à aquisição de casa própria. Desde 1974 que as principais instituições que concedem créditos a particulares para a habitação são: o Montepio Geral, o Crédito Predial Português e a Caixa Geral de Depósitos que, em 1980, comparticipou com 66,2% do total do crédito concedido para aquisição de casa própria.

Entre 1975 e 1980 o número de hipotecas cresce em 79,7% devido à aquisição de casa própria.

O crédito a esta modalidade tem sido contemplado com bonificações por parte do Banco de Portugal. A concessão do crédito bonificado tem como parâmetros de atribuição, por um lado, o rendimento anual per capita dos requerentes, e por outro, as classes de construção dos fogos a adquirir, funcionando estes parâmetros como determinantes da taxa de juro, do prazo máximo de amortecimento e do próprio montante a emprestar.

Desenquadrado duma política global de habitação, este tipo de financiamento vai bonificar, relevantemente, a custo do Orçamento Geral do Estado, a aquisição de alojamento no mercado livre, sem qualquer controlo sobre a especulação que campeia no mercado de terrenos e sem acção sobre a qualidade do bem comercializado.

Apesar do crédito à aquisição de casa própria ter sido ao longo do tempo, comparativamente, privilegiado na política geral do crédito bancário, o acesso à aquisição de habitação está apenas ao alcance de camadas de população com rendimentos elevados, devido às taxas de juro praticadas e ao facto do crédito bonificado prever custos por metro quadrado bastante inferiores, aos praticados no mercado, o que naturalmente se reflecte nos montantes dos empréstimos concedidos.

Por inexistência de estatísticas não é possível caracterizar a procura de habitação própria e, contactadas as três principais instituições de crédito para aquisição deste bem verificamos que as características relativas aos adquirintes não são tratadas estatisticamente. Utilizou-se, por isso, a amostragem obtida pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério de Habitação e Obras Públicas, em 1980, que permite descriminar as características sócio-profissionais dos adquirintes de habitação pelas categorias descritas no Quadro IX.

QUADRO IX

Características sócio-profissionais dos adquirintes de habitação própria, em 1980

	Percentagem
— Produtores e trabalhadores agrícolas	1,3
— Patrões e isolados não agrícolas	3,7
— Empregados de escritório	47,9
— Funcionários públicos e forças armadas	19,7
— Operários industriais	16,1
— Operários liberais	1,4
— Reformados, aposentados e pensionistas	2,5
— Outros não especificados	7,4

FONTE: GEP do Ministério de Habitação e Obras Públicas.

O peso do sector terciário é naturalmente reflexo da importância da aquisição de casa própria nos centros urbanos, onde a procura reflecte o crescimento demográfico.

Não existem trabalhos de análise rigorosa sobre os encargos que uma família tem de suportar para obter uma casa através do regime de crédito bonificado, mas é interessante referir que um trabalho elaborado pelo Fundo de Fomento, em 1980, relativamente à solvabilidade das famílias portuguesas, indica que a taxa de esforço média estimada, suportada por uma família, durante o período em que vigora o empréstimo, é de 35%. Baseado num inquérito aos rendimentos familiares, lançado no mesmo ano pelo referido organismo, e utilizando as estimativas feitas para as taxas de esforço, o FFH concluia que, para os fogos de tipologia T2, as famílias com rendimentos mensais entre 15 e 20 000$00 ficariam sujeitas a uma taxa de esforço variável entre 20 e 38%, enquanto as que auferiam rendimentos médios superires a 20 000$00 suportariam no máximo 29%; melhor dizendo, o crédito bonificado beneficia as camadas sociais com maior solvabilidade.

Ainda como consequência da implementação do sistema de crédito à aquisição de casa própria, realça-se a alteração da estrutura de crédito, que passou de 28,2% do crédito total para cerca de 45% em 1982, significando o acréscimo dos volumes de crédito a longo prazo. O peso deste no total do crédito à economia passou de 3,3%, em 1977 para cerca de 10% em 1982, enquanto entre 1977 e 1981 o crédito para aquisição de casa própria cresceu, de 35%. Por sua vez o crédito à economia evoluiu, no mesmo período, ao ritmo médio anual de 2,5%, o que significa

que a manter-se esta tendência, parte dos financiamentos utilizados por outros ramos de actividade deverão ser transferidos para o crédito à habitação.

Face a estes valores as questões a equacionar prendem-se com a determinação do montante de recursos a aplicar no financiamento à habitação e na formulação do modelo mais adequado à aplicação do sistema de amortizações, com prestações que não afectem a solvência das famílias.

As complexas soluções dependem da garantia de manter uma fracção significativa da oferta destinada aos estratos populacionais de menor solvência, do estímulo à formação das poupanças prévias, da contenção dos custos e preços finais das habitações, através do controlo fundiário, da eficiência das estruturas promotoras e produtivas, da orientação da produção de fogos a baixos custos de forma a que, com o mesmo volume de recursos, seja possível aumentar a oferta. Refira-se por fim a necessidade de reanimação, ainda que lenta, do mercado de arrendamento.

Como já foi referido, desde 1948 que a rendas se encontram congeladas nos concelhos de Lisboa e Porto, datando de 1974 o congelamento no resto do país.

A alteração desta situação é inevitável, do nosso ponto de vista, pois é necessário propiciar a formação de meios financeiros que evitem a degradação do parque habitacional e contribuam para uma maior justiça na distribuição do rendimento.

A problemática da actualização das rendas foi já tratada noutros países, tendo-se definido a «renda justa», isto é, o limite administrativo de renda tendo em consideração o custo de produção, o custo da manutenção, a remuneração adequada do capital investido e o nível de solvência das famílias.

Em Portugal, o projecto actualmente em apreciação pretende estabelecer três tipos de arrendamento: o livre, o de renda condicionada e o de renda apoiada. O primeiro permite a fixação da renda inicial, segundo acordo entre o senhorio e o inquilino, sem qualquer limitação, com actualização anual mais baixa que a que foi definida para a renda condicionada, mas tendo maior tributação fiscal. O regime de renda apoiada apresenta-se no projecto com um regime específico da habitação social, enquanto o da renda condicionada deverá ser obrigatório para as habitações sujeitas ao antigo regime de renda limitada e para os resultantes de programas implementados com apoio do sector público.

Qualquer que seja o projecto de actualização, este deverá ter em conta que as famílias adequaram o seu quadro de vida a rendas muito baixas, e qualquer acção a ser implementada deverá ter em consideração a fragilidade do equilíbrio dos seus orçamentos. Além disso é necessário verificar se a correcção das rendas não vai manter as injustiças relativas existentes, pois quantitativamente ela não considera o estado de conservação, o conforto e o equipamento do fogo.

No que concerne à indústria de construção, as características da estrutura empresarial deste sector, referidas anteriormente, mostraram que este tem sobrevivido graças a situações conjunturais que determinam a sua total dependência do mercado de habitação para venda e dos instrumentos de crédito criados para esta finalidade. Daqui resultou que em épocas de abertura dos mercados público e privado se registou um ilusório acréscimo das empresas, enquanto nos períodos de recessão foram marcados por grande instabilidade .

Ao elevado número de empresas corresponde uma incapacidade para responder às carências existentes e, não sendo possível alterar este quadro de imediato, o suporte da actividade produtiva terá de se apoiar naquilo que têm sido as suas principais bases de sustentação. Por um lado será necessário actuar sobre o arrendamento e estruturas de promoção, de molde a alcançar-se um mercado habitacional mais estável; por outro deverão dinamizar-se as empresas numa lógica de médio prazo, de forma a que as alterações estruturais não impliquem quebras de produção.

São ainda de considerar a reestruturação do sector, que deverá passar pela redução do número de unidades existentes, pela especialização e modernização das unidades produtivas e pelo incremento da autonomia financeira.

Desenvolvimento local
Caminho possível para a criação dum outro tipo de sociedade

M. Justina Imperatori

1. Introdução

1.1. *Para quê o desenvolvimento?*

Pelo que mais se ouve e se lê o desenvolvimento serve para pagar contas e as pessoas servem para pôr nos pratos das balanças de pagamentos vários: somos números ao serviço de cifrões.

«Mas não se preocupem, nós sabemos: pague-se agora, viva-se depois...» se por acaso aguentar, claro! E o depois é quando e como?

Os resultados desta concepção são evidentes. Arredados das decisões, frustrados na esperança, fica, para grande parte de nós, o escape do mal-dizer ou do contrabando, saídas tapa-buracos de insatisfações mais profundas.

O que está em causa é: como sair da crise económica? Ou: como construir um outro tipo de sociedade? Não estará em causa o próprio modelo de sociedade que, tendo como fulcro o crescimento económico, torna os homens simples «marionettes» de produção e de consumo dependentes de poderes cada vez mais autocráticos e distantes?

Mas a crise em vez de descalabro poderá ser o alarme necessário para a invenção progressiva duma outra qualidade de vida em que a convivência seja aprofundada, o que nos une seja mais sublinhado que o que nos separa, em que a criatividade tenha mais importância que uma ortodoxia qualquer.

Teremos para isto que questionar os significado do trabalho e do ócio, do consumo e do lucro, rever os valores tempo e espaço, reformular a nossa relação com o meio ambiente. Não evidentemente para chegar a mais uma receita, mas para irmos construindo uma sociedade mais consciente das suas escolhas.

O que só se consegue através duma pedagogia do desenvolvimento entendida como intervenção cultural, e portanto profundamente política (o que não tem nada a ver com partidária, evidentemente).

E uma saída qualitativa da crise talvez seja menos difícil em Portugal do que em sociedades de grande abundância: as nossas deformações consumistas não são tão grandes e a nossa solidariedade e convivialidade serão maiores (por herança celta ou virtude de pobres, como se queira).

1.2. *Qual o nível prioritário de intervenção?*

Para a criação dum outro tipo de sociedade parece-nos que se deverão privilegiar os projectos de nível local, que é aquele que permite a máxima participação e aquele em que se joga a relação do dia-a-dia entre as pessoas e destas com o meio ambiente. Isto não é negar a necessidade de projectos de âmbito nacional. Só que qualquer projecto a este nível, nas circunstâncias actuais, não acordará ninguém para a esperança e será assunto só para alguns.

Também não se nega que seja necessário encarar o desenvolvimento ao nível regional. Só que na situação actual, começar por aí, será criar mais uma comissão, eventualmente uma estrutura administrativa regional,

fatalmente mais burocracia, mais gente a mandar na mesma população, naturalmente mais uma hipótese de luta politiqueira pelos lugares. Inventar de cima regiões, é criar divisões de território artificiais porque não correspondem a nenhum sentido de pertença nem a qualquer necessidade sentida pela população.

A orientação deverá ser sobretudo em sentido inverso: partir do projecto local para o regional e o nacional.

2. Alguns exemplos

Poderá parecer utópica esta proposta. No entanto, algumas experiências realizadas em Portugal parecem mostrar que, não sendo fácil, ela é realista e aliciante.

Um caminho possível para projectos do tipo que proponho será partir duma reflexão aprofundada do que neste campo se fez e se está a fazer no nosso país.

Como um pequeno contributo neste sentido, apresentamos, muito resumidamente, alguns aspectos de dois tipos de intervenção no campo do desenvolvimento local: a actuação da Equipa de Estudos e Experimentação de Desenvolvimento Comunitário na Benedita (1963-1965) e o trabalho do Serviço de Promoção Social Comunitária (1965-1971), realizadas em condições sociais, económicas e políticas completamente diferentes das actuais.

2.2. *Benedita — uma experiência de desenvolvimento local participado*

Em 1962 apareceu a Equipa de Estudos e Experimentação de Desenvolvimento Comunitário, constituída por técnicos de diferentes especialidades.

A partir de deligências pessoais realizadas pela Dr.ª Manuela Silva (a grande responsável pelo projecto) alguns serviços públicos e entidades privadas cederam, em tempo parcial, alguns dos seus técnicos continuando a remunerá-los.

Não pondo em questão o modelo de desenvolvimento mas sobretudo a repartição dos seus benefícios e a participação da população no mesmo desenvolvimento, o Desenvolvimento Comunitário (DC) aparece, na altura, como o método adequado para resolver os problemas do desenvolvimento no País: partindo da situação concreta das comunidades locais e empenhando as populações no seu próprio desenvolvimento, desperta a iniciativa e possibilita o aproveitamento dos recursos potenciais; ao mesmo tempo o DC encara o desenvolvimento na sua globabilidade e estabelece a ligação entre administradores e administrados.

De todo o trabalho desta Equipa, cingir-nos-emos a um breve resumo da intervenção na freguesia da Benedita (concelho de Alcobaça) então com aproximadamente 6 mil habitantes dispersos por várias localidades, comunicações rodoviárias muito deficientes, saneamento básico inexistente, agricultura pobre, indústria diversificada mas artesanal, problemas de saúde e de educação e com uma população com um certo grau de abertura ao desenvolvimento.

Metodologia do trabalho

a) Preparação
Estudo detalhado das condições económicas e sociais da freguesia.

b) Informação e dinamização
- Através de contactos com a administração local
- Através de contactos informais e posteriormente de reuniões com as populações para informá-las, ouvi-las e conhecê-las nomeadamente nos aspectos relativos à liderança informal

c) Organização local
- Constituição de comissões locais responsáveis por cada sector (infra-estruturas, agricultura, indústria, saúde...)
- Constituição duma comissão central com representantes de cada comissão

d) Apoio a projectos que correspondiam às necessidades e aspirações da população, procurando-se em todos os sectores iniciar a acção pela implementação de projectos que já correspondiam a necessidades sentidas.

e) Elaboração, com a população, dum plano de desenvolvimento

f) Instalação de estagiários de serviço social na zona, assegurando a dinamização e organização da população assim como a perspectiva global do processo e a ligação entre a população e os técnicos da EEDC que, continuando a trabalhar em Lisboa, se deslocavam à zona para trabalho específico de cada sector

g) A intervenção teve duração definida (3 anos), passando a população a assegurar a continuidade do seu progresso.

Alguns resultados

Duma forma esquemática, diremos que os resultados de 3 anos de trabalho se verificaram em dois aspectos: realizações materiais e evolução das mentalidades.

Quanto ao primeiro, destacam-se:

Agricultura e pecuária: Plantação de novos pomares; construção e exploração, em sistema cooperativo, duma estação fruteira com uma capacidade de frio apreciável; uma associação de criadores de porcos; modernização da gestão das explorações, maior aproveitamento do crédito agrícola, aumento da mecanização.

Na indústria: A fusão de 100 pequenos «ateliers» de sapateiros deu origem a uma fábrica moderna de calçado, cujo êxito levou à associação de alguns outros sapateiros numa nova fábrica e ao aparecimento duma fábrica de cutelaria. Criação de lugares para a mão-de-obra feminina que trabalhava em Lisboa no serviço doméstico.

Urbanização: As construções para os empreendimentos agrícolas e industriais, foram feitas de acordo com um plano urbanístico.

Saneamento básico: Sendo o saneamento básico a necessidade mais sentida pela população, o apoio irregular da EEDC neste campo e as tremendas burocracias e indecisões da Câmara de Alcobaça, provocaram não só o atraso nas soluções mas sobretudo o desencorajamento da população, com reflexos nas outras actividades.

Educação: A educação foi a preocupação fundamental de toda a intervenção, tendo-se criado um centro dinamizador — o Instituto Cooperativo de Ensino e Cultura.

Para além das acções educativas dirigidas aos diferentes grupos, toda a actuação que, dada a sua metodologia de participação permanente da população, constituiu um profundo processo educativo (da população e dos técnicos), levou a uma grande evolução da população, sobretudo dos elementos das diferentes comissões que cedo começaram a ultrapassar os seus interesses imediatos para pensar em termos de desenvolvimento global.

Passou a verificar-se uma grande curiosidade intelectual sobre os mais diferentes assuntos; houve mudanças nas formas de relacionamento (entre a própria população e entre esta e os técnicos ou responsáveis da administração) e de vestuário... A população tomou iniciativas em realizações que conheceram toda a espécie de dificuldades tendo conseguido levar a sua maioria a bom termo.

2.3. *Serviço de promoção social comunitária (SPSC)*

O efeito de demonstração pretendido pela EFEDC repercutiu-se em vários serviços da administração central, entre eles a D-G de Assistência que em 1965 convidou a Dr.ª Manuela Silva para orientar o SPSC, encarregado da animação e organização da população a nível local e da coordenação das intervenções sectoriais da responsabilidade de entidades públicas ou privadas também a este nível. Este serviço, que tinha já uma perspectiva diferente do desenvolvimento e uma capacidade de inovação notável, desenvolveu projectos em várias zonas do País com âmbito e tónicas diferentes segundo as realidades de cada uma, procurando uma articulação entre as intervenções locais e o desenvolvimento regional que então se procurava implementar no País.

A mesma metodologia de participação e de consciencialização defendida para o trabalho com as populações era utilizada no interior do serviço, tendo sido possível criar um clima invulgar de responsabilidade e entusiasmo tanto na equipa central como nas locais.

Era portanto evidente a contradição entre este tipo de intervenção e o poder político e assim, em 1971, quando os vários projectos começavam a apresentar resultados, o serviço foi dissolvido. As razões foram formuladas pelo ministro responsável: «Até aqui o SPSC procurou que os planos se adaptassem à vontade das populações. A partir de agora o que é preciso é levar as populações a aceitar os planos de desenvolvimento».

2.4. *O post-25 de Abril*

Veio o 25 de Abril e não foi feita nem pensada nenhuma acção pedagógica sistemática, e com uma perspectiva nacional que apoiasse as enormes esperanças então desamarradas.

Talvez porque ingenuamente pensássemos que a própria liberdade traria automaticamente a consciência de nós próprios, como mais um presente dessa grande festa (e de que a fortíssima intervenção popular que se lhe seguiu, com realizações de toda a ordem, parecia ser a prova).

Talvez também porque não pesássemos bem a força de tanto ano de inércia e o poder da contra-corrente.

Mas agora, passados 10 anos, temos, entre outras, a vantagem de conhecermos melhor os nossos limites e as nossas *grandes* capacidades.

E estas são evidentes nos dinamismos que um pouco por toda a parte, sobretudo fora de Lisboa, se manifestam em pequenas actuações tanto de serviços públicos como de particulares, no campo da cultura, da economia, da saúde...

3. Algumas questões

Para levar a cabo projectos de desenvolvimento local com a perspectiva que inicialmente foi apontada, várias questões se terão que pôr.

Entre outras:

1. Intervenção privada ou oficial?
2. Que tipo de organização deverá existir para permitir a continuidade e globalidade dos projectos?
3. No caso duma intervenção oficial, que localização no aparelho de Estado? Como ultrapassar ou evitar a burocracia e as clientelas?
4. Qual o papel das autarquias?
5. Que orçamento?
6. Que tipo de zona escolher para início do trabalho?
7. Que estudos fazer ou provocar?
8. Qual o papel das universidades e doutras entidades de investigação e educação no estudo das zonas, das metodologias, das tecnologias, da formação de pessoal, etc.
9. Quanto aos animadores locais (elementos decisivos num processo desta natureza)
   — que formação?
   — que enquadramento funcional?
   E para além das questões operacionais, outra de fundo se põe:
10. Que relação de força entre um trabalho deste género e os poderes político e económico?
    - Existe vontade e poder político adequados?
    - De que trunfos se dispõe?
    - Que estratégia seguir?

Estas e outras questões se terão que analisar para que, rapidamente, se inicie um processo que inverta as tendências da grave situação social, económica e política que vivemos. E digo rapidamente porque os abstractos e talvez apaziguantes números do desemprego, das falências... são na realidade pessoas, algumas das quais têm já fome; é um País que se volta a sentir queirozianamente «uma choldra».

É mais que altura de dar força ao outro lado nosso: o da invenção e da solidariedade, como diz Eduardo Lourenço:

> «Chegou a hora de fugir
> para dentro de casa, de
> nos barricarmos dentro
> dela, de construir com
> constância *o país habitável*
> *de todos*, sem esperar de
> um eterno *lá-fora* ou *lá-longe*
> a solução que como no apólogo
> célebre está enterrada no nosso
> exíguo quintal.»
>
> EDUARDO LOURENÇO — *O labirinto da saudade*, 1978

> Medidas de carácter conjuntural não darão cabo
> de uma crise que, além de conjuntural, apresenta
> características estruturais de esgotamento de um
> modelo de desenvolvimento (ou *mal desenvolvimento*)
> baseado no crescimento perdulário alcançado mediante
> um alto nível de desperdício de recursos físicos e
> humanos e o acúmulo de quatro dívidas: a externa,
> a interna, a social e a ecológica (esta última fruto
> de um padrão predatório de apropriação de recursos
> naturais, do uso da terra e do descuido ambiental).
>
> IGNACY SACHS — *Folha de São Paulo*, 1983

participação cívica ficou, na realidade, condicionada à actividade em «associações» ou «partidos políticos» aos quais se reconheceu a vocação e a função de «concorrer democraticamente para a formação da vontade popular e a organização do poder político» (Art. 51.º).

Conferiu-se a este princípio uma extensão exagerada que atingiu as autarquias. As próprias eleições autárquicas — após 48 anos de opressão ditatorial fascista e de asfixia da vida pública — foram partidarizadas. Partidarizada a vida nacional com o prejuízo de se constituirem clientelas a todos os níveis, a todos níveis se verificando favoritismos, selecções e promoções facciosas.

A Democracia *com* partidos, converteu-se em Democracia *dos* partidos. Estes disputaram e ocuparam (alternativamente) o Estado; mas não o democratizaram.

As iniciativas populares, embora consequentes com o espírito de Abril, e de harmonia com os princípios na Constituição inscritos, foram consideradas incómodas para os diferentes titulares do novo *poder-de-Estado*.

Este, em relação à Revolução de Abril, instalou-se como *contra-revolução*, como ordem, como *estabilidade*. Desistindo da *democratização do Estado*, temeroso do *processo de democratização da sociedade portuguesa*.

A democratização, como impulso popular, como iniciativa de massas, assumiu formas tais como: comissões de iniciativa, comissões de moradores, comissões de trabalhadores, comissões culturais, comissões de mulheres, comissões de jovens, cooperativas de vária índole. Este movimento de massas não só não foi apoiado, como foi contrariado.

8

A Constituição refere que «Os partidos políticos concorrem para a organização e para a expressão da vontade nacional...» (Art. 10.º, N.º 2). Diz-se que *concorrem*; deixou-se, portanto, em aberto, a necessidade de outros veículos e meios de «organização» e «expressão» da vontade popular.

Obviamente os «partidos» não preenchem o «espaço político», algumas vezes confundido — e supomos que com grossa margem de erro — com «espaço ideológico». Menos ainda ocupam o «espaço eleitoral». Os efectivos partidários são diminutos em relação aos eleitorados directa ou indirectamente influenciados pelos partidos. Reservar aos partidos a actividade política e a capacidade de intervenção eleitoral — com a excepção da eleição para o cargo de Presidente da República — é um processo redutor da *prática democrática plural e participativa*.

Não é via de *democratização da prática política; é uma metodologia redutora da democratização*.

9

Os mecanismos da *Democracia parlamentar* não são a única forma que a Democracia pode adoptar, e são compatíveis com formas que corrijam os seus desvios e as suas limitações. No caso particular português, a representação parlamentar tem-se distanciado da base social de apoio dos partidos que constituem maiorias de governo. Por outro lado, a actividade parlamentar tem desconhecido o movimento popular a iniciativa política popular, (mesmo a das bases ou das organizações juvenis dos partidos em situação de Governo) o movimento reivindicativo dos trabalhadores, a organização e as iniciativas das populações. Convertendo-se, de facto, em obstáculo à expressão democrática profunda. Retardando, a este nível, a *democratização*.

10

A criação de novos partidos tem defensores. Mas não se revelaram os promotores, os dirigentes, os activistas, dos novos partidos. Novos partidos poderiam contribuir para a caracterização pluralista de Democracia, aprofundarem formas de intervenção cívica, alargarem a participação dos cidadãos na vida pública, sob condição de não serem dependentes de fontes estranhas de apoio e de financiamento.

Mas, também, seria necessário que os novos partidos fossem portadores de uma nova concepção de *democracia política e social*. Não se impõe a disputa de terreno aos partidos existentes, ou ocupar espaços interpartidários ou as margens de correntes ideológicas já implantadas no espaço político nacional, mas criar uma nova prática da vida política, criar novas formas de intervenção cívica eficaz.

11

Não se oponha, simplesmente, à Democracia *dos* partidos, a Democracia aprofundada dos activistas cívicos; criem-se novas formas de vida democrática e rompa-se com o bloqueio partidário da vida política, o que implica, necessariamente, a reformada legislação eleitoral. Reconheçam-se as formas de participação directa dos cidadãos.

A repartição regional do produto
Um indicador da transformação regional

José Santandré

Quando se fala em desenvolvimento, e de modo especial em desenvolvimento regional, observa-se, por vezes, a tendência para abordar o tema a partir da discussão dos fins últimos (ou das etapas intermédias) que uma política de desenvolvimento deve cumprir. Essa não é, contudo, a abordagem que neste texto será feita.

Nestas breves páginas será apresentado um curto esboço de análise comparativa da regionalização do Produto Interno Bruto em 1970 e em 1977, como forma de chamada de atenção para um facto que, por tão evidente, passa por vezes despercebido: a realidade regional não é estática, e move-se sobre um contínuo processo de transformação. Pensar em políticas de desenvolvimento regional é pensar em actuar sobre um fluxo de constante transformação e não sobre uma realidade mais ou menos cristalizada, com todas as consequências que esta distinção acarreta — este o primeiro ponto que se pretende vincar.

No Quadro 1, apresentado no fim do texto, é possível observar a repartição regional do Produto em 1970 e 1977, e apreciar a evolução havida. Antes, porém, deve esclarecer-se que a consideração das sete regiões aí apresentadas pretende apenas conseguir agregados regionais que incorporem zonas tanto quanto possível homogéneas e que simultaneamente facilitem a constatação de evoluções regionais bem demarcadas; não pretende ser, e obviamente não é, uma proposta de regionalização. As sete regiões consideradas foram, assim:

Norte Litoral — distritos de V. Castelo, Braga, Porto e Aveiro.
Centro Litoral — distritos de Coimbra e Leiria.
Lisboa — distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal.
Norte Interior — distritos de Bragança e V. Real.
Centro Interior — distritos de C. Branco, Guarda e Viseu.
Alentejo — distritos de Beja, Évora e Portalegre.
Algarve — distrito de Faro.

A consideração destas regiões permite ainda evidenciar algo que, talvez por também tão evidente, é frequentemente esquecido: o Continente, como unidade homogénea, pura e simplesmente não existe; Portugal é uma soma de realidades físicas, sociais e económicas diferenciadas, que como tal tem de ser encarado na elaboração de qualquer política económica.

Se é certo que se pode afirmar que, no período de oito anos considerado, o peso da «grande região litoral» do País na formação do Produto não cessou de aumentar, não é menos certo que diversas evoluções se podem observar no interior dessa «região» — essencialmente uma transferência de peso de Lisboa para o Norte e Centro Litorais, com especial relevo para o Norte Litoral. Essa transferência foi mais acentuada (atente-se no Quadro 2) no que diz respeito ao Produto Industrial Bruto — o peso de Lisboa passa de 49,33% em 1970 para 37,69% em 1977, enquanto o do Norte Litoral passa de 36,87% para 43,74%. O Interior, no que diz respeito ao Produto Industrial, viu igualmente aumentado o seu peso relativo mas sem que ele se torne, no conjunto, significativo. O

inverso se passa com o Produto Agrícola, onde as regiões do Interior não deixaram de ver diminuir o seu peso relativo, em favor das do Litoral.

Se, observando os dois quadros, é possível verificar já a diversidade de percursos evolutivos no que respeita à repartição regional do Produto, mais acentuada se tornaria essa disparidade se atendessemos à repartição sectorial do Produto no interior de cada região. A terciarização da economia registada no Continente (46,84% do Produto em 1970 e 62,54% em 1977) foi uma constante em todas as regiões, mais acentuada na região de Lisboa (salto de 55,04% em 1970 para 73,52% em 1977) e menos acentuada no Norte Interior (passagem de 53,19% para 54,31%), extremos de um leque diversificado de processos evolutivos, em que a divisão Litoral/Interior não apresenta grande relevância. a evolução do peso do sector I foi inversa da do terciário, baixando de modo mais ou menos acentuado em todas as regiões (sendo, em 1977, o Alentejo a região onde ele era mais elevado — 35,59% — e a de Lisboa onde ele era mais baixo — 6,28%); no que diz respeito ao sector II a evolução foi diversificada — aumentando o seu peso no Norte Interior (de 4,26% para 9,55%) e no Alentejo (de 12,50% para 15,17%), e diminuindo em todas as outras regiões (de modo mais acentuado em Lisboa, onde se passou de 36,90% para 20,20%).

Com estas referências não se pretende, como é óbvio, fazer qualquer extrapolação sobre o possível desenvolvimento regional que teria (ou não) existido. Pretende-se, tão só, vincar a realidade portuguesa como realidade regional e, ao mesmo tempo, sublinhar que ela se encontra em permanente transformação.

A apresentação de dados para 1979, constante em todos os quadros, obedece a uma outra intenção: tentar mostrar (através de alguns resultados) até que ponto a omissão de uma política regional pode (ou deve) ser considerada uma forma de fazer política regional. O período em questão — 1977/1979 — ao coincidir com o período de aplicação de uma primeira política de estabilização pode, além do mais, fornecer algumas pistas de análise de quais os resultados de tal política, considerados de um ponto de vista regional.

Em termos muito gerais, e olhando para os Quadros 1 e 2, pode afirmar-se que tal política não alterou significativamente a tendência de evolução da repartição regional do Produto Total, e tão-pouco afectou a tendência de repartição do Produto Agrícola; contudo, o mesmo não é já válido para o Produto Industrial, onde se verifica o aumento do peso relativo das regiões de implantação de indústrias voltadas para a exportação (em especial o têxtil) e o decréscimo das restantes. O aumento do peso do sector II, como contrapartida da diminuição generalizada do peso do sector III na repartição intra-regional do Produto, seria outra conclusão a retirar — sendo bem evidente que esta alteração de pesos relativos não revela mais que a contracção deste último sector, a nível de Produto, e não qualquer aumento significativo do sector II.

Uma outra medida, porventura mais clara, do impacto regional de tais políticas poderá ser obtida através da análise comparativa da estrutura da Conta de Rendimento das Famílias (aqui entendidas como sector institucional), em 1977 e 1979.

Centrando a atenção em apenas duas rubricas dos Recursos — «Salários, Vencimentos e Ordenados» e a soma dos «Juros Efectivos», «Prestações Sociais» e «Remessas de Emigrantes», verifica-se que em 1977, e para a região de Lisboa (extremo de um leque de evoluções diversificadas), os «Salários» constituíam 56,11% do total dos recursos das famílias, e que o conjunto de Juros, Prestações Sociais e Remessas 16,80 desse mesmo total; em 1979 os «Salários» constituíam 51,25% e os Juros, Prestações Sociais e Remessas 22,27%. No extremo oposto desse leque de evoluções — o Norte Interior — em 1977 os «Salários» constituíam 26,03% do total dos recursos das famílias, e os Juros, Prestações e Remessas 39,48% dos mesmos; em 1979 as percentagens são, respectivamente, de 19,77% e 49,73%.

A vulnerabilidade dos mecanismos regionais de regulação social e económica e a artificialidade da mesma tornam-se, assim, evidentes, bem como a diversidade de efeitos induzidos que as diferenças de situações regionais tenderá a provocar na produção e emprego regionais.

Parece pois ser claro que a aparentemente paradoxal afirmação de que «não pensar uma política regional é uma forma de fazer política regional» tem sentido; e cabe, portanto, salientar a necessidade de considerar sempre os efeitos, a nível regional, de políticas macro-económicas pensadas para uma abstracção — o espaço homogéneo «Continente» — sob pena de, até curto prazo, se poderem obter efeitos perversos não desejados.

Um último ponto a merecer referência diz respeito ao que se poderia designar por «constrangimento temporal» à elaboração de políticas regionais. Num cenário de crise globalizada, de reestruturação de aparelhos produtivos e rápida mutação tecnológica, e dada a fragilidade dos instáveis equilíbrios regionais conseguidos por mecanismos de regulação cada vez mais vulneráveis, o tempo aparece como uma variável fundamental. Pensar uma política regional é, hoje, pensar um horizonte temporal não muito distante, que parece acercar-se a passos de gigante.

QUADRO 1

Repartição Regional do Produto
(em %)

	1970	1977	1979
Norte Litoral	28,89	25,70	30,45
Centro Litoral	7,06	7,87	7,71
Lisboa	48,30	46,63	46,38
Norte Inter.	2,86	2,31	2,26
Centro Inter.	5,90	5,48	5,48
Alentejo	4,86	4,64	4,54
Algarve	2,13	3,32	3,18

QUADRO 2

Repartição Regional do Produto Agrícola Bruto (PAN) e do Produto Industrial Bruto (PIB)
(em %)

	1970		1977		1979	
	PAB	PIB	PAB	PIB	PAB	PIB
Norte Litoral	23,93	36,85	24,96	43,74	24,91	44,80
Centro Litoral	11,43	7,24	12,61	9,05	12,59	8,26
Lisboa	22,86	49,33	23,50	37,69	23,50	37,66
Norte Inter.	7,14	0,34	6,65	0,88	6,72	0,87
Centro Inter.	15,36	3,87	14,02	4,36	14,08	4,52
Alentejo	15,71	1,68	13,25	2,82	13,30	2,65
Algarve	3,57	0,67	4,97	1,46	4,90	1,23

Fontes: Estudos 48 — Considerações sobre o projecto «Repartição Regional do Produto: Ensaio para 1970». INE — Conceição, M. da «Séries Regionalizadas do Produto e Excedente para 1977 e 1979 e do Emprego para 1977». GEBEI — Carlos, F. e Santandré, J.

QUADRO 3

Repartição Intra-regional do Produto, por sectores de actividade

I → Agricultura, Silvicultura e Pesca
II → Indústrias extractivas e transformadoras
III → Total — (I + II)

	1970			1977			1979		
	I	II	III	I	II	III	I	II	III
Norte Litoral	14,11	46,11	35,78	10,47	36,78	52,75	9,86	40,52	49,62
Centro Litoral	27,50	37,07	35,34	19,98	28,74	51,28	19,70	29,54	50,76
Lisboa	8,06	36,90	55,04	6,28	20,20	73,52	6,10	22,30	71,54
Norte Interior	42,55	4,26	53,19	36,14	9,55	54,31	35,79	10,64	53,57
Centro Interior	44,33	23,71	39,96	31,89	19,90	48,21	30,94	22,69	46,37
Alentejo	55,00	12,50	32,50	35,59	15,17	49,24	35,33	16,10	45,57
Algarve	28,57	11,43	60,00	18,47	10,87	70,66	18,49	10,61	70,90
Continente	17,23	36,13	46,84	12,47	24,99	62,54	12,05	27,54	60,41

Fontes: Estudos 48 — Considerações, ... INE — Conceição, M. da «Séries Regionalizadas ...». GEBEI — Cordovil F. e Santandré, J.

Fonte utilizada, para além das indicadas nos quadros:

Cordovil, F.; Antunes, C.; Campos, J. e Santandré, J. — «Contas de Rendimento das Famílias, no Continente, Distritos, Sub-Regiões e Regiões, estimativa para 1977 e 1979» — GEBEI.

Regionalização e desenvolvimento regional

Manuel Veiga

É conhecida a dependência das zonas rurais do interior do País face aos centros urbanos da orla marítima.

Esta relação de dependência estrutura-se em elementos económicos, institucionais e ideológicos. Procuremos, em primeiro lugar, tentar analisar cada uma destas componentes para depois prosseguir, procurando distinguir-se em que medida o processo de regionalização do continente poderá alterar a lógica do subdesenvolvimento das zonas rurais.

1. Estruturação das relações de dependência campo/cidade

a) *Elementos económicos*

Numa primeira fase histórica de industrialização, o desenvolvimento económico é concentrado, por razões diversas, cuja análise ultrapassa o âmbito destas linhas, em dois ou três centros urbanos para onde fluem os recursos materiais e humanos das regiões periféricas.

Em momentos posteriores, a própria dinâmica do processo de industrialização determina o alargamento do mercado e maior intensificação do aproveitamento dos recursos naturais. Desta forma, novos fluxos de desenvolvimento são gerados, destruindo a estrutura das regiões periféricas, que poderão atingir diversas «tonalidades» de desenvolvimento, à medida em que se afastam do centro urbano e absorvam, em maior ou menos medida, os efeitos do impulso inicial.

Isto é perfeitamente claro para qualquer pessoa que considere, por exemplo, a linha de desenvolvimento Porto-Braga-Vila Real-Bragança, onde são nítidos os níveis de industrialização e os diferentes cambiantes de desenvolvimento económico.

Este será, porventura, o primeiro escalão de dependência das regiões do interior. Partindo dos centros urbanos, os fluxos de desenvolvimento irão atingir as regiões periféricas em sucessivas «ondas», cada vez mais esbatidas, cujos efeitos de crescimento chegarão a ponto de não compensar o processo inverso de drenagem de recursos.

É assim em economia capitalista, mesmo em fase de expansão. É fácil, assim, a partir daqui, deduzir os resultados numa economia em fase de crescimento reduzido, ou negativo, como é o caso presentemente da economia portuguesa — os efeitos da depressão económica projectam-se, em progressão, nas regiões do interior...

Mas não é tudo.

Os estudiosos destes assuntos costumam considerar a economia de subsistência, que ainda hoje caracteriza largas zonas do interior rural do País, como englobando três componentes:

— produção de meios e de instrumentos de produção (adubos animais, ferramentas e utensílios agrícolas, etc.)
— produção agro-pastoril (cultivo de cereais e produtos hortícolas, criação de animais, caça, pesca, etc.)
— pequenas transformações de carácter industrial (fabricação de azeite, vinhos, tecelagem, peles, queijos, etc.).

Ora bem, o próprio crescimento económico global e o processo de transferência e de especialização que lhe está associado, leva o sector industrial/urbano a «apropriar-se» da primeira e terceira componente da economia de

subsistência e a pretender transformar a segunda componente, ou seja, o processo de cultivo de cereais e de outros bens alimentares, aumentando a respectiva produtividade.

Desta forma, através da decomposição da economia camponesa e da *apropriação* de algumas das suas componentes pelo sector industrial/urbano, ao sector agrícola ficará reservado, fornecer bens alimentares a baixos preços e também os excedentes de mão-de-obra que, por uma razão ou outra, as zonas rurais vão segregando.

Quer dizer, no quadro do desenvolvimento da economia capitalista, o sector agrícola será pressionado, a partir do sector industrial/urbano, ao aumento da produtividade do trabalho — necessária à diminuição dos preços dos produtos agrícolas e à libertação de mão-de-obra e, por outro lado, ao consumo crescente de novos meios de produção (maquinaria agrícola, adubos químicos, pesticidas, etc.).

A dominação capitalista na economia camponesa estará, assim, também localizada no mercado, isto é, na circulação dos bens, já que os meios de produção agrícola (maquinaria agrícola, adubos, fertilizantes, etc.) e os preços dos produtos agrícolas são determinados por interesses estratégicos do sector industrial capitalista.

Parece, pois, claro que, na lógica da chamada economia de mercado, a articulação do binómio campo/cidade está, na sua própria génese, marcada pela exploração inerente ao próprio sistema.

b) *elementos institucionais*

Vejamos, agora, alguns aspectos que traduzem, ao nível das instituições, as relações de dependência campo/cidade e o seu reflexo na perpectuação do subdesenvolvimento do interior rural.

A origem e a evolução das instituições politico-jurídicas reflecte as condições materiais de existência da sociedade e as contradições e lutas que no seu seio se geram, de momento a momento. Na medida em que dão «forma» ao equilíbrio sempre precário dos conflitos sociais, as instituições «cristalizam» as relações em presença e, nessa medida, tendem a conservar e a manter o *satu quo* das forças dominantes da sociedade.

Por outras palavras, o Estado, o Direito, a Administração Pública não representam nada «anterior» ou «acima» da sociedade, com carácter imutável e perene, mas antes são criação sua, cujas lutas e contradições de interesses lhe moldam o conteúdo e definem a sua prática.

É claro, assim, que sendo reflexo das lutas sociais, as instituições politico-jurídicas perpectuam os interesses daqueles grupos sociais que, em determinado momento *dominam* a sociedade, quer dizer, têm força para impor aos restantes grupos sociais os seus objectivos e interesses específicos.

Ora, sendo verdade, como se referiu, que no contexto da economia capitalista, são os interesses do sector urbano/industrial que prevalecem, torna-se evidente que as instituições politico-jurídicas funcionam no sentido de manter as relações de dependência campo/cidade.

De facto, a aglomeração dos centros urbanos, o aumento da divisão do trabalho e da especialização, que lhe está associada, e a «apropriação» de actividades do processo produtivo da economia camponesa transformam as cidades industriais nos centros dinâmicos da economia. Por outro lado, a complexidade e a dimensão das unidades industriais exigindo, cada vez mais, novas tarefas, abrem novas oportunidades de emprego e de mercados, o que, naturalmente, conduz a cada vez maior concentração de pessoas e actividades nos centros urbanos industriais.

Como é lógico, esta concentração de pessoas e actividades exige o aumento e diversificação dos serviços públicos, maior número de funcionários e o alargamento do sistema da Administração Pública (cobrança de impostos, administração da justiça, transportes, correios, etc.), tornando-se assim, também, as zonas urbano/industriais em verdadeiros centros nervosos da máquina burocrático-administrativa do País.

Naturalmente que, como consequência, sendo as decisões tomadas «à distância» se agravam as relações de dependência e se perpectua a consagrada hegemonia industrial/urbana... Nem serão, de resto, por acaso, tão persistentes e vivas as imprecações contra o «Terreiro do Paço» ouvidas por todo o interior rural do País!...

Eis como, também por esta via, se acentua a dominação dos centros urbanos industriais sobre as regiões periféricas e tende a perpectuar o círculo vicioso do subdesenvolvimento regional...

c) *Elementos ideológicos*

Para a dominação do sistema capitalista/industrial sobre as zonas rurais que, como procurámos evidenciar, assenta na génese do próprio sistema capitalista e na apropriação de algumas das componentes do trabalho agrícola na economia camponesa (produção dos meios e instrumentos de trabalho e a transformação dos produtos agrícolas), pelo sector industrial/urbano, contribui não só a teia complexa das instituições jurídico-administrativas, mas também, de forma mais subtil, *a ideologia*, mediante a qual a classe dominante procura transformar largas fracções do campesinato em aliados, tácitos ou declarados, na função política de conservação da ordem social.

Naturalmente que, na análise desta questão, se deverá partir da especificidade do chamado mundo rural e da relação imaginária do camponês com o universo e com os próprios produtos da terra, em relação aos quais mantém uma veneração «sacralizada». De facto, as colheitas agrícolas dependem em elevado grau, não só do esforço do trabalho individual, mas também das forças da natureza que, ainda hoje, em larga medida, ultrapassam o conhecimento ou o domínio técnico dos camponeses (fertilidade do solo, condições metereológicas, etc.). O

próprio processo germinativo das sementeiras, o retorno constante do ciclo das colheitas, o «mistério» da natureza, criam no camponês uma certa «religiosidade» natural, projectando em forças exteriores e «sobre-humanas» as razões do processo produtivo.

Por outro lado, a sobrevivência económica do agregado familiar camponês está, em grande medida, dependente de um rígido sistema de autoridade paterna, a que são submetidos todos os elementos da família, não só na organização e destribuição implacável das tarefas, como também na própria destinação do futuro de cada filho (emigrar, aprender uma arte, num caso ou outro «ir estudar») ou, até mesmo, nas escolhas matrimoniais.

Polarizada em torno da autoridade paterna e da rígida hierarquia familiar, compreende-se, assim, a «natural» adesão das comunidades rurais ao sistema global das hierarquias sociais. Na família, como na vida, «cada um ocupa o seu lugar», cuja legitimidade, na consciência dos camponeses, assume características de natureza ético-religiosa.

E, tendo em conta aquilo que os sociólogos designam por «relações de interconhecimento» das comunidades rurais, ou seja, o conhecimento prático e recíproco do modo como cada elemento da comunidade age, no plano da produção ou dos comportamentos sociais, possibilitando, desta forma, o conhecimento colectivo das diferentes actuações individuais e a previsibilidade dos comportamentos e das *respectivas sanções*, é claro que se torna pouco provável ou mesmo impossível a ruptura prática com os princípios morais e cívicos que enformam a comunidade. E, se a família, como é conhecido, tem papel importante na (re)produção ideológica é compreensível que, nas comunidades rurais, porque mais fechadas, esse papel da família seja determinante na modulação dos comportamentos sociais.

Estes são, em síntese, digamos, os elementos endógenos que justificam a alienação ideológica e o conservadorismo das comunidades rurais.

A juntar a estes haverá que referir a actuação, no conjunto da sociedade, dos chamados «aparelhos ideológicos», instrumentos de dominação ideológica ao serviço da classe dominante (Igreja, Ensino, Meios de Comunicação Social; Sistema de modas, etc.).

Deste conjunto, haveria talvez que destacar o papel da Igreja. Opta-se, porém, por razões que parecem óbvias, por referir a Escola como lugar privilegiado de reprodução ideológica e a sua importância para o desbloqueamento das comunidades rurais.

De facto, quando o próprio fascismo presumiu dar alguma importância às questões do ensino e lançou as chamadas campanhas de educação de adultos, afirmava que ao camponês bastava «saber ler, escrever e contar». Na sua brutalidade, a afirmação não deixava de ter coerência — quanto mais ignorantes, mais facilmente as pessoas são dominadas...

Então não é verdade que, ainda hoje, o maior índice de analfabetismo reside nos campos? Por outro lado, o que se aprende nas escolas? Naturalmente, o que é ensinado. Mas quem define o conteúdo do ensino? E os livros? E a formação dos professores?... Quantos são os filhos de camponeses e de emigrantes, filhos de camponeses, que têm acesso aos graus mais elevados do sistema escolar?...

Ora, é nas camadas da população rural, onde a mobilidade social é mais lenta, que os reflexos do sistema de ensino são mais nítidos, determinando que, ainda hoje, os jovens dos campos estejam condenados apenas a «saber ler, escrever e contar»...

Sobre esta matéria, seria ainda interessante referir que a penetração da ideologia dominante (urbana/capitalista) nos campos é tanto mais eficaz, quanto é certo que a progressiva desagregação das comunidade rurais tem deixado os camponeses culturalmente «desprotegidos» e, como tal mais vulneráveis aos efeitos de comportamentos sociais (modas, divertimentos, alterações na própria linguagem, etc.) introduzidos nas zonas rurais pela força da comunicação social, em particular, da televisão.

2. Regionalizar para Desenvolver

Feita esta tentativa de caracterização das relações campo/cidade nos aspectos económico, institucional e ideológico, importa agora ensaiar a resposta à questão de saber em que medida o processo de regionalização poderá alterar a lógica do subdesenvolvimento regional.

Julgo que, antes porém, uma primeira observação se impõe. Tudo quanto atrás ficou dito e, sobretudo, a defesa, que se assume, das populações rurais, nada tem a ver com certo «ruralismo» reacionário e passadista, com certa voga no nosso país. A «industrialização» das sociedades é um facto histórico irreversível e a definitiva hegemonia política, económica, social e cultural pertence, cada vez mais, à cidade. A questão central do processo histórico decide-se entre duas classes *urbanas* — o proletariado e a burguesia.

Posto isto, vejamos então em que medida o processos de regionalização poderá contribuir para o desenvolvimento do interior do País. É que a regionalização, estando necessariamente associada ao desenvolvimento, não poderá, contudo, ser considerada em abstracto, alimentando ilusões e falsos optimismos, sob pena, de a curto prazo, ficar desacreditada perante populações tão carentes de uma vida melhor. Não fará, pois, sentido falar de regionalização no plano super-estrutural, iludindo-se ou esquecendo as razões profundas que determinam as assimetrias regionais e o atraso social das regiões do interior.

Devendo, embora, a regionalização constituir em certa medida, o travejamento do edifício social, nela se deverão inserir e serem prosseguidas metas de diverso conteúdo, sem as quais a regionalização não passaria de uma promessa demagógica ou de um esqueleto descarnado e estático, sem horizonte, nem vida.

Por outras palavras, julgo que a regionalização deverá constituir pretexto e reflexo de uma política global que tenda a corrigir as distorções e desequilíbrios económicos e sociais do País, o que, naturalmente pressupõe actuações concretas no domínio económico, institucional e ideológico.

Seria manifesta estultícia pretender apresentar o quadro dessa política ou preconizar esta ou aquela actuação como prioritária. Talvez não seja, porém, inteiramente despropositado procurar sistematizar algumas ideias conhecidas neste domínio.

a) *No plano económico*

Como ficou referido, as assimetrais regionais e o consequente atraso económico e social das regiões do interior resulta da concentração (nos centros urbanos) do poder económico e político, determinado pela estrutura e dinâmica da economia em sistema capitalista.

Parece, pois, óbvio que a questão do desenvolvimento regional passa, em primeiro lugar, em colocar a economia ao serviço de *todo o País*, isto é, obedecendo a critérios de eficiência económico/social, em vez de critérios de máximo lucro em proveito dos interesses privados da grande burguesia industrial e comercial.

Tal inflexão, pressupõe:

- *Planeamento Económico Central e Regional* que, como corolário importa;
- *Definição de uma política agrícola* que, tendo em conta os objectivos essenciais de abastecimento alimentar do País e o fornecimento de matérias-primas à indústria, *eleve a produtividade do trabalho nos campos, sem a saída das populações dos meios rurais*, o que implica;
- *Criação de indústrias* a montante e a juzante do sector agrícola (máquinas e alfaias agrícolas, indústrias agro-alimentares, etc.);
- *Correcta política de preços* dos produtos agrícolas e dos preços dos factores de produção;
- *Uma justa política de crédito, de seguros e fiscal*, que permita criar incentivos à produção agrícola;
- *Aproveitamento racional dos recursos naturais*, o que naturalmente se traduz na concretização dos grandes projectos de investimento — Alqueva, minérios de Moncorvo, Pirites do Alentejo — com importantes efeitos reprodutivos em diversos domínios, mas também projectos de outra natureza e dimensão (turismo, artesanato, águas termais, etc.);
- *Defesa e prosseguimento da Reforma Agrária*, porquanto, para além dos aspectos inerentes à transformação das relações de produção e da criação de novas e avançadas estruturas sociais, a satisfação das necessidades crescentes de bens alimentares não é compatível com o desperdício nem com formas de exploração da agricultura tradicional, em grande parte ainda integrando uma agricultura de subsistência.

a) *No plano institucional*

É mais que certo que o exercício do Poder Local é escola de vida democrática, que permite unir as populações e quebrar o seu isolamento. A satisfação de elementares necessidades sociais, a transformação democrática da relação Poder-Povo, a participação das populações na resolução concreta dos seus problemas, têm vindo, gradualmente, a despertar as populações rurais para a vida colectiva.

Assim, torna-se evidente que o processo de regionalização pressupõe:

- *Consolidação e aprofundamento do exercício do Poder Local*, o que claramente implica;
- *Condições democráticas para o seu exercício* e de *funcionamento* dos respectivos órgãos;
- *Competências amplas e bem determinadas*, sem ingerências tutelares, nem estrangulamentos por parte do Poder Central;
- *Adequados meios financeiros*, o que pressupõe que os Governos assumam a responsabilidade legal em matéria das verbas do OGE e estabeleçam os indespensáveis sistemas de crédito;
- *Legislação eleitoral democrática* que permita a escolha livre e responsável e que a vontade das populações seja respeitada, sem influências viciadoras.

Nesta matéria, importa ainda referir, como questão fundamental, tratando-se de aproximar o exercício do poder *político-institucional* das populações, quer pela sua participação directa (Poder Local), quer pela *democratização*, cada vez mais ampla, dos objectivos e órgãos do Estado.

c) *No plano do desbloqueamento ideológico*

As ideias e os princípios que enformam o chamado mundo rural, têm, raízes no conjunto de determinações que conferem alguma especificidade ao espaço social rural, particularmente, nos processos de trabalho e nas

relações de produção que caracterizam a economia camponesa (deficientes conhecimentos técnicos e científicos e a consequente dependência dos processos e fenómenos naturais; a família como unidade de produção e a importância das relações de «interconhecimento» na determinação dos comportamentos sociais e da própria esfera da produção), assumindo, assim, tais ideias e princípios «densidade» que quase se diria material.

Daí que se considere que, qualquer acção neste domínio se deva revestir de intenção eminentemente *prática* e *positiva*, inserindo-se no quotidiano das populações rurais no processo produtivo, procurando alterar as condições materiais que sustentam a sua específica «visão do mundo».

Nesta óptica, parece claro que esta questão do desbloqueamento cultural e ideológico tem, sobretudo, a ver com a transformação das condições de vida nos campos, mais do que com possíveis acções exteriores da mentalização política ou ideológica, que de alguma forma poderão despertar ou acentuar o sentido de «auto-expansão» social e autosuficiência económica dos camponeses.

Julgo, assim, que será de destacar:

- *Democratização do ensino em extensão* e *profundidade*, isto é, alargando o sistema de ensino, nos diversos graus, às mais amplas camadas da população rural e estabelecendo *conteúdos democráticos*, nos diversos escalões de ensino;
- *Defesa e revitalização da chamada cultura popular* e do *património cultural*, como factor de criatividade e de «afirmação» das populações rurais;
- *Descentralização cultural* e criação de *Centros Culturais Regionais*, como estruturas de apoio aos grupos de genuína expressão cultural;
- *Fomento de bibliotecas populares, cineclubes, centros de convívio* e de *recreio*, de forma a incentivar, especialmente a juventude, à fruição e criação cultural;
- *Incentivo à aproximação das populações rurais* de outros modelos de estruturas e comportamentos sociais, quer directamente, através de viagens e visitas de estudo, quer indirectamente, através da acção mediadora das populações urbanas mais esclarecidas;
- *Democratização* e *descentralização dos órgãos de comunicação social*, de forma a transformá-los em instrumentos de valorização cultural e canais de justas reivindicações das populações rurais.

Alguns dados sobre a situação socio-económica do Nordeste Transmontano

J. Ferreira Tão

O trabalho que apresentamos faz a síntese de elementos que possibilitam uma análise das condições sócio-económicas da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, que a Associação do Nordeste Transmontano tem vindo a coligir e a divulgar com vista a tornar conhecida a realidade sócio-económica da Região.

No entanto, reconhecemos que os dados que a seguir referimos, poderão, em alguns casos, não ser os mais actualizados, devido, em parte, ao atraso na publicação do Censo de 1981 e ainda a dificuldades encontradas na recolha de elementos estatísticos.

Por este facto, pedindo a melhor compreensão.

1. Situação demográfica

Os distritos da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao contrário da zona do litoral, não foram, até hoje, nunca muito povoadas. A densidade demográfica do distrito de Bragança não ultrapassa os 28 hab/km² e a de Vila Real, embora não sendo tão fraca, com cerca de 62 hab/km², é ainda assim bastante inferior à do Continente, que, em 1981, era de 105 hab/km².

A distribuição espacial da população não é, contudo, homogénea. Há uma maior concentração demográfica à volta das duas capitais distritais de Bragança e Vila Real e ainda em Chaves, Peso da Régua, Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Vale do Douro e nas zonas menos montanhosas, decrescendo com a altitude.

De 1970 a 1981 a população de Trás-os-Montes e Alto Douro praticamente manteve-se estável. Assim, enquanto a população do Continente aumentou 14,9%, no distrito de Bragança o aumento foi apenas de 1,9%, ao passo que, no distrito de Vila Real, verificou-se uma diminuição de 0,8%.

Em termos absolutos e segundo o resultado do INE, relativos ao Censo de 1981, as percentagens referidas correspondem a uma população de:

NO CONTINENTE — em 1970, a 8 089,0 milhares
em 1981, a 9 297,1 milhares + 1 208,1 milhares
EM BRAGANÇA — em 1970, a 177,9 milhares
em 1981, a 181,4 milhares + 3,5 milhares
EM VILA REAL — em 1970, a 264,8 milhares
em 1981, a 262,6 milhares − 2,2 milhares

Estas pequenas variações na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, entre os Censos de 1970 e 1981, estão associadas ao saldo entre o número de nascimentos e de óbitos e ainda à emigração. Apesar de tudo, o decréscimo da população não foi tão acentuadamente negativo como na década 60, devido ao fluxo de retornados das ex-colónias e ao decréscimo da emigração.

2. Repartições por sexos

Em 1970, a relação de masculinidade mais baixa verificava-se no grupo etário dos 25-29 anos, tanto nos distritos transmontanos como no Continente, devido fundamentalmente à emigração. No referido grupo etário, a relação de masculinidade era de 75,13% no distrito de Bragança, 76,5% no distrito de Vila Real, enquanto no Continente, chegava aos 87,3%. Os resultados do Censo de 1981, apontam a nível regional, no entanto, para um desequilíbrio menos intenso entre sexos, a que não será alheio um certo abrandamento da emigração na década de 70 e ao retorno de uma população, relativamente jovem, das ex-colónias.

3. Repartição por idades da população residente

Dados de 1960, permite-nos concluir que em Trás-os-Montes e Alto Douro, a percentagem da população com mais de 65 anos era inferior à do Continente. No entanto, nos 10 anos seguintes, essa percentagem aumentou rapidamente aproximando-se no distrito de Vila Real da percentagem nacional; Vila Real com 8,8%, o Continente com 9,7% e no Distrito de Bragança com 10,4%, percentagem, esta, que ultrapassa mesmo a média do Continente. Deve, porém, referir-se que o rápido envelhecimento no Nordeste, foi económica e socialmente grave porque, em vez de resultar de uma melhoria sensível da esperança de vida, foi consequência da população em idade activa.

4. Alguns dados sobre a situação sócio-económica

É conhecida que em Trás-os-Montes e Alto Douro a percentagem da população activa que trabalha na agricultura ultrapassava em mais do dobro a média do Continente.

Os últimos dados ao nosso dispor, referem 72% de activos na agricultura, enquanto a média no Continente, é de 33%.

Por outro lado a propriedade da terra arável está distribuída por explorações agrícolas de carácter familiar, cuja área não ultrapassa 6,3 ha divididas, em média, por 10 parcelas.

Esta fragmentação da propriedade e a reduzida área das explorações agrícolas, é uma das causas determinantes do não desenvolvimento das forças produtivas, geradoras no plano ideológico do conservadorismo destas populações, traduzindo, na prática, um obstáculo ao desenvolvimento económico e social da região.

Quanto ao sector secundário, sabemos que não ultrapassava os 12% da população activa, enquanto que no Continente, em 1970, atingia cerca de 34%, o que, reflete bem, o baixo nível de industrialização. A reforçar o que afirmamos, está o facto de, em 1977, a indústria transformadora em Trás-os-Montes e Alto Douro, não ter atingido 1% do total do valor bruto da produção, do valor acrescentado bruto e do emprego em relação ao Continente.

Ainda outro bom indicador do baixo nível de industrialização da região, está no facto do Nordeste Transmontano, em 1979, apenas ter consumido 1,4% de energia eléctrica do total do consumo do Continente, não obstante as suas barragens terem produzido 33% da produção nacional.

5. Vias de comunicação

5.1. *Rede viária*

Tanto no Distrito de Bragança como no de Vila Real, as estradas são, duma maneira geral, de traçado sinuoso e de mau pavimento, dificultando as comunicações às capitais de distrito e com o exterior, tornando difícil o relacionamento do Nordeste com o resto do país. Existe, há muito, um projecto de construção de uma via rápida — Bragança/Porto — passando por Vila Real, cujos trabalhos estão bastante atrasados.

A falta de vias de comunicação constitue um travão ao desenvolvimento da região, dificultando a implantação de indústrias uma vez que torna difícil o escoamento dos produtos. De igual modo, a agricultura sente este problema, visto que, as vias não possibilitam acesso fácil aos mercados regionais e nacionais, não fomentando o desenvolvimento das forças produtivas.

Também o turismo, nomeadamente, o das regiões das Pedras Salgadas, Vigado e Carvalhelhos, está condicionado a esta realidade.

A região é servida pelas linhas do Sabor, Tua, Corgo e Douro. As duas primeiras servem as populações do Distrito de Bragança; a do Corgo, o Distrito de Vila Real; e a do Douro a zona sul da região.

Pelo desinteresse que a C.P. tem votado em servir os utentes, não renovando o material circulante, estas linhas férreas encontram-se degradadas, prestando mau serviço, quer de frequência e ligação aos comboios, quer ainda na demora dos percursos. Estes factos têm servido de pretexto para os últimos governos pretenderem

A *democratização* terá que concretizar-se *horizontalmente e verticalmente*. O processo de desconcentração do «Estado burocrático» terá que se consumar simultaneamente com o processo de *descentralização* (administrativa e política).

A *desconcentração* (burocrática), a *descentralização* (administrativa e política), não se poderão limitar a uma transferência do centro para as periferias, da capital para as regiões, das estruturas burocráticas herdadas do fascismo. *Regionalizar*, por outro lado, não é satisfazer clientes eleitorais, caciquismos, ambições locais, é *democratizar*. Transferir o poder para a base — criar democracia *na* base.

12

A democracia *na* base, terá que *evoluir* para a *democracia de base*. A *democratização*, sendo um processo de destruição do «Estado fascista»; de *desconcentração* (burocrática) de *descentralização* (administrativa e política), terá que institucionalizar-se como prática e estruturação de *democracia de base*. Dissolvendo, como deverá ser o caso, o que subsiste de «Estado fascista», concentrado, centralizado, burocratizado, mediatizado pelo voto no representante distante e do eleitor não dependente, na participação directa, convertendo-se o militantismo cívico em factor da dinâmica social a política de *democratização* da sociedade portuguesa.

13

A tradição democrática profunda em Portugal, é a das comunidades locais. A criação democrática popular mais importante depois de Abril, foi a das comissões de base (no local de residência, no local de actividade, na empresa).

Por aí — pelo reforço das comissões de base, pela dinamização e pela responsabilização, das comunidades locais, das autarquias, do poder popular, passa o *processo de democratização*. Mas, não se poderá perder de vista que o derrubamento do poder-político-fascista, não eliminou as raízes económicas e sociais do Estado fascista. A Revolução de Abril — democrática, antifascista e anticolonialista — só poderá dizer-se concluída com a destruição do «Estado fascista». Só se destrói, verdadeiramente, o que se substitui. Destruir, em política, é construir a alternativa. A Revolução democrática terá que levar por diante o processo de *democratização*. Esta é política e social. Não existe liberdade política, sem igualdade social, sem segurança económica. O conteúdo económico da *Democracia* tem o nome de *socialismo*. A garantia política do *socialismo* tem o nome de *democracia*. Tais são as metas de Abril. A Revolução renova-se, e continua-se, prosseguindo a *democratização*.

Democratização do Estado, dos partidos velhos, dos novos partidos, da vida pública a todos os níveis. *Democratização* das mentalidades. Só a *democratização da mentalidade* poderá dar nascimento ao homem *democrata*, ao cidadão do «País Novo» que o 25 de Abril prometeu.

A promessa dos «capitães de Abril» é hoje, dez anos após o *acto militar revolucionário*, um desafio a todos nós, um desafio aos democratas de Portugal.

encerrar as linhas de vias férreas do Sabor, Tua e Corgo, sem qualquer consideração pelas populações. Ultimamente, procuram transferir para as autarquias, a responsabilidade da sua exploração, havendo até alguns autarcas que, por um «prato de lentilhas», ou seja, a troco da betuminização da estrada Moncorvo/Miranda, tenham consentido na desativação da linha do Sabor.

6. Analfabetismo e escolarização

De acordo com os dados que dispomos, a taxa de analfabetismo nos dois distritos, é a mais elevada do Continente, ultrapassando ainda os 30%, embora desde 1974, tenha vindo a diminuir pela extensão da escolaridade obrigatória.

No que serefere à escolarização, verifica-se que a percentagem de alunos que frequentam o ensino preparatório e secundário, encontra-se dentro dos valores médios nacionais. Porém, à medida que os jovens atingem idades, compreendidas entre os 17 e 20 anos, a taxa de escolaridade é pouco significativa, o que nos leva a considerar que o acesso às escolas do ensino médio e superior da região, é muito limitado, uma vez que estas não servem os interesses daqueles que têm maiores dificuldades económicas e, em particular, dos jovens que não têm possibilidades de recorrer aos estabelecimentos de ensino fora da região.

7. Saneamento básico

Dados estatísticos conhecidos, relativos a 1979, permitem concluir que apenas cerca de 50% da população dos distritos de Bragança e Vila Real, é servida por rede de água e a restante população dos dois distritos por fontenários, que, muitas vezes não asseguram a água em condições de ser consumida; existe ainda, em algumas freguesias, fontes de margulho. É de notar que a população servida por rede de abastecimento domiciliário está concentrada nos centros urbanos.

8. Esgotos

A população que beneficia de rede de esgotos, não atinge um terço do total nos dois distritos, Bragança e Vila Real. Os concelhos onde o valor máximo da população é servida, é o Peso da Régua com cerca de 50% e, com valor mínimo, de cerca de 3% é o de Vila Pouca de Aguiar.

9. Recolha de lixo

Também a percentagem da população que beneficia da recolha de lixo é diminuta, não atingindo, nos distritos de Bragança e Vila Real, um quarto da população.

Os serviços da recolha de lixo, em geral, só são prestados nas sedes de concelho e, mesmo aqui, o lixo é depositado em lixeiras ao ar livre, constituindo focos de permanente infecção.

10. Condições habitacionais

Tanto nos distritos de Bragança, como no de Vila Real, mais de 2/3 dos alojamentos, não tinham água ao domicílio, nem retrete privada. Em comparação com a média do Continente, esta taxa revela forte desiquilíbrio entre o Nordeste e o resto do país. Assim, a percentagem de alojamentos sem retrete privada, em 1977, era de 39% no Continente, 82% no distrito de Bragança e de 74% no de Vila Real.

11. Alguns dados sobre saúde

11.1. *Taxa de mortalidade infantil*

Este indicador que, exprime o número de óbitos de crianças com menos de um ano por mil nados vivos, como é sabido, é considerado como um dos mais importantes indicadores do desenvolvimento, uma vez que permite avaliar a eficácia dos serviços de saúde e ainda das condições sócio-económicas das populações (dieta alimentar, condições de habitação, saneamento básico, etc.).

A evolução da taxa de mortalidade infantil nos dois distritos tem vindo a evoluir favoravelmente. Assim, em 1960, no distrito de Bragança era de 105,7‰ e no de Vila Real de 85,4‰ descendo em 1979, nos dois distritos

para cerca de 46‰. Contudo, este valor comparado com o do Continente, para este mesmo ano, é bastante superior, pois, a taxa média no Continente era de 26‰.

11.2. *Partos sem assistência*

Embora não tenhamos dados recentes sobre a assistência ao parto, somos obrigados, por isso, a reportarmo-nos ao ano de 1977. Neste ano, no distrito de Bragança, cerca de 30% das parturientes não foram assistidas e no de Vila Real esta taxa foi ainda maior, rondando os 55%. Em relação à média do Continente, era bastante acentuada a diferença, uma vez que os partos sem assistência só atingiam 12,4%.

11.3. *Algumas doenças características do sub-desenvolvimento de Trás-os-Montes e alto Douro*

As gastroentrites e diarreias, a frebre tifóide, os problemas de saúde materna, os problemas de saúde infantil, malnutrição e a brucelose, estão directamente relacionadas com o baixo nível sócio-económico e com a falta de conhecimentos de educação sanitária das populações. Estes tipos de doença que aparecem praticamente em todos os concelhos dos distritos de Vila Real e Bragança, estão relacionados com a ausência de esgotos, com o abastecimento de água, e ainda com a falta de recolha e tratamento do lixo.

12. Conclusões

São estes alguns dados que caracterizam a situação sócio-económica do Nordeste Transmontano. Naturalmente que, constitui em muitos aspectos uma situação bastante desfavorável em relação ao resto do País, já de si colocado na cauda da Europa, apesar de tudo, a região Trás-os-Montes e Alto Douro possui potencialidades humanas e naturais que lhe permitem encarar o futuro, não como uma fatalidade de atraso e sub-desenvolvimento, mas como uma esperança de progresso e bem estar social.

Desde logo tem capacidades humanas que, postas ao serviço de uma economia de verdadeiro desenvolvimento da região, muito poderá contribuir para as transformações sócio-económicas indispensáveis. Tem também Trás-os-Montes e Alto Douro capacidades agrícolas que, no conjunto do País, poderiam contribuir para o equilíbrio do défice dos produtos alimentares que importamos.

Efectivamente, o Nordeste Transmontano, possui um rico potencial hidráulico por explorar que poderia contribuir para uma maior produtividade da agricultura da região. Como recentemente referiu o Sr. Eng. Faria Ferreira numa conferência promovida pela Associação do Nordeste Transmontano, existem eventariados na região, locais para 95 possíveis pequenos e médios aproveitamentos que permitiriam irrigar 40 000 ha de terras cultiváveis.

Além desta importante valia agrícola, estes pequenos e médios aproveitamentos hidráulicos, possibilitariam uma produção complementar de energia eléctrica na ordem dos 95 milhões de kWh, em ano médio.

É evidente a importância destes pequenos e médios aproveitamentos hidráulicos para a transformação da vida das populações e para a economia da região, sobretudo se, à componente agrícola, acrescentamos o emprego e o investimento induzido. Existe, por outro lado, em Trás-os-Montes e Alto Douro, grandes potencialidades energéticas. Assim, a energia que se produz actualmente nas barragens existentes, na bacia hidrográfica do rio Douro, na zona abrangida pelo Nordeste Transmontano, é da ordem dos 5168 milhões de kWh em ano médio, ou seja, a energia equivalente a 444 448 toneladas de petróleo. Com a construção das barragens previstas do rio Sabor (S. Paio e Quinta das Laranjeiras) e no rio Tua (Rebordelo, Cachão e Foz Tua), poderá ser produzida, em ano médio, mais de 1230 milhões kWh, ou seja, a energia equivalente a 105 780 toneladas de petróleo.

Por outro lado, o sub-solo, rico em minérios (Volfrâmio, estanho, ouro e prata), dos quais ressalta, pela sua importância, os minérios de ferro de Moncorvo, cujas reservas geológicas são calculadas em 600 milhões de toneladas. A exploração do minério de ferro de Moncorvo, proporcionaria emprego permanente a algumas centenas de trabalhadores, tornando-se, certamente, um polo de desenvolvimento da região, induzindo a criação de outros tantos postos de trabalho.

De referir ainda que o transporte do minério, por caminho de ferro, de Moncorvo para o Seixal, iria contribuir para a viabilização da C.P., que poderia ver o seu tráfego aumentado em 70%, em termos de tonelada km.

Por último, em termos nacionais, a exploração do minério de ferro e a sua utilização pela Siderurgia Nacional, pouparia ao País, ao longo de alguns anos, um elevado montante de divisas, ajudando, deste modo, a equilibrar a balança de pagamentos.

Lisboa, Abril de 1984

Concentração de riqueza e empobrecimento por imposição legal do Alto Douro

Luís de Carvalho e Oliveira

Em Maio de 1982 o Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, pela Direcção Regional de Trás-os-Montes, publicou o Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (PDRITM).

À guisa de esclarecimento, começa por dizer que «O Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes, começou a ser delineado em 1977, na sequência de contactos estabelecidos entre o Governo Português e o Banco Mundial, com vista à obtenção de financiamentos para um projecto de produção agrícola, em Trás-os-Montes».

Estranhamente e sem que a leitura do próprio Projecto o faça prever, surge nele, entre os significativos acréscimos de produção em produtos essenciais, tais como carne de bovino, carne de ovino, vitelos para engorda, leite de ovelha, leite de vaca, o Vinho do Porto de elevada qualidade.

E logo em 9 de Julho seguinte é publicada a Portaria 685/82 que no seu Preâmbulo diz que «O Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes — adiante designado simplesmente por «Projecto» — tem por objectivo, entre outros, incrementar e valorizar a qualidade dos vinhos da Região Demarcada do Douro, cujo consumo aumentou muito significativamente no último decénio».

Desde a saída dessa Portaria deixou de haver dúvidas de que o Projecto de Desenvolvimento Integrado de Trás-os-Montes, abarcava a região do Alto Douro e tinha os seus olhos postos no vinho de alta qualidade, como vai ver-se, no Vinho do Porto.

Não se compreende como um Projecto de Desenvolvimento agrícola faz empreender nos seus limites duas regiões tão notoriamente diferentes como são Trás-os-Montes e Alto Douro. Trás-os-Montes, granítico, planático, com algumas elevações; o Douro, xistoso com os maiores valores (em questão de qualidade de vinho) nas suas enconstas, a escorregarem para o rio antigamente a correr entre fraquedos, hoje transformado em lagos alongados, de grande superfície. Trás-os-Montes cobre-se de neve e é região, em geral, fria. O Douro raramente tem neve e é região quente. Os geógrafos dizem que é uma mancha de clima mediterrânico entre serranias. Daqui a diversidade de culturas. No Douro, essencialmente a vinha; em Trás-os-Montes, seara, batata, horticultura, floresta, principalmente pinheiros, carvalho e castanho.

É notável a falta de homogeneidade entre uma província e a outra, parecendo, logo à primeira vista, que motivo diferente do desenvolvimento agrícola de Trás-os-Montes obrigava a incluir o Alto Douro no seu Projecto.

É a própria legislação — continuo a referir-me à Portaria n.º 685/82, de 9 de Julho — que vem explicar os motivos pelos quais o Alto Douro foi incluído no Projecto de Desenvolvimento de Trás-os-Montes, nada tendo a ver com ele.

Simples motivos de vizinhança não justificariam tal inclusão.

Como se sabe, o Alto Douro, agreste, aclivoso, é a região agrícola portuguesa que maiores rendimentos proporciona em vista do elevado preço dos mostos para fabrico do Vinho do Porto. Houve que, com a cultura da vinha do Alto Douro, satisfazer a cobiça e grandes interesses, principalmente estrangeiros, aproveitando-se o Projecto de Desenvolvimento de Trás-os-Montes para nele incluir a produção do Vinho do Porto, do Alto Douro.

Vejamos como esses interesses vieram a concretizar-se através da referida Portaria n.º 685/82 e como tudo foi acomodado aos grandes interesses protegidos, causando a maior concentração da riqueza à custa do empobrecimento dos pequenos e médios vinicultores da região.

Comecemos, porém, a demontagem pelo princípio. A Portaria 685/82 diz, como acima se referiu, que «tem por objectivo, entre outros, incrementar e valorizar a qualidade dos vinhos da Região Demarcada do Douro».

Ora, é notável que a defesa da alta qualidade do Vinho do Porto não tenha sido enfrentada nos seus pontos essenciais e de toda a gente por demais conhecidos. Ninguém ignora queos grandes produtores de Vinho do Porto, na região, alguns também exportadores com armazéns assentes em Gaia, compram uvas fora da região, nesta as fazendo entrar clandestinamente, para produção de vinho com o nome de Porto em quantidade maior que as suas próprias uvas lhes permitem. Isto é feito apenas pelos grandes e não pelos pequenos e médios vinicultores, já que estes, não sendo exportadores, não tendo o armazém fora da região, são estreitamente controlados e não podem movimentar nem vender vinho que não tenha sido produzido pelas suas próprias uvas. Os outros, os que têm grandes armanzéns na região e fora dela, nomeadamente em Gaia, são os que estão em condições de fazer a falsificação, e fazem-na, se não todos pelo menos a maioria, comprando uvas nos confins de Trás-os-Montes e da Serra da Estrela, a preços absolutamente especulativos, fazendo passar o seu mosto como da Região do Douro com evidente adulteração e baixamento de qualidade. Com esta entrada de uvas de fora daregião está ligado um outro facto que ajuda a cobrir esta ilicitude — a compra do direito de benefício feito pelos grandes aos pequenos que assim, de imediato, na própria vindima e até antes da colheita das uvas, podem receber quantias avultadas, ficando ainda com as uvas. Na região chama-se a este negócio a «compra dos cartões» ou, como se diz na Régua, em Setembro, a «Feira dos Cartões».

É claro que também são comprados «cartões» relativos a vinhas que deixaram de existir na realidade, por envelhecimento e morte, mas que existem registadas no cadastro da Casa do Douro que serve para a passagem das licenças de benefício, isto é, das autorizações de fabrico de Vinho do Porto.

Isto pormenorizou-se para dar a imagem do que se passa e de como a Portaria, dizendo-se em defesa da qualidade do Vinho do Porto, mais não é do que planificar o assalto aos pequenos e médios proprietários em benefício dos grandes.

Vamos seguindo o assunto. É do conhecimento geral que para fabricar Vinho do Porto só se deve utilizar aguardente vínica adicionada ao mosto na ocasião da fermentação. A qualidade desta aguardente é fundamental para a qualidade do Vinho do Porto. A qualidade de um produto é sempre resultante das qualidades dos elementos componentes. Desde os tempos do Marquês de Pombal está dito e redito e mais que escrito, por todo o lado em que se fala da qualidade do Vinho do Porto, nomeadamente na própria Casa do Douro, que só as aguardentes da deslitação dos vinhos de consumo do Douro garantem a alta qualidade do Vinho do Porto. Com aguardente da região, o Vinho do Porto ganha excelência e inteira genuínidade, pois que todo ele é nascido, efectivamente, no Alto Douro.

Pois continua a fabricar-se Vinho do Porto com aguardentes de fora da região, muitas vindas do estrangeiro, com notável saída de divisas, importando-se, de vez em quando, um produto a que chamam aguardente vínica, mas que o não é. Em 1972, salvo o erro, veio da Jugoslávia um álcool obtido da destilação de carvão ou petróleo, que de tal forma influenciou negativamente os mostos deste ano, que o vinho resultante teve de ser sujeito a tratamentos diversos para ser admitido no mercado, já que se tiveram dúvidas de que mesmo a sua própria destilação pudesse trazer as qualidades negativas no álcool resultante. E foi assim, através de aguardentes impróprias, com alcois quaisquer, que o C. 14 foi descoberto, salvo erro na Alemanha, com latos prejuízos para a lavoura.

Ainda ligada à questão da alta qualidade do Vinho do Porto anda a exportação a granel que, como é de calcular e todos sabem, permite escancaradamente a falsificação à saída, pelo caminho e no local de destino já que é menor a possibilidade de controlo, só viável em garrafas.

Não vamos esquecer as numerosas falsificações que se fazem por esse mundo fora, nos países mais diversos, possivelmente porque o mercado do Vinho do Porto e frouxo, não tem agressividade, nas mãos dos exportadores que constituem um «complot» contra o qual se pode lutar apenas, concedendo à Casa do Douro o direito e os meios de tornar-se exportadora.

A Espanha, a África do Sul, há pouco tempo, mesmo o Iraque, fabricam Vinho do Porto, evidentemente falso, algum sem sequer ter o paladar licoroso do Vinho do Porto, como o que é servido na China em restaurantes de Cantão, onde me disseram que daquele Vinho do Porto (um produto aproximado da aguardente bagaceira) se vendiam na cidade centenas de pipas por ano. E outro Vinho do Porto não era ali conhecido.

É que falta efectivamente agressividade no comércio do Vinho do Porto, lamentando-se com frequência a Associação dos Exportadores, que lhes não são concedidos créditos suficientes para o alargamento do seu negócio. Mas a verdade é que são esses mesmos que desviam os lucros obtidos na exportação para uma outra actividade que é a da produção do próprio vinho na região, dominados pela ambição de tudo ganharem da cepa ao cálice.

O Governo Português escancarado a tudo quanto a grande capital, principalmente estrangeiro, lhe imponha, com ou sem conivência de interesses, nada diz quanto a nenhum destes pontos importantíssimos na defesa da qualidade do Vinho do Porto. E o «Correio da Manhã» de há tempos, dizia que mais de metade do Vinho do Porto

consumido no mundo era falsificado, não partindo a falsificação, sequer, do próprio Vinho do Porto. Não se trata, já, de uma adulteração do Vinho do Porto, mas sim do fabrico de um outro produto que engarrafado é rotulado por Vinho do Porto.

Vamos ver, seguidamente, o que fez a Portaria n.º 685/82, assinada pelo então Ministro Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca, vulgarmente conhecido por Basílio Horta, para valorizar a qualidade dos Vinhos do Porto. Antes de mais, sendo o Governo conhecedor, por demais denunciada, desta questão, só tomou uns arremedos de iniciativa quanto às falsificações em Espanha, deixando correr marfim em relação a todo o resto. E como não havia de deixar correr marfim se o objectivo fundamental da Portaria, como se verá, não foi a defesa da qualidade do Vinho do Porto, mas sim a entrega, pura e simples, do direito de fabricá-lo, aos grandes, retirando-o aos pequenos e médios proprietários da região, que dele viviam e vão ficar na miséria!

Mas antes de entrarmos propriamente na análise da Portaria para fazer a sua desmontagem e esclarecer as subtilezas que foram usadas para atingir tal objectivo é indispensável dizer-se que quando vem falar-se em valorização da qualidade, em defesa de qualidade, etc., é porque tal qualidade está em causa. No caso concreto dos Vinhos do Porto não parece que alguém tenha posto em causa a qualidade relativamente aos mostos utilizados para o seu fabrico, fosse qual fosse o local da sua origem, desde que de dentro da região demarcada. Acontece até que, nos quatro anos que precederam a Portaria, o Vinho do Porto atingiu exportações e consumos de níveis nunca anteriormente alcançados desde que há Vinho do Porto. Efectivamente 1977 com 107 131 pipas; 1978 com 111 719 pipas; 1979 com 130 423 pipas e 1980 com 132 311 pipas o que constituiu alto «record» em comparação com todos os anos anteriores do Século XX e do século anterior, excedendo largamente os dois anos de maior produção que ficaram famosos na história do comércio do Vinho do Porto, 1924 e 1925 respectivamente com 106 000 pipas e 111 000 pipas.

Quando o comércio aceita, cada vez mais, um produto é porque a qualidade satisfaz. De resto, nunca publicamente se falou da qualidade do Vinho do Porto relacionando o seu alto ou baixo nível com a qualidade dos mostos, embora se tenha muitas vezes dito que a qualidade do Vinho do Porto poderia ser melhor, se fabricado apenas com uvas da Região Demarcada do Alto Douro, se fabricado com a aguardente da própria região, se exportado em garrafas e não a granel. E poderiam evitar-se falsificações se levado a todos os Continentes e a todos os Países onde as falsificações surgem, na certeza dada pelo «marketing» de que, onde aparece o produto original e verdadeiro, rareiam e desaparecem as falsificações, até pela comparação, qualidade por qualidade, paladar por paladar, «bouquet» por «bouquet».

Pois é no seguimento daquelas grandes exportações que surge a Portaria do Basílio Horta levantando o problema da qualidade pela forma mais desastrosa que inculca baixo nível mental ou questões que mexem com a honestidade ou, o que é pior ainda, inteira subordinação ao capital estrangeiro — que tem os olhos postos numa das regiões produtoras da maior riqueza agrícola mundial — perda de independência por fracções. Portugal a deixar de o ser, ou, pelo menos, a deixar de o ser dos portugueses, pouco a pouco.

O que acontece no Alto Douro assemelha-se a uma nova colonização dos que lá vivem e têm a sua vida organizada, reduzidos por via legal à pobreza, naturalmente para que constituam mão-de-obra barata, de fácil e barato assalariamento.

Mas o pior é que não há hipótese de as empresas a quem o Estado, nomeadamente o Ministério da Agricultura pela negra mão do Sr. Basílio Horta, entrega o Alto Douro virem a absorver a mão-de-obra desocupada. Diz-se, eeu reproduzo-o apenas porque são números não contratitados aparecidos na imprensa, que dos 30 000 produtores de Vinho do Porto 25 000 serão atingidos pela Portaria e perderão o direito de fabricá-lo, conquanto continuem, por ora, proprietários das suas terras.

Nada justificaria a falsa defesa da qualidade do Vinho do Porto nos termos da Portaria, a despropósito incluída no Projecto de Desenvolvimento de Trás-os-Montes.

Antes, porém, de entrarmos em análise mais detalhada e na desmontagem da Portaria convirá esclarecer que, anteriormente a imprensa nortenha mormente o «Primeiro de Janeiro», nos seus números de 1 e 2 de Março de 1982, denunciou grandes plantações ilegais de vinhas, feitas por multinacionais, «Sandeman», «Cockburn» e «Vera Cruz», dentro da região do Douro, sim, mas em terras absolutamente impróprias para a cultura de toda e qualquer vinha e, muito especialmente, para a produção de vinho de qualidade.

Estas multinacionais tinham adquirido terrenos nos Vales da Vilariça, nomeadamente no Vale de Assares, tradicionalmente produtor de produtos hortícolas, batata, e diversas culturas anuais além de, nas encostas suaves e mecanizáveis, existirem extensos olivais que foram arrancados sem a indispesnável autorização do Ministério da Agricultura.

Contra as plantações ilegais das multinacionais foram apresentadas reclamações ao Ministério da Agricultura e, de uma maneira geral ao Governo, quer por Organismos da vinicultura regional, quer por Autarquias.

Saliente-se que sobre as nacionais que plantaram ilegalmente, houve sempre repressão, embora a grande maioria deles, pequenos donos de terras, tivesse apenas uns centos de videiras plantadas sem licença, mas quanto às multinacionais que tinham plantado milhares de cêpas, nenhuma atitude o Ministério tomou e as vinhas lá estão, plantadas em terrenos impróprios, que a legislação portuguesa não permite sejam utilizados para plantio de vinha ainda que de simples vinho de consumo (Veja-se o Quadro de classificação de terrenos Anexo ao

Decreto-Lei n.º 38 525 de 1951, que não pode ser considerado revogado por, termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 46 256 se não encontrarem disposições que o contrariem).

A resposta que o Ministério entendeu por bem dar foi a publicação da Portaria n.º 685/82, grande prémio para os grandes à custa dos pequenos.

Antes de entrarmos propriamente na análise dessa Portaria vamos, ainda, esclarecer que a região vitivinícola do Douro é das mais estudadas do mundo e, diz-se, a única que contém um cadastro organizado, propriedade por propriedade, com a classificação de cada uma delas segundo as suas características próprias, trabalho levado a efeito pelo Eng.º agrónomo Álvaro Moreira da Fonseca, utilizado desde há décadas, para a distribuição do benefício, isto é, do direito de fabrico de Vinho do Porto, aos vitivinicultores.

Este estudo e regulamentação da região não exige alterações de fundo e pode, quando muito, estar sujeito a pequenas emendas principalmente no que diz respeito às castas, obrigando os vinicultores a enxertar melhor as suas vinhas, e no que diz respeito à altitude que se entende ser negativamente pontuada em excesso. Esta questão da altitude, de resto, terá de ser revista em função da existência das barragens que vieram alterar profundamente o clima da Região do Alto Douro, tornando os locais baixos mais sujeitos a neblinas causadoras de moléstias, impeditivas da solaridade e portadoras de frescura que a região ribeirinha não conhecia. À parte destes pormenores a região estava absolutamente estudada e a distribuição do benefício, embora com incompreensões, das que sempre aparecem, era feita a contento da quase totalidade dos vinicultores do Douro.

Pois bem, no «Financial Times» leu-se uma notícia de que os comerciantes de vinhos (supõe-se os ingleses, naturalmente, ou as multinacionais) vinham exercer pressão sobre o Governo Português para permitir o plantio das vinhas em terras planas, de cultura mecânica, como se efectivamente os portugueses não estivessem já a fazer cultura mecânica, mesmo nas encostas, lavrando não segundo as curvas de níveis, mas de alto abaixo, uma vez feita a plantação em linhas, também de alto abaixo e não segundo aquelas curvas de níveis, como era tradicional.

Isto, esta simples notícia, sugere-se que o Terreiro do Paço é correia de transmissão e as normas legislativas são feitas lá fora.

Por aqui mesmo se pode perguntar se nós somos totalmente independentes ou se estamos a perder a independência aos poucos, permitindo o Governo que sejamos colonizados, sem sequer precisarmos da acção desses que desejam penetrar como colonizadores.

Agora os mecanismos da Portaria, apenas a traços largos:

Proibiu a plantação de vinha para produção de Vinho do Porto em terrenos com área contínua inferior a 3 ha., conquanto permita que se juntem vizinhos para a formação desta área — o que é utópico pois dificilmente o vizinho terá o seu terreno desocupado, dificilmente o quererá juntar, por razões de outra ordem, dificilmente o terreno do vizinho pela configuração geográfica é anexável para com ele se implantar uma vinha de três hectares.

Quanto a esta área mínima, acrescento que, em 3 ha., pode um vinicultor do Douro colher, à razão de pipa e meio por milheiro de cepas quinze a dezoito pipas, que vende, no ano corrente, ao preço médio de cinquenta contos cada. Se do produto do número de pipas pelo seu preço abatermos duzentos e cinquenta a trezentos contos para cultura, aguardente, etc., ainda lhe ficam meios económicos suficientes para um aceitável nível de vida, educação de filhos e uso de automóvel. E, no entanto, a Portaria de Basílio Horta leva, pura e simplesmente, à degola estes vinicultores da região, em homenagem aos grandes para os quais virá a ser transferido, ou está a sê-lo, o direito de fabrico de Vinho do Porto.

Mas há mais. Toda a região do xisto do Alto Douro, demarcada desde 1921 pelo Decreto n.º 7 934 de 10 de Dezembro, é susceptível de produzir Vinho do Porto. Di-lo Moreira da Fonseca, A. Gaiano, Serpa pimental, J. R-P Rosas em «O Vinho do Porto» (Nota sobre a sua História, Produção e Tecnologia, publicação do Instituto do Vinho do Porto, págs. 71).

Pois bem, a Portaria vem limitar a região de produção do Vinho do Porto, à altitude de 450 m., o que significa que só uma pequena concha onde se localizam as propriedades das multinacionais e as propriedades de maior dimensão de portugueses fica com autorização de produzir o Vinho do Porto. Já está a ver-se que, não produzindo essa área (veja-se a produção de 1980) senão pouco mais do que um terço ou um quarto do total da região, e estando nela já bem aproveitadas muitas das terras mais próprias, de encosta, calheiras, bem expostas, etc., para a produção da totalidade do vinho que pode exportar-se (vejam-se os números acima) vai recorrer-se ao plantio em todas as terras, próprias e impróprias para a cultura de vinhas, como, de resto, já o estão a fazer as multinacionais, em termos de ilegalidade, mas que pelo caminho da subserviência nacional, legalidade virá. E aqui está como duma penada e em falsa defesa da qualidade do Vinho do Porto, as coisas se encaminham para uma falta de qualidade e para a injustiça enorme de concentrar, na mão de poucos, a possibilidade de ganho de muitos que são os que não disponham de 3 ha. contínuos abaixo de 450 m. e de todos os que se localizem acima de 450 metros. É bem visível que a propriedade dos grandes nunca terá menos de 3 ha. e, a quem conhece a região, não traz novidade que as multinacionais e os grandes produtores nacionais ainda se não expandiram acima dos 450 metros onde pululam, por ora, os pequenos e médios produtores.

É de sublinhar que foi com os vinhos dos pequenos e médios produtores que se atingiram os maiores valores significados em quantidades de pipas exportadas que não em moeda, para evitar a distorção inflaccionária.

Pois, pela Portaria, esses 25 000 pequenos e médios produtores, entre os 30 000 da região, vão ficar sem qualquer hipótese de vida local.

E o curioso é que o Projecto de Desenvolvimento Integrado de Trás-os-Montes, anota e sublinha que nenhuma alteração à estrutura da propriedade pode fazer-se sem terem sido desenvolvidas outras actividades para as quais se transfiram as pessoas que, com tal alteração fiquem a mais na agricultura. Ora, o que está a fazer-se no Alto Douro é exactamente, não a eliminação física do próprio minifúndio, mas a eliminação jurídica do aproveitamento económico da pequena propriedade, pois que para nada serve ao seu proprietário se nela se não deixar produzir Vinho do Porto, único que pode manter a sua subsistênica e fixá-lo ali, à sua região.

Desta forma a Portaria que se diz integrada no Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes traz, na prática, exactamente o contrário do seu espírito (seu dele, do Projecto). O Projecto pretende a todo o custo evitar a desertificação e ela vem a verificar-se no Alto Douro, a curto prazo.

Outros condicionalismos convergentes para a transferência do direito de fabrico de Vinho do Porto para os grandes foram, ainda, introduzidos pela Portaria. Veja-se, a propósito, o que acontece com as castas. Os técnicos e práticos da região, e, entre os técnicos, tomo licença para fazer sobressair o nome de Álvaro Moreira da Fonseca — havia as primeiras classificações, oito castas tintas, bastardo, donzelinho tinto, mourisco, touriga francesa, tinta roriz, tinta francisca, tinto cão e touriga nacional. Ora acontece que a Portaria começou por eliminar o bastardo que sempre foi considerado e ainda o é, uma das grandes castas, entre as melhores, para a produção do Vinho do Porto. Porquê esta eliminação? A resposta é simples. O bastardo é de baixa produção, mas da mais elevada qualidade. A Portaria que se diz defensora da qualidade, eliminou-o porque não interessava aos «defensores da qualidade» uma casta de baixa produção. Igualmente o donzelinho tinto e o mourisco. Quanto a esta, o mourisco dir-se-á, ainda, que foi sempre tido como das mais finas uvas para produção de vinho quer do Porto quer de consumo, na Região do Douro, embora com umas características muito especiais. É que desavinha muito e amadurece tarde em terrenos fundos. Não desavinha ou desavinha pouco em terrenos soalheiros de encosta onde amadurece cedo e a horas. É de boa graduação e produz vinho de «bouquet» excepcional. Não aparece entre as cinco castas que a Portaria seleccionou. Está à vista a razão. A selecção destas cinco castas não foi feita segundo estudos realizados em toda a região e nem seria possível pois que não há campos experimentais instalados nos seus vários pontos onde claramente as condições são diferentes. É que não se tratando de uma região de grande dimensão, mercê da sinuosidade da sua superfície, vales, encostas, colinas, montes, as castas têm comportamento diferente conforme os lugares onde estão instaladas. Era por isso necessário que para eliminação de quaisquer casta, se soubesse do seu comportamento em cada local. Não foi feito nenhum estudo que permitisse à Portaria eliminar castas da maneira como o fez.

Qual foi, então, a origem da definição das castas, da Portaria? Diz-se, à boca cheia, em toda a região e consta que já foi escrito na imprensa nortenha, que essas castas foram as estudadas para os terrenos fundos, de vales, das multinacionais. Daí a supressão do mourisco onde ele desavinha e amadurece tarde e o aparecimento entre as cinco castas da Portaria de uma outra que é a tinta barroca que, conquanto boa, não é tão boa como as eliminadas. Simplesmente, a tinta barroca — é da experiência de todos os vinicultores da região — embora não produzindo um vinho tão fino, é de maior produção em terrenos fundos e até com melhor adaptação tanto a estes como aos de encosta. Aí surgiu a tinta barroca entre as primeiras, seleccionadas pela Portaria, iniludível ao serviço das multinacionais que plantaram em terras fundas contra todo o conhecimento, experiência e técnica dos engenheiros e dos proprietários de vinhas do Alto Douro.

Mas, quanto às próprias castas, ainda há mais. É que foram suprimidas, para fabrico de Vinho do Porto, as castas brancas, sendo certo que algumas experiências de fabrico de Vinho do Porto branco tinham resultado, podendo vir a ser um concorrente importante de bebidas estrangeiras, como o Cinzano e o Vermute, para aperitivo de quem, evidentemente, os possa pagar.

Vê-se, assim, que a Portaria serve interesses certos e determinados e que dentro desses interesses não cabia de momento o Vinho do Porto branco, menos lançado no mercado. E para concluir, embora houvesse muitos aspectos e pormenores a apresentar, direi que pelo Projecto de Desenvolvimento de Trás-os-Montes os vinicultores com mais de 3 ha. contínuos obtêm como prémio, para modernização das suas vinhas, empréstimos ao juro de 14%, durante vários anos. Àqueles a quem são cortados os direitos de fabrico de Vinho do Porto por estarem acima de 450 m. ou por não terem 3 ha. contínuos, mesmo abaixo dessa altitude, nenhum auxílio é prestado para sua manutenção, subsistência sequer, nem para modernização de coisa nenhuma. Nem estudos lhes são oferecidos de possibilidades — que não há — de outras culturas rentáveis nos mesmos locais.

Por fim e para que possa bem concluir-se que a Portaria de Basílio Horta foi pensadamente feita para transferir para o grande capital o direito de fabrico de Vinho do Porto que estava distribuído por 25 000 pequenos e médios vinicultores, que ficam sem ele, dir-se-á que seguidamente à Portaria n.º 685/82, saiu, ainda para Regulamentação das vinhas de consumo do Douro, a Portaria n.º 1080/82 de 17 de Novembro. Nesta portaria não é imposta área mínima. E tanta modernização careciam umas vinhas como outras.

De resto, várias perguntas poderiam fazer-se ainda: *primeira* — por que motivo tendo o Projecto como objectivo o Desenvolvimento de Trás-os-Montes não se adoptaram medidas para eliminar o minifúndio exactamente em Trás-os-Montes, onde ele é tão numeroso? *Segunda* — por que não foi intensificado o cooperativismo que tão bons resultados tem dado na vinicultura do alto Douro, associando os minifundiários?

É que as cooperativas têm constituído uma barreira importante contra a unha adunca dos abutres que se nutrem, no Alto Douro, dos pequenos e médios não associados. E o governo, estando com eles, não protege nem incentiva o cooperativismo.

A propósito, não posso deixar de referir que a última lei que regulou a Casa do Douro, o Decreto-Lei n.º 486/82, de 28 de Dezembro, exclui das suas atribuições e competências a criação e organização de Adegas Cooperativas, contrariamente ao que se tinha legislado, já em 1932, pelo Decreto n.º 21 883, de 18 de Novembro. Tudo isto tem na realidade um propósito: a eliminação dos pequenos e médios proprietários e a concentração da riqueza nas mãos dos grandes. E repare-se, no entanto, que onde a pequena e a média propriedade, em portugal, tem alguma defesa é exactamente na produção do Vinho do Porto. Aí, o minifúndio tinha justificação absoluta. Mas não foi às regiões pobres que o Projecto de Desenvolvimento de Trás-os-Montes se dirigiu. Em primeiro lugar, veio com a sua asa negra pairar sobre o Douro, ensombrando e reduzindo à miséria, pura e simplesmente, segundo noticiário diverso, 25 000 produtores que, a 4 pessoas por família, perfazem 100 000 pessoas lançadas na miséria.

Tudo isto, mais uma vez se repete, contrariando o próprio Projecto que diz que é necessário evitar qualquer alteração de estrutura da propriedade agrícola, pois não pode, de maneira nenhuma, provocar-se a desertificação que resultaria da falta de actividades alternativas na região.

E repare-se que tudo acontece sob o signo da liberdade económica, do «laissez-faire» e do «laissez-passer» a que se pretende regressar com a orientação do Governo, sem lógica nem moral, pois que tudo quanto temos vindo a expor significa, antes de mais, o contrário da liberalização económica e antes a imposição de normas através das quais se empobrecem os remediados, os pobres se tornarão mais pobres e os ricos mais ricos.

O desenvolvimento no espaço económico nacional

Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais

Ao debruçar-se sobre o tema em discussão neste Seminário — «25 de Abril, 10 anos depois», o MPMCI's considera importante realçar duas idéias: 1.ª — a generalidade do sector privado português é constituído por pequenas e médias empresas, já que a maioria das grandes empresas foram objecto de nacionalizações; 2.ª — a actual Constituição, reflectindo esta situação, define um espaço de livre exercício para a iniciativa privada, enquanto instrumento de progresso colectivo, em contraponto a sectores básicos constituídos pelas empresas nacionalizadas.

E é tendo como pano de fundo esta realidade objectiva que o MPMCI's analisa a problemática do desenvolvimento económico no espaço económico nacional existente.

O peso e a importância das pequenas e médias empresas é, efectivamente muito grande.

Em termos de dimensão, 70% dos estabelecimentos industriais são PME's. Neles trabalham cerca de 65% da mão-de-obra, concorrendo com 62% para o total do valor acrescentado bruto da indústria transformadora do nosso país.

É bom ter presente que os estabelecimentos com mais de 500 trabalhadores representam menos de 1% do total, 90% têm menos de 100 trabalhadores e 50% menos de 10 trabalhadores.

No capítulo do comércio por grosso e a retalho, que assegura a distribuição e circulação dos produtos na nossa economia, mais de 80% das empresas têm menos de 9 empregados e apenas 0,9% possuem mais de 100.

Esta pulverização evidente quer na indústria, quer no comércio, tem levado, a nosso ver precipitadamente e de forma incorrecta, à defesa, por parte de responsáveis da área económica, da modernização das estruturas económicas através de medidas conducentes ao desaparecimento por eliminação selvagem do grande número de entidades empresariais.

Este caminho, que tem sido sempre repudiado pelo MPMCI's e por muitas associações de comerciantes e industriais, significa no nosso entender um claro desvio das perspectivas abertas pelo espírito dos ideais do 25 de Abril e pelas transformações sócio-económicas ocorridas posteriormente.

É que, se para a renovação e o desenvolvimento económico fosse este o caminho, então para os pequenos e médios empresários que diferença haveria relativamente ao período antes do 25 de Abril? Estarão eles fatalmente sujeitos à mesma sorte que tiveram os seus 10 000 colegas que faliram num curto espaço de 5 anos entre os dois inquéritos industriais promovidos pelo INE em 1959 e 1964, e as dezenas de milhar de outros que tiveram a mesma sorte nos anos seguintes?

O MPMCI's pensa que não e que também para se encontrar um outro caminho foi feito o 25 de Abril.

Poder-se-á, entretanto, questionar, e a pequena e média iniciativa privada vem-no fazendo, sobre as razões por que, dez anos decorridos, não foi possível ainda abrir essas novas perspectivas para o desenvolvimento económico, onde as PME's pudessem assumir um papel positivo para a reconstrução económica.

No entender do MPMCI's a causa deste atraso, que vem dificultando e deteriorando a própria actividade económica e a vida social do nosso país, não se encontra na coexistência de um sector público e de um sector privado, como alguns afirmam.

É conhecido o facto de que o funcionamento das empresas de pequena e média dimensão, estavam sujeitas à actividade das grandes empresas no campo produtivo e no campo dos serviços, e, mais do que sujeitas em termos de obtenção de matérias-primas e de encomendas e trabalho, elas encontravam-se objectivamente dependentes e submetidas, economica e financeiramente, à estratégia particular dos grandes grupos. E nem sempre eram coincidentes os interesses destes e das pequenas e médias empresas.

Para o MPMCI's a intervenção do Estado depois do 25 de Abril, nacionalizando esses grandes grupos, veio permitir introduzir um factor de correcção àquela situação atrás descrita, de tal forma que seja possível atribuir às grandes empresas dos sectores básicos um novo papel para a economia que atenda a dois objectivos centrais:

— conciliação e complementaridade das estratégias dessas empresas integradas no sector público e dos pequenos e médios empresários privados, de forma a que estes sobrevivam e cumpram a função que a Constituição lhes abribui;
— lançamento das bases do desenvolvimento económico de Portugal através de uma nova ordem económica no espaço nacional.

Na opinião do MPMCI's a reestruturação e modernização das estruturas produtivas e de distribuição só poderão resultar com benefícios para a economia nacional se respeitarem uma correcta articulação e racionalização entre o sector público e o sector privado e se forem postas ao serviço da constituição de uma nova ordem económica para o nosso país.

Estaremos todos de acordo que a letra D — de Desenvolver — não entrou ainda no abecedário da Revolução dos Cravos. Mais ainda: o facto da nossa sociedade não ter entrado no caminho do desenvolvimento faz com que reconhecidamente esteja a ser posta em perigo a concretização do primeiro D — Democratizar!

Torna-se, por isso, urgente, reencontrar as linhas que levem a esse desenvolvimento, que efectivamente passam por uma nova ordem económica.

O que pensa o MPMCI's do que deve ser uma nova ordem económica?

Para nós, pequenos e médios comerciantes e industriais, a N.O.E. pressupõe duas realidades sociais complementares: a melhoria do nosso nível de vida e a melhoria do nível de vida da população em geral.

Só poderemos alcançar a melhoria do nosso nível de vida se se desenvolver a produção e aumentarem as nossas vendas. Exactamente ao contrário do que está ocorrendo há alguns anos a esta parte!

E só aumentaremos as nossas vendas e crescerá a produção se subir o nível de vida dos portugueses. Exactamente ao contrário do que está ocorrendo há alguns anos a esta parte!

Para expandir a produção torna-se obviamente necessária uma nova política de investimentos e uma nova política de crédito, nas quais os pequenos e médios empresários sejam devidamente contemplados como parcela determinante que são na iniciativa privada protuguesa.

A economia nacional não pode, pois, prescindir dos pequenos e médios comerciantes e industriais, amplo estracto social da nossa população activa que ronda as 300 000 pessoas.

A sua adesão será tanto mais pronta e entusiasta quanto melhor e mais rapidamente se tomarem as orientações imprescindíveis à clarificação do papel dos diversos sectores económicos do país para uma nova ordem económica e se lhes garantam condições à sua participação activa e eficaz.

O Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais

SEMINÁRIO
O 25 DE ABRIL — 10 ANOS DEPOIS

PLANO GERAL

Introdução

I — **Sessão de Abertura**

II — **Trabalho das Secções**

A — *DEMOCRATIZAR*
B — *DESENVOLVER*
C — *DESCOLONIZAR*

III — **Sessão de Encerramento**

1. *Sínteses dos Trabalhos das Secções*
2. *Discurso de Encerramento*

O Pós-Salazarismo

Joaquim Aguiar

I — Apresentação

A comunicação apresentada no seminário organizado pela Associação 25 de Abril em Maio de 1984 não pode, pela sua extensão, ser publicada nesta colectânea. Será objecto de uma edição pelas *Publicações D. Quixote* onde o leitor interessado a poderá consultar. O que aqui se publica são apenas três partes onde se referem as suas motivações e as principais conclusões. É sobre elas que algumas ideias de introdução se justificam.

Em geral, pensa-se que o autor de uma tese, especialmente se ela é polémica, a defende de um modo premeditado. A investigação desenvolvida estaria desde o início orientada para a confirmação de uma ideia básica. Assim, a afirmação de que o período 1974-1984 se enquadra dentro de uma designação genérica de *pós-salazarismo* deveria ser o ponto de partida, a que uma investigação posterior viria oferecer os fundamentos convenientes.

Contudo, e ao contrário do que essa noção geral levaria a pensar, não foi esse o percurso seguido neste caso. O objectivo inicial limitava-se, no quadro das comemorações do décimo aniversário do fim de um regime autoritário, à procura de uma descrição rigorosa das fases políticas que marcaram a evolução neste período. Para o conseguir, propunha-se um método, de utilização relativamente simples por qualquer cidadão interessado pelas questões políticas, que permitisse relacionar os diversos níveis em que a acção política se reflecte e de um modo que assegurasse o estudo dos conjuntos de efeitos de uma decisão política (isto é, que não se limitasse a considerar os seus efeitos directos ou as intenções que lhe presidem, muitas vezes enganadores ou insuficientes para revelar as consequências de cada decisão). Para isso, considerou-se o campo da acção política dividido em sete níveis diferentes, ou sub-sistemas: o sistema de relações internacionais (SRI), o sistema económico (SEC), o sistema de relações sociais de produção (SRSP), o sistema político-militar (SP-M), o sistema de comportamentos políticos (SCP), o sistema de movimentos sociais (SNS) e o sistema ideológico (SI). Ficava assim construido um referencial de *classificação* (cada acção política tem um efeito principal em algum destes sistemas) e de *ordenação* (na medida em que as interrelações entre os diversos sistemas permitem determinar o percurso de uma acção política ao longo dos vários sistemas, determinando os seus efeitos globais e a hierarquia das suas influências).

É neste ponto da descrição do método que se deve incluir a tese básica. Ela consiste na previsão de que cada período político será caracterizado por um padrão global nestas interrelações entre os sete sistemas da acção política, sendo esse padrão definido por uma certa hierarquia entre os sistemas. Inversamente, não se deveria encontrar o mesmo padrão global em dois períodos que fossem politicamente diferenciáveis. No seu traço essencial, esta tese básica corresponde à noção de que cada período político é caracterizado por uma certa estratégia política manifestada nas suas acções concretas (e que nem sempre corresponde às intenções expressas). O método adoptado (análise matricial) é apenas um dispositivo operatório para detectar estas estratégias práticas (sendo óbvio que uma análise de conteúdo das intenções programáticas ou mesmo dos interesses objectivos dos responsáveis políticos não é suficiente para dar conta das suas acções concretas).

Democratização e desenvolvimento

Mário Murteira

I

Uma década após a queda da ditadura e a riquíssima experiência de vida democrática em Portugal, é pertinente interrogarmo-nos sobre as razões profundas do relativo malogro dessa experiência em termos do «terceiro D» do programa do MFA, isto é, dos obstáculos e bloqueios encontrados no caminho — tão desejado — do desenvolvimento.

À primeira vista, todavia, poderia justificar-se pôr o problema às avessas: como foi possível sacrificar tão pouco o desenvolvimento, dadas as profundas convulsões e tensões sofridas pela sociedade portuguesa nestes últimos dez anos, e atendendo ainda à grave crise económica internacional entretanto verificada? As manifestações da opinião pública, incluindo os resultados de vários inquéritos e sondagens, parecem, com efeito, revelar que a maioria da população — ainda que longe de ser a *grande* maioria — acha positivo o saldo ou valor líquido do relativo êxito dos dois primeiros D (democratizar, descolonizar) e do relativo inêxito do terceiro. Todavia, mesmo nesta perspectiva, parece legítimo admitir que, no futuro, será esbatido na consciência social o efeito positivo da descolonização, e o próprio efeito da democratização política será cada vez mais julgado à luz do mérito ou demérito atribuído ao regime político na procura do desenvolvimento.

Sendo assim, surge então uma questão ainda muito genérica, mas diferentemente formulada: em que medida as causas e factores que, neste passado recente, impediram que a democratização política fosse portadora de desenvolvimento económico e social, poderão ser superados no futuro, de molde a consolidar o regime democrático em Portugal?

De maneira geral, a opinião pública parece manifestar-se fortemente a favor da democracia política, mas também profundamente desencantada com a sua expressão partidária que, no entanto, se revela essencial à primeira. Dir-se-ia que se deseja a democracia apesar dos partidos, esquecendo-se que não há democracia sem pluralismo partidário. Ou dito doutra forma: valoriza-se positivamente a democracia porque assegura direitos fundamentais aos cidadãos, mas desvaloriza-se o poder político democrático porque — supõe-se — está inquinado pela mediocridade dos partidos e, digamos, da maioria dos políticos. Estes, por seu turno, poderão afirmar que os profissionais da política — em média — não são piores nem melhores do que outras categorias profissionais que existem em Portugal — jornalistas, intelectuais, padres, professores, militares, etc..

Poderia contra-argumentar-se dizendo que os políticos são os representantes do povo e que este é sistematicamente decepcionado pelos seus eleitos — a incompetência profissional dos políticos (dir-se-ia) é qualitativamente mais grave do que qualquer outra incompetência profissional, pois afecta a esfera mais decisiva e, em princípio, mais nobre da vida social — precisamente o social no seu todo, o social organizado no Estado de direito.

Enfim, este tipo de reflexão — espécie de concurso entre as diversas (in)competências nacionais — não parece fecundo. Parece mais promissor tentar compreender as causas da impotência do poder democrático face aos grandes problemas do desenvolvimento do País; certos políticos, afinal, não serão tão *incompetentes* como *impotentes* e o seu descrédito resultará antes de pretenderem (conscientemente ou não) possuir uma capacidade de acção sobre o real que na prática hoje lhes escapa. Falam de tudo, prometem tudo, mas na realidade, parece que podem ainda menos do que sabem.

Aparentemente, a apontada impotência do poder democrático face aos grandes problemas do desenvolvimento do País, ao menos em parte, seria explicada pela crescente dependência externa da nossa economia e da nossa sociedade. Uma reflexão mais atenta, todavia, levará a concluir que *essa dependência acrescida, antes de ser causa da impotência do poder democrático, se revela, ao contrário, sua consequência.*

Consequência, todavia, que por vezes parece consciente e alegremente assumida — quando alguns políticos nacionais se revelam mais pressurosos em satisfazer e atender solicitações externas do que solicitações dos seus próprios eleitores.

Seja como for, resta por explicar essa incapacidade política de resolver problemas de fundo — não necessariamente assumidos como tal (longe disso!) ao nível da chamada classe política que ocupa a área do poder, mas sentidos como tal pelo cidadão comum. Problemas como a redução do nível de vida, a inflação, a falta de habitações, o aumento da criminalidade, o desemprego ou a ameaça do desemprego, etc..

Neste caso, o economista profissional será tentado a dizer o mesmo que o político e o governante profissional (que, aliás, na esfera económica, geralmente transmite o que lhe sopra no ouvido o seu economista preferido), isto é: dada a situação da nossa dívida externa, e a fragilidade da balança de pagamentos, a margem de manobra da política económica nacional é estreita como o fio duma navalha e, na realidade, não há alternativa (no essencial) à política que tranquilize os nossos credores externos — ou seja, cartas de intenções endereçadas ao FMI, programas de estabilização, etc..

Além do economista, talvez o sociólogo profissional possa também soprar, de forma tranquilizante, ao ouvido do político, que a situação acima referida não é assim tão funesta para o cidadão comum, pois este tem o largo e florescente espaço da economia subterrânea para se livrar de apuros (e, afinal, essa economia submersa acrescenta mais de 20% ao PIB oficial, ainda que nem todos os cidadãos possam submergir-se com o mesmo talento ou facilidade).

Assim sendo, o político governante seria impotente, mas feliz, por força duma dupla ordem natural ou duma dupla mão-invisível — dos grandes ajustamentos monetários-financeiros à escala do capitalismo internacional; dos pequenos ajustamentos ou arranjos da economia clandestina que permitem *irmos vivendo*, à escala do capitalismo nacional.

Mas que foi feito, neste cenário, do terceiro D do generoso projecto do MFA?

II

Parece que o falhado mas necessário *desenvolvimento*, depois da democratização e da descolonização, requer repensar estas e extrair-lhes novas consequências. Quanto à descolonização, já muitos sabem que está em causa encontrar nova forma de inserção internacional da economia portuguesa (para além dos murchos mitos da «plena adesão à CEE») que constitua solução durável para a nossa balança de pagamentos, além do mais. Quanto à democratização — e é a sua relação com o desenvolvimento que nos interessa aqui abordar — parece que implica profunda revisão *do que tem sido a esfera do político* na vida nacional depois do movimento libertador de 25 de Abril de 74. A democracia, ou *respeita ao povo e respeita o povo* — ou seja, ou é instrumento do desenvolvimento económico e social de todos e sobretudo dos mais desprotegidos — ou é uma ficção, uma grosseira burla que a História rejeitará, mais tarde ou mais cedo.

A esfera ou área do político na existência social não é apenas — não pode ser, não deve ser — a área dos partidos, dos políticos profissionais e das lutas, transparentes ou opacas, pelo poder. A esfera do político é também o espaço do exercício do poder legítimo ao serviço dos cidadãos. Assim, *o poder legitima-se não apenas por força de determinado processo de escolha dos governantes mas também por força de certa forma de exercício do poder pelos governantes*. A nossa democrcia tem sido excelente no primeiro nível; desoladora, no segundo.

E é claro que a acentuar-se, no futuro, este contraste chocante entre um processo de escolha e um processo de actuação dos escolhidos haverá forte pressão social para modificar o processo de escolha, mesmo que os resultados de tal mudança sejam largamente incertos.

Se o poder democrático não tem sido eficazmente exercido ao serviço dos legítimos interesses e aspirações dos cidadãos, em matéria de desenvolvimento económico e social, e para além de todos os condicionantes e fatalidades internas e externas, é porque existe em Portugal qualquer carência ou lacuna grave de natureza essencialmente política. Tal carência revela-se, visivelmente, em matéria de administração do Estado, da macro e micro gestão da coisa pública, mas também tem consequências a níveis mais profundos do tecido social. Não são apenas partidos e homens políticos que se desgastam e perdem apoio popular; são todas as formas institucionais de participação na vida da sociedade que perdem vigor e respeitabilidac, não só a Assembleia da República. Por exemplo, sindicatos e órgãos de gestão democrática nas escolas, nas empresas e nas estruturas de administração regional e local.

Não apenas floresce a economia subterrânea, mas toda a vida social tende, em certo sentido, a refugiar-se na marginalidade: se o oficial (ou o legal) não é credível, há que continuar vivendo à sua margem — e este efeito de marginalização é, como se sabe, particularmente activo nas camadas jovens da população

Parece que resultam desta breve análise duas consequências genéricas, só contraditórias na aparência: por um lado, o *político-formal* deve restringir acentuadamente a sua incidência no quotidiano dos cidadãos, procurando antes estimulá-los a assumir nas suas mãos o *político-concreto* na área dos seus interesses imediatos; por outro lado, o *político-formal* carece de afirmação reforçada nas áreas cruciais que cabem na sua directa responsabilidade, responsabilidade que não pode (deve) transferir para o exterior das fronteiras nacionais.

Dir-se-ia, pois, que surge um duplo apelo, no sentido de tornar a democracia veículo de desnenvolvimento dos cidadãos e não do seu subdesenvolvimento e alienação: apelo à auto-gestão dos legítimos interesses dos cidadãos contra a indesejada e ineficaz tutela do Estado omnipresente mas omni-impotente; apelo ao reforço do poder público central, naquilo em que mais gravemente a debilidade desse poder tem provocado o não-desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Neste segundo aspecto, surge então a questão porventura mais delicada que explica o relativo malogro da democracia portuguesa no campo do desenvolvimento: como compatibilizar ou conciliar uma exigência de estabilidade, coerência e determinação do poder político no enfrentar dos grandes problemas nacionais, com a dependência do poder em relação à representação partidária dos cidadãos? Questão complexa que seguramente não cabe aqui analisar em profundidade. Todavia, parece que estão em causa: por um lado, estimular vias de representação dos cidadãos (ou dos seus interesses) em áreas determinadas que sejam independentes dos partidos políticos; por outro lado, encontrar domínios quase-consensuais — ou de ampla aceitação popular — de actuação do poder público, que constituam, por assim dizer, *compromissos de governação* relativamente independentes da composição dos governos (tal poderia ser um plano de desenvolvimento a médio prazo, suficientemente preciso e motivador); enfim, reconhecer efectivamente à entidade Presidente da Repúbliva, mandatada pelo voto popular, uma vocação supra-partidária e uma área de actuação que maximizasse o elemento aglutinador e polarizador duma vontade política nacional orientada para o uso dos métodos democráticos na procura concreta e firme do desenvolvimento económico e social do País.

Tudo isto, porém, surge razoavelmente inócuo ou mesmo ambíguo se não se acrescentar algo de mais preciso em termos de conteúdo das relações sociais. Quando se pretede conduzir um processo de democratização na linha do desenvolvimento, e assegurar certas características à dinâmica política do Estado, não é pssível escamotear os conflitos de classe, nem assumir — ou pretender assumir — uma posição supra ou extra-partidária em termos de relacionamento da prática política com as classes e estratos sociais que integram a economia e a sociedade. Há classes e estratos que são ou podem ser portadores de mudanças positivas na organização social; outros, pelo contrário, são mais posicionados em termos de conservação da ordem existente ou de bloqueio de mudanças com sentido progressivo. Em particular, a salvaguarda da independência nacional tanto pode surgir como discurso ideológico das forças mais conservadoras como das mais dinâmicas da sociedade. Também a crítica das organizações partidárias não pode colocar-se nos mesmos termos em relação a partidos cuja base de apoio é predominantemente operária ou a partidos sobretudo enraízados nos estratos médios e superiores da estrutura social. Por outras palavras ainda: ao nível ideológico, democratizar para desenvolver só faz sentido dentro de certa concepção da História e dos moviementos sociais. É útil lembrar que a *grande hipótese* subjacente à Constituição de 1976 residia na confiança atribuída ao processo democrático de transição para o socialismo. A hipótese não foi confirmada pela experiência: teve-se um processo sem dúvida democrático; a transição porém, deu-se mais no sentido dum capitalismo imperial e relativamente auto-centrado, ainda que subdesenvolvido, para um capitalismo periférico estruturalmente dependente do centro desenvolvido. *democratizar para desenvolver não passará, ainda hoje, tudo somado, pela redescoberta da transição possível para o socialismo necessário*? E a crítica fundamental a fazer aos partidos (aos partidos *relevantes*, na nossa perspectiva) encontra-se finalmente, na incapacidade historicamente comprovada para conjugarem esse *possível* com esse *necessário* na década que se iniciou em 74.

Desta incapacidade jamais poderá ser responsabilizado o Movimento das Forças Armadas que o País conheceu com alegria e esperança em 25 de Abril de 1974.

Para uma nova política económica

Tópicos de reflexão

Manuela Silva

1. As condições em que se tem processado a vida política portuguesa não têm permitido enfrentar a crise económica de forma positiva.

Todos sentimos os efeitos desta situação e nos apercebemos que, a manter-se um tal contexto, são cada vez mais remotas as possibilidades de desenvolvimento económico e social de que o País urgentemente carece. Um desenvolvimento que a todos beneficie e, em particular, permita erradicar a pobreza e o sub-desenvolvimento, dar a todos os portugueses oportunidades para uma vida humanamente digna e assegurar condições de independência nacional.

2. Sem descer a pormenores de análise, que neste texto seriam descabidos, não pode, porém, omitir-se o facto de que as políticas recessivas, que têm vindo a ser aplicadas, além de provocarem sério agravamento no nível de desemprego e redução drástica em rendimentos reais já precários, estão também a ter efeitos estruturais perversos, designadamente contribuindo para a destruição do capital produtivo nacional, a desindustrialização da nossa economia, o agravamento da dependência face ao exterior e o desvio para o estrangeiro de uma parcela cada vez maior do produto interno.

Por outro lado, a pretexto da reposição de mecanismos de mercado e formas de liberalização económica, tem-se consentido em condicionalismos que favorecem a especulação financeira bem como o aparecimento de um sector rentista pouco propenso ao investimento produtivo e nada sensível ao interesse nacional.

Verifica-se, também, uma total desarticulação entre o circuito real e o circuito financeiro, constituindo este último, nas condições presentes, um factor de bloqueamento do primeiro, em vez de lhe servir de instrumento, como seria de desejar.

3. Chegamos a um ponto em que pouco adianta discutir os limites dentro dos quais deve mover-se a política económica vigente. A opção de fundo que se impõe é a de criar uma nova política económica.

Nova quanto aos objectivos. Nova quanto às estratégias. Nova quanto aos meios.

4. Viabilizar uma nova política económica exige, antes de mais, que seja quebrado o actual círculo de dependência externa, de modo a possibilitar a construção de um modelo económico nacional autónomo, baseado prioritariamente na valorização dos recursos nacionais, orientado para a satisfação das necessidades básicas dos portugueses e susceptível de gerar meios de acumulação endógenos.

Para romper com a dependência externa é indispensável actuar em duas frentes principais. Por um lado, impõe-se uma alteração radical e imediata da nossa dependência financeira (através de acções de resgate parcial da dívida conjugadas com moratórias e renegociações) de modo a aliviar a actual parcela dos encargos com a dívida externa a que corresponde anualmente uma considerável parcela da produção nacional desviada para o estrangeiro. Por outro lado, é essencial orientar os consumos dos portugueses para estilos de vida simples e padrões que estejam adaptados às possibilidades da economia nacional (adequadas políticas de rendimentos e preços são necessárias bem como acções de sensibilização e educação dos cidadãos no sentido da racionalização, hierarquização e disciplina dos consumos).

A quebra do círculo de dependência externa, a nível mais profundo, passa ainda por acções positivas que permitam obter reduções consideráveis em cada uma das suas derivas: a alimentar, a energética e a tecnológica. É esta uma directriz que tem de ser seguida com firmeza, não só pelo Governo, como pela Administração Pública central e regional, como, ainda, pelos agentes económicos que vierem a dar adesão ao novo modelo económico.

5. Ao contrário daquilo que, por vezes, se procura fazer crer, Portugal dispõe de recursos alimentares suficientes, desde que se conjugue o melhor aproveitamento de recursos potenciais (agrícolas e piscícolas, nomeadamente) com a adopção de formas de comercialização e conservação e implementação de padrões de consumo ajustados à situação nacional.

6. Também no campo energético, é possível conseguir alguma redução na dependência externa através da diversificação das fontes, da procura de soluções descentralizadas e, sobretudo, mediante formas de poupança de energia.

7. Por seu turno, a dependência tecnológica pode ser quebrada em várias frentes que vão desde a revisão dos contratos de transferência de tecnologia anacrónicos e lesivos do interesse nacional até ao lançamento de acções positivas no domínio da investigação universitária orientada para o desenvolvimento, passando pelo enquadramento apropriado do investimento estrangeiro.

O País dispõe de recursos humanos que permitem esperar incremento considerável na capacidade tecnológica nacional se se fizer surgir um contexto favorável ao seu aproveitamento e canalização para o desenvolvimento sócio-económico.

8. Não são apenas os constrangimentos de dependência externa que têm de ser dominados. Também no plano interno, existem bloqueios que é necessário vencer, nomeadamente: o da economia subterrânea, o da especulação, o do desequilíbrio financeiro e descapitalização das empresas, o da inflação.

Para lhes fazer face, além do reforço da idoneidade e credibilidade ética dos responsáveis da política económica aos vários níveis (condição fundamental em ordem à viabilização de uma nova política económica) há que estabelecer medidas apropriadas.

Em particular, ter-se-á que enfrentar o problema do saneamento financeiro das empresas com largos passivos, a questão das dívidas do Estado e ao Estado, o problema dos mecanismos especulativos de subfacturação e sobrefacturação.

9. Referidos que foram os limites, externos e internos, em que terá de ser configurada uma nova política económica, importa agora explicitar com clareza os seus objectivos.

10. A nova política económica assume como objectivo prioritário o desenvolvimento, entendido este como um processo assente na valorização dos recursos nacionais (materiais, financeiros e humanos) e orientado para a melhoria efectiva das condições de vida de todos os portugueses. Neste contexto, o crescimento económico é tido como uma condição necessária, mas não suficiente.

A preocupação fundamental da nova política económica pelo desenvolvimento implica uma mobilização colectiva dos agentes económicos (sector privado, sector público e sector cooperativo) no lançamento de novos empreendimentos produtivos, no quadro de uma especialização e diversificação agrícola, industrial e de serviços que contemple a valorização dos recursos do País e a necessidade de fortalecer a autonomia económica nacional, no quadro de uma economia aberta.

É igualmente prioritária uma acção concertada entre o Estado e agentes económicos no sentido do reforço do nível de produtividade, tanto na agricultura como na indústria e nos serviços, por meios que não se repercutam negativamente no nível de emprego.

Em ordem a um desenvolvimento sustentado, importa ainda cuidar da organização do tecido produtivo, corrigindo enviezamentos (sectoriais e regionais) e promovendo um adensamento apropriado de relações intersectoriais.

Neste contexto, se há que procurar rentabilizar os actuais grandes projectos industriais já em curso, os mesmos têm de considerar-se de importância relativa na configuração do modelo de desenvolvimento defendido, o qual se deseja com significado espacial e descentralizado, susceptível de ser entendido, participado e controlado pelos cidadãos.

11. A nova política económica supõe que nela vão estar efectivamente empenhados os vários agentes económicos e que a mesma merece a adesão de amplos sectores da população. Para que um tal contexto seja viabilizado necessário se torna que, em termos reais, os sacrifícios e os benefícios sejam compreendidos pela generalidade da população e equitativamente repartidos.

Acresce, ainda, que, durante o processo não podem ser agravadas as condições de vida dos estratos sociais mais pobres. Ter-se-ão de encontrar formas de solidariedade social activas que não só vão permitir corrigir disfunções, como concorram também para suprimir ou atenuar as causas que lhes dão origem.

12. No modelo económico aqui defendido, a equidade na repartição tem um lugar central, por razões de ética mas também por razões de eficácia política.

A aposta na mudança só é viável e consequente se a generalidade da população tiver a convicção de que lhe caberá uma parte equitativa dos benefícios esperados e puder confirmar que assim vai suceder na prática.

Em três aspectos essenciais se poderão alcançar melhorias significativas no curto prazo: na qualidade de funcionamento dos serviços públicos de educação, saúde e outros serviços sociais; na salvaguarda do poder de

compra real, designadamente dos estratos de menores rendimentos; na participação efectiva dos cidadãos na gestão do quotidiano, da vida colectiva e do trabalho.

13. A implementação da nova política económica exige roturas — não há que recear a palavra — em práticas da Administração Pública, do sistema bancário, do sector empresarial do Estado e de outros entes públicos susceptíveis de desempenhar papel relevante na orientação e apoio ao desenvolvimento.

De modo geral, é reconhecida a relativa caducidade e inoperância destas estruturas e são, muitas vezes, os elementos humanos que as integram os primeiros a reconhecer que são indispensáveis transformações de vulto que impeçam o ressurgimento de formas encapotadas de interesses corporativos e que permitam dar corpo à democratização real da sociedade colocando o aparelho público (administrativo, produtivo e financeiro) ao serviço da comunidade nacional e dos seus cidadãos.

14. Na viabilização da nova política económica um sistema adequado de planeamento assume um papel importante.

Não se trata de fazer ressuscitar procedimentos ultrapassados ou importar modelos de outros contextos político-económicos. O que se defende é a necessidade de recurso a formas flexíveis de planeamento dirigido principalmente a aspectos-chave do processo de desenvolvimento (bloqueamentos a neutralizar; objectivos a prosseguir), assente em métodos técnicos rigorosos e beneficiando de participação alargada e descentralizada aos vários níveis. Um planeamento que não fique pelos diagnósticos, mas que se traduza numa prática e num comportamento correntes.

15. A modernização do aparelho público bem como a implementação de formas avançadas de planeamento não constituem alternativas à iniciativa privada, nem, muito menos, seus entraves. Mas, pelo contrário, a iniciativa privada só tem a ganhar se dispuser de um quadro de referência claro e firme para nele situar as suas opções e bem assim se puder contar com o apoio efectivo e dinâmico de um aparelho público na criação de uma envolvente externa favorável e na redução da incerteza.

16. Por último, cabe referir que, a um qualquer modelo de desenvolvimento, está associada uma forma de acumulação, sendo esta que, de algum modo, configura a sua reprodução, a prazo. Entendemos, pois, ser de primordial importância definir o processo de acumulação desejada.

Por todas as razões, já anteriormente apontadas, consideramos essencial que a nova política económica proporcione uma base de formação de excedentes compatível com as necessidades de investimento do conjunto da economia, o que dependerá, obviamente, do nível de produção e produtividade alcançados como também da repartição.

Não basta, porém, garantir que a acumulação se faça; é indispensável que surjam formas que viabilizem a sua socialização, na dupla perspectiva de uma apropriação equitativa e uma utilização eficiente do capital. A este propósito, são de encorajar formas de participação colectivas no capital, por parte dos trabalhadores.

A crise portuguesa e a ciência económica

Armando Castro

Na calamitosa tormenta que o nosso País atravessa não é evidentemente casual o afundamento do sentido crítico por parte da generalidade daqueles a que as circunstâncias sociais da sua vida individual atribuiram especiais responsabilidades para com a colectividade em particular na profissionalização científica e técnico-científica no domínio da explicação da vida social.

Julgamos por isso que poderá contribuir para os importantes objectivos proclamados pela «ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL» no presente Seminário acerca de «O 25 de Abril — Dez anos depois», ao explicitar pretender-se uma comemoração condigna desta data histórica «num espírito de consciencialização activa dos cidadãos para os enormes problemas nacionais»; por isso nos voltamos exactamente para a observação dum aspecto importante ligado a essa imprescindível consciencialização.

Vai-se por isso abordar a crise económica portuguesa à luz dos ensinamentos da ciência económica segundo uma perspectiva concretizada através do exame crítico do sistema social teórico-ideológico-político dos especialistas neste domínio como aparelho de transmissão-justificação duma visão e duma política económicas dominantes que avançamos organizar-se à revelia dos ensinamentos mais gerais da ciência económica, muito embora como é óbvio se utilizem conceitos, categorias e leis subordinadas organizadas por esta disciplina.

Não nos voltaremos consequentemente para uma invocação descritiva ou mesmo descritiva-quantitativa dos dados agregados mais gerais que exprimem a crise económica (que é também social, política, ideológica e cultural) que avança temerosamente desde 1976 quando foi desencadeada uma política afastando-se em escala crescente do generoso objectivo proclamado pelos «Capitães de Abril» no seu «Manifesto» afirmando bem alto ser necessária uma política que favorecesse as classes e camadas mais desprotegidas da sociedade portuguesa. Assistimos hoje ao desenvolvimento duma orientação que não só vai em contrário desta orientação duma maneira geral como representa uma ofensiva brutal e sistemática dirigida precisamente contra as classes e camadas mais desfavorecidas e que atinge já de resto as classes e extractos sociais médios.

Apenas com o objectivo de facilitar uma apreensão de alguns indicadores acerca do rápido detioramento das condições de vida da maioria da população portuguesa acompanhado dum gravíssimo afundamento do sistema económico reuniram-se no final desta intervenção alguns dados que ilustram este panorama sombrio na dupla vertente da realidade imediata e do seu pioramento sensível ano após ano, mês após mês. E se os dados estatísticos na sua nudez estão longe de traduzir a realidade da miséria, do sofrimento e da fome que se instalou e instala no lar de centenas de milhares de famílias, bastará recordar que somente o número de desempregados, de trabalhadores com salários em atraso e dos que se encontram numa situação extremamente precária devido aos chamados «contratos a prazo» deve abranger hoje pelo menos um quarto de toda a população activa civil do País!

A par disto os esforços no sentido de reduzir um intolerável desiquilíbrio da balança de pagamentos assentando nos sacrifícios brutais das classes e camadas sociais mais desfavorecidas faz-se através da intensificação da dependência externa, tanto económica e financeira como política e cultural.

Em consequência de tudo isto retrai-se e desorganiza-se o sistema económico nacional. É assim que por exemplo o elemento central da dinâmica económica que é o mercado interno medido pela procura de bens de

consumo entre 1980 e 1983 estaria reduzida a metade e contrai-se a actividade produtiva pois a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto conhece (à parte o biénio 1979-80 por causas que não caberá neste momento examinar) reduz-se.

Tudo isto sob um pano de fundo em que a inflação no último septénio até ao fim do ano de 1983 fez com que os preços correntes tendo por base 1976 quase tivessm aumentadoo cinco vezes!

Tal é a realidade imediata.

É evidente que nestas condições os especialistas de ciência económica transportam responsabilidades especiais não, só na simples descrição e observação de semelhante realidade, mas sobretudo no que respeita a um exame crítico teoricamente fundado que considere o conjunto das possibilidades existentes e as implicações de cada uma delas, quer na posição das diversas classes e grupos sociais quer no sentido da sobrevivência e das potencialidades de desenvolvimento do sistema produtivo do país tendo em conta os níveis possíveis no quadro da tecnologia média contemporânea.

A observação do panorama dos estudos e observações dominantes revelam que, com raras excepções, devido à integração da classe profissional dos economistas no meio social, ela não tem estado à altura destas necessidades essenciais.

A origem social de muitos destes especialistas, a sua integração institucional e em consequência de tudo isto a ideologia que transportam que por isso mesmo não permite a auto-consciencialização para o próprio papel de ver o mundo em consequência da posição social que ocupam (pois em contrário deixaria de ser uma ideologia) manifestam-se naturalmente em vários planos.

Tentaremos perscrutar duma maneira muito sumária algumas das principais limitações que hoje impedem ao nível sócio-institucional um exame cientificamente fundado por parte do aparelho dominante constituído no sector dos técnicos desta dimensão da vida colectiva.

*
**

É claro que em todas as construções teóricas gerais (e por maioria de razão quando delas se passa a uma aplicação interpretativa de dado conjunto de fenómenos objectivos) existe uma componente ideológica que preenche — e por vezes distorce — o conjunto dos enunciados científicos respectivos.

No domínio da vida social estes aspectos são particularmente sensíveis; é que precisamente o ideológico constitui um quadro de pensamento e uma actividade prática interligadas resultante da própria vida social com a posição que nela se ocupa e com os decorrentes objectivos que se pretendem atingir, tudo isto acompanhado ainda de sistemas de escolhas concretizados milhares de vezes em cada ano ou mesmo em cada mês, o que torna aqui o fenómeno particularmente sensível.

O domínio particular do «económico» não poderia escapar à regra. Pelo contrário, trantando-se duma esfera que toca directa e imediatamente os interesses materiais do homem somente quando a interpretação objectiva se não choca com os interesses sociais dos seus intérpretes podemos não encontrar refrangidos enganadoramente os condicionalismos reais da leitura ideológica que sobre ela incide.

Essa força tão complexamente mediatizada proveniente dos interesses materiais e projectando-se na leitura da actividade económica torna-se cada vez mais gritante; é hoje seguramente muito mais aguda do que há uns cem anos; no entanto escrevendo em 25 de Julho de 1867 Marx denunciava-a já com uma força impressiva que vale a pena recordar quando escrevia no prefácio à primeira edição alemã de «O Capital» que «A Alta Igreja de Inglaterra perdoará com mais facilidade um ataque a trinta e oito dos seus trinta e nove artigos de fé que contra um trinta e nove avos dos seus interesses».

O fenómeno da refracção deformante do ideológico segregado por uma complexa rede de interesses — que aliás não são apenas materiais — tem sido aliás reconhecido pelos mais diversos investigadores contemporâneos, sem excluir economistas.

Não cabe aqui entrar numa digressão a tal respeito. Recordar-se-ia no entanto que inclusive há mesmo a consciência de necessidade-inevitabilidade do sistema ideológico, como reconhecia há mais de vinte anos a economista inglesa Joan Robinson ao verificar que «qualquer sistema económico exige um conjunto de regras, uma ideologia para se justificar e a sua consciência no indivíduo que luta no sentido de o fazer funcionar» (1).

Podemos afirmar até que quanto mais se agudiza a crise portuguesa e se desenvolve a opção perfilhada pelas classes dirigentes e seus agentes políticos, institucionais e académicos mais transparente se vai tornando o esforço ideológico para a justificar por mais que a realidade a contradiga...

Trata-se para mais dum extracto sócio-profissional de intelectuais que, conforme observou o sociólogo Pierre Bourdieu, «está especializado no fornecimento de receitas aos dirigentes das empresas privadas e das administrações; eles fornecem uma racionalização do conhecimento prático ou semi-cientista que os membros da classe dominante possuem acerca do mundo social» (2).

---

(1) In «Economic Philosophy», Pelican Books, edição de 1974 (1.ª de 1962), p. 18.

(2) In «Questions de Sociologie», Éditions de Minuit, 1980, p. 27.

Todavia o que importa é passar destas considerações gerais à observação daquilo que acontece entre nós, hoje e aqui.

Porém ao lado destes aspectos genéricos ligados ao «lugar geométrico» que os especialistas em economia ocupam na sociedade e suas implicações ideológicas (nas suas origens e nas suas consequências), no panorama português actuam ainda facetas particulares.

A mais relevante incide sem dúvida sobre as tensões políticas que se vêm a desenvolver com particular intensidade desde o «25 de Abril» e que caracterizam, queira-se ou não, uma aguda luta de classes. Ela centraliza-se nos esforços porfiados dos grandes interesses capitalistas para reconstruir os monopólios internos apropriando-se das empresas nacionalizadas lucrativas, na ofensiva brutal contra a reforma agrária na sua chamada zona de intervenção, na política sem rebuços no sentido de intensificar a exploração dos trabalhadores e no sacrifício inclusive dos interesses da própria manutenção de empresas pequenas e médias, ao mesmo tempo que uma apropriação crescente do rendimento nacional por parte do extracto privilegiado é acompanhado do florescimento da especulação e duma «economia subterrânea» em múltiplas direcções, indo desde a exportação ilegal de capitais à fuga sistemática aos encargos fiscais e aos encargos relativos à segurança social.

Sem considerarmos todos estes aspectos em que intervêm ainda o aparelho político (da administração do Estado aos partidos políticos dominantes), o sistema de comunicação social, o sistema educativo e outros, não seria possível entender o fosso que separa a realidade dum sistema económico-social em crise profunda das leituras que dele faz o extracto técnico-profissional dos diversos especialistas, de que aqui interessa destacar o dos economistas.

É óbvio no entanto que a situação no plano teórico e ideológico não é monolítica; ela depende não só da posição sócio-política de cada um como também de circunstâncias pessoais, reflectindo-se no «modelo» adoptado, nos limites da capacidade crítica face aos problemas suscitados, no grau de recurso a bases teóricas no conjunto das interpretações, etc., etc.. Não é este o lugar próprio para conduzir um exame que tenha em consideração esta variedade, suas raízes e implicações.

Deseja-se unicamente caracterizar o fenómeno nas suas linhas mais gerais. Neste cadinho fervente são cosinhadas algumas das mais significativas expressões ideológicas que percorrem a leitura técnico-económica dominante acerca da crise portuguesa e das suas consequências.

Vejamos um ou outro exemplo e destaquemos sobretudo a sua razão de ser e funções concretas.

Além das concepções e práticas generalizadas em que inclusive se inserem ilusões e alienações (como a do domínio da vida social por uma casta de «managers») o que se destacaria é o profundo anti-humanismo-concreto desta ideologia que empapa grande parte das construções explicativas da crise portuguesa.

Por isso mesmo — implícita ou mesmo explicitamente — o exame economista coloca em dois mundos diferentes a sua interpretação e finalidades profissionais e as suas auto-proclamadas inquietações e objectivos humanistas e éticos. A própria frieza tecnocrática na apreciação duma realidade em que muitas centenas de milhares de famílias se encontram abaixo da linha da miséria é só por si revelador desse esvasiamento.

E isto não sucede por acaso. Resulta antes de mais nada dos objectivos restritos de classe e cujos interesses a interpretação técnico-economista se coloca em paralelo aliás com o que sucede noutros extractos sociais e intelectuais como acontece com a chamada «classe política» e com o seu sistema de comentaristas-apologéticos.

Se nos recordarmos por exemplo da frieza com que se aceita a existência de mais de 150 000 trabalhadores com salários em atraso, numa situação pior do que a de escravos, porque estes ao menos tinham de ser sustentados pelos seus senhores, constituindo uma realidade verdadeiramente monstruosa, então mais se apreende o que é este anti-humanismo-concreto. E entende-se tanto melhor quanto é certo que nada disto resulta por certo de qualquer «maldade pessoal» mas dos interesses de classe que tão trágica realidade traduz: sabendo-se realmente que grande parte deste débito formal do capital ao trabalho não resulta sequer total ou mesmo parcialmente de dificuldades empresariais (o que exigiria aliás a intervenção do Estado) mas do objectivo de «quebrar» a resistência dos trabalhadores arrecadando ainda lucros-extra, dispomos dum elemento de crítica radical ao sistema e aos seus panegiristas!

Irrompe-nos irresistivelmente à memória o abismo que isto cava em relação mesmo ao humanismo embora por vezes com a sua dose de retórica que encontramos em tempos volvidos, como na afirmação avançada no Séc. XVII pelo inglês John Donne quando disse que

> «Nenhum homem é uma ilha, um todo completo em si; todo o homem é um fragmento, uma parte do conjunto (...); a morte de qualquer homem diminui-me, porque eu pertenço ao género humano: também nunca mandes perguntar por quem os sinos dobram: é por ti.»

Outro aspecto desta componente ideológica reside numa amputação sucessiva das macro-dimensões dos problemas económicos.

Além da amputação mega-social e humana de que o esvasiamento humanista já recordado constitui uma das suas impressivas manifestações, existe uma tendência para conter as interpretações em planos restritos da realidade económica, umas vezes mais limitados, outras um pouco mais gerais mas fugindo sempre às interdeterminações básicas. Não é por acaso que por exemplo se apreciam problemas do actual desequilíbrio

externo gravíssimo desligando-o das componentes económico-sociais internas, como o nível da produção e da produtividade, a amplitude do mercado interno como mola propulsora essencial da expansão e se autonomiza e absolutiza o mercado externo, ao mesmo tempo que se defendem modelos «monetaristas»: a alternativa básica a isto faria correr perigo mortal os objectivos de classe e os interesses que eles pretendem atingir. «Estabilizar» a economia a esta óptica consiste em travar a corrida para o abismo na sua expressão do desiquilíbrio externo (balança de pagamentos, endividamento externo, etc.) à custa das classes mais desfavorecidas e através da acumulação capitalista acelerada e brutalmente intensificada, reforçando as tendências espontâneas do capitalismo actual no sentido da monopolização.

As segregações ideológicas desta posição social basilar não permitem sequer admitir à discussão esta problemática! Não se referem sequer as manifestações primárias que brotam como cogumelos da luta político-social: a ocultação duns dados e a manipulação de outros, particularmente nítidas na contra-ofensiva do grande capital e dos interesses de latifundiários contra as nacionalizações e a reforma agrária no Alentejo, na repetição até à náusea das «vantagens da reprivatização de amplos sectores da empresas públicas» que surgem até como pressupostos não demonstrados nos discursos de alguns técnicos económicos; desejar-se-iam sublinhar apenas traços largamente generalizados dentro do aparelho técnio-profissional deste sector intelectual. Um deles manifesta-se no divórcio corrente entre seu próprio discurso teórico autónomo e suas leituras interpretativas e recomendações terapêuticas para a crise portuguesa.

Não se trata de proferir «veredictuns» académicos sobre os conhecimentos especializados dos estudiosos da situação portuguesa e perspectivas da sua evolução no «cenário» da política prosseguida teimosamente nos nove últimos anos.

Pelo contrário, reconhece-se a preparação de muitos desses técnicos, inclusive no domínio metodológico abrangendo mesmo certas técnicas deste género bastante refinadas. Aliás sob este último aspecto sucede precisamente que a própria capacidade metodológica, constituindo como é óbvio instrumento indipensável ao avanço teórico, no entanto se fôr desligada desse contexto torna-se num fim em si mesmo e num exercício pouco mais do que gratuito. E nessas circunstâncias pode funcionar como biombo atrás do qual se escondem pressupostos extra-científicos que se tentam coonestar pelo recurso à força impressiva do aparato técnico-metodológico!

Esta observação vai portanto no sentido de que se assiste a uma tendência objectiva para se abrir um fosso entre o aparelho teórico próprio e a sua utilização como guia de interpretação da crise portuguesa nas suas tendências e no exame crítico das políticas prosseguidas pelas classes dirigentes. Esta observação tornar-se-á portanto tanto mais relevante quanto mais elevada e apurada por a preparação dos economistas apanhados nesta armadilha!

Sem cairmos numa digressão académica especializada, poder-se-ia por exemplo inquirir em que medida à luz dos próprios quadros teórico-conceituais desses analistas eles são ou não aproveitados no estudo da situação nacional. A conclusão iria predominantemente, sem dúvida, no sentido daquilo que se acaba de sublinhar.

Com efeito não encontramos presentes aplicações das estruturas conceituais que normalmente são ensinadas e perfilhadas ao nível universitário como sucede com a teoria das relações entre distribuição do rendimento, preços, ritmos e níveis da acumulação e dos investimentos, quer se trate das concepções clássicas quer neo-clássicas quer ainda de elaborações recentes como a conhecida teoria de P. Sraffa (em especial a ligação entre o conceito de capital e o de distribuição do rendimento, as relações produção-distribuição, etc.) ou mesmo a aplicação de concepções particularizadas como sucede, recorda-se mesmo, com a função Cobb-Douglas que destaca o papel das quantidades de aumentos de capital e do trabalho sobre o volume da produção, etc., etc..

Nada disto quer dizer que pessoalmente tomemos posição acerca destas e doutras teorias. Só se pretende acentuar a contradição entre a teoria e a prática da apreciação político-económica no caso português que encontramos em muitos estudos levados a cabo a propósito dos grandes problemas que enfrentamos colectivamente.

Isto não sucede por acaso. Resulta das limitações impostas pelas posições ideológicas em geral e em especial pelas opções políticas que subjazem ao aparelho constituído pela inteligência técnico-económica, limitações que não lhe permitem correr o risco de eventuais conclusões críticas a partir dos elementos conceituais no interior do seu próprio discurso teórico!

É claro que somente um estudo sistemático de toda a produção teórico-económica destes nove anos permitiria testar a correcção desta crítica genérica pois exigiria que se percorressem estudos mais ou menos sistemáticos, comunicações a congressos ou seminários, artigos de jornais e revistas, etc., etc..

Esta conclusão não implica faltarem excepções.

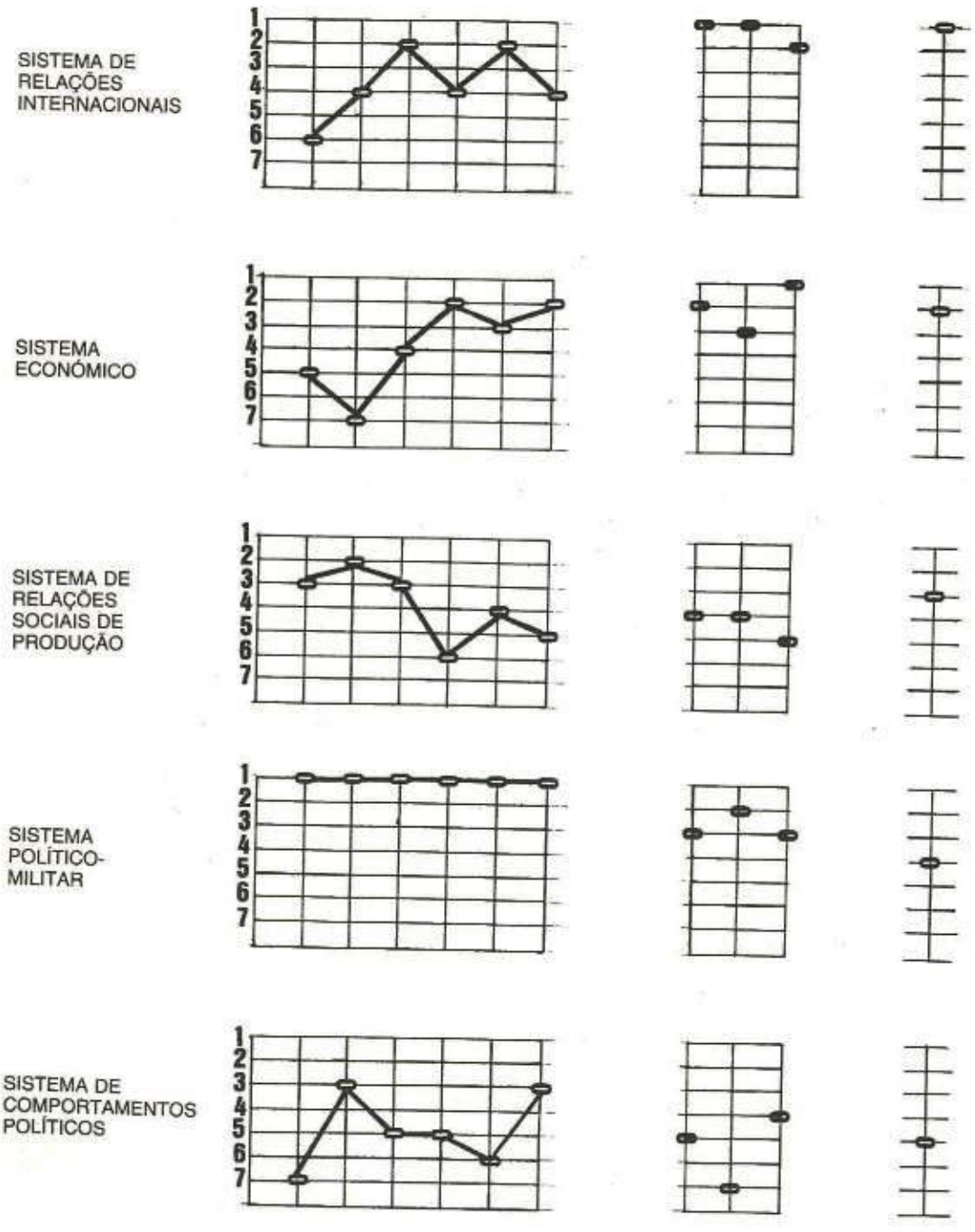
Significa tão somente que exprime a tendência largamente predominante.

Se tomássemos em particular as reuniões de especialistas sobre a economia portuguesa realizadas aquém de 1976 — e algumas mesmo de âmbito internacional — detectar-se-ia o fenómeno. Ele surge até em maior ou menor grau em numerosos balanços globais sobre a política económica portuguesa no pós 25 e Abril.

Todavia esta faceta endógena da actividade específica do aparelho teórico-técnico-ideológico estabelecido neste sector da actividade intelectual e da intervenção social não é certamente a principal expressão da sua função dominante de reprodutor de interesses e interpretações políticas e ideológicas do aparelho social das classes privilegiadas e da organização política do Estado ao seu serviço.

Para que a descrição do método fique completa resta apenas referir uma tese secundária. Ela consiste na admissão de que é possível propor para uma sociedade como a portuguesa um quadro *normal* de interrelações entre os sete níveis de acção política e que corresponda às condições de acção política no longo prazo. Este quadro normal funcionaria assim como um *referencial tendencial*, o padrão para o qual tendem as situações conjunturais. Naturalmente, não há uma exigência imperativa de que essa tendência seja respeitada; mas quando não é respeitada ficam reunidas as condições para um diagnóstico de instabilidade política — estará em formação um novo padrão de relações entre os sistemas de acção política e, no interior do padrão então dominante, os efeitos indirectos, perversos e não intencionais tendem a ser mais importantes do que os efeitos directos que são controláveis pelos decisores políticos.

Com base nestas condições de método foi possível estabelecer uma distinção entre fases políticas até 1984, acrescentando-se uma previsão, em três hipóteses, sobre o que pode ser a evolução política no período futuro, posterior à próxima eleição presidencial (que, em condições normais, se realizará em Dezembro de 1985). É isso que se resume na figura seguinte, onde os diversos períodos são diferenciados em função das hierarquias estratégicas que se estabelecem entre os sete níveis de decisão política.



Tudo isso se refrange ao nível básico porque respeita às manifestações celulares da actividade económica onde se desenvolve uma aguda luta social em que as forças responsáveis por esta política económica dão de barato as consequências gravíssimas do seu brutal egoísmo de classe para o conjunto da sociedade portuguesa, já que visionem defender e reforçar privilégios mesmo em condições de «debâcle» nacional, colocando-se a reboque do grande capital monopolista internacional, o que lhes permitiria aproveitar de algumas migalhas desse banquete...

Refrange-se a um nível básico que neste plano se concretiza no bloqueamento total do pensamento teórico-económico dominante para admitir sequer a existência de leituras teóricas alternativas com as correspondentes soluções alternativas. E que efectivamente apenas admitir «ex hipothesis» uma teorização e uma política alternativas levaria a examiná-las criticamente. E isso é inaceitável. Por isso ao «slogan» de propaganda no sentido de não existir política alternativa corresponde na esfera conceitual da análise económica o bloqueamento que é político, social, institucional mas que com frequência é ainda ideológico não sendo por isso assumido conscientemente.

E como poderia deixar de suceder assim quando existem manifestações gritantes concretizadas deste bloqueamento que cega até muitos observadores para absurdos como os dos ataques indescriminados contra o sector empresarial do Estado desferido em múltiplas frentes, se desenvolve uma ofensiva contra as realizações dos trabalhadores na «Zona de Intervenção da Reforma Agrária» deixando no seu lugar vazios de terras em abandono e de desemprego?; quando se coloca o sector público da economia ao serviço duma política global oposta à que corresponde à sua função estratégica essencial, uma vez que no seu conjunto este sector não tira o seu interesse da sua mera existência mas da sua existência como mola propulsora duma expansão económica equilibrada, inclusive para o sector privado quantitativamente o mais vasto e que importa defender?; surge em atitudes tão gritantemente absurdas como o torpedeamento de projectos de conteúdo produtivo evidente seja na siderurgia, seja na introdução de cultivos como o da beterraba açucareira ou no projecto do Alqueiva, etc., etc.. Revela-se não menos elucidativamente na ofensiva propagandística maciça ligada à adesão à «CEE», na medida em que determinando-se por interesses políticos directos lança ao caixote do lixo o exame dos seus efeitos tanto mais que se integra numa política económica que em vez de atenuar agrava o fosso que nos separa do desenvolvimento médio de «Os Dez», inclusive os parceiros da Comunidade Económica Europeia mais atrasados: não se conta correr na Irlanda, o dito, de que quando se espirra em Londres ou em Bruxelas os irlandeses se constipam? — nestas condições para os portugueses, condições tão precárias de adesão, esses espirros levar-nos-iam pelo menos a apanhar uma forte «gripe»...

É isto tudo — e muito mais sem sombra de dúvida — que traduz o brutal afastamento entre as leituras voltadas para o diagnóstico e para o prognóstico da crise económica portuguesa e os ensinamentos reais da ciência económica, ensinamentos que podem e devem ser fecundos. No entanto, para se atingir esse resultado constitui uma das tarefas necessárias encontrar as origens, funções e implicações sociais do discruso produzido-reproduzido pelo aparelho técnico-profissional respectivo que, como tal, é socialmente determinado.

Não seria objectivo destas considerações ir além deste aspecto. É certo naturalmente que assume alcance nada inferior — bem pelo contrário — invocar e trazer ao teste do fogo cruzado das suas aplicações concretas o conjunto de condições e leis económicas que na sua objectividade permitem inverter a marcha trágica que a colectividade portuguesa percorre e que já passou de passo estugado a uma marcha acelerada para o abismo.

No entanto não será irrelevante esclarecer o fenómeno que nos prendeu a atenção porque ele constitui uma das tarefas de todos quantos compeendendo Abril de 1974 necessitam da desmistificação e da dismiticação tecnocrática-ideológica colocada ao serviço da liquidação total das grandes conquistas históricas do Povo Português graças à «Revolução dos Cravos».

Há que convocar por isso todos os especialistas deste domínio que não querendo assumir o papel de hierofantes duma opção sem futuro histórico, estão dispostos (por razões mesmo que essencialmente extraídas da objectividade do condicionalismo económico-social) a utilizar o seu património teórico e metodológico guiados por esses ensinamentos. E isto, inútil seria vincá-lo, vai de encontro à defesa do seu próprio prestígio profissional.

Ver-se-á então muito mais amplamente como de facto a ciência económica explica as razões pelas quais, nas condições históricas e estruturais do capitalismo português na sua organização interna e na sua inserção dependente num sistema monopolista internacional cuja crise se agudiza dia a dia, não é possível autonomiar a nossa existência colectiva e criar uma ucronia de esperança, isto é, um futuro previsível em que caiba a esperança de dias melhores para a esmagadora maioria dos portugueses quando reina uma orientação que não só espesinha hoje os seus interesses vitais como ainda representa uma guerra social dirigida contra os que vivem da força do trabalho bem como contra as classes e camadas médias. Porque não é apenas hoje que os seus interesses são incindíveis da independência nacional e do progresso médio materialmente viável do país. As leis económicas concretas revelam que esta é uma implicação permanente não sendo possível obter amanhã o que se destroi hoje...

Alguns dados estatísticos de base

1.º — Pioramento brutal e acelerado das condições de vida das classes mais desfavorecidas

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Desemprego:									
1) *a*) Milhares	276	326	348	344	340	325	324	450	500 *
2) *b*) Taxa em relação à população activa	6,7%	7,9%	8,4%	8,1%	7,9%	7,6%	7,6%		
3 População activa civil (milhares)		4107	4157	4251	4303	4269	4279 (a)		
4) Salários reais:									
Agricultura	−3,4%	−8,9%	−5,0%	−1,7%	−1,9%	−3,0%	−0,4%		
Indústria transformadora	+0,5%	−9,0%	−5,5%	−4,2%	−4,6%	−0,0%	−2,1%		
5 N.º de trabalhadores com salários em atraso									150 000 *
6) N.º de trabalhadores com contratos a prazo									600 000 *
7) Procura interna:									
% de crescimento em volume				1,9%	6,2%	3,8%	3,4%		
8) Consumo provado:									
% de crescimento				1.7%	4,5%	2,8%	2,3%		
9) Taxa de crescimento da produtividade de trabalho	+4,2%	+5,7%	+2,7%	+3,9%	+2,7%	+1,3%	+2,8%		
10) Repartição do Rendimento Nacional:									
% Remunerações em salários e vencimentos				36,8%	34,7%	36,0%	34,2%		
11) Inflação:									
a) Taxa anual	18,2%	27,3%	22,1%	24,1%	16%	20,0%	22,4%	33,9%	
b) Acumulada — 1976 = 100 (b)		127,3	155,4	193	225	269,9	330,3	499,8	
Salário mínimo nacional (contos por mês) — 1975 (Junho) = 4		4,5 Jan.º	5,7 Abril	7,5 Out.º	9,0 Out.º	10,7 Out.º		13 Jan.º	15,6 Jan.º
% de aumento		12,5%	26,6%	31,5%	20%	18,8%		21%	20%

* — Cálculos particulares.
(a) No 1.º semestre.
(b) No fim do ano respectivo.

Alguns dados estatísticos oficiais de base

2.º — Profundo desiquilíbrio externo e agravamento da dependência face ao sistema capitalista mundial

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
1) Balança de Transacções correntes — Défices milhões de contos (preços correntes)			34,7	2,3	62,8	171,8	248,6		
2) Comércio especial — Défices a preços correntes em milhões de contos			123,6	155,8	243,8	352,0	422,2	380,9	
3) Taxa de cobertura das importações pelas exportações: 1975 — Cerca de 50%							43,9%		
4) Escudo — Desvalorização em relação ao dólar, câmbio médio do dólar em escudos		38$278	43$93	48$92	50$06	64$58	89$88	106$94	130$50 (a)
5) Sua taxa efectiva:									
a) Anual (1976=100)		−20,8%	−19,6%	−15,3%	−3,4%		−12,0%	−9,3 (b)	
b) Acumulada (1976)=100)			144,5	166,1	172,3	178,1	199,4	217,9 (b)	−22 (a)
6) Dívida Externa (total em milhões de contos)	104,4	176,4	249,4	361,8	476	723,3	1 215,8	1,386.3 (c) 1,876,2	
Em % do Produto Interno Bruto	22,3%	28,3%	32%	36,2%	38,4%	48,3%	63,6%		
Em % das exportações							30,2%		
7) Dívida Pública Efectiva (milhões de contos):									
a) Interna		212,6	264,7	360,9	407,4	596,3	716,9	725 (c)	
b) Externa		69,3	123,1	159,9	183,6	270,0	434,6	461	
Total		281,5	387,8	520,8	591,0	866,3	1 151,5	1 186	
Encargos de juros em % das exportações									375%
8) Défice da balança alimentar (milhões de contos)				30		66			

Comércio retalhista: concentração e centralização (mercearias): (Previsão) — 1975 — Supermercados, 723; Mercearias, 39 116. 1985 — Supermercados, 2209; Mercearias, 29 894.
(a) Em Março de 1984.
(b) Em Maio de 1983.
(c) Em Março de 1983.
(d) Incluindo capital estrangeiro.

Alguns dados estatísticos oficiais de base

3.° — Rápida detioração e afundamento do sistema económico produtivo do País

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
1) Produto Interno Bruto (PIB) em milhões de contos:								
a) A custo dos factores a preços de 1963	169,4	178,9	184,4	192,7	202,2	205,8		
Taxa de crescimento anual		+5,6%	+3%	+4,5%	+4,9%	+1,8%		
b) A preços de mercado e a preços de 1977 (milhões de contos)		625,8	647	689,7	718	723,8	745,5	
Taxa de crescimento anual			+6%	+6,6%	+4,1%	+0,8%	+3%	
2) Grau de utilização da capacidade instalada na indústria transformadora:								
a) Total					79%	78%	77%	77% (a)
b) Sendo bens de investimento					82%	80%	75%	75% (a)
3) Contratação do mercado interno: Procura de bens de consumo						−14%	−21%	−26% (a)
4) Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em milhões de contos		165,8	219,7	265,8	357,7	458,7	458,7	586,0
A preços de 1977			+5,5%	+7,9%	+5,7%	+1,6%		
5) P. I. B. a preços correntes, milhões de contos		625,8	787,2	991,2	231,5	1 465,4		
6) Consumo final em milhões de contos		542,0	655,0	826,4	029,3	1 268,6		
7) Poupança bruta em milhões de contos		123,2	194,9	273,5	337,5	393,2		
8) Consumo privado em milhões de contos		452,3	534,1	682,6	843,8	1 045,5		
9) Indústria transformadora — Valor Acrescentado Bruto (VAB) — taxa a preços constantes do ano anterior			+6%	+9,7%	+0,7%	−3,7%		
10) Produção de trigo, milhões de toneladas	685,7	224,3	249,3	258,4	380,0	318,7		

(a) No 1.° trimestre de 1983.

Reflexões sobre a evolução do nível de vida dos portugueses depois de 1974

António Mil-Homens

1. Antes de 1974, nas Universidades, nas escassas tertúlias intelectuais, nos Congressos da Oposição Democrática, era corrente a verificação de que Portugal era um País cuja população tinha um nível de vida dos mais baixos da Europa, quando os critérios de comparação eram os níveis de consumo per capita. Era também corrente nesses círculos considerar-se o regime de ditadura, velho de quase cinquenta anos, culpado desse estado de coisas.

Bastaria que a ditadura desse lugar à democracia para Portugal entrar na senda do progresso de modo a agarrar o pelotão dos mais desenvolvidos, pensavam alguns, não todos.

Alguns destes, mais cépticos, advogavam que a via que permitiria preencher o fosso teria que ser anti-fascista sem dúvida, mas também anti-capitalista.

Sem entrar agora nos pormenores e nos episódios detalhados sobre os conflitos e contradições em que o poder se moveu em 1974 e 1975 e algum tempo depois, diremos que o movimento social dominante desse período foi impregnado dessas ideias anti-capitalistas. É desse período que nos vem o que ainda hoje é uma bandeira para muitos e que alguns designam pelas principais conquistas de Abril, a Constituição, as liberdades políticas sindicais, e de expressão do pensamento, as nacionalizações, a reforma agrária.

Mas esse movimento foi derrotado politicamente no Norte e Centro rurais e católicos, e nos centros urbanos onde se concentram os assalariados dos serviços. Rio Maior (e o que ele simboliza) entre Agosto e Outubro de 1975, foi mais importante para derrubar esse movimento do que o Tenente-Coronel Eanes no posto de comando da Amadora.

Descontemos os anos difíceis após 75 em que supostamente os sucessivos governos democráticos tinham a difícil tarefa de gerir a chamada «pesada herança gonçalvista» e fixemo-nos nas eleições de há um ano. O governo que delas saiu teria que ser considerado, à luz dos critérios de antes de Abril de 74, um governo de esquerda: uma coligação governamental constituída por dois partidos que se chamam um Social-Democrata, outro Socialista, só podem dar um governo de esquerda em qualquer outro país da Europa.

Mas não foi isso que a população sentiu em 1983 e em 1984 com o governo da actual coligação, já que a aplicação das famosas 100 medidas se tem traduzido na sistemática propagação da quebra do poder de compra da maioria dos portugueses, isto é do seu nível de vida. E isto, pela primeira vez de forma que consideramos generalizada, depois de 1974.

Pois a coligação de esquerda que nos governa conseguiu convencer a maioria dos portugueses de que era sensato dar-lhes o seu voto.

E conseguiu convencer a maioria dos portugueses que uma política que rotulamos de esquerda, isto é melhoria do seu nível de vida, do seu bem estar, em democracia, era má e ineficaz e que, em vez de resolver os problemas da população só os agravaria. Prometeu contrapartidas, por isso convenceu.

Sinteticamente, o governo, o Ministério das Finanças, e os economistas «oficiais» dos dois partidos coligados, convenceram a maioria dos portugueses de que o social, o cultural, o ecológico, etc, são anti-

económicos, não são rentáveis. Ora não é esta antinomia, este antagonismo entre o social e o cultural, por um lado, e o económico por outro, uma das caracterizações da política de direita?

O social e o cultural seriam uma espécie de *desperdício* dos recursos escassos necessários para o Investimento.

Nos últimos tempos este raciocínio tem levado a que se olhe para alguns países como exemplos a seguir de perto (a Coreia do Sul e Hong Kong, por exemplo), como se a pouca importância que aí é dada ao «social» fosse o sagrado dos respectivos sucessos industriais.

Esta ideia encontra um número crescente de adeptos em Portugal e não sei se a maioria dos seus defensores se situa à direita ou à esquerda.

Esta confusão mental, esta confusão teórica, leva a que não haja grandes diferenças, pelo menos qualitativas, entre o diz e faz um Ernâni Lopes, um João Salgueiro, ou um Cavaco Silva, a exemplo do que se passa em França com o Jacques Delors de hoje ou Giscard d'Estaing, ou o que propõe a Sra. Tatcher ou um Sr. Reagan.

Esta mesma concepção levou o Dr. Vítor Constâncio a referir-se publicamente ao Plano 77-80, Plano de Médio Prazo/Manuela Silva (que, como se sabe, se baseava na estratégia de satisfação das necessidades básicaas da população, dando tanta importância aos sectores ditos sociais como aos sectores ditos económicos), como «bom para o III Mundo mas não para Portugal» (cito de memória) visto que para ser implementado necessitaria AJUDA EXTERNA a que Portugal não tem acesso. O certo é que nenhuma voz partidária o defendeu e o governo donde emanou sacrificou a sua responsável em negociações de bastidores.

2. Vem-se dizendo, e é hoje quase um lugar comum, que se está num período de crise — de crise económica e de crise da teoria económica, do pensamento económico. O facto de isso ser um lugar comum não torna menos verdadeira a existência da crise. Já é mais difícil definir os seus contornos.

Efectivamente vivemos num período em que cada vez é mais evidente a incapacidade das teorias para explicarem as dificuldades dos tempos presentes: a inflação, o desemprego, a estagnação ou mesmo quebra de produção agrícola, os déficits externos, os déficits governamentais, a economia subterrânea, o endividamento das empresas privada ou pública, a corrupção e o compradio, a fuga e a fraude fiscais, os salários em atraso e a descapitalização de empresas, as dívidas à Previdência, o não cumprimento dos contratos, a impunidade, a inoperância das burocracias.

A crise que tem guiado as actuações de política económica dos sucessivos governos democráticos alternantes está patente no facto de que as medidas sempre de cariz conservadas — as políticas de estabilização — anunciadas são contrariadas pelo movimento económico do país e os objectivos propostos são contornados, não são atingidos. A lógica do que se diz querer fazer pode resumir-se numa frase do Dr. Mário Soares quando era Primeiro Ministro do 1.º Governo Democrático em 1976, e que hoje faz a unanimidade de mais de 80% dos parlamentares: estamos a viver acima das nossas posses.

Logo há que reduzir os consumos (subentendido: o nível de vida). Na realidade só o Ministro Ernâni Lopes o tem feito de forma consequente e sistemática. É natural, portanto, que aqueles que pretendem defender o nível de vida, rejeitem tais teorias e tais práticas.

No entanto, de que bagagem (ou bagagens) dispõem?

Temos que ter a franqueza e a humildade de afirmar que a bagagem ainda é pequena. Ou noutros termos, no presente contexto de desiquilíbrios, dependências e restrições, em que é que seria diferente da actual política de economia de esquerda?

Os tempos das certezas passaram. Só continuam com certezas os que pensam mecanicamente em função de projectos messiânicos, com objectivos tecnológicos o que conduz a prática sociais e políticas desadequadas porque partem, em vez de unir, as forças sociais sobre cuja dinâmica pode, hoje, vencer a ideia de progresso social e de melhoria da qualidade de vida para a generalidade da população.

Por essa Europa, parte dos protagonistas de Maio de 68 desertou e auto-intitulam-se de «Nova Direita». Por cá, com variadas facetas entre os herdeiros do 25 de Abril, alguns vão propondo estratégias para capitalistas esclarecidos ou iluminados, mas que não existem. Outros profundamente reaccionários, querem o crescimento económico com as condições sociais e políticas do séc. XIX ou da ditadura. Consideram que o socialismo está na gaveta.

Para aqueles que se incorporam no movimento popular do 25 de Abril e para quem os valores do *socialismo* continuam a ser uns padrões de pensamento, de acção de valores éticos e morais, a situação presente é difícil e embaraçosa, visto que é de recuo, de refluxo. Mas é também de reflexão e de pensar criativamente os tempos novos com os ensinamentos do passado. Encontramos poucas teorias particulares que às vezes são analisados brilhantemente, mas poucas teorias gerais capazes de integrar essa multiplicidade. É na minha opinião, o centro dos desafios que se põem à esquerda dos tempos presentes.

Senão, vejamos mais alguns exemplos que estão na origem das perplexidades de alguns economistas portugueses:

— os Ministros das Finanças anunciam políticas de estabilização restritivas, e políticas de «verdade dos preços», inspiradas nas ideias monetaristas dos vulgarmente designados «Chicago Boys» e apadrinhados pelo FMI.

Propõem-nos a diminuição do déficit externo, do dêficit das contas do Estado, do emprego no sector público.

Tudo isto tem aumentado como se se tratasse de bons keynesianos que pretendem relançar a economia, a produção e o emprego.

Proclamam o saneamento financeiro das empresas; estas, públicas ou privadas, continuam a afundar-se com custos financeiros incompatíveis (o custo do crédito interno ronda os 40% ao ano hoje, e o crédito externo, se for em dólares, deve rondar os 70% a 80% ao ano!)

Os sindicatos, muito justamente, fazem as contas e concluem que o salário real de 1984 é inferior ao de 1973.

Verificamos no entanto que os assalariados compram mais automóveis (n.º de matrículas novas sempre crescente desde 1978), compram mais televisores a cores hoje do que a preto e branco em 1973, compram mais aparelhos de alta fidelidade, rádios, frigoríficos, etc. que em 1973. Em período de crise económica, interna e mundial, foi possível absorver 4 ou 5 centenas de milhar de activos retornados das ex-colónias; cessou a emigração de massa e estima-se que hoje o saldo migratório ou é equilibrado ou mesmo negativo; no entanto o desemprego não atinge níveis especialmente mais graves do que nos restantes países da OCDE, nomeadamente Espanha, Itália, Dinamarca, Grã-Bretanha, Irlanda, Canadá, onde se mede a dois dígitos.

O montante das pequenas poupanças, apesar dos consumos, atingiu níveis insuspeitados em 1974, incluindo nos meios rurais (os ourives feirantes e os outros vivem uma época *áurea*) *. Os Depósitos a Prazo, que só em 1983, sem no entanto, parar de subir, desaceleraram, são de um montante incrivelmente elevado:

1270 milhões de contos de Dep. residentes;
640 milhões de contos de Dep. emigrantes;
1910 milhões de contos TOTAL — equivalente ao RN

O que representa um juro superior a 150 milhões de contos no ano de 1983, pouco menos de metade do total de remunerações pagas nesse ano!

Foi ainda nos anos de crise que os assalariados passaram a poder gozar férias e a receber o 13.º e 14.º mês, que se acentuou a tendência para o acesso das mulheres ao mercado do trabalho.

É ainda em período de crise estatística da construção que se vem a descobrir (com o rencenseamento de 1981) que o déficit de casas de habitação afinal não é de 700 000 mas de 300 e tal mil;

Sem dúvida que é com a crise que florescem os duplos empregos para acumuladores de cargos públicos e privados, que florescem os negócios de contrabandistas, de açambarcadores, de especuladores, de import/export, e que certas profissões (médicos especialistas, militares, etc.), melhoram os seus rendimentos.

O certo é que esta situação provoca a circulação de muito dinheiro, e toca muitos milhares de pessoas de tal modo que os níveis gerais de consumos não baixaram, e mesmo melhorou a malha industrial, como mostrou ontem o colega António Romão.

E mais do que isso: enquanto na OCDE o crescimento PIB quase estagnou, em Portugal teve um *crescimento médio* da ordem dos 3,0% ao ano, o que é uma proeza mundial.

Assim as transformações do modelo de consumo em Portugal inserem-se claramente numa estratégia de acumulação de capital de vistas curtas que vem sendo financiada por:

— rendimentos salariais indirectos: remessas;
— juros de Depósitos a Prazo
— emprego da mulher, aumentando o rendimento familiar
— duplo emprego
— isenção de impostos na agricultura
— congelamento das rendas de casa
— acréscimo das transferências (previdência, serviços de saúde, educação, passe social...)
— empolamento de actividades de economia subterrânea, ilícitos ou ilegais, mas de efeitos certos na circulação e geração de rendimentos;

Esta situação representa um enorme volume de recursos que ninguém sabe exactamente quantificar mas que interpela quem disser que se vive hoje pior que em 1973.

Há uma cumplicidade tácita da parte dos muitos cidadãos que recebem rendimentos salariais e outros rendimentos e transferências em só exporem os rendimentos salariais, que, essas, excepto quanto às FAs, baixaram em termos relativos.

Podemos assim dizer que os resultados económicos do 25 de Abril vão em dois sentidos contraditórios:

— o movimento, quanto a mim, claramente dominante que abrange a generalidade dos assalariados, tecnocratas do sector público e privado, gestores, comerciantes e vendedores, muitos industriais,

* Não esquecer que os agricultores estão quase isentos de impostos e beneficiam hoje de um fluxo de transferências condideráveis.

agricultores, camponeses e semi-agricultores/semi-operários, emigrantes regressados ou seus familiares, movimento este que é a principal fonte de expansão dos consumos;

— Outra é a situação extremamente dramática de outras camadas da população que conhecem melhor hoje o que é a crise do que teriam conhecido antes do 25 de Abril, ou porque já tiveram esperança e essa frustrou-se ou porque se quebraram os laços de solidariedade familiar ou comunitária que antigamente mitigava algumas dessas situações.

Crise sentem-na fundamentalmente os 100 000 assalariados que têm 20 milhões de contos de salários em atraso por receber; crise para parte dos 450 000 desempregados estatísticos que, por azar, não encontraram um expediente de vida nem recebem subsídios de desemprego vivendo de esmolas ou de caridade pública; crise para os funcionários públicos que não têm duplo emprego nem outros rendimentos; crise para algum operariado que ganha o salário mínimo nacional ou perto disso e não tem um complemento qualquer; crise para os casais jovens que procuram uma casa para alugar; e também crise para *alguns* senhorios, velhinhos cujo único rendimento é uma renda igualmente velhinha.

Em geral, pode afirmar-se que o desenvolvimento da economia portuguesa nos últimos dez anos proporcionou a muitos cidadãos maiores níveis de consumos no quadro de uma estratégia de acumulação conduzida por certas forças sociais e políticas e que se traduziu no agravamento das dependências e de uma profunda desregulação, sem melhorias sensíveis na qualidade de vida.

A questão central continua a ser a nossa dificuldade em entender as práticas sociais — dos diferentes grupos sociais — que se inscrevem num universo de restrições que é o de acumulação do capital mas conserva um certo grau de autonomia.

Esta preocupação leva-nos a centrar a análise no que se designa por fordismo — articulação entre pordução e consumo, isto é: modos de vida nas fábricas, nos escritórios, nos campos, as técnicas, a organização do processo de trabalho e o modelo de consumo que se pretende ampliado.

Foi a este modelo fordista que o 25 de Abril abriu as portas.

As propostas que nos últimos tempos têm tido uma certa voga (via AIP, por ela aceite e divulgada), em Portugal são tentativas de dar coerência à sua rápida implementação em Portugal, numa época em que, como vimos, a economia portuguesa se encontra profundamente desarticulada.

Resta-nos saber da sua exequibilidade no quadro democrático.

Os elementos teóricos de que dispomos para compreender a dinâmica, e também a cristalização dos movimentos sociais assim desadequados e incapazes de apreender toda a complexidade da configuração das relações de classe, e dos desafios económicos e sociais em torno dos quais as diversas categorias de agentes se confrontam.

Alarga-se o vazio entre os instrumentos teóricos e políticos que serviram melhor ou pior para entender a estrutura das relações sociais do passado e os antagonismos de classe e a diversidade das práticas dos agentes sociais. Surge assim a ideia de originalidade de cada processo histórico. E dentro de cada processo multiplicam-se os casos particulares. E nós corremos sérios riscos de ficarmos desarmados.

Põe-se, portanto, de novo, a questão de passar da multiplicidade de casos particulares para as abstracções da teoria económica, que reduzam a multiplicidade a formulações de validade geral, que tipifiquem situações dominantes, integrando teoricamente, em multiplas situações.

Encontramo-nos, assim, na necessidade de uma reconstrução teórica que, baseando-se nos conhecimentos do passado, nos indique caminhos para o futuro na via aberta em 25 de Abril de 1974.

As condições de vida da população portuguesa contributo para uma análise da mudança

Maria de Lourdes Baptista Quaresma

Falar das mudanças operadas nas condições de vida da população portuguesa, dez anos decorridos após o 25 de Abril, obriga necessariamente a reflectir sobre as questões inerentes ao nosso próprio desenvolvimento bem como ao papel que o cidadão português desempenha enquanto sujeito e objecto desse mesmo processo.

Assim, e embora o âmbito desta intervenção não comporte a análise dessa problemática, será inevitável que algumas referências sejam feitas no que concerne à sua filosofia, especialmente no que toca ao papel do Homem, neste caso do Homem Português, face à construção dos instrumentos de acesso ao progresso.

Desenvolvimento e Progresso, duas expressões banalizadas, tanto ao nível do discurso político como técnico, mas nem por isso menos tributáveis de ambiguidades e contradições.

E, ainda que esta comunicação não se situe ao nível da discussão em torno do modelo de desenvolvimento ou do sentido da ideia de progresso, convém referir que a nossa concepção de um ou de outro não se identifica nem se esgota com as questões do crescimento económico, antes adquirindo pleno significado quando entendidos no quadro de um processo de avanço social e cultural que garanta o desenvolvimento do Homem nas suas várias dimensões — biológica, social, cultural, e económica.

Aliás, e citando a «Declaração de Cocoyoc» (1974) [1] declaração proferida por um grupo de cientistas sobre utilização de recursos, meio ambiente e estratégias de desenvolvimento, «qualquer processo de crescimento económico que não venha de encontro às necessidades humanas é um travesti da ideia do desenvolvimento».

Desenvolvimento e satisfação das necessidades humanas são pois indissociáveis. «Crescimento económico será eventualmente, pressuposto necessário à satisfação das necessidades de uma população. Não é, contudo, condição suficiente» (1).

É, pois, no quadro da satisfação e da insatisfação das necessidades humanas que importa aferir a nossa própria evolução face ao desenvolvimento e ao progresso.

Afinal, interessa saber o *que mudou e em que mudou, com quem e para quem mudou*, questões, aliás, de não fácil resposta, devido, entre outros, à nossa crónica falta de informação atempada e ao pouco desenvolvimento dado à investigação neste domínio.

No entanto, tudo isto não impede que se trace um quadro geral da evolução do chamado nível de bem estar da população, a partir dos indicadores considerados significativos para o efeito.

Esta análise permitirá o acesso aos sinais das mudanças quantitativas, mas restará saber o que eles representam em termos de alterações qualitativas, designadamente no que respeita às melhorias verificadas nas condições de existência dos grupos da população em situação de maior precaridade económica social e cultural, bem como o que se refere à distribuição espacial dessas mesmas melhorias.

Assim, e em termos globais, a análise de alguns dos indicadores disponíveis (ver quadros 1, 2 e 3) permite-nos afirmar que:

---

(1) Henriques, José Manuel — As Necessidades Humanas e a Problemática do Desenvolvimento — o conceito de «Necessidades Básicas» — IDG — Dez. 1983.

— a cobertura sanitária do país apresenta evidentes progressos, com significativa descida da taxa de mortalidade infantil — resultado, fortemente positivo, da última década (1);
— o analfabetismo sofreu um claro recuo e a escolarização da população aumentou, com especial relevo nos jovens de idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, e ainda para as crianças de 6 anos de idade o que é revelador do abaixamento da idade de entrada no sistema escolar;
— a situação nutricional não revelou alterações significativas, com excepção do aumento do consumo do leite;
— a cobertura em infra-estruturas básicas a nível do habitat apresentou uma evolução francamente favorável;
— a cobertura dos riscos de doença, invalidez e velhice foi substancialmente alargada;
— o desemprego aumentou de forma acentuada, constituindo não só um indicador fortemente negativo da situação actual, mas apresentando-se também como um autêntico sinal de alarme para vastas camadas da população, designadamente daquelas para quem a garantia de acessibilidade a um digno nível de bem-estar poderá estar gravemente comprometida ou, pelo menos, seriamente retardada.

A linguagem dos indicadores mostra-nos, pois, que algumas melhorias significativas e decisivas foram alcançadas nos dez anos decorridos.

No entanto, a análise possível, neste momento, sobre a sua distribuição pessoal e espacial apresenta distorções cuja correcção constitui um imperativo da democracia e do desenvolvimento.

Tomemos alguns exemplos, claramente relevantes, a nível da análise espacial.

Consideremos a mortalidade infantil. É um facto que, em 1980, este indicador se situava na ordem dos 24‰, mas os distritos de Bragança e Vila Real apresentavam valores que rondavam respectivamente, os 40‰ e os 35‰.

Em 1980, Portugal dispunha de 1 médico por 490 habitantes mas, enquanto nos distritos de Lisboa, Porto e Coimbra, esta relação se situava respectivamente em 1/249, 1/346 e 1/196, em distritos como a Guarda, Vila Real e Bragança, essa relação era de 1/2015, 1/2052 e 1/1778.

No âmbito do acesso ao ensino são, também, assinaláveis algumas assimetrias. É certo que a escolarização dos jovens aumentou significativamente. No entanto se em 1978 os jovens entre os 10 e os 14 anos, apresentavam uma taxa média de escolarização de 60%, no distrito de Castelo Branco pouco se excedia os 40%. O mesmo se poderá dizer para o ensino infantil: apesar dos progressos obtidos, o distrito de Lisboa apresentava uma taxa de escolarização, neste grupo de idades, três vezes superior à de distritos como Bragança, Vila Real, Beja, Portalegre e Viana do Castelo.

Na área da habitação, nomeadamente das infraestruturas básicas que lhe estão associadas, graves assimetrias são igualmente de assinalar.

Se tomarmos como exemplo o abastecimento de água, verificamos que, apesar da evolução positiva verificada, distritos como Beja, Braga, Guarda, Vila Real e Viseu apresentam ainda carências — cerca de 50% de alojamentos sem água — o mesmo acontecendo com a instalação de banho, em relação à qual, nos distritos de Beja, Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu, 70% dos fogos não dispõem dessa instalação.

Por outro lado e em termos de produção, algumas questões preocupantes são de referir, tais como a escassez da produção habitacional e a expansão da construção clandestina, cujas estimativas apontam para percentagens da ordem dos 30% da construção total, tendo atingido, na região de Lisboa, nos últimos 5 anos, valores entre os 40% e os 50%. Aliás, se atendermos às carências detectadas, a partir dos dados do Recenseamento de 1981, o distrito de Lisboa apresenta défices da ordem dos 180 000 fogos, seguido do Porto, com 90 000, de Setúbal, com 61 000 e de Braga com cerca de 40 000, representando estes distritos, no seu conjunto, cerca de 70% das carências totais do país, o que constitui mais um dado significativo de um processo de desenvolvimento desordenado e desequilibrado.

Por último, ainda que da maior importância, terá interesse reflectir sobre as repercussões de uma situação nutricional que não mostra indícios de melhoria onde ela se tornava mais necessária.

Tomemos novamente como indicador a mortalidade infantil. Segundo estudos internacionais, taxas de mortalidade infantil superiores a 21% têm, necessariamente, uma forte componente alimentar proveniente quer da alimentação da grávida quer da criança.

A nossa mortalidade infantil, em termos globais, situava-se, em 1980 ao nível dos 24‰, mas distritos há em que ela ronda os 40‰, conforme foi referido.

Por outro lado, as doenças infecciosas são responsáveis, no seu conjunto, por cerca de 28% das mortes ocorridas nas crianças e jovens até aos 14 anos, o que evidencia uma deficiente resistência às infecções, consequência, em grande parte, da sub-nutrição proteíno-calórica.

Simultaneamente, os excessos de consumo de certos grupos de alimentos não serão alheios ao peso crescente das doenças ditas da «civilização».

Sub-nutrição e sobre-alimentação coexistem, pois, e são dois males que importa erradicar da sociedade portuguesa.

---

(1) É de assinalar no entanto que distritos do interior como Beja, Bragança, C. Branco, Evora, Guarda e, no litoral sul, o distrito de Faro, apresentam entre 1980 e 1981 uma subida da taxa de mortalidade infantil o que poderá ter a ver com o agravamento das desigualdades regionais, em termos de condições de vida das respectivas populações.

Não podemos esquecer que sub-nutrição e má nutrição implicam doença, insucesso escolar, dificuldades acrescidas de inserção no mundo do trabalho e, consequentemente, de participação activa e útil na construção da sociedade.

Resumindo, poderíamos dizer que a vontade política de intervenção em certos sectores básicos, como a saúde, a educação e a habitação explica, em parte, os avanços verificados nestes domínios.

No entanto, a falta de enquadramento de medidas de política sectorial num projecto coerente de desenvolvimento não permitiu uma melhoria mais significativa das condições de vida dos estratos da população mais carenciados o que, em momento de crise, e por falta de garantia efectiva da acessibilidade desses grupos da população a um maior nível de bem estar, põe mesmo a questão de uma certa artificialidade relativamente aos progressos obtidos.

Referimos alguns dos sinais das mudanças quantitativas operadas e também das diferenças que, ao nível do país, significam ainda profundas desigualdades perante a vida e também perante a morte.

Falta-nos, no entanto, situá-las em termos pessoais, melhor será dizer, falta-nos conhecer os rostos do vivido, no quotidiano real.

Assim, e apesar da precaridade dos dados disponíveis, algo pode ser dito a partir das pistas fornecidas por alguns trabalhos de campo, nomeadamente de algumas tentativas exemplares no âmbito da análise e intervenção locais, de tipo integrado.

Reportar-nos-emos a dois estudos realizados, um no Norte do país e outro na região de Lisboa.

Ambos visaram fundamentar programas integrados de intervenção social, e, no plano metodológico, ambos acolheram a participação da população em ordem à identificação dos problemas. No caso de Almada pretendeu-se ainda «garantir a participação convergente dos grupos organizados da população, autarquias e serviços oficiais através de uma comissão local do projecto que assegurará todas as etapas do processo de planeamento» (1).

Embora qualquer dos projectos se revista do maior interesse, retirámos apenas os dados que traduzem o sentir dos cidadãos face aos problemas sentidos e vividos.

No Norte, distrito de Braga (2), as necessidades expressas diziam respeito, essencialmente, às seguintes áreas: saneamento, comunicações e equipamentos colectivos (apoio à infância, aos jovens em idade escolar, às pessoas idosas e ainda os equipamentos escolares e de saúde).

No âmbito sócio-cultural, e segundo relatório do projecto, «as aspirações manifestam-se duma forma mais difusa e só através do conteúdo implícito no discurso, é possível elencar as necessidades/solicitações».

Por outro lado, e continuando a citar, «A expressão das necessidades é imediata quando relativa à melhoria das condições materiais de existência e regula-se por valores concretos e úteis ao indivíduo e à comunidade».

E, se considerarmos que o estudo em referência contém a inventariação rigorosa das carências da região, e que delas constam problemas tão graves como:

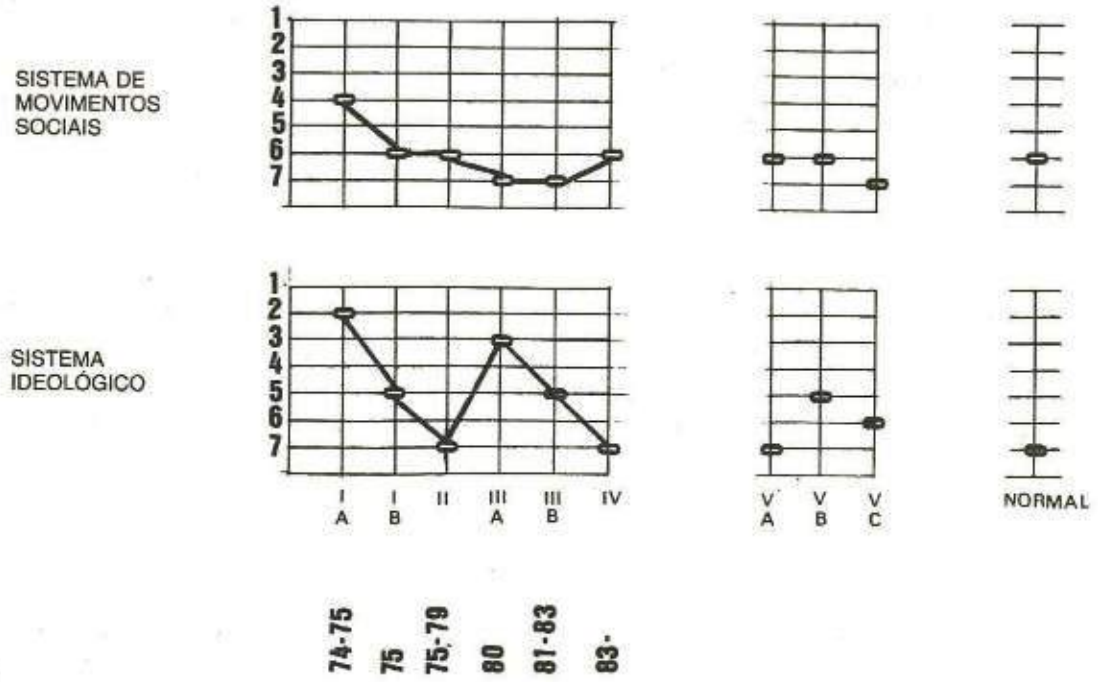
— falta efectiva duma rede de canalização de água que abranja todos os lugares;
— utilização e consumo de água imprópria, na medida em que os poços são abertos muito próximo das fossas;
— dificuldades de acesso aos estabelecimentos de ensino, no caso do Ciclo Preparatório: («em Tagilde e Guardizela, por exemplo, os pais queixam-se que os filhos para frequentarem o Ciclo Preparatório em Guimarães, passam a maior parte do tempo na camioneta, saindo muito cedo de casa e só regressando à noite. Além disso não têm qualquer controle sobre o que os filhos fazem nas horas livres, depois das aulas, não existindo o mínimo de condições de apoio a essas crianças. Depois das aulas, as crianças são entregues a si próprias indo «matar» o tempo para os cafés mais próximos até à hora da camioneta de regresso»);
— alcoolismo, incluindo o alcoolismo infantil e juvenil;
— percentagem de partos sem assistência que, em alguns concelhos, em 1979, ainda apresentava valores muito superiores à média do continente (10,4%), como é o caso de Terras do Bouro (82,2%), Celorico de Basto (49,2%), Vieira do Minho (43,2%) e Barcelos (29,7%).
— analfabetismo — situação profundamente sentida pelas populações que se consideram inferiorizadas em relação aos que já possuem «alguns estudos»;
— existência ainda «do impacto da figura da bruxa ou do curandeiro»;

se considerarmos, dizíamos, todas estas *inaceitáveis* condições de existência, podemos dizer, sem grande margem de erro, que a *mudança* ainda *não chegou* a muitos portugueses.

No entanto, um sinal positivo é necessário realçar: a consciência do desejo dessa mesma mudança aviva-se, clarifica-se e é expressa pelos sujeitos, que fazem assim a sua própria aprendizagem de *sujeitos*.

Como diz Eduardo Lourenço, «Portugal só se parecerá consigo mesmo quando o olhar com que se fixar for o olhar mesmo português, ou dos portugueses com a consciência adequada da vida do país em que realmente vivem

(1) PISACA — Projecto de Intervenção Social Articulada do concelho de Almada.
(2) Programa Regional Integrado no distrito de Braga.
Ministério da Educação — Direcção Geral da Educação de Adultos.



VARIAÇÃO DAS POSIÇÕES MATRICIAIS

Não sendo feita aqui a descrição pormenorizada desta evolução política concreta, importa apenas sublinhar que só depois de realizada esta operação de periodização (e que era o objectivo principal da investigação) se tornou óbvio um traço surpreendente: não obstante a intensidade do corte que é constituido com a mudança do regime político (de um regime autoritário para um regime democrático, com possibilidades políticas substancialmente diferentes), o sistema de problemas políticos não tem uma alteração essencial. Pelo contrário, muitas das transições entre periodos políticos estão marcadas pela incapacidade do poder em exercício para resolver problemas que se revelam com o fim do salazarismo — e que ainda hoje não estão resolvidos.

É fácil de aceitar que se trata de um resultado surpreendente, não só porque não estava inserido no quadro de objectivos da investigação, mas também porque não seria de esperar que houvesse uma continuidade significativa entre os problemas do autoritarismo e os problemas da democracia. Porém, uma vez revelada, esta surpresa aparece como uma hipótese de extrema simplicidade para explicar o que, sem ela, é incompreensível: a sucessão de fracassos políticos no interior do regime democrático é de tal modo gritante que não se vê como é que esses fracassos podem estar associados com a democracia. É certo que a normalidade e o funcionamento democráticos não foram, ou não têm sido, suficientemente potentes para interpretar e resolver essa continuidade das problemáticas económica, social, política e ideológica. Mas é razoável aceitar que uma esperança excessiva depositada na mudança de regime tenha obscurecido a ameaça oculta nesta continuidade (melhor: neste agravamento) de problemas que transitaram de um regime para outro. E, no quadro desta surpresa, não se pode esquecer que também as personalidades políticas transitaram de um regime para o outro sem serem obrigadas a profundas revisões conceptuais; algumas limitaram-se mesmo a breves reciclagens formais, onde ligeiras adaptações linguisticas lhes permitiram dispensar qualquer alteração de atitudes. De facto, só nos períodos de euforia tem sentido conceber a mudança de regime político como um corte de tendência; uns anos mais tarde, a experiência acumulada aconselha antes a observar a mudança de regime como uma transição longa — e que será tanta mais longa quanto mais demorado for o processo de verificação da inviabilidade das tendências que vêm dos tempos de vigência do regime derrubado.

É ainda este resultado surpreendente que sugere a tese do *pós-salazarismo*, um longo período de transição que se inicia com o desaparecimento do ditador (se seguirmos uma lógica de poder político, pois se for escolhida uma lógica dos problemas políticos será provável que a escolha da data do início da transição remonte à guerra colonial) e que continua para lá da mudança de regime. Não se trata de invocar a «herança do fascismo» que, aliás, o novo regime adoptou com traços de heroismo (e que está bem patente nas nacionalizações, na utilização do aparelho do Estado, na vocação para produzir leis de segurança). Também não se trata, obviamente, de dizer que não existiu a mudança de regime, ou que não há uma diferença radical, na forma e nas possiblidades políticas, entre o autoritarismo e a democracia. Trata-se apenas de reconhecer que o *pós-salazarismo continua* e por dois modos: no sentido de não terem sido resolvidos os problemas de poder deixados pelo desaparecimento de Salazar e no sentido de continuarem o seu curso destrutivo os problemas económicos, sociais, políticos e ideológicos que se manifestam desde 1968.

e morrem — um olhar sujeito, quer dizer, o fim de um Portugal-objecto, como é hoje para todos nós que nos ocupamos da cultura, a realidade portuguesa».

Mas detenhamo-nos, ainda que brevemente, sobre o estudo realizado no concelho de Almada.

A identificação e ordenação dos problemas, conforme consta do respectivo relatório, permite-nos dizer que, em 1980, o desemprego era o problema sentido com maior acuidade, seguido da falta de equipamento adequado ao atendimento das crianças de 0-2 anos e dos 3 aos 5 anos.

Em 4.º lugar situava-se a questão relativa às famílias mal alojadas, seguida do insucesso escolar, dos idosos sem atendimento adequado, e de idêntico problema para as crianças dos 6/10 anos.

Nos três últimos, desta série de 10 principais problemas, vinham, respectivamente, as doenças cardio-vasculares, a tuberculose e a cirrose hepática.

Convêm lembrar que o desemprego se estimava em 9,6%, que 30% das famílias eram consideradas em situação de mau alojamento, que cerca de 30% dos casos de tuberculose se referiam a crianças e jovens de idades compreendidas entre os 0/14 anos e que as doenças cerebro-vasculares constituiam a primeira causa de morte.

Poderíamos dizer que estes dados falam, eloquentemente, de um processo de desenvolvimento desarticulado, gerando tensões e produzindo necessidades não respondidas.

Mas, também aqui, e talvez de forma mais explícita, os *sujeitos* se assumem e se definem quando, nas conclusões, referem: «... ficou adquirido pelo conjunto dos participantes a noção de que há uma ausência de estratégia de desenvolvimento. Reconhecendo-se que tal situação cria um risco de orientação, decisão e, consequentemente, de execução, avançou-se com a hipótese de ser possível às comunidades locais investirem em propostas alternativas de desenvolvimento, esboçando elas próprias planos integrados que visem a redução dos problemas colectivos que as afectam».

Como diz Edgar Morin, apostar é agir e agir é apostar, apesar, e por força do medo, da incerteza e das contradições paralisantes (1).

A situação portuguesa, cheia de contradições e de incertezas, é bem o quadro do desafio a uma aposta, *apesar de* e *no seio* de, os portugueses bem o entendem, como acabamos de referir.

Através desta aposta será, talvez, possível compreendermo-nos, conhecendo-nos, ultrapassando assim o alheamento de nós próprios, magnificamente definido por Eduardo Lourenço quando diz: «Que o português médio conhece mal a sua terra — inclusivé aquela que habita e tem por sua em sentido próprio — é um facto que releva de um genérico comportamento nacional, o de *viver* mais a sua existência do que *compreendê-la*.

Agir é apostar; apostar num processo dinâmico, dir-se-ia dialéctico, entre a incerteza e a esperança, o medo e a alegria, a dúvida e o saber. Apostar, então, no avanço possível face à compreensão do universo em que nos movemos, garantia essencial da qualidade de sujeitos de nossa própria História.

QUADRO 1

DISTRITOS	% de alojamentos s/água		% alojamentos s/energia eléc.		% alojamentos s/casa de banho	
	1970	1981	1970	1981	1970	1981
Aveiro	60.6	31	15.6	4	72.4	44
Beja	63.7	53	68.9	32	28.3	72
Braga	70.5	37	43.2	10	82.9	52
Bragança	72.9	49	59.8	15	89.5	71
C. Branco	68.2	43	87.4	25	84.1	61
Coimbra	65.7	35	36.6	8	78.6	50
Évora	47.3	32	53.4	14	79.8	56
Faro	58.6	35	59.8	27	72.0	47
Guarda	76	48	51.9	16	88.8	67
Leiria	67.8	33	41.9	9	75.9	43
Lisboa	22.1	8	15.4	3	34.6	16
Portalegre	52.2	31	53.9	21	83.5	60
Porto	47.0	25	15.6	4	63.9	41
Santarém	63.7	35	51.6	15	76.0	48
Setúbal	30.4	12	30.9	9	48.7	21
V. Castelo	71.2	42	54.0	15	80.6	55
V. Real	81.0	52	62.2	20	89.5	71
Viseu	82.6	55	55.2	19	90.2	67
Continente	52.9	28	35.6	10	67.1	41

(1) Morin, Edgar — Pour Sortir du Vingtième Siècle.

«Que faire? Nous savons que l'incertitude, la peur du risque, le surgissement des contradictions nous paralysent et nous vouent à l'impuissance. Mais, nous savons aussi qu'une action est inconcevable sans risque. L'incertitude, les contradictions nous incitent aussi à parier. Parier c'est agir, agir c'est parier».

QUADRO 2

DISTRITOS	Taxa de mortalidade Infantil		N.º de Habitantes /médico		N.º de Habitantes /enfermeiro		Camas Hospitalares por 1000 Hab.	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Aveiro	66.1	22.1	1 652	1 169	2 030	953	2.0	2.3
Beja	50.0	18.9	2 555	1 340	5 805	919	2.3	4.2
Braga	66.5	27.9	2 257	1 234	1 679	672	2.0	1.9
Bragança	66.0	35.0	2 097	1 778	6 078	683	2.2	4.4
C. Branco	46.0	19.3	2 333	1 426	1 632	591	2.2	4.6
Coimbra	41.2	17.4	521	196	384	230	3.1	8.8
Évora	43.6	17.2	1 939	1 163	1 679	554	4.0	5.8
Faro	45.8	21.0	2 144	1 286	3 130	711	2.1	3.6
Guarda	62.0	26.8	2 107	2 015	1 419	967	2.5	3.7
Leiria	35.1	18.2	2 350	1 530	1 664	859	1.6	2.6
Lisboa	37.3	18.9	480	249	459	338	3.6	4.7
Portalegre	49.7	27.2	1 692	1 159	2 088	628	3.1	6.3
Porto	63.1	28.3	749	346	634	347	2.3	3.9
Santarém	35.3	20.9	2 120	1 466	3 916	961	2.4	2.3
Setúbal	29.3	21.8	2 565	979	1 710	807	1.8	1.6
V. Castelo	59.8	26.8	2 912	1 644	3 174	1 001	2.3	3.0
V. Real	77.3	41.8	2 733	2 052	4 542	1 063	1.5	2.2
Viseu	58.6	29.8	2 375	1 637	2 608	995	2.2	3.4
Continente	52.5	24.0	1 014	490	945	490	2.5	3.8

QUADRO 3

DISTRITOS	Taxa de analfabetismo		Taxa de escolarização global	
	1970	1981	1970/71	1977/78
Aveiro	20.8	15.3	17.1	18.7
Beja	40.6	35.1	13.6	16.2
Braga	25.9	17.7	19.1	20.0
Bragança	33.5	27.0	17.6	18.7
C. Branco	38.0	31.8	15.4	16.4
Coimbra	28.4	20.5	18.4	21.1
Évora	35.0	28.3	15.0	16.9
Faro	34.2	25.9	14.2	16.7
Guarda	34.1	26.4	16.5	17.7
Leiria	30.5	22.5	16.1	18.0
Lisboa	16.5	11.1	19.1	25.5
Portalegre	38.5	32.1	13.6	15.4
Porto	19.0	13.2	19.3	20.0
Santarém	30.7	23.4	15.3	17.1
Setúbal	24.9	16.5	15.1	18.3
V. Castelo	28.7	22.8	16.5	18.1
V. Real	31.5	24.7	18.3	19.1
Viseu	30.7	24.0	16.9	18.4
Continente	25.6	18.3	17.5	19.4

BIBLIOGRAFIA

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE SAÚDE DA POPULAÇÃO PORTUGUESA — IDG 1983

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ALIMENTAR DA POPULAÇÃO PORTUGUESA — IDG 1983

AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO. ANÁLISE DE PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL — IDG 1983

DIAGNÓSTICO DO NÍVEL ESCOLAR DA POPULAÇÃO — IDG 1983

Eduardo Lourenço — *O LABIRINTO DA SAUDADE*
Publicações D. Quixote

Edgar Morin — *POUR SORTIR DU VINGTIÈME SIÈCLE*
Dossiers Fernand Nathan 1981

O nível de vida da população e os acordos com o FMI

Carlos Marques

Dez anos após o 25 de Abril o estudo do nível de vida e da situação da população não pode ser feito sem uma análise séria da crise que diariamente entra pela casa dentro de quem trabalha.

Comer, vestir, e habitar são as primeiras, das primeiras necessidades de um povo.

A situação que hoje o povo português vive é a de uma degradação gritante do seu nível de vida em todos os aspectos.

Alguns indicadores mostram a negra realidade que tem sido ilustrada pelas pretas bandeiras que cada vez mais aparecem nas manifestações populares contra a fome e a miséria.

O desemprego, segundo as últimas declarações oficiais, já passa de meio milhão. (afirmação do Secretário de Estado do Emprego, Vitor Ramalho, Abril de 1984).

Mas o próprio Ministro das Finanças na discussão do Orçamento Geral do Estado para 1984, admitiu que o desemprego iria aumentar 4,4%, ou seja atingiria cerca de 700 000 desempregados.

Vários orgãos de imprensa no ano passado informaram da exigência do FMI de que no fim de 1984 se atinja um milhão de desempregados, ou seja 23,3% da população activa.

Para atingir tal fim preparam-se os meios legais necessários: as reformas antecipada, as falências e o famigerado «lay-off».

A inflação atinge valores incontroláveis.

Os últimos dados oficiais afirmam que no ano passado a inflação atingiu 25,5%. No entanto em vários locais e estatísticas referia-se que a inflação tinha ultrapassado os 30% no final de 1983 e que no mês de Março deste ano andou pelos 32%.

Esta inflação tem recaído sobretudo no nível de vida dos trabalhadores pois ela tem significado na prática um decréscimo do salário real, que tendo melhorado nos últimos anos do fascismo, devido à luta e resistência antifascista dos trabalhadores, e após o 25 Abril, começou no entanto a decrescer a partir de 1976 a um ritmo que o prório Sec. de Estado Vitor Ramalho já foi obrigado a reconhecer estar hoje abaixo do salário real de 1973.

Só em 1983 o salário real baixou 7%, prevendo-se que em 1984 a descida seja maior, quer pelos aumentos já impostos e os que já estão planeados, quer pela vergonhosa permissão dos salários em atraso que obrigará, objectivamente a que nessas empresas a luta pela melhoria dos salários seja relegada para segundo plano, pois passará a centrar-se no pagamento dos salários atrasados.

O capital sabe como exercer a chantagem sobre quem trabalha para tentar impedir a luta por melhores condições de vida.

Importa ainda realçar que estes dados e percentagens sobre a queda do salário real não demonstram toda a miserável realidade, na medida em que no seu cálculo entra apenas o índice do aumento dos preços no consumidor e não entra o aumento da carga fiscal que nos últimos anos tem sido brutal.

A título de exemplo bastará referir que o imposto profissional em 1975 totalizou 4 045 000 000$00 e este ano calcula-se que atinja treze vezes mais ou seja cerca de 55 600 000 000$00.

Se a isto juntarmos o imposto extraordinário que em 1983 totalizou 27 milhões de contos, de que uma grande

fatia é devida ao famigerado imposto retroactivo dos 2,8%, então compreenderemos que a miséria na casa dos trabalhadores não é uma palavra de agitação política, mas uma dura realidade.

Podia-se aqui descrever toda uma série de dados sobre o terrível nível de vida do povo português. Mas bastará ilustrar apenas mais um aspecto: a habitação.

Em 1975 viviam em barracas 9385 famílias, em 1979 viviam 13 500, em 1981 já chegavam às 24 552 e este ano de 1984 a ter-se mantido o ritmo, e nenhuma medida objectiva foi tomada no sentido de o inverter, o número de famílias a viver em barracas situar-se-á nas 38 000 famílias.

Com os dados disponíveis podemos afirmar que cerca de 3 milhões de portugueses ou não têm casa ou moram em condições deficientes.

O mais escandaloso é que os dados oficiais anotam 300 000 casas vazias no país. Os próprios construtores queixavam-se de terem 45 000 a 48 000 fogos para vender e sem comprador.

Perante esta gritante realidade o governo lança um projecto-lei de aumento das rendas de casa cuja consequência imediata e inevitável será o crescimento em flecha das barracas pois os trabalhadores não aguentarão os aumentos das rendas e o despejo bater-lhes-á à porta.

Ao analisarmos o nível de vida da população e para nos inteirarmos bem da tragédia e do desespero que invade os lares de milhares e milhares de famílias trabalhadoras é preciso também dizer que no ano de 1983, com o desespero da fome, os suicídios em Portugal aumentaram assustadoramente, tendo totalizado 534.

Se a este número somarmos os 455 trabalhadores mortos no seu local de trabalho durante 1983, e que representa um aumento de 12,3% em relação a 1982, podemos compreender com toda a crueza a gravidade desta crise e como ela atinge quem trabalha.

A crise não é para todos

Mas sendo a crise um facto, um outro facto indesmentível é que ela não é para todos.

Em 1983 mais de 1 750 000 trabalhadores recebiam menos de 20 000$00 de salário, enquanto que 100 000 quadros recebiam mais de 50 000$00 segundo as estatísticas oficiais do Instituto de análise da conjuntura e estudos de planeamento.

A estatística apenas dá indicadores até aos salários de 50 contos porque se desse os acima de 100, 150 e de 200 contos poder-se-ia ver como uma ínfima minoria da «população activa» recebe salários que nada têm a ver com a tão apregoada crise.

Só um pequeno mas bem real exemplo para demonstrar como inclusivé a crise tem ajudado a que uns poucos ganhem cada vez mais enquanto a grande maioria ganha cada vez menos em salário real.

Em 1974 na Fundição de Oeiras um quadro dirigente ganhava 48 000$00 e um operário de primeira 13 050$00. Em 1984 esse mesmo quadro ganha 150 000$00 enquanto o operário de primeira recebe 23 500$00. Ou seja: o quadro dirigente aumentou nestes dois anos 102 000$00 do que recebia enquanto o operário teve um aumento de salário de 10 450$00. A crise de facto não é para todos...!

E estes números dizem respeito a um quadro. Porque se falarmos dos gestores, administradores e gerentes então os números são muito mais escandalosos. O Jornal «A Tarde» bem informado e insuspeito nesta questão informava o ano passado que os ordenados dos gestores andavam em média entre os 300 e os 400 contos mensais. Ninguém pode negar que vale a pena ser gestor da crise...!

Mas para quê ir tão longe se o salário global do 1.º ministro, somando todos os extras e representações, é de 247 000$00 por mês o que equivale ao mesmo montante que recebe um pensionista durante cinco anos?

E como explicar que num país em crise, em 1983, se tenham gasto 82 milhões de contos, ou seja 10,5% do Orçamento Geral do Estado na segurança e ordem públicas e na defesa nacional?

Para mais de uma centena e meia de milhar de trabalhadores não há dinheiro para pagar os seus salários, mas houve dinheiro para pagar 144 MILHÕES de contos de indemnizações aos grandes capitalistas, preparando-se o governo para pagar ainda mais 60 MILHÕES.

Para quem trabalha nunca há dinheiro para melhorias salariais, mas para pagar aos imperialistas que diariamente roubam as nossas riquezas e exploram a nossa força de trabalho através das multinacionais, houve em 1983, 156 MILHÕES de contos só para pagar os juros da dívida externa.

Que a crise existe, é profunda, multilateral, e estrutural é indesmentível. Que as opções do poder político estão feitas para pôr quem trabalha a pagar a crise também ninguém pode negar.

Mas, estudar o trágico nível de vida da população implica colocar a questão: porquê esta situação, a que é devida?

Porquê esta situação?

Após o 25 de Novembro a burguesia portuguesa adoptou um plano visando restaurar as velhas e podres estruturas do capitalismo português herdadas do fascismo.

A independência das colónias e a crise revolucionaria de 74/75, assestaram machadadas profundas no capitalismo português o qual tinha crescido assente nos super lucros coloniais e na sobre exploração da classe

operária imposta pelo regime fascista. Alteradas estas bases do capitalismo português, e enfrentando ainda as consequências da crise mundial do sistema capitalista, aquele entrou em crise.

A única saída encontrada pelo regime imposto em 25 de Novembro, foi procurar transformar Portugal num entreposto comercial e industrial do imperialismo. Sair da crise à custa dos trabalhadores e procurar assentar o seu modelo no desenvolvimento dos sectores virados para a exportação (nas indústrias de exportação tradicionais, nas indústrias baseadas na exploração de recursos naturais, ou nas indústrias de tecnologia intermédia, trabalhando por encomenda dos monopólios internacionais).

Um tal modelo de desenvolvimento tinha como pressuposto necessário o aumento da dependência externa para que o FMI e a CEE ajudassem os capitalistas portugueses a recuperar da crise à custa dos trabalhadores e da cedência das riquezas nacionais.

A economia portuguesa tornou-se assim ainda mais dependente das grandes multinacionais, do imperialismo americano e europeu.

Esta política teve como primeiro alvo as conquistas dos trabalhadores alcançadas em 74 e 75: destruição da Reforma Agrária para entregar de novo as terras aos latifundiários; redução dos salários reais, anulando assim as conquistas salariais de 74/75 e reduzindo o consumo, para dessa forma baixar o saldo negativo da balança de transacções correntes e atrair as multinacionais com os baixos salários; asfixia e colocação das empresas nacionalizadas ao serviço da acumulação e centralização do capital privado; aumento da repressão nas empresas e da legislação que lhe é favorável; divisão sindical para dificultar a resposta do movimento operário a uma política que lhe é desfavorável.

Acordos com o FMI — ruína, miséria e dependência

Os acordos com o FMI constituiram o outro ponto chave para o desenvolvimento deste plano.

A política seguida pelos sucessivos governos foi a de contrair empréstimos externos com o objectivo de incentivar as industrias de exportação e criar assim um excedente que permitisse ir pagando a dívida e estabilizar o capitalismo português.

Passados oito anos os resultados desta política estão à vista. Como até reconhece o Vice-Primeiro Ministro Mota Pinto, criou-se um ciclo vicioso na economia portuguesa: «aos períodos de expansão segue-se o desequilíbrio das contas externas, com a consequente necessidade de políticas restritivas; uma vez recuperado o equilíbrio externo (à custa de sacrifícios cada vez maiores), o processo recomeça». Mota Pinto só não diz que este processo vem-se agravando consecutivamente, e também não refere porque existe e como resolver.

Na verdade a política de empréstimos e de acordos com o FMI tem vindo a tornar-se um cancro para os portugueses.

O FMI dá o aval para empréstimos mediante a exigência de medidas de fome e miséria: abaixamento ainda maior dos salários reais (menos 7% em 1983), aumento assustador do desemprego (já superior a meio milhão), diminuição da produção nacional (PNB — 0,5% em 1983), etc...

Uma tal política não visa criar bem estar ao povo português, assenta na diminuição do consumo interno e no desenvolvimento da industria de exportações, nem assegura o desenvolvimento económico independente do país, pois não é orientado para o desenvolvimento da agricultura e da industria dos meios de produção, e é ainda confrontada com a crise internacional do sistema capitalista que leva os países a tomar medidas proteccionistas e restritivas nas importações, condenando o desenvolvimento do «modelo exportador português» à situação, aos desejos e aos interesses das multinacionais e do imperialismo.

Uma dívida impagável

Mas o dado ainda mais significativo desta política de dependência é o crescimento constante e brutal da dívida externa. Passando de 1200 milhões de dólares em 1975 para 14 200 milhões de dólares em 1983 ela representa cerca de 90% do PIB.

Uma tal dívida externa, das maiores a nível mundial, se não mesmo a maior per capita, condena o país a devedor eterno dos EUA e de outros países imperialistas, que cada ano vêm sugando ao país uma fatia maior da sua produção (só em juros Portugal pagará em 1984 220 milhões de contos — 8% do PIB — e 400 milhões em juros e amortizações).

Esta situação é ainda agravada pela desvalorização do escudo. É argumentado pelos sucessivos governos que a desavalorização do escudo é necessária para vornar as exportações portuguesas mais competitivas. Contudo o que acontece é precisamente o oposto. A desvalorização do escudo tem um duplo efeito negativo: por um lado encarece as importações, as quais não podem ser reduzidas substancialmente por assentarem em produtos básicos indispensáveis à economia nacional, além de que actualmente o FMI impõe o levantamento de medidas restritivas das importações (redução da sobretaxa de importaço de 30 para 10%); por outro lado, a desvalorização do escudo agrava assustadoramente a dívida externa (devido à desvalorização do escudo e à revalorizaço do dólar, a dívida externa em 1983 em dólares significa 11 vezes a de 1975, em escudos significa 56 vezes).

A situação desastrosa da agricultura, com milhares de pequenos agricultores sujeitos á ruína, com a destruição parcial da Reforma Agrária e a ofensiva contra as cooperativas que restam e com a consequente quebra do produto agrícola agrava todos os problemas da economia nacional e reflecte-se também na dívida externa. A situação da agricultura obriga ao aumento das importações o que agrava o défice da balança comercial.

Portugal torna-se assim num país cada vez mais endividado. Por um lado paga juros fabulosos, para pagar esses juros e amortizar a dívida contrai novos empréstimos que conjuntamente com o déficit crónico e crescente da balança comercial, com a previsível diminuição a prazo das remessas dos emigrantes e com a constante desvalorização do escudo obrigará a novos pedidos de empréstimos, fazendo a dívida entrar numa tal progressão em expiral que arrastará inevitávelmente o povo para a maior miséria, a economia nacional para a ruína e o país para a insolvência e a bancarrota.

A dívida externa é de facto impagável.

A conclusão a tirar destes oito anos de governação é que:

1 — a dívida externa é impagável, o país está atado totalmente aos ditâmes económicos, políticos e militares do FMI e dos EUA e essa dependência tende a agravar-se.

2 — o modelo exportador escolhido pelo capitalismo português leva o povo à miséria e a economia nacional à ruína.

3 — o capitalismo português colocado perante esta situação de uma economia em ruína e com uma dívida externa incomportável, tende necessáriamente a procurar soluções políticas cada vez mais repressivas e fascizantes que lhe deêm os meios para reforçar mais e mais a sobreexploração dos trabalhadores e conter o descontentamento popular com a repressão e a intimidação. Afinal, a solução sempre buscada pela parasitária burguesia portuguesa.

Estas conclusões apontam-nos claramente para a rejeição da política imposta pelo FMI. Mas elas não apontam só a rejeição dessa política. Exigem medidas concretas que a combatam e sem as quais qualquer perspectiva de desenvolvimento económico do país terá de ter dois vectores:

— tomar medidas de corte com a dependência externa;

— Tomar medidas de defesa dos interesses dos trabalhadores e de ataque às grandes fortunas, ao grande capital.

Sem ter em conta estes dois vectores qualquer política de tipo desenvolvimentista fracassará, pois será garroteada pelo FMI e pelo imperialismo e sabotada pelo grande capital.

A situação que Portugal atravessa exige que os trabalhadores, democratas e patriotas lutem nomeadamente pelas seguintes reivindicações mínimas indispensáveis:

— revogação dos acordos com o FMI;
— suspensão do pagamento dos encargos com a dívida externa;
— defesa das condições de vida dos trabalhadores;
— pesados impostos sobre as grandes fortunas e não pagamento das indemnizações aos capitalistas.

A luta por estas medidas é não só indispensável para a defesa da situação económica do povo português, como é também indispensável para a defesa das liberdades.

DESCOLONIZAR

Império/Colonialismo/Descolonização

Fernando Piteira Santos

Na sucessão dos impérios portugueses — Império do Oriente, Império do Brasil, Império africano — engendrou-se e apurou-se o mito do Império. Em Camões, a epopeia dos descobrimentos, o canto dos mares e terras descobertos, exalta a expansão lusíada para os mundos ignotos, mas não exige o «império» como forma de dominação. Em Vieira, o «império», é visão profética. Mito futurante, em Fernando Pessoa. Embora, algumas vezes, em Pessoa, a referência ao Império, aflore de um saudosismo melancólico: «somos hoje um pingo de tinta seca da mão que escreveu Império da esquerda à direita da geografia». Noutro passo de Pessoa, em que ele nos fala dos três homens portugueses, depara-se-nos a memória datada do momento inicial: «Há um terceiro português, que começou a existir quando Portugal, por alturas de El-Rei D. Dinis, começou de Nação, a esboçar-se Império. Esse português fez as descobertas, criou a civilização transoceânica moderna, e depois foi-se embora. Foi-se embora em Alcácer-Quibir...». Na *mensagem*, o poema «A Última Nau» conta e canta que

«Levando a bordo El-Rei D. Sebastião
E erguendo, como um nome, alto o pendão
Do Império
Foi-se a última nau, ao sol aziago
Erma, e entre choros da ancia e de presago
Mistério.

Não voltou mais. A que ilha indescoberta
Aportou? Voltará da sorte incerta
Que teve?
Deus guarda o corpo e a forma do futuro,
Mas Sua luz, projecta-o, sonho escuro
E breve.

«Ah, quanto mais ao povo a alma falta,
Mais a minha alma atlântica se exalta
E entorna,
E em mim, um mar que não tem tempo ou espaço,
Vejo entre a cerração teu vulto baço,
Que torna,

Não sei a hora, mas sei que há a hora,
Demore-a Deus, chame-lhe a alma embora
Mistério.
Surges ao sol em mim, e a névoa finda;
A mesma, e trazes o pendão ainda
Do Império.»

Com o «Encoberto», o «Quinto Império» da visão profética de Vieira e dos «avisos» confusos do Bandarra, converte-se num sonho «anónimo e disperso», no «Império por Deus mesmo visto» que, do «imenso espaço do seu meditar», o pregador-profeta anunciara: «... no céu amplo de desejo/A madrugada irreal do Quinto Império/Doira as margens do Tejo».

Nem sempre o poeta de *Mensagem*, considerará o «império» à luz das «profecias directamente referentes ao *processus* imperial português»; de «império» nos falará tendo em conta o «estudo do problema nacional». O «imperialismo de expansão» tem, para Pessoa, um sentido normal: a «ocupação».

Não se esqueça — com Pessoa — que «Todo o Império que não é baseado no Império Espiritual é uma Morte de pé, um Cadáver mandando». E é Pessoa que acusando, anota a impossibilidade portuguesa de um propósito imperial: «quando as descobertas nos levaram a tentar realizar um imperialismo de Matéria, que não tínhamos gente para o impôr». Dispersando-nos nas solicitações da «ocupação», era o espaço nacional que descuidávamos e desertávamos. Foi a troca da «boa capa» pelo «mau capelo», o conflito de duas políticas nacionais. Nem sequer, segundo o ensaio de Sérgio, o problema da «ocupação» veramente se colocava. Esse sempre nos excedeu mormente no Oriente e nas duas Áfricas que não tivemos força humana para unir de costa a costa, do Ocidente a Oriente. Abandonada a «política de fixação», lançámo-nos, da metrópole não colonizada para os territórios coloniais não colonizados ou imperfeitamente colonizados, e de terra em terra, de mar em mar, na «política do transporte». Citando Duarte Ribeiro de Macedo, o autor do *Discurso sobre a introdução das artes neste Reino*, António Sérgio escreve: «Por causa da expansão ultramarina... passámos a precisar de mais objectos do que podíamos fabricar: e estabeleceu-se desta forma uma corrente de importações, que foi matando, passo a passo, as indústrias nacionais.». Pelas próprias palavras de Macedo, «foi insensivelmente faltando o gasto a todos os géneros que se fabricavam em Espanha, e por consequência perdendo-se os artífices, porque não podiam fabricar o que se não gastava; e todos se passaram às Índias a buscar outro modo de vida. Não se reparou neste ano, que pudera ter fácil remédio no princípio; e ficou Espanha sem artes e sem os muitos homens que das fábricas e uso delas se alimentavam, e dando às nações estrangeiras, pelas roupas, todo o oiro e prata que navegava das Índias.».

Para Duarte Ribeiro de Macedo, citado por António Sérgio: «A nação portuguesa, não cabendo nos limites deste reino, saiu a conquistar e descobrir o mundo, primeiro em África, depois na Ásia e na América. Nesta última parte possui 800 léguas de costa, que achámos inculta e bárbara, mas sem dúvida a mais fértil e rica parte do mundo. Nela temos várias colónias, onde em poucos anos de paz cresceram em número os habitadores; e ao mesmo passo que cresceram, necessitaram de todo o género de roupas e manufacturas da Europa, dando a troco tudo o que a cultura tem até agora descoberto, e todas as riquezas que o tempo e a indústria podem descobrir. Se as obras de que necessitarem forem estrangeiras, será dos estrangeiros a utilidade que a nossa indústria descobrir nelas e nosso trabalho cultivar, e viremos a ser no Brasil uns feitores das nações de Europa, — como são os Castelhanos que para elas tiram das entranhas da terra o oiro e a prata... A introdução das artes há de obrar que sejamos senhores úteis do Brasil; e a falta delas, que seja das nações de Europa o domínio útil daquele Estado». Ou, na síntese e linguagem de Sérgio: «A política do Transporte, portanto, arruina-nos a Produção; mas não só isso: a política do Transporte, a persistir... fará que o proveito das colónias seja todo dos estrangeiros».

É conhecida a página de Oliveira Martins, na qual o talentoso polígrafo afirma: «Em três espécies ou tipos se resumem as variadas combinações postas em prática pelos povos europeus para apropriar territórios ou riquezas localizadas fora da Europa; e ao conjunto dos três tipos deu-se o nome genérico de colónias. Esses três tipos, ou espécies, são: 1. — As *feitorias*, ou colónias comerciais. 2. — As *fazendas* ou colónias de produção agrícola, destinada à exportação (plantações). 3. — As *colónias*, propriamente ditas, ou estabelecimentos de população fixa, dada à cultura de produtos de consumo local». A sua obra *O Brasil e as Colónias Portuguesas* pretende responder às perguntas: se é possível converter em *fazendas* as *feitorias* da África continental portuguesa e se «essas fazendas poderão transformar-se em *colónias*, como sucedeu no Brasil».

Mas, na época em que escreve Oliveira Martins — *O Brasil e as Colónias Portuguesas* foi editado em 1880 — cerca de vinte mil portugueses emigravam para o Brasil e outras zonas do continente americano. Não considerava Oliveira Martins que fosse possível: «Desviar para a África essa corrente de emigração, criar com ela uma colónia agrícola...»; pelo contrário, pronuncia-se «terminantemente contra semelhante ideia que é mais uma prova da precipitação e falta de senso com que as opiniões se formam em Portugal». Preconiza Oliveira Martins que se vá *explorar* os territórios da África, não que se pense em os *colonizar*. Argumenta Oliveira Martins: «Os defensores da colonização da África são os mesmos que terminantemente afirmam a aptidão do preto para o trabalho salariado e livre; sem se lembrarem que esta segunda condição, por si só, sem outros motivos, bastaria para condenar à ruína os emigrantes portugueses que são proletários. Os portugueses que vão para o Brasil, artífices ou agricultores, não levam um real seu; e a prova disto são os contratos de locação de serviços que assinam para pagar as passagens. Desembaraçados, vão trabalhar por salário, alugar os braços, aí onde eles faltam. Regressam à Pátria com as economias e sobras do salário, sem se tornarem proprietários na América. Chegados a África, esses agricultores e artífices, ainda quando achassem criada a fazenda, abertas as portas do lavrador que lhes havia de dar de comer e trabalhar, não poderiam vencer um salário superior ao do preto abundante: quais seriam as economias do colono? Como concorreria com o trabalho dos negros?». E o historiador opina conclusivamente: «O exame das condições particulares da emigração portuguesa é o primeiro argumento a depor contra o plano de encaminhar para África essa corrente».

Já então, nas últimas décadas do século XIX, as remessas dos emigrantes determinavam a melhor «política colonial». Dizia Oliveira Martins: «Não é só a natureza comercial-industrial da emigração portuguesa para o Brasil que condena, pois, o plano de a desviar para África. Se o fizéssemos, destruiríamos a mais proveitosa direcção do nosso comércio externo, e secaríamos a fonte dos capitais móveis que trazem consigo os *brasileiros*.» (Por *brasileiros* entenda-se os portugueses fixados no Brasil ou que do Brasil regressavam). O Brasil independente era a mais rendosa colónia portuguesa. E, no final do volume *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Oliveira Martins afirmava: «Condenada assim a ideia de criar em África uma colonização propriamente dita, desviando para lá a emigração que vai para o Brasil, cumpre dizer ainda, antes de concluir, que, se preferimos decididamente a emigração para a América, à emigração para a África por muito desejada, preferíamos então que os portugueses só fossem forçados a emigrar, quando tivessem acabado de *colonizar* o Reino...».

De novo regressar à «boa capa», à «fixação» no território peninsular? Não precisamente. Oliveira Martins, em 1880 parece atraído para o ambicioso plano de um Império africano e escreve: «Nós que imperamos nas duas costas, podemos avassalar meio continente, missionar, educar, precedendo os ingleses na obra gloriosa da civilização indígena». Todavia em 1811, na «Advertência Preliminar» da sua obra *Portugal em África*, é severo na apreciação do sonho do ministro Barros Gomes: «Ora o que se fez no decurso de estes doze anos foi tanto o contrário de isto que de quimera em quimera, de loucura em loucura, chegamos a imaginar o romance da África cor-de-rosa, de lés-a-lés do continente depois de termos ficado com os sertões do Congo e de felizmente havermos perdido o protectorado do Daomé. Nada era capaz de saciar a nossa estúpida cobiça de regularmos a vista com as pinturas dos mapas.».

Do sonho imperial, representado no «Mapa Cor-de-Rosa», fomos despertados, brutalmente, pelo Ultimatum de 11 de Janeiro de 1890. A expansão imperial africana da Inglaterra contrariava as veleidades da ocupação dos espaços intercalados entre os territórios de Angola e de Moçambique. A explosão patriótica e republicana — da actividade da «Liga Patriótica do Norte» à revolta de 31 de Janeiro de 1891 — não toma por referência o Império, inspira-se na defesa patriótica de um património nacional, exalta-se no repúdio do Ultimatum como ofensa aviltante. Entre os crimes ao monarca imputados incluir-se-ia o abandono das colónias a um destino incerto. E a República, com a sua política colonial avançada, assumiria a defesa das colónias como património histórico da nação. Foi essa defesa umas das razões que levaram os governos republicanos a empenharem-se na participação do país na Primeira Grande Guerra Mundial. Ocorrem referências ocasionais ao Império Colonial, mas a referência dominante é a relativa ao património histórico da Nação.

A política colonial da República, de valorização dos territórios do Ultramar, de autonomia financeira, de descentralização (institucionalização do regime de Altos-Comissariados), de atribuição de competências legislativas aos governos coloniais, de elevação do indígena à civilização do povo colonizador, viria a ter a sua mais acabada expressão, com Norton de Matos, no conceito de «Nação Una».

Em 1925, Carlos Malheiros Dias, escritor monárquico, numa nova edição da sua *Exortação à Mocidade*, proclama: «A nossa bandeira flutua nas distantes paragens da Ásia e da Oceania, onde mais longinquamente compareceu a energia realizadora da raça. Somos depois da Grécia e de Roma, a nação que na radiosa adolescência da sua formação histórica, mais influiu nos destinos da humanidade, inaugurando a revelação da parte oculta do planeta, estabelecendo as comunicações marítimas inter-continentais. Somos a decana de todas as nações da Europa na sua actual configuração territorial; e só nos falta que a consciência da nossa soberania unitária se prolongue às dispersas províncias ultramarinas para que Lisboa volva a ser a cabeça de um grande império, a metrópole dos Estados Unidos de Portugal».

Em Janeiro de 1926, a revista «Seara Nova», publicou um número especial organizado por Jaime Cortesão e com colaboração de Ernesto de Vasconcelos («A partilha da África»), Freire de Andrade («A S.D.N. e os mandatos coloniais»), Quirino de Jesus («As ambições estranhas»), Armando Cortesão («Administração colonial»), Álvaro de Castro («Aspecto financeiro e económico da crise»), Leite de Magalhães («O problema do crédito nas colónias»), Gastão de Sousa Dias («O futuro de Angola»), Francisco Aragão («Defesa militar das colónias»), William J. B. Chapman («O trabalho indígena nas colónias portuguesas»). Sensível à crise e aos perigos que ameaçavam o património colonial da nação, e que suscitara «um movimento colectivo, à frente do qual se colocou a Comissão de Defesa das Colónias, da Sociedade de Geografia, constituída na sua quase totalidade por muitos dos nossos mais competentes colonialistas», a «Seara Nova» reconhecia que não era «isenta de erros e de manchas a administração colonial dos portugueses», considerava que «Portugal deve aos indígenas dos seus domínios ultramarinos a protecção mais eficaz e um esforço contínuo de assistência no sentido duma crescente civilização». No pensamento *seareiro* — e de acordo com a doutrina colonial propagada pela Sociedade das Nações — «só com essa condição lhe será lícito (a Portugal) manter a soberania sobre os seus vastos territórios». A «Seara Nova» entendia que «a finalidade da nação, maior e profunda razão da sua independência, se liga indissoluvelmente à missão colonizante e, por consequência, à posse dos seus domínios do ultramar».

Á concepção de um património, os «domínios do ultramar», cuja posse condiciona a própria «independência» da nação, junta-se a da «missão colonizante».

Na Constituição da República de 1911 não se encontra referência ao Império. No art. 67.° fala-se de «colónias portuguesas» e anuncia-se que hão-de reger-se por «leis orgânicas especiais e por diplomas coloniais

Provavelmente, não seria impossível aplicar a outros sistemas políticos europeus o mesmo tipo de análise de longa duração para encontrar uma continuidade semelhante à que se encontra em Portugal. No entanto, em nenhum outro sistema político (nem mesmo no espanhol) foi o corte formal entre regimes tão nítido como em Portugal. Por isso é aqui mais surpreendente a continuidade. Em termos de estratégia política, é também por isso que é mais importante denunciar a hipótese de continuidade (ainda que fosse só como suspeita, o que infelizmente não é) para que ao menos não continue a ilusão.

II. O pretexto de uma comemoração

Este texto tem uma data precisa e uma finalidade determinada. Corresponde a um convite feito por quem, há dez anos aceitou correr riscos reais que outros preferiram adiar, certamente para terem tempo de avaliar o que seriam as oportunidades mais seguras da época. Ao responder a esse convite, não posso esquecer que uma comemoração só tem sentido se for uma responsabilidade assumida no presente. Se não for isso, também seria uma forma de ficar à espera de avaliar as oportunidades da época. Não sendo agora necessário assumir um risco comparável ao que os elementos do Movimento das Forças Armadas aceitaram há dez anos, continua a ser justificável que se escolha, no domínio analítico e no domínio político, um percurso que seja de risco e de frontalidade.

Seria bom que cada um trouxesse para as comemorações o que tem, sem olhar para o lado para saber o que trazem os outros. Não parece que este seja o momento para afirmar ortodoxias ou para procurar estabelecer defesas corporativas.

Como acontece com todas as acções políticas, a mensagem do 25 de Abril de 1974 só se pode encontrar nos sucessivos ecos que foi tendo até hoje e nos que ainda são possíveis para o futuro que está ao nosso alcance. Por isso mesmo, este texto não se dirige à pureza dos ideais primitivos. O que conta, em termos políticos, é o que foi feito com esses ideais. Pouco importa quem os afirmou e com que sinceridade os defendeu. O que fica, na realidade política, são as decisões e os actos.

Significado analítico

Do ponto de vista das teorias disponíveis para a análise política, esta é uma interessante oportunidade de revisão crítica de muitos modelos habitualmente usados para interpretar a sequência dos acontecimentos e para prever as suas consequências.

A variedade dos acontecimentos verificados neste período constitui um bom campo experimental. A frequência dos fracassos permite fazer apreciações que não sejam distorcidas por características indefiníveis, como o talento e o génio — manifestamente, não abundantes. A confirmação prática de muitas previsões teóricas permite ilustrar em que medida a teoria é impotente para informar os decisores políticos ou para evitar a aceitação de caminhos inviáveis.

É conhecido, e até abertamente declarado, o pouco valor atribuido por muitos responsáveis políticos às indicações da teoria e às condições do pensamento sistemático. Em geral, dão mais importância aos estímulos da ambição (que se expressa como vontade política para não se revelar como oportunismo) e às indicações do instinto (que assim aparece como o critério essencial da decisão política). Se a ambição conduz ao fracasso ou à ilusão do poder, prossegue-se o jogo aumentando a aposta, numa escalada de fuga para a frente e de concentração de poderes — mas com máscaras sucessivas. Como o instinto é adaptativo aos estímulos negativos do fracasso e da dor, as decisões políticas mais relevantes vão ficando sem autor com a pasagem do tempo, porque quem as tomou acha mais conveniente renegá-las. O instinto político não é, afinal, uma capacidade singular para orientar a sociedade em caminhos viáveis. É um talento de adaptação às circunstâncias, um instinto de sobrevivência.

É natural que este modo de exercer a acção política, com inúmeros exemplos em Portugal, não seja receptivo às indicações teóricas. Será de esperar que se encontre na democracia portuguesa o mais baixo índice de consumo de teoria política por dirigente. E se o índice de consumo pode ser difícil de determinar com objectividade (admitamos que é um assunto da vida privada de cada um), é fácil verificar pelo que aparece reflectido no discurso político que ou há uma deficiência de consumo ou há uma deficiência de assimilação do que se consome. Também neste índice, pouco referido, Portugal está na cauda da Europa das democracias.

Mesmo em indicações tão elementares e tão estáveis universalmente como são as que decorrem da teoria da representação em democracia, o caso português apresenta variantes singulares. Um exemplo simples: apesar da estabilidade dos comportamentos eleitorais em todas as eleições, todas as combinações partidárias e todas as soluções políticas, sem excepção, foram ensaiadas. Será uma prova de pragmatismo político? Vejamos outro exemplo: com resultados eleitorais operacionalmente idênticos (no sentido do que permitem com legitimidade) é possível justificar, com as mesmas argumentações genéricas, a formação de uma coligação maioritária em 1983 e a sua rejeição incondicional em 1976. Não é uma prova de pragmatismo político. Quando nem a teoria da representação tem uma aplicação garantida e unívoca, compreende-se que o estatuto da teoria política não seja muito elevado.

nos termos deste título». Era o Título V da Constituição de 1911; e foi este Título V que o Decreto n.º 18570, de 8 de Julho de 1930, ou seja o Acto Colonial, veio substituir.

Inspirador de Oliveira Salazar na fase da ascensão ao poder, Quirino de Jesus, o colaborador da «Seara Nova» especialista das questões coloniais, seria o ideólogo e o suposto autor do Acto Colonial. No seu livro *Nacionalismo Português*, editado em 1932, Quirino de Jesus escreveu: «O Acto Colonial de 1930, publicado com antecipação por necessidade superior, foi concebido sob a influência das mesmas ideias históricas, reformistas e civilizadores que deram origem e forma à nova Constituição. Fica fazendo parte dela...». Assim foi. Nos termos da Constituição de 1933: «São consideradas matéria constitucional as disposições do Acto Colonial...» (Art. 133.º). A ideia imperial retoma fôlego e expressão, transita da nebulosidade dos mitos para a doutrina e o direito público. Quirino de Jesus declara: «É no sistema do Império Colonial que as gerações da renascença portuguesa deverão ter uma ideologia mais firme e clara, e uma vontade mais serena e decidida... O Acto Colonial veio para endireitar o caminho, e o fim deve ser atingido».

Esta finalidade ideológica convertia-se em preceito constitucional. O art. 2.º do Acto Colonial, afirmava: «É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente». A assunção do colonialismo imperial definia-se no art. 3.º do Acto Colonial: «Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português». Marcelo Caetano, no seu livro *Direito Público e Colonial Português* (pág. 12), considerava o Acto Colonial «uma verdadeira Constituição do Império Colonial Português».

Não só quanto à retórica imperial como na severidade relativamente aos custos da administração dos territórios ultramarinos, Oliveira Salazar terá sofrido a influência de Quirino de Jesus. Para o ideólogo do Acto Colonial, este contrariava os erros da política colonial republicana, eliminava os inconvenientes do «projecto descentralista, elaborado conforme os arts. 67 e 85 da Constituição de 1911», substituia: «As *Bases* e *Cartas Orgânicas* da administração das colónias, sucessivamente publicadas...», no mesmo repúdio envolvendo a legislação republicana e as *Bases* do ministro João Belo (1926-1927).

Oliveira Salazar, em Janeiro de 1933, no prefácio às entrevistas concedidas a António Ferro, escreve uma página que parece inspirada por Oliveira Martins, ou pela severidade contabilística do seu «mestre» Quirino de Jesus. Citamos: «Por mim atrevo-me a dizer que estamos demasiadamente presos à memória dos nossos heróis — nunca, aliás, querida e venerada em excesso —, demasiadamente escravizados a um ideal colectivo que gira sempre à roda de glórias passadas e inegualáveis heroísmos. O nosso passado heróico pesa demais no nosso presente. Só nós tivemos Vasco da Gama, João de Castro, Afonso de Albuquerque, os triunfos, as glórias fulgurantes da Índia; por detrás de nós, comerciantes ingleses, incomparavelmente menos ilustres, criaram para a Inglaterra, sem dar por isso, um grande Império. Só nós tivemos D. João I, a «ínclita geração de altos infantes», D. Afonso V, para estender Portugal para além do estreito e conquistar o norte de África; mas quem domina e vende o seus produtos em Marrocos é a França e a Espanha. Só nós tivemos Pedro Álvares Cabral, as missões dos jesuitas, o Brasil; mas, ainda que essa seja a nossa coroa mais valiosa de país colonizador e a nossa colónia de portugueses mais numerosa, vão-se os nossos compatriotas ficando ligados ao comércio e às profissões mais humildes, batidos em muitos Estados por alemães e italianos. Só nós ensinamos os caminhos dos grandes oceanos a todos os povos da terra, fomos ao comércio e à pesca primeiro que muitos outros; e compramos agora o bacalhau à Noruega e embarcamos as nossas mercadorias em navios ingleses e da pequena Holanda. A querermos agarrar-nos às concepções dos tempos heróicos, corremos o risco de aparecermos como braços desocupados num mundo novo que nos não entende».

Este *realismo* altera-se em menos de seis meses. Em Junho desse mesmo ano de 1933, discursando na abertura solene da 1.ª Conferência dos Governadores Coloniais, Oliveira Salazar, não só se refere a Lisboa designando-a por «capital do Império» — o que poderia ser só uma imagem literária —, como fala da «unidade política e económica de Portugal e do seu Império...». Surge, então, uma primeira alusão à nação imperial integrando administrativamente, «sem distinções de situação geográfica», as colónias portuguesas. Disse Oliveira Salazar: «Tal como o Minho ou a Beira é, sob a autoridade única do Estado, Angola ou Moçambique ou a Índia. Somos uma unidade jurídica e política, e desejamos caminhar para uma unidade económica tanto quanto possível completa e perfeita...».

A afirmação de que «a nossa posição de grande potência colonial», apesar do movimento de ideias que contestava o colonialismo e a competição dos imperialismos se manteria com aceitação pacífica, levava Oliveira Salazar a adormecer na visão embaladora de que estávamos imunes aos problemas que os outros povos detentores de colónias enfrentavam. Com uma boa dose de inconsciência do processo histórico, dizia: «A nós hão-de vir encontrar-nos então trabalhando tranquilos na unidade política e económica de Portugal e do seu Império, de que queremos fazer poderoso factor de paz e de progresso do mundo.». Este irrealismo nacional e imperial, seria contudo, desacompanhado de uma política positiva. À míngua de investimentos financeiros, e recusando-se a corrente emigratória a tomar o rumo da África — para o Brasil, segundo Orlando Ribeiro, de 1890 a 1940, saíram 1 200 000 emigrantes —, o *Império* de Salazar abria-se aos interesses estrangeiros. Conhece-se a reacção do colonialista Paiva Couceiro, cuja carta ao ditador lhe valeu a prisão e o exílio. Em Angola pensando, no ano de 1944, Norton de Matos escreveu: «Imaginar-se que a nação possui realmente os territórios de Angola, porque os

descobriu, os conquistou e os ocupou à força, militarmente, por engano ou dolo, em face dos seus habitantes indígenas, é um erro colossal...». Numa reunião do Conselho do Império Colonial, em 1945, regista-se a declaração de voto de Vicente Ferreira: «a mais antiga Nação colonial, é acusada — com certa justiça — de se encontrar, ao fim de 400 anos de ocupação, mais atrasada no conhecimento do que lhe pertence do que as nações recém-chegadas à África nas últimas décadas». Em 1947, Henrique Galvão, então deputado por Angola na dita «Assembleia Nacional», denunciava que os produtos coloniais eram pagos a «preços irrisórios» e chegavam ao consumidor, metropolitano a «preços intoleráveis». Cita números. Para o preço do milho um aumento, entre o produtor e o consumidor, de 600 por cento. O café, da fazenda de Angola ao balcão de Lisboa, sofria aumentos de 1000 a 1200 por cento. Um *relatório* de Henrique Galvão (22 de Janeiro de 1947), por ele redigido na sua qualidade de «inspector colonial», caracteriza uma situação económica, social e sanitária grave, indicadora do fracasso da administração colonialista na qual avultavam as perdas demográficas: os trabalhadores indígenas e as populações fugiam. Da situação particular de Angola, o «inspector colonial» Henrique Galvão, afirmava: «falta-nos a massa necessária de mão-de-obra para manter o nível actual de produção e desenvolvimento, nas condições humanas da utilização do trabalho». O trabalho nas condições de «contrato» não era escravatura, mas era trabalho compelido, forma de exploração e de sujeição a que os indígenas resistiam ou se subtraiam abandonando o território.

Quando em 1945, a Câmara Corporativa apreciou a proposta de revisão da Constituição e do Acto Colonial, apresentada à Assembleia Nacional em 19 de Maio, defendeu que seria oportuno ir mais longe que o Governo, que se impunha introduzir alterações «mais amplas e profundas, indo porventura até à integração na Constituição das disposições fundamentais relativas às *províncias ultramarinas*», terminologia esta que merecia a aprovação da Câmara Corporativa «por considerá-la mais harmónica do que a palavra *colónias*, com a índole do Império Português» («Diário das Sessões» n.º 176, de 16 de Junho de 1945).

Consultado pelo Governo, em Maio de 1950, o Conselho do Império Colonial pronunciou-se pela substituição, no léxico oficial, da designação «colónias» pela expressão «províncias ultramarinas».

O Acto Colonial não correspondia ao momento político, nem às pressões da conjuntura internacional. Em 1951, integrado na Constituição, figuraria como o seu «Título VII»: «Do Ultramar Português». No discurso colonialista, o conceito de *Império* será substituído por conceitos de carácter jurídico, uns coerentes com a política de integração nacional, outros apontando para a descentralização autonomista, como os de «províncias ultramarinas» e os de «Estado(s)». Mas na Constituição, o Art. 133.º, de harmonia com a alteração de 1951 (Lei n.º 2048, de 11 de Junho de 1951), afirmava que era da «essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de colonizar as terras dos Descobrimentos sob a sua soberania e de comunicar e difundir entre as populações ali existentes os benefícios da sua civilização...».

Se, a uma primeira leitura essa «função histórica de colonizar» se restringe ao que resta do antigo Império («as terras dos Descobrimentos sob a sua soberania»), era a cultura portuguesa que às populações de essas terras seria «comunicada» e «difundida» o que representava, evidentemente, uma agressão cultural, e o Art. 135.º considerava: «As províncias ultramarinas, como parte integrante do Estado Português».

Desaparecia, no discurso colonialista, a referência ao Império, mas pretendia-se a integração vinculativa das «províncias ultramarinas» no Estado Português, pela letra da lei «solidárias entre si e com a metrópole» (Art. 135.º). Como notava o parecer da Câmara Corporativa (Diário das Sessões, N.º 70 de 19 de Janeiro de 1951), em vez da «função histórica de possuir e colonizar *domínios ultramarinos*», passava-se a dizer «função histórica de colonizar *as terras dos descobrimentos sob a sua soberania*». A expressão era infeliz no entendimento da Câmara Corporativa; dir-se-ia que Portugal na «segunda metade do século XX... continua a invocar, como único título jurídico da sua soberania no ultramar, os descobrimentos». Mas a Câmara Corporativa aderia à alteração da «terminologia corrente do direito colonial português pela supressão das expressões *domínios ultramarinos, colónias e império colonial*», alteração que ressuscitava as designações de *províncias ultramarinas* e de *ultramar*, a qual — citamos o texto do respectivo parecer — para a Câmara Corporativa achava justificação «no presente momento, sobretudo pela campanha internacional contra a denominação e o estatuto político das *colónias*.».

Nas conversas com Christine Garnier, que vieram a público, em livro, em 1952, Oliveira Salazar escusar-se-ia a reconhecer que a pressão internacional e as negociações para Portugal ter assento na Organização das Nações Unidas (ONU), teriam sido determinantes nas alterações constitucionais no que ao Império Colonial respeitava. Citamos: «Julgo muito difícil caracterizar a nossa colonização socorrendo-nos das classificações habituais: autonomia e assimilação. Reflectindo bem, a nossa acção no passado nunca esteve subordinada a um sistema preconcebido, mas, se quisermos dar nome à nossa orientação predominante, diremos de preferência: integração. Voltámos há pouco à designação de *províncias ultramarinas*. Entre nós esta expressão não se encontra de modo algum relacionada com o recente movimento que fez abandonar a outros países termos consagrados por um longo hábito. Com efeito, por toda a parte as colónias passaram a ser territórios dependentes e, administrativamente, departamentos do Ultramar. Connosco nada disso sucedeu. Voltámos à nossa nomenclatura tradicional, sem que se possa notar a menor alteração na nossa forma de proceder.».

Em vez de «Império Colonial Português», como então afirmou ter-lhe sido solicitado por colonos portugueses de Angola; «...Portugal e Lisboa capital do Império Português». A representação cartográfica que sobrepunha num mapa da Europa os territórios coloniais, ensinava aos escolares que «Portugal não era um país pequeno». O

Império Português, todavia, resultava de um exercício vocabular. Já não é o mito saudosista; deixava de ser, no presente, uma mitologia reconfortante ou de exaltação patriótica. Relativamente ao futuro, não surgia como um projecto de recuperação de grandeza, ou como uma visão profética. Com Oliveira Salazar reduzia-se a um património em condomínio e a uma complacente ficção jurídica, flutuante ao sabor do tempo e da fortuna, doutrinariamente flexível, subordinada a categorias jurídico-administrativas que variavam formalmente para rotular, sob designações diferentes, a mesmíssima prática colonialista. Dessas alterações o ditador dizia que elas tinham sido sucessivamente adoptadas: «sem que se possa notar a menor alteração na nossa forma de proceder». E repelia a pergunta da sua entrevistadora sobre a «emancipação futura» das colónias portuguesas, peremptoriamente afirmando que a hipótese «se encontra fora das realidades previsíveis». São palavras suas: «No processo histórico de uma obra de colonização à maneira portuguesa, não temos muito que nos preocupar com o caso...»

Marcelo Caetano, no seu livro *Tradições, princípios e métodos de colonização portuguesa* (Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1951) estabelecia os quatro princípios básicos da «administração colonial portuguesa»: «unidade política, assimilação cultural, diferenciação administrativa, solidariedade económica». Os resultados da política de *assimilação cultural*, segundo as estatísticas de 1950, não eram encorajantes, nem quanto à promoção civilizacional levada a cabo pelos colonizadores, nem quanto à adesão dos colonizados a valores de cultura e de civilização que lhes eram estranhos e estrangeiros. Na Guiné, para uma população total de 510 777 indivíduos, os negros «não civilizados» eram 503 935, e os «civilizados» 1478; em Angola, para uma população total de 4 145 266 indivíduos, 4 036 687 eram «não civilizados», e «civilizados» 30 089; em Moçambique, de uma população total de 5 732 317, eram considerados «não civilizados» 5 640 363 e «civilizados» 4340. Os números, na sua secura, são eloquentes quanto aos resultados alcançados. Por outro lado, era evidente que os magros resultados da *política de assimilação cultural*, não reflectiam, apenas, a resistência dos africanos à agressão cultural do colonizador, mas correspondiam ao interesse dos colonos, das companhias coloniais, da exploração colonialista, no nível de atraso dos territórios da África sob dominação colonial portuguesa.

Adriano Moreira, atento aos trabalhos e conclusões da Conferência de Solidariedade Afro-Asiática, que se realizara no Cairo, defendia, em 1958, a «assimilação cultural» como forma de evitar o movimento autonomista dos povos colonizados. Estava em voga nessa época, com grande aceitação, uma teoria que se distanciava da mitologia imperial, mas benévola relativamente ao colonialismo português: o *luso-tropicalismo*. Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro, em obras como «O Mundo que o Português criou» (1940), «Casa Grande e Senzala» (1931), «O Luso e o Trópico» (1961), corroborara, com cópia de elementos e o apoio da ciência sociológica, a tese oficial da «integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical».

É o próprio Gilberto Freyre que nos diz ter a sua tese merecido o apoio de Marcelo Caetano que, numa posição «antes de integração que de assimilação», teria manifestado uma coincidência com o «luso-tropicalismo» ao afirmar: «vamos transmitindo a mentalidade nossa, a nossa fé, a nossa cultura, os nossos costumes, de tal maneira que os assimilados se enquadrem depois, naturalmente, na legislação e nas instituições portuguesas, por necessidade deles e não por imposição nossa». Integração que não teria, segundo Gilberto Freyre, um exclusivo objectivo económico, e que, segundo o historiador-geógrafo Teixeira da Mota não seria «um esforço etnocêntrico mas social e culturalmente cristocêntrico». Nas sociedades multinacionais dos espaços luso-tropicais, «para além dos sistemas políticos e das estruturas económicas», haveria outros aspectos a considerar: «os psicológicos e os de convívio». Para Gilberto Freyre era de admitir «a preferência dos Portugueses pelas terras quentes e até pelas mulheres de cor». A *miscegenação*, de facto, teve o seu papel nas relações multirraciais. Mas terá sido mais *aventura* que *rotina*, e menos ainda situação socialmente admitida nas sociedades coloniais da África sob dominação portuguesa: em 1958, em Angola, apenas se registaram 25 casamentos mistos (branco e preta — 1; mulato e preta — 4; mulato e branca — 20).

Mário de Andrade, usando o pseudónimo de Buanga Fele, na revista *Présence Africaine* (Outubro/Novembro de 1955), submeteu a teoria do luso-tropicalismo a uma crítica severa. Para Mário de Andrade o primeiro ponto fraco da teoria luso-tropicalista, residia no facto de Gilberto Freyre se recusar a «encarar o funcionamento do aparelho colonial como sendo acima de tudo uma empresa de exploração económica dirigida pelo poder político» em segundo lugar, entendia Mário de Andrade, que «o cruzamento de raças foi praticado em grande parte no Brasil não em virtude dos conceitos morais de uma visão política, mas por via de uma simples circunstância — o número extremamente reduzido de mulheres brancas»; em terceiro lugar, o *cristocentrismo*, subjacente à «existência de uma unidade de sentimento e de cultura de todos os países tropicais sob o domínio de Portugal», não se mostrara incompatível com a escravatura e a dura exploração dos povos coloniais. Em vez de convivência cultural e racial harmoniosa, marcada pela cordialidade e simpatia, Mário de Andrade acusava a dominação portuguesa de praticar «uma política feroz de assimilação», da destruição das culturas indígenas, de proceder à distribalização, de reduzir as populações aos trabalhos forçados. O *complexo cultural* arquitectado por Giberto Freyre, com os seus fundamentos de convivência interracial e de comércio sexual, de desinteresse dos colonizados pela exploração económica do território colonial, de manutenção de relações sociais integradoras e de uma grande mobilidade vertical (social e política), para o escritor angolano estava «viciado na sua base» e à edénica visão de Giberto Freyre, Mário de Andrade contrapunha uma citação do historiador Vitorino Magalhães Godinho: «Os

portugueses construiram no século XVI um Império comercial cuja alma eram as especiarias; a sua razão, a pirataria e o saque; os seus nervos, os canhões».

Em 1960 (30 de Novembro) discursando na «Assembleia Nacional» sobre o tema «Portugal e a campanha anticolonialista», Oliveira Salazar expõe a sua leitura da tese luso-tropicalista. Citamos: «Quando a Nação portuguesa se foi estruturando e estendendo pelos outros continentes, em geral por espaços livres ou desaproveitados, levou consigo e pretendeu imprimir aos povos com quem entrara em contacto conceitos muito diversos dos que mais tarde caracterizaram outras formas de colonização. Às populações que não tinham alcançado a noção de pátria, ofereceu-lhes uma; aos que se dispersavam e desentendiam em seus dialectos, punha-lhes ao alcance uma forma superior de expressão — a língua; aos que se degladiavam em mortíferas lutas, assegurava a paz, os estádios inferiores da pobreza iriam sendo progressivamente vencidos pela própria ordem e pela organização da economia, sem desarticular a sua forma peculiar de vida. A ideia de superioridade racial não é nossa; a da fraternidade humana, sim, bem como a da igualdade perante a lei, partindo da igualdade de méritos, como é próprio de sociedades progressivas». E, neste estilo de ficção, cujo distanciamento da realidade ocorre perguntar se é cândido, se é cínico, Oliveira Salazar prossegue: «Em todos esses territórios a mistura das populações auxiliaria o processo de formação de uma sociedade pluriracial mas o mais importante, o verdadeiramente essencial estava no espírito de convivência familiar com os elementos locais; nas possibilidades reconhecidas de acesso à vida económica e social; nos princípios de uma cultura mais avançada e de uma moral superior que, mesmo quando violada, era a regra do comportamento público e privado. Se através destes meios, de acção forçosamente lenta, conseguia formar-se uma comunidade com certo grau de coesão, pode dizer-se que a tarefa estava vingada; a independência e a igualdade dos povos integrados com seus territórios numa unidade nacional». A tese oficial era a «da unidade da Nação na pluralidade dos seus territórios»; a campanha anticolonialista estava «por assim dizer oficializada nas Nações Unidas, mas dispõe fora delas dos seus órgãos de divulgação e de acção subversiva».

O escopo deste bosquejo, a sua brevidade, não consentem referência à questão de Goa e que nos debrucemos sobre a génese e eclosão das insurreições africanas. Propômo-nos seguir, e com passo estugado, a evolução ideológica, as modificações do léxico, as alterações do estatuto jurídico-administrativo, no discurso colonialista. E, ao fazê-lo, não emprendemos uma diligência original. A adaptação pragmática da doutrina aos factos, ou a necessidade de novas fórmulas doutrinárias ou jurídicas adoptadas sob a pressão da opinião internacional, não escapou à perspicácia dos militantes nacionalistas africanos. Abel Djassi, ou para sermos claros, Amílcar Cabral, num panfleto publicado em 1960, em Londres, escrevia: «Aquando da adopção da Carta das Nações Unidas, que concedia a todos os países o direito à autodeterminação, a Constituição portuguesa foi alterada apressadamente. O termo *colónia* foi substituído por território ultramarino (aliás *província*), permitindo assim a Portugal proclamar que não tinha colónias e não podia, portanto, apresentar relatórios sobre os seus *territórios africanos*». E Amílcar Cabral, refutando a teoria colonialista da «assimilação», denunciava como «deplorável subterfúgio», o conceito de «unidade nacional», unidade integradora de Portugal e das colónias, segundo ele: «conceito introduzido apressadamente na Constituição portuguesa para evitar as responsabilidades estabelecidas na Carta das Nações Unidas».

No final de Junho de 1961, Oliveira Salazar profere, na «Assembleia Nacional», um discurso intitulado: «O Ultramar Português e a ONU». As instâncias internacionais — na opinião do ditador — ignoram a realidade política e constitucional portuguesa, ele considera que «a estrutura actual da Nação portuguesa é apta a salvar de um irredentismo suicida as parcelas que a constituem...». Não se ocupa do teor das deliberações da ONU e depreciativamente proclama: «O convite às autoridades portuguesas para cessarem imediatamente as medidas de repressão é uma atitude, digamos, teatral do Conselho de Segurança e que ele não tem a menor esperança de ver atendida, tão gravemente ofende os deveres de um Estado soberano». Mas ao desafio arrogante de Junho, seguem-se, em Setembro, novas adaptações: o Decreto-Lei n.º 43 893, de 6 de Setembro, revoga o Decreto-Lei n.º 39 666, de Maio de 1954, que promulgara o Estatuto dos Indígenas da Guiné, Angola e Moçambique. A designação indígena, resistia, embora obsoleta no seu fundamento racial, à sorte do termo *colónia*. Em Agosto de 1963, versando o tema «Política Ultramarina», Oliveira Salazar insiste em que a realidade «Nação Portuguesa» se definia, a partir do modificável texto da Constituição como «um Estado unitário, na complexidade dos territórios que a constituem e dos povos que os habitam», e afirmava que: «O conceito de Nação é inseparável, no caso português, da noção de missão civilizadora, muito para além e muito diferente da introdução de novas técnicas e da exploração das riquezas naturais dos territórios achados. Tratando-se de um conjunto de povos, raças, idiomas e cultos diferentes, e desenvolvimento económico díspar, a acção nacionalizadora não pôde desprender-se do esforço que foi plasmando as populações, aproveitando os elementos úteis de culturas que encontrou no seu caminho, atenuando os divisionismos e rivalidades tribais, fazendo participar a todos do trabalho comum, finalmente despertando a consciência *nacional*, isto é, criando uma pátria e elevando as gentes ao nível de uma civilização superior. Os que descrêem sorriem desdenhosamente de nós; mas esta é a nossa maneira de estar no mundo, como já tem sido afirmado por outros».

Na primeira parte do texto citado fala-se de «missão civilizadora», na segunda parte, como tereis notado, fala-se de «acção nacionalizadora», e seguidamente faz-se alusão a «consciência *nacional*», à «criação de uma pátria», aquela e esta resultando da presença, intervenção e administração dos colonizadores. O pensamento de Oliveira Salazar não se apresenta como sendo só uma atitude reacionária perante a realidade política, reveste-se de

um carácter irrealista. Aos que reclamam a independência de Angola, Oliveira Salazar retorquirá: «mas Angola é uma criação portuguesa e não existe sem Portugal. A única consciência nacional vincada na província não é angolana, é portuguesa; como não há angolanos mas portugueses em Angola». Depois da derrocada do «Estado» da Índia, e dois anos decorridos sobre o início da luta armada em Angola, o ditador recusava a realidade, opunha aos factos e à história uma construção jurídica, uma ficção textual sucessivamente adaptada aos factos e moldada pelas pressões conjunturais. Dirigindo-se às Forças Armadas (23 de Agosto de 1963) para agradecer-lhes o apoio à sua política ultramarina, o ditador dirá que, ao contrário do que internacionalmente se fingia crer, em Angola não existia «um movimento nacionalista e antiportuguês e pela independência da Província». E exclamava: «... diante das manifestações inequívocas das populações da mesma Angola, da Guiné, de Moçambique e das mais terras portuguesas, nós podemos interrogar-nos, nesta época de autodeterminações, se estas só valem no sentido das divisões estéreis ou também a favor da unidade nacional». Três anos mais tarde (13 de Abril de 1966), as guerras coloniais alastrando (Angola, 1961; Guiné, 1963; Moçambique, 1964;) Oliveira Salazar, dando como provado, com o exemplo do Brasil, que a sociedade multirracial era possível, e criticando as descolonizações e o neo-colonialismo, proclamava: «Só nós, com a ideia tradicional da integração, temos criado, à volta da realidade portuguesa e do nome de Portugal, a coesão das Províncias Ultramarinas, todas consideradas membros de uma Nação».

Nem «Império Colonial», nem «Império Português»; no discurso colonialista valorizava-se o processo de integração que conduzia à *Nação unitária*. Com o pragmatismo político de Oliveira Salazar agonizava o *mito do Império*, e toda a visão profética era amortalhada no positivismo dos textos legislativos que consagravam a integração nacional das províncias ultramarinas.

O sucessor de Oliveira Salazar, Marcelo Caetano, promoveu novas alterações do texto da Constituição Política da República Portuguesa. Constam da Lei 3/71 (16 de Agosto). O Estado Português é unitário (Art. 5.º) mas pode «compreender regiões autónomas com organização político-administrativa adequada à sua situação geográfica e às condições do respectivo meio social». No Título VII, «Das Províncias Ultramarinas», o conceito de *nação integrada* era posto em causa na letra do Art. 133.º, que dizia «Os territórios da Nação Portuguesa situados fora da Europa constituem províncias ultramarinas, as quais terão estatutos próprios como regiões autónomas, podendo ser designados por Estados, de acordo com a tradição nacional, quando o progresso do seu meio social e a complexidade da sua administração justifiquem essa qualificação honorífica».

Novamente uma operação textual e a invocação da *tradição histórica* contra a concreta *realidade histórica*. Nem o «Reino do Brasil», nem o «Estado da Índia» constituiem em relação a Angola, à Guiné ou a Moçambique, numa fase adiantada de luta de libertação nacional, uma referência que se pudesse abonar na *tradição histórica*. Ruira o «Estado da Índia»; separara-se de Portugal o «Reino do Brasil». E nem um, nem o outro, tinham sido «Estados» por simples *qualificação honorífica*. De resto, não se entende o que no texto da Constituição Política de um país poderá significar, como conceito jurídico-constitucional, a expressão «qualificação honorífica». Expressão, que, a ter qualquer sentido político, só poderia ser entendida como limitativa e/ou desfiguradora do processo de autonomização. Mormente, quando essa «qualificação honorífica» de «Estado» era remetida para a incerteza da justificação que para tal encontrassem os governantes do Estado soberano colonizador face ao «progresso do meio social» e à «complexidade administrativa» da província ultramarina.

Também aqui, no artifício verbal do sucessor, não se descortina se a fórmula traduz candura jurídica, se se reveste de cinismo político, se é uma fuga concessiva perante os factos. De qualquer modo introduz, no discurso colonialista um elemento novo e contraditório: a política de integração, a que correspondia ao conceito de «Nação unitária», era posta em causa pela admissão de uma evolução das províncias ultramarinas, esses pedaços pelo mundo repartidos de um «Portugal maior», no sentido autonomista que as poderia levar a ter «estatutos próprios como regiões autónomas, podendo ser designadas por Estados».

Não nos detenhamos na lógica da hipótese de criação de «Estados», a prática colonialista de integração seria a garantia da *portugalização* desses Estados. As ideias colonialistas relativas à superioridade etnocêntrica, europocêntrica e cristocêntrica que orientaram a «colonização diferente» que pretendiamos ser a portuguesa, estavam profundamente enraízadas. A maneira portuguesa de estar nos territórios colonizados, abrangia o propósito de *civilizar* e de *nacionalizar* as populações autóctones. Era missão do colonizador, proclamava-se num texto legal de 1926 (Preâmbulo do Decreto 12 485, de 13 de Outubro) «chamá-las da barbaria e da selvajaria em que se encontram em grande parte, para um estado social progressivo em que elas tenham cada vez mais as vantagens morais e materiais da família bem constituída, da vida municipal e nacional, da agricultura, da indústria e do comércio evolutivos de um verdadeiro organismo económico».

Este colonialismo integrador, apresenta-se como solução positiva do *Império* mítico, ou como evolutiva e generosa proposta de assimilação convivente, terá sempre uma característica essencial: desrespeita as culturas e as tradições dos povos coloniais, julga-os e valoriza-os pelos padrões de cultura e de civilização do colonizador. Diferentes o *colonialismo liberal*, o *colonialismo republicano*, o do período da «Ditadura Militar» (com o ministro João Belo), e o *colonialismo do «Estado Novo»*. Mas, nas versões mais abertas e humanitárias, ou mais estreitas e racialistas, sempre *colonialismo*. E a própria oposição democrática na sua globalidade — não falemos de atitudes de consciente vanguarda ou de radicalismos vanguardistas — mostrava-se extremamente prudente na crítica da ideologia do colonialismo e na proposta de um novo rumo. O que se discute — de Paiva Couceiro a

Norton de Matos — é a melhor metodologia para manter o domínio colonial, é a maneira como o «património» é administrado e defendido.

Em 1958, nos programas das candidaturas à Presidência da República, deparam-se fórmulas confrangedoramente tímidas: «A modificação da actual política do Ultramar, pela organização do seu trabalho e pela coordenação dos sectores económicos e dos das diversas parcelas do território ultramarino, em bases igualitárias, com vista a reforçar os laços comuns de amizade e de cooperação». — Dizia-se na proclamação do candidato Arlindo Vicente; na plataforma do candidato Humberto Delgado enunciava-se o objectivo de «manter e consolidar os nossos compromissos e direitos internacionais de potência ocidental, geograficamente dispersa, mas política e moralmente unida e indissociável». Em 1961, o «Programa para a Democratização da República» repudiava «qualquer manifestação de imperialismo colonialista», propunha «assegurar os direitos fundamentais dos povos no plano político, económico, social e cultural», preconizava «a imediata institucionalização de vida democrática, sem discriminação racial ou política, para todos os territórios e todos os povos, tirando da autenticidade do funcionamento das instituições democráticas todas as consequências morais, económicas e políticas». Mas o articulado referente à «política ultramarina» estava ultrapassado pelos acontecimentos. O Programa, datado de 31 de Janeiro de 1961, foi posto a circular três meses mais tarde, e, consequentemente, em aditamento, condenava a guerra e pronunciava-se pelo «caminho do diálogo entre as populações». Não foi possível ir mais longe. Sectores e personalidades oposicionistas de diversa formação ideológica adiantaram quimeras federalistas que mantinham o domínio territorial com capital itinerante (Cunha Leal) ou não passavam da atitude de censura de uma errada política colonial (Congresso Republicano de Aveiro).

A investigação histórica sistemática, e sistematicamente crítica, da ideologia do colonialismo português, exige um minucioso inquérito às posições de partidos, grupos políticos, homens políticos, grupos de interesse, homens de acção colonial, hierarquia da Igreja e missionários, historiadores, ficcionistas, poetas. Uma pesquisa sumária da evolução do discurso político colonialista e do seu reflexo no direito positivo, apresenta-se como necessária, mas é insuficiente. A análise da mitologia do *Império*, e a própria evolução conceptual do colonialismo, terão que ser feitos tendo, evidentemente, em atenção os caminhos da evolução da ideologia colonialista, mas à luz da *descolonização*.

A «guerra colonial» por vontade de Oliveira Salazar e com o seu trânsito pelo Ministério da Defesa, foi promovida à categoria de «política colonial». Abonamo-nos, para o sublinhar, no conceito de Clausewitz. Os «meios de guerra» vinham cumprir a missão de garantir o «domínio», o «património», que os «meios políticos» não se tinham mostrado apropriados para manter. Mas, a «Guerra colonial» tinha como consequência agravar, no terreno operacional e nas rectaguardas, a luta anticolonialista. Contra os argumentos colonialistas generalizou-se o repúdio da sujeição colonial e da forma concreta que a política colonial assumira — *a guerra colonial*.

A *política colonial* do Estado Fascista, nas condições criadas pelas actividades militares dos movimentos de libertação nas três frentes africanas, adoptou a forma de *guerra colonial* deixou de ter sentido como *política colonial* e como *resposta militar*.

A paz significava: o fim da *guerra colonial* e o fim da *política colonial* que *assumira a forma de guerra colonial*. A paz tinha um nome: *descolonização*.

Ou seja: fim do *domínio colonial*, entrega aos povos coloniais do respectivo *património*, secessão da «Nação unitária» *fim do Império*.

Regresso de Portugal de *potência mundial* imaginária, a País real; de *Império mítico*, ou de *futurante Império*, a Pátria actual. E, se fôssemos a tempo, da «política de transporte» e da diáspora, à «política de fixação»; do trágico equívoco de povo colonizador-colonizado, ao povo soberano, livre, a reagir contra colonizações e aculturações, empenhado no esforço de construir Portugal em Portugal.

Descobertas as Índias, feito o Brasil, descolonizada a África, o Português enfrenta o desafio de encontrar emprego, finalmente, no seu próprio País.

Factor objectivo favorável a prosseguir Abril:
A descolonização irreversível

Victor de Sá

A minha reflexão incide sobre um dos três Ds que englobam a temática deste Seminário. O D da Descolonização, os fenómenos que lhe são historicamente inerentes, a Reforma Agrária e a Causa Operária.

A descolonização, portanto, não em si própria, mas nos reflexos de ordem interna que dela advêm e hão-de continuar necessariamente a influir na evolução futura da sociedade portuguesa.

Considerando a Descolonização como uma das consequências irreversíveis da Revolução de Abril, não posso deixar de evocá-la como alavanca das transformações na Metrópole. Tenho presente o quanto, no século passado, pesou nos destinos deste país, a descolonização americana, com a independência do Brasil. Penso que, no tempo que estamos vivendo, também a descolonização africana tem accionado entre nós e continuará a accionar a luta social.

A minha sensibilização para a importância profunda, diria mesmo de consequências estruturais, que decorre da descolonização, deriva em grande parte de um Mestre de que muitos hoje se reclamam, mas poucos o consideram no que respeita à sua visão crítica da História de Portugal. Refiro-me a António Sérgio naturalmente. O Sérgio da teoria das duas políticas nacionais, a da fixação e a dos transportes. O Sérgio que tendo nascido nas colónias, filho de pais e avós administradores coloniais, ele próprio se transformou na má consciência do colonialismo português ao apontá-lo como a causa mais persistente do nosso atraso tecnológico, da nossa pobreza económica, da nossa sujeição política e do arcaísmo da nossa mentalidade escolástica.

Não tendo sido propriamente um anti-colonialista, Sérgio pôs em evidência nos seus trabalhos os malefícios que resultaram para o país da sua política de conquistas ultramarinas, e apontou para problemas centrais da sociedade e da economia portuguesa, que são, afinal, outros tantos problemas fundamentais com que agora nos debatemos: questões económicas, de produção; questões pedagógicas, de formação de um novo tipo de mentalidade, de um novo homem português que não seja mais o das conquistas; e questões estruturais, com realce — sublinhava ele — para a necessidade urgente de uma Reforma Agrária.

Aliás, esta ligação da ideia de Reforma Agrária à Descolonização não é original em António Sérgio. Foi a ideia central que dominou a sua obra de historiógrafo. Mas atrás dele havia já uma corrente secular do pensamento nacional, que filiava no colonialismo as causas do abandono dos campos no continente.

Ao promover em 1922, a conhecida Antologia dos Economistas Portugueses, Sérgio recenseou aí alguns desses pensadores do século XVII: Luís Mendes de Vasconcelos, Manuel Severim de Faria e Duarte Ribeiro de Macedo.

Outra influência foi a de Mousinho da Silveira, o consagrado legislador do liberalismo no início da Guerra Civil. Foi Mousinho quem em 1832, há século e meio pois, proclamou esta verdade que ainda hoje merece reflexão:

> ...«os Portugueses se atormentam, se perseguem e se matam uns aos outros por não terem entendido que o reino, tendo feito grandes conquistas, viveu por mais de três séculos do trabalho dos escravos, e que, perdidos os escravos, era preciso criar uma nova maneira de existência, multiplicando os valores pelo trabalho próprio.»

Essa necessidade de substituir o trabalho dos escravos pelo trabalho próprio foi a mola propulsora da nossa Revolução Liberal no século passado. Repare-se que, iniciada em 1820, sofreu vários colapsos antes do seu triunfo definitivo, 14 anos mais tarde. Isto equivale a lembrar que só depois de perdidas as ilusões colonialistas

dos liberais relativamente ao Brasil é que se tornou imperiosa e inadiável a mudança de estruturas na Metrópole.

Assim, a Revolução Liberal corresponde à descolonização do século passado, como outra Revolução terá de corresponder à descolonização do nosso tempo.

Não se trata de um fatalismo histórico. Não é a aplicação mecanicista da solução de uma época aos mesmos problemas de outra época diferente, que é a nossa actual.

Trata-se de reconhecer e considerar a Descolonização como factor objectivo, persistente e irreversível que subjaz nas modificações que desde logo se esboçaram e continuam a reclamar-se imperativas. Factor que nos ajuda a compreender agora o insucesso evidente de todas as tentativas restauracionistas do capitalismo português, mesmo quando apoiado nas formas mais agressivas e perigosas do imperialismo.

Retomemos António Sérgio nas suas próprias palavras:

> «O Brasil perdeu-se com efeito; e então a sociedade, a morrer de fome, careceu de um abalo catastrófico (...). Tornava-se necessário outra mina; e qual? a da casa naturalmente, cultivando-a-o que só seria possível desonerando o trabalho das servidões que o asfixiavam» (Considerações histórico-pedagógicas... Porto, 1915).

Referia-se ao abalo produzido pela legislação de Mousinho na sociedade portuguesa de então.

Libertar o trabalho das servidões que o asfixiam continua a ser hoje, ao nível das exigências do nosso século, uma satisfação imperiosa decorrente da Descolonização.

O colonialismo português, ao mesmo tempo que explorava e oprimia outros povos, era a causa da opressão e da exploração do próprio povo.

O colonialismo foi sempre um travão ao progresso social e económico de Portugal e constituíu ainda, ao contrário, uma base de apoio às forças mais retrógradas, na medida em que as riquezas acumuladas pela exploração colonial compensavam sem esforço as carências da produção nacional. Os latifúndios, por exemplo, podiam manter-se improdutivos, porque a alimentação comprada ao estrangeiro se pagava com as matérias-primas locupletadas aos povos colonizados.

Mas agora não há mais os diamantes de Angola, nem o algodão de Moçambique, nem as oleaginosas da Guiné ou o café de S. Tomé e Príncipe para trocar pelos produtos essenciais à nossa subsistência.

Impõe-se por isso a valorização do trabalho no aproveitamento de todas as fontes de riqueza nacional, nomeadamente os latifúndios.

Impõe-se também uma redistribuição do rendimento de tal forma que sejam os que mais trabalham, e não os monopolistas, aqueles que verdadeiramente beneficiem do produto bruto nacional.

Este é um factor sócio-económico essencial para garantir, por sua vez, a irreversibilidade da Revolução Portuguesa.

Reconhecer aos trabalhadores o papel determinante que eles ocupam na sociedade portuguesa é o que hoje se impõe para obter soluções estáveis na nossa vida económica. É com os trabalhadores, e nunca contra eles, que Portugal encontrará a solução adequada aos muitos problemas em que estamos atolados.

Tanto assim que há 8 anos temos vindo a assistir ao fracasso sucessivo de todos os governos restauracionistas ao pretenderem impor uma política anti-laboral. A despeito dos muitos e profundos golpes desferidos contra a Reforma Agrária, ela permanece viva, mesmo que sangrante. É que ela corresponde a uma necessidade histórica e tem por si a força poderosa dos trabalhadores e dos democratas progressistas.

Assim como com os trabalhadores do campo, também com os trabalhadores das oficinas se está a passar um fenómeno idêntico de resistência.

Perante o desemprego e essa vergonha subversiva que é o atraso no pagamento de salários, estamos a assistir a um arreganhamento cada vez maior da luta de classes. O pacto social que o Governo anunciava como panaceia está a revelar-se, ao fim e ao cabo, como um beco sem saída, ou antes, para ser imposto tem como única via a sujeição às imposições gravosas do F.M.I. e do imperialismo das multinacionais, como se tem visto.

A não seguirmos o trilho de mobilização dos nossos próprios recursos, reconhecendo aos trabalhadores o seu papel determinante na reconstrução da economia, só nos restaria como alternativa passarmos, agora, a país colonizado.

É para essa sujeição ao imperialismo que estamos de facto a ser empurrados.

Mas é também perante uma situação assim prenhe de ameaças externas e internas, quando já de novo se perfila no horizonte o espectro de novas polícias políticas, que teremos de nos mobilizar numa frente unitária nacional. Hoje contra o imperialismo, como ontem foi contra o fascismo.

Dez anos depois do 25 de Abril, se ponderarmos todos os factores subjectivos e objectivos da actual situação, não se enxergam razões para nos postarmos numa atitude saudosista, muito menos desalentada.

Podemos estar inquietos — e estamos — quanto aos rumos da democracia conduzidos pelo governo e aos perigos de guerra a que ele cada vez mais nos expõe.

Mas o facto de a Descolonização ser uma das vitórias reconhecidamente irreversíveis da Revolução, mantém-nos o caminho aberto para a luta pela democratização efectiva da sociedade portuguesa. Uma democratização não apenas política mas também necessariamente económica e social.

É um objectivo que hoje em dia e cada vez mais se identifica com a dignidade nacional e com a própria defesa da nossa independência como país livre.

Estratégia colonial portuguesa e estruturas económicas de Angola nos anos 1960-1970

Adelino Torres

A análise da última fase do período colonial merece atenção tanto pela importância de que se reveste para as colónias como pelo seu significado para a compreensão da sociedade portuguesa da época.

Examinaremos neste trabalho alguns aspectos da acção colonial em Angola durante a vigência do «Estado Novo», distinguindo dois períodos a nosso ver diferentes: o primeiro, sobre o qual não nos atardaremos, vai até 1961 e caracteriza-se *grosso modo* por uma política económica maltusiana, onde o crescimento é o corolário de um equilíbrio orçamental em cada colónia imposto pelo Primeiro-Ministro Oliveira Salazar e inicialmente aplicado por Armindo Monteiro. Por outro lado as relações Metrópole-colónias enquadram-se no Pacto Colonial: as colónias fornecem à Metrópole matérias-primas e compram-lhe produtos elaborados ou semi-elaborados.

O segundo período, ao qual consagraremos esta análise, começa teoricamente em 1961 com a revolta nacionalista angolana. A pressão interna daí decorrente é, aliada ao contexto internacional da descolonização, um elemento novo com que o Regime é doravante obrigado a contar.

Contudo, no lapso de tempo que decorre entre 1961 e Abril de 1974, a realidade angolana (e portuguesa) revela uma dinâmica cuja leitura não se compadece com as explicações voluntaristas, algo simplificadoras, com que frequentemente deparamos.

É preciso distinguir nesse período pelo menos duas fases fundamentais na estratégia política e económica do Regime. A primeira, a que chamaremos *fase liberal,* estende-se de 1961 a 1971. A segunda, que intitularemos *fase proteccionista* inicia-se em 1972 e será bruscamente interrompida em Abril de 1974.

Estas duas fases articulam-se num processo mais vasto: o da passagem da prática do Pacto Colonial tradicional a uma política de «integração interterritorial» (o chamado Espaço Económico Português). O todo insere-se, por sua vez, no vasto movimento de mundialização da economia, de deslocalização dos aparelhos produtivos do centro para a periferia e das consequentes mutações na divisão internacional do trabalho. Portugal estava muito menos alheio a este movimento do que por vezes se julga.

Aparentemente os objectivos das transformações levadas a cabo em Angola durante esse tempo eram a industrialização daquele território e, em última análise, o seu desenvolvimento autocentrado. Contudo, se essa industrialização está longe de, pelo menos em termos relativos, ser negligenciável, as suas motivações subordinavam-se, antes de mais, às necessidades políticas e económicas da sociedade central metropolitana obrigada a redefinir a sua posição face à Comunidade Económica Europeia, à porta da qual Portugal batia há vários anos.

A viragem dos anos 60

a) *A fase «liberal» (1961-1971)*

Em 1961 o desencadeamento da revolta nacionalista pôs fim à estagnação que reinava na colónia desde os tempos «áureos» de Norton de Matos no início dos anos 20. As novas condições políticas exigiam de imediato soluções económicas capazes de ultrapassar a paralização dos investimentos e a incerteza que em 1961 se

apoderou dos empresários, dos detentores de capitais e, de uma maneira geral, de todas as classes sociais angolanas.

A resposta surgiu finalmente em Novembro de 1961 com a publicação do Decreto-Lei n.º 44 016 que inaugurou a aqui chamada «fase liberal» da colonização portuguesa em Angola.

É um projecto a longo prazo, onde se consigna a «abolição progressiva das restrições quantitativas e das barreiras alfandegárias e a liberalização crescente das prestações de serviços e dos movimentos de capitais» (1). Para a liquidação das transacções entre os territórios sob jurisdição portuguesa e entre estes e o estrangeiro foi constituído um regime de pagamentos. No Fundo Monetário da Zona Escudo (FMZE) foi criado um capital de 1500 milhares de contos para solver os desequilíbrios das balanças de pagamentos interterritoriais, atribuindo-se a Angola uma quota-parte de 850 000 contos no FMZE (2). Este mecanismo começou a funcionar em 1963.

Conforme se pode verificar pela evolução dos saldos dos vários postos da balança de pagamentos de Angola entre 1960 a 1973 (Quadro n.º 1) registou-se a partir de finais de 1963 uma acumulação de saldos negativos. A sua evolução foi tão rápida que a colónia esgotou nesse mesmo ano o crédito automático a que tinha direito. Desde então a formação de «atrasados» (3) nas liquidações à metrópole deu origem a situações de tensão política, ainda que velada, entre as classes procedentes de Angola (a que chamaremos «burguesia colonial») e as de Portugal continental («burguesia metropolitana») (4).

QUADRO N.º 1

Saldos das entradas e saídas de coberturas incluindo visíveis e invisíveis

(milhares decontos)

Anos	Saldos	Saldos acumulados (na hipótese de não amortização)
1960	− 379	− 379
1961	− 139	− 518
2	− 230	− 748
3	− 883	− 1 631
4	− 253	− 1 884
5	− 629	− 2 513
6	− 865	− 3 378
7	− 897	− 4 275
8	− 853	− 5 128
9	− 1 487	− 6 615
1970	− 759	− 7 374
1	− 1 813	− 9 187
2	967	− 8 220
3	307	− 7 913

Fontes: BANCO DE ANGOLA, *Relatórios*, Luanda; e ESTADO DE ANGOLA, *Relatório sobre a actividade do Fundo cambial durante o ano de 1973*. Luanda, 1974, pág. 22 (policopiado).

Apesar de tudo a «fase liberal» permitiu um crescimento económico como nunca antes fora registado na colónia durante a vigência do Regime. Por exemplo o comércio externo (importações mais exportações) apresentou, entre os quinquénios (1956-60 e 1968-72 uma taxa de crescimento de 200%, enquanto que o número de dependências e agências bancárias em todo o território angolano, que era de 17 em 1960 (pertencentes a dois bancos), foi acrescido, entre 1961 e 1968, de 91 estabelecimentos suplementares pertencentes agora a 5 bancos (5). Por sua vez os meios de pagamentos de Angola (imediatos e quase imediatos) passaram de 4860 milhares decontos em 1962 a 25 826 milhares de contos em 1972 (taxa de crescimento: 431%) (6).

(1) OLIVEIRA (J. E. da Costa), *Servindo o futuro de Angola*. Luanda, 1972.

(2) Para mais detalhes ver: TORRES (Adelino), «Balança de Pagamentos e Integração de Angola nos finais do período colonial», revista *Estudos de Economia* (Lisboa), III, 3, 1983, pp. 313-329.

(3) Os «atrasados» são o conjunto de ordens de pagamento (transferências) emitidas pelos bancos das colónias por conta e ordem dos residentes, em geral sobre a metrópole, que aguardavam cobertura junto do agente do fundo cambial respectivo. «Transferência» e «pagamento» são duas coisas distintas. Pode haver uma transferência autorizada sem pagamento por falta de cobertura.

(4) O conceito de «burguesia metropolitana» aqui utilizado sem qualquer intenção polémica mas tão-somente para simplifiar a exposição, refere-se às classes possedentes cujos «bens de raiz» por assim dizer, económicos e financeiros, se encontram em Portugal, independentemente dos interesses que porventura possam ter em Angola. Do mesmo modo, o conceito de «burguesia colonial» aplica-se exclusivamente às classes dominantes geralmente residentes na colónia, que, nos vários sectores da actividade produtiva, têm os seus «bens de raiz» em Angola.

Ao contrário do que pretendem ainda certos autores, os interesses da «burguesia metropolitana» e da «burguesia colonial», ainda que convergentes em muitos aspectos, não se confundem necessariamente (salvo nos períodos de crise como em 1961, por exemplo) e foram mesmo frequentemente antagonistas praticamente desde o século XVII. Não cabe aqui desenvolver esta questão, aliás fundamental. Ver eventualmente: TORRES (Adelino), *Colonização e Capital*, Lisboa, A Regra do jogo edições, no prelo.

(5) SECRETARIA PROVINCIAL DE ECONOMIA, *Relatório 1962-1968*, Luanda, vol. III, pág. 415 e segs.

(6) BANCO DE ANGOLA, *Relatórios*, Luanda.

Também é conhecido o efeito de ilusão/desilusão provocado por um período inicial de euforia de consumo teórico na acção política, a que se seguiu a verificação da sua limitada validade. A afirmação indiscutida de «leis objectivas» do desenvolvimento político deixou os seus traços profundos nos programas partidários, na criação de expectativas sociais, na formação de animadores culturais, nas decisões e no discurso político. Pouco importa que tudo isso fosse simplificado até ao nível da caricatura. Para quem consome pouco, era suficiente para a indisposição. Quem poderia acreditar na potência da teoria para explicar e para evitar os erros políticos, se aquilo que passava por teoria era a mais forte motivação directa para o erro? Ficaram as expectativas e as decisões; o discurso foi mudando e os programas esquecidos ou entregues a comissões de revisão.

Não obstante estas atitudes e estes efeitos, a teoria política teve meios suficientes, em todas as fases da evolução da democracia portuguesa, para interpretar as situações e para prever as consequências. Não consta que tivesse potência para evitar os erros, talvez porque quem deveria estar mais interessado em conhecer as suas indicações — e também para isso foram eleitos — prefere estar atento a outras inspirações, à força da ambição e à racionalidade do instinto. Mas continua a ser possível mostrar que a teoria política ainda é um valor político estável na sequência de fracassos que caracteriza a evolução política. Quando nada parece funcionar como devia, é ainda pela reflexão teórica que se pode esperar encontrar um sentido para o que se passa e as vias de resposta para as dificuldades que se acumulam.

Reabilitar a teoria política aparece, assim, como um objectivo necessário no presente. É, do mesmo passo, uma oportunidade de exposição de alguns métodos que terão provado a sua eficácia no tratamento de questões políticas reais. Finalmente, é o modo de criticar o que tem de ser criticado: em última análise, a aplicação da teoria política confirma que os dirigentes se transformam, por tanto a ignorarem, em entidades subordinadas a um destino que não compreendem.

Significado político

Não há análises políticas neutras. Nem mesmo a descrição de acontecimentos é indiferente ao que revela. Desde o método de observação até ao que se selecciona e às conclusões que se apresentam, o que há por detrás do texto é uma série de escolhas com implicações políticas. Nem mesmo o estilo é politicamente indiferente. Contudo, daqui não decorre que todas as análises políticas tenham de ser apreciadas na base do mesmo estatuto que se reserva para a acção política. Estando a análise política apoiada em métodos e modelos que se identificam na sua composição e se justificam nos seus resultados, deverá ser possível ao leitor acompanhar, numa atitude crítica e vigilante, o percurso dessa análise. Não desaparece a intencionalidade política, mas diminui a possibilidade de manipulação e limita-se o alcance do processo demagógico. Compete a quem utiliza a teoria decidir sobre a sua adequação ao que é a sua experiência prática, depois de conhecer o modo como as conclusões foram deduzidas e construídas.

Nesta perspectiva, os resultados mais importantes que a análise política deve obter resumem-se a dois: estudar as possibilidades em cada situação e identificar os núcleos fortes de problemas. São dois resultados interligados: as possibilidades só têm significado prático se puderem responder aos problemas; os problemas só têm realidade política se a sua resposta estiver ao alcance das possibilidades políticas. É por isso que mesmo os factos mais concretos e objectivos estão sujeitos a uma interpretação analítica de tipo diferencial, comparando-o com outras possibilidades em função das suas consequências eventuais. O significado da decisão política de nacionalizar empresas não é independente da garantia de manter a sua viabilidade económica; nem essa decisão se justifica antes de ser comparada com outros processos de controle ou de orientação da actividade empresarial através dos centros de decisão política.

Em consequência, uma análise política tem sempre uma dimensão estratégica. A definição dos pontos fortes onde a acção política pode obter resultados mais interessantes, e a indicação das vulnerabilidades onde a acção política encontrará os maiores obstáculos ou as resistências mais determinadas, são objectivos necessários para que a análise tenha um sentido e uma utilidade. O exemplo mais óbvio é a selecção de prioridades numa óptica de programa político: são os pontos onde a relação global de custos e benefícios, nesse quadro programático geral, for mais favorável.

Sendo diferencial e estratégica, a análise política também é crítica e programática. É habitual reconhecer-lhe a dimensão crítica, ainda que numa acepção trivial. É frequente esquecer ou ocultar a sua dimensão programática. Numa interessante perversão, aceita-se que é legítimo e possível criticar sem propor. Reconhece-se o direito de dizer «não», sem impor a obrigação de explicar como poderia ser «sim», assegurando que isso não iria aumentar outros «não» nem agravar a indiferença dos que não se pronunciam. Ora nenhuma dimensão crítica se pode afirmar sem apresentar a possibilidade alternativa ao que critica.

Não há nenhuma análise política que não contenha uma estratégia e um programa. Por isso, o melhor será explicitá-las, até para que se saiba a que conduz a crítica.

Embora necessária, esta opção abre o caminho a alguns efeitos que não são controláveis pelo autor. O primeiro: as propostas programáticas tendem a eclipsar a análise política que lhes serve de fundamento, e acaba por se debater a «ética» das propostas esquecendo a lógica da sua necessidade. O segundo: o debate sobre as estratégias esquece o fundamento das críticas, e acaba por se contrapropor aquilo que já provou dever ser

Os impedimentos para instalar indústrias na colónia foram consideravelmente atenuados ou mesmo eliminados, embora só em 1969 se tenha conseguido vencer a resistência do têxtil metropolitano que se opunha à criação de unidades concorrenciais nas colónias (7).

As indústrias extractivas receberam um tratamento extremamente favorável nos investimentos previstos pelo III Plano de Fomento (1968-73). Por exemplo, entre 1960 e 1972 a produção de minério de ferro passou, em números redondos, de 660 mil toneladas a 4830 mil toneladas (taxa de crescimento: 631%) enquanto que a produção de petróleo bruto variou, durante o mesmo período, de 67 mil toneladas a 7075 mil toneladas (taxa de crescimento: 10 432%) (8).

Também as indústrias transformadoras registaram um incremento por vezes considerável entre 1962 e 1972, multiplicando o valor da sua produção (a preços correntes) por cinco ou seis vezes (têxteis, produtos químicos, produtos minerais não metálicos) ou ainda (papel e borracha). Indústrias transformadoras *que nem sequer existiam em Angola em 1962*, como as de produtos metálicos de base, as indústrias de construção de máquinas e as de material de transporte, apresentavam em 1972 valores de produção já significativos.

Mas os resultados obtidos durante a «fase liberal» da década de 60 foram acompanhados por dificuldades económicas crescentes. O agravamento do défice da balança de pagamentos de Angola a que já fizemos referência criou problemas, remediáveis se a política financeira do Regime fosse outra mas insustentáveis no modelo em vigor. Calcula-se que, uma vez deduzidas as amortizações que foram sendo efectuadas, a dívida externa acumulada de Angola rondava os 5000 milhares de contos em 1971.

O postulado «liberal» que inspirara o Decreto-Lei n.º 44 916 de 1961 partira do princípio assaz clássico que a simples liberalização das trocas se encarregaria de restabelecer os equilíbrios e promover o desenvolvimento económico e social da colónia. Não se efectuaram as reformas prévias indispensáveis que, pelo menos, deveriam ter acompanhado uma tal abertura. Por exemplo o II Plano de Fomento não consagrava qualquer rubrica à saúde e o III Plano só lhe atribuía cerca de 1,9% do investimento global. Também não foram tomadas medias destinadas a canalizar para Angola receitas que normalmente lhe deveriam pertencer, como os rendimentos das grandes empresas multinacionais que escapavam ao controlo cambial. Era o caso da Diamang, da Companhia Mineira do Lobito, do Caminho de Ferro de Benguela, etc. Apesar do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 44 016 prever a revisão do regime cambial da Diamang até 1 de Julho de 1962, tal revisão nunca foi feita apesar dos protestos de membros do próprio governo de Angola (9). Do mesmo modo a Tanganica Concessions fazia entrega dos seus dividendos, directamente ao Tesouro metropolitano, enquanto que o projecto de criação de uma indústria de lapidação de diamantes em Angola, de relativamente fácil execução, nunca foi além da declaração de intenções mercê da resistência dos interesses ligados à Diamang.

Enfim a própria filosofia «liberal» deste período tinha um alcance relativamente limitado como o demonstram as críticas e os protestos da burguesia colonial de Angola. Se a Metrópole, diziam, podia não comprar, se tal lhe conviesse, mercadorias em Angola, esta tinha de «obrigatoriamente adquirir na Metrópole produtos que poderia comprar noutros mercados em melhores condições de preço» (10). A Associação Industrial de Angola e, sobretudo, a Associação Comercial de Angola faziam-se, sobretudo a partir de finais dos anos 60, amiúde eco de velhos ressentimentos da burguesia colonial e as palavras dos seus representantes tomavam por vezes foros de ameaça velada por onde espreitava a autonomia política quando não mesmo a «independência à Rodesiana».

O optimismo liberal posto em prática em 1961, sem visão nem estratégia capaz de impor reformas imediatas, revelou-se insuficiente. Quaisquer que fossem as vantagens do Decreto-Lei n.º 44 016, ele compreendera mal a realidade dos territórios colonizados ao aceitar o princípio de que qualquer «eventual desequilíbrio nas suas balanças de pagamentos se deveria atribuir a causas conjunturais ou acidentais e não a males de estrutura» (11). Segundo Costa Oliveira as dificuldades de Angola provinham em grande parte de uma inversão da estratégia que deveria ter sido seguida: primeiro o desenvolvimento de Angola e só depois a livre circulação de mercadorias, pessoas e capitais entre os territórios. «Esta inversão do processo levou a que o esquema de desarmamento inicial fosse atrasado ou mesmo anulado e, em alguns casos, a que se tivesse de voltar a situações de maior dureza que as verificadas antes do início da integração» (12).

Os dez anos que decorreram a partir de 1961 acentuam portanto a raiz extrovertida da economia angolana, subdesenvolvida e dependente, provocaram uma dívida externa considerável e agitaram a já suspeita burguesia colonial aos olhos do governo de Lisboa. Em 1971 o governo central pôs fim à experiência «liberalizante» do «decreto-Lei n.º 44 016 e, em sua substituição, promulgou o Decreto-Lei n.º 478/71 que, implicitamente, anunciava uma viragem mais profunda do que a sua leitura levava a crer.

---

(7) Foi ao abrigo dos Decretos n.º 33 924 e 34 643 que se impediu a instalação de indústrias têxteis nas colónias de 1943 a 1966.

(8) *Boletim Mensal de Estatística* (Luanda), XVIII, 2, pág. 17.

(9) Cf. OLIVEIRA (F. E. da Costa), *Servindo o futuro..., op. cit.*, p. 31.

(10) PROVÍNCIA DE ANGOLA, *O Novo Regime de Pagamentos*, Luanda, 1972, p. 171.

(11) MENDONÇA (Pio Coelho de), *Algumas reflexões sobre pagamentos interretoriais no Espaço Português*. Coimbra, Coimbra Editora, 1973, p. 12.

(12) Cf. OLIVEIRA (Costa), *Servindo..., op. cit.*, p. 185.

b) *A «fase proteccionista» (1972-74)*

O Decreto-Lei n.º 478/71iniciou uma fase em que alguns viram a aplicação de uma nova política de «proteccionismo educador», o compasso de espera indispensável à preparação das sempre adiadas reformas de estrutura.

Começando por determinar a limitação das transferências às possibilidades de cobertura de maneira a eliminar os «atrasados», ele impunha uma nova disciplina na criação de moeda em coordenação com a balança de pagamentos, estipulava a generalização do registo prévio para a importação, o qual passou desde logo a ser extensivo às compras na própria Metrópole e punha entre parênteses o discurso sobre a «integração económica nacional» tão repetido na década de 60.

Aparentemente a palavra de ordem eram o pragmatismo e a eficácia «economicista». O que fez dizer ao Presidente da Associação Industrial de Angola, talvez com uma ponta de desdém, que o Decreto-Lei 478/71 «não foi além de procurar alcançar o saneamento das balanças de pagamentos dos territórios ultramarinos no mais curto espaço de tempo possível» (13). A opinião tinha a sua verdade, mas a análise estava incompleta.

O novo decreto subentendia, mais do que anunciava, uma viragem a longo prazo na política económica da colonização portuguesa. O facto dele atingir pela primeira vez os interesses vitais de certos sectores das burguesias colonial e metropolitana que, até aí, tinham ficado invariavelmente ao abrigo da concorrência e beneficiado de rendas de situação, é, por si só, um elemento significativo.

De facto a nova lei atingia directamente os produtores e exportadores metropolitanos ligados às indústrias transformadoras pouco rendíveis ou condenadas mais ou menos a prazo, bem como os importadores em Angola de produtos portugueses desses mesmos sectores. Ao dividir os contingentes de produtos importados em 5 grupos de prioridades (desde os bens de equipamento essenciais às mercadorias cuja produção em Angola tinha, ou poderia vir a ter, condições para satisfazer as necessidades internas), o decreto vibrava assim um golpe às indústrias marginais da Metrópole, tecnologicamente ultrapassadas, fornecedoras de bens de consumo e, por conseguinte, não incluídas no primeiro grupo de prioridades previsto (constituído por bens de equipamento que eram essencialmente fornecidos pelo estrangeiro).

Certos autores viram aqui mais uma prova da «subordinação da economia portuguesa aos interesses estrangeiros», relativamente pouco atingidos pelo decreto já que era a indústria estrangeira que produzia cerca de 80% das mercadorias do 1.º e do 2.º grupos de prioridades compradas por Angola.

A tese não é original nem tão pouco convincente. Na verdade havia já vários anos que Portugal solicitava a abertura de negociações com a CEE a exemplo da Grã-Bretanha. Aliás desde 1963 que a Associação Comercial de Lisboa falava já do período da EFTA como de um passado praticamente enterrado (14). Relembre-se também que foi em 22 de Junho de 1972 que Portugal assinou finalmente um acordo comercial com a comunidade europeia após demoradas conversações. Por seu turmo o Governador do Banco de Angola escrevia em 1972 que era imperioso «harmonizar as nossas próprias forças económicas e melhorar o seu potencial competitivo externo para enfrentar o clima de progressivo desarmamento aduaneiro, ditado especialmente pela integração económica europeia» (15).

Torna-se claro que, a longo prazo, a viragem de 1971 tinha dois objectivos complementares: restaurar o aparelho produtivo metropolitano, reorientando-o e adaptando-o às exigências económicas e tecnológicas da anunciada integração na Europa e, ao mesmo tempo, robustecer a estrutura produtiva das colónias, em especial Angola, impondo a montagem *in loco* de indústrias extractivas e transformadoras competitivas, vocacionadas para abastecer no futuro um «Espaço Económico Português» integrado e coeso.

Assim o condicionamento das exportações metropolitanas para Angola nada tinha de «paradoxal». Ele foi, antes de mais, um desafio lançado a longo prazo às actividades produtivas metropolitanas e uma tentativa de ajustamento às condições políticas e económicas impostas pelo contexto internacional. Privando as indústrias portuguesas do mercado fácil das colónias e abrindo caminho às indústrias de substituição de importações em Angola, Portugal «saneava» economicamente o seu território europeu e *deslocalizava* para as colónias, com mão-de-obra abundante e barata, as empresas de trabalho intensivo incapazes de defrontar os aumentos salariais que tinham lugar na Metrópole. Para si reservava os sectores de tecnologia de ponta (refinarias, electrónica, informática, construção naval, etc.) e o controlo dos circuitos financeiros.

A esse nível, a almejada integração do Espaço Económico Português tiraria enfim «o maior partido das vantagens comparativas (de) cada território» (17).

---

(13) CASTILHO (António Garcia), «Discurso do Presidente da A.I.A.», *Boletim da Associação Industrial de Angola*, n.º 94, 1972.
(14) Cf. AZEVEDO (J. Cândido de), *Portugal Europa face ao Mercado Comum*, Lisboa, Bertrand, 1978, p. 24.
(16) OLIVEIRA (Costa), *Servindo...*, *op. cit.*, pág. 13.
(17) BANCO DECRÉDITO COMERCIAL E INDUSTRIAL, *Boletim Económico e Financeiro* (Lisboa), n.º 29, Jan.-Março, 1974.

Em resumo, as medidas que as autoridades portuguesas pretendiam tomar com vista à industrialização de Angola eram, ao fim e ao cabo, um meio que encobria uma finalidade mais vasta: uma nova redistribuição de funções entre Portugal e a sua colónia nas esferas de produção e de circulação de mercadorias e de capitais, onde Angola continuaria a desempenhar o papel complementar e indispensável — ainda que em moldes porventura mais favoráveis do que no passado — à acumulação do capital metropolitano e, perante as nações europeias, à confirmação da vocação «imperial» portuguesa, pluricontinental e dispondo de um espaço próprio (a zona escudo). A ocupação económica, política e geoestratégica de Angola e Moçambique eram um trunfo no confronto Leste-Oeste que se desenrolava já na África meridional (18) com acesso directo às rotas marítimas que, do Índico ao Atlântico, passavam pelo Cabo. Mais do que saber se Portugal tinha efectivamente condições para desempenhar por muito tempo o papel que, nesse capítulo, a si próprio se atribuíu — não sem habilidade e coerência, diga-se de passagem — importa compreender os fundamentos históricos da racionalidade desse discurso «imperial» e as vicissitudes que explicam o seu fracasso.

(18) Vd. OLIVEIRA (Hermes de araújo), *O Assalto à África*, V. N. Famalicão, 1974, e FERREIRA (José Medeiros), *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1981, pp. 151 e segs.

Evolução da economia em Angola 1930-1974

Eduardo de Sousa Ferreira

I

O objectivo desta comunicação é, a partir da análise * do processo por que passou a economia angolana de 1930 a 1974, demonstrar que na realidade a economia de mercado não só penetrou em Angola, como nela se consolidou, dominando-a.

As últimas décadas da época colonial, em especial após os anos de 50, são todo um alterar das forças produtivas e das relações de produção que vai permitir cimentar o modo de produção capitalista e garantir a sua reprodução. Nestes termos, torna-se difícil aceitar a tese da «evolução desordenada e sem lógica» da economia colonial angolana.

Ela foi sujeita, se bem que com certas características particulares derivadas da «especificidade» da fraca economia colonializadora, ao processo de dominação típica de qualquer economia colonial, inserindo-se nas economias de capitalismo dependente: o crescimento é feito à base de investimentos vindos do exterior por debilidade da poupança local e orientados para sectores em que a colónia é rica em recursos; os investimentos têm um efeito de crescimento não equilibrado e de formação de enclaves na medida em que desenvolvem os sectores de exportação tradicionais com efeitos quase nulos nos outros sectores; a economia colonial vai sendo cada vez mais inserida na divisão internacional do trabalho.

Foi esta evolução que criou, principalmente a partir dos fins da década de 60, uma divergência de interesses em relação a Angola mas que se orientavam todos para a «descolonização» uma vez que os trâmites de dominação neocolonial estavam garantidos. Os interesses da economia portuguesa, ao contrário do que correntemente é aceite, não abriram nenhuma excepção; a própria participação da economia portuguesa na dominação neocolonial de Angola fora por aquela cuidadosamente preparada: pelo domínio de alguns sectores-chave, principalmente o bancário; pela participação em quase todos os sectores económicos, ao contrário de terceiros países que só penetravam num ou noutro sector; pela preparação duma elite branca e assimilada feita «à imagem do colonializador».

Não foi a falta duma «lógica» no processo de colonização de Angola que conduziu até agora à não possibilidade de implantação do neocolonialismo e consequentemente à perda de domínio, também por parte de Portugal, sobre aquela antiga colónia. As razões terão que se ir encontrar noutros factores. Entre eles estará, certamente, o carácter específico do processo de descolonização, que se não compadeceu com a manutenção do sistema instalado. Na realidade, não foi possível criar uma alternativa ao movimento nacionalista que assumiu o poder e pôs em causa os mecanismos da economia de mercado implantada; por outro lado à fraca capacidade de negociação da potência colonial e à «fuga» da elite que preparara como correia de transmissão, mas que não chegara a ser integrada na formação social, há a acrescentar o facto de a descolonização ter sido feita ainda no «período revolucionário» da própria Metrópole.

*Uma análise detalhada, a fundamentar as teses aqui defendidas, é publicada na revista *Análise Social*.

II

O factor trabalho, base tradicional do sistema de exploração colonial, manteve-se como factor essencial de produção na economia angolana até aos anos de 50.

O factor capital se bem que tivesse vindo a ser reforçado a partir dos anos de 20, continuava débil em termos de acumulação local e afluia de forma ténue da Metrópole, à época fracamente industrializada; por outro lado o capital estrangeiro deparava com dificuldades de penetração devido à política proteccionista do Estado Novo.

O sistema fiscal e o regulamento do trabalho baseado no Código do Trabalho dos Indígenas de 1928 constituiam o enquadramento institucional destinado a limitar a possibilidade de o trabalhador angolano reduzir a sua actividade à cultura de subsistência, libertando mão-de-obra a ser inserida no circuito de economia monetária, seja através da sua introdução na «rede de comercialização» pela cultura autónoma de produtos de exportação seja através da exploração directa da mão-de-obra pelo assalariamento. Pretendia-se criar condições para a existência e utilização de mão-de-obra em termos favoráveis a uma economia de mercado. O método utilizado era assim duplo. Um, indirecto, através do sistema de impostos que coagia à obtenção de rendimentos monetários, sendo a aplicação das leis fiscais «utilizada pelos funcionários da Administração para garantir a mão-de-obra necessária às plantações europeias de cacau, café ou sisal ou para empresas como as minas de diamantes»; outro, directo, através do trabalho forçado sob variadas formas. Se este sistema de produção, baseado quase exclusivamente no factor trabalho, e nestas condições, não podia induzir uma economia dinâmica, por outro lado a possibilidade de dinamizar internamente a economia através duma actividade mais produtiva, como a do sector industrial, estava condicionada pela política colonial imposta pela Metrópole. Em princípio só a indústria extractiva — na realidade uma actividade primária — era directamente controlada pelo Estado, desde o decreto de Setembro de 1906 que estabelecia pertenceram todos os depósitos minerais ao sector público. Contudo, apesar de todos os outros ramos da indústria serem deixados ao sector privado, o estabelecimento de indústrias em Angola era controlado por Portugal. Em 1936 o decreto 26 509 tornou extensiva às colónias a política do Condicionamento Industrial como protecção da indústria portuguesa existente contra qualquer concorrência, formalizando assim a política até aí já seguida.

O estado em que se encontra a indústria em Angola nesta fase é a manifestação sectorial duma política mais global por parte da metrópole em relação à economia da colónia. A dependência política de Angola permitia à Metrópole condicionar a estrutura da economia colonial em função dos interesses da metropolitana. A Conferência Colonial de 1936 propõe a intensificação de complementaridade nas relações entre Portugal e Angola, a troca de produtos agrícolas e manufacturados da Metrópole por matérias-primas e produtos alimentares da colónia. A própria reduzida e pouco elaborada indústria angolana é orientada no sentido da exportação com a função de «complementar» as possibilidades de desenvolvimento da economia portuguesa.

Os mecanismos do comércio externo aliados a uma baixa produtividade, a um mercado interno restrito e à inexistência de indústria limitaram a acumulação local ao longo desta fase. Consequentemente, o quadro dentro do qual se pode verificar qualquer evolução económica é reduzido. As condições criadas são suficientes para permitir uma exploração de potencialidades existentes e assim permitir uma evolução quantitativa da economia, principalmente a partir da Segunda Guerra, mas não são suficientes para dar lugar a uma alteração da estrutura de produção. Daqui derivaram problemas específicos que necessariamente iriam levar a impasses. A necessidade de superar estes impasses, aliada às transformações na economia mundial iriam obrigar a Metrópole a rever a sua política económica para Angola, principalmente a partir dos anos de sessenta.

As condições descritas não permitem deduzir que Angola não estivesse já nesta fase inserida na divisão colonial do trabalho. Como nas colónias de outras potências a sua economia tornou-se parte integrante do sistema internacional de produção, ocupando o lugar que lhe é determinado pelas suas fontes de riqueza e pela sua capacidade económica. A estrutura das trocas revela elementos do tipo mais «clássico» da economia colonial. A produção é orientada segundo a tradição do pacto colonial, função dos interesses da Metrópole e não das populações locais.

O que diferencia a exploração colonial portuguesa é o facto de, por mais tempo que nas outras colónias, o trabalho forçado ter sido utilizado como motor principal da economia, função dum subdesenvolvimento da economia metropolitana que até aos anos de sessenta não estava em condições de implantar suficientemente em Angola uma economia mais «racional», baseada no trabalho assalariado generalizado. Essa mesma fraqueza conduzia a uma maior diversificação de clientes comerciais de Angola pelo facto de a economia metropolitana não ter capacidade de absorção da produção colonial; por outro lado, a impossibilidade de a economia portuguesa exportar produtos industriais mais elaborados conduzia a uma maior diversificação de fornecedores da economia angolana, do que se verificava nas colónias de outras potências.

III

O impasse geral em que começa a entrar a economia angolana nos anos de cinquenta tem origem em dificuldades surgidas ao nível dos factores de produção: terra, mão-de-obra e capital. Tais dificuldades resultam

da própria evolução interna da economia, acrescentadas, no que se refere ao capital, por dificuldades de ordem externa.

A terra cultivável em Angola resume-se a menos de metade do país e, na década de cinquenta, só uma percentagem reduzidíssima, de 1% a 3%, está em condições de ser realmente cultivada. Não tendo sido o crescimento da produção o resultado dum aumento da produtividade mas sim duma utilização extensiva das terras, começa a surgir o problema da escassez deste factor. Tornava-se, pois, necessário superar esta escassez o que implicava, por um lado aumentar a produtividade e alterar a produção e estrutura das empresas agrícolas, algumas de rendimento extremamente baixo, por outro orientar a economia no sentido de ela não continuar a basear-se quase exclusivamente na agricultura.

No respeitante ao factor trabalho, chegava-se a uma situação mais grave. Num país de fraca densidade demográfica, a exiguidade da população activa, que sempre colocara problemas de mão-de-obra, passa a representar uma barreira difícil de transpor quando, sem terem sido alteradas as condições de trabalho, se pretende conseguir mão-de-obra para uma produção agrícola acelerada não baseada no aumento da produtividade. A manutenção do mesmo sistema de produção implica uma utilização da mão-de-obra que só é conseguida através de uma grande pressão sobre o africano.

Para a superação do impasse que vai surgindo, torna-se necessário, por um lado, alterar as condições de trabalho em termos de atrair a mão-de-obra, por outro aumentar a produtividade de maneira a ser liberta mão-de-obra para a indústria. Enquadrada na política colonial geral, surge ainda como possibilidade do aumento do potencial de trabalho a política de povoamento com colonos vindos de Portugal.

A possibilidade de acelerar a acumulação de capital para o fomento dum processo de industrialização e o sustento de um desenvolvimento global dependia em Angola, dada a estrutura da sua economia, das possibilidades criadas pelo comércio externo. Contudo, precisamente na altura em que se fomentava uma política de desenvolvimento de culturas coloniais de exportação como base de acumulação, a tendência ao nível do mercado mundial era para a desvalorização dos produtos agrícolas tradicionais. Isto essencialmente devido à concorrência aberta entre vários países do «Terceiro Mundo» que, após a descolonização, pretendiam adquirir através do comércio externo o capital necessário ao seu próprio desenvolvimento económico.

A política de fomento de culturas coloniais de exportação revela-se assim incapaz de contribuir para uma acumulação que garanta o desenvolvimento. Torna-se urgente, por um lado, diversificar a produção agrícola para além das culturas já implementadas, por outro passar à fase de industrialização, de maneira a que a economia não continue, exclusivamente, na dependência de uma produção cujo valor se vai deteriorando. Mas qualquer destes caminhos vai por sua vez repor a questão da falta de capital.

A economia angolana deparava-se assim com impasses provocados por estrangulamentos ao nível de três factores de produção — terra, mão-de-obra e capital. Foi esta conjuntura, aliada à fraqueza da base de acumulação que o sistema de exploração da colónia criara, que conduziu já no início dos anos de cinquenta ao lançamento de um processo de remodelação da política económica colonial no sentido de criar condições que permitissem ultrapassar o impasse que se desenhava e de lançar as bases dum sistema de produção com possibilidades de desenvolvimento. O I e II Planos de Fomento para Angola, respectivamente de 1953-58 e 1959-64, representam já um esforço para o lançamento de infraestruturas que permitissem uma reconversão de actividades, fomento da indústria de transformação e indústria mineira, e criação de pré-condições para o povoamento com colonos vindos da Metrópole.

A nova política económica de desenvolvimento da colónia, contudo, só se faz sentir quase em meados da década de sessenta. A fraca dotação dos Planos de Fomento — 2,9 e 4,6 milhões de contos respectivamente para o I e II Planos e aplicados em pouco mais de 50% — não permitiam um impacto grande no sentido de uma reestruturação rápida; por outro lado tratava-se de infraestruturas de que, como tais, só surgem efeitos a longo prazo; finalmente, o levantamento armado em 1961 representou um factor incisivo de perturbação no desenvolvimento da nova política, a qual, só assume forma consciente, sistemática e intensiva após o Decreto 44 016 de Novembro de 1961 com a política de integração acentuada e que implicava grandes transformações da economia angolana. Na primeira metade dos anos de sessenta já é nítida a coexistência de dois tipos de crescimento baseados em tipos diferentes de economia e correspondendo às características das sociedades capitalistas periféricas em que numa mesma economia coexistem fracções com diferentes níveis de desenvolvimento de forças produtivas. Essas fracções não correspondem necessariamente à divisão sectorial, na medida em que, essencialmente o sector agrícola é abrangido tanto por um sistema como pelo outro. Para além da economia de subsistência depara-se por um lado com a agricultura africana para o mercado (cash crop agriculture) e com a cultura de plantação trabalho-intensiva e de utilização extensiva das terras, por outro com novas actividades progressivamente mais capital-intensivas e mais dinâmicas ligadas à agricultura mecanizada, à indústria e à extracção mineira.

Mas o novo tipo de crescimento baseia-se essencialmente nos ramos de maior produtividade da indústria mineira e de transformação, com grande capacidade de desenvolvimento. Estas crescem essencialmente a partir das reformas iniciadas em 1961 no sentido de passar a ser permitido desenvolver indústrias nas colónias mesmo que se trate de indústrias existentes na Metrópole.

Na base deste tipo de crescimento da economia angolana estão novas atitudes da política económica que vão permitir ultrapassar parte das barreiras levantadas ao nível dos vários factores de produção.

A questão da falta de mão-de-obra é enfrentada de forma dupla: por um lado através da libertação de parte da mão-de-obra retida nos campos, por outro através da imigração de colonos. O africano vai sendo integrado, em proporções crescentes, na economia do mercado e nos ramos «mais dinâmicos» da economia através de processos simultâneos. O novo sistema baseia-se em relações novas de produção em que predomina não mais o trabalho forçado nas suas várias formas, patentes ou dissimuladas, mas sim o salariato.

Uma outra tentativa para suprir a falta de mão-de-obra na generalidade e para actividades qualificadas e empregos não directamente produtivos, foi feita pela Metrópole, como se indicou, já nos anos de cinquenta com uma política de povoamento à base da imigração de portugueses. Contudo esta tentativa de solucionar o problema de mão-de-obra nunca alcançou as dimensões relevantes que se lhe pretendia dar. Tanto demográfica como economicamente, a mão-de-obra portuguesa «dirigida» por esta política ficou bastante aquém do pretendido. Até ao fim do domínio de Portugal sobra Angola manteve-se a questão da falta da mão-de-obra — particularmente da especializada — como estava patente ainda na preocupação do Conselho Ultramarino em 1972, e dos técnicos de planeamento do IV Plano de Fomento.

A diversificação e aumento da produção não se tornam exequíveis pela mera solução (mais ou menos suficiente) da questão da mão-de-obra, visto que só a longo prazo contribuem para suplantar a falta de capital. A curto e médio prazo não só embatem no impasse do capital como o agravam, na medida em que este factor de produção se apresenta como complementar ou pelo menos a sua falta conduz a uma produtividade marginal do trabalho da mão-de-obra suplementar cada vez mais baixa. A política económica para Angola terá assim que passar a ser orientada no sentido de ser conseguida disponibilidade de capital. As medidas tomadas vão no sentido de, por um lado fomentar a criação e fixação de poupança local, por outro atrair capitais vindos do exterior.

As medidas de política económica referentes à mão-de-obra e ao capital, permitindo um certo grau de saída para o impasse, vão conduzir à diversificação e crescimento da produção referidos. Deparamos assim com uma «adaptação» do modo de produção conducente a um crescimento visível se bem que não sem dificuldades derivadas de deformações de carácter estrutural.

Convergência histórica da luta pela liberdade em Portugal e da luta de libertação nacional em África

Manuel Alegre

Uma certa tradição cultural

1. Há, na nossa História, desde o início das descobertas até aos nossos dias, um confronto, por vezes surdo, subterrâneo, por vezes aberto e claro, entre duas atitudes culturais, ou, se se preferir, entre duas políticas a que Sérgio chamou *«as duas políticas nacionais»:* a política de fixação metropolitana pela reestruturação económica e social e a política de transporte, do aventurismo, do conflito ou do sonho imperial. Com a morte em Alfarrubeira do Infante D. Pedro, para o qual «sacrificar a política de produção às puras empresas de comércio» era trocar «uma boa capa por um mau capelo», é a política de transporte que triunfa. Mas o protesto não se cala. Ouve-se em Sá de Miranda («Ao cheiro desta canela/Lisboa se despovoa»), nos autos de Gil Vicente, n'Os Lusíadas — onde se canta a epopeia das descobertas e se condena a política de conquista, «a glória de mandar e a vã cobiça».

Vem por aí fora até Garrett, Antero, Eça de Queirós, António Sérgio. Não só o protesto, mas também o anti-racismo, a crítica duma pretensa superioridade, a defesa dum ideal de fraternidade e comunhão com outros povos. Pode ler-se na VI Elegia de Camões:

«Vi quanta vaidade em nós se encerra
E nos próprios quão pouca; contra quem
Foi logo necessário termos guerra.»

E não serão as «Endechas a Bárbara cativa» o mais belo poema anti-racista que se escreveu?

Pode ler-se na Carta de Pero Vaz de Caminha, no maravilhamento com que descreve a beleza dos índios e seus costumes e na tristeza com que comenta que os índios eram «mais amigos nossos que nós deles».

Não me alongarei em citações. Pretendo apenas significar que a guerra colonial e o movimento anticolonialista a que deu lugar representam, um e outro, o momento extremo e, ao mesmo tempo, o corolário desse velho conflito entre duas políticas nacionais.

E pretendo dizer ainda que a resistência anti-colonial entronca directamente numa tradição cultural que é, em meu entender, a que melhor representa o espírito humanista e universalista do Povo Português. A partir de 1961, alguns versos de Sá de Miranda ou de Camões, para já não falar na saudação ao Brasil liberto, de Garrett, como alguns escritos de Antero ou Eça de Queirós, têm uma carga tão subversiva como a dos poemas cantados por Adriano Correia de Oliveira e José Afonso ou os textos de certos manifestos anti-coloniais.

Introduzo assim o tema, porque o regime salazarista fez do problema colonial um *tabu* e lançou o labéu de traição sobre quem ousasse contestar a sua política ou sequer discuti-la.

Por isso sempre me pareceu necessário saber quem traía o quê e quem estava a favor ou contra um certo sentido da História ou, se me é permitido parafrasear o General de Gaulle, a favor ou contra uma certa ideia de Portugal.

Uma fronteira política e cultural

2. Creio que há na nossa história recente uma fronteira política e cultural, que começa no preciso momento em que Salazar proferiu, de dedo espetado, a palavra de ordem que caiu em nós como uma sentença: *«Para Angola e em força»*. Antes, o poeta oficial António Manuel Couto Viana tinha escrito:

«A minha geração não foi à guerra
Por isso a paz que traz não tem sido».

A história da minha geração é a história duma geração que foi à guerra ou se exilou para lá não ir. Uma história que começa para cá daquela fronteira política e cultural.

Uma fronteira política — porque desde então a luta contra a guerra colonial tornou-se parte integrante da luta conta o regime;

Uma fronteira cultural — porque, pela primeira vez, desde há muito tempo, uma geração foi colocada perante o dilema de ter que matar e morrer, sendo obrigado a interrogar-se sobre o porquê e o para quê e, consequentemente, a pôr em causa mitos, dogmas, conceitos e preconceitos até aí inquestionáveis. Mais: pela primeira vez, desde há muito, uma geração viu-se obrigada a fazer uma opção que tinha em si mesma a carga do irremediável: partir ou não partir, ir à guerra ou desertar.

Intuitivamente, primeiro, de forma mais elaborada, depois, foi sempre claro para mim que a guerra colonial era contrária aos interesses nacionais e ao sentido humanista e universalista que marca o que a nossa cultura tem de melhor e mais perene. Por isso, foi sempre preocupação minha e de alguns companheiros fundamentar a luta contra a guerra numa tradição cultural portuguesa. Como mais tarde havia de dizer Amílcar Cabral aos microfones de «A Voz da Liberdade», *«a guerra colonial de Salazar separava onde outrora as naus portuguesas tinham aproximado povos e continentes»*.

A contestação da guerra e do colonialismo implicou, assim, uma releitura e uma reassunção da História, despida dos mitos e deturpações salazaristas. E implicou, sobretudo, a necessidade de operar uma clara distinção entre o significado das navegações — como grande aventura humana e cultural — e a política de conquista que se lhes seguiu e que Antero aponta como uma das causas da decadência dos povos peninsulares.

Tal como na era quinhentista as nevegações tinham feito ruir os dogmas e dado lugar a uma nova maneira de ver, de ser e de sentir, também agora a vivência da guerra ia originar um outro *«ver claramente visto»* e criar uma nova atitude mental perante os mitos, os nevoeiros e os fantasmas do regime. Como Camões, também nós podíamos dizer que mais do que vencer «o tempo armado», era *«vencer na Pátria, desarmado, os monstros e as quimeras.»* Com efeito, mais do que repetir certos simplismos ideológicos, era imperioso demonstrar que a oposição à guerra era a única atitude patriótica, a única que podia entroncar numa boa tradição lusíada. Só assim se poderia transformar a oposição à guerra numa causa nacional, patrioticamente justa e patrioticamente necessária.

Só assim se podia proclamar que não é livre um povo que oprime outros povos e que a luta pela liberdade em Portugal era inseparável da luta pela independência em África.

Não era só um dever de internacionalismo revolucionário — o que poderia ter reduzido o movimento anti-colonial a um mero e desgarrado protesto minoritário; era uma questão nacional, da qual dependia a nossa própria liberdade e integridade moral da nossa Pátria.

Por ser assim, por ter assumido essa dimensão nacional, é que a oposição à guerra colonial acabou por desaguar num 25 de Abril apoiado e legitimado pela esmagadora maioria do Povo Português.

Curiosamente, foi um dirigente dum movimento de libertação quem mais claramente e desinibidamente formulou esta perspectiva. Refiro-me a uma célebre entrevista concedida por Amílcar Cabral à Voz da Liberdade (a primeira de várias que tive a honra de lhe fazer) e na qual o fundador do PAIGC falou uma linguagem que muita gente da esquerda portuguesa não ousaria então falar. Citando Camões e Os Lusíadas, Amílcar Cabral recordou que os portugueses tinham uma História e uma cultura de que não deviam envergonhar-se, porque essa História e essa cultura tinham um sentido progressista. Era nessa História e nessa cultura que os portugueses deviam procurar a inspiração para o combate contra um regime e uma guerra que as negavam e desfiguravam. Ou seja: à falsa portugalidade do fascismo e do colonialismo, Amílcar Cabral contrapunha a portugalidade autêntica: a da luta pela liberdade e fraternidade com outros povos e outras lutas de libertação.

Guerra e radicalização da resistência em Portugal

3. Em Novembro de 1961 fiz em Coimbra, numa reunião das três Academias, o que talvez tenha sido o primeiro discurso público contra a guerra colonial. Três dias depois fui colocado na Ilha de S. Miguel, onde, em Junho de 1962 (depois duma tentativa de ocupação da Ilha, que não chegou a concretizar-se devido a instruções contrárias vindas de Lisboa), os então capitães Melo Antunes, André do Nascimento Infante, o civil Borges Coutinho e eu próprio, outros civis e outros militares, enchemos a Ilha de panfletos contra o fascismo e a guerra

colonial. Em 17 de Abril de 1963, cabia-me a desgraça ou a honra de ser o primeiro oficial preso pela Pide em Angola, em consequência duma falhada tentativa de levantamento militar. Mais tarde, já no exílio, quiz o acaso que fosse eu a fazer as primeiras entrevistas, que Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane e Samora Machel concederam a uma emissora portuguesa — «A Voz da Liberdade». Quis ainda o acaso que fosse eu o primeiro português a depôr perante o Comité dos 24 da ONU quando este se reuniu em Argel. O acaso me levaria também a Conakri para buscar as armas oferecidas por Amílcar Cabral aos anti-fascistas portugueses que pensavam ser necessário abrir em Portugal a 4.ª frente. O acaso me levou de novo a Conakri, desta vez para tomar a palavra nos funerais de Amílcar Cabral. O acaso, finalmente me juntou a combatentes que, como Piteira Santos, Carlos Antunes, Nuno Bragança, Artílio Baptista e outros estiveram na origem do desencadeamento de acções contra a máquina de guerra em Portugal. Não pretendo ser um campeão do anti-colonialismo. O acaso, apenas o acaso, me colocou em situações que me permitem talvez ter uma visão global dos diferentes aspectos da luta anti-colonial e da sua articulação com a luta anti-fascista e com a luta dos movimentos de libertação. Penso que é, aliás, a grande singularidade do processo português: a convergência histórica da luta anti-fascista em Portugal e da luta de libertação em Angola, Guiné e Moçambique. Se é verdade que os principais dirigentes dos movimentos de libertação (com excepção de Samora Machel) fizeram a sua aprendizagem inicial na luta anti-fascista em Portugal, não é menos verdade que foi a luta armada por eles desencadeada nos territórios africanos sob domínio colonial português que veio a provocar uma alteração qualitativa na luta política em Portugal e, em última análise, a criar as condições que tornaram possível o 25 de Abril.

Trata-se, verdadeiramente, dum caso único no Mundo dos nossos dias e mesmo na História das revoluções, o desta convergência e coincidência dum processo revolucionário no país colonizador e dum processo de libertação nacional nos países colonizados.

São dois processos autónomos, com objectivos distintos, mas intimamente interligados e solidários. Primeiro, a luta anti-fascista contribui para a formação de quadros e favorece, ainda que indirectamente, a emergência dos movimentos de libertação. Estes, pelo seu lado, vão contribuir para a radicalização da luta em Portugal.

Radicalização política, em primeiro lugar, traduzida numa contestação global do regime e não já de aspectos parciais ou sectoriais.

Radicalização ideológica, em segundo lugar, com a progressiva tomada de consciência de que a ditadura fascista e a opressão colonial são as duas faces dum mesmo sistema de exploração dos povos africanos e do povo Português; os que mandam matar e morrer em África são os mesmos que mandam prender, torturar e matar em Portugal; fascismo e colonialismo são as diferentes expressões políticas do mesmo sistema baseado nos privilégios de classe duma minoria exploradora e parasitária; donde o combate contra o fascismo tem que ser inseparável do combate contra a guerra e contra o colonialismo e um e outro encarados como parte integrante dum só e mesmo combate contra a natureza de classe do sistema e por uma transformação estrutural da sociedade. Assim, o anti-fascismo ganha cada vez mais um conteúdo anti-colonialista e, depois, anti-fascismo e anti-colonialismo passam a revestir um carácter marcadamente anti-capitalista ou, pelo menos, anti-monopolista. Seja como for, antifascismo e anti-colonialismo aparecem cada vez mais identificados, ainda que com diferentes concepções e perspectivas ideológicas, à luta por um projecto socialista em Portugal. Ao mesmo tempo, em África, os movimentos de libertação vão precisando que a luta pela independência política é inseparável da luta contra toda e qualquer forma de exploração do homem pelo homem. Ou seja: vão-se definindo os contornos duma estratégia que associa a libertação nacional à revolução social ou socialista.

Finalmente: *a radicalização das formas de luta:* todos os militantes da minha geração conhecem esta discussão dramática sobre a questão das formas de luta. Foi ela, mais do que problemas de natureza ideológica, que esteve na origem de polémicas, cisões e divisões. O prolongamento da guerra com o seu cortejo de tragédias pessoais e colectivas por um lado e, por outro, a dissipação das ilusões na liberalização marcelista e a intensificação da repressão, vieram colocar na ordem do dia, cada vez com mais premência, a velha questão das formas de luta, ou, mais precisamente, da luta armada.

Foi Amílcar Cabral, quem, pela primeira vez, numa conferência do CONCP realizada em Dar-Es-Salam, chamou a atenção para as responsabilidades dos anti-fascistas portugueses perante os sacrifícios que a guerra estava a impôr aos povos africanos e à própria juventude portuguesa, afirmando que se tornava necessário abrir uma 4.ª frente em Portugal. E acrescentou que se os anti-fascistas portugueses o não fizessem, os movimentos de libertação ver-se-iam obrigados a levar a guerra ao próprio território português. Estas palavras foram aplaudidas de pé por toda a assistência, com excepção de Pedro Ramos de Almeida, que, como delegado do FPLN (onde representava o PCP) entendeu e, a meu ver bem, que era aos anti-fascistas portugueses que cabia decidir quais são as formas de luta a empreender em Portugal.

O que é certo é que este discurso de Amílcar Cabral encontrou eco em muitos de nós, ou melhor, colocou a muitos de nós um grande problema de consciência. Seria justo que os sacrifícios da luta contra o regime estivessem a ser suportados principalmente pelos africanos?

Assim, do reconhecimento teórico da impossibilidade duma solução pacífica para o problema político português (que era partilhado por praticamente todas as forças anti-fascistas), chegou-se à consciência da necessidade de passar das palavras aos actos e de levar a cabo acções que há muito estavam previstas mas nunca tinham sido realizadas. *Esta velha* e dramática polémica reacendeu-se, deu lugar a cisões, mas, ao fim e ao cabo,

abandonado. O terceiro: há o risco sério de nem se esclarecer a dimensão da análise ou a validade dos seus modelos, nem se clarificar o horizonte onde se inscreve o que há para fazer.

Neste aspecto muito concreto, é impossível não referir a semelhança entre esta época e a que se viveu há dez ou onze anos. Várias das análises então feitas e divulgadas, pelas formas que as circunstâncias impunham, eram suficientes para revelar o estado de bloqueamento desse sistema político, preso nos seus próprios valores constituintes e na incapacidade das suas organizações próprias. Mas o que se poderia seguir, a dimensão programática que deveria acompanhar a revelação analítica, era deixado, por muitas razões, numa conveniente área de indefinição. Talvez a surpresa da revelação fosse demasiado forte para ainda deixar energias capazes de esboçar o mapa dos percursos futuros. As consequências dessa imprevidência, no plano analítico e no plano prático, são conhecidas. Para quem pode comparar as duas épocas, é evidente que a situação actual é muito diferente — no que deixou de ser possível, por um lado, e na maior flexibilidade e duração potencial do sistema político, por outro lado. Mas essas diferenças são, em si mesmas, razões suficientes para que não se queira repetir a imprevidência de há dez ou onze anos. Quaisquer que sejam os riscos que trará para a compreensão «pacífica» da dimensão analítica a exposição do seu complemento programático, serão sempre menores do que aqueles que derivam da contemplação fascinada da decadência.

Estatuto comemorativo

As comemorações são as oportunidades que a história reserva às estátuas. E a melhor maneira de esquecer as ideias políticas é a contemplação da figura em pedra — não se pronuncia. Fazer estátuas, seleccionando os heróis, é um recurso trivial para um poder político que receie enfrentar os que estão vivos. Não sei se será fácil esse projecto. Os mais cautelosos dirão que ainda não há distâncias para se seleccionar com rigor. Os mais cínicos dirão que não há heróis para representar. Os mais práticos concluem que o silêncio é suficiente, poupando-se na pedra e no artista.

Pela minha parte, não entro neste debate. A análise política só detecta movimentos e possibilidades: os agentes concretos são pontos de acumulação dessas possibilidades e desses movimentos, sintetizadores momentâneos e em circunstâncias precisas. Por vezes, é tentador dar-lhes um nome, simplificando as descrições pela designação de uma figura. É uma tentação perigosa e, em última análise, inconsequente. A figura transforma-se com o tempo e com as oportunidades. A sua imagem analítica transforma-se num vulto disforme. O que o seu nome designava num período é diferente numa outra situação.

Se, por exemplo, forem distribuídos num gráfico de quatro vectores os pontos correspondentes às declarações sucessivas de um dirigente político actuando em Portugal durante estes dez anos, classificando-as em função do seu grau de transformação e do seu grau de conservadorismo (nos vectores horizontais) e o seu grau de realização efectiva e o seu grau de ineficácia ou efeitos negativos (nos vectores verticais), a imagem resultante desses pontos é uma núvem dispersa. E se quisermos melhorar a resolução da imagem incluindo o factor tempo (com cores diferentes para as diversas épocas) verificaremos que essa núvem não se dispersa com o tempo: ela já é dispersa em cada época. Não se deve invejar a sorte do escultor realista que aceita a encomenda para estas estátuas.

Talvez seja mais fácil representar os que desapareceram ou que apagaram as suas trajectórias políticas. Porém, a essa maior facilidade não corresponde nenhuma utilidade. A acção política é, necessariamente, uma acção continuada: pouco importa quem a realize, desde que ela continue. Se essa continuidade não se manifesta, fica provada a sua inviabilidade. Pode-se debater, no plano subjectivo, a justiça desse destino, comparando o que existe com o que poderia ter existido. Mas as boas intenções não justificam, só por si, a sua comemoração.

Este texto não se concebe na forma de uma elegia, seja de um movimento ou de uma personalidade. Nas suas finalidades, na sua parte analítica e nas suas consequências programáticas, é a resposta a um convite. Se as propostas apresentadas forem correctas e viáveis, que as realize quem puder.

III. **Finalidades**

Pós-salazarismo

Dez anos depois da queda do regime autoritário, os problemas deixados pelo fim do salazarismo continuam sem resposta, não obstante terem passado já mais de quinze anos sobre essa mudança política essencial.

Ocultas sob a aparência de transformações importantes, apresentadas sob a forma de continuidade ou sob a forma de mudanças radicais, as tendências críticas deixadas pelo salazarismo prosseguiram o seu curso, ainda mais relevantes nos seus efeitos porque menos visíveis e de denúncia mais difícil. A «abertura» primeiro, a democracia, depois, distraiem as atenções daquilo que, tendo embora mudado por força da biologia, não foi resolvido pela acção política.

Não é comum reconhecer-se que vivemos ainda, no plano político, o pós-salazarismo.

teve os seus resultados práticos: as primeiras acções contra a máquina de guerra efectuadas em Portugal. Não interessa agora reabrir velhas feridas. Interessa assinalar que elas se fizeram e que, em minha opinião, tiveram um papel decisivo na aceleração do processo político em Portugal.

Em primeiro lugar, porque acabaram com o mito da invulnerabildiade do regime em Portugal.

Em segundo lugar, porque estimularam a luta política e popular a outros níveis.

Em terceiro lugar, porque levariam muitos militares à compreensão de que havia portugueses dispostos a empunhar as armas e abrir o que Amílcar Cabral havia denominado de 4.ª frente — a frente armada anti-fascista e anti-colonialista em Portugal.

Se sublinho a traço grosso este aspecto fundamental da luta anti-fascista e anti-colonialista é porque me parece ser pedagogicamente necessário deixarmos de ser resistentes envergonhados. Mais: neste tempo de tanta confusão, em que por vezes se não sabe quem é de esquerda e quem é de direita, em que muitas vezes parece mal ter resistido e é de bom tom não ter queimado as mãos em nenhuma espécie de resistência, considero que é necessário trazer à luz do dia e assumir com orgulho as acções e formas de luta que ajudaram a mudar a História e a libertar Portugal. Quem não deve não teme. E não são os resistentes anti-fascistas quem tem motivo para ter vergonha.

De muitas outras formas de acção poderia falar também, desde as deserções individuais e colectivas, umas do território nacional outras do próprio teatro de operações (embora haja que distinguir entre as que tiveram significado político e as que foram uma simples solução pessoal) das publicações clandestinas em que se denunciavam os crimes da guerra colonial e se explicava o tremendo erro político que ela representava para Portugal, das manifestações de rua em que estudantes e trabalhadores gritavam *«abaixo a guerra colonial»*; das vigílias em muitas igrejas, nomeadamente a da Capela do Rato, das diferentes tomadas de posição das forças políticas da oposição, dos inúmeros abaixo-assinados, colóquios, conferências em que se exigia um debate público sobre a questão colonial, dos poemas e das canções cantadas por Adriano Correia de Oliveira, José Afonso, Manuel Freire, António Bernardino, Luís Cília e que tanto contribuiram para o despertar das consciências e para a mobilização anti-colonial, enfim, das múltiplas formas de protesto e de luta que, desde o início, em 1961 até 1974, apesar da censura e da repressão, permitiram demonstrar ao Mundo que uma grande parte da juventude e do Povo de Portugal condenava as guerras coloniais salazaristas, e estava solidário com os Povos que em África lutavam pelo direito à independência.

Acusados de traição pelo regime fascista, foram esses portugueses que souberam assumir a tradição humanista da nossa cultura e respeitar a honra de Portugal. Neles englobo, naturalmente, todos os que na madrugada do dia 25 de Abril empunharam as armas para derrubar a ditadura e restituir a liberdade ao Povo Português.

A luta de libertação: um acto de cultura num duplo sentido

4. A terminar estes beves apontamentos, que não são mais do que o testemunho dum militante anti-colonialista da primeira hora, gostaria de focar um aspecto que me parece extremamente importante, até para compreender a génese do próprio 25 de Abril. Refiro-me àquilo a que já chamei o duplo sentido cultural da luta da libertação. Sabe-se que Amílcar Cabral considerava o movimento de libertação como um acto cultural. Em meu entender, o movimento de libertação foi um acto de cultura num duplo sentido: em relação aos povos africanos e em relação ao próprio povo português.

Libertando-se, o oprimido liberta.

Rejeitando, através da luta de libertação, a opressão cultural do ocupante, o povo oprimido ajuda o ocupante a libertar-se da alienação colonialista e a reencontrar a sua própria e verdadeira identidade cultural.

Redescobrindo as suas raízes culturais, o povo oprimido leva o opressor a questionar-se primeiro e, depois, a redescobrir as suas próprias raízes.

Libertando-se, o oprimido leva o opressor a compreender que é também oprimido e que a opressão que pratica em terra alheia resulta da opressão que sofre na sua própria terra.

Libertando-se, o oprimido conduz o opressor a libertar-se também.

Desarmando-o, arma-o.

Ou seja: o processo de libertação nacional do povo colonizado é também um processo de libertação cultural do povo do país colonial.

Lutando pela libertação dos seus povos colonizados, os movimentos de libertação libertaram até certo ponto o país colonizado, na medida em que para além do mais, contribuiram para que muitos dos que chegaram a África como opressores voltassem a Portugal como libertadores.

Penso, pois, que a luta de libertação foi um acto cultural e um acto libertador e desalienante, não só em relação aos povos de África, como em relação ao próprio povo de Portugal. Do mesmo modo que, depois, o 25 de Abril, libertando o povo português, pondo fim às guerras coloniais e negociando a paz, criou as condições para a emergência dos novos Estados Africanos.

Várias vezes me tenho referido a Amílcar Cabral. Não é só a saudade do amigo querido, que deixou uma marca inapagável em todos os que com ele tiveram privilégio de conviver. É sobretudo o reconhecimento do seu

papel como o principal teórico e estratega da luta armada de libertação nacional. Ele foi um desses homens raros que de facto mudam a História. E não só a História do seu País e de África, já que, no meu entender, ele teve uma influência decisiva na revolução portuguesa. De certo modo, ele ajudou-nos a reencontrar o fio condutor da nossa própria História, de certa maneira ele foi também um Capitão de Abril.

Resta-nos destacar o último e decisivo aspecto da convergência histórica da luta de libertação nacional africana e da resistência anti-fascista e anti-colonialista portuguesa.

Em primeiro lugar, a correcta definição do inimigo e do aliado principal por parte dos movimetos de libertação.

Posso testemunhar que, mesmo nas circunstâncias mais difíceis e dolorosas, nunca os movimentos de libertação confundiram o regime colonial com o povo português. Pelo contrário, sempre tiveram a preocupação de tornar clara essa distinção. Para eles o inimigo era o regime colonial e o aliado principal o povo português.

Em segundo lugar, a clara enunciação, por parte das forças anti-fascistas portuguesas, de que a libertação da ditadura fascista implicaria necessariamente o reconhecimento do direito dos povos africanos à independência total e completa. E ainda o reconhecimento de que os legítimos representantes dos povos em luta eram os movimentos que tinham conduzido a luta armada de libertação nacional, a saber: o PAIGC, o MPLA, a FRELIMO.

Enfim, onde a cegueira do regime e a sua política de guerra sem saída estavam a desunir e a separar, a resistência anti-fascista e anti-colonialista portuguesa uniu e juntou a luta e a esperança do povo português à luta e à esperança dos povos africanos. A solidariedade nascida na luta e no sofrimento comuns constituem um capital histórico, político, moral e cultural que não pode ser desperdiçado.

Tanto mais que o 25 de Abril abriu uma nova ponte para o futuro e a fraternidade entre Portugal e os países africanos que falam português.

Não há uma mas várias descolonizações

Luís Moita

Logo à partida o título desta comunicação pretende significar que o processo descolonizador não foi algo de homogéneo, mas antes um intrincado conjunto de factores que evoluíram diferentemente no tempo e no espaço. Em rigor, teríamos de afirmar que houve tantas descolonizações quantos os territórios colonizados que deixaram de estar sob administração portuguesa — e é de esperar que as reflexões seguintes ponham a claro esta mesma realidade, na sua diversificação.

No interior desta complexidade, porém, o tema da descolonização circunscreve-se a uma perspectiva limitada, focando apenas um aspecto de um processo que é por natureza mais vasto. Aliás essa limitação é expressamente assumida como método de análise pela presente Secção deste Seminário. Com efeito, ao falarmos de descolonização estamos a adoptar apenas o ponto de vista da metrópole descolonizadora, não sendo legítimo esquecer que Portugal não foi o protagonista (dito no singular) da descolonização. A globalidade do processo haveríamos de designá-la como o acesso das colónias portuguesas à independência política e aí seria indispensável ter em conta o papel e o ponto de vista desses outros protagonistas que foram os movimentos de libertação. A abordagem dessa globalidade está por fazer e seria importante que um dia fosse feita — mas então o debate não se poderia restringir ao público português que somos e teria de integrar os porta-vozes dos povos colonizados.

Porque na verdade o que se passou foi que, entre 24 de Setembro de 1973 e 26 de Novembro de 1975, seis colónias portuguesas proclamaram a sua independência, sendo que estas duas datas, por coincidência, assinalam proclamações unilaterais, à revelia da metrópole: uma a da Guiné-Bissau, em Madina do Boé, outra a de Timor-Leste que poucos dias depois seria invadido por uma potência estrangeira. Entre estes dois casos limite, situam-se as independências de Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Angola. Este simples enunciado bastaria para levar a concluir que a descolonização portuguesa não resultou de uma definição política unilateral nem sequer de uma concertação multilateral, mas antes da sucessão de acordos bi-laterais realizados ao longo de 1974-75 entre o poder português e os poderes emergentes dos povos colonizados. E tais acordos foram sendo celebrados ao sabor da diversidade da correlação de forças nos diferentes teatros de guerra e nos diferentes territórios. Mais uma razão para dizermos que houve «não uma mas várias descolonizações».

Aliás, uma análise completa deste fenómeno no seu conjunto suporia ainda uma consideração mais ampla do próprio contexto internacional em que ele se integrou, o que faria ressaltar uma estreita articulação entre democratização e descolonização. Os anos sobre os quais nos debruçamos foram férteis em acontecimentos onde esta articulação se evidencia, já que não será por acaso que coincidem no mesmo período histórico factos tão diferentes como a queda das ditaduras no sul da Europa, a revolução na Etiópia, a retirada norte-americana do Vietname, a retirada espanhola do Sahara Ocidental e mesmo a conferência sobre a segurança europeia em Helsínquia. O ambiente internacional do tempo era caracterizado pelo desanuviamento, pela democratização dos regimes e pela liquidação dos últimos impérios coloniais. As forças de esquerda diriam com razão que foi um tempo marcado por importantes vitórias anti-imperialistas. Não admira pois que no 25 de Abril português os objectivos de democratizar e de descolonizar estivessem intrinsecamente interligados. Eis uma ligação que vem de longe e que tem um notável símbolo histórico na data de 8 de Maio de 1945 — logo após a rendição do III Reich,

uma importante sublevação popular irrompe na Argélia francesa contra o poder colonial. A derrota do nazismo foi também a derrota de um projecto de dominação colonial directa sobre os povos ultramarinos, como a participação dos «exércitos indígenas», lado a lado com as tropas aliadas, na luta contra as potências fascistas, faria justamente pensar que a hora da vitória das democracias seria também a hora da emancipação dos povos colonizados.

Estas referências à história recente e ao contexto internacional permitem uma nova indicação no sentido da necessidade de enquadrar o estudo da descolonização portuguesa, não só no processo global que foi a independência das colónias, como ainda nas coordenadas mais vastas da situação mundial. O limite do tempo de que dispomos obriga-nos a ficarmos por estas alusões, para voltarmos ao tema circunscrito da nossa descolonização.

Posto isto, é caso para perguntar: existiu em Portugal uma política de descolonização? Para além do objectivo de acabar com a guerra colonial — porventura o móbil mais forte dos militares que desencadearam o 25 de Abril — houve efectivamente uma expressão clara da vontade política de descolonizar? A resposta é certamente positiva, não obstante a definição dessa política ter resultado de uma progressiva clarificação no interior de uma intensa confrontação de estratégias.

Tais estratégias eram essencialmente duas. Ambas buscavam uma solução política para a guerra colonial, mas uma tentava a descolonização na continuidade possível, enquanto outra assumia a inevitável rotura que a independência das colónias havia de significar.

A primeira era a spinolista. O general António de Spínola personificou a tentativa de salvaguardar o essencial do colonialismo português e a sua estratégia teve passos bem claros: conseguir o cessar-fogo prévio, consequentemente desarmar os movimentos de libertação, atraí-los para a luta legal em pé de igualdade com outros «partidos» entretanto artificialmente formados, e avançar com processos eleitorais ou referendários com vista a uma eventual solução federalista. Seria longo recapitular aqui os episódios que corporizaram esta linha política, mas os seus traços eram evidentes e mais evidente ainda se tornou a sua derrota. Era demasiado tarde. Não havia condições históricas para a metrópole conseguir condicionar em grau significativo o futuro dos novos países.

A outra estratégia, digamos que era a do MFA. Tanto por maior realismo derivado de uma percepção mais directa da correlação de forças no terreno, como por motivações ideológicas ligadas à recusa de fórmulas neo-coloniais, o MFA liderou uma descolonização que assumiu o prevalecer dos factores de rotura, apostando no futuro relacionamento entre Estados independentes. Tal estratégia partiu do pressuposto de que o cessar-fogo não era alcançável sem a aceitação do princípio da transferência da soberania para os movimentos de libertação. O que restava para negociar eram apenas as modalidades dessa transferência. O carácter radical dos movimentos de libertação, vitoriosos no termo de uma guerra popular prolongada, impedia quaisquer veleidades de a metrópole ter um papel determinante no ordenamento das sociedades pós-coloniais. Mais valia então aceitar esta realidade, se não mesmo congratular-se com ela, e visar a salvaguarda dos interesses portugueses, designadamente através do estabelecimento de bases para futuras relações de amizade e cooperação.

Estamos a ver que, da luta política então travada em Portugal, surgiu apesar de tudo a definição de uma política descolonizadora. Seja dito entre parêntesis que no desenrolar dos acontecimentos influiu poderosamente o que se estava a passar nos teatros de operações militares: enquanto em Lisboa se discutiam os problemas políticos e técnicos do cessar-fogo, os homens no terreno antecipavam-se às instruções superiores e avançavam naquilo que constituíu um dos mais belos episódios deste processo e que foi a espontânea confraternização entre soldados portugueses e guerrilheiros africanos.

Seja como for, existiu uma política de descolonização. Os critérios da sua aplicação foram enunciados pelo governo português perante o «Comité dos 24» (Comissão de Descolonização das Nações Unidas), reunido em Lisboa em 16 de Junho de 1975: «Reconhecimento do princípio universalmente aceite da soberania popular, e, em consequência, do seu corolário lógico que é o respeito pela vontade da maioria dos cidadãos livremente expressa. Relativamente a este princípio fomos e continuamos a ser intransigentes quanto à necessidade da legitimação popular, pela via revolucionária indubitável (casos do PAIGC e da FRELIMO) ou pela via da consulta universal e secreta (casos de Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor), dos novos órgãos de soberania, quer dizer, dos novos detentores do poder político». Além destes critérios aqui formulados com rigor jurídico, outros poderiam ainda ser recordados, como por exemplo o desejo de que a transição para as independências se realizasse de forma pacífica, evitando sobretudo qualquer internacionalização dos conflitos, e ainda, como vimos, garantir a possível salvaguarda dos interesses portugueses, lançando as bases de uma futura política de cooperação.

O conjunto destes elementos permite-nos assim clarificar aquilo que poderíamos designar como «a doutrina da descolonização portuguesa» após o 25 de Abril. No meio de numerosas vicissitudes e no quadro da heterogeneidade do poder político de então, foi-se configurando esta orientação de princípio.

Não será inútil, passados que são dez anos, reflectir sobre o modo como esta orientação foi materializada, de acordo com a diversidade dos casos. Veremos como foram variadas as soluções político-jurídicas encontradas e em quais circunstâncias nem sequer foi possível aplicar os princípios adoptados.

Por razões evidentes a situação da Guiné-Bissau era a mais fácil. Daí a prioridade cronológica ao caso. Logo em 26 de Agosto de 1974, o Governo português e o PAIGC assinam o acordo de Argel, que prevê para 10 de Setembro seguinte o reconhecimento *de jure* da República da Guiné-Bissau. Dir-se-ia que Portugal se limita a verificar um facto consumado, e com razão, na medida em que o PAIGC havia proclamado unilateralmente a independência do novo Estado, o qual entretanto havia sido reconhecido por dezenas de outros Estados. Com

parte do território ainda sob administração portuguesa, com a capital ocupada, o PAIGC — em vez de qualquer outra fórmula como poderia ser a da constituição de um Governo no exílio — optara por essa via ousada da proclamação da indepência, consagrando o facto da extensão e da estabilidade das regiões libertadas. Neste caso, o mecanismo da descolonização portuguesa nem sequer podia já prever a solução para a transferência de soberania, porque apenas se tratava de a reconhecer juridicamente.

O caso de Moçambique tinha alguma analogia com o da Guiné-Bissau. Embora a implantação territorial da guerrilha não fosse comparativamente tão vasta e apesar de ainda não haver qualquer facto consumado, a verdade é que a força político-militar da FRELIMO não consentia a Portugal uma grande margem de manobra. Por isso o acordo de Lusaka estabelece logo no seu primeiro artigo: «O Estado português, tendo reconhecido o direito do povo de Moçambique à independência, aceita por acordo com a FRELIMO a transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território»; e acrescenta mais à frente: «O Estado moçambicano independente exercerá integralmente a soberania plena e completa no plano interior e exterior, estabelecendo as instituições políticas e escolhendo livremente o regime político e social que considerar mais adequado aos interesses do seu povo». Como vemos, está explicitamente consagrado o critério de que a antiga metrópole não terá qualquer interferência na definição das instituições do futuro Estado independente. Neste caso, o processo de descolonização limitou-se à aplicação das medidas que tornaram possível a transferência de poderes.

Em ambas estas situações da Guiné-Bissau e de Moçambique verifica-se pois a «legitimação popular pela via revolucionária indubitável». O poder colonial pouco mais tinha a fazer do que retirar em ordem.

Para os descolonizadores, outro tanto não se poderia dizer dos restantes territórios, pelo que se impunha a «via» da consulta universal e secreta». Simplesmente este princípio geral vai encontrar aplicações práticas bastante diversificadas.

Os casos de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe apresentavam, como é sabido, grandes semelhanças. Eram colónias onde as manifestações do nacionalismo não se tinham concretizado sob a forma de luta armada, embora o caso de Cabo Verde fosse especial já que o PAIGC se considerava a vanguarda representativa dos povos guineense e caboverdeano, e na verdade a existência da guerra de libertação na Guiné-Bissau (onde se empenhavam numerosos caboverdeanos) estava longe de ser indiferente para a questão da independência de Cabo Verde. De qualquer maneira, mesmo sem a prática da guerrilha, existiam nestas duas colónias movimentos de libertação dotados de legitimidade histórica, podendo dizer-se que eram os detentores da memória colectiva da resistência ao colonialismo português. Apesar de não possuírem os atributos previstos pelo Governo de Lisboa, ou seja nem a legitimação provinda da luta armada nem a consagração do voto popular, a verdade é que os dois movimentos de libertação — o PAIGC e o MLSTP — acabaram por ser reconhecidos como interlocutores únicos da descolonização de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe.

Os acordos para a independência destas duas colónias vieram assim a adoptar um critério misto, que partiu do reconhecimento de interlocutores únicos mas que previa um processo eleitoral para a formação de assembleias constituintes dos novos Estados. Deste modo e em rigor, a proclamação da independência destes novos Estados não seria feita pelos movimentos de libertação vitoriosos, mas por assembleias nacionais que seriam eleitas ainda sob administração portuguesa, durante os respectivos períodos de transição. Como estamos a ver, a correlação de forças determinou soluções institucionais diferentes. Em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe, a metrópole descolonizadora tinha maior margem de manobra para condicionar a evolução dos acontecimentos e para interferir no estabelecimento das novas soberanias.

A solução encontrada para o complexo caso de Angola foi ainda mais híbrida, já que a tanto obrigaram as condições históricas ali prevalecentes. Se analisarmos o acordo do Alvor, de 15 de Janeiro de 1975, verificamos que ele consagra a simbiose de dois critérios: a base da legitimidade dos interlocutores é o exercício da luta armada, mas essa legitimidade teria de passar a «prova» do sancionamento eleitoral. Assim, Portugal reconhece a FNLA, o MPLA e a UNITA como representantes do povo angolano e só a estes movimentos é permitido concorrerem às eleições para a Assembleia Constituinte, também ela a ser eleita debaixo do controlo da administração portuguesa. Mais ainda, o mesmo Acordo estabelece um surpreendente princípio, no seu artigo n.º 4: «A independência e soberania plena de Angola serão solenemente proclamadas em 11 de Novembro de 1975, em Angola, pelo Presidente da República Portuguesa ou por representante seu expressamente designado». A divisão do movimento nacionalista provocava uma situação de tal fraqueza que a prerrogativa de proclamar a independência ainda era atribuída ao poder colonial!

A laboriosa elaboração desse instrumento político-jurídico que foi o acordo do Alvor acabou por se revelar ineficaz e, por força das contradições internas e externas, rapidamente deixou de ser o quadro adequado para o acesso de Angola à independência. Pode pensar-se que a maior ilusão que lhe era subjacente consistia na tentativa por unificar a diversidade dos exércitos em presença e que se combatiam entre si. Na verdade, uma das atribuições da Comissão Nacional de Defesa, estrutura provisória para o período de transição, seria a de constituir as «Forças Militares Mistas» compostas por quatro contingentes: 8000 combatentes da FNLA, 8000 combatentes do MPLA, 8000 combatentes da UNITA e 24 000 militares das Forças Armadas Portuguesas, sendo que um plano de evacuação progressiva estava previsto para estes últimos. É possível que o maior erro de cálculo quanto à descolonização de Angola dissesse respeito a esta possibilidade de criar um exército nacional angolano a partir da fusão das forças combatentes de Movimentos antagónicos. Exemplos posteriores como o do Zimbabwe (onde a

integração dos guerrilheiros da ZANU e da ZAPU se revelou impossível) confirmam *a posteriori* a dificuldade dessa solução.

Por tudo isto, a descolonização de Angola ficou marcada pela incapacidade da antiga metrópole colonial para controlar a marcha dos acontecimentos, dadas as contradições referidas.

Essa mesma incapacidade foi ainda mais nítida em Timor-Leste. À semelhança de Angola, o Governo português reconhecia como interlocutores três forças políticas timorenses, mas com a diferença óbvia de que a base para esse reconhecimento não era a tradição de luta armada anti-colonial mas apenas a emergência de três correntes de opinião em Timor após o 25 de Abril. Aceites estes interlocutores, Portugal tenta aplicar em Timor-Leste os critérios gerais da descolonização e, apesar de frustrados todos os esforços para negociações quadripartidas, chega a promulgar-se uma lei que prevê a eleição de uma assembleia representativa e um longo período de transição ainda sob administração portuguesa. No entanto também em Timor-Leste este esquema político-jurídico estaria condenado a ficar letra morta, já que seria a força das armas a ditar o futuro do território, com a agravante de se ter consumado a invasão indonésia, perante a incapacidade de intervenção da potência administrante. Portugal ficou assim sem meios para controlar a descolonização de Timor-Leste e a forma como foi conduzida, pela parte portuguesa, essa questão manifesta um outro erro de cálculo que aparece pelo menos subentendido nas declarações de alguns responsáveis. Os descolonizadores não avaliaram suficientemente a natureza do nacionalismo maubere e subestimaram o seu carácter fortemente implantado na população e resolutamente determinado. Ao contrário do que poderia parecer, a situação em Timor-Leste não era comparável com a da «Índia portuguesa» no princípio dos anos 60. Também *a posteriori*, a capacidade de 10 anos de resistência à invasão, envolvendo o sacrifício de mais de um quarto dos timorenses, vem confirmar dramaticamente o enraizamento do sentimento nacional. Ainda hoje este elemento decisivo parece escapar aos dirigentes portugueses, inclinando-se com demasiada facilidade para uma solução de compromisso que pretende ignorar semelhante dado. Timor-Leste é ainda uma ferida aberta na descolonização portuguesa.

Estamos a ver como foram diversos os caminhos pelos quais as colónias portuguesas se emanciparam do poder colonial. Se é verdade que houve uma política de descolonização, não é menos verdade que o quadro por ela definido sofreu diferentes interpretações e, nalguns casos, não foi historicamente adequado para presidir à transição para as independências. Mais uma razão para confirmar que Portugal não foi um protagonista isolado do processo descolonizador.

Este olhar analítico sobre o modo como se equacionou a descolonização (vista apenas do ponto de vista da metrópole) não pode todavia fazer esquecer que, naqueles anos de 74-75, a questão de fundo era a de que o reconhecimento da independência das colónias portuguesas aparecia como historicamente necessário, eticamente imperioso, obrigatório à luz do direito da comunidade internacional, militarmente aconselhável e conjunturalmente inadiável. Até porque, suplementarmente, nele se jogava também a própria democracia portuguesa.

Processo de descolonização

Domingos Lopes

Alguém escreveu esta verdade: a democracia portuguesa é filha da Revolução de Abril. Acrescentamos que sendo a Revolução portuguesa, no essencial, consequência da luta do povo português contra a ditadura fascista é também consequência da luta dos povos irmãos de Moçambique, Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau.

A Revolução de Abril também teve na sua gestação a luta dos povos das ex-colónias contra o inimigo comum, a ditadura fascista.

O fascismo que reprimia e oprimia o povo português oprimia e reprimia os povos das ex-colónias. O fascismo perseguia em Portugal os que ousavam pronunciar-se contra a guerra colonial e o colonialismo e sobretudo os que se manifestavam solidários com o PAIGC, o MPLA e a Frelimo. O fascismo perseguia, torturava e assassinava os patriotas e revolucionários das ex-colónias que lutavam pela independência dos seus países.

Os avanços da oposição em Portugal que rompera com a proibição fascista de tratar do tema colonial eram avanços para a luta dos movimentos de libertação nacional.

Os avanços políticos, militares e diplomáticos dos movimentos de libertação nacional eram sentidos pelas forças democráticas, em Portugal, como se dos seus próprios se tratassem.

Contra o inimigo comum, lutando por diversas formas, entre o povo português e os povos submetidos ao colonialismo forjaram-se laços de amizade e solidariedade.

Foram laços de sangue. E a cor do sangue é a mesma. Por isso, diante dos opressores, a cor apagava-se e nascia a resistência comum, o respeito mútuo e a solidariedade recíproca.

O derrube do regime fascista e a conquista da independência dos povos de Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau foram o resultado da confluência destas diferentes lutas travadas por povos que se fizeram irmãos lutando contra o inimigo comum.

Inédito na História da libertação dos povos: o povo do país que colonizava povos liberta-se fazendo coincidir esse processo com o da libertação dos povos submetidos ao colonialismo desse país.

Só o 25 de Abril permitiu resolver esse gravíssimo problema nacional, o problema colonial. Só este facto atribuiria ao 25 de Abril um significado de amplitude mundial.

O fascismo, o colonialismo e a guerra colonial fizeram de Portugal um país colonizador e simultaneamente colonizado. Portugal tornou-se um dos países mais atrasados, senão o mais atrasado da Europa e um país dependente externamente. O prosseguimento da guerra colonial, apoiada pelos círculos mais retrógrados da NATO, contra a vontade do povo português, agravou ainda mais as condições de vida deste último e impediu o desenvolvimento de Portugal. A guerra beneficiava apenas os monopólios associados ao imperialismo. A guerra colonial prosseguida pelos fascistas significava maior dependência externa, atraso, miséria e isolamento internacional.

A Revolução ao estender a ponte de Abril aos companheiros de luta contra o inimigo comum, aos movimentos de libertação nacional, grangeou prestígio mundial. Pôs termo à aberração histórica que era em 1947

o colonialismo. A Revolução mostrou ao mundo outra face de Portugal, a face do novo Portugal livre, democrático, pacífico, independente.

Às armas que há muito se tinham levantado contra o colonialismo e o regime de Salazar e Caetano juntaram-se agora as armas dos oficiais do MFA para liquidar a mais velha ditadura da Europa.

O imperialismo e a reacção interna tudo tentaram para que o PAIGC, a Frelimo, o MPLA e mais tarde o MLSTP não assumissem o poder nos países respectivos. São de assinalar a coincidência dessas tentativas com as que em Portugal tinham como objectivo liquidar a jovem democracia.

Os que aqui estavam metidos no 28 de Setembro, no 11 de Março, estavam também ligados a tentativas neocolonialistas para impedir que o PAIGC, a Frelimo, o MPLA e o MLSTP fossem considerados como únicos e legítimos representantes dos povos da Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, Angola e S. Tomé e Príncipe, respectivamente.

Efectuando a descolonização em estreita colaboração e cooperação com os movimentos de libertação nacional, a Revolução de Abril lançou as sementes para um futuro relacionamento entre Portugal e os novos países africanos, tão necessário à defesa da independência nacional.

A descolonização permitiu, salvo no caso de Angola e Timor, um modelar relacionamento com os novos países africanos de expressão oficial portuguesa que bastaria, nos nossos dias, a vontade política de caminhar por esta porta que também Abril abriu.

Portugal multisecular fechou um passado de isolamento com chave de oiro.

No que se refere a Timor os órgãos de soberania devem actuar conformenente preceitua a Constituição.

No caso de Angola há sérias responsabilidades do lado de certas forças políticas que apostando no neocolonialismo, acabaram por impor no VI Governo a decisão política de não reconhecer a RPA em 11.11.75.

O mais grave ainda, foi, não só não ter emendado o erro, mas também ter ainda prosseguido uma política em relação a Angola, de permanente e consciente conflito. As autoridades portugueses têm permitido à UNITA e outros grupos fantoches, marionetes do imperialismo e dos racistas, uma actuação livre e impune em território português, que obstaculizou o desenvolvimento das relações com aquele país como repetidas vezes tem sido afirmado por altos dirigentes da RPA.

Trata-se de uma política aventureira, teleguiada de Washington e Pretória que fere os interesses portugueses. Chegou-se ao paradoxo dos paradoxos: em solo pátrio, a UNITA não só propagandeia acções de raptos de portuguesas e portugueses (mulheres, religiosas e religiosos, e crianças) como também ameaça de morte alguns desses mesmos compatriotas...

A Cimeira de Bissau entre os Presidentes Agostinho Neto e Ramalho Eanes permitiu desbloquear situações, mas os sucessivos governos de Portugal em vez de aproveitarem as vias abertas, têm primado em tentar fechá-las.

O brio patriótico, a dignidade nacional, como componentes da política externa portuguesa impõem o fim das actividades hostis aos novos países em solo português.

Pretendem alguns que as relações de Portugal com Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, deveriam colocar-se ao serviço de projectos de feição neocolonialista. Entendemos que devem estar exclusivamente ao serviço dos interesses dos povos e países respectivos.

O capital político que une os povos dos países de expressão oficial portuguesa e o povo português resultante da actividade convergente das forças progressistas em Portugal e do MPLA, Frelimo, PAIGC e MLSTP, não deve ser alienado por nenhum preço.

Não fora a cooperação estabelecida antes e ao longo do processo de descolonização entre os anti-colonialistas e progressistas portugueses e os dirigentes do PAIGC, MLSTP, Frelimo e MPLA e o relacionamento de Portugal e aqueles países seria hoje muito mais difícil.

O 25 de Abril, acto dos mais altos da nossa História, afirmação da vontade de progresso social dos portugueses, decerto modo apagou a imagem passada de Portugal e apresentou-o perante o mundo como país que empreendeu a todos os títulos uma descolonização exemplar.

Certos recuos verificados no relacionamento com alguns dos novos países, frutos de visões amputadas da dimensão portuguesa (projecto de integração europeia abençoado e apadrinhado pela alta finança internacional), de cegueira política (protecção e guarida a inimigos daqueles países), mostram como alguns dos que estiveram contra a descolonização continuam hoje a jogar a cartada do neo-colonialismo.

As relações de Portugal, seja qual for o Governo, com a R.D. de S. Tomé e Príncipe, com a R. de Cabo Verde, com a R. da Guiné-Bissau, com a RPM e a RPA são um valioso instrumento para se defender a nossa independência nacional.

Só foi possível cicatrizar as feridas profundas de séculos de colonialismo e treze anos de guerra colonial porque os capitães de Abril e as forças progressistas portuguesas souberam cooperar com os movimentos de libertação como forças convergentes na luta comum contra o inimigo comum. A Revolução na nossa Pátria soube contribuir e contribuiu para que outras pátrias independentes nascessem.

Sem dúvida que para que isto sucedesse, papel importante foi desempenhado por todas aquelas e aqueles que sob a ditadura fascista ousaram combater o colonialismo e a guerra colonial.

Como comunista entendo necessário acrescentar o seguinte: o PCP foi o único partido que como tal defendeu claramente a completa independência das ex-colónias portuguesas. Na longa luta que travou contra a ditadura,

pelo fim do colonialismo e da guerra colonial, o PCP estabeleceu com o PAIGC, o MPLA, a Frelimo, laços de amizade, solidariedade e de cooperação. Foram esses laços os contactos possíveis na base do respeito, em pé de igualdade, entre representantes dos povos de Portugal e dos povos das ex-colónias.

No Portugal de Abril esses laços reforçaram-se. Sendo o resultado de afinidades ideológicas, eles têm estado e continuarão a estar ao serviço do reforço das relações entre Portugal e os novos países africanos de expressão oficial portuguesa. Os comunistas portugueses defendem que, seja qual for o governo, é do interesse de Portugal, desenvolver a todos os níveis, na base dos princípios da igualdade, não ingerência, reciprocidade de vantagens, as relações com S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Angola.

A derrota político militar, base da vocação descolonizadora do MFA. A situação em Moçambique

Mário Tomé

I. As presentes teses pretendem dar um modesto contributo para uma correcta apreciação dos factores que determinaram a vontade e a «vocação descolonizadora do MFA», das resistências a essa vontade, das limitações político ideológicas dessa mesma vontade.

Quero começar por homenagear os combatentes da liberdade de Portugal e das diversas ex-colónias, as organizações políticas que cristalizaram e dirigiram a irreprimível luta de libertação, ajudando-nos também, de forma decisiva, ao derrube do fascismo.

Independentemente das diversas posições que porventura hoje possam assumir, tão contraditórias que são algumas delas, a minha homenagem também a todos os capitães de Abril, em especial àqueles que, quantas vezes em difícil luta com os seus próprios dogmas ideológicos, que haviam assimilado e consolidado através de muitos anos, tiveram a coragem, a capacidade e a lucidez de interpretar o sentido irresistível e irreversível da história e nele se integraram.

Aos refractários e desertores que ajudaram a enfraquecer o esforço de guerra e de propaganda do fascismo, aos que dentro das fileiras ajudaram a organizar a resistência à guerra, ao povo português na sua luta anónima e quotidiana e ao movimento antifascista, presto também a minha homenagem.

Finalmente a minha total solidariedade militante com o heróico povo Maubere, vítima da capitulação inadmissível da «vontade descolonizadora» do MFA e dos Governos Provisórios que cederam perante as pressões do imperialismo, e que se bate sem desfalecimento contra a mais bárbara agressão dos tempos modernos.

II. As limitações das presentes teses, devem-se a dois factores fundamentais:

O primeiro, as próprias limitações do seu autor.

O segundo, à impossibilidade de consultar quaisquer arquivos oficiais relacionados com o tema em apreciação.

A história militar só pode ser feita a 50 anos de distância...

Este autêntico disparate, que constitui um atentado ao direito à informação e à reflexão de um povo sobre a sua própria história, em tempo útil, é, infelizmente... uma verdade histórica.

Os arquivos militares relativos à guerra colonial são objecto de sigilo inadmissível, quando o 25 de Abril condenou na prática aquela guerra e estabeleceu com os movimentos de libertação laços de aliança e convergência profundos, na prossecução dos mais nobres ideais da liberdade e independência nacional e tornou imperiosa a necessidade de um estudo aprofundado da mesma, sem o qual se torna difícil superar as dificuldades de interpretação do nosso papel na História.

«Nosso» enquanto regime fascista. «Nosso» enquanto Movimento dos Capitães e MFA. «Nosso» enquanto Portugal post 25 de Abril, liberto do fascismo. «Nosso» enquanto movimento antifascista e anticolonialista. A não ser que seja isto exactamente que se pretenda!

Congratulo-me, portanto, com a corajosa iniciativa da Associação 25 Abril.

Mas sem a aceitação desta hipótese básica, a evolução política verificada nestes anos, sejam quinze ou apenas dez, não é aplicável. Aliás, uma análise atenta das personalidades políticas, das suas posições e das suas variações, ou uma apreciação dos percursos estratégicos de forças e correntes políticas que depois se organizaram sob a forma de partidos, mostram com suficiente clareza que há indicações de continuidade neste período longo de quinze anos. Entre a evolução na continuidade e a revolução na continuidade a diferença política real é muito menor do que se esperaria de uma mudança de regimes do autoritarismo para a democracia.

É evidente que se alteraram as condições formais da acção política. Porém, isso não é suficiente para que fique garantida a alteração das problemáticas políticas.

É evidente que mudaram algumas personalidades políticas. Mas isso não é suficiente para provar que não sejam idênticas as concepções e posições políticas.

É evidente que foram tomadas decisões que alteraram substancialmente as características do espaço de acção política e as condições de movimentação das forças políticas. Todavia, isso não é suficiente para garantir que haja problemas políticos novos e que estejam solucionados os que foram deixados sem resposta no fim do salazarismo.

Na perspectiva oferecida pelo conhecimento da evolução verificada nestes últimos dez anos, onde os fracassos são muito mais reveladores do que os eventuais êxitos, é possível encontrar as razões desta continuidade que resistiu a uma mudança de regime político — mais rigorosamente: que se ocultou com uma mudança de regime político.

A verificação desta continuidade não se deve limitar a uma comparação entre duas situações estáticas, entre um ponto de partida e um ponto de chegada. Para que essa continuidade seja realmente identificada, será necessário explicar como ela se foi reproduzindo, em formas variadas, ao longo de uma evolução que foi em si mesma complexa e que se torna ainda mais complexa quando se reconhece como contém dentro de si o mesmo núcleo de problemática política.

As condições estruturais da acção política

É possível criticar esta designação de pós-salazarismo aplicada à identificação política dos últimos quinze anos com a afirmação de que o que se encontra neste período não lhe é específico, não é uma consequência do salazarismo, sendo antes uma manifestação típica das características estruturais da sociedade portuguesa no seu modo de responder à questão política. Essas mesmas características existiram antes do salazarismo, produziram noutras épocas efeitos semelhantes aos de agora e, por isso, estão situadas num nível que é diferente daquele em que se analisam as situações e os regimes políticos concretos. É uma objecção com peso, mas que não altera o facto essencial de o salazarismo ter sido, durante algum tempo, um modo de resposta a essas características estruturais, com eficácia suficiente para as conter sob o seu domínio. E ainda que elas reapareçam uma vez perdida essa eficácia, a situação política seguinte será sempre diferente da que existiria se esse tipo concreto de poder não tivesse existido. Quanto mais não seja, existe ao nível da memória social e no quadro das possibilidades políticas a indicação de que há outras formas de responder à questão política que são diferentes da forma típica produzida por essas relações estruturais.

Noutro plano, pode criticar-se aquela designação com a referência de que o salazarismo nem sequer é uma concepção política específica, pelo que não tem justificação a identificação de um eventual pós-salazarismo.

O domínio político exercido pelo salazarismo não seria mais do que um sentido de oportunidade — primeiro no aproveitamento de um golpe militar que não tinha direcção política consistente, depois pela organização da questão financeira por métodos triviais de contenção autoritária e, finalmente, no estabelecimento de uma estrutura de poder baseada num equilíbrio distribucionista entre as forças sociais existentes numa área social restrita. É um poder prático, que se mantém mais por uma série de estratégias defensivas e de contenção do que por uma direcção política específica. Procura adaptar-se ao que pensa ser a estrutura tradicional da sociedade portuguesa (sendo disso exemplos o corporativismo, a relação clientelar, a afirmação da autoridade, a política distribucionista e um nacionalismo defensivo); mas as suas construções formais inovadoras, que pretendiam regulamentar o que seria tradicional, não são assimiladas nas rotinas sociais, que se processam à margem dessas construções legais. Apesar do seu inegável sentido de oportunidade, o salazarismo não é eficaz na transformação das relações sociais estruturais — como se verifica quando desaparece o seu único inspirador, afinal o seu ponto singular de estabilidade.

Apesar da importância destas duas razões, elas não são suficientes para fazer esquecer que o fim do salazarismo corresponde ao fim de um período de estabilidade na regulação da distribuição do poder e à abertura de um novo período em que as condições de acesso ao poder se sobrepõem aos objectivos concretos do seu exercício. Tanto no período do marcelismo como no período da democracia a estabilidade do poder passou a ser uma questão em aberto e, em muitas circunstâncias, a questão política principal, no sentido em que só a resolução dessa questão permitiria definir as linhas de política que iriam ser seguidas. A partir deste momento, o sentido de oportunidade deixa de ser suficiente para constituir uma direcção política consistente: os debates sobre o poder sobrepõem-se à análise das possibilidades políticas reais. O poder personalizado e autoritário que caracterizou o salazarismo fragmenta-se. Sem unidade política e sem segurança, as políticas são usadas apenas com um sentido de utilidade para as lutas de poder e já não com um sentido de oportunidade relacionado com o estado e

Que a ela corresponde a plena assumpção de todos os participantes das nossas responsabilidades colectivas e a exposição sem rebuço e dentro das possibilidades materiais, de todos os factores que caracterizaram a situação de guerra, dificultaram ou possibilitaram o seu fim.

III. O «pacífico e generoso» 25 de Abril, só foi possível à custa de muitas mortes, muitos crimes contra os direitos dos homens e dos povos, da derrota político-militar do regime fascista na guerra colonial e da desagregação lenta mas inexorável do exército colonial.

Nasceu de um monstruoso acervo de sofrimentos, individuais e colectivos, de genocídios e massacres, de perseguições, prisões, torturas e assasssinatos a sangue frio.

E também de secretos, clandestinos, persistentes heroísmos.

É um dado adquirido que foi a guerra colonial a placenta onde se gerou o Movimento dos Capitães.

Não me parece que seja tão facilmente aceite a realidade da derrota militar, como factor imediatamente determinante.

O slogan do próprio MFA de que a solução «era política e não militar», a alegação de que os militares criaram no terreno as condições para que os políticos encontrassem a solução política, parece-me esconder duas verdades importantes:

1. Os militares faziam a guerra porque eram militares e faziam-na sem grande questionamento, obedecendo a «quem de direito». Isto é, serviam a política colonial do regime fascista.
2. As acções militares têm sempre a função de impôr determinada política. Em qualquer guerra os militares criam as condições, no terreno, para que seja encontrada uma solução que é sempre política.

Se à actividade militar corresponde uma vitória militar, mais ou menos acentuada e decisiva, a solução política é uma.

Se à actividade militar corresponde uma derrota militar, mais ou menos acentuada e decisiva a solução política sofrer-lhe-à os efeitos.

As operações de guerra eram conduzidas para impôr a solução política do Portugal pluricontinental e pluriracial.

Uma guerra integra componentes ideológicos, políticos, económicos, diplomáticos e militares.

Numa guerra existe a Frente e a Rectaguarda que devem articular-se harmonicamente.

As operações militares são determinadas e determinam por seu lado a evolução dos outros factores.

Quando um conflito, que começa sempre por se tornar político, se desenrola no sentido da guerra, passam a ser as acções militares as determinantes globais.

Por isso, falar em situações de guerra, numa solução política que não militar, não passa de um sofisma.

A solução política, nessas condições, seria forçosamente a que evitasse a prossecução do esforço militar. Só podia ser o reconhecimento mais ou menos explícito da política prosseguida pelo adversário através do seu próprio esforço militar.

A não ser que o adversário tivesse explicitado, de uma ou outra forma a disposição de desistir dos seus objectivos, em todo ou em parte.

O que não era, decididamente, o caso.

Quando um Exército exige uma solução política fora daquela que tem por missão impôr através da força, é porque se sente incapaz de o fazer. É por que está derrotado, ou pelo menos é incapaz de alcançar a vitória.

Só quando se aperceberam de que eram incapazes de impôr a sua vontade ao inimigo, os militares começaram a salvaguardar-se, entrando no paradoxo da dissociação entre o político e o militar.

De qualquer forma Clausewitz não era estudado na Academia Militar. O Movimento dos capitães, ao contrário do que tem sido acusado pelos próceres do fascismo e militaristas crónicos, foi a única forma de impedir a total derrota militar em África. Transformou uma derrota militar numa vitória política.

Mas para isso foi necessário actuar militarmente ao serviço de outra política, no campo interno e pôr-se objectivamente ao lado do até então inimigo, no campo externo.

Foi a identificação com os objectivos políticos historicamente justos e necessários, não só do adversário mas do próprio povo que o alimentava e estruturava a rectaguarda, que permitiu ao Movimento dos Capitães desenvolver-se, assumir a responsabilidade de liquidar o regime, criar as condições para o fim da guerra e, na minha opinião não tão justamente, salvar a face do exército enquanto todo.

O Movimento dos Capitães saiu vitorioso.

Mas os Generais, os Comandantes militares, o Exército enquanto instituição, sofreu uma fragorosa derrota.

Se mais não fosse, bastaria a total perda da vontade de combater por parte dos soldados e da esmagadora maioria dos quadros inferiores, subalternos e capitães, constrastando com as atoardas vitoriosas dos Generais.

A perda generalizada da vontade de combater foi principalmente fruto das derrotas no terreno.

E as derrotas eram inevitáveis.

IV. Um Exército sem reservas e sem rectaguarda está derrotado.

O exército português tinha as reservas esgotadas e a rectaguarda subvertida.

A africanização da guerra, se primeiro apareceu como a solução milagrosa, cedo se mostrou inconsistente.

Mesmo a exploração das rivalidades tribais, a utilização de quadros traidores, o pagamento «faustoso» se comparado com as privações que as populações e os guerrilheiros eram obrigados a passar, a corrupção material, moral e cultural, a adulação, não eram suficientes para criar tropas capazes de se substituirem ao exército colonial que, pela sua própria desagregação, servia de factor desmobilizador aos mais audazes combatentes africanos que, com o tempo, começaram também a aperceber-se de que não combatiam bandidos, mas uma força sabiamente estruturada e organizada, profundamente apoiada no seu próprio povo.

Uma guerra de libertação é por definição uma guerra prolongada. Os guerrilheiros estavam para isso preparados. Era uma guerra que se transmitia de pais para filhos, como uma herança cultural, com aceitação voluntária das dificuldades e privações. Era uma guerra com raízes antigas, uma luta secular contra o invasor, na defesa dum solo, duma tradição, duma cultura, dum estar no mundo.

Os combatentes do Exército colonial eram enviados de milhares de quilómetros de distância e não era o Movimento Nacional Feminino com os seus requebros sordidamente lascivos, quem esquece a Cilinha, tão senis quanto fascistas, que conseguiria compensar o desencanto, a vontade de voltar para casa, a não compreensão radical de um patrioteirismo sem raízes culturais ou sociais, a falta de vontade de morrer sem sentido.

O material cedo começou a ser inferior em qualidade e em quantidade ao do inimigo.

O isolamento, as dificuldades de movimentação, as deficiências nas rendições e nos reabastecimentos de víveres e materiais, se serviam para o regime enaltecer a rusticidade dos soldados portugueses, não favoreciam a sua vontade de combater.

Os Comandantes Chefes, os Generais e Coroneis, bastavam-se a si próprios. Enalteciam-se em circuito fechado, condecoravam-se uns aos outros, estimulavam-se seguros de que seriam recompensados com bons lugares nas administrações das empresas dos financeiros fascistas. Viam, no entanto, a situação de pés para o ar.

Estavam condenados à derrota, não só historicamente mas também pela análise da situação totalmente divorciada da realidade.

Os Estados Maiores estavam treinados para a adulação, a subservivência e para a fabricação de situações fictícias.

Uma manobra estratégica do Inimigo era considerada uma estrondosa vitória. A passividade das populações era enaltecida como uma vitória da APsic. As palmas a um discurso incompreensível, como sinal de adesão aos valores civilizacionais e da Portugalidade.

As operações na sua maior parte caíam no vazio, as unidades e subunidades cedo começaram a preservar-se e a seguir o lema «o objectivo é que não morra nenhum de nós», os «Cabos de Guerra» eram ridicularizados e odiados, as ordens não se cumpriam na razão directa dos relatórios fabricados, as rações de combate eram consumidas mal se ultrapassava a primeira dobra do terreno, um depósito de armamento com que afortunadamente se tropeçasse servia de alimento a dezenas de operações com captura de material, a população civil começa a servir de pasto para o número de «inimigos abatidos» referidos nos relatórios.

Pode interpretar-se tudo isto como «combater à espera da solução política».

Acho, no entanto, que a interpretação será «passar a comissão à espera de ser rendido». E isso é incubar a derrota.

Entretanto os Generais fabricavam a sua própria guerra e todos estavam vitoriosos.

A situação militar nas várias colónias, está estreitamente ligada à iniciativa, à celeridade e consolidação do Movimento dos Capitães.

À derrota eminente da Guiné, corresponde o desencadear do Movimento. Seguiu-se, não exactamente no tempo, por motivos circunstanciais, mas na intensidade, Moçambique, correspondendo ao aumento da actividade da Frelimo e à penetração cada vez mais para sul, confinando cada vez mais as tropas aos relatórios falsificados, sem iniciativa nem mobilidade. Angola, onde a situação era pouco crítica, vai no entanto acompanhando toda a movimentação com entusiasmo crescente.

Nas colónias onde não havia guerra, só praticamente depois do 25 de Abril se impõe a dinâmica do MFA.

V. Vou agora referir-me mais particularmente ao caso de Moçambique, nas vésperas do 25 de Abril.

Na situação em Moçambique, para além dos condicionantes gerais, convém referir a herança das ficções estratégicas megalómanas de Kaúlza de Arriaga.

A estratégia de Kaúlza assentou em 4 vectores fundamentais:

A operação Nó Górdio; a Operação Fronteira; a Albufeira de Cabora Bassa; a criação de GE's e CEP's.

A operação Nó Górdio, traduziu-se numa derrota estratégica total.

A Frelimo retirou com a necessária antecedência tropas, materiais e populações, deixando alguns focos de resistência bem organizados, que bastaram para condicionar totalmente a operação, causar baixas em grande número, danificar e consumir enorme quantidade de material e munições, arrasar física e moralmente tropas especiais e normais. Dessa Operação não mais se recomporia a RMM.

A Operação Nó Górdio estava já catalogada como uma retumbante vitória mesmo antes de se realizar. Natural que fosse publicamente apresentada como tal.

Aliás, na guerra colonial, praticamente todas as operações de certa envergadura eram consideradas como

vitórias, pois bastava que se conseguisse chegar a determinados objectivos *geográficos*, mesmo que por vezes se regressasse a «toque de caixa». Ia-se e vinha-se, fora os que ficavam mortos ou amputados.

Depois do «êxito estrondoso» da Nó Górdio, com o desalojamento do IN de Cabo Delgado e a sua desarticulação, como dizia Kaúlza, ninguém mais pensou na progressão para sul do «Exército Maconde». Pois não. Era a Frelimo quem progredia aceleradamente para sul, levantando as populações e espalhando a guerrilha.

Estavam, então, «criadas as condições para a Operação Fronteira». Ao longo da fronteira com a Tanzânia, pacificada a região, iam ser criadas as condições de vida nova às populações. Aldeamentos modernos, com equipamentos sociais e sanitários à altura, a que não faltava TV em circuito interno, iam servir de atracção ou de inveja às populações refugiadas do lado de lá ou no mato.

Nangade foi escolhida para piloto. Seria portanto rapidamente ligada ao Indico por estrada asfaltada.

Os materiais vinham do porto de Palma, em colunas, por uma picada de cento e tal quilómetros, crivada de minas, flagelada, emboscada, durante dias e dias, num enorme desgaste de pessoal e material. Então, chegados a Nangade, começava a asfaltagem, agora em sentido inverso.

Pode isto parecer-nos absurdo ridículo, mas não passava de uma trágica imbecilidade. Nangade era o centro difusor da civilização.

Entretanto a Frelimo refizera calmamente o dispositivo e aproveitara a retirada estratégica para deslocar forças para o Sul onde activa espectacularmente a actividade, previamente preparada através do envio com um ou dois anos de antecedência, dos seus serecos.

A defesa da construção de Cabora Bassa empenha meios fantásticos, quer na defesa propriamente dita, próxima e afastada, quer na protecção às colunas com os materiais.

Urgia, mais do que produzir energia, criar a albufeira.

Podia ser que os homens da Frelimo não soubessem nadar.

Em 1973, Kaúlza exige do Governo meios que vão desde a aquisição de Mirages e propõe o comando único para Angola e Moçambique, para poder manobrar no Mapa Cor de Rosa.

Os meios não existem. O dinheiro também não.

Entretanto, a penetração em Vila Pery e Beira, por parte da Frelimo, corresponde, para Kaúlza, ao esgotamento da Frelimo (!). A continuação da construção de Cabora Bassa, a inexpugnável, um êxito sem precedentes. Kaúlza parece ignorar que a guerrilha se apoia na população local e que as «longas linhas de reabastecimento» se subdividem em trajectos relativamente curtos entre as bases disseminadas por todo o Norte, nas zonas libertadas e noutras, nomeadamente na Zambézia onde se não revela qualquer espécie de actividade militar.

Kaúlza ignora que a actividade inimiga só se revela onde lhe interessar e que fraca actividade no Niassa e até em Cabo Delgado corresponde à segurança passiva das suas zonas libertadas e das suas bases estratégicas.

Kaúlza, parece desconhecer que a construção de Cabora Bassa interessa à Frelimo por duas razões: a primeira, na perspectiva da vitória futura; a segunda pelo enorme empenhamento de meios de protecção, pelo confinamento à estrada Beira-Tete e à região central do Istmo de Tete (como ele chamava) de enormes efectivos, facilitando assim a mais rápida infiltração e acção nos distritos da Beira e Vila Pery.

Para Kaúlza, a Frelimo sem doutrina própria, segue a táctica dos russos quando actua com grandes efectivos. Segue a táctica dos chineses quando se infiltra e actua com pequenos efectivos em grupos digitos, amplamente disseminados. A dispersão, a concentração de forças, como procedimentos tácticos normais, de acordo com os objectivos, não entra na cabeça de Kaúlza?

Eis o sumo do pensamento estratégico desse cabo de guerra e a sólida base das suas vitórias.

Esquecíamo-nos apenas de outro vector da sua estratégia: a conquista das consciências e dos corações. Mas Inhaminga e Wiriamu, o julgamento dos padres do Macúti, dão a resposta.

VI. A actividade da Frelimo em 1973 é bastante grande, com orientação principal do esforço para a infiltração e as suas acções nos distritos da Beira e Vila Pery, que iria ser decisiva para apressar a desagregação da resistência do exército colonial e aprofundar o pânico entre os colonos brancos habituados a ouvir falar da guerra no Norte.

Este foi um dos principais factores de agudização da situação político militar em Moçambique.

Em 1974 dá-se um aumento dessa actividade a partir do mês de Fevereiro em que ainda se dá um decréscimo de 7% em relação a Janeiro do mesmo ano (293 contra 315 acções).

Um Relatório da 3.ª Rep. do QG da RMM, datado de 5 de Junho, tenta apresentar o aumento da actividade da Frelimo como consequência directa da situação provocada pelo 25 de Abril.

No entanto a actividade tinha subido de Fevereiro para Março de 293 para 558 acções (21 pontos) e de Março para Abril de 358 para 443 acções (de 14% para + 41% em relação a Janeiro).

De Abril para Maio sobe 6 pontos, para 462 acções.

É pois um facto incontroverso que a acção da Frelimo estava em nítido crescendo antes do 25 de Abril, continuando a crescer logo após este.

Um memorando da 3.ª Rep., dá-nos uma ideia por distritos:

«Evolução da situação em 1974 até Abril:

Beira/Vila Pery.

«A actividade IN aumentou substancialmente quer qualitativa quer quantitativamente, tendo neste último aspecto atingido o *valor mais elevado* se comparado com outros distritos. Também territorialmente estendeu o IN a subversão a novas áreas, nomeadamente a sul da Estrada Beira/Rodésia, área Sena/V. Fontes e Inhaminga/ Inhataminga/Muanza.

Tete.

De um modo geral a situação em Tete manteve-se estacionária havendo até a registar um decréscimo na média de acções IN violentas, *A actividade IN nesta área estava concentrada na infiltração de material destinado ao incremento rápido da frente «Manica e Sofala» e à tentativa de abertura da frente da «Zambézia».*

Zambézia.

«A situação... mantinha-se não declarada apesar de serem noticiadas várias infiltrações de material... A Frelimo chega a afirmar possuir em algumas áreas depósitos de material que sustentariam a guerra por mais de um ano.

Cabo Delgado.

«A actividade IN aumentou ligeiramente no aspecto quantitativo e mais sensivelmente no qualitativo, acções de fogo de iniciativa IN como ataques a aquartelamentos em elevado número, alguns de grande envergadura.

Passou a utilizar o míssil solo-ar a partir de 11 de Abril, embora sem grandes consequências imediatas. (Atingiu um DC6 cheios de adidos militares que conseguiu aterrar de emergência com um buraco na asa MT). A subversão violenta manteve-se ao Norte da estrada P. Amélia, Montepuez, Balama.

Niassa.

A actividade IN sofreu um acentuado acréscimo em relação a igual período do ano anterior. No aspecto qualitativo há a *salientar o emprego do foguetão 122 mm;* para além deste facto, a sua actividade mantém as características habituais: implantação de engenhos explosivos e pressionamento das populações.

«De destacar a actividade verificada no Sul do Distrito, na área de Metarica, onde o IN se manifestou pela primeira vez, e sobre a Linha de Caminho de Ferro nas áreas Belém e V. Cabral.»

O mesmo memorando que será exaustivo estar a transcrever refere na generalidade o aumento das acções depois do 25 de Abril, a moralização cada vez maior dos combatentes da Frelimo e um sem número de potencialidades e perspectivas para a actividade posterior.

E outra coisa não seria de esperar. O objectivo da Frelimo era a vitória política militar, era a Independência. O 25 de Abril, só por si não o assegurava, como vamos ver.

VII. Com a desagregação da situação nos distritos da Beira e Vila Pery, a situação assume aspectos explosivos depois da morte da mulher de um fazendeiro de Vila Manica provocada por uma acção da Frelimo em 14 de Janeiro de 1974. Outras acções, visando o Caminho de Ferro da Beira já tinham assinalado o crescimento da actividade da guerrilha na região. Concentrações, manifestações, provocações e insultos a elementos das FA's sobem de tom nos dias 16 e 17 em Vila Pery e em 17, 18 e 19 na Beira.

Em 17 fecham as actividades comerciais na Beira em sinal de luto e realiza-se uma manifestação junto do Governo do Distrito. Às 20 e 30 um grupo de cerca de 300 a 400 pessoas concentra-se junto à messe dos oficiais da Beira, no Macúti, exigindo o fecho do bar (Vai para o Mato Malandro...) a que se seguiu o apedrejamento.

Houve tiros e um oficial e 8 civis sofreram ferimentos.

Em 18 houve mais agitação, insultos, apedrejamentos, tiros.

A partir daí as relações entre colonos brancos e militares deterioram-se rapidamente.

Na Rodésia os jornais apoiam os colonos e chamam Covardes aos militares.

A solução Africana (com os brancos a dirigir) cópia mitigada pela «vocação miscigenatória» portuguesa, da independência branca da Rodésia, começa a tomar forma como saída para a derrota militar.

GE's e GEP's são insensados a adulados, os quadros europeus aliciados para ficarem e assegurarem a estrutura militar de Moçambique independente em posição à luta revolucionária da Frelimo.

No entanto a produtividade dos GE's desaparece e a dos GEP's reduz-se de forma assinalável.

Mas é a Frelimo que aprofunda a sua vitória: separa definitivamente duas componentes do Inimigo colonialista: os colonos brancos e os seus defensores, os militares do exército português.

Neste, a desagregação acelara-se, e o Movimento dos Capitães, sempre pregando a defesa do prestígio do Exército, «vilipendiado e instituído em bode expiatório», exige medidas que não se sabe quais possam ser, e vai-se divorciando daquele exército, «Os acontecimento da Beira e Vila Pery, ofenderam estas Forças Armadas. Estas e não as que desejamos ter».

Reforça-se a aliança objectiva do Movimento dos Capitães, com a Frelimo. O adversário é cada vez mais claramente o mesmo: O fascismo e... o exército colonial!

O Governo fascista está por seu lado cada vez mais isolado em relação aos colonos, começa apenas a poder contar com a hierarquia desorientada e enfraquecida sem mando nem comando, faltando-lhe o terreno debaixo dos pés, minado pelos capitães.

A necessidade de acabar com a guerra, perdida em todas as frentes, consolida a vocação descolonizadora do MFA que tem de ultrapassar o último obstáculo: o Governo fascista.

Na Guiné os aviões já não voam, na prática. As tropas querem, exigem o fim da guerra. Em Lisboa o 25 de Abril está a chegar.

VIII. Resumindo a situação militar em Moçambique nos meses que antecedem o 25 de Abril:

- Recrudescimento das acções militares da Frelimo.
- Alastramento impetuoso das acções de guerrilha às reservas de brancos e de caça, Beira, Vila Pery, Gorongosa.
- Utilização de meios sofisticados, Strella e Foguetão 122 mm, que associada aos já melhores armamentos ligeiros, RPG, p. ex. conferem à Frelimo superioridade operacional e material cada vez mais evidente.
- Fixação das NT à defesa de Cabora Bassa que continua a cumprir o seu papel de sorvedouro de efectivos, material e esforço de guerra. A sua inexpugnabilidade é o contraponto da derrota militar que se acentua em toda a linha.
- Deterioração sem precedentes do moral das tropas portuguesas e perda total da vontade de combater.
- Corte radical entre os colonos brancos do Centro de Moçambique, zona estratégica vital, e o exército colonial.
- As Forças Africanas começam a perceber as desvantagens de grande empenhamento nas acções do Exército, com a evidência da sua desagregação e da aproximação da vitória da Frelimo.
- Reforço do Movimento dos Capitães e da sua aliança objectiva com a Frelimo.
- A derrota militar vai ser suavizada e até escondida, com o derrube do regime.

Como assinalava com graça um capitão, nos Briefings do QG do CC, o Mapa de Moçambique ia subindo na parede para dar espaço à acção da Frelimo cada vez mais a Sul!

IX. Com o 25 de Abril abrem-se as perspectivas do fim da guerra.

No entanto, no próprio MFA tomam corpo as resistências à aceitação das novas perspectivas.

A Democracia deveria impôr a deposição das armas à Frelimo, considera-se.

As acções militares deveriam continuar. Os centros de instrução dos GEP's no Dondo continuam a formar pessoal.

As figuras políticas, de repente proeminentes, saídas do caixote do lixo da história, ligadas aos meios imperialistas e às soluções brancas suavizadas, colaboradoras do regime, devem tomar o lugar que lhes compete na democracia.

A democracia passava a ser lá, como cá, a justificação para não reconhecer a maior das democracias: um povo em luta de armas na mão, pela sua independência, à custa de inauditos sacrifícios, unido em torno da sua vanguarda dirigente, a Frelimo.

Pretende-se sobrepor o conceito «Sousa Tavares-Greco-Romano», à prática da luta pela liberdade.

Tratava-se de impor critérios de democracia aos que a haviam construído e imposto pela luta e pelo sangue de um povo.

A Coordenadora do MFA era pressionada pelos militares, quadros e soldados que se encontravam no mato, na frente de combate. O 25 de Abril retirara toda a autoridade à hierarquia militar e o MFA, organizando-se democraticamente era obrigado a dar resposta às exigências de pôr fim às hostilidades e de confraternização com a Frelimo e de início imediato das negociações para a independência. Entretanto todas as justificações para tentar impôr soluções consentâneas com a ideologia colonialista e interesses chauvinistas e imperialistas, começavam a surgir um pouco por todo o lado.

Joana Simeão é enviada com um cartão da Junta de Salvação Nacional.

A Comissão coordenadora não a recebe.

Os detidos no Ibo estariam lá tão bem que não queriam ser libertados. Dum dia para o outro exigem todos os meios à disposição para regressarem às suas terras.

As populações não quereriam que as tropas portuguesas abandonassem as zonas de acção. Mainatos, guias colaboradores da Pide, lavadeiras e prostitutas, os marginais formados com a guerra, não têm outro remédio que acompanhar as tropas que retraiem o dispositivo, ou ficar onde estavam.

Os símbolos da ocupação colonial deviam continuar a manter-se. A Frelimo devia aceitar o jogo democrático e entrar na liça com Gumos, Fumos e Ficamos, Simão e Gwambe.

A Frelimo não aceitou o jogo.

Ela tinha a força, a iniciativa, a simpatia do povo português e dos soldados, a exigência do fim das hostilidades por parte da tropa operacional, a ela pertencia a vitória, política e militar.

As tropas confraternizavam no terreno, a retracção do dispositivo impôs-se por si e foi organizada.

As estruturas do MFA impunham-se sem dificuldade à hierarquia totalmente desmoralizada e sem rumo certo.

O exército colonial estava em total desagregação.

A solidariedade entre os povos reforçava-se, a guerra chegara ao fim. Mas esse fim só foi possível com o tal e incondicional reconhecimento do direito à independência e com a formalização das acções conjuntas que a ela iam conduzir.

Descolonização e Democratização

Factores actuantes na formação da nova imagem de Portugal no exterior

Manuel Lourenço Neto

À primeira vista poderá parecer que o curto espaço de dez anos, não é ainda o tempo histórico bastante, que permita julgar na sua plenitude, a importância da descolonização e da democratização como acontecimentos históricos da mais alta significação; e, por isso mesmo, factores actuantes na formação da nova imagem de Portugal e dos portugueses, no exterior.

Todavia, para melhor se avaliar a importância desses acontecimentos, indutores naturais na formação da imagem de Portugal, torna-se necessário por antítese, recuar um pouco no tempo, e, buscar na persistente propaganda desenvolvida ao longo dos anos pelo regime deposto a 25 de Abril, a real importância que a descolonização e a democratização passam a assumir, no processo formador dessa nova imagem.

Os governos do passado — de Salazar e Marcelo Caetano — tiveram sempre uma acentuada preocupação em resguardar a imagem do regime no exterior, de maneira que as suas políticas, de absoluto cerceamento das Liberdades democráticas em Portugal, e da abominável dominação colonialista na África, ficassem a salvo de qualquer forma de cotejo, contestação ou agravo; quer a nível de governos, quer por parte da opinião pública, como força de pressão, capaz de influir junto dos seus governos.

O Colonialismo português, estruturado no Estado totalitário fascista, adulterava a tal ponto a realidade objectiva, que, por força da adulteração e mitos que criava, passou a alimentar a pretensão de passar aos olhos do mundo, como uma Ditadura bem «comportada», e que praticava na África uma colonização «humanista» e «civilizadora», onde nem sequer havia lugar para a discriminação racial. Era o que popularmente se chamava de «política para inglês ver»!... E, o curioso é que os ingleses viam enquanto os Povos, português e africano, sofriam.

Se, na Europa, o ingresso de Portugal na geopolítica dos «blocos» e da «guerra fria» garantia ao colonialismo fascista a tolerância e o apoio à sua política, era no Brasil que o Salazarismo melhor se achava implantado para levar a cabo o seu projecto de aliciamento e propaganda, que, mais do que o emolduramento da sua imagem, propunha-se alcançar o apoio que desse respaldo à sua política, a todos os níveis.

A existência de uma numerosa colónica de portugueses no Brasil, bem estabelecida na sociedade local e possuindo a rara particularidade de constituir um expressivo segmento do poder económico, iria permitir ao Salazarismo exercer alguma influência em alguns sectores da sociedade, e, de maneira absoluta, na vasta rede de associações de imigrantes, que o regime havia ajudado a criar; particularmente, através dum orgão de cúpula politicamente instrumentalizado, que era a FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS DO BRASIL.

A tal ponto o Brasil e a rica colónia de imigrantes eram importantes para a sustentação da imagem do Salazarismo e do Colonialismos português, no exterior, que membros do mais alto escalão do regime, não se sabia mais se residiam em Lisboa ou se no Rio de Janeiro. É que a coordenação de tamanha actividade política a serviço do regime, impunha as suas exigências.

Promoções regionalistas, Festivais, Conferências, Saraus, Recepções, tudo regado a «Porto de Honra», transformavam estes acontecimentos (mais sociais que culturais) em espectáculos de exaltação aos mitos que o regime criara. Exaltava-se a «Paz», a «ordem», a «estabilidade do poder», e a «honradez no trato da coisa

pública». Tudo isto era exorcisado como virtudes inerentes ao regime. No plano colonialista, vendia-se a imagem dum colonialismo «diferente» dos outros; e o Brasil era citado como exemplo; tentava-se legitimar a colonização portuguesa, em África, com fundamento nas descobertas; até que um dia, por força de um artifício semântico, pretendia-se mudar o curso da História: as Colónias deixariam de ser Colónias, passariam a ser «Províncias Ultramarinas».

Ainda que pese, de forma negativa, a falsidade das teses e mitos que constituiam o arsenal da propaganda do regime, torna-se necessário reconhecer que foi no Brasil que o Salazarismo logrou alcançar indiscutível êxito, em sua longa «Cruzada» ao sul do Equador.

Entretanto, justo é, também, assinalar que o Povo brasileiro no que tem de mais representativo de sua sociedade-Sindicatos, Associações, Intelectualidade, Profissionais da Imprensa e outros, manifestaram sempre a sua repulsa ao Salazarismo e ao Colonialismo português, através de manifestações concretas de solidariedade aos povos, português e africano.

25 ABRIL/74

A notícia do 25 DE ABRIL chegou ao Brasil, como arribada dum barco, depois duma tempestade... E, de repente, todos se sentem tripulantes dessa nau. Brasileiros e Portugueses (não muitos), brancos e negros, todos se miram no mesmo horizonte. Todos avistam a mesma Terra — a Liberdade. E muita gente começava a perguntar-se: como era possível um Povo que de há muito havia perdido o rumo das descobertas, de repente, acabava por se descobrir a si próprio, no chão do seu país!...

Vinda de Portugal, o 25 DE ABRIL foi a manhã mais fresca que cruzou a linha do Equador, rumo ao Brasil!...

Toda a Imprensa, Rádio e Televisão passaram a ocupar-se de Portugal, onde, para além da obrigação de informar tornava-se visível a simpatia de todos, pela restauração da Liberdade e da Democracia, em Portugal.

Através de Colóquios, Exposições, Debates e outros, a cultura portuguesa e a nova realidade, passaram a despertar inusitado interesse nos meios culturais, e na Sociedade brasileira. A Poesia, as Artes e a Literatura, contemporâneas ao fascismo, cujos autores deixaram marcado em suas obras o testemunho do seu tempo, passaram a ser vistas e debatidas nas Universidades e nos Centros Culturais do Brasil.

Para a intelectualidade e a opinião pública brasileiras de nada tinha servido a pregação Salazarista, por melhor elaborados que tivesem sido os sofismas.

É que, degradado no tempo e minado por contradições irreversíveis, o colonialismo e o salazarismo haviam exaurido toda e qualquer capacidade de resposta às evidências da realidade e da História. O Portugal Novo, nascido do 25 DE ABRIL assumia, por sua amplitude, os contornos de uma verdadeira Revolução: Popular, original, democrática e, sobretudo, plena de grandeza humana. Daí, a opinião pública perguntar-se: como era possível um Povo que havia sofrido quase meio século de opressão, altamente repressiva, humilhação e, por fim, a guerra, e que conquistava o poder das mãos dos seus opressores, sem tiros nem vinganças e, ainda por cima, garantia a incolumidade dos seus algozes?

Até esta símbiose, aparentemente contraditória, fazia aos olhos do mundo o 25 DE ABRIL uma Revolução original, num mundo conflitante e que recebe a cada momento estímulos de violência, provenientes de artificiais confrontações ideológicas — produto da guerra-fria.

Tudo isto, associado ao fim da guerra colonialista — que haveria de levar à Independência os Povos africanos — faziam de Portugal uma Nação que se impunha cada vez mais à admiração dos Povos e à respeitabilidade dos governos.

Criava-se, assim, uma nova imagem de Portugal e dos portugueses, no exterior, autêntica e natural, porque os factores actuantes na formação dessa nova imagem, reflectiam, antes de tudo, a vontade soberana dos Povos, português e africano.

A tal ponto Portugal passa a despertar interesse no cenário internacional que alguns dos maiores jornais do mundo, especialmente, do Brasil, estabelecem em Lisboa, conceituados correspondentes.

Sociólogos, Historiadores, e Cientistas Políticos, passam a viver de perto a original experiência portuguesa, creditando, à Revolução iniciada a 25 de Abril, uma concreta contribuição às «transformações sociais pacíficas», à causa da Paz e à Soberania dos Povos Africanos; factos a serem inseridos na Sociologia e na moderna História Universal.

Movimentos internacionais, Congressos e Assembleias que almejam a Paz, a Liberdade e a Aproximação entre Povos e Governos, escolhem Lisboa como sede ou ponto de convergência.

Portugal transforma-se, assim, na «Meca» da Liberdade e, Lisboa, uma espécie de «porto de abrigo» para exilados de toda a parte, especialmente para os cidadãos dos países da América Latina.

Com a entrada em vigor da nova Constituição da República, consagra-se de maneira definitiva a organização do Estado democrático e pluralista, centrado numa inovadora concepção social, onde o Trabalho e os direitos dos cidadãos, passam a ser reconhecidos como vertentes principais duma Sociedade mais justa, moderna e humana. Esta é a IMAGEM DE PORTUGAL E OS PORTUGUESES, NO EXTERIOR que, definitivamente, o 25 DE

ABRIL plantou, não obstante decorridos dez anos e alguns atropelos às suas origens e realizações; A IMAGEM, que restituiu aos portugueses do exterior a dignidade de serem Portugueses.

Mas, seria ilusório pensar-se que o 25 DE ABRIL, dada a sua força renovadora e as profundas transformações que produziu no Estado e na Sociedade portuguesa, não teria, também, os seus detratores e caluniadores, mesmo no exterior. E o Brasil seria, obviamente, o desaguador natural dos resíduos do fascismo e do colonialismo, contrariados nos seus interesses ou destituídos dos seus privilégios oligarcas.

No Brasil, continuava montada toda uma estrutura que permitiria, ainda, aos resíduos do fascismo e do colonialismo desenvolver a conspiração difamatória contra o 25 DE ABRIL e a jovem Democracia Portuguesa.

O Salazarismo «caipíra», revigorado na presença física dos seus ideólogos redobrava, agora, em esforços, usando a sua real capacidade de influir nos meios de comunicação, para, assim, contestar e difamar o 25 DE ABRIL e os Homens que nele tiveram participação marcante. E, nessa campanha não se poupavam, até, os Poderes constituídos da República, legitimados na vontade soberana dos portugueses, manifestada livremente nas urnas. E, o curioso é que funcionários da Representação oficial do Estado, cuja tarefa específica seria a de defender as instituições e os seus ocupantes, em nenhum momento apareciam para responder às calúnias, como seria do seu dever.

Entretanto, às investidas reacionárias dos respeitáveis «Comendadores» e seus mestres, a opinião pública brasileira respondeu sempre, (e continua respondendo), com a solidariedade e a acção participativa em todos os assuntos e acontecimentos que digam respeito ao 25 DE ABRIL e, particularmente, à grande festa que todos os anos portugueses e brasileiros realizam nesta cidade do Rio de Janeiro.

E, todos os anos, as portas das mais importantes casas de espectáculos se abrem de par-em-par; Centros culturais, intelectuais, actores, músicos e artistas, todos da maior expressão brasileira, e até internacional, oferecem expontaneamente e gratuitamente a sua arte, na certeza, que estão-se incorporando à grande Festa dum Povo que fez do 25 DE ABRIL a sua LIBERTAÇÃO, redimindo-se, assim, dum colonialismo que não era seu.

Seria de se perguntar em forma de indagação: que estranha força (quase magía) encerra o 25 DE ABRIL que pré-dispõe as pessoas de todas as cores, de outras nações, à Doação, à Solidariedade e à Amizade Fraternal, não obstante dez anos decorridos?

A descolonização na Guiné-Bissau

Spínola: a figura marcante da guerra na Guiné

Carlos Fabião

Visto do lado português, o Marechal António de Spínola, foi, sem qualquer dúvida, a figura central da guerra da Guiné. Com efeito, foi ele o único chefe civil e militar que soube apresentar uma resposta, ou melhor dizendo, um conjunto de respostas capazes de se oporem,com algum sucesso, ao bem estruturado plano de acção político/militar, gizado e lançado por Amílcar Cabral e que os guerrilheiros do PAIGC iam cumprindo com eficiência, libertando áreas e empurrando os descrentes militares portugueses cada vez mais para o interior das cercas de arame farpado que circundavam os seus estacionamentos.

Antes e depois de Spínola, tudo mais não foi do que «uma apagada e vil tristeza» onde a nau portuguesa, desgovernada e à deriva, sem rumo nem timoneiro, se ia afundando, paulatinamente, num mar proceloso de derrotas e descrença.

Spínola divide e define, assim, três períodos bem distintos da guerra na Guiné.

Logo nos primeiros tempos das hostilidades, Portugal perdeu o controlo do sul e do centro-oeste da colónia. Conservou o domínio da região leste, graças ao facto da etnia fula se ter mantido fiel à soberania portuguesa; do «chão manjaco», incaracterístico, sem se afirmar por nenhuma das partes em confronto e da ilha de Bissau, como era natural dada a concentração de forças militares ali existentes.

Todas as tentativas sérias, levadas a efeito ao longo dos anos de 1964, 65, 66 e até 1967, para recuperar o controlo do sul da colónia, resultaram em derrotas, quando não em desastres militares, como aconteceu no Como; no Cantanhe, por duas vezes; no Quintafine; no estrangulamento do corredor de Guilege a partir da ocupação do Mejo, Guilege e Gandenbel e em tantas outras acções e operações de certo vulto.

Os fracassos, quando não desastres, que passaram a caracterizar a grande maioria das penetrações levadas a efeito às áreas libertadas, sob o controlo dos guerrilheiros, levou a abandonar, cada vez mais, as operações de grande vulto, nomeadamente a certas áreas críticas, como o Morés; Sará-Saranol; Boé; Cantanhez; Quitafine; Como; etc.

Com o decorrer do tempo, as Unidades e Sub-Unidades foram-se «fechando» cada vez mais nos seus estabelecimentos deixando aos guerrilheiros vastas áreas por onde eles se movimentavam em quase completa segurança.

Havia excepções, é um facto, mas a maioria dos Comandos jogava na defensiva até porque o ambiente se prestava para isso. O QG ligava mais ao cumprimento do que estava regulamentado do que aos resultados obtidos. Uma unidade que mantivesse o ritmo operacional que se encontrava determinado, isto é, 20% de actividade operacional, ou seja, um quinto do efectivo a movimentar-se por dia, com ou sem resultados, cumpria a sua missão. E como cumpria, o Comandante não tinha problemas, nem aborrecimentos. Porém, se tivesse um grande azar, o que pode sempre acontecer a quem se arrisca, para além das preocupações próprias resultantes do acontecimento ainda tinha de se justificar, superiormente. E não poucas vezes era-lhe assacada a responsabilidade pelo insucesso.

Não se queriam desastres, nem insucessos, a guerra era para se ir fazendo a horário e percentagens.

Nos fins de Maio de 1968, quando o então Brigadeiro António de Spínola chegou à Guiné, investido na dupla função de Governador e Comandante-Chefe, a situação militar na colónia era bastante crítica.

Assim, os guerrilheiros do PAIGC controlavam toda a Zona Sul, onde as NT não saíam dos seus estacionamentos ou imediações, com uma ou outra pontuada mais atrevida até às proximidades das áreas consideradas libertadas. Onde geralmente ninguém entrava.

Na Zona Leste, ainda não subvertida, a situação era precisamente a contrária. Aí as NT dominavam as áreas onde os guerrilheiros penetravam, de vez em quando, para acções de flagelações ou emboscadas. No entanto, falava-se que, em breve prazo, o inimigo iria abrir ali uma nova frente. Para isso dispunha de uma importante base em CADE, na República da Guiné, e estabelecera uma base avançada encostada à nossa fronteira, junto à confluência dos rios CORUBAL e SÉLI, a sul de Piche.

Na Zona Oeste, era onde os guerrilheiros, na época, exerciam o seu esforço principal. Toda a Zona se encontrava subvertida e em luta armada, com excepção da «chão manjaco», a S dos rios Casta-Pelundo e Baboque. No entanto, a região encontrava-se já em adiantada fase de aliciamento. Quando se sublevasse, o que se aguardava a qualquer momento, fechava-se o cerco à ilha de Bissau. Era muito natural que, então, por arrastamento, os papéis do Biombo também se sublevassem, o que significaria a chegada do fim. O futuro imediato estava-se a jogar no «chão manjaco» e não sabemos se os chefes militares da altura tinham plena consciência dessa realidade.

Os chefes da guerrilha esses sabiam-no e por isso deslocaram o Comando da Frente Norte do Morés para a região de CHOQUEMONE-INSUMETE, onde se instalaram em força.

Dali partiram três linhas de penetração no «chão manjaco», nas direcções de:

CABOIANA;
BACHILE;
CATORA-TEL, DIMPLE;

onde vinham exercendo forte pressão.

Três importantes corredores de reabastecimentos alimentavam este esforço de guerra, a partir do SENEGAL.

Os guerrilheiros mantinham, também, grupos em nomadização a S da entrada BULA-BINAR-BIAMBI-BISSORÃ, nomeadamente nas penínsulas: ENCHERTE-MANGA: INQUIDA e QUERÉ para controlo das populações ali sediadas.

Foi esta a situação com que Spínola se veio a deparar e contra a qual se dispôs desde logo a lutar.

Depois de uma entrada fulgurante e espectacular, com altos comandos militares e civis «despedidos» para a metrópole,o novo Governador e Comandante-Chefe promoveu uma reunião em Bissau, no palácio do Governo, de todos os Comandantes de Unidades e Sub-Unidades, dos três ramos das Forças Armadas em serviço no TO da Guiné. Nessa importante reunião, Spínola esboçou o seu plano de acção definindo, com muita clareza, os seguintes pontos:

— uma guerra subversiva não se ganha militarmente;
— portanto, ele não ia pedir aos militares que a ganhassem, ia apenas pedir-lhes que a não perdessem;
— a vitória essa teria de ser conseguida pelo governo no campo político.

Com base nestes princípios, foram redefinidas as missões militares de todas as Unidades e sub-unidades do TO, de acordo com as suas reais possibilidades.

As grandes áreas libertadas, deixaram, portanto, de ser atribuídas às Unidades, passando à responsabilidade directa do Comando-Chefe que as constituiu como zonas de intervenção.

Por outro lado, a manobra militar passou a ficar estreitamente subordinada à manobra sócio/política, sendo dada a esta uma alta prioridade. Até ao fim do governo do Marechal Spínola, esta subordinação manteve-se inalterável.

Definição de uma estratégia

Spínola é um chefe militar que tem a plena consciência de que uma guerra subversiva não é susceptível de ser vencida militarmente, pelo que a solução do conflito terá sempre de ser procurada e negociada, no campo político. O Marechal tem, também, um projecto nacional para vencer o impasse a que o país chegara com a institucionalização da guerra. Esse projecto assentava numa outra estruturação do espaço português, passando por uma abertura ao diálogo, interno e externo, admitindo que a unidade se podia conservar por uma reestruturação nacional em termos diferentes, fortemente descentralizada, que tomasse, na devida consideração a heterogeneidade do todo português. Esta reestruturação passava, também, por uma certa liberalização política do regime.

A estratégia que Spínola vai montar na Guiné é um reflexo deste projecto, ao qual ficou, desde o início, subordinada. Ela consistia numa acelerada promoção sócio/económica/cultural de todas as populações tribaliza-

possibilidades da sociedade. As lógicas de curto prazo sobrepõem-se às perspectivas de longo prazo. Estas diferenças na caracterização do espaço político são suficientes para se estabelecer a distinção entre o salazarismo e o pós-salazarismo.

Os novos problemas colocados pelo pós-salazarismo podem ser entendidos em mais do que um modo. São os problemas que derivam do fim de um tipo singular de poder político e da necessidade da sua substituição por uma outra fórmula política capaz de produzir uma orientação da sociedade através de caminhos viáveis. A impossibilidade desta substituição é uma boa medida do fracasso do salazarismo, uma concepção política que não foi capaz de assegurar uma forma de continuidade viável. Mas é também uma medida do novo problema político aberto para a época seguinte, um problema que é tanto mais difícil quanto menos conhecido é em termos da experiência política recente. Um segundo conjunto de problemas deriva da incapacidade do salazarismo para neutralizar características estruturais da sociedade portuguesa, designadamente as suas tendências para a fragmentação das expressões dos interesses sociais e para a fragmentação do poder político, que se reforçam mutuamente sempre que não há uma afirmação estável do centro do poder político. Estas tendências voltam para o primeiro plano da evolução social logo que a noção de autoridade política é posta em causa. Finalmente, o terceiro grupo de problemas deriva da apreciação das possibilidades de modernização da sociedade portuguesa, isto é, da capacidade de adaptação dos equilíbrios sociais existentes em Portugal aos processos de mudança que se desenvolvem nas sociedades mais evoluídas da área cultural em que Portugal se localiza. Em concreto, a afirmação de concepções e projectos políticos que se baseiem nestes processos de mudança e de adaptação rápida podem facilmente desencadear processos de desequilíbrio interno que venham a ameaçar e a destruir evoluções favoráveis entretanto verificadas.

Estes três grandes tipos de problemas estão interrelacionados: a manifestação de qualquer deles tem efeitos nos outros, o que significa que não há aqui a possibilidade de encontrar respostas parciais. Uma resposta global e integral aconselha uma investigação histórica que não se limite ao período de pouco mais de quinze anos que se identifica pela designação de pós-salazarismo. Porém, uma resposta global e satisfatória não precisa de ser tão exigente na sua fundamentação. Será suficiente verificar que o pós-salazarismo existe, isto é, corresponde a um período onde esses três tipos de problemas se manifestam, seguindo-se a um outro período em que esses mesmos problemas encontravam uma solução relativa.

A evolução posterior veio mostrar que essa solução relativa era insuficiente (desaparecido o seu inspirador, a solução política ruiu), não criou dinâmicas de auto-sustentação (as práticas sociais de fragmentação, de clientelismo e de proteccionismos anti-modernistas voltaram ao primeiro plano da evolução social) nem assegurou as suas condições políticas de evolução controlada (as lutas pelo poder deixam de estar contidas pelos anteriores equilíbrios entre redes e áreas de influência). Este fracasso generalizado não deve fazer esquecer a sua eficiência anterior, tanto mais marcante em termos sociais quanto mais longa ela foi. Embora seja um equilíbrio instável entre tendências de inviabilidade, orientado por um sentido de oportunidade política, o salazarismo produziu uma imagem social global e continuada de viabilidade. Rompendo esse equilíbrio instável, o pós-salazarismo é marcado por uma imagem social global e em deterioração rápida de inviabilidade na dimensão económica, na dimensão política, nas vias de modernização e até na afirmação da autonomia nacional. É este contraste de imagens sociais que torna particularmente difícil a gestão política no pós-salazarismo.

Não se nega o interesse das respostas integrais para este tipo de questões, necessariamente fundamentadas em sólidas razões históricas. Contudo, não é essa a perspectiva que será aqui usada. Os problemas do presente colocam a necessidade imediata de respostas satisfatórias, isto é, de propostas de análise que fundamentem estratégias políticas com viabilidade. O que nos interessa aqui nem sequer é o pós-salazarismo entendido globalmente. O que nos interessa analisar é a relação entre os problemas do pós-salazarismo e a dinâmica democrática.

Se for possível mostrar que há uma continuidade (com o consequente agravamento) de problemas políticos essenciais apesar de ter ocorrido uma mudança de regimes políticos, ter-se-á dado um passo no sentido de compreender a existência de uma continuidade oculta das questões de decisão política, que é encoberta pela diversidade formal dos modos de organização da acção política.

E se for possível mostrar que essa continuidade das questões de decisão política tem uma correspondência na continuidade de concepções políticas que são anteriores à mudança de regimes e que se mantêm não obstante a transformação das condições sociais, materiais e políticas, ter-se-á dado um outro passo no sentido de compreender as razões dos sucessivos fracassos políticos dos últimos anos.

O pós-salazarismo não será aqui entendido nem numa acepção de herança, negativa ou positiva, nem numa acepção de unidade homogénea. Mais importante do que ser uma herança é o facto de ser uma realidade política que tem de ser enfrentada. Mais importante do que uma unidade homogénea (que manifestamente não pode ser pela diversidade de acontecimentos que ocorreram durante estes quinze anos) é o facto de apresentar duas fases distintas, uma de «evolução», outra de «revolução», sem que a continuidade da sua problemática global tivesse sido eficazmente posta em causa. Assim, o pós-salazarismo é apenas a designação de uma problemática política que não está resolvida quinze anos depois de ter sido colocada e cerca de duas décadas depois de ser analiticamente perceptível.

Esta é a dimensão real dos fracassos políticos que se tem vindo a acumular.

das, dentro das respectivas estruturas convencionais, de modo a fazer ascender todos os grupos étnicos, paralela e simultaneamente numa mesma direcção de modo a atingirem uma plataforma comum a que se convencionou chamar portugalidade. Durante a ascensão, o objectivo a atingir-se seria uma progressiva uniformização de linguagem, de cultura, de hábitos e costumes, de valores morais, de meios e processos de produção, etc.; de tudo, enfim, o que viria a constituir a tal portugalidade que mais não seria do que uma simbiose da cultura portuguesa com a dos diversos meios humanos guineenses que pretendíamos assimilar.

Mas antes de poder desenvolver esta estratégia, com a amplidão que desejava, Spínola vai precisar de travar a ofensiva militar do PAIGC, equilibrar a situação militar e criar condições que lhe permitam dialogar com o adversário numa situação de força ou, pelo menos, de desafogo. O que acontecia na Guiné em meados de 1968.

Desprezando o sul onde o PAIGC, se encontrava fortemente implantado, o marechal vai dar alta prioridade ao «chão manjaco» onde se estava a travar uma importante batalha, talvez decisiva para o futuro da Guiné. Simultaneamente vai procurar manter a situação favorável no Leste da colónia, no «chão» Fula. Uma feliz operação militar, que destruiu a base do PAIGC junto à confluência dos rios CORUBAL e SÉLI, a sul de PICHE, na República da GUINÉ-CONAKRY, a partir da qual os guerrilheiros projectavam desencadear uma ofensiva sobre o «chão» Fula, permite-lhe ganhar tempo. Tempo que aproveita para consolidar a situação militar e lançar a sua estratégia. Com prioridade no «chão» manjaco e com segunda prioridade no «chão» Fula.

A necessidade de enfrentar a subversão nos seus dois campos de luta, a *armada*, conduzida pelos guerrilheiros, e a *ideológica*, a cargo de agentes endoutrinadores e aliciadores disseminados no meio das populações; aliada à necessidade de se tirar o máximo rendimento dos meios disponíveis para a concretização da estratégia sócio/política/económica e cultural de Spínola, veio a impôr a concentração das massas nativas em grandes agregados populacionais, onde era fácil defendê-las dos ataques guerrilheiros; controlá-las, e estabelecer as infra-estruturas de promoção cultural e sócio/económica: a escola, o posto sanitário, a enfermaria, o celeiro, o fontanário, o centro comercial, a cooperativa agrícola, etc.

Na guerra subversiva, a política de novos reordenamentos levada a efeito no Vietname e em algumas das nossas ex-colónias resultou num fracasso, normalmente porque a manobra militar comandou a localização desses reordenamentos. Na Guiné tal não aconteceu porque, de acordo com os princípios estabelecidos por Spínola, a manobra militar mais uma vez tornou a ser subordinada à manobra política. Os reordenamentos construiram-se em locais escolhidos pelas populações, junto das suas plantações. Juntaram-se pequenos povoados dispersos e evitaram-se as deslocações. Muitos conservaram a anterior localização.

De acordo com a sua estratégia, Spínola promoveu, também, a regionalização de quadros e criou a Força Africana, para defesa dos reordenamentos e da sua política.

Dirigindo-se a esta, numa festa de Juramento de Bandeira, o Marechal Spínola sintetiza, assim, a sua estratégia: «Fiéis ao rumo que traçamos e coerentes com uma política de preparação progressiva dos Guinéus para participarem na gestão dos interesses comuns, a Força Africana é um passo bem claro no caminho de uma Guiné governada pelos seus filhos mas inserindo-se no quadro estrutural da Nação Portuguesa pela adequada e activa participação dos que aqui nasceram, na sua vida constitucional».

Os Congressos do Povo da Guiné

Os Congressos do Povo da Guiné constituíam uma importante peça na estratégia montada por Spínola, visando a implantação da participação do povo guineense na administração da Colónia.

Os Congressos compreendiam, normalmente, uma fase regional, realizada nas sedes dos Concelhos e das Circunscrições e uma fase Cimeira, que se efectuava em Bissau.

Na fase regional, reuniam-se os representantes dos povos da região, independentemente da etnia a que pertenciam. Era portanto uma reunião das gentes que habitavam na área do Concelho ou da Circunscrição onde as sessões decorriam.

Na fase Cimeira já tal não acontecia. Nesta, funcionavam cinco assembleias distintas englobando cada uma delas uma etnia ou um conjunto de etnias aparentadas, ou semelhantes entre si, por laços consanguíneos ou culturais.

Assim:

— Uma compreendia os Manjacos, os Papéis e os Mancanhas (Brames):
— outra, os Balantas, a maior etnia da Guiné, abrangendo os Balantas de Fora ou «Mansos»; os Balantas de Dentro ou Bravos; e ainda os Balantas-Mané e os Mansoancas.
— outra, os Mandingas e as etnias consanguíneas, como os Jacancas, Oincas, Saracolés, Pajadincas, Sôssos, Sunuas, Jalofos, Bambarãs, ou as com semelhanças culturais, como os Beafadas e Nalús;
— outra, a grande família Fula, com os seus três grandes subgrupos, os Fulas Forros (Forreà), os Fulas Pretos e os Futa Fulas e ainda os Fulas de Boé, os Boencas e os Fulas do Toro, os Torancas;
— finalmente a última englobava as pequenas etnias, sem ter em conta semelhanças ou consanguinidades. Tratava-se, pois, da assembleia das minorias representativas, como os Bijagós, os Felupes, os Baiotes, os Cassangas, os Bagas, os Cobianas, os Jaloncas, os Banhurs.

O carácter étnico da fase Cimeira, muito criticado principalmente pelos distrabilizados evoluidos, à procura da construção duma identidade de Guinéu, facilitava e reforçava a acção do Governo e a presença de Portugal que apareciam, assim, como os grandes aglutinadores das etnias e o factor da estabilidade social na colónia.

As críticas a este sistema assentavam, como é óbvio, no facto dele perpectuar e institucionalizar a divisão étnica dos guineenses, quando o importante era criar a consciência de guinéu e sobrepor aos problemas étnicos, os problemas nacionais.

A estratégia de Spínola não visava, realmente, nem perpectuar, nem institucionalizar, a divisão étnica entre os guineenses. Bem pelo contrário, ela procurava eliminar as diferenças irreconciliáveis, as tensões e a rivalidade entre as diversas etnias de modo a construir um todo homogéneo, sócio, político, económico e cultural, argamassado pela cultura e pela presença portuguesa. A tal portugalidade de que já falámos. Porém, até se conseguir atingir este objectivo, a divisão étnica, como já acontecera no passado, facilitava a acção governamental e os Congressos do Povo, meramente consultivos, representavam um importante instrumento político e social por permitirem:

— promover a dignificação dos povos e das suas culturas tradicionais;
— informar o Governo dos seus erros próprios e dos cometidos pelos seus agentes e ainda dos choques da lei portuguesa com o direito tradicional dos povos;
— auscultar as insatisfações, os desejos e os anseios das populações nativas e procurar entender os mecanismos que as motivavam.

Operação «Mar Verde» Data: 20/23 Novembro 1970

Esta operação constitui a mais ousada tentativa do Marechal Spínola para obter uma vitória militar na guerra da Guiné. Curiosamente, visando um objectivo meramente militar, a operação, em si, era política e militar. Tratava-se da realização de um golpe de estado na República da Guiné-Conakry.

Dos dois países vizinhos da Guiné, a Guiné-Conakry era, sem dúvida alguma, o que prestava maior auxílio ao PAIGC e onde este se encontrava instalado em força. O Governo de Sekou Touré, enfrentou sempre uma oposição interna, clandestina — a última tentativa para derrubar o regime, um «complot» militar, fora descoberto e desmantelado em Março de 1969 — havendo forças e elementos oposicionistas refugiados pelos países da área, Senegal, Gâmbia, Costa do Marfim. Desde 1964, que estes grupos oposicionistas, dos quais o mais importante era o FRONT de LIBERATION NACIONAL GUINÉEN (FLNG), procuravam contactar as nossas autoridades a fim de obterem vantagens no nosso território.

Face a este quadro, Spínola planeia realizar um Golpe de Estado em Conakry, durante o qual seriam também destruídas as infra-estruturas e o pessoal do PAIGC sediados na capital da vizinha República da Guiné. No desenrolar da acção deveriam ser assassinados, Sekou Tourée e Amilcar Cabral. A FNLG, que instalaríamos no poder, pediria, então, a intervenção militar portuguesa para ajudar o nosso governo a esmagar as últimas resistências dos defensores do PDG, de Sekou Touré. Este pedido serviria de pretexto para que as nossas forças do Exército, posicionadas ao longo da fronteira, e a nossa Força Aérea, previamente alertadas, invadissem e interviessem na República da Guiné, destruindo as bases do PAIGC referenciadas neste país.

A ideia de manobra assentava em quatro pontos fundamentais:

1.° Obtenção do domínio do mar. Para ser conseguido, havia que destruir as lanchas rápidas que constituiam a armada da República da Guiné. Este ponto foi cumprido integralmente.
2.° Obtenção do domínio em terra. Neste ponto incluía-se, também, a destruição das instalações, pessoas e materiais do PAIGC: o assassinato dos dois «leaders» políticos, Sekou Touré e Amilcar Cabral; a libertação de 26 PG portugueses detidos na prisão de «La Moutaigne». Este ponto, só parcialmente foi cumprido.
3.° Obtenção do domínio do ar. Como a autonomia de voo da nossa aviação não permitia dar cobertura aérea à operação, tornava-se indispensável destruir, no solo, os MIG's 15 e 17 da Força Aérea da República da Guiné. Este objectivo não foi conseguido, determinando o fracasso da operação.
4.° Captura da emissora de Boulbinet, objectivo altamente prioritário pois seria através desta emissora, a mais escutada na República da Guiné, que o novo Governo da FNLG avisaria a Nação do que se estava a passar; faria a sua proclamação e solicitaria a intervenção militar portuguesa. Este ponto também não foi cumprido, por deficiente planeamento e posterior conduta de acção, o que motivou o completo fracasso da Operação. Com efeito, apesar de terem sido alcançados alguns resultados importantes, o objectivo final da Operação: golpe de Estado na República da Guiné-Conakry e intervenção militar portuguesa, não foi atingido.

Marcelo Caetano autorizou a realização da operação com a determinação expressa de não serem deixados vestígios da presença portuguesa na área.

A operação foi executada por uma força naval, a TG 27-2, comandada pelo Comandante Alpoim Calvão.

Incorporava:
4 LFG's (ORION; CASSIOPEIA: DRAGÃO: HIDRA)
2 LDG's (MONTANTE: BOMBARDA)
Transportava as seguintes forças de desembarque:
Grupo da FNLG (200 elementos)
DFuzE n.º 21 (Africano)
Comp.ª Comandos Africanos
Partida:
da I. de Soga, no Arquipélago dos Bijagós, pelas 19h50 do dia 20 de Novembro de 1970.
Ataque a Conakry:
estabelecida a hora de desembarque em terra, pelas 01h30 do dia 22.
Retirada:
a não destruição dos MIG's, levou o Comandante da Operação a ordenar o reembarque, que terminou pelas 09h00 do dia 22, e a retirada.
Chegada:
a TG 27-2 chegou à I. de Soga pelas 16h25 do dia 23 de Novembro de 1970.

O «plano de Senghor»

Dentro da sua estratégia, Spínola procura estabelecer o diálogo com o opositor. O Marechal tem a plena consciência que o problema da Guiné não é possível de resolver sem o PAIGC. Mas esta tentativa não vai ser fácil de realizar.

Militarmente criou as condições que lhe permitem aceitar o diálogo numa posição cómoda; não perdeu a guerra e mantém-na, no mínimo, empatada. Conserva o controle de Leste e impediu a sublevação do «chão» manjaco. Não está pressionado.

Consegue interessar no caso o Presidente Senghor do Senegal, Este, que nunca escondeu a sua simpatia pelo povo português tendo mesmo afirmado, no Casamance, em Março de 1969, que «a guerra fora imposta de cima, pelo governo», presta-se a servir de intermediário.

O Presidente senegalês, após haver contactado, separadamente e por diversas vezes as duas partes interessadas, concebe um Plano de Paz, destinado a permitir uma descolonização da Guiné calma e amigável.

Era a solução política que Spínola procurava desde a sua chegada à colónia.

O plano previa três etapas:

1.ª Consistia em decretar um cessar-fogo a que se seguiriam negociações sem qualquer preâmbulo;
2.ª Seguir-se-ia um período de autonomia interna da Guiné-Bissau cujas modalidades, limites e prazos seriam livremente discutidos durante uma conferência constitucional que reuniria, dum lado os representantes do Governo Português e do outro os de todos os movimentos políticos da Guiné-Bissau;
3.ª A independência seria concedida numa perspectiva de uma comunidade luso-africana que nada excluiria à priori.

Mas o governo central não estava realmente disposto a modificar a sua política colonial, isto apesar do pretenso apoio e incentivo que deu a Spínola nas suas diligências, de que estava, obviamente, a par. Logo que chegou à fase de concretização do Plano, Marcelo Caetano proibiu a Spínola a continuação dos contactos e negociações com o argumento de que na Guiné se aceitava um desastre militar mas nunca uma cedência política.

Face a esta posição de intransigência e de cegueira política do governo português, perde-se, ingloriamente, a última oportunidade de se poder negociar uma solução política para a guerra da Guiné.

A partir dali só restava, a ambas as partes, prosseguir com a luta, de acordo com as respectivas estratégias, adaptadas, agora, à nova situação político/militar que, entretanto se criara.

A Spínola ficou-lhe apenas a hipótese de continuar com a guerra, uma vez que o governo não aceitava outra solução que não fosse a vitória militar.

Mas ele sabe que isso não é possível. Ele próprio o diz: «uma guerra subversiva nunca está definitivamente ganha». Portanto, a esta imposição de uma só opção, a vitória militar, só resta uma alternativa: o derrube do governo que impõe uma guerra desgastante, impossível de vencer, sem qualquer outra alternativa.

De momento, ao Marechal Spínola não resta outra solução que não seja a de continuar a guerra mas como tem a plena consciência de que esta é uma solução anti-nacional, vai começar a conspirar. A preparar a outra alternativa.

O PAIGC, pelo contrário, sem abrandar o esforço militar, vai desencadear uma grande ofensiva política. Para os finais do ano é eleita, nas zonas libertadas, uma Assembleia Nacional Popular, com funções constituintes. Começa a esboçar-se um quadro de proclamação unilateral de independência e contra esta eventualidade, nada se pode fazer.

Em 20 de Janeiro de 1973, quando preparava o II Congresso do PAIGC, Amilcar Cabral é assassinado em Conakry, em condições nebulosas ainda não perfeitamente esclarecidas. Se o assassinato do SG do PAIGC tinha

por objectivo evitar a proclamação unilateral de independência da Guiné, o mesmo não logrou atingir o fim que visava, porque no dia 24 de Setembro de 1973, na região libertada de Madina do Boé, a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, proclamou unilateralmente a independência da República da Guiné-Bissau.

Num curto prazo de tempo, 86 países, mais do que aqueles com quem Portugal mantinha, na época, relações diplomáticas, reconhecem o novo Estado.

Falhada a solução política, laboriosamente preparada e procurada por Spínola e que poderia ter tido expressão no «Plano Senghor», só restava ao Marechal tentar, de novo, uma vitória militar. Era suficientemente esclarecido para ter consciência de que ela não era possível, mas também não era homem para assistir de braços cruzados ao evoluir dos acontecimentos e à progressiva degradação da sua obra. Se aceitara ficar mais um ano à frente dos destinos da Guiné, se o governo-central lhe proibira a hipótese duma solução política, negociada, para a contenda, agora só lhe restava prosseguir a guerra, com algum sentido e coerência.

Ofensiva no sul — reconquista das áreas libertadas — o prosseguimento do esforço militar

Fiel ao princípio de que só a ofensiva conduz à vitória, Spínola concebeu então o plano arrojado da reconquista das áreas libertadas do sul da colónia cujo controle havíamos perdido logo nos primeiros tempos das hostilidades.

A tarefa era de vulto e para a poder realizar, o Marechal precisava de unidades militares, unidades essas que a metrópole, esgotada em recursos humanos, não podia fornecer. Spínola resolve o problema recorrendo a outra jogada arriscada: substitui, por forças de milícias africanas, algumas companhias metropolitanas sediadas em função de quadrícula em áreas menos sensíveis. Como fruto da sua política de regionalização, a medida resulta, permitindo-lhe desipotecar as forças metropolitanas de que carece para lançar a ofensiva no sul.

Dispondo de importantes meios aéreos; do domínio absoluto dos ares; de unidades especiais — entre as quais se destacava o Batalhão de Comandos Africanos — bem preparadas, equipadas e helitransportadas, o que lhes conferia uma grande mobilidade, capacidade e raio de acção; foi possível a Spínola montar uma manobra que, entretendo e segurando a guerrilha perto dos seus «santuários», permitiu a implantação de posições das NT nas áreas libertadas.

A operação desencadeou-se com uma grande concentração de meios dos três ramos das Forças Armadas — princípio da massa — surpreendendo, de início, os guerrilheiros do PAIGC. Quando estes começaram a reagir, viram-se confrontados com fortes acções aéreas, conjugadas com o lançamento de forças helitransportadas sobre as suas áreas de refúgio. E a operação foi-se desenvolvendo com um certo sucesso, sucesso esse que ultrapassou o previsto nas previsões mais optimistas.

O «strella», fim do domínio aéreo e da liberdade de acção. A rápida deterioração da situação militar

Porém, nos fins de Março e em plena operação, o «strella» apareceu nos céus da Guiné. Foi o fim do domínio dos ares; a Força Aérea Portuguesa encontrou um adversário à altura contra o qual não conseguiu arranjar uma resposta adequada, com oportunidade.

A supremacia aérea total, que constituía o grande trunfo sobre o qual assentava toda a manobra militar no TO, desapareceu bruscamente, permitindo o equilíbrio e logo a seguir a inversão da iniciativa a favor dos guerrilheiros do PAIGC.

O prestígio político remanescente e a capacidade operacional de Spínola, ainda foram conseguindo «disfarçar» a degradação da situação militar nos seus últimos meses de governo e chefia militar na Guiné, não deixando ver, com grande nitidez, o descalabro que se processava de facto.

Com efeito, desde que se perdera a liberdade de acção aérea, que permitiria lançar, com algum sucesso a ofensiva sobre as áreas libertadas do sul da colónia, nada mais restava do que se voltar aos velhos tempos do «aguentar enquanto fosse possível».

Por outro lado, toda a estratégia de Spínola, que passava sempre por uma solução política, negociada com o PAIGC, se desmoronava face à intransigência do Governo Central que não admitia, em condição alguma, o que apelidava de cedência política.

Para a estratégia colonial de Lisboa, a Guiné não passava de um simples peão, sem grande valor, que se deixava comer quando já não fosse possível defende-lo mais. Aliás, Marcelo Caetano fora bem explícito ao admitir que para a Guiné se aceitava uma derrota militar mas nunca uma cedência política.

A partir deste conceito, já nada mais restava fazer na Guiné. As medidas a tomar, e era urgente que se tomassem, teriam de ser realizadas na metrópole. Impunha-se o derrube do governo marcelista antes que as colónias se perdessem por sucessivas derrotas militares cuja responsabilidade seria sempre atribuida às Forças Armadas Portuguesas. Como acontecera com a Índia.

O General Betencourt Rodrigues, o novo Governador e Comandante-Chefe da Guiné, aceitou a estratégia do governo-central que previa a resolução do problema guineense pela perda da colónia por uma derrota militar com

o sacrifício de toda a guarnição, se tal se tornasse necessário. «Resistir até à exaustão dos meios», foi a ordem que recebeu. Não levou consigo nenhuma ideia ou projecto para fazer face a uma situação que se agravava, dia após dia. Limitou-se a procurar cumprir a «receita» marcelista: resistir. Resistir até ao fim. A única preocupação que deve ter tido foi quando constatou que essa resistência não ia, com certeza, durar até ao final da sua comissão. Com efeito, a situação política e militar na Guiné, após a partida de Spínola, entrou em acelarada degradação. A pressão dos guerrilheiros do PAIGC, nas três zonas operacionais do TO, nomeadamente a Leste a Sul, sobre as dispersas e desmoralizadas guarnições portuguesas intensificou-se e só o 25 de Abril conseguiu evitar um completo desastre militar.

Situação militar, quando do 25 de Abril de 1974

Após o 25 de Abril, a acção militar do PAIGC diminuiu consideravelmente sem deixar, contudo, de se manifestar. Desde o princípio do ano, que a manobra dos guerrilheiros se caracterizava pela existência de duas áreas de esforço: uma a Leste (saliente NE da colónia); outra a Sul (região de CUBUCARE/GUILEGE); com o objectivo de conquistar algumas guarnições das NT (Copa caiu em 13 de Fevereiro de 1974).

A partir da segunda semana de Abril, diminuiu a pressão nas áreas de incidência de esforço marcando, assim, o fim da 1.ª fase da grande ofensiva da época seca de 1974.

Por essa altura (17 de Abril), realizou-se em Boké (República da Guiné-Conakry) uma reunião de UMARU DJALLO e João BERNARDO VIEIRA «NINO», que comandavam as operações, respectivamente, a Sul e Leste, com o fim de estabelecerem novos planos para a continuação da ofensiva antes do início da época das chuvas.

A partir de 27 de Abril, o PAIGC decide intensificar a sua acção militar no TO, com o fim de tirar partido da mudança de regime em Portugal. No entanto essa intensificação não chegou a concretizar-se por, entretanto, o S.G., Aristides Pereira, haver convocado uma urgente reunião do Comité Executivo de Luta, para Boké, nos primeiros dias de Maio.

De 25 de Abril a 31 de Maio de 1974, registam-se ainda, na Guiné, 102 acções de combate que custam 5 mortos e 79 feridos às NT; 17 mortos, 33 feridos e 13 aprisionados às populações sobre o nosso controle.

MFA na Guiné-Bissau

Jorge Sales Golias

1. Origens do movimento

A história do MFA na Guiné é, talvez, nos seus primórdios, a história das origens do movimento revolucionário que haveria de passar pelo Movimento dos Capitães (MOCAP) e, mais tarde, pelo próprio Movimento das Forças Armadas (MFA).

A deteorização progressiva da situação militar — devido à quebra na supremacia aérea pela introdução no teatro de operação de mísseis terra-ar — a pequenez do território permitindo uma ligação suficiente e a abertura feita pelo então General Spínola, ao ferir o status quo, apontanto uma saída política através de negociações com o PAIGC, criaram as condições para que, na Guiné, se ultrapassasse, com relativa facilidade a fase contestária — de classe — dos oficiais do QP, por via do decreto «Sá Viana», esboçando-se já em Agosto de 73 um embrião de espírito revolucionário. Assim, numa reunião havida no Agrupamento de Transmissões em Bissau, com a participação de cerca de 40 oficiais do QP, pensa-se que pela primeira vez se falou em revolução quando um dos presentes intervém afirmando ser aquela provavelmente a primeira reunião do Exército Português que marcará o início de um processo revolucionário irreversível, tendente a depor o regime fascista vigente e pôr termo à guerra colonial. Estas palavras caíram como uma «bomba» na reunião e é verdade que afastaram até alguns oficiais. Porém, na reunião seguinte, cerca de uma semana depois, outros oficiais apareciam já a admitir a viabilidade da intervenção citada.

No entanto, e voltando um pouco atrás, recorda-se que a primeira reunião havida em Bissau foi motivada pelo Decreto das «ultrapassagens», da autoria do então ministro Sá Viana Rebelo, cuja história é conhecida. Assim, no Clube Militar de Oficiais em Bissau reuniram cerca de 12 oficiais para abordarem, em termos classistas, a situação criada pela medida ministerial. Nessa reunião foram os presentes alertados para o facto de se estar a discutir um problema específico de reivindicação de classe, importante era certo, mas pequeno quando comparado com os problemas reais do Exército e do Povo Português, esses sim merecedores da maior atenção. Foi nesta linha de pensamento que se decidiu pela reunião já referida no Agrupamento de Transmissões.

Mas, muito antes destes acontecimentos, havia já um *pequeno grupo*, que, na mais rigorosa clandestinidade, plancava a difusão de informação com o objectivo de alertar e despertar as consciências. Refere-se este facto, porque este grupo esteve ligado a um projecto de rebelião na Guiné.

Assim, em fins de Dezembro de 73, chega à Guiné o Tenente Coronel Banazol, à frente de um Batalhão que, em Lisboa, criou problemas ao recusar o embarque para Bissau. Acabaria por fazê-lo à força e fraccionado. Em Fevereiro de 74 o Tenente Coronel Banazol, alertado em Lisboa pelo Major Otelo, promovia um encontro com aquele pequeno grupo de oficiais. Em Nhacra (a 30 km de Bissau) discutiu-se a hipótese de aproveitar a passagem do Batalhão por Bissau, a caminho de Bambadinca para, à hora do brieffing diário — 08H30 — cercar o Comando-Chefe na Amura e tomar o poder. A oportunidade era aliciante, mas acabaria por ser rejeitada, após reflexão de 24 horas, porque o prazo de acção — 8 dias — não permitia contactos com o interior, não havia em Bissau tropas de confiança para apoio — os páraquedistas estavam no Nordeste onde a situação era muito quente — e a

esperança do golpe em Lisboa tinha sido prometida à Guiné antes da invasão que se anunciava por parte do PAIGC.

Entretanto o Tenente Coronel Banazol, de motu próprio, tentaria pouco depois lançar o *Movimento de Resistência das Forças Armadas* através de um panfleto que fez circular no T.O.. Neste planfleto marcava um prazo de três meses para o Governo entrar em negociações com o PAIGC, caso contrário dar-se-ía a contracção do dispositivo durante o mês de Maio por forma a, em 1 de Junho, todas as tropas se concentrarem à volta de Bissau.

Este episódio, pouco conhecido, não teve o apoio do movimento, já minimamente organizado, mas teve o mérito de contribuir para o alertar de consciências.

Das reuniões de oficiais na Guiné resultaram duas grandes tomadas de posição. A primeira foi uma exposição enviada às mais altas entidades, datada de 28 de Agosto 83, subscrita por 52 oficiais e enviada com circular explicativa a todos os oficiais em serviço na Guiné. A segunda tomada de posição foi o abaixo assinado contestando o Congresso dos Combatentes.

Assim o movimento se ía definindo e alargando. As reuniões tornar-se-iam cada vez mais frequentes e importantes e integravam já representantes da Marinha e Força Aérea.

O golpe das Caldas a 16 de Março teve fortes repercussões na Guiné dadas as suas raízes spinolistas. Foi então que as reuniões do movimento passaram a realizar-se mais «às claras», ao ponto de suscitarem a intervenção do próprio Comandante Militar, que chegou a exigir conhecimento prévio da agenda e a impor um local oficial: *a biblioteca do QG!* Estas medidas traduziam um reconhecimento forçado, embora, do movimento o qual tinha já foros de irreversibilidade.

Paralelamente *os milicianos* organizavam-se também. A sua integração nunca foi prevista para não «espantar» as adesões de raiz classista.

Os dias que antecederam o 25 de Abril foram extremamente movimentados. Planeava-se a intervenção militar em Bissau com um duplo objectivo: reforçar as acções na metrópole ou cobrir um possível falhanço, colocando assim o regime numa posição difícil.

Foi montado no *Agrupamento de Transmissões* um quartel-general da revolta. Uma reunião aqui efectuada na noite de 24/25 não determinou claramente a intervenção na Guiné.

Aguardava-se a todo o momento a notícia do golpe em Lisboa por via radiotelefónica militar.

Mas foram os serviços de escuta das Transmissões militares que, Via Press Lusitânia, trouxeram as primeiras notícias pelas 5 horas da manhã de 25 (7 horas de Lisboa).

2. Golpe militar em Bissau

O dia 25 de Abril foi vivido em Bissau em constantes reuniões e permanente vigilância sobre as autoridades militares e Pide/DGS.

Foi marcada *prontidão operacional* para as 8 horas do dia 26 tendo-se decidido esperar por ordens de Lisboa salvo se outras razões surgissem.

Na madrugada de 26 de Abril decidiu-se passar à acção pelas razões seguintes:

— *indefinição do General* Comandante-Chefe que se mantinha em estreita ligação com a Pide.
— *haver na Guiné* menos possibilidades de actuar e tal ser altamente vantajoso por se tratar de uma tomada de posição do Exército em África que, assim, apontaria o caminho da descolonização.
— *possibilidade de «arrastar»* também Moçambique.
— *prova de confiança ao PAIGC* que já tinha, aliás, declarado a independência da Guiné.

Assim os leaders do movimento (10 Oficiais) dirigiram-se ao Gabinete do General Governador e Comandante-Chefe, protegidos por forças páraquedistas, ao qual comunicaram as decisões do movimento. Após vários incidentes, o General e alguns oficiais apoiantes foram obrigados a tomar o avião para Lisboa. O movimento ofereceu o comando militar ao Comodoro Almeida Brandão (CDMG) e o governo ao Tenente Coronel Mateus da Silva (do MFA).

Entretanto a Junta de Salvação Nacional havia determinado que, nas Províncias de Governos Simples, os Governadores eram substituídos pelos Secretários Gerais. Foi o primeiro choque com Lisboa, ao qual outros se seguiram.

O dia 27 de Abril traria uma forte surpresa para muita gente. A cidade de Bissau «explodia» em manifestação de rua vitoriando o MFA, a JSN e o PAIGC. Os dias seguintes seriam marcados por manifestações cada vez mais fortes e generalizadas a todo o território. Surgiram as primeiras reivindicações: extinção e prisão da Pide/DGS e libertação dos presos políticos. Seguiram-se perseguições aos agentes e denúncias e entregas dos informadores.

O MFA, no governo local, decidiu pela detenção e recolha dos agentes da Pide num local a 50 km de Bissau a fim de serem evacuados para Portugal. Esta medida visava, inclusivé, a própria protecção física dos agentes. Seguir-se-ia a libertação dos presos políticos acelerada, tal como em Lisboa, por imposição das massas populares. Uma vez mais se contrariavam ordens da JSN, que determinavam a integração da Pide/DGS nos Serviços de Informação Militar.

Esta aberração não tinha, obviamente, a mais ténue hipótese de cumprimento.

As tropas africanas, que começavam a dar indícios de instabilidade: desconfiança relativamente aos europeus e medo relativamente ao PAIGC, viriam a constituir um dos muitos problemas que, doravante, se colocariam ao MFA na Guiné.

As tropas europeias, que já antes do 25 de Abril estavam indisciplinadas e desmoralizadas, ansiavam pelo regresso a Portugal.

É importante sublinhar que os incidentes mais graves em Bissau se deram no dia seguinte ao da chegada dos jornais da metrópole que relatavam a prisão dos agentes da Pide/DGS.

A inoperância das forças da ordem era evidente (o empenhamento dos agentes da PSP europeus poderia degenerar em conflitos raciais e os africanos estavam desmobilizados).

A coberto das manifestações de rua, oportunistas saqueavam casas comerciais, e partiam vidros de montras e carros. A 2 de Maio decretou-se pela primeira vez o recolher obrigatório.

A acção do MFA, junto dos ex-presos políticos e dos jovens que lideravam as manifestações, foi fundamental para estabilizar a situação.

No interior os incidentes eram mais graves. Até ao dia 6 de Maio, o período mais conturbado, registaram-se dez mortos entre a população.

E foram estes os factos mais graves passados nos primeiros dias após o golpe militar de 26 de Abril em Bissau.

A falta de estruturas adequadas e a inoperância das existentes, impediram uma rápida e eficaz intervenção, como posteriormente se viria a conseguir.

Era absolutamente indispensável criar condições mínimas de serenidade e estabilidade capazes de possibilitar o desenvolvimento de um processo de descolonização suficientemente controlado e digno.

Foi assim que, no seio do MFA, começou a ganhar corpo a ideia de se montarem estruturas que respondessem à nova situação criada.

3. Institucionalização do MFA/Guiné

— Lançamento de estruturas governamentais

Durante a vigência do 1.° Encarregado de Governo Ten. Coronel Mateus da Silva foram criadas 4 comissões: Política, Informação e Propaganda, Assuntos Civis e Segurança. Estas Comissões integradas por elementos do MFA e outros de reconhecida competência profissional, destacavam representantes que, em conjunto com o Encarregado de Governo, Secretário Geral e Chefe de Gabinete — também do MFA — formavam uma Comissão Coordenadora que se constituiu em Governo Provisório. Foi ainda criada uma «Comissão de Apoio ao MFA» formada por elementos civis africanos das camadas mais jovens.

Esta Comissão tinha por missão informar o MFA sobre a situação nos meios civis, informar e esclarecer as populações e colaborar na manutenção da ordem pública.

A Comissão Política coordenava as manifestações e comícios, contactava os leaders políticos dos vários partidos que, num ápice, se apresentaram (FLING, MDG, LPG), e elaborava um Relatório Diário de Situação Político-Militar.

A Comissão de Assuntos Civis tratava dos problemas das populações, Refugiados, Evacuações, Desemprego, Extinção da Pide/DGS, etc...

Estas estruturas ganharam «rodagem» rapidamente e responderam de forma admirável.

Restava atacar o problema fundamental, o mais delicado e o mais difícil: o militar!

As Forças Armadas tinham já então atingido um nível crítico de indisciplina. Contestavam-se os comandos com ou sem razão. E comandos houve que provocavam essas situações por reaccionarismo e para motivar regressos antecipados à Metrópole.

Foi assim que o MFA deu prioridade à sua estruturação democrática.

— Estruturação democrática do MFA/Guiné

A fase da estruturação democrática decorreu durante a vigência do 2.° Encarregado do Governo, então Brigadeiro Carlos Fabião, que chegou à Guiné no dia 7 de Maio de 74 acompanhado pelo Tenente-Coronel Almeida Bruno.

O discurso de posse do novo Encarregado do Governo denotava as directrizes apontadas pelo General Spínola e o desconhecimento natural da Guiné pós 25 de Abril. Foi, pois, recebido com preocupação e entendido pelas áreas mais radicais do MFA como uma reprovação da prática até então desenvolvida. Prática adoptada após reflexão suficiente, de acordo com o realismo das situações e com os novos parâmetros postos em jogo.

Em reunião prolongada pela noite entre o Brigadeiro Carlos Fabião, o Tenente Coronel Almeida Bruno, o Encarregado de Governo cessante e seu chefe de Gabinete, os dois últimos caracterizaram pormenorizadamente a

Guiné pós 25 de Abril e as consequentes política e prática desenvolvidas pelo MFA. O Brigadeiro Fabião compreendeu a razão dos argumentos expostos e poucos dias lhe bastaram para se inserir e coordenar correctamente o processo desenvolvido, dando-lhe definitivamente o cunho da irreversibilidade.

O Tenente-Coronel Almeida Bruno, por delegação do MFA em Lisboa, deu aval à organização de cúpula do MFA, constituída por uma Comissão Central e uma Coordenadora de cada Ramo.

Esta organização foi comunicada em Assembleia Geral de oficiais de todos os quadros e Ramos da Forças Armadas na Guiné.

Seguiu-se a criação de um órgão executivo, *o Secretariado do MFA*.

Uma decisão de importância fundamental foi o facto de *a Comissão Central* se constituir em *Gabinete de Governo*, passando a reunir diariamente com o Encarregado do Governo.

Avançou-se de seguida com a estruturação democrática do MFA, através da criação de Delegações nas unidades e da constituição de uma Assembleia Geral. As delegações eram constituídas por dois oficiais (QP e QC), dois Sargentos (QP e QC) e duas praças, eleitos democraticamente.

Razões múltiplas apontavam para este passo decisivo do MFA que, mesmo antes de ser posto em prática, foi vivamente contestado e cuja decisão superior (local) só viria a ser tomada após longas discussões. Este projectó foi considerado, desde logo, como uma hierarquia paralela visando destruir a hierarquia estabelecida. Esta, em muitos casos, por oposição ao processo, para alheamento e/ou incapacidade, tinha já perdido o controlo das tropas altamente indisciplinadas. Por outro lado as tarefas que, na circunstância, se exigiam às FA'S não seriam passíveis de cumprimento por uma certa parte dos chefes militares a não ser que, após um saneamento elementar, se lhes fornecesse uma estrutura de apoio no sentido de restabelecer a hierarquia em termos de formas de comando correctas e a disciplina em termos de aceitação geral das novas missões. Os objectivos visados resumiam-se a: preservação da hierarquia e disciplina exigindo-se àquela a inserção nos novos parâmetros e no programa do MFA; apoio aos comandos na nova missão de descolonização; formação política e informação das Tropas numa base de isenção partidária.

Em impressões pessoais um oficial responsável do MFA escrevia na altura: «nas suas linhas gerais o projecto é correcto e viável. No entanto, exige uma grande disciplina dentro do MFA, como exige uma clara definição dos chefes perante a nova ordem, uma correcta orientação da actuação das Delegações, capacidade e inteligência política na Direcção do Movimento. Erros cometidos, incompreensões e afastamentos, fraqueza na condução do processo podem aniquilar estes objectivos. As consequências seriam desastrosas e é para as evitar que aqui estamos».

Não foi fácil, na verdade! Mas o momento, criou raízes em todas as unidades, alargou-se às Forças Armadas. Abalou e derrubou comandos podres, mas fortaleceu e serviu comandos correctos.

Desta vez seria o EMGFA a opor-se a esta iniciativa, mas a determinação do Comandante-Chefe, apoiado no MFA, ultrapassaria uma vez mais todos os obstáculos.

Apesar de se criticar com frequência o ritmo acelerado do processo na Guiné, as naturais hesitações e as relativas paragens verificadas, criaram as condições para o aparecimento de movimentos esquerdistas, o mais importante dos quais o «MOVIMENTO PARA A PAZ», atingiu uma dimensão crítica e viria a colocar o MFA numa situação difícil. A sua própria designação subentendia o MFA como um movimento para a guerra. Ao movimento para a paz viriam a «colar-se» todos os oportunistas que aspiravam por um regresso imediato e irresponsável a Portugal. Daí o MPP passar a ser conhecido por movimento do pira-te à pressa. As negociações com os seus *leaders* foram difíceis e morosas — os dias pareciam meses — até que, após a aprovação da estruturação democrática do MFA, o MPP em 5 de Junho 74 e através de uma proclamação, estabelecia a sua extinção e a sua unidade com o MFA.

A Comissão Coordenadora do Programa, representada pelo Major Melo antunes, Cap. Ten. Almada Contreiras e Cap. FA Pereira Pinto deslocou-se à Guiné onde, a 6 e 7 de Junho reuniu com a Direcção do MFA local. Após vasta troca de informações os representantes da Comissão Coordenadora avalizaram todas as iniciativas do MFA na Guiné.

4. Algumas actividades do MFA na Guiné

Após a directiva sobre a estruturação democrática do MFA tornou-se necessário zelar pelo seu cumprimento. Alguns comandantes recusaram-se a autorizar o acto eleitoral, outros viriam posteriormente a boicotar o trabalho das Delegações.

Ultrapassada a resistência inicial, cuidou-se de pôr a organização a funcionar. Para tal elaborou-se e cumpriu-se um plano de reuniões com as delegações e deslocamentos do interior.

Numa acção bem conduzida, e cujo êxito teve também a ver com a pequenez do território, mantiveram-se os comandos e tropas ao corrente das negociações com o PAIGC (ponto de geral e crucial interesse), apoiaram-se os comandos até ao limite do possível — os saneamentos, poucos, foram na maior parte dos casos de motu próprio — disciplinaram-se relacionamentos hierárquicos nos dois sentidos, travaram-se exageros e radicalismos, desenvolveram-se e trocaram-se experiências altamente positivas, de âmbito cultural, de apoio às populações, de ligação ao PAIGC e de preparação das Tropas para o regresso a Portugal dada a situação específica pós 25 de Abril.

No mês de Julho promoveram-se duas Assembleias Gerais do MFA na Guiné e duas reuniões alargadas.

A 1 de Julho 74 com cerca de *800 presenças*, foi aprovada por aclamação uma MOÇÃO de extrema importância, na qual se deliberou exigir do Governo Português o reconhecimento da República da Guiné-Bissau, aliás já reconhecida por um número de países superior ao daquele com os quais Portugal mantinha relações diplomáticas; exigir o reatamento das negociações com o PAIGC, após o impasse de Argel; apelar para que os militares portugueses encarem sua presença actual e futura na Guiné, como forma de prestar a sua cooperação desinteressada ao povo da Guiné, assim contribuindo para o pagamento da dívida histórica criada pelo colonialismo português.

Esta MOÇÃO seria citada na íntegra pela Rádio Libertação (PAIGC), após revelar também os planos do Governo Português de efectuar um referendo na Guiné.

Nesta mesma Assembleia Geral foi apresentado um importante estudo sobre a situação económico-financeira, elaborado por uma comissão então criada.

Entretanto, os inúmeros problemas de âmbitos civil e militar, de negociações com o PAIGC e de relacionamento com o Governo Central iam sendo analisados em reuniões de Governo diárias, nas quais participava maioritariamente a Comissão Central do MFA. O crescente entendimento da Comissão com o Encarregado do Governo, Brigadeiro Carlos Fabião, levou a Direcção do MFA a reconhecê-lo publicamente.

Assim, a Assembleia Geral realizada a 29 de Julho com cerca de *1000 presenças* foi manifestado o *apoio do MFA ao Governador e Comandante-Chefe*, pela política consequente e corajosa de descolonização que tem levado à prática, pela identidade de princípios e objectivos que, no fundamental, tem demonstrado em relação ao MFA ao qual pertence de pleno direito. Na sequência foi aprovada uma MOÇÃO de apoio, largamente difundida e enviada ao MFA em Portugal.

5. Conclusões

A Guiné foi, por assim dizer, o berço do MFA. Foram aqui lançadas as raízes da transformação do movimento de reivindicação em movimento revolucionário, como foi aqui que o MFA «ensaiou» as suas formas estruturais e os seus próprios orgãos de informação.

O MFA na Guiné transformar-se-ia, assim, num modelo reduzido do que viria a ser, mais tarde, o MFA em Portugal.

Algumas diferenças qualitativas delimitam, no entanto, os dois processos.

O MFA na Guiné, conspirou, triunfou, governou e descolonizou até à entrega correcta de um território a um povo legitimamente representado pela sua vanguarda revolucionária — o PAIGC.

As condições da periodização em análise política

A mudança do regime e o desenvolvimento de um sistema partidário num contexto democrático deveriam ser, em tese geral, razões suficientes para romper a continuidade da anterior problemática política.

Ninguém duvidará que houve essa intenção e que, para alguns menos prevenidos, seria evidente encontrar na legitimidade democrática e na capacidade do regime democrático para gerar soluções políticas alternativas as condições para a resposta definitiva aos problemas do pós-salazarismo.

Para se compreender por que modos essa intenção e essa evidência se transformam em ilusões é necessário analisar a evolução dos últimos dez anos tentando identificar os pontos de variação política que contêm, tanto em termos de estratégias como em termos de problemas concretos, procurando estabelecer os seus significados reais em comparação com as tendências longas existentes na sociedade portuguesa. Ou seja, antes de se poder avançar para fundamentações mais rigorosas, é necessário periodizar o que foi acontecendo nestes dez anos.

Em geral, a periodização de uma evolução política nas suas fases constituintes não é um objectivo ambicioso. No que tem de essencial, é um trabalho de classificação, onde é reduzido o trabalho de interpretação. Por isso mesmo, não é habitual atribuir à periodização um especial interesse analítico ou estratégico. As fases de evolução limitam-se a registar a separação entre períodos com uma relativa homogeneidade interna, sendo essa homogeneidade definida através de indicadores elementares: resultados eleitorais, composições de governos ou de alianças, conteúdos de programas de governo, de programas de partidos e de declarações de responsáveis políticos, posições nos debates parlamentares sobre questões importantes, etc.

No caso da evolução política verificada em Portugal nos últimos dez anos, as coisas não são assim tão simples. Os indicadores não oferecem sinais seguros porque são interpretados de modos diferentes em função das conveniências e das oportunidades. Nem sequer é possível confiar nas declarações interpretativas apresentadas pelos dirigentes políticos, na medida em que elas são diferentes, para os mesmos dirigentes e perante indicadores idênticos, conforme as circunstâncias. Nestas condições, a periodização deixou de ser uma mera actividade de classificação, passando a ser uma actividade analítica discutível e mesmo susceptível de conflitualidade política.

Esta singularidade do caso português obriga a rejeitar três dos métodos mais comuns de periodização de uma evolução política.

O método de análise das declarações, dos projectos e dos programas políticos é inadequado porque a extrema flexibilidade dos decisores políticos distorce gravemente os resultados obtidos nesse trabalho de interpretação. Aliás, é muito rara em Portugal a citação de textos políticos de referência, o que ajuda a compreender que os hábitos de flexibilidade tenham sido tacitamente aceites como normais.

O método de análise dos resultados obtidos torna-se improdutivo quando se verifica que a interpretação desses factos é tão variável que nenhuma conclusão estável pode ser obtida. Para ter uma ideia das consequências que daqui decorrem, basta atentar no facto de não haver um efeito de punição política perante os fracassos. Apesar de os programas não serem cumpridos e de os resultados da acção política se afastarem de valores socialmente satisfatórios, o comportamento eleitoral não se altera de modo significativo nem o conjunto de responsáveis políticos apresenta mudanças consideráveis. Os próprios resultados eleitorais, aparentemente o mais objectico indicador político num sistema de legitimidade democrática, não são seguros. Com os mesmos valores eleitorais básicos, todas as combinações políticas possíveis foram aceites como sendo igualmente legítimas e indiscutivelmente desejadas pelo eleitorado. Por sua vez, o afastamento crescente dos grupos sociais em relação às instituições políticas retira significado útil a uma análise que se baseasse nas reacções da opinião pública aos resultados da acção política para daí extrair conclusões seguras quanto às fases de evolução e às condições de continuidade do regime.

Os métodos comparativos são, em geral, eficazes em muitos domínios da análise política, desde que se usem os modelos adequados e se tenha previamente assegurado que os sistemas políticos que se analisam são realmente comparáveis. E como são muitos frequentes as referências feitas em Portugal às práticas políticas de outras democracias, pareceria que este método seria eficaz onde outros falham. Contudo, não é isso o que se verifica.

Em primeiro lugar, pelas mesmas razões que obrigaram a rejeitar os dois métodos anteriores. Noutros sistemas políticos, as declarações e os programas políticos contam e são estáveis as interpretações dos resultados políticos. Em segundo lugar, como procurei mostrar noutra oportunidade, o sistema político português é instável e não se enquadra, durante este período de dez anos, em nenhuma tipologia de análise comparativa que seja bem definida. O sistema partidário tem um comportamento global (pluralismo polarizado) que não corresponde ao que seria de esperar de um formato de quatro partidos: está ainda em fase de evolução, ou para um sistema de três direcções partidárias ou para um sistema de cinco partidos. O sistema político tem uma articulação de poderes institucionais que também não é estável: evoluirá ou para uma concentração de poderes de tipo presidencialista ou para a inteira subordinação dos poderes e das funções presidenciais à autoridade governamental. Estando ainda numa fase de maturação, nem o sistema partidário nem o sistema político se prestam a análises comparativas globais. A comparação com outros sistemas políticos só pode ser feita por partes e, mesmo nesses casos limitados, o resultado mais nítido que se obtém é a demonstração das diferenças. Ainda é uma indicação útil para a determinação de tendências gerais, mas pouco auxilia na periodização de uma evolução política concreta.

A força das coisas obriga a utilizar um método mais complexo do que é habitual nestes trabalhos de periodização.

Descolonização de Moçambique

Vítor Crespo

I. PRINCIPAIS ASPECTOS DA SITUAÇÃO EM MOÇAMBIQUE ANTES DO 25 DE ABRIL

No contexto desta comunicação, devem ser enunciados por mais relevantes da situação de Moçambique antes do 25 de Abril os seguintes aspectos:

1. Situação de guerra com afirmação crescente da Frelimo em Cabo Delgado, Niassa, Tete e Manica e Sofala.

2. *a*) Alheamento dos colonos portugueses da situação de guerra em que se vivia. O pensamento dos grupos dominantes relativamente ao futuro era o do encontro de uma solução tipo Rodésia.
   b) Existência de um muito reduzido número de europeus residentes (democratas de Moçambique) que advogava uma negociação de independência com a Frelimo.

3. População moçambicana dando apoio militante à Frelimo nas zonas de implantação militar.
   a) Quadros da Frelimo em praticamente todo o território.
   b) Pequena actividade política da população Moçambicana fora das zonas de implantação militar à excepção da zona suburbana de Lourenço Marques e eixo Beira Vila Pery.
   c) Aldeamentos de populações moçambicanas autodefendidas.

4. Existência de um brutal sistema de vigilância/repressão político-ideológico cuja acção pode ser medida através dos milhares de moçambicanos presos.
5. Situação económica crescentemente afectada pela guerra.
   Situação financeira de virtual bancarrota.

6. *a*) Algumas demonstrações de cansaço por parte dos quadros das FA's por permanecerem numa guerra de 13 anos.
   b) Africanização crescente dos efectivos militares: 50% das tropas combatentes.
   c) Sinais claros de pouco empenhamento do pessoal de incorporação relativamente à acção militar e descrença na sua validade. Aparecimento frequente de milicianos negando a legitimidade da guerra e o valor dos seus objectivos.
   d) Consciência crescente por parte do MFA de que a guerra não tinha solução militar e que urgia encontrar-lhe uma saída política.
   Firme convicção de que o governo de Lisboa não encontraria essa saída política.
   e) Tendência para o equilíbrio do potencial de meios militares entre as duas forças, em particular anti-aéreos.

II. Caracterização da situação em Moçambique entre 25 de Abril e 7 de Setembro

Os pontos que vão ser esquematicamente referidos não se observaram sempre no mesmo grau. Deve também considerar-se que as situações descritas se foram progressivamente agravando até 7 de Setembro.

1. *Do ponto de vista militar*

a) Os comandos superiores das forças portuguesas revelaram total incompreensão relativamente às mudanças que a alteração política do 25 de Abril trazia. Só excepcionalmente foram adoptadas medidas diferentes daquelas que até aí vinham sendo usadas.

Assistiu-se a uma certa apatia e perplexidade por parte dos comandos quando não obstrução às iniciativas decorrentes da nova situação.

b) Relativamente ao pessoal de incorporação, a clarificação do sentido da guerra e a evidência da inevitabilidade da solução política a curto prazo, desmobilizaram quase totalmente a vontade de combater e relaxaram mesmo a vontade de resistir. Notaram-se fundamentalmente três tipos de atitudes:

A das pessoas ligadas ao regime anterior que apenas se preocuparam em partir, não se importando com o destino ulterior de Moçambique, pouco numerosas mas militantes; a dos movimentos esquerdistas do tipo «nem mais um soldado para as colónias» que na prática se conjugaram com as primeiras, e, por fim, a dos que, reconhecendo a inevitabilidade do encontro de uma solução política, procuraram, mais ou menos empenhadamente, contribuir para a sua concretização.

c) Da parte dos militares do MFA são de salientar as seguintes acções:

- Contactos com os comandos militares no sentido de os alertar para a necessidade de estabelecer uma linha de acção na orientação das operações que favorecesse o encontro de soluções negociadas.

  Estas diligências foram em geral mal aceites e delas resultou um agravamento das já deterioradas relações com os escalões mais elevados da hierarquia e uma animosidade crescente dos comandos contra o MFA.

- Esclarecimento das tropas relativamente à nova situação política resultante das transformações operadas em Portugal e preparação do pessoal para a inevitabilidade do encontro de uma solução política para a guerra.

  A indicação da nova missão e sentido de acção militar exerceram um papel determinante no moral e coesão das nossas forças em Moçambique e permitiu que fosse encontrado um sentido para a necessidade de resistir militarmente até ao encontro da solução política.
- Esclarecimento das soluções civis, indicando com verdade a situação da guerra e preparando a opinião pública para a inevitabilidade do encontro de uma solução política.
- Definição clara, com posições públicas no final do período em análise, de que o reconhecimento do direito à independência de Moçambique era a solução que melhor serviria os interesses portugueses de então e também o futuro das relações de Portugal com Moçambique.
- Chamadas de atenção e mesmo algumas pressões junto das autoridades políticas e militares de Lisboa no sentido de serem tomadas as decisões que preconizavam, ou seja, negociações directas com a Frelimo para o estabelecimento de um quadro em que se efectivasse a independência de Moçambique com salvaguarda dos interesses portugueses.

d) Uma parte assinalável das forças portuguesas integravam soldados moçambicanos do recrutamento local. Através das acções de informação e propaganda exercidas pelos meios de comunicação social e em razão da clareza crescente com que era observável a inevitabilidade da independência, deixou progressivamente de ser possível contar com essas tropas para a defesa das posições portuguesas, constituindo mesmo em certos casos, factor de preocupação por poderem revoltar-se.

2. *Do ponto de vista da acção político-militar da Frelimo*

Na zona da Beira-Vila Pery registou-se o aumento da actividade militar que crescentemente se vinha verificando, tanto em intensidade como em extensão. Foram provocados importantes danos em objectivos económicos com assinaláveis efeitos psicológicos entre os portugueses.

Na zona de Tete que havia conhecido um decréscimo de actividade antes do 25 de Abril, notou-se uma maior dispersão da actividade militar e uma minagem mais intensa dos itinerários.

Aumentam muito as actividades ligadas com a abertura da frente da Zambézia onde foi incrementada a preparação de estruturas militares e actividade de contacto com as populações através de acções político-militares.

Em Cabo Delgado, depois de um período que consistiu na consolidação do seu dispositivo a Norte do Rio Messalo, foram intensificados os ataques a aquartelamentos usando consideráveis efectivos militares.

Em resumo, do ponto de vista político-militar assistiu-se a um intensificar de acções procurando obter efeitos psicológicos sobre as populações e, em particular sobre os portugueses residentes.

3. *Acção política e movimentação social da Frelimo*

Os quadros da Frelimo actuaram em todo o território de Moçambique promovendo acções de esclarecimento e mobilização de massas.

Procuraram colocar-se em todos os organismos onde essa acção se tornasse mais eficiente.

Durante o período e num movimento crescente, o partido foi grangeando militantes entre os quadros locais que vieram juntar-se aos que desde longa data nele militavam. Uns e outros mantiveram uma actividade meio aberta meio clandestina.

É de salientar neste caso a acção dos democratas de Moçambique.

A face não armada da Frelimo conseguiu uma notável implantação na comunicação social e na direcção das lutas laborais.

4. *Comunicação social*

O governo empossado após o 25 de Abril e que esteve em funções até Agosto de 74 não mediu devidamente as consequências que uma liberalização incontrolada da comunicação social acarretava.

Todos os sectores ideológicos se empenharam na luta que se travava em Moçambique. Alguns dos principais lugares foram mesmo ocupados por militantes da Frelimo. A acção destes, naturalmente, visava desencadear os processos mais convenientes ao campo dos seus interesses que não eram coincidentes com os portugueses.

Não valerá a pena alongarmo-nos sobre o significado que tem no plano militar a existência de uma comunicação social dominada pelos agentes do adversário. Bastará recordar que, na noite em que caiu a companhia de OMAR, o Rádio Clube de Moçambique noticiou várias vezes que se tinha chegado a um cessar fogo com as FPLM, facto que ajudará a compreender a forma como aquele incidente se deu.

Hoje é quase inconcebível que se tivesse podido atribuir a elementos do adversário a responsabilidade da divulgação, nos principais órgãos de comunicação social de Moçambique, das notícias sobre os acontecimentos mais relevantes, incluindo as da guerra e das negociações entre Portugal e a Frelimo. Esta situação é bem reveladora da má interpretação que foi dada à justa vontade de negociar com a Frelimo.

5. *Situação laboral e social*

A má interpretação do sentido em que deveria ter sido entendida a liberalização da sociedade moçambicana e as correspondentes medidas tomada na sua execução após o 25 de Abril provocaram fenómenos reivindicativos e grandes movimentos de massas em todo o tecido social.

Assumiram particular importância neste contexto as grandes e frequentes greves que se verificaram nos Caminhos de Ferro, os quais desempenhavam um papel muito importante no conjunto da economia, não só pelo seu peso intrínseco, como também pela dependência que deles tinham os restantes sectores da economia.

Esta luta laboral extravasou o seu campo específico e foi-se transformando com o tempo em fenómenos de natureza insurrecional e em confrontos raciais. Em muitas empresas passaram a ser contestados os quadros brancos por cada vez mais aguerridos competidores negros que, na esmagadora maioria dos casos, não tinham na realidade qualificação profissional para assumir os cargos, sendo a única razão da sua luta, a expectativa crescente de uma independência a curto prazo e, com ela, a promoção dos nacionais aos postos cimeiros.

A situação descrita provocou uma forte redução da actividade económica em quase todos os sectores tendo mesmo parado alguns (muitas empresas pararam por terem sido saqueadas). Deve referir-se a este propósito que as condições de vida em Moçambique e a distribuição e características da sua população deixavam prever que uma derrocada prolongada na economia do país teria efeitos muito graves no plano social e até político. De facto, havendo embora grandes assimetrias, tanto geográficas como sociais, na fruição dos benefícios do desenvolvimento económico, a realidade era a de que vastos sectores da população moçambicana tinham acesso a consideráveis «standards» de vida em termos africanos.

É de notar ainda que as populações que seriam mais afectadas pelas variações nas condições de vida, seriam as que residiam nas zonas de concentração urbana com actividade no sector secundário e terciário, sendo estas simultaneamente as que maior capacidade de intervenção têm na vida social e política do país.

Entre Abril e Agosto de 1974 foi sensível a variação das condições de vida de grandes massas das populações africanas urbanas. Estas populações não vendo satisfeitas as suas necessidades básicas agiram muitas vezes por formas violentas, o que provocou pânico na população de colonos.

6. *Situação financeira*

Convém ainda referir que, no plano financeiro, a situação em 1974 era praticamente de bancarrota. Esta situação arrastava-se desde os finais dos anos 60 e a sua gravidade exigiu mesmo que Marcelo Caetano apoiasse Moçambique com um empréstimo de três milhões de contos dos quais foram concretizados apenas 500 mil.

A dificuldade crescente na cobrança de impostos e os aumentos em flecha dos preços de bens e serviços, tinham posto o Estado sem capacidade de proceder à satisfação das suas necessidades. Tal só seria possível se se procedesse a um substancial empréstimo, coberto apenas pelo BNU que para o efeito, seria autorizado a emitir moeda sem cobertura. Mas todas estas operações requeriam tempo e a situação financeira interna, a curto prazo, era insustentável. Apenas a título de exemplo deve referir-se que em 13 de Agosto de 1974 a situação financeira do Estado revelava disponibilidades de 600 mil contos num orçamento de milhão e meio de contos.

No plano dos pagamentos externos não era melhor a situação. A grave crise de cambiais que vinha já sendo acumulada por anos de condicionamentos económicos de guerra, havia sido gravemente afectada pelas longas paralizações nos portos e caminhos de ferro e pela restante crise económica que generalizadamente aumentava em todo o território. De facto, as exportações de Moçambique estavam paradas há meses com todas as suas consequências nas receitas cambiais. Embora as importações tivessem sido restringidas aos bens de consumo essenciais e tivessem sido esgotadas todas as capacidades de crédito, o fundo cambial dispunha em 13 de Agosto de 1974 apenas das divisas correspondentes a uma semana de importações de bens de primeira necessidade.

É de notar ainda que na altura se estava a operar a profunda transformação cambial que a exigência da mudança de pagamentos atrasados para pagamentos adiantados implica, em especial num país como Moçambique, onde a duração do transporte dos bens importados é muito longa.

7. *População portuguesa residente*

Relativamente à população portuguesa residente, na sua maioria funcionários e colonos com longa permanência, são de notar os seguintes pontos:

a) Tomada de consciência da situação real da guerra, a qual antes desconheciam;
b) A tomada de consciência, através da discussão aberta das questões, da inevitabilidade de uma solução política de autonomia ou independência;
c) Face à conjuntura, e em particular face à instabilidade social e racial, começa a verificar-se um clima de insegurança e a consequente procura de emprego fora de Moçambique, iniciando-se o êxodo pelos de maior capacidade económica e formação. Este fenómeno já vinha adquirindo assinalável proporção antes do 25 de Abril;
d) Na população portuguesa decidida a ficar nasceram agrupamentos políticos com pouca consistência político-ideológica, fraca organização e reduzidos apoios internos e externos, mas que em certa fase mobilizaram a esperança de um número apreciável da população portuguesa. Chegaram a ser apoiados pelo Presidente Spínola e mantiveram contactos encorajadores com altos chefes militares locais.

III. Condicionantes do acordo de Lusaka

As negociações que precederam a assinatura do Acordo de Lusaka decorreram num contexto politicamente pouco claro e sofreram os efeitos da luta política que se desenrolava em Portugal.

A instabilidade, a desorientação e a situação militar existentes em Moçambique, consequência em parte das diferentes visões que a descolonização tinha para o poder de Lisboa, não permitiram a afirmação com a necessária firmesa de uma vontade nacional coerente ao longo de todo o processo negocial e conduziram à necessidade de negociar as condições de independência no mais curto prazo possível.

A parte moçambicana não estava também em posição particularmente favorável para estabelecer uma negociação muito elaborada tecnicamente, nem muito minuciosa nos seus detalhes sectoriais, já que tinha pressa em concluir um acordo que pusesse termo à guerra e garantisse a independência. De facto a situação política em Portugal evoluía rapidamente e a instabilidade e divisão do poder então existente dificultavam uma previsão de como evoluiria a política de descolonização em Portugal.

Para dar melhor ideia da tensão em que foram assinados os acordos e até das preocupações que dominavam os negociadores, vale a pena enunciar alguns aspectos que efectivamente se podem considerar como condicionantes do Acordo de Lusaka.

1. *Situação militar*

- Os comandos militares de Moçambique não entenderam ou não quiseram entender que o dispositivo e as acções militares que tinham sido usados até aí para resistir à luta de guerrilha movida pela Frelimo, não era o conveniente para obter um acordo de independência numa posição de firmeza ou pelo menos de estabilidade militar.

  Daí a inexistência de um dispositivo adaptado às novas realidades que permitisse a mobilidade necessária à concentração que a defesa das nossas posições do Norte exigia e também o seu abastecimento.

- Do tipo de dispositivo existente, aliado ao estado psicológico das nossas tropas e a outros factores de entre os quais se deve salientar o não controlo dos órgãos de comunicação social, resultou a queda da Companhia de OMAR. Os 150 homens da companhia havia sido feitos prisioneiros e retirados para posições da Tanzania.
- Nas tropas portuguesas havia graves problemas de organização e disciplina. Desmotivadas para continuar a participar numa guerra que perdera o sentido, não estavam ainda consciencializados da necessidade de resistir até ser encontrada uma solução negocial conveniente.

  A situação relativa ao dispositivo, conjugada com a desmotivação e desorientação das nossas tropas, fazia temer que os acontecimentos da Companhia de OMAR se pudessem generalizar a grande parte das 11 companhias independentes do Norte, dando início a acontecimentos militares de consequências imprevisíveis.
- A par do reforço das acções militares do distrito de Cabo Delgado, as Forças Populares de Libertação de Moçambique tinham intensificado a sua actividade operacional nos distritos da Zambézia, Niassa e Beira.

2. *Instabilidade social e êxodo da população*

Para caracterizar a situação moçambicana que condicionava as conversações de Lusaka é necessário chamar a atenção para o clima psicológico em que vivia a população residente em Moçambique.

Durante a guerra muitas dessas pessoas acreditavam que a situação militar, se não estava em vias de resolução total, estava pelos menos estabilizada, o que, como se sabe, não correspondia de nenhum modo à realidade. Para ilustrar esta questão recordaremos apenas o clima de falsidade em que haviam decorrido as operações militares mandadas efectuar por Kaulza de Arriaga.

O choque sobre a verdade da situação militar, a visão súbita da inevitabilidade da independência a curto prazo, em que a propaganda colonial jamais deixara acreditar e ainda a agitação social reinante, onde os aspectos raciais foram muitas vezes perturbadores, provocaram uma onda de verdadeiro pânico na maioria da população portuguesa. Para agravar este clima, natural num período de tão profunda mudança, a comunicação social não cumpriu o papel esclarecedor e orientador da população portuguesa que lhe cabia com o rigor e a credibilidade requeridos.

Nesta conjuntura geraram-se boatos, assanharam-se ódios e organizaram-se grupos de opinião ou acção sem coerência de orientação ideológica nem objectivos realizáveis. Mas, enquanto decorriam as conversações para a consecução do acordo que veio a ser assinado em Lusaka, esses grupos políticos agiam e influenciavam fortemente os acontecimentos e a opinião, não só em Moçambique como também em Portugal.

Iniciou-se então, uma saída da população portuguesa que tinha condições económicas para o fazer a qual, não encontrando localmente condições de segurança, a procurou em Portugal ou na África do Sul.

O volume e a dinâmica desta acção de abandono causou sérias apreensões aos negociadores de Lusaka que pretendiam encontrar condições propícias, tanto do ponto de vista de segurança, como de condições de vida, à fixação das populações portuguesas radicadas em Moçambique. Ora sabia-se que a saída de um número muito considerável de técnicos, especialistas, funcionários e outros quadros médios e superiores poria em risco a possibilidade de serem encontradas condições na sociedade moçambicana depois da independência para a realização daquele objectivo primário dos negociadores. Havia portanto que agir em tempo oportuno antes de se verificar uma situação de êxodo irreversível.

5. *A perda de confiança*

Nos primeiros contactos estabelecidos a nível pessoal e mesmo durante as conversações das primeiras delegações oficiais com Moçambique, os períodos de tempo que os nossos interlocutores entendiam como convenientes para a transição (não muito claramente definidos) eram de três ou mesmo de cinco anos. Foi nessas conversações também entendido como conveniente a formação de governos conjuntos e formas de soberania que assegurassem uma transição gradual ao longo daquele período.

Este quadro só foi encarado, evidentemente, enquanto os interlocutores tiveram confiança nas intenções políticas e nos homens que ocupavam o poder em Lisboa. Enquanto lhes foi assegurado, inequivocamente, que Portugal não tentaria outras manobras que não as que conduzissem à clara e insofismável independência dos países com cujos representantes então estabelecemos conversações. E ainda que essas independências só teriam lugar através de acordos que tivessem em conta apenas os respeitáveis interesses desses países e de Portugal.

Mas em Portugal a situação não era clara relativamente ao caminho que devia seguir a descolonização dos territórios sob a sua administração e concretamente a descolonização de Moçambique. Por Julho e Agosto de 1974, começaram a tornar-se evidentes as tramas urdidas para alteração do caminho que depois do 25 de Abril a vida política tinha seguido com vista à definição do quadro em que havia de consolidar-se a democracia e com ela a descolonização.

Para ilustrar melhor esta questão recordaremos o significado do encontro do Presidente Spínola com o Presidente dos Estados Unidos na Ilha Terceira, com Mobutu no Sal, e a intensa actividade diplomática desenvolvida em Nova Iorque pelo embaixador Veiga Simão que claramente deixavam entender a pretensão de apelar para a intervenção do bloco ocidental na descolonização das colónias portuguesas. Só se avaliará correctamente o significado que teria para a Frelimo a intervenção ocidental na descolonização de Moçambique, tendo presente que este movimento nacionalista recebeu todo o apoio para a luta de libertação dos países socialistas e não alinhados e que, mercê de grande capacidade diplomática, chegou ao fim da guerra com assinalável grau de independência.

Essas manobras tinham também os seus apoios nos grupos económicos constituídos durante o regime deposto os quais começaram a encontrar no aparelho de Estado e nas Forças Armadas passados que foram os três primeiros meses depois do 25 de Abril.

Esta situação contribuiu para a deterioração da confiança por parte dos nossos interlocutores. Quando houve sinais evidentes de que haviam mudado não só as pessoas mas também os princípios que tinham norteado os primeiros contactos, mudou também a disposição de acordo e cooperação com que os nossos interlocutores tinham iniciado as conversações com vista à paz e à descolonização.

Nos primeiros contactos com Moçambique havia sido reconhecido que o único representante legítimo do povo de Moçambique era a Frelimo, que aliás havia colocado esta questão «sine qua non».

Um outro princípio assente, de importância capital, dizia respeito às partes envolvidas nas negociações. Havia ficado bem claramente estabelecido o princípio de que a independência de Moçambique seria negociada exclusivamente entre o Estado Português e a Frelimo, não entrando nessa negociação mais nenhuma representação, quer fosse de organizações internacionais ou de Estados. Isto não significava que os princípios de descolonização estabelecidos nas resoluções pertinentes das Nações Unidas não tivessem integral aplicação nas negociações e bem assim que os princípios definidos pela OUA não fossem respeitados pela parte Moçambicana e levados em consideração por Portugal.

A importância que a exclusividade da negociação bilateral tinha no futuro das relações entre os dois países deve ser hoje devidamente sublinhada. Lembramos ainda que as forças que em Portugal lutavam pela internacionalização do problema o faziam em nome da defesa dos valores ocidentais de que o slogan «entrega à Rússia do Ultramar português» é bem expressivo. Mas nós entendemos sempre que a internacionalização do problema colonial português e em particular do de Moçambique, faria desviar a questão do plano dos interesses de cada um dos dois países para o de terceiros, designadamente das duas grandes potências. Tal solução, a que nos opusemos sempre, prejudicaria não só Moçambique, como também cortaria de vez a possibilidade de construir uma política portuguesa de relações africanas independente.

Mas para melhor ajuizar das razões que determinaram a curta duração do período de transição e o não aproveitamento integral das suas potencialidades, convém analisar ainda os riscos que, na altura, poderiam ter sido ponderados pela parte moçambicana.

Pouco antes da independência havia em Moçambique cerca de 40 mil homens das Forças Armadas portuguesas. Os quadros da guerra, ainda não substituídos, com o posto de tenente-coronel ou superior, salvo raras excepções, não entendiam que Moçambique pudesse deixar de ser português, ou mesmo que algo do «stato quo» pudesse ser alterado profundamente. Dividiam-se no modo de agir entre a apatia perplexa perante a realidade que ante eles dinamicamente se ia desenrolando e as tentativas da acção no sentido de contrariar os acontecimentos. No número importante de quadros mais novos das Forças Armadas que não alinhavam com os superiores hierárquicos, podemos distinguir dois tipos de posições. Uns achavam que a mudança política em Moçambique era inevitável e querendo acabar com a guerra, defendiam que toda a liberalização anárquica que um pouco por toda a parte acontecia, incluindo as Forças Armadas, era uma forma positiva de obter condições de paz e de independência. Os militares do MFA entendiam que a guerra tinha de acabar através dum pacto político com o adversário, a Frelimo, e que este passaria necessariamente pela independência do país. Mas tinham também clara consciência de que a defesa dos interesses portugueses que se traduziriam na consolidação das relações com Moçambique, só se poderia concretizar se se obtivesse uma boa coesão entre as FA's e também entre as forças civis portuguesas que permitisse negociar as condições de independência numa situação favorável.

Havia ainda uns milhares de GE e GEP's, tropa moçambicana com valor militar, OPVDC e outras organizações colonialistas operacionalmente pouco relevantes. Vimos já a potencialidade latente de declarações de independência branca tentada a concretizar em Setembro e os riscos de apoio rodesiano e sul africano que continham. Havia ainda os perigos de intervenção da Rodésia e África do Sul representados pelo então nascente recrutamento e organização de mercenários portugueses nesses países.

Se em Portugal e entre os portugueses de Moçambique se tivesse conseguido obter uma vontade política em apoio do acordo em negociação, ele poderia ter tido outro conteúdo e, sobretudo, o período de transição poderia ter tido outra extensão. Mas essa unidade não foi conseguida em Portugal, mesmo ao nível do Estado, o mesmo acontecendo por consequência entre os portugueses de Moçambique.

Em Portugal ainda se acarinhavam os FICOS e outros grupelhos neocoloniais, sendo os seus representantes recebidos pelo Presidente da República, entre as fases das conversações com a Frelimo. Tudo isto, criava tais riscos ao período de transição que não podiam ser aceites pela parte moçambicana.

Com a clivagem que já vimos evidenciar-se durante os meses de verão de 74 relativamente à política de descolonização e ao curso da vida democrática interna portuguesa, e dado o peso, pelo menos aparente, das personalidades e forças que emprestavam o seu apoio à tentativa de mudança, foi fortemente abalada a confiança com que os nossos interlocutores havia encetado as negociações. No caso de Moçambique foi entendido mesmo que teria sido posto em causa o princípio da exclusividade da Frelimo como representante do podo de Moçambique e da negociação bilateral.

Em face desta evolução na cena política portuguesa, os movimentos de libertação endureceram as suas posições tanto no campo negocial como no das pressões internas nos respectivos territórios. Certas acções militares praticadas em Moçambique e certos fenómenos sociais então verificados, só podem ser entendidos à luz desta realidade.

No campo negocial notou-se neste período uma assinalável tendência de todos os movimentos de libertação para obter as independências o mais rapidamente possível (situação que é particularmente notória no caso da Guiné) e ainda para encurtar bastante o período de transição. Pretendiam assim os Movimentos de Libertação consumar factos que tornassem irreversíveis as independências aos olhos da opinião pública internacional, antes que uma viragem política em Portugal tentasse organizar de novo a guerra ou apelasse para outras formas de domínio indirecto através da internacionalização.

Esta quebra de confiança obrigou ainda os representantes dos novos Estados a optar por sistemas de transição muito rápidos e com estruturas ligeiras. Não lhes parecia garantido que estruturas mais complexas que incluiriam necessariamente forças armadas portuguesas, permanecendo por alguns anos nos seus países, não pudessem pôr em risco, não só o exercício da soberania, como também a própria independência.

Estas soluções de transição rápida, com estruturas governativas ligeiras e destinadas apenas a garantir a transferência de poderes, trouxe como consequência a dificuldade de estabelecer um sistema técnico e administrativo capaz de assegurar eficientemente as funções do Estado, desideratum que, em Moçambique, só podia ser conseguido com um mínimo de eficiência através da participação portuguesa.

Está hoje bem claro que grande parte das potencialidades de cooperação, de fixação de populações e até da manutenção de outros interesses portugueses em África depois das independências, foram desfeitas através da quebra de confiança que representou a tentativa de alteração da política de descolonização por parte das autoridades e forças portuguesas encabeçadas pelo Presidente Spínola.

6. *Urgência de uma solução*

No decurso das negociações com a Frelimo, a partir de Julho/Agosto de 74, foi notória uma viragem no sentido de ser encontrada uma solução que levasse rapidamente à independência mesmo em prejuízo de posições anteriormente afirmadas. Essa vontade não era apenas ditada pelo desejo legítimo de acabar com a guerra que durava há DEZ anos, mas era fundamentalmente destinada a subtrair a independência de Moçambique aos fenómenos de indefinição e eventual retrocesso que se desenhavam em Portugal.

Militavam ainda a favor de uma resolução imediata do problema a situação interna de Moçambique que não estava desligada da política interna portuguesa. De facto, tanto a parte portuguesa que entendia a descolonização como fenómeno natural e inadiável, como a parte moçambicana, não podiam sentir-se indiferentes à situação caótica para que o país tendia tanto no plano económico como sobretudo no social.

Se a situação económica e social se degradasse muito, haveria ainda a considerar o risco de serem criadas condições para a intervenção dos vizinhos de Moçambique, em particular da Rodésia, com o pretexto de apoio a grupos que tivessem declarado unilateralmente a independência, emancipando-se da autoridade e controlo portugueses. Situação esta que viria a acontecer embora de forma mitigada e anárquica em 7 de Setembro. Por tudo isto, a parte moçambicana tinha pressa em resolver a situação e, do lado português não ligado ao General Spínola, também se reconhecia a urgência em encontrar uma solução para o problema da independência de Moçambique.

7. *Os factores de aproximação com Portugal*

a) O valor dos quadros nacionais.

Já vimos a situação extremamente difícil em que se encontrava a economia Moçambicana por altura do verão de 74 e também a anarquia crescente que se instalava no todo económico e social do país. Convém porém notar que se tratava de situação conjuntural porque o país é rico em recursos naturais e dispunha de um mínimo de estruturas económicas para permitir o arranque, se para tanto se construissem as condições.

Por razão da natureza colonial do sistema, Moçambique não dispunha de quadros nacionais que permitissem manter a funcionar grande parte da estrutura económica do país nem o aparelho do Estado.

Muitas vezes se fala da especificidade da colonização portuguesa enaltecendo-lhes as virtudes. Não pretendemos negar os méritos nacionais no que respeita à maneira de estar no mundo e de conviver com os outros povos, que são reais. No que respeita porém à formação de quadros, haverá no entanto que se reconhecer que não foram

formados nacionais moçambicanos nem em número nem em qualidade equivalente à de outros países que ascenderam à independência. Entre outras razões deve-se o fenómeno ao fraco índice cultural da grande massa dos colonos, o que determinou que fossem por eles ocupados os lugares da hierarquia até aos mais baixos.

O número considerável de quadros moçambicanos que haviam estado empenhados na luta da libertação nacional e que agora regressariam às actividades normais do país minoraria um pouco aquela situação. Deve notar-se no entanto que grande parte deles viria a ser utilizada nas funções superiores do Estado. Por tudo isto o país carecia de cooperação de grande quantidade de técnicos e quadros não nacionais sem o que não seria possível assegurar o funcionamento dos principais serviços do Estado, nem da maioria das estruturas económicas.

Na altura das negociações do acordo havia a expectativa de que bastantes pessoas de origem portuguesa, radicados em Moçambique há muitos anos, ou apenas identificados com o país, aí permanecessem como seus nacionais, o que minoraria um pouco a falta de quadros e de trabalhadores qualificados.

A expectativa cooperação com países com quem a Frelimo tinha sólidas relações do passado, nomeadamente os socialistas, permitiria a minorar aquela carência. Mas tornava-se claro, que nem o seu volume, nem mesmo a sua utilidade a cruto-prazo, poderiam ser satisfatórias para colmatar as dificuldades referidas.

Mesmo sem considerações históricas, sociais ou linguísticas, parecia portanto razoável pensar-se que uma parte substancial dos portugueses que trabalhavam em Moçambique continuassem a ser considerados úteis ao país e que encontrassem estímulo suficiente para aí continuar a trabalhar.

Não se desconheciam as dificuldades que grande número de portugueses ex-colonos encontrariam na adaptação ao novo estilo de vida que iria ser introduzida em Moçambique. O mesmo se passando relativamente à visão que os novos cooperantes teriam da organização económica e social do país necessariamente diferente daquela em que até aí haviam vivido. As dificuldades de adaptação, contudo, não seriam certamente superiores às vantagens que teriam em permanecer.

Sabia-se no entanto que a instauração de um clima de estabilidade e segurança e o reconhecimento do valor nacional do trabalho dessas pessoas, poderiam ser factores bastantes para ultrapassar, tanto as dificuldades de adaptação, como a perturbação que pudessem causar.

b) A estrutura da actividade económica

A análise que vimos fazendo dos factores que condicionaram o Acordo de Lusaka não ficaria completa sem notar algumas características estruturais da actividade económica moçambicana.

Em primeiro lugar devem salientar-se os portos e caminhos de ferro que, como se sabe, constituiam à data da independência uma parte importante da economia do país e que dependiam na sua quase totalidade das ligações com o exterior, África do Sul e Rodésia.

No que respeita ao comércio, praticamente todas as empresas eram tituladas por portugueses e mantinham correntes comerciais intensas com África do Sul e Rodésia e também com Portugal, dependendo bastante das estruturas económicas destes três países.

Os bancos comerciais existentes no território eram filiais de bancos portugueses (incluindo o próprio banco emissor), de Angola ou da África do Sul. Recebiam, tal como as empresas industriais, das suas casas mãe, além do apoio financeiro (reduzido ou nulo nos últimos anos), o necessário apoio técnico e de quadros.

As empresas industriais eram na sua grande parte detidas por capitais portugueses não residentes. Factor, porém, ainda mais importante do que aquele, era o facto de serem quase sempre filiais de empresas portuguesas ou então sul-africanas, por quem eram apoiadas tecnicamente e de quem obtinham os quadros, quantas vezes apenas para tarefas ou por pequenos períodos de tempo.

As empresas do sector primário, as menos dependentes do exterior, requeriam para o seu funcionamento, tal como as industriais, apoio técnico e administrativo. A manutenção dos circuitos em que se apoiavam, era muitas vezes assegurada fora do país.

Esta absoluta dependência económica do exterior, tanto em capitais como em apoio técnico e em ligações estruturais, bem características aliás das economias coloniais, constituiu naturalmente também, uma condicionante presente em Lusaka.

Para suprir tal fraqueza o lado português entendeu, por todos os motivos, não dever recusar apoio e cooperação.

c) A história comum

Não referimos aqui, por desnecessário, o significado que um centenário entrecruzar de culturas representa como factor de aproximação entre dois povos quando a vontade de cada um deles é soberana para o reconhecer. Não poderemos, porém, deixar de o assinalar.

Todas estas dificuldades, carências e condicionantes eram reconhecidas, pelo menos em parte, pelos nossos interlocutores de Lusaka que sabiam também ser Portugal o parceiro melhor colocado para lhes dar satisfação a curto prazo e com menores custos.

Importa ainda sublinhar, o significado que para nós tinha o facto dos nossos interlocutores serem os

legítimos representantes da nação moçambicana e de serem os líderes daqueles que, de armas na mão, haviam conduzido durante 10 anos a luta de libertação nacional de Moçambique. Por outro lado, importa também referir o significado que para os nossos interlocutores moçambicanos representaria a circunstância de se sentarem perante eles pessoas como o Ministro de Estado Melo Antunes e o Conselheiro de Estado Victor Crespo, dirigentes do MFA que havia pouco meses derrubara o regime, e os ministros da Coordenação Interterritorial Almeida Santos e dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, o primeiro conhecido pela sua oposição ao regime e ao sistema colonial e residente muitos anos em Moçambique e o segundo líder do Partido Socialista e figura bem conhecida da oposição e resistência ao fascismo e colonialismo em Portugal.

Apesar das divergências políticas existentes em Lisboa relativas à política de descolonização e à valoração da cooperação com os novos países, na delegação portuguesa foi possível obter uma assinalável coesão e sentido do interesse nacional.

IV Os acordos de Lusaka

1. *Introdução*

A leitura do texto dos acordos de Lusaka impressiona pela extraordinária singeleza da sua forma e o número reduzido de assuntos que aborda.

Um estudo que em Lisboa havia sido feito de acordos semelhantes, celebrados entre Estados Europeus e Africanos, em particular sobre os acordos de Evian, aconselhava a prever à partida que as negociações seriam longas e teriam, para além dos aspectos políticos, um acentuado carácter técnico. Embora não se quisesse proceder de forma igual à acordada entre a França e a Argélia, visto a experiência desses países e doutros, em condições semelhantes, ter demonstrado a pequena ou nula validade futura desse tipo de acordos, a parte portuguesa estava preparada para incluir no acordo, com o possível detalhe, um conjunto substancial de matérias reguladoras dos interesses políticos, culturais, económicos e humanos entre os dois países.

Já vimos que os condicionalismos em que os acordos foram negociados não permitiram demorar uma negociação que a assumir carácter técnico, seria necessariamente longa. Por isso a negociação desenrolou-se em torno de certos pontos essenciais sobre os quais se gerou consenso, relegando-se para o período de transição a negociação detalhada das matérias que inicialmente havia sido previsto incluir no acordo.

Certos meios portugueses, ao procurar denegrir o mérito do acordo de Lusaka, indicaram este aspecto como denotando menos cuidado dos negociadores. Tendo em conta a difícil situação portuguesa e moçambicana da altura, julga-se que quaisquer acordos que se tivessem tentado estabelecer sobre matérias económicas, de cooperação, garantias de pessoas e bens, funcionários, ensino e outras teriam sido negociadas em muito piores condições do que o vieram a ser posteriormente.

É bom recordar que durante o período de transição foi possível aplicar no estudo e negociação dos acordos algumas pessoas de mais qualidade técnica e experiência existentes no nosso país e dispor de um clima de franco entendimento político e da melhor expectativa relativamente ao futuro das relações entre os dois países.

Mas, no essencial, o que importava conseguir em Lusaka era um período de estabilidade e bom entendimento já que a alternativa era a continuação da guerra e o caos, dos quais se conheciam sobejamente os resultados. Sem esse entendimento e vontade política de cooperação, os acordos a assinar nesse momento, mesmo que formalmente muito favoráveis à resolução dos problemas que nos preocupavam, não passariam de boas intenções e apenas serviriam para azedar as relações do futuro entre os dois países, como largamente aconteceu por exemplo, com as promessas cheias de rigor técnico-jurídico de Evian.

Como se verá ao estudar o acordo, o essencial dos objectivos da delegação que em Lusaka defendeu os pontos de vista portugueses foi realizado. A paz, nas condições de dignidade que o Portugal de Abril exigia, foi conseguida. Além disso, foi estabelecido um conjunto de princípios que havia de garantir o relacionamento futuro entre os dois Estados. Em Lusaka não foram olvidadas as potencialidades que a secular convivência entre o povo moçambicano e o português propiciava, mas foi estabelecido que apenas a independente interpretação da vontade de cada povo legitima a definição de interesses comuns.

A independência de Moçambique, pese embora aos saudosistas do passado, não estava de facto a ser negociada em Lusaka; fundamentalmente, o que estava a ser acordado era o futuro das relações entre Portugal e Moçambique que uma guerra de 10 anos quase irremediavelmente destruíra.

Ainda, para além das relações com Moçambique, o que estava pela primeira vez a ser negociado em Lusaka era uma nova maneira de Portugal estar no Mundo. Esta questão, límpida para alguns negociadores, e que insistentemente a haviam defendido em Portugal em todas as instâncias políticas onde haviam tido voz, só veio a ser entendida em toda a sua importância pelos nossos opositores de então (sê-lo-á ainda hoje?) cerca de 10 anos depois, quando «os parceiros da Europa e da América» lhes fizeram ver que a grande força de Portugal no plano internacional, e no europeu em particular, era esse precioso acervo de conhecimentos sobre África e essa vivência secular que lhe permitia ter relações muito especiais com uma zona do mundo de valor estratégico e económico incalculável e que então começava a afirmar a sua vontade no mundo das relações internacionais.

2. O conteúdo do acordo

2.1. *Reconhecimento da independência*

O acordo começa no seu número um por citar o reconhecimento por parte de Portugal do direito do povo de Moçambique à independência, reconhecimento que, aliás, havia encontrado fundamento jurídico tempo antes, através da lei 7/74.

Parece hoje inacreditável que no Portugal depois de Abril se tivesse gerado tamanha polémica em torno de uma matéria que a história já se havia encarregado de demonstrar ser indiscutível. Mesmo depois da lição que constituiram as independências de todas as colónias asiáticas e africanas; depois da inequívoca afirmação da vontade dos seus povos através de todas as instâncias internacionais onde tinham voz e do reconhecimento do direito desses povos à independência por parte de praticamente todas as nações do mundo; depois, enfim, da afirmação da vontade de independência através de uma prolongada guerra — meio supremo de afirmação dessa vontade — em Portugal, ainda vivamente se discutia, entre as diversas correntes do poder, o direito à independência dos povos das colónias.

O programa do MFA, elaborado de acordo com os compromissos que a acção clandestina e a vontade de encontrar meios para derrubar o regime impuseram, falava, timidamente, no princípio de que a resolução das guerras no Ultramar é política e não militar. Mas esse enunciado, embora de pequeno alcance jurídico, continha em si todo o fundamento político que havia de servir para respeitar a carta das Nações Unidas.

A solução política das guerras conduzidas pelos movimentos de libertação há treze anos contra a teimosia inconsequente do regime deposto, só poderiam ter como expressão o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação, com todas as suas consequências, incluindo a que torna aquele direito pleno, a independência.

São conhecidas as lutas que em torno deste problema se geraram em Portugal e já foram analisadas as pesadas consequências que esta luta trouxe para as possibilidades portuguesas de estabelecer, desde o início, uma política africana de profundo sentido nacional.

Quando hoje se procura encontrar uma explicação para o facto de ter permanecido com eficácia a definição de território nacional contida no art.º 1.º da Constituição de 33 até Julho de 1974, só a poderemos encontrar na permanência obcessiva das teses coloniais do anterior regime em espíritos daqueles mesmos que o ajudaram a derrubar e não entenderam o alcance profundo do seu acto.

2.2 *Transferência de poderes*

O acordo, no seu número um, depois da afirmação do direito à independência, fala na transferência progressiva de poderes sobre o território até 25 de Junho de 1975, como é fixado no seu número dois.

Importa aqui reconhecer ter sido muito curto o período de transição acordado tendo em conta as potencialidades que encerrava. Tal facto foi mutuamente reconhecido durante as conversações mas foram já referidas as razões que determinaram o seu encurtamento.

Valerá no entanto a pena debruçarmo-nos um pouco sobre a questão para ajuizar melhor das potencialidades que este período encerrava e que não puderam ser totalmente realizadas devido à brevidade do tempo disponível.

Analisaremos em primeiro lugar qual o interlocutor político que Portugal encontrava em Moçambique para a realização dessas potencialidades.

No plano da organização política, a Frelimo era, seguramente, a força política nacional que maior base social de apoio e maior implantação estrutural tinha em todo o território. É de referir também, questão que não podia ser ignorada como o pretendiam certos políticos portugueses de então, que tinha sido a Frelimo a conduzir a guerra de libertação nacional e que, com ela, liderara inequivocamente a independência de Moçambique. Por todas estas razões, as populações que até aí, mercê dos mecanismos de condicionamento colonial e da guerra, tinham estado apáticas ou vivendo à sombra do pseudo-proteccionismo português, encontravam agora fundamento e estímulo para participar num grande movimento nacionalista, liderado pela força política que havia conduzido o país à independência. A Frelimo era, de facto, a expressão política da vontade moçambicana.

Não quer isto dizer que não tivesse havido, como já tivemos ocasião de observar, expressão de uma vontade diferente através das acções políticas desencadeadas por personalidades dissidentes da Frelimo, como Joana Simeão, Uria Simango, Kavandame, etc., mas não havia organização, nem implantação nacional nem apoio popular por trás dessas pessoas. A sua afirmação política era apenas feita pela oposição às pessoas e às teses donde haviam dissentido. A sua sobrevivência devia-se apenas aos apoios que ainda encontravam na África do Sul e em Portugal, como continuação das actividades que haviam desenvolvido com as autoridades do antigo regime. Deve notar-se ainda que as suas teses eram claramente neocoloniais. Na altura, porém, eram ainda usados como polos de atracção para manobras que, de Lisboa ou de Pretória, através deles se quisessem fazer. Se lhes fossem cortadas essas ligações não teriam nenhuma expressão em Moçambique. Não constituiriam, por isso, qualquer problema para o período de transição previsto.

As diversas formações em que encontrou eco o desespero e desorientação de muitos portugueses residentes

No essencial, esse método terá de produzir a informação útil para estabelecer as áreas de homogeneidade e as áreas de diferença que se encontram na acção política concreta. Para isso, a acção política é dividida nos seus subsistemas mais importantes para se poderem estudar as interrelações que se estabelecem entre eles. Dir-se-á que se passa de uma fase para outra quando o padrão dessas relações se altera.

É um método de simulação, onde se procura reproduzir uma acção política global tal como ela realmente aconteceu, isto é, nos seus efeitos concretos. É um método que utiliza como elemento de informação a prática política e não as declarações de intenção. Finalmente, é um método que procura representar a prática política na sua complexidade real de efeitos que se cruzam permanentemente e onde uma decisão pode vir a ter um efeito global muito diferente do que se teria inicialmente previsto. Em qualquer destes sentidos, a utilidade prática da utilização deste método não está desligada de um possível efeito pedagógico, na medida em que se transmite, a propósito de uma ilustração prática, um conjunto de regras de método que podem ser aplicadas a outros problemas de análise política e de programação de acções políticas.

A selecção de sub-sistemas de acção política é mantida constante para permitir uma efectiva comparação das diferentes fases ao longo de todo o período. Não é a única selecção possível, mas é aquela que se considerou mais útil (e, em qualquer caso, suficiente) para a análise da acção política em Portugal.

Os resultados da periodização

Nas suas conclusões gerais, esta análise permite determinar, até ao presente, a existência de quatro fases políticas principais com duas fases secundárias. Simultaneamente, a aplicação da mesma metodologia permite definir um limite à actual quarta fase e propor três configurações básicas para o que pode ser a quinta fase seguinte, cujo início deverá ser marcado pelas próximas eleições presidenciais.

De todas essas fases, é possível extrair a conclusão global de que nada é ocasional, mas quase tudo é imprevisto.

Nada é ocasional, na medida em cada momento, em cada ponto de cada fase, sinais suficientes para definir o que é possível realizar e quais são as consequências dos diversos tipos de erros que se venham a cometer. Neste sentido, a linha de evolução é trivial, sendo mesmo admissível que um observador a pudesse prever, sem grande risco analítico, a partir de qualquer ponto de início da análise. Em termos práticos, isto significa que o critério de êxito na previsão não é difícil de atingir neste sistema político. Em termos reais, e considerando a grande variedade de soluções ensaiadas e a surpresa efectiva de certos movimentos políticos, isto significa que essas decisões de superfície não foram suficientemente potentes para alterar as tendências de profundidade: estas absorvem aquelas.

Mas também se verifica que quase tudo é imprevisto, na medida em que os decisores políticos esperam obter resultados que são muito diferentes dos que se concretizam realmente. Aliás, não teria sentido que uma sucessão tão sistemática de fracassos políticos pudesse acontecer de um modo que não fosse imprevisto para os responsáveis políticos.

Esta contradição entre o que não é ocasional e é imprevisto está no centro da problemática política portuguesa. Noutro texto designei esta contradição pela expressão «ilusão do poder», em si mesma uma expressão contraditória, porque o poder só existe se for o controle da ilusão.

A expressão tornou-se depois de uso frequente, acabando repetida nas mais diversas circunstâncias. É grave que assim tenha sido, pois um sistema político onde se generalize a ilusão do poder não existe como sistema político. E uma sociedade que não está orientada por um sistema político está à mercê das mais violentas catástrofes ou está imersa num processo de decadência.

Agora, numa óptica diferente e com modelos também diferentes, a ilusão do poder aparece como a consequência de uma evolução que, não sendo ocasional, é quase sempre imprevista. O poder aparece como uma subordinação ao que não se dominou — e esta é, evidentemente, uma definição inaceitável de poder político.

Se a definição actualmente possível para o poder político em Portugal é equivalente ao reconhecimento da ausência de poder, que razão justifica a reprodução deste sistema político?

A análise destas fases e dos modos como se processam os seus períodos de transição mostra que a evolução política acontece pelo esgotamento de alternativas, até se chegar à fase em que o poder se afirma como a ausência de alternativas.

Neste ponto preciso, limite lógico desta evolução, o poder seria equivalente à sua inevitabilidade. O poder existe porque tem de existir. A sua legitimidade não dependeria já da sua capacidade para motivar a expressão da vontade social mas sim da sua eficácia em impedir a formação de uma alternativa possível.

É provável que este limite lógico não venha a ser um limite histórico e que a máxima ilusão do poder não venha a ser, também, a máxima concentração de poder, aquele que se afirma como inevitável e, portanto, como indiscutível. Mas ainda que o limite histórico nunca atinja aquele limite lógico, é digna de cuidada atenção uma evolução política que conduz a esta possibilidade e dela faz uma estratégia real, formulada e prosseguida por agentes políticos concretos.

Também nesta perspectiva, a questão do pós-salazarismo encontra uma confirmação interessante, ainda que indirecta. O que tem estado em causa ao longo da evolução política é a estabilidade do poder, mas essa

em Moçambique, tais como a FICO, Movimento Federalista, Convergência Democrática e outras, requeriam ser encaradas com o pragmatismo que a sua realidade aconselhava. Essa realidade era que, afora os nomes e a acção de um ou outro dirigente, nada, ali, de concreto existia. Os programas e as intenções políticas que iam desde a formação de um exército com os residentes em Moçambique para uma declaração unilateral de independência, até à constituição de uma federação com Portugal, passando por diversas formas de ligação com a África do Sul e Rodésia, eram completamente incongruentes. Porém, o que mais importa salientar, é que nenhum desses grupos possuía qualquer organização ou meios, nem sequer crédito externo, que lhes permitisse realizar o que quer que fosse. Porém, em certos momentos, obtiveram o apoio emotivo de muitos portugueses que, noutras circunstâncias e com outro conhecimento da situação, jamais teriam participado em tais aventuras.

Era aqui que, politicamente, a acção portuguesa no período de transição teria que ser exercida com mais tacto e determinação. O período de transição teria que ser o tempo, durante o qual, através do esclarecimento e do exemplo, se criasse o clima propício às opções conscientes dos portugueses residentes em Moçambique relativamente ao futuro das suas vidas. E porque não declará-lo abertamente, também para as decisões das populações de origem europeia que, dada a sua radicação profunda no território moçambicano, sentiam vontade de optar pela 'nacionalidade' daquele país.

O tratamento deste assunto exigia que fosse criado um período de tranquilidade em que os novos dirigentes moçambicanos fossem revelando a sua vontade e interesse em utilizar a capacidade técnica e de trabalho dos portugueses residentes. Ao mesmo tempo, estes iriam formando opinião sobre as condições em que iria desenrolar-se a sua vida na nova sociedade.

Evidentemente que, alguns dos portugueses que viviam em Moçambique, quer pelo seu comportamento anterior em acções políticas inaceitáveis para o novo Estado, quer pela sua consciente ou inconsciente opção racista, ou ainda pelo seu reaccionarismo e intransigência políticas, não poderiam ficar em Moçambique. Estes teriam que refazer a sua vida em Portugal ou noutro ponto do mundo e para eles devia, como foi, ser usada benevolência, dado que as suas qualidades políticas, como largamente tem sido demonstrado, não encontrariam eco nem apoio em nenhum sítio.

A grande maioria dos residentes em Moçambique não pertencia porém aquele número. Eram pessoas de valor, que tinham passado a vida a trabalhar como acontece à maioria dos emigrantes, e que muito podiam ainda contribuir para o progresso do país. A estes havia que criar condições de segurança, para que não fossem obrigados a partir, e expectativas de vida compensadoras que os decidissem a ficar. Era para satisfação deste objectivo que se teria requerido um período de transição muito maior do que o acordado, cujos escassos 10 meses, ainda gravemente perturbados no início, não permitiram, no grau desejável, cumprir aquela aspiração.

O tempo de transição tinha, além disso, de servir para desfazer todas as estruturas coloniais que não importava ao novo Estado conservar e construir os organismos que as iriam substituir. Só num período de transição se poderia proceder a tal transformação eficientemente, visto só nessas condições poder o Estado dispor de um governo que se orientasse pela nova política e de uma autoridade portuguesa, o Alto Comissário, que tinha competência para proceder à gestão de todos os funcionários públicos, incluindo os técnicos. Dá-se bastante ênfase a este aspecto por se saber que em Moçambique não havia quadros em número suficiente para manter em funcionamento, com um mínimo de eficiência, as funções do Estado e se pensar que a única forma de o fazer era através da permanência, durante um período relativamente longo, de quadros portugueses. Isto não significava que não fossem também úteis ao país quadros de outras nacionalidades, mas tão só que, numa primeira fase, esses não poderiam substituir totalmente os portugueses sem perturbações inaceitáveis das funções do Estado. E, importa salientar aqui, que se entende que não valerá a pena discutir os méritos de uma ou outra política, as capacidades de um ou outro alto dirigente, quando o Estado não dispuser de um mínimo de capacidade de lhe dar execução, nem estiver em condições de gerar dados que permitam aos governantes tomar as adequadas decisões. O tempo foi realmente escasso para realizar aquele objectivo e não permitiu, como se verá em tempo próprio, levar a cabo tudo o que durante a transição se considerou desejável.

O período de governo de estruturas conjuntas portuguesas e moçambicanas teria além disso sido muito útil para lançar as bases de reorganização da estrutura económica do país. Haveria certamente empresas que, enformadas pela doutrina colonial, teriam de ser adaptadas ou extintas. Muitas outras, com dependências externas em técnica, capitais e quadros, ou ligadas a Portugal por relações múltiplas teriam de ser reequacionadas. Haveria técnicos que não podiam ou não queriam permanecer e que careciam de substituição; peças ou materiais que não podiam ser importados; enfim um sem número de questões que uma estrutura portuguesa com muita competência local e com peso e influência em Lisboa poderia ter resolvido e que um governo moçambicano de transição, ainda sem as totais responsabilidades que advêm da representação externa do Estado, teria podido orientar.

Mas o aspecto onde se pensa que poderia ter sido mais útil uma transição prolongada é o que respeita ao lançamento de novos projectos de desenvolvimento económico e o da reorganização dos existentes. Dispunha, ou disporia o governo de transição de total autoridade neste domínio, já que tratava de investimentos que se prolongariam no futuro.

As virtualidades do período de transição consistiam fundamentalmente em que, nessa altura, Moçambique disporia, como largamente foi provado durante o período de transição, do apoio de toda a infraestrutura do Estado português o que permitia apresentar um leque de opções tecnicamente trabalhadas à decisão política do governo

moçambicano. Disporia além disso da nossa capacidade diplomática e da conjuntura favorável em que Portugal se encontrava tanto política como financeiramente. Nesse período poderiam ter sido interessados capitais externos a investir directamente em Moçambique, ou a conceder-lhe empréstimos em condições favoráveis.

Para quem conhece a política portuguesa que orientou o período de transição é fácil avaliar que não se teriam corrido riscos neocoloniais. Os objectivos que se pretenderam atingir não eram apenas os do interesse económico, presentes naturalmente, mas a contribuição para o lançamento de uma política que permitisse a Portugal valorizar as suas reais capacidades de cooperar em África, assegurando, assim, o promissor futuro das suas relações com os países deste continente. E, repare-se, já na altura se sabia que se estava no limiar da época em que os projectos de desenvolvimento encontravam financiamento relativamente fácil e favorável.

Não iremos inventariar as aliciantes económicas moçambicanas ao investimento, mas não resistiremos a referir algumas cujos estudos de viavilidade, então já prontos, dão só por si, ideia dessas potencialidades. O plano do Zambeze tinha estudado as grandes capacidades da zona, das quais se referem apenas a construção da central norte de Cabora Bassa, a construção de uma fábrica de alumínio, passando pela exploração de 10 milhões de toneladas de carvão a transportar pelo rio, até à capacidade agrícola do vale para produzir alimentação para toda a população de Moçambique e exportar. Estas potencialidades lá estão, mas não se limitam ao vale do Zambeze, vão desde a produção de amónia com o gás de Pande, até à construção de uma siderurgia e produção de papel em Manica e Sofala, passando pela exploração favorável de vastas zonas de algodão e açúcar, pequária, pescas e outras riquezas do sector primário.

Como se compreenderá, para que pudesse ser iniciado no período de transição o aproveitamento de algumas das potencialidades que Moçambique continha, era necessário dispor-se de muito mais tempo do que aquele que foi acordado. Além disso, seria necessário aprofundar, num clima de total confiança, uma vontade política que assegurasse no futuro uma estreita cooperação entre os dois países soberanos.

3. A estrutura governativa

O número 3 do acordo define a estrutura governativa de Moçambique para o período de transição. A estrutura acordada é do tipo das que foram usadas praticamente em todas as descolonizações dos territórios ingleses. Um Alto Comissário representaria a soberania portuguesa e asseguraria ali a chefia do Estado. Um Governo liderado e maioritariamente constituído pelos representantes do povo do novo país asseguraria a governação até à independência. Uma comissão militar garantiria a implementação dos acordos de paz e regularia as questões militares entre os dois exércitos.

É curioso notar que os tribunais não entraram neste título e a única referência que lhes é feita está contida nas competências do governo, na alínea *g*), a propósito da reestruturação da organização judiciária do Estado.

Vejamos um pouco mais detalhadamente as competências de cada um dos órgãos da estrutura do Estado.

Ao Alto Comissário competia a representação do Presidente da República e do Governo Português. Estas competências não foram objecto de definição por diploma português. Também o não foram as competências que tinham os Governadores Gerais sobre as matérias de administração local que não ficaram revogadas pelo acordo de Lusaka. Por isso, foi interpretada a indefinição no sentido de caberem ao Alto Comissário todas as aludidas competências.

Outra competência visava assegurar a integridade territorial de Moçambique. A este propósito deve também referir-se a declaração do número 12 que estabelecia um compromisso de acção conjunta entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique na defesa do território contra qualquer agressão.

Tendo em conta o estabelecido no número 10 relativamente às responsabilidades do Alto Comissário no comando e coordenação das Forças Armadas Portuguesas e das da Frelimo, que dependiam do Primeiro-Ministro; atendendo à circunstância das Forças da Polícia existentes dependerem do Alto Comissário; e tendo ainda presente a ligação íntima que havia entre a política de transição e a retracção do dispositivo militar, tudo apontava para que o cargo de Comandante-Chefe das FA's fosse concentrado na pessoa do Alto Comissário, o que porém não era estabelecido no acordo.

A competência para promulgar os decretos-leis aprovados pelo governo de transição e para ratificar os actos que envolviam responsabilidade directa para o Estado Português, estabelecido no ponto *c*) do número 4, não estava limitada por prazos. Embora o acordo não estabelecesse nenhuma competência de veto político aos decretos-leis, ela podia ser usada em forma de veto de bolso. E foi-o, em dois ou três casos.

O ponto *d*) relativo à responsabilidade de assegurar o cumprimento dos acordos celebrados entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique, para além do seu conteúdo directo, deverá ser entendido como uma norma de segurança que visava responsabilizar localmente o Alto Comissário pelo cumprimento dos acordos, mesmo em caso de perturbação na orientação dos órgãos do poder de Lisboa. Mais uma vez aqui se reflecte a desconfiança que alguns dirigentes de Lisboa mereciam aos nossos interlocutores. Para a parte portuguesa, porém, a norma não levantou problemas, pois correspondia ao interesse nacional que os negociadores tinham a certeza de bem interpretar.

A obrigatoriedade do cumprimento da Declaração Universal dos Direitos do Homem proposta pela delegação portuguesa obteve eco na moçambicana e assim completou a norma.

A delegação portuguesa havia conduzido as negociações no sentido de ser definido um período de transição que possibilitasse a superação das graves dificuldades com que o país se debatia e permitisse estabelecer as bases de um relacionamento especial entre os dois países e povos. Chegaram mesmo a abordar-se pontos concretos de cooperação nos domínios económico, técnico, científico, de educação, cultura e outros. Não tendo sido possível, pelas razões já apontadas, concretizar na letra do acordo esta vontade comum, ficou a substituí-la a expressão dessa confiança mútua e vontade de cooperar nas atribuições do Alto Comissário. Havia então razões para crer que viria a ser pessoa do sector que considerava o relacionamento com África importante para o futuro do país. A mesma vontade de cooperação e amizade encontrou expressão no número 13 e, pelas razões já apontadas, foi relegada para os acordos a negociar durante o período de transição. Tal seria feito através de comissões mistas como veio a acontecer.

As competências do Alto Comissário terminavam com uma norma genérica relativa à dinamização do processo de descolonização. Para além da responsabilidade global que encerra, a norma também visava atribuir a responsabilidade específica de estabelecer as ligações necessárias à transformação e desarticulação das estruturas administrativas, técnicas, financeiras, de ensino, saúde, etc., do sistema colonial, as quais tinham ligações e dependências de muita natureza dos órgãos centrais do antigo Ministério do Ultramar em Lisboa e, mesmo através dele, com estruturas de outras colónias. A articulação desta competência com a que atribuía competência ao governo de transição pra reestruturar quadros e organismos, nem sempre foi fácil e exigiu grande esforço para conciliar interesses. Tal norma tinha ainda em vista o desmantelamento das organizações eminentemente coloniais como a OPVDC e outras. Visava também atribuir responsabilidades na reestruturação de serviços apenas portugueses, mas cuja cooperação interessava a Moçambique, entre os quais se salientam algumas estruturas logísticas das Forças Armadas, os serviços de hidrografia e o Gabinete do Plano do Zambeze. Por fim é ainda de referir que a norma permitia orientar a remodelação de algumas estruturas não estatais de cariz colonial que havia interesse em modificar durante a permanência da autoridade portuguesa no território. Era o caso dos bancos e companhias de seguros que ainda não haviam sido nacionalizadas.

Nas competências do Alto Comissário, o acordo não previa a declaração do estado de sítio ou de emergência. Tal deve atribuir-se ao facto do normativo sobre direitos e garantias ser extremamente reduzido e, por isso, em tais situações, poderem regular-se por decreto os direitos que importasse restringir.

Não estava também prevista a dissolução do governo, visto não ser da competência do Alto Comissário a nomeação do Primeiro-Ministro nem dos ministros moçambicanos, tendo-se no entanto entendido que a exoneração dos ministros de nomeação portuguesa se exercida pelo Alto Comissário e os de nomeação moçambicana pelo Primeiro-Ministro.

Por fim, convém notar que o acordo não regulava a matéria de indultos e comutações de penas nem se referia a amnistias. Acontece porém que «de facto» foram usados pelo Alto Comissário, com o acordo do Governo de Transição, amplos poderes nesta matéria com vista a assegurar o regresso a Portugal de todos os presos de todos os tipos de delito que assim o desejaram.

Relativamente ao Governo, o texto do acordo estabelece a sua presidência e representação por um Primeiro-Ministro nomeado pela Frelimo. Estabelece ainda a sua constituição e articulação em nove ministérios, sendo as secretarias de Estado deixadas para criação ulterior. Dos ministérios, seis seriam de nomeação moçambicana e três de nomeação portuguesa.

O acordo atribui ao Governo as funções legislativa e executiva e confere-lhe a competência para criar quadros e reorganizar serviços. Especifica algumas funções tais como a defesa e salvaguarda da ordem jurídica e da segurança das pessoas e bens, a da execução dos acordos de cooperação, gestão económica e financeira e reorganização judiciária.

Relativamente à defesa da ordem pública e à salvaguarda de pessoas e bens deve notar-se que o acordo não especificava os agentes que a assegurariam. Como a polícia dependia do Alto Comissário, dado ter-se criado o Corpo da Polícia referido no número 11 quase no final do período de transição, teve que usar-se quase permanentemente a norma da parte final do mesmo número 11, o que obrigou a procurar consensos e entendimentos nem sempre muito simples e sempre trabalhosos. Não estava previsto no acordo o uso das FPLM nesta acção, mas o acordo também o não negava. Este problema que foi objecto de numerosas conversações, causou preocupações graves, em particular nas zonas urbanas. Isto, porque não estando essas forças preparadas para o exercício de funções policiais, da sua acção resultou um sentimento de insegurança em muitos portugueses residentes em Moçambique hipersensibilizados pelos acontecimentos ocorridos anteriormente.

4. Normas programáticas

No que respeita a normas programáticas havemos de reconhecer que o acordo foi generoso, deixando bastante liberdade à acção dos órgãos governativos da transição. No entanto, tem em si alguns princípios programáticos essenciais.

Como princípio geral, referido logo na introdução ao número 5 das competências dos diversos órgãos, estabelece-lhes a função de transferência progressiva de poderes e a preparação da independência. A execução deste princípio orientador, no que respeita à transferência de poderes,, exigia a realização de uma infinidade de

tarefas de transformação de estruturas e transferências de responsabilidades entre os órgãos e pessoas que só por si requeriam o empenhamento integral nos 10 meses disponíveis. De facto, como se referiu a propósito das funções do Alto Comissário, seria aqui que mais intensamente frutificaria uma estreita cooperação entre soberania portuguesa ainda residente e as novas estruturas governativas da futura soberania. Era neste ponto que o empenho mais devia aplicar-se. Suprir as carências de técnicos e quadros, na medida das necessidades de organização do novo Estado, era tarefa fundamental para as duas partes.

Para a parte portuguesa, única que aqui naturalmente abordaremos, a realização daquele objectivo era imperativo, não só por corresponder aos interesses nacionais, de relacionamento com África, mas também pela assunção das responsabilidades da falta de quadros moçambicanos, apenas atribuíveis ao sistema colonial e aos seus corolários de discriminação racial e social que haviam duramente incidido sobre as populações locais.

Tais medidas visavam ainda minorar os custos futuros que uma alteração traumática na actividade económica e na eficiência dos serviços do Estado teriam em toda a vida do país, e que, imputáveis ou não à responsabilidade portuguesa, nos seriam sempre atribuídos. Assim, quanto mais fundas fossem as dificuldades internas, maiores seriam as dificuldades no relacionamento futuro entre os dois países e mais graves também seriam as consequências para os portugueses residentes. Pensamos ter sido compreendidos e mesmo acompanhados nesta preocupação pela parte moçambicana, que sempre apreciou com interesse as propostas que a esse respeito foram formuladas, tomando mesmo iniciativas sobre a matéria como teremos ocasião de ver quando analisarmos o período de transição.

No plano económico, o acordo apenas aponta para a criação das estruturas e mecanismos que deviam contribuir para o desenvolvimento de uma economia independente. Preocupação bem compreensível de quem tinha no território uma economia colonial cheia de dependências, mas bem difícil de solucionar a curto prazo.

Os números 16 e 17 do acordo estabeleciam os mecanismos que haviam de contribuir para assegurar uma política financeira independente.

O princípio programático da não discriminação racial, étnica, religiosa e com base no sexo, cuja garantia era cometida ao governo, era também ao Alto Comissário através da Declaração Universal dos Direitos do Homem cujos preceitos devia assegurar. O princípio da não discriminação racial, ampliado agora pela afirmação da vontade de eliminar as sequelas do colonialismo, é mais uma vez citado no número 15 a propósito de uma declaração clarificadora da cidadania moçambicana e da vontade de estabelecer estatutos especiais para os cidadãos de um país residentes no outro.

Para terminar a análise dos aspectos programáticos da acção do governo, resta salientar que o acordo nada dizia relativamente a alterações da titularidade da estrutura económica do território e que o conteúdo da alínea *e*) do número 5 deve entender-se como a tentativa de tornar a economia do país menos dependente do exterior, mas principalmente como a revelação de uma preocupação de controlo da fraude e evasão de toda a ordem, que uma situação de descolonização necessariamente comporta. As reformas de fundo a serem feitas, sê-lo-iam no futuro, na plena soberania moçambicana.

5. Acordo de paz

O fim da guerra em Moçambique assumiu, naturalmente, importância capital no Acordo de Lusaka.

Guerra da libertação, para a parte moçambicana, teve o carácter mais eminentemente nacional que qualquer guerra pode ter. Conduzida durante 11 anos com dificuldades humanas e materiais assinaláveis, aceitou apenas os apoios compatíveis com os objectivos de independência nacional que prosseguia. Guerra assumida como imperativo de todo um povo, foi travada com o vigor que só o sentido da razão pode emprestar a uma luta. Guerra de independência nacional, num mundo de independências há muito consumadas, só poderia terminar com a realização dos objectivos políticos que prosseguia.

Para a parte portuguesa tratou-se de uma guerra colonial na mais ampla acepção da expressão. Determinada por uma política de dominação e defesa a qualquer preço dos interesses dos grupos dominantes, cedo conheceu um «leit motiv» que mobilizou a vontade nacional. Forneceram-lha os acontecimentos de 61 em Angola. Estes exigiram o empenhamento legítimo das Forças Armadas na defesa de cidadãos nacionais que a incúria e irresponsabilidade do regime deixara sem segurança. A partir daí, a guerra estabeleceu-se em nome da defesa dos cidadãos e dos interesses ditos nacionais, mas que, de facto, não passavam de interesses dos grupos económicos que o regime servia, ou nem sequer desses. O país viu empenhado nela o brio e o sentido de dever dos quadros das suas Forças Armadas e de toda uma geração que durante 13 anos estoicamente a suportou. Moçambique viu exaurir-se a sua economia no esforço de guerra e nas condições adversas que esta criou ao seu desenvolvimento. Não servindo já os interesses económicos, a guerra prosseguia em nome de uma coerência, a manutenção a todo o custo do regime e dos seus privilégicos. Não se discutiam o futuro dos interesses nacionais nem dos seus cidadãos radicados nas colónias. A independência das colónias significaria a queda do regime. E sem independência, a guerra prosseguiria. O regime defendia-se assim com a guerra, num círculo vicioso.

Os militares, confrontados finalmente com as realidades do regime, muitos deles apenas através das perspectivas de solução da guerra em que estavam empenhados, mobilizaram-se para encontrar a solução que o futuro deste povo exigia.

Não faremos considerações sobre as sombrias consequências em que terminaria uma guerra não interrompida pela vontade libertadora do povo português. As humilhações suportadas na Índia onde, repare-se, não tinha havido guerra, serão bastante para dar uma amostra do que teria ocorrido em África e para fazer meditar nas consequências que tal traria para os destinos da Pátria Portuguesa. Mas a história não admite conjecturas. A guerra em Moçambique foi interrompida pela vontade de um povo que se queria situar no mundo e na época em que vivia e que, para isso, procurou, como alternativa à guerra, as soluções que a história e o direito requeriam e que os interesses portugueses de há muito reclamavam.

Tal como o exigia a filosofia política do Portugal de Abril, os Acordos de Lusaka não tratam a independência de Moçambique e a guerra em simultâneo. Os nossos interlocutores reconheciam assim que haviam feito a guerra contra um regime que queria manter à força a situação colonial, ponto que é expressamente consignado no número 19. O Portugal de Abril que reconhecia o direito do povo de Moçambique à independência, não teria mais a guerra desse povo, mas sim a amizade como o proclamam os termos do acordo nos seus números 13 e 19.

A paz é estabelecida no texto do Acordo, no seu número 9, fixando apenas a data e hora (0 horas do dia 8 de Setembro de 1974). O artigo remete para um protocolo as normas desse cessar-fogo. Documento secreto na altura, apenas pelas implicações de segurança das forças dos dois países, ainda não foi divulgado e não o será neste momento, esperando-se que sejam os Estados a tomar tal iniciativa que se deseja breve. Pensamos poder, no entanto, comentar o seu conteúdo que não pode, no essencial, ser mantido classificado pelo próprio desenrolar dos acontecimentos.

Depois de reafirmar a data e a hora do cessar-fogo, o documento passa a tratar da Comissão Militar Mista estabelecido no número 3 e com a composição e funções fixadas no número 8 do Acordo. No essencial, competiria à Comissão, que tinha composição paritária entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique, velar pela execução do acordo de cessar-fogo. Em especial cabia àquela Comissão tratar das matérias relacionadas com a retracção do dispositivo militar português e da sua substituição por forças moçambicanas, por forma a que não se criassem situações de vácuo no dispositivo militar de Moçambique durante a transição. Tinha ainda por função organizar a libertação dos prisioneiros de guerra de ambas as partes, situação de que trataremos quando abordarmos o período de transição, e supervisionar na desactivação das organizações paramilitares existentes no território ao tempo colonial, tais como o OPVDC, milícias privadas de empresas, corpo de milícias, etc.

O protocolo estabelecia as normas dos acordos relativos à retracção do dispositivo militar português e a sua evacuação até 25 de Junho e regulava ainda missões conjuntas para as Forças Portuguesas e para as FPLM afim de dar execução aos preceitos contidos nos números 10 e 12 do Acordo. Estabelecia um conjunto de missões de cooperação entre as duas forças com carácter logístico e administrativo. Estas normas do Acordo referiam-se ainda à desmobilização dos moçambicanos que em Moçambique ou noutros territórios serviam as Forças Armadas Portuguesas.

O Acordo permitia assim:

- recuperar até 14 de Setembro de 1974 sem contrapartida, a totalidade dos prisioneiros portugueses;
- proceder à retracção do dispositivo militar dando protecção às zonas de maior concentração de população portuguesa;
- efectuar uma evacuação das forças por via aérea de forma contínua e gradual e uma evacuação do material por via marítima;
- manter o dispositivo em condições de operacionalidade e o espírito de disciplina até à sua evacuação;
- embarcar para Portugal todo o material militar pertencente às FA's que fosse considerado de utilidade;
- entregar às FPLM o material que, pelos serviços competentes de Lisboa, fosse entendido não dever ser evacuado para Portugal.

O Acordo de cesar-fogo constituiu assim um instrumento que regulou o fim da guerra em termos de grande dignidade e permitiu executar em segurança e com eficiência uma evacuação que a guerra, anos antes, de nenhuma forma deixava prever.

6. Segurança de pessoas e bens e condições de trabalho

Na análise que vimos fazendo do Acordo de Lusaka importa, por fim, observar os aspectos que mais directamente diziam respeito à criação de condições para a permanência dos portugueses em Moçambique.

Referiremos primeiro os aspectos respeitantes à segurança das pessoas e dos seus bens.

Esta matéria era assegurada através do controlo que o Alto Comissário exercia sobre a polícia, em coordenação com o Governo de transição, como estabelecido no número 11 do Acordo. Ao Governo era cometida a responsabilidade específica da defesa e salvaguarda da ordem pública e da segurança das pessoas e bens através do preceito na alínea *c*) do número 5 do Acordo. Este previa ainda no seu número 10 que em caso de grave perturbação da ordem pública, pertencia ao Alto Comissário o comando e coordenação das operações as quais poderiam envolver acções conjuntas das forças portuguesas e moçambicanas.

Como garantia derradeira da segurança dos portugueses residentes, o Acordo permitia, que a retracção do dispositivo militar se fizesse concentrando sobre os principais centros populacionais ocupados por portugueses, garantindo assim a sua segurança até ao momento da independência.

Estava desta forma estabelecido no Acordo o essencial dos mecanismos necessários a assegurar a ordem e a segurança das pessoas e bens durante o período de transição.

Relativamente à discriminação racial, são afirmados princípios que a negam na orientação do governo, alínea *f)* número 5 e no número 15, onde há uma declaração das duas partes no sentido de agirem concretamente na criação de uma verdadeira harmonia racial a par da eliminação das sequelas do colocialismo. No mesmo artigo é ainda afirmado para o novo Estado uma política de não discriminação pela cor na fixação da cidadania moçambicana.

Resta, por fim, analisar os aspectos relativos às propriedades e bens dos portugueses residentes em Moçambique. Este ponto constituiu, naturalmente, grande preocupação da delegação que em Lusaka negociou o Acordo não só pelo seu valor intrínseco, como também pelo seu significado na permanência dos portugueses residentes em Moçambique. E não deixou nunca de ter-se presente que, dessa permanência dependeria, em grande medida, o futuro da economia e dos serviços do novo Estado e, através deles, o bom ou mau relacionamento com Portugal. Mas o Acordo não encerra nenhum preceito específico sobre esta matéria, o que foi regulado de forma indirecta.

Vejamos então como o assunto se encontra tratado. Como se viu, nenhum preceito do Acordo apontava ou estabelecia mecanismos especiais de expropriação nem nenhuma declaração programática para eles apontava. Por outro lado, os actos legislativos do Governo de Transição estavam sujeitos a promulgação pela autoridade portuguesa que, naturalmente, teria este ponto em consideração, sem prejuízo das alterações requeridas por algumas estruturas eminentemente coloniais.

O futuro dos cidadãos portugueses residentes em Moçambique não é regulado no diploma em análise, mas ele próprio prevê no seu número 15 a celebração de acordos com vista a regular o estatuto dos cidadãos de cada um dos países residentes no outro.

Assim, portanto, durante o período de transição estava assegurado o direito à posse dos bens, propriedades e valores dos portugueses residentes em Moçambique através do direito português que se aplicava no território, e que apenas podia ser alterado pela legislação produzida pelo Governo e promulgada pelo Alto Comissário. Relativamente ao futuro, os seus termos foram os estabelecidos no acordo que veio a ser negociado sobre a matéria durante o período de transição.

Período de transição

1. Política de defesa

Nos termos do Acordo de Lusaka a integridade territorial de Moçambique era cometida à responsabilidade da soberania portuguesa, havendo um compromisso de acção conjunta das Forças portuguesas e da Frelimo na consecução deste desiderato.

O êxodo, anterior à independência, de portugueses que haviam combatido em Angola e Moçambique e a posterior desmobilização dos grupos especiais moçambicanos e angolanos que haviam combatido ao lado do exército português, deu lugar à formação de grupos de intervenção na Rodésia constituídos por esses mercenários.

Os acontecimentos de 7 de Setembro, a agitação intensa a que deram origem e as saídas de portugueses para a Rodésia e RAS que após eles tiveram lugar, contribuiriam para o incremento da organização e treino de grupos mercenários de intervenção na Rodésia e para o aparecimento de organizações para-militares de portugueses na RAS com algum apoio estatal. Simultaneamente apareceram sinais evidentes de uma incipiente estrutura actuando no interior de Moçambique em ligação com as existentes na RAS e na Rodésia.

Na RAS assistiu-se, durante os primeiros meses de 75, a uma ofensiva diplomática no sentido de tentar criar uma situação que lhe permitisse encetar uma política de boa vizinhança com os novos Estados que chegavam à independência, Angola e Moçambique. Deu no entanto apoio às organizações dos ex-colonos moçambicanos e aumentou a capacidade de intervenção da sua polícia que chegou a ser aplicada contra os nacionalistas rodesianos no interior da Rodésia em apoio do Sr. Smith.

O falhanço da cimeira de Lusaka e a política de intransigência e afirmação branca do Sr. Smith, bem como as medidas tomadas no campo militar, deixavam antever que os seus objectivos não seriam os de procurar no futuro uma boa vixinhança com Moçambique, já que lhe não restavam dúvidas de que esta jamais poderia ser obtida.

Admitia-se por isso que pudessem ocorrer intervenções rodesianas em Moçambique, quer como apoio a incidentes ocorridos com colonos portugueses, quer a propósito de motivos económicos, quer ainda a propósito de alegados apoios à ZANU.

Dos restantes vizinhos de Moçambique não havia receio de provocações de fronteira.

Estas preocupações de defesa, conjuntamente com razões de estabilidade social, levaram a que se procedesse à reorganições do dispositivo, concentrando meios nas zonas de maiores densidades urbana e de actividade económica.

São de assinalar, especialmente, o reforço militar da zona de possível penetração rodesiana, eixo Vila Pery-Beira, tanto em pessoal, designadamente tropas especiais, como em meios de guerra, dos quais devemos salientar os meios aéreos, Fiat G91, Helis, etc. A força naval constituída por 3 corvetas e um navio logístico foi também reforçada com uma fragata solicitada a Lisboa.

Embora tivessem sido assinaladas algumas incursões armadas rodesianas no interior do território de Moçambique, ditas em perseguição de guerrilheiros da ZANU, não chegou a haver nenhuma situação de confronto com tropas portuguesas.

Na realidade o período de transição decorreu sem que se tivesse realizado a velha aspiração do Sr. Smith de conquistar o acesso ao mar e, simultaneamente, obter posições favoráveis para o combate à ZANU. Julga-se que tal terá sido impedido pela existência de um dispositivo dissuasor português relativamente forte, conjuntamente com reiteradas declarações ao representante diplomático da Rodésia de que qualquer intervenção estrangeira em Moçambique, durante o perírodo de transição, seria combatida com toda a firmeza pelas forças portuguesas aí estacionadas.

2. *Retracção do dispositivo militar*

A retracção dos dispositivo militar devia satisfazer os seguintes objectivos:

a) Garantir a segurança das forças portuguesas durante o período de transição, mesmo após a sua redução por regresso a Portugal, constituindo o seu tipo de agrupamento e comando diversos contrapontos com as tropas de Frelimo;
b) Garantir a segurança dos portugueses residentes em Moçambique até à independência;
c) Constituir elemento dissuasor das invasões por forças de países vizinhos em especial da Rodésia, e suster essas invasões no caso de se verificarem;
d) Contribuir para garantir a ordem pública e a criação de um clima de confiança, estabilidade rácica e social;
e) Permitir a cooperação com tropas da Frelimo, estabelecendo as bases da futura cooperação militar entre os dois países.

Para conseguir aqueles objectivos foi desarticulado o pesado sistema de comando existente e criados apenas três comandos territoriais directamente dependentes do comando-chefe. Constituia-se assim uma estrutura de comando muito leve que tinha apenas um comando de coronel entre o Comandante-Chefe e as unidades operacionais, companhias ou bigrupos.

O dispositivo foi concentrado nos aglomerados urbanos dos eixos de comunicação, a caminho dos aeroportos e portos de Nacala, Beira, Lourenço Marques, sendo a concentração, o tipo de forças e os meios escolhidos de acordo com considerações de defesa como se viu no capítulo próprio.

Foi estabelecido um plano de evacuação para Portugal ditado pelo Acordo de Cessar-fogo e pela garantia de assegurar os objectivos anteriormente referidos.

O plano de evacuação logística traçado permitiu que fosse decidido por Lisboa qual o material que seria transportado para Portugal e qual o que seria entregue, numa operação de cooperação, às FPLM. Este plano, tal como o de evacuação do pessoal, foi integralmente cumprido, tendo apenas necessitado das alterações que o reforço do eixo Beira-Vila Pery requereu. Deve salientar-se que as instalações militares e os materiais que fora decidido não embarcar, foram entregues às FPLM com as mesmas normas com que se faziam as entregas entre forças nacionais, transferências e conferências de inventários, relações de faltas, etc.

A evacuação final de homens, feita através de meios aéreos e navios de transporte em Nacala, Beira e Lourenço Marques teve o apoio dos navios da Armada e permitiu ainda pensar na segurança dos portugueses que continuaram em Moçambique.

3. *Política de fixação de portugueses*

Tem sido largamente referido ao longo deste trabalho, o clima de instabilidade, agitação social e antagonismos rácicos que se viveu em Moçambique antes dos Acordos de Lusaka e aquando do seu anúncio. Se somarmos a isto a indefinição política e a consequente luta, a degradação económica e o receio relativamente ao modo como iriam actuar as novas autoridades, teremos o quadro sumário de razões que levaram grande número de portugueses a encarar a sua saída de Moçambique.

Havia pois que criar durante o período de transição um clima de segurança e estabilidade social que permitisse ganhar a confiança aos portugueses que desejavam continuar as suas vidas em Moçambique. Por outro lado, em geral, os portugueses conheciam mal ou de forma deturpada os projectos dos novos governantes relativamente ao futuro do país e à forma como encaravam a permanência dos portugueses. Era por isso necessário criar ao governo

de transição um clima onde esses projectos pudessem ser revelados e em que pudesse ser feita a demonstração prática das suas intenções.

Não foi fácil extinguir as sequelas do 7 de Setembro e do 21 de Outubro que puseram em perigo a possibilidade de toda a comunidade portuguesa permanecer em Moçambique.

Já vimos as medidas tomadas no campo militar. Resta aqui dizer que tiveram reflexos imediatos não só na criação de um sentimento de segurança como também na emergência de uma nova expectativa relativamente à situação que a independência criava e sem a qual tudo seria debalde.

A nova posição da comunicação social, clarificando as linhas de definição da política do novo Estado e contribuindo para esclarecer a expectativa de vida que os portugueses nele encontrariam, bem como o clima de trabalho e harmonia racial depressa conseguidos, foram essenciais para que os problemas de definição relativamente ao futuro pudessem ser encarados com maior número de dados e também maior serenidade.

A questão da posse de bens e meios de produção, que foi uma das que mais receios suscitou entre a comunidade portuguesa, foi completamente esclarecida. Durante o perírodo de transição foram, apenas publicados dois diplomas com implicação na matéria. Um dizia respeito à possibilidade de intervenção nas empresas e era praticamente igual ao que fora publicado em Portugal. Deve dizer-se, a propósito, que foi usado com bastante mais critério em Moçambique do que em Portugal. O outro dizia respeito à reapropriação dos bens abandonados e que passavam por dois períodos; declaração pública de abandono e apropriação pelo Estado em caso de não reclamação pelo antigo titular. Essa intervenção estatal foi fundamentalmente determinada pela necessidade de evitar que tivesse lugar uma ocupação anárquica sobre os bens abandonados.

Para além destas medidas foram produzidos pelo governo estímulos constantes no sentido de serem mantidas as unidades de produção a trabalhar e de recuperar para a produção as que durante o período anterior haviam cessado a laboração.

Importa aqui dar uma nota sobre a saída de Moçambique. Com a saída dos portugueses assumiu aspecto alarmante para o governo o volumne de bens por eles levados. Houve por isso necessidade de regular o assunto permitindo que cada família transportasse o equipamento normal de uma habitação bem como um automóvel. Esta situação provocou abusos de parte a parte. Dos portugueses que em muitos casos quiseram trazer tudo o que lhes pertencia, ou não. Das autoridades, que levaram ao excesso o rigor da execução da lei e provocaram situações de desnecessária perturbação por incompetência aduaneira da parte dos impreparados soldados das forças populares.

A propósito deste problema da saída das pessoas que não queriam permanecer em Moçambique depois da independência, usou-se o critério de manter os transportes com excesso de lugares relativamente aos pedidos visto ter-se verificado inicialmente que a situação de carência aumentava a ânsia de partir. Conseguiu-se assim assegurar a total normalidade ao regresso dos portugueses que o desejaram. Encontra-se talvez aqui a razão de certa animosidade que o transporte dos bens provocou e que a situação psicológica em que se encontravam os que regressavam naturalmente fomentava.

Um outro ponto que merece referência é o desejo manifestado por muitos portugueses, existente já desde o tempo colonial, de poderem ter as famílias em Portugal enquanto tomavam as decisões sobre o futuro das suas vidas. Deve recordar-se, a propósito, que desde há vários anos estavam proíbidas as transferências para Portugal e que as pensões de família eram autorizadas apenas em casos excepcionais.

Concomitantemente com isto sentia-se a necessidade de compensar os pequenos e médios comerciantes e industriais pelos danos materiais provocados nas suas empresas durante os acontecimentos de 7 de Setembro e 21 de Outubro, sem o que a grande maioria dos afectados não poderia reconstituir as suas vidas em Moçambique.

Para tentar solucionar esta dupla questão, foi estudado um empréstimo de Portugal a Moçambique, que veio a ser negociado com o Governo de Transição nas seguintes condições:

- O Governo Português poria à disposição do governo de Moçambique 500 mil contos não transferíveis; (*).
- O Governo de Moçambique autorizaria transferências para Portugal a título de pensões de família;
- Essas pensões seriam pagas em Portugal com os fundos de empréstimo não transferíveis que o Governo Português havia posto à disposição de Moçambique;
- O contravalor em escudos moçambicanos das pensões transferidas seria utilizado em empréstimos a juros muito baixos para a recuperação económica ou em indemnizações às vítimas das depradações.

Esta medida, conjuntamente com vários incentivos à recuperação económica feita pelo governo da presidência de Joaquim Chissano, teve grande efeito na vontade de muitos portugueses de continuar em Moçambique. Assistiu-se ao mesmo tempo a uma acentuada melhoria na produtividade das empresas.

A questão mais importante relativamente à fixação de portugueses em Moçambique era certamente a que dizia respeito ao estatuto dos funcionários públicos portugueses depois da independência.

Vimos já a importância que esta questão tinha para a operacionalidade do aparelho de Estado do novo país. Convém porém acrescentar que durante o período de transição se verificou um fenómeno de decisão colectiva da

*Este montante correspondia a cerca de 1/3 do orçamento geral do Estado de Moçambique.

parte da comunidade portuguesa relativamente ao problema de partir ou ficar em Moçambique, expectativa que foi bem nítida até cerca do mês de Março.

O núcleo de funcionários públicos era o núcleo mais importante da comunidade e a sua decisão estava muito dependente da forma que assumisse o estatuto futuro dos funcionários.

Foi por isso que se tomaram duas medidas muito importantes para influenciar a decisão. Uma foi a da continuação da polícia portuguesa para além da independência a qual já foi relatada a propósito da criação de confiança. A segunda foi a da fixação do estatuto dos funcionários públicos. Para tal foi assinado um acordo entre o Alto Comissário, em representação do Estado Português, e o Primeiro Ministro, em representação de Moçambique. No essencial, o acordo estabelecido que *todos* os funcionários públicos (não se leia aqui apenas funcionários administrativos, mas também médicos, engenheiros, agrónomos, economistas e quadros médicos) com vínculo de provimento definitivo ao Estado português, podiam assinar um contrato de dois anos com o Novo Estado. Este concedia as seguintes condições básicas:

- O contrato seria sucessivamente renovado por períodos de dois anos por acordo mútuo;
- Os vencimentos seriam os estabelecidos para os restantes funcionários moçambicanos, fixados na base dos existentes com expectativa de aumento;
- Poderiam transferir para Portugal 25% da totalidade dos vencimentos;
- O Estado português garantia todos os direitos e regalias que tinham como trabalhadores da função pública portuguesa, incluindo o tempo de serviço que prestassem em África e ainda a colocação e vencimento completo quando do regresso a Portugal.

Entretanto corria em Portugal o estudo de um decreto criando o quadro geral de adidos que garantia aos funcionários que fossem para Portugal 60% dos vencimentos.

Nestas condições verificaram-se imensas adesões e assinaturas de contratos. Mas, posteriormente, foram criadas em Lisboa situações especiais. Os magistrados e funcionários judiciais, por exemplo, viram-se ingressar nos quadros portugueses com as categorias que tinham em África, situação que jamais lhes havia sido concedida.

Não é aqui o lugar para tratar estas matérias de um ponto de vista de justiça intrínseca, mas tão só para dizer que a partir daí foram imparáveis as pressões para ter estatutos semelhantes e muito do que se pensara realizar foi impossibilitado por decisões unilaterais de Lisboa.

Apesar de tudo, assinaram o contrato e continuaram em África depois de independência muitos milhares de funcionários públicos portugueses, constituindo percentagem elevada (50%?) dos que lá trabalhavam e com eles também elevada percentagem (mais de 60%) da comunidade que permaneceu em Moçambique durante o período de transição.

Transformação de umas Forças Armadas de guerra em Forças Armadas de paz

Aniceto Afonso

Após os incidentes de 7 de Setembro e de 21 de Outubro, foi possível chegar ao fim do período de transição num clima de tranquilidade social. Não se pense que foi um processo simples.

O instrumento fundamental para o clima de paz que se viveu durante os oito meses que medeiam entre o fim de Outubro e a independência de Moçambique, foram as Forças Armadas de ambos os lados e a surpreendente capacidade de integração entre ambas.

Quando se assinou o Acordo de Lusaka, as Forças Armadas Portuguesas estavam destroçadas. Elas acabavam de viver dois períodos contraditórios entre si, e também contraditórios no próprio conteúdo de cada um.

Em 25 de Abril de 1974 as Forças Armadas representavam evidentes sinais de cansaço e perturbação. Cansaço pelo esgotamento físico e anímico dos quadros, pela degradação da instrução, pela tendência nivelante dos potenciais de meios, especialmente na componente aérea, com o aparecimento dos mísseis terra-ar, e pela acção do Movimento de Capitães, que logicamente perturbava as cadeias de comando.

Após o 25 de Abril, os sinais e os motivos deteriorantes multiplicaram-se em cadeia.

Primeiro, a hierarquia, de uma forma geral, não aceitou a mudança, nem compreendeu o sentido descolonizador do Progama do MFA. Mais, tentou ajustar-se através de alterações de superfície, mantendo o comportamento essencial do período anterior.

Segundo, as tropas interpretaram o 25 de Abril no seu sentido mais amplo, sem consideração de etapas intermediárias — o fim da guerra e o regresso imediato foram os objectivos rapidamente assumidos.

Terceiro, o MFA, embora com alguns pontos de vista não coincidentes no seu interior, procurou fazer compreender à hierarquia e às tropas o verdadeiro sentido do 25 de Abril. À hierarquia explicando que o MFA, não preconizando embora independências imediatas, era um movimento que pretendia conduzir à solução política dos conflitos, questão evidentemente relacionada com a provável independência do Ultramar. Às tropas, tentando fazer compreender que o MFA, embora desejasse apressar a paz, não podia fazê-lo sem considerar outros objectivos e outros valores que lhe eram complementares.

Não é de admirar, por tudo isto, que as Forças Armadas tivessem chegado ao Acordo de Lusaka numa situação penosa, profundamente perturbadas e com fracas reservas morais e psicológicas.

Mas o acordo de Lusaka funcionou como um poderoso antídoto injectado nas Forças Armadas. O conhecimento do cessar-fogo oficialmente assinado e a marcação da data da independência, com a inevitável transformação da natureza das funções das Forças Armadas, puderam constituir o embrião da recuperação que um novo comando, com prestígio e decidido, pôde operar em dois escassos meses.

É nestes dois meses, de meados de Setembro a meados de Novembro que se faz a transformação de um corpo disperso e sem vontade numas Forças Armadas dispostas a enfrentar as tarefas, não menos difíceis e arriscadas, de contribuir e garantir a aplicação do Acordo de Lusaka.

As medidas tomadas, parecendo simples, não foram fáceis.

Em primeiro lugar, foi adaptada a cadeia de comando, através da mudança de pessoas, da simplificação de processos e da regulamentação da cadeia do MFA, em moldes específicos, mas operativos. Aliás, o facto de

Introdução

O presente volume lança, na praça pública, parte substancial do que, em forum aberto, mas necessariamente muito mais restrito, foi tratado no colóquio promovido pela Associação 25 de Abril, subordinado ao tema geral «O 25 DE ABRIL — DEZ ANOS DEPOIS», o qual se inseriu no âmbito das comemorações do décimo aniversário da «Revolução dos Cravos».

Não se pode, por razões técnicas, incluir mais do que as comunicações introdutórias dos temas agendados, omitindo os debates que se lhes seguiram. E lamentamos que assim seja porque pensamos que estes, pela sua qualidade, pela controvérsia das opiniões muitas vezes discordantes, pela complementaridade dos dados fornecidos, pela frontalidade e vivacidade das posições assumidas, pelo empenhamento por todos evidenciado, muito enriqueceriam o conteúdo da obra.

Cremos porém que aqui se encontrará o suficiente para motivar a curiosidade e a atenção pelos fenómenos sociais que agitaram e alteraram profundamente a estrutura da sociedade portuguesa na última década.

Não quis a Associação 25 de Abril, com este colóquio, fazer História, mas quis, isso sim, contribuir para que, com mais fidelidade, a História de Portugal da última década e dos seus antecedentes próximos, venha a ser feita. Para este objectivo, um dos vários que o colóquio se propôs, esta publicação será o complemento instrumental mais importante.

Se um dos problemas que sempre se põem ao historiador, é a dificuldade — alguns dizem mesmo a impossibilidade — de fazer história sem ver o passado na óptica contemporânea de quem a escreve, a grande virtude desta publicação estará, em fornecer aos historiadores futuros, a observação dos factos, não apenas com os olhos de testemunhas coevas, mas até moldados pelas descrições de aspectos subjectivos que os animaram, vistos pelos próprios agentes.

E se é também certo que o testemunho pessoal comprometido, ainda que honesto e bem intencionado, pode desvirtuar, porque é visto de dentro, condicionado por uma interpretação que não é neutra, tal inconveniente é aqui atenuado, e mesmo ultrapassado, pelo leque de opiniões recolhidas, que cobre praticamente todos os sectores que, tendo-se empenhado no processo transformador, não coincidiram nas soluções que perfilharam. O que constituiu aliás, e contraditoriamente, a grande riqueza e a grande fragilidade do 25 de Abril.

Contém esta publicação vasta matéria de reflexão e estudo.

É legítimo admitir que diferente teria sido o comportamento dos principais agentes do Movimento das Forças Armadas e que outros teriam sido os resultados, se melhor fosse o conhecimento da natureza e do desenrolar de eventos semelhantes em épocas passadas, particularmente os que se haviam desencadeado em 1820 e 1910.

estabilidade tem vindo a ser gradualmente concentrada na dimensão mais profunda da estabilidade de uma função de distribuição de benefícios e de privilégios — afinal, aquilo que constituira uma das características básicas do salazarismo.

O pós-salazarismo, ainda

É um artifício de estilo dizer que a democracia foi instaurada para permitir a continuidade do pós-salazarismo. Mas é uma realidade política, confirmável na análise dos passos de evolução destes dez anos, que a dinâmica democrática veio ocultar essa continuidade, permitindo assim o seu curso mais livre e mais fragmentador. Aceitando a transferência das questões não resolvidas do pós-salazarismo para as relações democráticas, o novo regime aceitou todas as consequências do passado sem ter feito a análise cuidada das suas implicações para o novo espaço de acção política que a democracia oferecia.

Esta ocultação de velhos problemas é injustificável em termos do que deveria ser a capacidade de reflexão crítica e de vigilância dos dirigentes políticos, ou em termos do que deveria ser a função de esclarecimento das questões políticas que deveria ser realizada pelos partidos. A única explicação razoável para este facto será a de o considerar de tal modo imprevisto para os dirigentes políticos que se terá transformado em algo de impensável e, por isso, invisível. Esta ocultação não é um artifício de vontades autoritárias inconfessadas, mas uma simples incapacidade de avaliação das questões políticas reais.

Ao mesmo tempo, nada nesta evolução do pós-salazarismo é ocasional. Não se trata sequer de referir o que é mais óbvio — a continuidade das personalidades políticas ou as suas referências elogiosas às suas concepções políticas que foram geradas em fases anteriores à democracia — mas sim de verificar a repetição de estratégias, a reprodução de atitudes e a imposição de modelos abstractos que não têm qualquer adesão às possibilidades concretas da sociedade portuguesa.

Entre a evolução e a revolução, o que existe é a continuidade das questões que o fim do salazarismo deixou por resolver e, por isso mesmo, o que existe é também a continuidde de uma mesma impossibilidade para encontrar uma resposta política eficaz e efectiva para essas questões.

A tendência para a concentração de poderes a que finalmente conduz a evolução das fases democráticas é a melhor — e mais irónica — confirmação que se pode querer para a hipótese de existência do pós-salazarismo como caracterização de um período político longo. É uma longa transição, que se inicia com a impossibilidade de reprodução de um regime político inviável logo que desaparece a personalidade que realizava as funções de concentração de poderes e de distribuição de benefícios, de privilégios e de protecções. Quinze anos depois, a transição ainda não está terminada. Encontra-se agora uma fase caracterizada pela existência de um regime político que se poderia reproduzir indefinidamente, não obstante estar a produzir regularmente tendências de inviabilidade na sociedade — curiosamente, utilizando o mais óbvio dos artifícios salazaristas, a ausência de alternativas.

Não é possível assegurar que tenha havido um progresso político durante estes anos de transição. E se houve algum progresso, ele resultou das consequências imprevistas da decisão política, isto é, do efeito de surpresa que os sucessivos fracassos tiveram nos dirigentes políticos. Em contrapartida, a evolução dos factos e dos seus efeitos de condicionalismo sobre a decisão política, evolução onde nada é ocasional, tem uma função clarificadora das possibilidades políticas reais que se sobrepõe ao interesse dos programas e à qualidade das estratégias dos decisores políticos. Este é o núcleo de questões de análise que realmente importa para esclarecer o que é o pós-salazarismo e para determinar se este é, ou não, um conceito necessário para analisar a evolução política do regime democrático em Portugal.

IV. A continuidade do pós-salazarismo

A continuidade em política

Nenhum regime político pode acumular insucessos indefinidamente. Conduzindo à inviabilidade da sociedade, esse regime político não poderá manter o fluxo de legitimidade e, de um modo ou de outro, mais cedo ou mais tarde, não resistirá à afirmação de uma outra forma de organizar a acção política.

No entanto, a situação dos regimes políticos perante a sucessão dos seus fracassos é diferente conforme a sociedade se encontra numa fase de progresso ou numa fase de regressão. No primeiro caso, a formação de alternativas é rápida e, consequentemente, o tempo de insucesso político é curto. As forças políticas e os grupos sociais reagem logo que as condições de manutenção das anteriores taxas de crescimento deixam de se verificar. E como o período anterior foi gerador de tendências de progresso na sociedade e na economia, há meios humanos e materiais para preparar essa reacção, dando-lhe um efectivo conteúdo político. No segundo caso, numa época de decadência, a evolução política é mais complexa. A generalização dos processos de decadência pode impedir a formação de alternativas ou, pela demora na sua concretização, pode torná-las inúteis porque acabam por lhes faltar as condições mínimas de acção eficaz. Uma época de decadência produz uma circularidade política: o

alguns elementos do MFA terem aceitado acompanhar o Alto Comissário na sua missão a Moçambique, viria a confirmar-se como um inestimável contributo para os resultados alcançados.

Em segundo lugar, foi esclarecida a doutrina de actuação, os objectivos a atingir, os processos a empregar e o comportamento que deveria presidir à nova missão das Forças Armadas.

Em terceiro lugar, aplicaram-se sucessivas alterações de dispositivo, adaptando as unidades no terreno, às missões atribuídas.

Em quarto lugar, intensificou-se uma aproximação de comandos e uma extensa e oportuna acção de esclarecimento e informação interna das tropas, normalmente efectuada pela estrutura do MFA.

Esta política deu efeitos surpreendentes.

A colaboração Forças Portuguesas/Forças da Frelimo, processou-se praticamente sem perturbações, com experiências de convívio nos mesmos quartéis e nas mesmas condições.

As comissões mistas (Comissão militar Mista e as suas delegações regionais) funcionaram quase sempre em perfeita harmonia, solucionando por comum acordo, os conflitos e os problemas que inevitavelmente foram surgindo.

Um primeiro ciclo de aprendizagem de algumas questões técnicas foi de imediato proporcionado a elementos da Frelimo, num verdadeiro espírito de cooperação resultante do Acordo de Lusaka — infraestruturas da Marinha e da Força Aérea e formação de quadros e tropas de polícia.

A redução do dispositivo das Forças Portuguesas, a passagem do testemunho às Forças da Frelimo e o embarque de regresso a Portugal processaram-se igualmente sem incidentes assinaláveis.

A aproximação de pontos de vista, a aceitação e o diálogo eram de tal forma um facto, que o comando português, a pedido da Frelimo elaborou um documento de reestruturação (de Forças de Libertação em Forças Regulares) das futuras Forças Armadas de Moçambique — Exército, Marinha e Força Aérea. A parte portuguesa dispunha-se mesmo a participar, pelo tempo que fosse necessário, nessa reestruturação, que a parte moçambicana sabia fundamental para a sua sobrevivência como país independente.

Infelizmente, questões de vária ordem vieram a impedir essa cooperação, que teria sido, a todos os títulos de importância excepcional.

Repare-se contudo, que alguma coisa foi aplicada, como corolário deste espírito cooperante — a Polícia Portuguesa permaneceu em Moçambique durante seis meses para além da independência, facto que normalmente é desconhecido. E durante esse período não houve significativas perturbações sociais ou políticas.

Em suma, a transformação das Forças Armadas Portuguesas de instrumento de guerra em instrumento de paz e cooperação, constituiu o suporte de uma política de transição eficaz e a garantia de uma transferência de poderes, desenvolvida nos exactos termos acordados em Lusaka.

Moçambique. Os acontecimentos de 7 de Setembro e 21 de Outubro de 1974*

Carlos Camilo

No âmbito do processo global de descolonização iniciado em cumprimento do objectivo fixado pelo Movimento das Forças Armadas, no programa que apresentou à Nação após a acção militar na madrugada de 25 de Abril de 1974, no que respeita a Moçambique e particularmente à componente violenta daquele processo, dois fenómenos se consideram de referir quer pela relevância dos actos em si, quer pelos reflexos extremamente importantes que tiveram na condução do processo da descolonização moçambicano, nomeadamente no período de transição.

Esses fenómenos foram, no nosso ponto de vista, os acontecimentos de 7 de Setembro e de 21 de outubro de 1974.

Abordar no entanto estes acontecimentos, mesmo numa perspectiva meramente factual ou de tentativa de contributo na clarificação das razões que conduziram à utilização de processos violentos como meio de coação, que visavam condicionar ou mesmo alterar a política de descolonização encetada, não parece útil nem coerente, sem que se procure fazer um curto e necessariamente superficial enquadramento da situação política, social, psicológica e militar, que se vivia em Moçambique até à assinatura do Acordo de Lusaka.

O 25 de Abril, fenómeno político-militar de muito curta duração, de gestação activa também curta e muito particular no que concerne à filosofia política, social e económica que transportava, trouxe em si, um profundo, extenso e complicado processo, que apanha prática se não totalmente desprevenidas as consciências políticas internas, adormecidas e condescendentes com excepção daquela que desde há muito organizada, se batia com armas na mão, liderando a luta de libertação.

Algumas referências poderemos ainda encontrar, em abono de uma certa veracidade histórica, de movimentações independentistas à maneira rodesiana com algum incremento entre 1971 e 1973.

No campo social, para além das áreas afectadas directamente pelo conflito ou sofrendo mais imediatamente os seus reflexos, o estatuto de relacionamento entre populações branca e negra, não sofreu alterações significativas ao longo da guerra mantendo-se bem viva à influência das experiências sul-africanas por um lado e rodesisana por outro.

O ambiente psicológico degradado por longos anos de combate, onde o afastamento entre a população branca e as tropas continentais cavou fossos intransponíveis, caracterizava-se por um misto de fatalismo e incerteza.

O aparelho militar igualmente desgastado, mantinha um dispositivo de quadrícula procurando garantir a segurança de áreas populacionais importantes, zonas de interesse militar, locais e regiões indispensáveis à vida económica do território, utilizando núcleos de forças especiais para acções de intervenção.

O dispositivo militar estava assim, naturalmente montado para fazer face às ameaças então existentes, com balanceamento de forças e centros de decisão militar, acentuados a Norte do R. Save.

---

* Comunicação não apresentada oralmente por dificuldades de tempo. Foram-lhe feitas referências na exposição do Almirante Vítor Crespo.

Refere-se aqui este aspecto por se considerar importante como um dos factores que condicionou a possível contenção no plano militar, dos acontecimentos do 7 de Setembro.

A correlação de forças políticas em Portugal até Setembro, os projectos diversificados sobre o futuro das colónias portuguesas, a incorrecta análise da situação, os «slogans» hábil e profusamente explorados para pôr fim à guerra, *minando os instrumentos de força suporte de qualquer tipo de política de negociação a levar a cabo com aquela finalidade*, o espectro do referendo, em suma, neste circunstancialismo a DEMOCRACIA jogada em modelos europeus com solução para os problemas portugueses em África, terão sido o berço donde saíram e de que se aproveitaram os cerca de 45 grupos, organizações ou partidos que surgiram após o 25 de Abril em Moçambique, em que destacamos quer de raiz africana negra (GUMO, UNIPAMO, COREMO, etc.) quer de raiz africana branca (FEDERALISTAS, CONVERGÊNCIA DEMOCRÁTICA, FICO, etc.) para tentarem ocupar a mesa do poder.

Por outro lado, a falta de esclarecimento das massas populares, o desmedido «FRELINISMO» dos órgãos de comunicação social — utilizando sistematicamente a táctica da destruição de «valores coloniais» de uma forma primária exarcebando rancores e influenciando portuguesismos doentios — a crise crescente da autoridade e a inadequada utilização dos meios com capacidade de dissuasão no espaço e no tempo, vieram criar o clima geral propício à exploração emocional que ocorreu logo após o referido acordo.

Por se considerar igualmente relevante e no âmbito do enquadramento anteriormente apresentado, refere-se ainda pela instabilidade que criou na área civil e militar, pelo vazio de poder que reflectiu e pela irresponsabilidade política que demonstrou a atitude abrupta de demissão irreversível, do então Governador Geral Dr. Soares de Melo, numa altura em que seria fundamental, num teatro de operações como era Moçambique, a manutenção de uma estrutura política com capacidade de decisão perante os graves problemas que se avizinhavam. Qualquer solução de interinidade estava à partida, por desajustada às necessidades prementes que se colocavam, condenada à ineficácia e ao fracasso.

Aproveitando a instabilidade emocional das populações menos esclarecidas, utilizando incidentes localizados de agitação social, explorando sentimentalismos, alguns grupos políticos apoiados indirectamente pelos interesses dos grupos económicos ligados a Moçambique, arrastando, por processos de manipulação psicológica de tipo patrioteiro, uma grande maioria da população branca emotivamente mobilizada para a criação de um movimento separatista branco, como resposta à assinatura dos Acordos de Lusaka que consagravam um módulo da descolonização que punha em causa o «status» adquirido, lançam-se na aventura da ocupação do Rádio Clube de Moçambique, utilizando a força e jogando com a hipótese da hipoteca de parte das Forças Armadas, Forças Para-Militares e Forças de Segurança ou pelo menos com a sua indecisão e ainda com a falta da implantação e controlo político-militar por parte da Frente de Libertação de Moçambique. Este Movimento (MML) concentrou principalmente os seus esforços em Lourenço Marques e na Beira, e pode actuar sem grandes dificuldades, dada a crise de autoridade existente, a ausência de um dispositivo militar adequado às então condições das relações de força em presença e à inexplicável indecisão dos altos comandos militares em exercício.

Sonegando informações importantes, procurando constantemente aliciar elementos das tropas portuguesas, utilizando mulheres e crianças como escudo físico dos locais que ocupava, conseguiu manter-se em actividade 4 a 5 dias praticamente até ao dia seguinte ao da chegada a Lourenço Marques do Alto Comissário e à consequente remodelação do dispositivo militar.

Este Movimento, inicialmente liderado por figuras políticas locais, evocando algumas vezes como seu coordenador no exterior o eng.º Jorge Jardim, viveu os seus últimos dois dias sem o mínimo comandamento político, pois os seus inspiradores tinham desarmado dado o significado que a ractificação dos Acordos de Lusaka pelo Presidente da República, necessariamente envolvia.

Assim, condenada ao fracasso desde início, esta atitude traz, no entanto, funestas consequências.

Aquele período, salda-se por um número considerável de mortos (7 brancos e 300 negros) e por um elevado número de feridos.

Até finais de Setembro, assistiu-se a uma onda de reacção negra, de depradações, de violência, de agudização e manifestações de ódios rácicos, de pilhagem, de assaltos às propriedades daqueles que mais directamente exploravam o africano — com especial incidência nas cantinas — actuações estas que se estenderam das áreas urbanas para as rurais.

Esta situação, além das mortes e destruições que causou atingindo valores grosseiramente estimados na altura na ordem dos 3 milhões de contos, provoca a fuga de numerosas famílias para a RAS e Rodésia e o afluxo aos centros urbanos dos desalojados das áreas suburbanas e rurais.

Houve pois que actuar por forma a dominar este clima de agitação e confrontação directa pelo que considerando a necessidade urgente da pacificação se actuou preferencialmente nas áreas da informação, da autoridade e da estrutura militar.

A substituição de Comandos Militares, a movimetnação de tropas do Norte para Sul, a reformulação do INIMIGO e o estudo das suas possibilidades de actuação, bem como um conjunto de medidas sobre os órgãos de comunicação social e a tomada de posse do Governo de Transição deram uma tónica de determinação que suscitou a transformação rápida do movimento violento de constestação e retaliação numa onde de curiosa mas vigilante expectativa.

Os resultados das medidas tomadas, como era natural, não foram imediatos. O boato dirigido era a arma preponderante na procura da manutenção da instabilidade. Neste deslizar da luta contra o tempo no aperfeiçoamento dos mecanismos de actuação na necessidade de conjugar o emprego de forças mistas (NT-Frelimo), na fraca qualidade e quantidade dos quadros da Frente de Libertação e na dificuldade de adaptação da generalidade das suas forças a situações sociais complexas, surgem os acontecimentos de 21 de Outubro que, embora de curta duração e em áreas limitadas de Lourenço Marques, tomam características de profundo ódio rácico.

Os incidentes reflectem-se mais sobre as pessoas do que sobre as propriedades, havendo proporcionalmente à duração dos acontecimentos do 7 de Setembro um mais elevado número de mortos brancos, cerca de 50.

Ao contrário dos acontecimentos do 7 de Setembro, não houve envolvimento nestes incidentes das massas populacionais africanas em si, mas sim de grupos marginais, «MABANDIDOS» mulheres e jovens.

A curta duração, deveu-se a actuação das forças mistas, ao não envolvimento das populações e ao relativo controlo já então verificado pela actuação dos embriões dinamizadores dos bairros suburbanos.

Da actuação das forças da ordem, nos incidentes atrás referidos, transparecia já uma relativa eficiência que acabou por ser testada 3 dias após, quando um boato originário da zona comercial (baixa da cidade de Lourenço Marques) e cais alastra rapidamente provocando o pânico nas populações branca e negra.

Verifica-se um impressionante, rápido e total abandono dos locais de trabalho, refugiando-se pessoas nas suas casas, ao mesmo tempo que os subúrbios entravam em efervescência.

Foi aqui que a «máquina militar» montada actuou com oportunidade evitando uma situação que no mínimo se avizinhava idêntica às anteriores.

Alguns aspectos da situação económica em Moçambique durante os anos 1974-1975 *

Manuel Brandão Alves

A evolução da situação económica em Moçambique durante este período é uma resultante de um complexo jogo de forças internas e externas, de que destacaremos a conjugação duma economia estruturada em moldes tipicamente coloniais com o êxodo duma percentagem apreciável da sua mão-de-obra qualificada.

10.1 — Preliminares

O período de 1974-1975 constitui inegavelmente um período de perturbação significativa na evolução da economia colonial. Quando uma qualquer economia é submetida a perturbações importantes torna-se difícil, e provavelmente destituído de sentido, realizar análises económicas de conjuntura, pelo menos nos termos e com os instrumentos habitualmente utilizados para o efeito. Qualquer que tenha sido a originalidade da descolonização portuguesa em Moçambique, ela não deixou por isso de ser descolonização, com todas as características que lhe são inerentes de perturbação grave na conjuntura e no desenvolvimento das actividades, não apenas as de cariz colonial, mas igualmente as actividades tradicionais, mais ou menos ligadas à economia colonial.

Com a desestruturação da economia colonial criam-se condições para a abertura dos fundamentos de uma nova economia, que não podia negar o passado, mas teria de procurar novas vias para o seu futuro. As desestruturações são movimentos que se processam com grande rapidez e que destroem todas as bases de uma análise de conjuntura convenientemente quantificada. Os indicadores de conjuntura deixam de estar disponíveis e mesmo quando o estão, não se lhes pode atribuir o mesmo significado que em período de evolução normal da conjuntura.

Para o período 1974-1975 os indicadores estatísticos disponíveis para Moçambique, são precisamente os mesmos que os referidos a períodos anteriores. Possuem por isso as características que acima referimos. Procuraremos, na análise que a seguir se desenvolverá, caracterizar a situação económica, mais do que fazer uma análise de conjuntura em termos tradicionais. Não se estranhará por isso que possam surgir apreciações mais de carácter qualitativo que de carácter quantitativo. Veremos que durante o período em análise as perturbações de conjuntura não podem ser consideradas extraordinariamente graves quando apreciadas através dos indicadores habituais. Não podem, no entanto, deixar de serem tidos em conta outros sinais que são reveladores de transformações estruturais, que inevitavelmente teriam de se verificar.

Começaremos por apresentar um quadro de análise que procuraremos interpretar e pôr em movimento nas secções seguintes.

10.2 — Um quadro de análise

Não é pelo facto de uma qualquer disposição legal ter obrigado a que Moçambique deixasse de se chamar colónia para se chamar «província ultramarina» que a sua economia deixou de se estruturar como economia colonial. A economia da «província ultramarina» continuou a desenvolver-se segundo a boa lógica da economia colonial, embora aí se instalassem e nascessem muitos e bons portugueses.

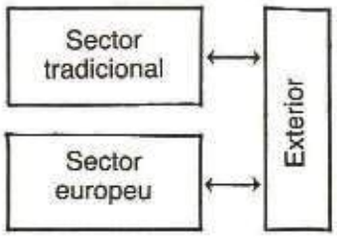
---

* Comunicação não apresentada oralmente por dificuldades de tempo. Foram-lhe feitas referências na exposição do Almirante Vítor Crespo.

Como componentes importantes da economia Moçambicana consideraremos o sector tradicional, o sector europeu e o exterior. Entre eles verificam-se relações de dependência e interdependência de grau mais ou menos intenso. Qualquer perturbação num deles tem necessariamente repercussões sobre os outros, que podem ser de maior ou menor importância, segundo o tipo de variáveis em que essas perturbações incide.

Em termos gráficos as relações entre os vários subsistemas podem ser representadas através da Figura seguinte:

FIGURA 1



Veremos com algum detalhe o conteúdo destas relações. Antes disso vejamos alguns exemplos.

O sector tradicional relaciona-se com o exterior através das migrações de mão-de-obra, essencialmente para as minas da África do Sul. O sector tradicional, fornece ao sector europeu mão-de-obra e matérias-primas e, recebe produtos acabados e remunerações. O sector europeu relaciona-se, por sua vez, com o exterior através de exportações de bens predominantemente agrícolas, de importações de matérias-primas, de produtos acabados e transferências de rendimentos de factores de origem europeia ou africana.

Comecemos por especificar com um pouco mais de detalhe o conteúdo de cada um dos sectores. Consideramos que os dois principais critérios de distinção entre o sector tradicional e o sector europeu são a tecnologia empregue e as necessidades de mão-de-obra que exige. O sector tradicional utiliza, técnicas de produção autoctones e rudimentares e, mão-de-obra não qualificada e não assalariada. O sector europeu utiliza em geral técnicas importadas, mão-de-obra qualificada de origem europeia e mão-de-obra não qualificada proveniente do sector tradicional.

Habitualmente designa-se por sector moderno o que aqui chamamos por sector europeu. Procuramos evitar essa designação por ela possuir conotações com processos de produção que, já não são avançados nas economias ditas desenvolvidas e também não o são necessariamente nas economias ditas subdesenvolvidas.

É difícil quantificar a importância relativa de cada um dos sectores. Os elementos estatísticos disponíveis referem-se quase exclusivamente ao sector europeu, e os raros elementos referentes ao sector tradicional, são-no de produções que de algum modo encontram mercado ou escoamento através do sector europeu.

Em cada um dos sistemas podem identificar-se dois subsistemas a que atribuiremos a mesma designação, mas que possuem tipos de comportamento distintos: as famílias e o subsistema produtivo.

No sector tradicional a integração entre os dois subsistemas é muito mais forte que no sector europeu. Na Figura 2 encontram-se descritas, ainda que simplificadamente as relações entre os dois sectores e destes com o exterior, através das relações entre os seus subsistemas. Por facilidade de representação inclui-se no subsistema produtivo do sector moderno a sua componente de «Administração Pública». Apenas se retiveram os fluxos físicos e não os fluxos monetários ou financeiros que são a sua contrapartida. Igualmente não se fez a representação de outros fluxos monetários ou financeiros que não são contrapartida imediata de bens ou serviços prestados. E o caso do pagamento de impostos ou de factores produtivos que não são por eles imediatamente recebidos: pagamento em ouro feito pela África do Sul em contrapartida da mão-de-obra negra a trabalhar nas minas.

Vejamos o conteúdo de cada um dos fluxos.

1 — Mão-de-obra: emigração para as minas sul-africanas, cuja remuneração era feita parcialmente em ouro, vertido directamente a administração.

2 — Matérias-primas e produtos acabados: matérias-primas para a indústria transformadora (de reduzida importância) e produtos acabados para exportação, embora sujeitos a algum processo de transformação no sector europeu (caju por ex.).

3 — Pessoal doméstico: pessoal de origem africana trabalhando no domicílio de famílias europeias.

4 — Mão-de-obra: não qualificada, de origem africana, que vende a sua força de trabalho no subsistema produtivo do sector europeu.

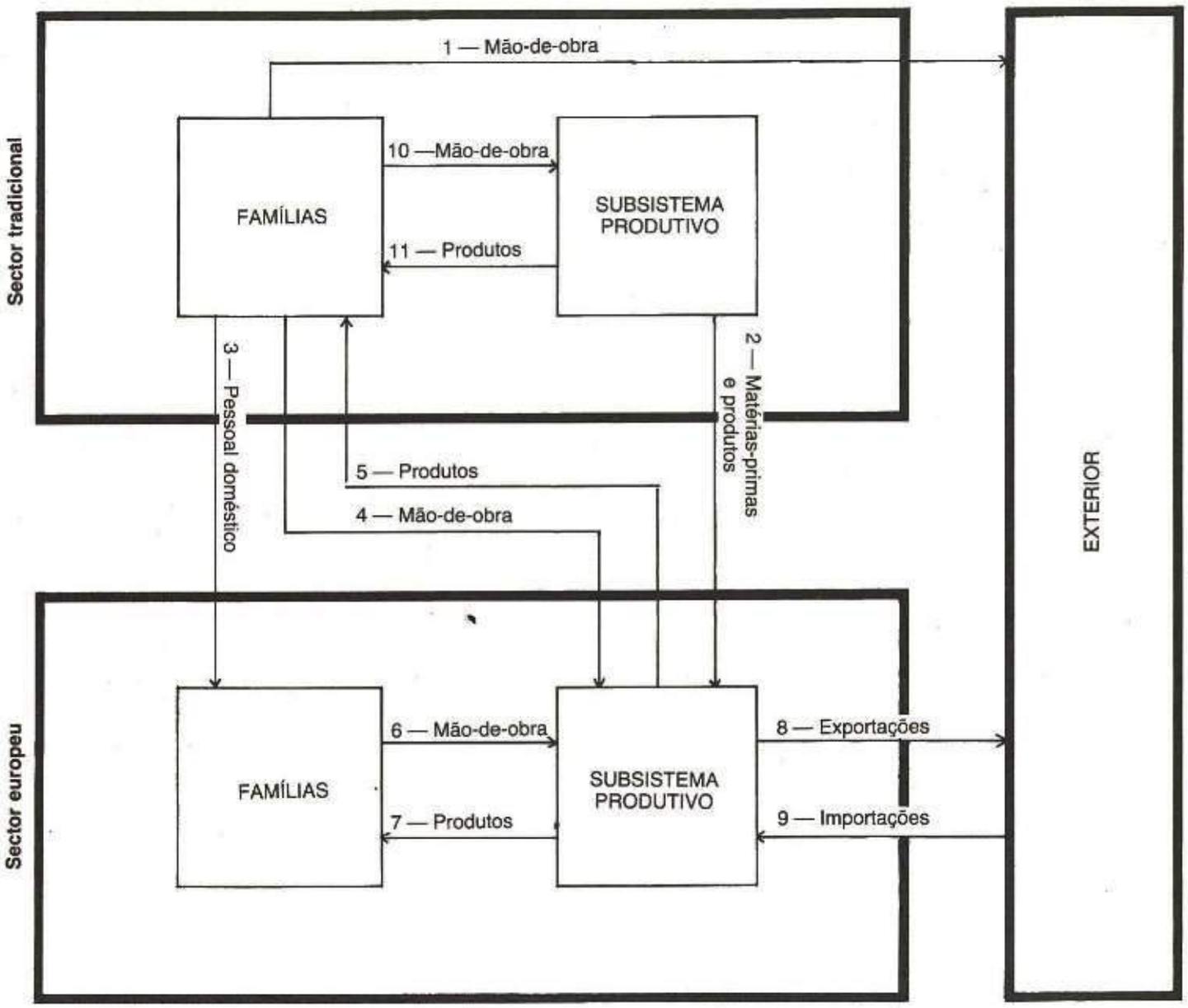
5 — Produtos: bens de consumo corrente, em geral alimentos, vestuário e pequenas alfaias agrícolas.

6 — Mão-de-obra: qualificada, de origem europeia, trabalhando na agricultura e na indústria.

7 — Produtos: bens de consumo corrente e duradoiro.

8 — Matérias-primas e produtos alimentares: exportação de produtos com um grau de transformação reduzido (caju e algodão) ou já significativo (açúcar e oleaginosas).

FIGURA 2


Sector tradicional
1 — Mão-de-obra
FAMÍLIAS
10 —Mão-de-obra
11 — Produtos
SUBSISTEMA PRODUTIVO
3 — Pessoal doméstico
2 — Matérias-primas e produtos
5 — Produtos
4 — Mão-de-obra
EXTERIOR
Sector europeu
FAMÍLIAS
6 — Mão-de-obra
7 — Produtos
SUBSISTEMA PRODUTIVO
8 — Exportações
9 — Importações

9 — Matérias-primas e bens de equipamento: bens indispensáveis ao funcionamento, a curto e médio prazo, do subsistema produtivo (petróleo bruto e bens de equipamento, etc.).

10 — Mão-de-obra: de tipo familiar trabalhando no subsistema produtivo do sector tradicional.

11 — Produtos: resultantes da agricultura de subsistema.

O esquema que acaba de ser apresentado é típico de um sistema colonial, com todas as suas vantagens, inconvenientes e contradições. Embora estivesse necessariamente comprometido a longo prazo, verificou-se ser capaz de alguma viabilidade funcional, a curto e médio prazo, o que apenas veio a ser posto em causa pelo aparecimento de elementos exógenos que comprometeram o funcionamento de alguns dos seus mecanismos de interdependência.

A guerra e a descolonização que se lhe seguiu, foram os elementos exógenos principais que, vieram quebrar algumas dessas interdependências e consequentemente pôr em causa a coerência de todo o sistema colonial. Isto não significa, como se referiu, que as dificuldades de viabilização do sistema colonial devam ser imputadas a descolonização. Pelo contrário, essas dificuldades são o custo da interrupção antecipada do desenvolvimento do sistema. Tais custos são, não se pode esquecê-lo, muito inferiores aos que a sociedade moçambicana deveria suportar, se se deixasse o sistema evoluir «naturalmente» até à sua «queda final».

Os elos de interdependência que mais rapidamente vieram a sofrer as consequências da descolonização foram os identificados com os números 6, 8 e 9. A mão-de-obra de origem europeia, pressentindo incertezas quanto ao seu futuro de integração na sociedade nova que desabrochava, começou a regressar ao território de origem. O clima de pânico criado à volta deste regresso criou condições para que entrasse em crise a laboração do subsistema produtivo do sector europeu. Um grande número de empresas começou a ter perspectivas de funcionamento difícil ao ver aproximar-se a partida dos seus melhores quadros técnicos.

A crise na laboração necessariamente que se iria repercutir sobre o volume e o valor das exportações, agravando assim a já crónica incapacidade do território para o acesso a meios de pagamento externos, primeira condição para que se pudesse realizar a indispensável importação de matérias-primas, bens alimentares e bens de equipamento.

O choque assim recebido pelo subsistema produtivo, amplificou-se ao longo de várias cadeias de interdependência. Só uma vontade política muito forte e uma intensa campanha de mobilização das populações seria capaz de superar a situação criada e fornecer as bases de uma nova economia.

Procuraremos observar com algum pormenor, não necessariamente quantificado, o impacto que, sobre alguns dos indicadores de conjuntura habitualmente utilizados, tiveram os elementos que acabamos de referir. Passaremos assim a analisar aspectos da conjuntura, tais como: produção, emprego, investimento e situação externa.

10.3 — A produção

Não existem indicadores que permitam afirmar, com segurança, a existência de variações da produção importantes durante o período em análise. Os elementos habitualmente disponíveis são-no com elevados períodos de desfasamentos, o que impossibilita o exercício de qualquer acção correctiva em tempo oportuno. Existem contudo alguns sinais sobre o comportamento dos agentes económicos que antecipam, a médio prazo, uma deterioração significativa dos níveis de produção da grande maioria das actividades económicas.

Um diversificado conjunto de factores pode explicar essa deterioração. A sua origem pode encontrar-se quase sempre na partida, mais ou menos precipitada, dos quadros e agentes económicos empresariais de origem europeia. Vamos procurar reunir alguns elementos sobre o comportamento da produção, na agricultura, nas pescas, na indústria e nos serviços.

10.3.1 — *Agricultura*

Quer na agricultura de tipo empresarial, quer na agricultura de tipo familiar começaram a verificar-se sinais de crise potencial desde o Outono de 1974. O consumo de adubos diminiu em cerca de 50%. Os adubos eram utilizados sobretudo nas grandes plantações que, simultaneamente faziam recurso a elevados contingentes de mão-de-obra africana. A redução do consumo de adubos constitui um indício de diminuições de produção, senão em termos quantitativos, pelo menos em termos qualitativos. Quando a diminuição da produção se verifica em termos quantitativos arrasta consigo a criação de desemprego para populações em muitos casos já desenraizadas das suas culturas tradicionais e consequentemente a aparição do espectro da fome e da miséria.

A diminuição da utilização de adubos ficou a dever-se na maioria dos casos, à partida do empresário, já sem a suficiente confiança no futuro, para poder arriscar o investimento em adubos. Outros elementos podem apontar em sentido diverso. Diminuiu substancialmente o crédito ao investimento mas, simultaneamente aumentou o

crédito de campanha. Este facto não contraria a hipótese anterior se os créditos concedidos não tiverem sido efectivamente utilizados para o fim original. Não temos elementos para o poder confirmar ou infirmar.

As culturas tradicionais, tais como o caju, o algodão, o milho ou a mandioca, também estiveram sujeitas a perspectivas importantes de diminuição de produção. Esta diminuição não tem contudo um comportamento homogéneo ao longo de todo o território. Na grande maioria dos casos o comportamento da produção está ligado a factores de incerteza que se fizeram sentir tanto no sector europeu como no sector tradicional. Neste último não bastou muitas vezes a mobilização à volta de motivações de ordem política ou ideológica.

A diminuição da produção repercutiu-se sobre a alimentação das populações e sobre a capacidade de exportação do país. A diminuição das exportações foi particularmente sensível para o caju. Nalguns casos esta diminuição das exportações está mais associada a variações na qualidade dos produtos do que na sua quantidade.

Uma análise produto a produto revelaria comportamentos diversificados, mas quase sempre no sentido da baixa. Um dos produtos onde se pensa terem havido aumentos de produção foi o açúcar mas, ela deve ficar a dever-se sobretudo a expansão recente das áreas de cultivo.

10.3.2 — *Pecuária*

O número de cabeças de gado era sensivelmente idêntico no sector tradicional e no sector europeu embora, como se sabe o seu significado económico não seja o mesmo em ambos os sectores. A pecuária foi um dos ramos de actividade que se revelou mais sensível às perturbações que acompanharam a descolonização. Tanto no sector tradicional como no sector europeu, tornaram-se frequentes os assaltos e destruição de manadas, com o único objectivo de criar pânico e sentimentos de insegurança entre as populações.

Não raras vezes foi alcançado esse objectivo, o que levou os empresários europeus e os criadores tradicionais a venderem o gado ao desbarato de modo perfeitamente indiscriminado. Vendiam-se de igual modo crias e animais em condições de abate. Não faltou o abastecimento de carne às zonas urbanas mas isso teve como contrapartida a destruição das bases de desenvolvimento de uma das actividades com futuro mais promissor em Moçambique.

10.3.3 — *Pesca*

A pesca constitui uma outra actividade com que Moçambique mais pode contar para o seu desenvolvimento futuro. Muitos equipamentos estiveram, contudo sujeitos a operações de sabotagem e destruição, nomeadamente nos portos onde esses equipamentos eram mais evoluídos. Foi o caso dos acontecimentos então verificados nos portos de Moma e António Enes.

A produção ficou assim e durante algum tempo comprometida. Existiam no entanto perspectivas de recuperação a curto prazo. Trata-se de uma actividade cujo crescimento é praticamente ilimitado, quer em termos de recursos, quer em termos de mercado, interno e externo.

10.4 — Indústria

Como é conhecido, a indústria transformadora constituiu o veículo privilegiado de dependência da economia moçambicana em relação ao exterior: pela tecnologia, pela mão-de-obra, pelas matérias-primas muitas vezes importadas e pela exportação de produtos. Foi também aí que a descolonização mais fez sentir os seus efeitos negativos.

Se recordarmos a Figura 2, e o modo como o subsistema produtivo do sector europeu se encontrava ligado aos outros subsistemas, fácil é concluir que, qualquer perturbação na indústria se repercutiria, a mais ou menos longo prazo sobre o conjunto da economia moçambicana. Essa repercussão poderia ser redutora ou amplificadora. Infelizmente verificou-se que, pelo menos durante o período inicial, os efeitos amplificadores superaram os redutores.

Veio a revelar-se que a indústria tinha na economia moçambicana um peso psicológico superior ao seu peso real. Com todas as reservas que possa merecer uma estimação do seu valor relativo, pensa-se que a indústria pode representar entre 10 a 15% do PIB. Contudo a sua localização fez-se por excelência nos centros urbanos e aí, o seu peso no conjunto das actividades é naturalmente superior. Em termos psicológicos, qualquer perturbação na actividade industrial imediatamente se repercute sobre o conjunto da zona urbana, europeia e africana, e seguidamente por efeito de amplificação para a zona rural.

Regressemos à Figura n.º 2. Quando o fluxo n.º 6 é perturbado, isto é quando a mão-de-obra de origem europeia se sente insegura quanto as espectativas que tem do futuro, suspende a sua participação na actividade produtiva e começa a pensar em regressar ao território de origem. Uma grande parte desta mão-de-obra é constituída por quadros qualificados que, deixando de participar no processo produtivo, inviabiliza a possibilidade de se poder continuar a produzir segundo as quantidades e a qualidade normais.

Num primeiro momento, a diminuição da produção vai tornar incerto o abastecimento do mercado interno (7) e fazer diminuir as exportações. Seguidamente, vai faltar a liquidez necessária para pagar a mão-de-obra africana (4), sobretudo quando acompanhada de aumentos de salários que as empresas não estavam preparadas para suportar, e para a compra de matérias-primas (2 e 9).

O desemprego assim gerado vai restringir o mercado interno, reduzindo a possibilidade de escoamento de produtos. Com a partida dos europeus, diminui igualmente o pessoal doméstico a trabalhar nas zonas urbanas.

A diminuição das exportações provoca, por outro lado, a diminuição dos meios de pagamentos externos, impossibilitando o abastecimento normal do país em matérias-primas e fontes de energia para indústria e em bens de consumo final. Com os mecanismos económicos a funcionar em condições deficientes, os empresários abandonam os seus projectos de investimento. Em muitos casos, mesmo se os projectos não são abandonados, não há capacidade para importar os bens de equipamento que se tornavam necessários.

Nas zonas urbanas e de grandes plantações a grande maioria da população africana tinha adquirido já hábitos de mercado, estando por isso dependente do seu salário para a sua subsistência. A situação de desemprego entretanto criada cortando as populações das suas fontes de rendimento era assim geradora de conflitos e distúrbios potenciais.

A apresentação que acaba de ser feita não pode nem deve ser generalizada ao conjunto das empresas. Ela procura apenas explicitar algumas das razões de instabilidade social e política que se viveu em Moçambique durante o período do Governo de Transição e que impossibilitou que a conjuntura e os mecanismos económicos funcionassem adequadamente.

É ela que justifica algumas medidas de intervenção directa na gestão de algumas empresas e as variadíssimas medidas e intervenções tomadas pelo Alto Comissário, com vista a desdramatizar o clima de instabilidade que se vivia e de que se fala noutro ponto desta comunicação.

A descrição dos mecanismos económicos que acabamos de fazer acima, mostra mais uma vez a fragilidade dos mecanismos da economia colonial, em particular a sua incapacidade para, progressivamente absorver o sector tradicional e para, criar entre a população africana os quadros técnicos e administrativos capazes de, em igualdade de condições com os quadros europeus, poderem assumir as responsabilidades da condução autónoma dos destinos da economia moçambicana.

Quaisquer que fossem as circunstâncias, a mais ou menos longo prazo seriam sempre os africanos de cor e de coração quem viria a definir o futuro de Moçambique. Contudo, muitos sacrifícios, perdas humanas e tempo inutilmente desperdiçado poderiam ter sido evitados, se a ridícula figura da «integração multirracial» tivesse podido ser destruída mais cedo.

Poderá depois de todo este conjunto de considerandos perguntar-se, onde estão afinal as indústrias moçambicanas. Infelizmente, e apesar da importância que acima lhes demos, elas pouco mais eram do que as indústrias agrícolas, a indústria extractiva, a indústria têxtil, a indústria de madeira, a refinaria de petróleo e os cimentos.

As indústrias agrícolas sofreram o impacto da diminuição da produção agrícola e da desorganização do sistema de transportes que impossibilitou o escoamento normal dos produtos.

As indústrias extractivas foram também extraordinariamente sensíveis à desorganização do sistema de transportes, em particular nos portos e nos caminhos de ferro.

A indústria têxtil, pelo menos numa primeira fase, não sofreu o mesmo impacto negativo que as restantes actividades. Esse comportamento não se estendeu, no entanto às indústrias de vestuário, sabões e óleos.

Na indústria do cimento a redução da actividade verificada ficou a dever-se aos factores genéricos já apontados, mas também à crise da construção civil e à diminuição do consumo de cimento com a finalização das obras de Cabora Bassa. Alguns mercados alternativos foram entretanto encontrados no exterior, mas não foi possível organizar os caminhos de ferro de modo a poder transportar o cimento até aos portos de embarque.

10.5 — Serviços

Neste ponto referir-nos-emos apenas às actividades de construção civil, comércio e transportes, por serem as de maior significado na economia moçambicana. A construção civil pode normalmente ser considerado um termómetro dos mais sensíveis à evolução da conjuntura. A sua importância fazia-se sentir sobretudo nas zonas urbanas. Tendo sido aí que com maior peso se fez sentir a crise, a construção civil foi uma das actividades que em primeiro lugar sentiu os efeitos da diminuição da produção.

Três razões principais para isso contribuíram: a falta de confiança dos empresários, a crise na venda dos edifícios concluídos e a impossibilidade de terminar os edifícios quase concluídos por falta de materiais, na sua maioria importados.

A actividade comercial também diminuiu substancialmente devido a uma multiplicidade de factores de que convém destacar: a partida dos empresários comerciais, a desorganização do sistema de transportes e a falta de produtos comercializáveis. Todos estes factores se fizeram sentir, com maior ou menor intensidade, tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais.

Os dois primeiros factores foram particularmente responsáveis pela desorganização dos circuitos comerciais,

insucesso do poder gera novos e necessários insucessos, ninguém se aproveitando deles para afirmar uma diferente orientação política.

Em condições normais, a continuidade de um regime político pressupõe eficácia e efectividade na acção política. Contudo, essa normalidade não é mais do que uma convenção alimentada por uma evolução multissecular de progresso continuado — e exactamente porque há esse progresso continuado, desaparece o que não é eficaz e efectivo. Mas existem situações históricas onde um estado crónico de crise política não tem tradução nem no aparecimento de alternativas nem na agitação revolucionária. O estado crónico de crise política pode ser suficiente para anular os factores detonadores da mudança. A continuidade de um regime político pode estar assegurada sem que ele seja um exemplo de eficácia e de efectividade.

As rupturas de regime não são processos automáticos desencadeados pela verificação da falta de eficácia e de efectividade. A transferência da legitimidade política só existe quando há um factor de atracção que consiga estabelecer a diferença com o que se tornou habitual. Esse factor de atracção será uma nova forma de poder, mas também terá de ser uma nova forma de responder aos problemas que se tornaram habituais e que se têm reproduzido não obstante as tentativas para os superar.

É neste quadro preciso das condições políticas que se colocam em cada período que tem especial interesse determinar as tendências fortes de uma evolução longa. Essas tendências podem ter responsáveis, mas raramente têm autores. Uma tendência é um imenso conjunto de pequenos actos, de pequenos ajustamentos e adaptações, onde cada agente desconhece o efeito final que vai resultar da convergência de diversas atitudes e decisões separadas. Quando se trata de tendências negativas, de inviabilidade e de decadência, raramente se lhes pode associar uma vontade deliberada: elas são as consequências perversas de actos e de decisões que estavam orientadas para finalidades muito diferentes. Por sua vez, o dirigente político que é detentor do poder confronta-se com estas tendências globais também numa atitude de adaptação, sempre justificada pela necessidade de realismo político e pela conveniência em evitar atitudes radicais. Embora todos estes pequenos ou grandes actos que formam as tendências globais sejam produtos humanos, não há nenhuma garantia de que a sociedade exerça sobre eles algum tipo de controle.

É nesta distância entre os actos singulares e as tendências globais, entre os meios de controle ao alcance do poder político e a eventualidade de a sociedade não conseguir controlar as tendências que se desenvolvem no seu interior, que todos os sistemas políticos, qualquer que seja o regime em que se organizem, encontram os seus limites históricos, os pontos da evolução temporal em que não é mais possível a sua continuidade. Os sistemas políticos são modos de expressão de uma sociedade concreta, com as suas tendências longas próprias. Não poderão ser mais eficazes nem mais efectivos do que essa sociedade permitir que sejam, do que essas tendências permitirem que sejam. A qualidade de um sistema político não é uma questão abstracta, e muito menos uma questão que se possa resolver pela afirmação de uma qualquer convicção. Um sistema político é o modo como uma sociedade resolve a questão política. Não há nenhuma certeza de que seja sempre um modo eficaz e efectivo, e muito menos poderá justificar-se a convicção de que encontrará sempre uma resposta alternativa para as dificuldades que ainda não resolveu. Em contrapartida, é admissível que diferentes formas de organizar o sistema político, diferentes regimes, sejam condicionados pelo mesmo tipo de problemas, de tendências longas, sem que alguma dessas formas mostre ter capacidade para dominar e superar essas tendências.

É este o sentido que se deve atribuir à tese de que os mesmos problemas básicos do pós-salazarismo se transferiram de um regime autoritário para um regime democrático sem que as condições para o seu controle pela sociedade tivessem melhorado em eficácia e efectividade. Não é um juízo qualitativo, é uma observação empírica. Esta continuidade problemática sobrepõe-se às diferenças circunstanciais (que existem, obviamente, mas que não devem servir de obstáculo à percepção do que é continuado), obrigando a sublinhar a hipótese de que se vive um período longo de esgotamento de alternativas de concepção e das próprias formas políticas, amalgamadas na verificação social da sua idêntica inoperacionalidade. Esta é uma das definições possíveis da decadência política.

O efeito prático desta verificação encontra-se na banalização das alternativas que o sistema democrático poderia produzir. A força das tendências anteriores é suficiente para condicionar decisivamente as opções políticas. O conhecimento dessas tendências torna-se mais importante do que a própria vontade política. O poder político torna-se rapidamente irrelevante se for apenas apreciado em termos das suas estruturas formais: quem exerce o poder não consegue torná-lo eficaz e efectivo; conquistar o poder é inútil, porque não há meios para uma acção política consistente. As possibilidades de mudança política são cada vez mais reduzidas, ainda que o espaço para as alternativas, em abstracto, seja cada vez maior.

A tendência para a concentração de poderes

Há uma dimensão estratégica, voluntária, no processo de concentração de poderes políticos que tem estado latente em toda a evolução do regime democrático. Mesmo na fase inicial da sua formação essa possibilidade de concentração de poderes esteve expressa em alguns dos projectos políticos. Nessa época, os partidos apresentam-se como a garantia de que não haveria novas possibilidades de expressão de um poder autoritário, aparecendo como as bases efectivas do pluralismo político. Não tem que surpreender se a verificação de deficiências no funcionamento dos partidos, tanto no seu aspecto de representação dos grupos sociais como na sua função de

do e para o interior. Não se pode esquecer que eram os pequenos comerciantes do interior que asseguravam, na grande maioria dos casos, não apenas a distribuição de alimentos, vestuário e outros bens essenciais, mas também o escoamento dos produtos do subsistema produtivo do sector tradicional.

10.6 — Emprego

Os comentários que faremos sê-lo-ão na perspectiva do desemprego. Não existem estimativas seguras sobre o seu valor. O seu aumento está no entanto estreitamente relacionado com a diminuição da produção que, como vimos, se fez sentir sobretudo nas zonas urbanas e nas grandes plantações.

Nas zonas urbanas o sector de actividade que mais deve ter contribuído para o aumento do desemprego foi sem dúvida a construção civil, que absorvia elevados contingentes de mão-de-obra não qualificada. No entanto, também noutras actividades muitas empresas se viram obrigadas a criar desemprego porque as empresas, ou não podiam funcionar sem os técnicos que entretanto tinham partido ou estavam em vias de o fazer, ou não tinham as matérias-primas indispensáveis à laboração, ou se encontravam em situação de insolvência, sem liquidez para satisfazer os compromissos perante a mão-de-obra, etc.. De qualquer modo, julga-se que em fins do 1.º trimestre, princípios do 2.º trimestre de 1975, o desemprego no subsistema produtivo do sector europeu, poderá ter atingido 50% da mão-de-obra activa.

10.7 — Investimento

Os factores que condicionaram a evolução da produção condicionaram no mesmo sentido a evolução do investimento. A iniciativa do investimento pertencia ou ao empresário europeu ou às entidades públicas, neste caso e quase sempre para a realização de investimentos de infraestruturas ou outros investimentos de apoio. Tanto um como outro sofreram duros golpes durante este período.

Durante os anos 1974/1975 não apareceram projectos significativos de novos empreendimentos, e os que já estavam projectados ou em curso de execução, foram de algum modo suspensos ou adiados, na expectativa de melhores oportunidades. No sentido de criar um clima de maior optimismo face ao futuro, o Governo de Transição procurou, através de intervenções de carácter marcadamente político, incutir alguma esperança junto dos empresários. Nem sempre estas intervenções tiveram o sucesso que as autoridades esperavam, uma vez que face às novas circunstâncias era difícil tornar compatíveis as expectativas dos empresários com as possibilidades reais de actuação do Governo, no domínio da política económica.

10.8 — Relações com o exterior

São conhecidas as tradicionais dificuldades em meios de pagamentos externos das duas colónias, Angola e Moçambique. Para isso contribuiram entre outros factores os seguintes:

1 — O principal parceiro económico era a «Metrópole».
2 — A inexistência de uma moeda única para o conjunto do espaço português e colonial.
3 — A assunção pela «Metrópole» do controle do conjunto dos meios de pagamento com o exterior.

As relações de tipo colonial em termos, de transacções de bens e serviços, de transferências de rendimentos de factores e de transacções de capital conduziram, como outra coisa se não poderia esperar, ao endividamento progressivo das economias das colónias em relação à economia da «Metrópole». Esse endividamento está na origem do aparecimento do conhecido fenómeno dos «atrasados». Tratava-se de compromissos assumidos pelas colónias perante o exterior («Metrópole») que elas não estavam em condições de poder satisfazer. Facilitar a satisfação dos atrasados constituia assim, para a «Metrópole», um meio eficaz para a subordinação da economia das colónias aos interesses do país colonizador.

As dificuldades assim criadas às colónias foram-se agravando progressivamente ao ponto de, no período do Governo de Transição, se poder falar não de «atrasados», mas antes de «adiantados», na medida em que qualquer transacção com o exterior, em lugar de seguir a via normal das aberturas de crédito, exigir a colocação das disponibilidades cambiais no exterior, a ordem do fornecedor, antes da partida das mercadorias. As garantias bancárias deixaram de ter qualquer significado e aceitação junto dos mercados externos.

Numa conjuntura subordinada a orçamentos cambiais extraordinariamente restritivos e a dificuldades internas da mais diversa natureza, como as que acima descrevemos, compreende-se que não fosse fácil superar as dificuldades externas que a economia moçambicana defrontava.

As exportações tenderam a diminuir, como acima se salientou, embora em valor se pudesse notar uma pequena melhoria que se ficou a dever a aumentos de preços. Em contrapartida, os preços das importações

aumentaram em muito maior proporção, em particular, os preços do petróleo e dos cereais. Estes dois produtos, indispensáveis para a simples sobrevivência da economia representavam, só por si, mais de 30% das verbas cambiais orçamentadas.

Compreende-se assim que, após a importação destes produtos, fossem escassas as disponibilidades em meios de pagamento externos para a importação de outras matérias-primas, de produtos acabados de consumo e de bens de equipamento, indispensáveis ao funcionamento e ao desenvolvimento da economia moçambicana.

A impossibilidade de mobilização dos «atrasados», em particular dos correspondentes a pensões de reforma, as restrições para a aquisição de algumas divisas a pretexto de viagens, foram fenómenos que vieram deteriorar consideravelmente o clima psicológico entre a população e os quadros de origem europeia.

A colaboração desta franja da população era indispensável, para uma transição sem sobressaltos, de uma economia colonial para uma economia post-colonial. Apesar da tomada de consciência para estes factos em Moçambique, não foi possível mobilizar no Continente as verbas indispensáveis para a satisfação dos compromissos referidos. De algum modo, a filosofia anterior ao 25 de Abril, no modo de encarar esta problemática, continuava prevalecente. Os resultados são conhecidos:

— O desmoronamento do muito do que na economia colonial poderia ainda ser aproveitado para começar a construir as bases de uma nova economia.

— A necessidade de fazer face, hoje e no futuro, a maiores custos, a pretexto de despesas de cooperação que, em muitos casos, cobrem serviços idênticos, e eventualmente com os mesmos personagens que os do momento da descolonização e que então se não quis assumir.

Lisboa, 30 de Abril de 1984.

O processo de descolonização de Angola do «25 Abril» ao «Alvor»

Pedro Pezarat Correia

1. A descolonização portuguesa. Um fenómeno de repercussão internacional

Dez anos passados sobre o «25 Abril», consumada a descolonização portuguesa em África, inseridos no concerto das Nações os países que foram colónias portuguesas, começa a ser tempo para se volver um olhar analítico sobre este passado recente e, serenamente, reflectir sobre ele.

É hoje evidente o contributo — não exclusivo mas sem dúvida decisivo — da «Descolonização», um dos grandes objectivos do Programa do MFA, para a profunda alteração que nestes últimos 10 anos sofreu o panorama geopolítico da África Austral, alteração que atraiu as atenções do mundo nos últimos meses pela ocorrência, aí, de factos até então inimagináveis.

Mas há que deixar bem claro, sem espaço para a mínima ambiguidade, que estes factos — refiro-me obviamente às conversações e acordos Angola/RAS e Moçambique/RAS — só foram possíveis num quadro de relações internacionais entre países soberanos, pelo que este problema nem sequer se colocaria se não tivesse havido a descolonização. Considero importante pôr em evidência esta verdade de «La Palisse», porquanto ainda recentemente um destacado governante do fascismo ousou afirmar que o governo português de então aguardava melhor oportunidade para evoluir no sentido da descolonização, fundamentando a sua argumentação exactamente no actual clima de abertura na África Austral, como prova de que essa oportunidade haveria de surgir. Para além da surpresa por esta constatação tardia de que afinal o «Estado plurirracial, pluricontinental, uno e indivisível» também admitia a descolonização, choca o raciocínio ardiloso, procurando colher em factos decorrentes da descolonização, argumentos para justificar um comportamento que negava a própria descolonização e que por isso mesmo nunca poderia conduzir ao surgimento desses factos.

O autor daquela afirmação esqueceu que a Geopolítica marcha a par e ligada com a História e que o novo quadro geopolítico da África Austral, assente em novas Regiões Políticas e novas relações entre Estados, é em parte consequência da rotura histórica provocada pelo «25 Abril» e que só a partir desta e do papel que nela tiveram os seus agentes, esse quadro se pôde desenvolver.

Uma das Regiões Políticas hoje individualizáveis na África Austral — o critério não é exclusivo — é a formada pelo «países da Linha da Frente», na qual se insere a República Popular de Angola (RPA).

O processo que culminou no reconhecimento internacional da RPA tem início com a colonização portuguesa, prolonga-se com a luta dos angolanos pela independência, agudiza-se a partir de 1961 com a guerra colonial e remata-se com a descolonização entre o «25 Abril» e o 11 de Novembro de 1975, data da proclamação da independência.

Proponho-me, aqui, analizar o que foi este processo, no período entre o «25 Abril e o «Acordo de Alvor», em 15 de Janeiro de 1975.

2. Angola. A «Jóia da Coroa» do colonialismo português

O problema de Angola, se bem que inserido no contexto global do colonialismo e da descolonização portuguesa, reveste-se de algumas especificidades. É um lugar-comum, mas é uma realidade.

O regime português proclamava a inalienabilidade de todas as parcelas do império, mas a intenção última foi sempre preservar Angola, ainda que tivesse de perder, pela força, as outras colónias.

Pela força tinha já perdido, em 1961, o Estado da Índia.

Pela força estava em 1972 pronto a perder a Guiné, àcerca da qual Marcelo Caetano afirmava a Spínola «...que estava fora de causa qualquer hipótese e acordo político negociado e que se encontrava preparado para aceitar, se necessário, uma derrota militar» (1). Esta sua afirmação não resultava dum irredutível apego à Guiné, mas sim do receio por estar «...abrindo um precedente quanto ao resto do ultramar português, a cuja força não se poderia fugir. Se Portugal tivesse apenas para se resolver o problema da Guiné, o método talvez fosse utilizável... Não se poderia esquecer que tínhamos Angola e tínhamos Moçambique...» (2).

Uma vez perdida a Guiné militarmente, a mesma lógica haveria de se impor face à eventual iminência da perda de Moçambique, para se orientar todo o esforço para a manutenção de Angola. Recorde-se que, no aspecto militar, na opinião de Marcelo Caetano, em comparação à Guiné e Angola «Quanto a Moçambique é que as coisas corriam pior» (3). E é certamente nessa linha de pensamento e admitindo já, também ali, a derrota, que pergunta a Jorge Jardim «...se já pensou no que fará se houver um colapso militar em Moçambique?)... será bom que pense» (4).

Não será de resto ousado admitir que uma tal sequência, a verificar-se, teria levado a um maior empenho dos EUA no apoio a Portugal em Angola, se entretanto as outras colónias, tornadas independentes, não alinhassem internacionalmente com os interesses dos EUA.

A consideração de Angola como «um caso especial», veio a ser exactamente a preocupação dominante da política de descolonização ensaiada por Spínola que, cedendo sem esforço (se bem que a contra-gosto) à inevitabilidade dos processos de descolonização com vista à independência total de todas as outras colónias, procurou impedir que isso sucedesse com Angola. Foi o próprio quem afirmou que «...era necessário salvar Angola» no sentido «...da formação dum Estado, como o Brasil, no Continente Africano» (5).

É evidente que o artifício semântico de «um Estado como o Brasil em África», apenas se destinava a camuflar a intenção de uma independência «tipo Rodésia», proclamada pela minoria branca, em íntima ligação com a metrópole colonial, cujos interesses económicos ficariam assim assegurados.

Toda a política dos últimos anos do regime colonial português se encaminhara já no sentido de previligiar, em último recurso, a manutenção de Angola no espaço português. Era disso claro indício o incremento dos investimentos financeiros e dos empreendimentos económicos umbilicalmente ligados aos grandes grupos empresariais portugueses. E nesse sentido ia também o fomento da acelerada emigração portuguesa, no cego objectivo da fixação branca, que criminosamente utilizou os emigrantes numa política sem futuro, da qual estes viriam a ser as grandes vítimas. Em Angola se procurava, com maior sucesso, implementar a teoria de Kaulza de Arriaga de que «...só seremos capazes de manter um domínio branco em Angola e Moçambique, que é um objectivo nacional, se o povoamento branco for em ritmo que acompanhe e ultrapasse ligeiramente, pelo menos, a produção de negros evoluídos...» (6).

Essa mão-de-obra não qualificada, ia concorrer no mercado de trabalho angolano com a mão-de-obra local, impondo-se apenas pelo argumento da cor da pele, constituindo não só um bloqueio à promoção social dos naturais africanos, como o instrumento da criação de um estatuto social de fundamento racista, que iria contribuir para o lançamento de tal «Brasil africano». Isto não era mais do que o reconhecimento implícito daquilo que o regime de então se empenhava em negar, a natureza colonial das nossas relações com os territórios africanos, pois que «A colonização dos séc. XIX e XX... foi de facto a sujeição dos povos aisáticos, africanos e americanos, aos povos de raça branca» (7).

Era uma política à partida fracassada. A luta de libertação tinha sido desencadeada pelos movimentos nacionalistas africanos, empurrados para a luta armada pela intransigência do regime colonial português e aquelas massas de colonos brancos, agentes inconscientes da exploração colonial, não puderam — nem nunca poderiam — ser absorvidas pela sociedade do novo país independente. E tiveram de regressar às origens, sentindo-se vítimas dum processo, que no fundo nem sequer entendiam. E foram vítimas, de facto, explorados, logrados e manipulados por um poder, que os utilizou como agentes de um política já então sem futuro, porque já condenada pelo processo histórico.

3. A descolonização. Um problema político que não deve ser equacionado em termos militares

A singularidade do problema de Angola no processo de descolonização tem, certamente, muito que ver com a situação militar interna, que era substancialmente diferente da das outras colónias. Facto que, superficial ou

(1) António de Spínola, «País sem rumo»
(2) Marcelo Caetano, «Depoimento»
(3) Idem, «Idem»
(4) Jorge Jardim, «Moçambique terra queimada»
(5) António de Spínola, «País sem rumo»
(6) Vinício de Sousa, «Racismo opressão dos povos»
(7) Alberto Jaquard, «O elogio da diferença»

tendenciosamente analizado, tem servido de argumento a muitos dos detractores do processo de descolonização. A situação militar atravessava um período de estabilização, aparentemente favorável às tropas portuguesas. Esse enfraquecimento temporário do potencial militar dos Movimentos de Libertação tinha várias origens, das quais se devem destacar as confrontações entre eles, com dificuldades visíveis para aquele que tinha maior implantação política, o MPLA, que via cada vez mais cortados os seus apoios no exterior, dado o cerco que lhe moviam os outros dois, o FNLA no Norte e a UNITA no Leste. Também tinha influência neste enfraquecimento as divisões no seio dos próprios Movimentos, especialmente no MPLA.

Não se sentia portanto em Angola a iminência de uma derrota militar portuguesa, como acontecia na Guiné e, com menos acuidade, em Moçambique.

Mas em Angola não se estava também, longe disso, na iminência da vitória portuguesa. Seja qual for o pensamento sob o qual se equacione a teoria da guerra, há um axioma «clausewitziano» universalmente aceite, segundo o qual «...a guerra é uma luta de vontades... a vitória manifesta-se apenas pela destruição das forças físicas e morais do adversários» (1).

Ora, mesmo em Angola, onde a situação militar era menos desfavorável a Portugal, nunca foi detectável a intenção dos Movimentos de Libertação abandonarem a luta armada. E ao período de baixa actividade militar dos Movimentos seguir-se-ia certamente o seu recrudescimento, até porque o tempo, todos o sabíamos, não jogava a nosso favor.

Carece assim totalmente de base científico/militar e de credibilidade a tese defendida pelos generais portugueses que subscreveram o livro «África a Vitória Traída» (2), que procura sustentar que a guerra estava prestes a ganhar-se e só se perdeu porque os militares não a quiseram ganhar. Ainda que o primeiro pressuposto fosse verdadeiro em termos de força física — e não o era — o reconhecimento de que aos militares portugueses faltou vontade para assegurar a vitória, é a constatação de que a vitória era impossível.

Nenhum chefe militar pode desconhecer estas palavras de Albert Sthile: «A força das armas decide sem dúvida a sorte duma batalha. Mas o ideal dum povo que combate pela sua liberdade, decide a vitória final» (3). Não as desconhecia certamente o general Almeida Viana, que foi comandante-chefe em Angola em 1966-67, a quem é atribuída a constatação de que «...a esmagadora maioria das suas tropas não se identificava com a transcendente importância desta cruzada nacional» (4). Nem o desconheceu Spínola que reconheceu que «...os quadros hierárquicos mais conscientes tinham noção exacta da inviabilidade de uma vitória militar» (5).

Mas para além desta polémica entre a vitória e a derrota militar, o fundamental é que o problema da descolonização era político e a sua legitimidade não pode ser equacionada em termos de correlação militar. Não é por dispor ou não, neste ou naquele momento, de superioridade armada, que a luta é mais ou menos legítima. A sua arma é outra, é a da razão. E da razão dos Movimentos de Libertação na luta pela independência dos seus países, já ninguém ousa, hoje, duvidar. Ao MFA coube o papel histórico de, em nome dos portugueses, o reconhecer. Por isso os oficiais do MFA foram, na frase feliz de Eduardo Lourenço «...os jovens oficiais de um combate recusado, mais por injusto, do que por impossível» (6). Este foi o seu grande mérito.

4. Uma descolonização com 30 anos de atraso e uma guerra a que era imperioso por termo

Três outros aspectos há, que são por vezes esquecidos, que influenciaram decisivamente todo o processo da descolonização portuguesa, por isso também o de Angola, e que devem ser postos em evidência. O primeiro é que a descolonização portuguesa se deu com um atrazo de 30 anos, sob pressão internacional, tendo Portugal, enquanto país descolonizador, perdido a iniciativa e a capacidade para definir as regras do jogo.

O segundo, que decorre do anterior, é que a intransigência do colonialismo português, recusando qualquer solução negociada, empurrou os movimentos independentistas para uma guerra de libertação, cuja impopularidade entre o povo português só o «25 Abril» pôde denunciar. Por isso impunha-se, como condição «sine qua non» da descolonização, a obtenção da paz, o que por sua vez reduzia os dialogantes aos movimentos que tinham travado a guerra. Era totalmente irrealista a posição de Spínola, que quis privilegiar no diálogo agrupamentos surgidos depois do «25 Abril», sem qualquer representatividade nem legitimidade para tratarem do problema da paz, o que arrastaria o prolongamento da guerra, guerra que o «25 Abril» irremediavelmente condenara. Spínola não tinha solução para esta contradição. A guerra, fenómeno violento, marcara de violência os últimos anos da colonização, violência que não poderia deixar de reflectir-se nos primeiros tempos da descolonização. Os actores deste processo haviam-se habituado a acreditar mais na razão das armas, do que nas armas da razão.

O terceiro aspecto a considerar, é que o agente determinante nos processos de descolonização e na escolha das soluções futuras, são sim os colonizados e não os colonizadores, exactamente porque as independências são

(1) Clausewitz, «Da guerra»
(2) S. Silvério Marques, Kaulza de Arriaga, Luiz Cunha e Bettencout Rodrigues, «África a vitória traída»
(3) Albert Sthile, «O padre e o comissário»
(4) Franz Wilhelm Heimer, «O processo de descolonização de Angola 74-76»
(5) António de Spínola, «País sem rumo»
(6) Eduardo Lourenço, «Os militares e o poder»

conquistas e não dávidas. E isto é particularmente verdade quando o colonizado foi forçado a lançar-se numa guerra prolongada, que lhe custou sacrifícios sem conta, a qual, é óbvio, não iria bruscamente cessar para aceitar condições impostas pelo colonizador, numa altura em que este nada tinha a seu favor.

A opção do colonizado era, sem alternativa, a independência total, como logo o reconheceu Almeida Santos, na sua «Carta Aberta aos moçambicanos» de 12 de Maio de 1974, nas vésperas de ser empossado Ministro da Coordenação Interterritorial do 1.° Governo Provisório: «Ou bem que todos sabemos que a autodeterminação dos povos de Angola, Moçambique e Guiné conduz totalmente à independência ou bem que não. Se sim — e eu não vejo seriamente como sustentar a negativa — a montagem de um sistema autodeterminativo afigura-se-me redundante, logo, inútil» (1). A independência seria o primeiro passo a partir do qual os novos países escolheriam os seus modelos políticos, escolha em que, ao país colonizador não caberia qualquer papel, a não ser que estivessemos perante uma tentativa neocolonial. Os povos africanos não têm que se sentir obrigados a aceitar aquilo que constitui uma constante do etnocentrismo político ocidental, que pensa poder exportar, sem cuidar das especifidades de cada lugar, os modelos sócio-políticos da democracia parlamentar. A ilegitimidade desta posição foi compreendida pelos insuspeitos bispos portugueses, que em carta pastoral de Julho de 1974 reconheceram que «Nas sociedades politicamente subdesenvolvidas, a democracia (subentende-se a democracia tipo parlamentar) é utópica» (2).

Sem dúvida que as dificuldades, as violências, os factos consumados da descolonização portuguesa, têm responsáveis que a História não poderá deixar de condenar. Eles são os ideólogos do colonialismo a qualquer preço, os intransigentes adversários das soluções negociadas para o problema colonial.

E se nem tudo se perdeu e os portugueses podem hoje orgulhar-se das relações exemplares que mantém com os povos dos países que foram antigas colónias, isso deve-se ao «25 Abril» que ainda conseguiu introduzir os factores de correcção possíveis, num processo irreversívelmente a caminho do desastre.

5. Os actores e os figurantes na descolonização de Angola

As estruturas mais responsáveis do MFA em Angola, cedo se comprenetraram de que a independência total seria irreversível. Mas um dos problemas mais graves com que desde logo se confrontou foi o da hostilidade entre os três Movimentos de Libertação. Não só tinha de se dispersar num diálogo tripartido, como muitas vezes era a única ponte possível do diálogo entre os vários movimentos.

Estas divisões tiveram ainda o demérito de favorecerem o surgimento de inúmeros movimentos e partidos oportunistas, artificialmente formados depois do «25 Abril», que abusivamente apareciam a reivindicar o direito de participarem no diálogo da descolonização.

Além dos 3 Movimentos de Libertação MPLA, FNLA e UNITA, os movimentos e partidos que já existem, ou se formaram logo a seguir a Abril de 1974, podem agrupar-se em 3 grandes áreas:

— os que já eram, ou derivavam, de movimentos oposicionistas à ditadura colonial, e que se centravam à volta do Movimento Democrático de Angola (MDA) ou eram suas delegações fora de Luanda; apoiavam o MFA e batiam-se pela independência de Angola;

— os que assentavam em grupos tribalistas ou em meras personalidades, na maioria das vezes sem qualquer expressão política e que, quando se formou o Partido Cristão Democrático de Angola (PCDA), duma forma geral, se integraram neste;

— os que se formaram para combater o MFA, interessados numa independência «tipo Rodesiana», ou na «balcanização» de Angola e com esses objectivos organizaram tentativas armadas contra a Junta Governativa e o MFA; encontraram cobertura em Spinola quando, na sequência dos seus encontros com Nixon, nas Lages, e Mobutu, no Sal, pretendeu conduzir pessoalmente a descolonização de Angola, e no governador entretanto nomeado, Silvério Marques, que assim procuravam contrariar o peso determinante dos Movimentos de Libertação.

A nomeação de Silvério Marques provocara a hostilidade dos meios progressistas angolanos e dos Movimentos de Libertação e fora contrária à opinião do MFA, pelo que a confrontação deste com o governandor foi inevitável e agudizou-se a tal ponto que, em plenário do MFA com a presença de delegados de toda Angola, foi decidido, por unanimidade, exigir de Lisboa a sua demissão, a qual veio a dar-se em 22 de Julho e em cuja sequência veio a ser nomeada a Junta Governativa, presidida por Rosa Coutinho. Foi o grande passo em frente no sentido da definição da estratégia da descolonização que viria a culminar com o acordo com os 3 Movimentos de Libertação.

Anteriormente, em 14 de Junho, já tinha sido dado um passo significativo pelo MFA, com o deslocamento de uma delegação sua à área controlada pela UNITA — Movimento com o qual, desde os princípios de Janeiro de

(1) Almeida Santos, «15 meses ao serviço da descolonização»
(2) «A igreja e o mundo»

1974, eram mais intensas as acções de guerra no Leste — de que resultou, nesse mesmo dia, um acordo de cessar-fogo com esse Movimento.

Spínola no seu livro, inverte totalmente as intenções quanto à descolonização, suas e do MFA, chegando mesmo a afirmar que «...o MFA de Angola pretendia eliminar das negociações a FNLA e a UNITA», pelo que decidiu «... enviar a Angola o Ten. Cor. Engrácia Antunes para falar com o Dr. Savimbi, chefe da UNITA, iniciativa que, desde logo abriu caminho a um acordo...» (1) Ora o acordo com a UNITA tinha sido já firmado, como se viu, um mês antes, por uma delegação do MFA. E foi numa situação em que vigorava já esse cessar-fogo, que Savimbi recebeu Engrácia Antunes, que aliás foi acompanhado por mim próprio.

A mais clara definição da estratégia da descolonização com o apoio do governo e do MFA, em Lisboa, provocou, por outro lado, a reacção dos grupos minoritários, que já referenciei, o que se reflectiu no agudizar da instabilidade social, com incidentes nos «muceques» de Luanda, greves e acções pró-separatistas de brancos e em Cabinda. Em Agosto de 1974 deu-se em Lusaka a primeira tentativa séria de entendimento entre os 3 Movimentos de Libertação, com um observador da Junta Governativa, mas que se saldou por um fracasso.

Em 19 de Setembro, num gesto muito significativo, cerca de 500 oficiais dos 3 Ramos das F.A. reunidos em Luanda aprovaram, quase por unanimidade, um documento de apoio à Junta Governativa e ao Comandante-chefe em Angola e no qual se infere a solidariedade à sua política de descolonização que «...não poderá deixar de ter em conta os verdadeiros representantes do povo angolano» e que, por isso, vem a ser fortemente contestado pelos pequenos agrupamentos sem representatividade que se sentem, e bem, excluídos.

Em fins de Setembro Spínola tentou uma última oportunidade para contrariar aquela estratégia, convidando para um encontro em Lisboa representantes daqueles pequenos agrupamentos, a que chamou de «forças vivas angolanas», encontro que seria inconclusivo dada a resignação de Spínola em 30 de Setembro.

Com esta resignação, o projecto da Junta Governativa e do MFA passou a desenvolver-se com muito mais celeridade. Tinham desaparecido os factores geradores de desconfiança nos Movimentos de Libertação.

Em 15 de Outubro foi assinado em Kinshasa o acordo de cessar-fogo com o FNLA, o único que teve lugar fora de Angola.

Em 21 de Outubro, nas planícies do Lunhamege, no leste de Angola, foi assinado o cessar-fogo com o MPLA.

Afinal Spínola resignara e a intenção desde o início definida pelo MFA, de firmar um acordo para a independência com os 3 Movimentos de Libertação, seguia o seu curso. Os factos provam quem queria, e quem não queria, marginalizar do processo os interlocutores que tinham adquirido a inteira legitimidade de nele participarem. Naturalmente que a clarificação deste processo viria também a provocar as últimas tentativas, desesperadas, para o contrariar.

Em 23 de Outubro, descoberta que foi uma tentativa armada da Frente de Resistência Angolana (FRA) contra a Junta Governativa e o MFA — que, segundo escreveu o seu responsável máximo no livro em que divulgou toda esta conspiração (2), contava com o apoio da RAS, Rodésia, França e EUA — foi a mesma desmantelada pela intervenção enérgica do MFA. Por isso alguém afirmou, e bem, que «...o perigo... duma revolta a favor de um modelo (à Rodesiana)... foi evitado por Rosa Coutinho... apoiado num corpo de oficiais... praticamente unânime em rejeitar o «golpe à Rodesiana» (3).

Em Novembro verificaram-se vários incidentes em Cabinda, nos quais teve sempre papel de relevo a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), que se batia pela independência separada do enclave, o que era inaceitável para todos os Movimentos de Libertação e que Portugal não podia apoiar, até porque contrariava frontalmente as disposições da OUA para a independência das colónias africanas.

Foi também durante o mês de Novembro que, estabelecido o cessar-fogo global com as Forças Armadas Portuguesas, os 3 Movimentos de libertação legalizaram a sua implantação no interior de Angola, intensificando a sua acção política, traduzida em grandes movimentos de massas, no agudizar de conflitos entre eles e na radicalização de posições da minoria branca.

Em toda esta situação agitada, difusa, apaixonada mesmo, as Forças Armadas Portuguesas seriam também envolvidas, com reflexos fortemente negativos para o processo de descolonização.

O desgaste progressivo a que elas foram submetidas radicava em duas origens. Uma, de ordem geral, não específica das Forças Armadas de Angola e que tinha a ver com o agravamento da disciplina, que vinha de antes do «25 Abril» e que este se limitou a tornar mais evidente. Spínola reconheceu que «...em 1973 as F.A. se encontravam em fase adiantada de um processo de desagregação...» e que o próprio «...Marcelo Caetano se encontrava muito preocupado com o estado de indisciplina a que tinham chegado as F.A.» (4). Outra, específica de Angola e que decorreu da falta de confiança inicialmente manifestada pelos Movimentos de Libertação nas verdadeiras intenções do novo poder em Portugal, relativamente à descolonização de Angola. Tal levou os Movimentos a recearem que as Forças Armadas Portuguesas pudessem vir a ser o instrumento duma política neocolonial, pelo que trataram de contribuir para o seu enfraquecimento, não só através duma campanha

(1) António de Spínola, «País sem rumo»
(2) Pompílio da Cruz, «Angola, os vivos e os mortos»
(3) Franz Wilhelm Heimer, «O processo de descolonização de Angola 74-76»
(4) António de Spínola, «País sem rumo»

psicológica desagregadora, como cavando divisões entre militares angolanos e portugueses, que vieram mesmo, por vezes, a transformar-se em graves confrontações.

Tornou-se assim imperativo o licenciamento prematuro de todos os militares angolanos, mas não se pôde travar uma generalizada desmotivação dos militares portugueses, com perda da capacidade de intervenção que lhes teria sido indispensável para que tivessem podido desempenhar o papel arbitral fundamental, que lhes cabia, num processo tão complexo, em que era iminente o confronto entre os 3 Movimentos. Estes imediatamente procuraram captar para as suas fileiras os militares africanos e os elementos das várias tropas auxiliares que iam sendo licenciadas pelas Forças Armadas Portuguesas.

A situação mais se agudizou por essa altura, com a detenção, sem margem para dúvidas, da primeira intervenção militar estrangeira em Angola, com a entrada em força, pela fronteira norte, de tropas zairenses, fazendo-se passar por tropas do FNLA.

Foram intensos e generosos, corajosos mesmo, os esforços que as estruturas do MFA desenvolveram para tentar contrariar o desgaste das Forças Armadas, quer por uma persistente acção junto destas, quer pelas tentativas de fazer entender aos Movimentos de Libertação a indispensabilidade dumas Forças Armadas Portuguesas com capacidade operacional. Quando estes o vieram a entender, já depois do 28 de Setembro, era demasiado tarde.

Apesar de tudo, foi possível consumar a estratégia que foi sempre a do MFA.

De 2 a 5 de Janeiro de 1975 os 3 Movimentos encontraram-se em Mombaça e conseguiram encontrar uma plataforma comum para se apresentarem numa reunião plenária com o Governo Português.

Foi o que aconteceu na célebre conferência do Alvor, que terminou em 15 de Janeiro de 1975, com um acordo que estabeleceu a data para a independência em 11 de Novembro desse ano e delineou as normas a vigorar para o período de transição.

Portugal assumiu aqui compromissos que respeitou inteiramente. A análise do que se passou na fase seguinte não pode esquecer esta realidade. Mas essa análise ultrapassa os limites deste trabalho. Outros o farão.

Notas sobre a descolonização de Angola

Rosa Coutinho

Introdução

Ao regressar há poucos dias de uma visita à República Popular de Angola, tive a surpresa de saber que o meu nome tinha sido incluído entre aqueles que deveriam apresentar uma comunicação a este Seminário, naturalmente sobre o tema «Descolonizar»..

Nada tinha preparado, nem havia materialmente tempo para o fazer, mas a minha completa identificação com os objectivos que levaram a Associação 25 de Abril e a Fundação Gulbenkian a promovê-lo e organizá-lo, e a consideração que me merecem os participantes e os amigos e camaradas presentes, levam a que não possa eximir-me a esse dever.

Peço-vos assim desculpa de não apresentar uma comunicação escrita e a vossa indulgência para qualquer lapso ou falta de rigor de apreciação.

No dia 25 de Abril de 1974, ainda com as operações militares em marcha naquilo que poderia ser apenas um bem sucedido «golpe de Estado», manifestou-se abertamente uma esmagadora adesão popular que teve por base, não apenas a reprovação do caduco regime político vigente, mas principalmente a esperança de que, com a sua queda, terminassem finalmente as guerras coloniais.

Significa isso que a maioria do povo português estava cansada, desiludida dessas guerras, por razões variadíssimas, algumas das quais puramente egoístas, mas que, todas somadas constituíam uma maioria tremenda contra a continuação das guerras coloniais.

Esse facto não foi, de certo modo, bem compreendido por quem tomou o poder na altura. E assim até a própria declaração do Movimento das Forças Armadas foi alterada, ainda na noite do 25 de Abril para que não fosse tão explícita em relação ao termo das guerras coloniais, para as quais se preconizavam soluções políticas e não militares.

A descolonização na continuidade

De qualquer forma, o que se verificou logo a seguir ao 25 de Abril foi que não havia realmente — como já aqui foi apontado — uma política de descolonização definida.

Se se pode, ao fim destes anos, dizer que houve uma política de descolonização, deverá confessar-se que ela resultou de muitos e variados factos. Resultou da correlação de forças (lá e cá) e foi sucessivamente adaptada às circunstâncias, pois não houve, de início, um objectivo comum em que todos estivessem integrados.

Dessa forma, a primeira fase daquilo a que podemos chamar descolonização — eu também não gosto do nome, mas é o que existe e quem tiver melhor imaginação que invente outro! — foi aquilo a que podemos chamar a «descolonização na continuidade». Assim, como primeira medida, foram apenas destituídos os Governadores

Gerais e Governadores Locais das chamadas Províncias Ultramarinas e os seus lugares ocupados provisoriamente pelos respectivos Secretários-Gerais.

Seguidamente através duma lenta sondagem política em que se distinguiu o Ministro Dr. Almeida Santos, foram procurados novos Governadores (manteve-se o termo) para as Províncias Ultramarinas, que pudessem dar sequência aquilo que seria a descolonização.

Dessa forma o Dr. Almeida Santos acabou por escolher e recomendar para Moçambique o Dr. Soares de Melo, que foi nomeado Governador. Para Cabo Verde acabou por ser nomeado o Dr. Fonseca — provavelmente o nome já está esquecido — e para Angola o Dr. Almeida Santos teve muitas dúvidas e não recomendou ninguém!

Disse ele quando chegou — e eu ouvi-o — após o contacto com as forças políticas em Angola, que havia alguns 40 governadores potenciais, mas que a nomeação de qualquer deles poria «contra» os apoiantes dos restantes 39!

Na realidade, o processo de descolonização em Angola apresentou-se, logo de início, como muito difícil. Viria a ser o mais longo, viria talvez a ser o mais traumático. De qualquer forma complexo era, logo à partida.

Deve-se entretanto vincar que, tendo o 25 de Abril originado o processo de descolonização, muita gente não percebeu — ou não quis perceber — que o sistema colonialista português era uma espécie de castelo de cartas e que, uma vez tirada uma carta, as outras ruiriam com facilidade e o castelo cairia. Essa falta de percepção, mesmo em meios internacionais, levou a considerar, por exemplo que não haveria problemas na África Austral (e principalmente em Angola) resultantes duma queda em derrota militar na Guiné-Bissau. Não se apercebeu que uma coisa acarretaria as outras e que a desmobilização das tropas provocada por uma revolução aqui em Portugal se propagaria rapidamente.

Essa desmobilização foi aqui apontada no caso da Guiné, mas foi também real em quase todos os outros pontos pois levava a que ninguém quisesse levar o último tiro da guerra em qualquer dos teatros. Isso obrigava a que se fizessem as coisas rapidamente, pois não haveria muito tempo para pensar. Havia que reagir na altura e evitar o pior.

Eu recordo-me que o sr. Marechal Costa Gomes, aqui presente, fez em Maio/Junho (não tenho a certeza) de 74, uma visita a Moçambique para averiguar do estado da situação militar e quando chegou nos relatou esse estado, que deixou a Junta de Salvação Nacional — de que eu fazia parte — um bocado chocada.

O Sr. Marechal Costa Gomes é um homem realista e reconheceu logo nessa altura que a ideia do General Spínola, de negociar em posição de força, era impraticável, pois a força era apenas aparente e não real.

Entretanto, durante esta fase de «descolonização na continuidade», a nomeação dos já citados «Governadores» e outras coisas que se verificaram foram colocando o MFA — representado essencialmente pela sua Comissão Coordenadora — em posição de desconfiança.

Uma delas foi a tentativa do Sr. General Spínola de nomear para Moçambique, como Governador e Comandante-Chefe, o General Silvino Silvério Marques. Essa tentativa falhou porque o MFA se opôs. Só depois disso é que o general Silvério Marques foi nomeado Governador Geral de Angola, não acumulando porém com o cargo de Comandante Chefe, que era na altura desempenhado pelo Sr. General Pinheiro, que merecia a confiança do MFA. Mas isto avolumou as posições de desconfiança.

A outra foi aquela reunião na Base das Lages, entre o Sr. General Spínola e o Presidente Nixon dos Estados Unidos, em que eu vos devo declarar que, como membro da Junta, não tive, nem tenho até agora conhecimento de qualquer relatório do que se passou.

Não há nada escrito sobre essa reunião das Lages! E eu estou convencido que, se alguém escreveu alguma coisa e a tem em seu poder, é apenas o general Vernon Walters, bem conhecido homem da CIA, que assistiu à reunião e nela participou até, como «intérprete»!

Dessa reunião resultou mais tarde como consequência (Setembro/74) a reunião da Ilha do Sal, em que o General Spínola se avistou com o Presidente Mobutu da República do Zaire. Não há também dela qualquer relatório! Não se sabe o que é que foi combinado na reunião do Sal! Qualquer informação que se tenha obtido — e eu obtive algumas — é puramente especulativa ou clandestina; não há nos arquivos do Estado qualquer relatório desta reunião!

Esta primeira fase a que chamei de «descolonização na continuidade», termina praticamente em Portugal com a crise Palma Carlos, com a publicação da Lei n.º 7/74 e com o célebre discurso de 27 de Julho do Sr. Presidente da República. Ele é o marco definitivo que abandona algumas das teses expostas no livro «Portugal e o Futuro» (o abandono não foi porém completo) e marca uma viragem no processo de descolonização.

Entretanto eu próprio já tinha partido para Angola. Há três dias!

A tentação rodesiana

Devo dizer-vos que a minha nomeação para Angola se fez com um processo novo. Eu não fui como Governador Geral, mas sim como Presidente duma Junta Governativa — uma espécie de Junta de Salvação Nacional, à escala de Angola. Mas essa minha nomeação deixou-me surpreso.

Na realidade, como membro da Junta de Salvação Nacional, que era uma espécie de presidência colectiva,

orientação da sociedade no seu conjunto, tenha aberto o espaço estratégico aos projectos de concentração de poderes. E ainda menos pode surpreender que esse objectivo seja agora escolhido pelos dirigentes partidários que antes o combatiam, pois estes serão os agentes políticos que têm uma percepção empírica mais nítida desse espaço estratégico, entendido como uma oportunidade que lhes é oferecida e como uma ameaça que não deixará de se concretizar se eles não explorarem primeiro essa oportunidade.

Porém, há uma outra dimensão desta tendência de concentração de poderes e que deriva da própria necessidade política. Quando a produção de alternativas fica bloqueada ao nível do sistema partidário, a única variante possível para novas expressões do poder transfere-se para o nível personalizado das candidaturas e dos projectos singularizados. Por não ser satisfatória, a função colectiva dos partidos transfere-se para os seus dirigentes mais representativos. Sem que haja aqui um verdadeiro paradoxo, a lógica do sistema político, embora organizado num regime democrático, conduz necessariamente a formas de poder pessoal. Só é um paradoxo em termos formais. Em termos das realidades políticas, esta personalização do poder é a consequência natural das insuficiências verificadas na dinâmica partidária e aparece como o único modo de impedir uma evolução crítica em direcção ao autoritarismo sem qualquer legitimação de tipo democrático.

Aliás, quando o exercício do poder se confunde com a gestão de clientelas no interior de tendências sociais de inviabilidade, o único modo de estabelecer alguma ordem nestas relações políticas consiste na concentração da decisão política num número muito restrito de agentes políticos — e, no limite, num único agente político.

A conjugação das possibilidades estratégicas com a necessidade de evolução do próprio sistema político é uma mistura irresistível. Como indicação de tendência, é difícil encontrar maior nitidez. No entanto, dessa indicação não decorre nenhuma garantia de que daí venha a surgir uma solução política global com maior eficácia e efectividade. De facto, nada garante que o responsável político que é colocado nessa posição onde os poderes se concentram não seja um mero produto dessas anteriores tendências que para aí o conduziram, continuando incapaz de as controlar. E menos ainda se pode garantir que deste processo venha a resultar um novo sistema de alternativas reais, com capacidade de resposta aos problemas nacionais. Estamos perante processos automáticos, mecânicos, que se desenvolvem por necessidade; não pode estar garantida a sua qualidade. É um processo que existe porque há uma crise de funcionalidade ao nível dos partidos. Não será razoável admitir que será uma personalidade que, só por si, poderá compensar essas deficiências.

Por isso, a eficácia desta tendência de concentração de poderes está condicionada à sua possibilidade de actuar na reformulação da funcionalidade do sistema partidário. Se não for assim, a concentração de poderes não será mais do que a personalização da decadência. Em contrapartida, se actuar deliberadamente no sentido de refazer as condições de funcionalidade partidária, de modo a encontrar aí a manifestação organizada da multiplicidade dos interesses sociais, essa concentração de poderes terá constituído o tempo de transição que permita interromper as tendências de inviabilidade que estão em desenvolvimento na sociedade.

Não é por uma estranha e perversa coincidência que este é também um problema típico do pós-salazarismo. Só na sua aparência pode este problema político geral ser interpretado como uma questão, ou uma crise, de autoridade. A concentração de poderes oferecerá as condições de autoridade, mas não garante a eficácia e a efectividade da direcção política. E, como se viu já em diversas oportunidades, não será o facto de não existirem alternativas que garante a qualidade desse novo poder concentrado.

Uma coisa é a tendência de concentração de poderes, outra é a determinação do que se irá fazer com ela em termos da decisão política.

É uma questão em aberto há mais de quinze anos.

Fragmentação social, fragmentação da decisão política e centrifugação partidária

Ao longo da evolução democrática, a dinâmica partidária processou-se de um modo inverso ao da dinâmica social. Enquanto esta dispôs de alguns núcleos de organização e de vestígios de centros de racionalização, a dinâmica partidária manteve uma tendência centrífuga, com um forte grau de conflitualidade, tanto horizontal (interpartidária) como vertical (institucional). Quando o sistema social evolui para a fragmentação em múltiplas relações de interesse corporativizadas e em estruturas de clientelas, a dinâmica partidária estabelece uma aliança central hipermaioritária, com condições e com o projecto de estabelecer, após a eleição presidencial, uma efectiva concentração de poderes horizontais e verticais. Não obstante esta evolução, mantém-se em todo o período a tendência para uma decisão política fragmentada, percorrida por múltiplos e contraditórios interesses, onde nenhum atinge posições de hegemonia e tendo como marca principal a sua subordinação à força dos factos consumados (sejam eles consequência de acções políticas ou impostos por tendências anteriores que não foram controladas).

Esta desconexão entre a dinâmica social e a dinâmica político-partidária seria uma factor explicativo suficiente para a sucessão de fracassos na decisão política, mesmo que não houvesse outros factores a reforçar essa tendência. A existência de uma desconexão deste tipo é um sinal de que se tornaram independentes duas dinâmicas que politicamente não podem ser independentes — pois se o são é a actividade política que fica neutralizada. Qualquer que seja a lógica das conveniências partidárias, ela nunca deveria poder conduzir a um movimento político que é contrário à dinâmica social, na medida em que isso conduz a uma impossibilidade de condução política da sociedade. As vantagens defensivas que essa atitude política pode oferecer às direcções

pois que o seu presidente era o Presidente da República, eu não deveria ser nomeado para qualquer missão externa prolongada.

Julgo que essa minha nomeação resultou da acumulação de vários factores e aceitei-a como um dever a cumprir, como militar. Mas ainda hoje não sei realmente as razões porque fui nomeado. Talvez fosse, pura e simplesmente, para se verem livres de mim!

Foi entretanto uma decisão rápida. Fui nomeado, tomei posse e parti, em 24 horas, chegando a Angola em 25 de Julho.

Angola encontrava-se numa situação inquieta e desestabilizada, principalmente em Luanda, onde a cidade parecia arder. Claro que não era bem assim, pois só havia incêndios nos muceques e nem em todos. Entretanto, na hora da partida, perguntei por algumas recomendações ou instruções e quero dizer-vos que não recebi nenhumas. Foi quase do género: Desenrasque-se!

Quando cheguei a Angola encontrei um ambiente que é difícil imaginar-se agora aqui, em Portugal. Poucos dias antes tinha sido assassinado, a sangue-frio, um enfermeiro angolano, por num bar de Luanda se ter atrevido a gritar: «Viva o general Spínola!» — o que foi considerado altamente subversivo. Isto dá-vos a imagem do ambiente na altura.

Mas na realidade os muceques de Luanda estavam a arder. Porquê? É preciso explicar...

Os muceques constituiam uma cintura da cidade, onde vivia a maior parte da população negra. O seu abastecimento era principalmente feito através de cantinas e a PIDE tinha reconhecido que a melhor maneira de controlar essa população era exactamente através dos cantineiros, que eram em grande número, pois cada um deles servia apenas 300 ou 400 famílias. Dessa forma podia assim obter facilmente as informações sobre agitação, deslocações etc. de que precisava.

Sucedeu assim que, em face do 25 de Abril, e das modificações que estavam a ocorrer, a população tomou a iniciativa de expulsar os cantineiros dos muceques. E assim, aquilo que em Luanda estava a arder eram simplesmente as cantinas, embora com todos os dramas que isso acarretava. E deverá dizer-se que esses dramas não envolveram perdas de vidas (pelo menos de portugueses) mas sim a destruição espectacular de propriedade.

Após o discurso do Presidente da República em 27 de Julho, iniciou-se uma nova fase da descolonização. Nela se teve que lutar contra a tentação de promover a autonomia ou independência das Colónias, sob a hegemonia dos colonos brancos. E muito naturalmente ela se revelou com maior incidência em Angola e Moçambique, únicos territórios em que havia um colonialismo de ocupação. A Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe eram, nesse aspecto, menos relevantes.

Eu chamo a esta segunda fase da descolonização que durou praticamente até ao 28 de Setembro, embora em certos casos ainda tenha ultrapassado essa data, a «tentação rodesiana».

Ela manifestou-se essencialmente em Moçambique, Angola e Portugal pela conspiração que veio a desembocar nessa data. Muita gente, aqui em Portugal, ainda está convencida que o 28 de Setembro foi uma conspiração local. Mas ela tinha principalmente uma raiz colonial e no seu plano geral deveria começar em Moçambique, passar a Angola e terminar em Portugal com a dissolução do MFA e a eliminação dos poderes da respectiva Comissão Coordenadora.

Esse plano, que deve dizer-se estava bem imaginado, começou a abortar, quando a FICO de Lourenço Marques, que para ele tinha sido contactada, resolveu antecipar-se, fazendo eclodir o movimento dez dias mais cedo. Como todos sabem a provocação iniciou-se em 7 de Setembro, em vez de 16 ou 17 como planeado, e não em Lourenço Marques mas sim na Beira, onde o provável cérebro do projecto, engenheiro Jorge Jardim dispunha de muito mais força e influência. Em Angola, onde os conspiradores se preparavam para fazer eclodir um movimento idêntico em 20/21 de Setembro, e não estavam portanto ainda preparados, foi fácil sufocar a tramoia. E assim, quando em 28 de Setembro a contra-revolução deveria culmunar em Lisboa, já tinha perdido as suas bases coloniais. E portanto falhou.

O resultado da abortada contra-revolução de Setembro levou ao afastamento do General Spínola e à sua renúncia ao cargo de Presidente da República e a uma reformulação quase completa da Junta de Salvação Nacional. Da Junta inicial ficamos apenas 3, de maneira que o Sr. General Costa Gomes foi eleito rapidamente Presidente com os votos dos outros dois, o almirante Pinheiro de Azevedo e eu, tendo o meu voto sido dado pelo telefone a partir de Luanda. Mas enfim, os tempos eram revolucionários e era assim mesmo que se tinha que proceder!

Só após o General Costa Gomes ter sido eleito Presidente da República, se conseguiu a reprovação final do movimento de Moçambique que, embora já dominado, continuava a apelar ao General Spínola e aos colonos de Angola para tomarem a acção que estava prevista na conspiração geral. Mas isso permitiu também em Angola clarificar posições, e o partido político sob o qual se acobertava a maior parte da «reacção», que era o PCDA, tendo como secretário geral o famigerado Dr. Ferronha, colaborador da PIDE e ex-perceptor dos filhos do general Mobutu, levou uma machadada e ficou praticamente arrumado.

Seguiu-se então um processo que o senhor brigadeiro Pezarat Correia já vos descreveu e que implicava o reconhecimento e o assinar do cessar fogo com os três Movimentos de Libertação.

Com a UNITA não houve problemas pois, logo a seguir ao 25 de Abril, já tinha assinado rapidamente o «cessar fogo», ainda antes do general Silvino Silvério Marques ter chegado a Angola.

Com a FNLA criou-se entretanto um problema delicado, porque as promessas que o general Spínola teria feito no encontro do Sal — e que eu não conhecia — tinham que ser averiguadas, rectificadas e passadas a escrito. O acordo foi entretanto conseguido em princípios de Outubro, através da deslocação a Kinshasa duma delegação chefiada pelo Sr. almirante Leonel Cardoso, membro da Junta Governativa.

Deverá notar-se, como já o sr. brigadeiro Pezarat o fez, que este foi o único acordo assinado fora das fronteiras de Angola. Na realidade eu não conseguia conversar com representantes da FNLA que não fossem apenas de nível intermédio, pois eles não se sentiam seguros em Angola e pretendiam sempre que as conversações se efectuassem em Kinshasa, onde aí sim se sentiam em casa. E isso prejudicava de certo modo a imagem e até o desenrolar de uma descolonização que nós queríamos que fosse puramente portuguesa.

Finalmente com o MPLA, com quem não fora também fácil entabular negociações a nível de cúpula, conseguiu-se igualmente realizar o acordo de cessar fogo na chana do Cazombo em 21 de Outubro de 1974. Estavam assim criadas as condições base para novas negociações e novos caminhos.

Abro entretanto um parentesis para dizer-vos que, quando fui nomeado presidente da Junta Governativa de Angola, eu pouco conhecia da sua realidade social, económica e política e, feliz ou infelizmente, ali não tinha conhecimentos pessoais, e muito menos, compromissos de qualquer ordem. Pude assim observar «in loco» e sem «parti pris», as pessoas e as situações e avaliá-las por si, e apenas pelo seu comportamento e acções.

Apercebi-me contudo que a grande instabilidade em que se vivia era dominada por um grande receio. O da FNLA (antiga UPA, de tristes recordações), sempre representada como um movimento de base tribal, militarmente poderoso e capaz de neutralizar, por acções de força, todas as restantes componentes em presença, logo que desaparecesse a força militar portuguesa, ideia que era alimentada pelas informações do próprio Estado Maior daqui.

Ora eu não sentia possibilidade de unir a sociedade angolana, então muito temerosa e dividida, a não ser por uma acção decisiva e mobilizadora contra um inimigo comum. Assim, quando da minha primeira visita a Lisboa, em Agosto de 1974, propus ao então Presidente da República as linhas gerais de um plano ousado: Com os portugueses de Angola que se consideravam angolanos e os Movimentos do MPLA e UNITA, unidos contra a ameaça comum, e com o auxílio das Forças Armadas Portuguesas, expulsássemos a FNLA, que se comportava apenas como representante do Zaire. À minha exposição verbal o Sr. General Spínola respondeu apenas com o seguinte comentário: — «Com o MPLA não se pode falar, porque recebe ordens de Moscovo!»

Confesso que agora a esta distância, alimento muitas dúvidas quanto à exequibilidade do plano então esboçado. Mas ele representava já então a minha preocupação em evitar aquilo que constituíu mais tarde o grande trauma da descolonização angolana, ou seja, êxodo repentino dos portugueses!

Preparação e acordos do Alvor

Concluído o plano de assinatura dos acordos de cessar fogo com cada um dos Movimentos de Libertação, tornava-se necessário que, para poderem passar a exercer actividade política aberta, e estabelecer ligações permanentes com o poder central, eles estabelecessem sedes representativas em Luanda. Isso foi marcado para os princípios de Novembro de 1974. Mas novas dificuldades foram surgindo.

Uma delas resultava da divisão — quanto a mim artificialmente introduzida — nos órgãos de cúpula do MPLA. Este que era sem dúvida o movimento mais representativo sob o ponto de vista político em Angola (como facilmente eu o vim a reconhecer) tinha sido oportunamente dividido, numa tentativa para o incapacitar de tomar decisões.

Assim, em fins de 73 e princípios de 74, tinham-se registado no MPLA duas cisões graves: a da chamada Revolta Activa, um grupo de intelectuais de tendências francesas dirigido pelos irmãos Pinto de Andrade e a da chamada Revolta do Leste, que afectava a maior força militar do MPLA, comandada por Daniel Chipenda. Como disse, eu não considero estas cisões acidentais.

Alguém no exterior previa já o que veio a ser o 25 de Abril e a consequente descolonização. Mas o certo é que as complicações foram criadas, e, quando o MPLA tentou fazer um Congresso de Unidade em Lusaka, em Agosto de 1974, e esse congresso falhou devido a profundas influências externas, a situação tornou-se cada vez mais difícil.

Felizmente em Brazaville ocorreu um facto importante para a descolonização de Angola, no qual não tivemos participação. Quatro chefes de Estado africanos, Nierere, Mobutu, N'Gouabi e Kuanda, participaram numa conferência especial, na qual obrigaram o MPLA a unir-se sob os seus auspícios. Nela se reconheceu como presidente o Dr. Agostinho Neto e como vice-presidentes Joaquim Pinto de Andrade e Chipenda. Só isso permitiu, quanto a nós, desbloquear a situação e levar para a frente as negociações e a assinatura do cessar fogo. E só isso permitiu avançar no caminho da tal conferência, que Portugal deveria procurar desesperadamente realizar para que a descolonização continuasse.

Entretanto após a abertura das sedes da FNLA, MPLA e UNITA em Luanda, respectivamente em 6, 8 e 9 de Novembro, e após se terem resolvido mais uma série de incidentes graves que não interessará aqui relatar, para não alongar a exposição, novo obstáculo surgiu: a UNITA aliou-se à FNLA e colocou o MPLA na situação de não poder ir para a mesa de negociações em igualdade de condições, tendo os outros dois movimentos aliados entre si.

Para restabelecer um certo equilíbrio, foi necessário promover também uma aliança entre o MPLA e a UNITA. Eu próprio patrocinei essa aliança no Luso, em 19 de Dezembro. E a partir daí ficaram criadas as condições para os acordos de Alvor.

Devo dizer-vos que, quando apareci em Lisboa, com a possibilidade de realização a curto prazo de uma conferência global sobre a descolonização de Angola, com a participação dos três Movimentos de Libertação, isso constituiu apreciável surpresa. Não se esperava que se conseguisse tão cedo a resolução do problema e havia mesmo quem pensasse que a descolonização de Angola levaria dois ou três anos, devido à complexidade da situação.

Acessoriamente, e como só mais tarde vim a verificar, a marcação da Conferência do Alvor, inicialmente para fins de Dezembro e finalmente para princípios de Janeiro de 1975, veio a abortar (ou adiar) uma conspiração que já corria novamente em Portugal e com a qual se pretendia recolocar de novo na Presidência da República o Sr. General Spínola. Esta conspiração de Dezembro, que pouca gente conhece e que, como disse, eu também só vim a conhecer à posteriori, deve ter sido então considerada inoportuna e a sua concretização adiada para três meses mais tarde. Foi o 11 de Março!

Os acordos de Alvor realizaram-se com a participação de Portugal e dos três Movimentos de Libertação de Angola, embora nessa altura só dois deles fossem reconhecidos pela Organização de Unidade Africana. O terceiro, a UNITA, só mais tarde e ainda sob pressão portuguesa, foi reconhecido pela OUA.

Embora haja agora uma certa tendência para desvalorizá-los, tendo sido ultrapassados pela História, há que reconhecer que os acordos de Alvor assinados em 15 de Janeiro de 1975 tiveram na época uma importância fundamental. Sem entrar em detalhes sobre o seu teor, que aqui não interessa discutir, saliento como suas consequências mais relevantes:

— Demonstrar que o problema da descolonização tinha que ser resolvido directamente entre Portugal e os Movimentos de Libertação dos povos das antigas colónias, sem interferência estrangeira.
— Demonstrar, para o caso de Angola, que Portugal tinha essa capacidade e o podia fazer mesmo em território português.
— Levar os três movimentos à declaração de que a independência de Angola devia ser estabelecida com as fronteiras da época colonial, isto é, afastando completamente a ideia da separação, ou independência separada, de Cabinda.
— Marcar uma data firme para a independência de Angola, que seria internacionalmente reconhecida.

Estas foram as soluções realmente importantes obtidas com os acordos de Alvor. Deles também constam as regras de formação e funcionamento de um Governo de Transição, bem como outras disposições menores, que na sua maior parte nunca foram cumpridas. Mas realmente, só quem não conhecesse o ambiente angolano e os próprios Movimentos de Libertação, poderia acreditar que esse governo teria alguma probabilidade de sucesso. Foi apenas aquilo a que se poderá chamar uma «caldeirada política à portuguesa», pelo que obviamente não funcionou!

Terminada a conferência, ainda regressei a Angola, de onde saí em 27 de Janeiro de 1975, tendo permanecido à frente dos seus destinos unicamente seis meses. Da importância que esses seis meses tiveram não me compete julgar. Tenho a consciência de ter cumprido a minha missão.

O senhor brigadeiro Pezarat Correia e alguns outros oficiais do MFA também presentes nesta sala, sairam comigo no mesmo avião. Terminado o primeiro acto, já não eramos aceites no processo de transição.

A segunda guerra de libertação

O Governo de Transição começou, como todos sabem, por não funcionar, e arrastou-se durante três ou quatro meses em completa incapacidade. A rotatividade dos três primeiros ministros foi mais uma fantasia que só o acordo de Alvor permitiu estabelecer e, em consequência, o governo não legislava nem governava. Estava pura e simplesmente paralisado.

Aproveitando as circunstâncias a FNLA e a UNITA foram-se estabelecendo militarmente nas províncias onde possuiam maior apoio tribal, daí expulsando à força todos os adversários políticos e procurando assenhorear-se do controlo dos aeroportos principais, respectivamente Negage e Nova Lisboa, por onde esperavam vir a receber auxílio exterior.

O MPLA por sua vez, e em resposta, desencadeou uma ofensiva popular em Luanda que levou à expulsão da capital das forças da FNLA e da UNITA, iniciando aquela que viria a ser chamada a sua «segunda guerra de libertação».

É nesta altura que se regista em Luanda um incidente muito grave, conhecido pelo caso da Vila Alice, em que pela primeira vez as tropas portuguesas desencadeiam uma acção de força contra o MPLA. Este era de há muito um dos objectivos da «reacção», que reconhecia que a melhor maneira de eliminar o MPLA em Luanda (destruindo assim a sua rectaguarda) seria pôr contra ele as tropas portuguesas.

O incidente da Vila Alice resultou de uma provocação bem montada, como foi mais tarde confessado por Pompílio da Cruz no seu livro «Angola — Os vivos e os mortos», mas o reconhecimento da sua gravidade potencial obrigou a que o então general Carlos Fabião e eu próprio, nos deslocássemos rapidamente a Angola, para impedirmos aquilo que seria a «facada pelas costas» no MPLA.

A diligência teve sucesso, pois o exército acatou as instruções do seu general Chefe do Estado Maior e o MPLA ouviu-me e serenou. Evitou-se assim o que, com os primeiros blindados do Zaire (sob a capa da FNLA) já a atingirem o Caxito, às portas de Luanda, poderia ter resultado numa situação dramática.

Daí em diante, com o processo de descolonização seriamente embrulhado, o MPLA reuniu todas as suas forças populares, políticas e militares e desencadeou uma ofensiva generalizada que, em fins de Agosto de 1975 o levou a controlar já 12 das 16 províncias de Angola, preparando-se para rapidamente levar a sua ofensiva às restantes e controlar praticamente todo o território antes da data da independência.

Registou-se então o que eu considero um erro — o julgamento é meu — refugiando-se o Governo Português numa posição de ambiguidade, que em nada favoreceu o desenrolar do processo. Não tivemos discernimento ou capacidade para considerar ultrapassados os acordos de Alvor e fazermos um novo acordo directo com o MPLA.

A ocasião era, por assim dizer, única! Mas perdeu-se!

Mantivemos assim contra a minha opinião uma atitude de Poncio Pilatos (lavando dali as nossas mãos) que nos custou no final um mau relacionamento com Angola, e dificuldades que não deveriamos ter se, tal como fizemos para com a FRELIMO, o PAIGC e MLSTP, tivéssemos tido a coragem de negociar o novo acordo com o Movimento de Libertação que a realidade mostrara ser o único, política, social e culturalmente representativo.

Creio ainda que a sua ambiguidade acabou por favorecer aquilo que transformou em drama, a independência de Angola: a intervenção estrangeira! Este foi assim o único processo de descolonização português, em África, em que se se registou, de forma suficientemente aberta a intervenção estrangeira. Será que não tivemos culpa?

A intervenção estrangeira

Pelo que tenho conhecimento (não tenho provas) no final de Agosto de 1975, realizou-se uma importante reunião na capital da Namíbia — Windoeck — em que foi estabelecido um plano de aniquilamento do MPLA (incluindo o aniquilamento físico) antes da data marcada para a independência. Esse plano compreendia a utilização de tropas zairenses, sob a capa da FNLA, e tropas regulares sul-africanas acompanhadas como disfarces pelo «esquadrão Chipenda», «mercenários da UNITA», etc., que deveriam invadir Angola, pelo Sul e pelo Norte de maneira a convergirem simultaneamente sobre Luanda antes do dia 11 de Novembro.

Ao mesmo tempo e para a mesma data, foi também planeada uma invasão de Cabinda, por tropas zairenses e mercenários, sob cobertura da FLEC, cuja tentativa também se realizou.

Quero dizer-vos que igualmente tive conhecimento que nessa conferência de Windoeck, em que naturalmente participaram representantes militares e políticos da África do Sul e do Zaire, bem como seus cumplices no interior de Angola, participaram também, clandestinamente, algumas autoridades civis e militares portuguesas. Que eu saiba até agora nenhum desses participantes foi acusado de traição pelo facto de terem activamente planeado a invasão de Angola por tropas estrangeiras! Nós sim. Eu e os outros militares do MFA que procuramos que a descolonização de Angola se efectuasse sem interferências externas, já fomos chamados de traidores, em mais de não sei quantas vezes!...

Enquanto a invasão zairense se reforçava paulatinamente no Norte, tendo por principal base o Ambriz, a invasão sul-africana desencadeia-se noutro estilo, em 25 de Outubro. Uma coluna blindada, acobertada por alguns bandos de fantoches à roda, mas tendo como coração forças regulares do exército sul-africano, avança rapidamente para Norte e em poucos dias conquista Sá da Bandeira, Moçâmedes, Nova Lisboa e Silva Porto, praticamente sem encontrar resistência. Uma espécie de «blitz-krieg», em escala reduzida.

Entretanto, nas aproximações de Benguela, as FAPLA reuniram apressadamente forças contra blindados e artilharia, e dos cerca de 1200 soldados que os angolanos conseguiram alinhar, morreram talvez uns 800, o que é excepcional em termos de guerra africana. Mas essa acção de retardamento foi decisiva. Benguela e Lobito só cairam em 6 do Novembro e a 8, Novo Redondo. Mas as FAPLA tiveram tempo para fazer saltar a grande ponte sobre o rio Queve, no caminho para o Porto Amboim, e a coluna blindada ficou retida na margem esquerda do rio, sem conseguir atravessá-lo. O plano sincronizado da invasão estava furado, e Luanda, apenas 200 Kms mais a Norte, tinha evitado o cerco fatal.

Contudo as tropas zairenses julgaram que por si só poderiam resolver a batalha e na manhã do dia 10 de Novembro avançaram em força sobre a capital. Como se sabe foram esmagadas no Kifandongo e nunca mais se recompuseram da derrota. À meia noite desse dia o MPLA proclamava festivamente em Luanda a independência da República Popular de Angola!

A situação continuava porém a ser crítica, pois o MPLA tinha sobrevivido quasi por milagre e o seu domínio estava circunscrito à zona costeira de Luanda e uma cunha em direcção a Malange, além de algumas zonas interiores, Moxico e Luanda, que não tinham sido afectadas pela invasão. A Sul, a coluna blindada sul-africana continuava desesperadamente a tentar a travessia do Queve, para retomar o avanço sobre Luanda e remendar o

plano abortado. Valeu-lhe então o auxílio dos países socialistas e principalmente o de Cuba, cuja intervenção foi decisiva para suster a fase final da invasão (não esquecendo também a de Cabinda) e para a reconquista total do território, a qual só veio a terminar em 27 de Março de 1976 com a retirada total das forças sul-africanas invasoras.

Logicamente que o MPLA ficou reconhecido a Cuba, sem cuja ajuda teria sido aniquilado em Luanda, conforme planeado. Não ficou reconhecido foi a Portugal, cujo comportamento dúbio e atitude de Poncio Pilatos, quasi roçou a da cumplicidade. E ainda estamos a sofrer as consequências!

A acção diplomática foi igualmente nefasta. Na data da independência eu, que tinha sido convidado pessoalmente pelo Presidente Agostinho Neto para assistir à cerimónia, não fui autorizado a sair do país. E a independência foi proclamada sem a presença de qualquer representante do Governo Português!

Por outro lado Portugal, que deveria ter sido o primeiro a reconhecer a República Popular de Angola, foi sucessivamente adiando esse reconhecimento, possivelmente com a esperança de que o MPLA acabasse por ser derrotado. O reconhecimento só foi feito em Fevereiro de 1976 (fomos o 82.º país a fazê-lo) e eu, que me encontrava em Luanda nessa altura — em gozo de férias, claro — fui testemunha da frustação e da vergonha dos portugueses que tinham ficado em Angola, pelo insólito da situação. E mais! O reconhecimento foi feito porque o Sr. marechal Costa Gomes, aqui presente, assumiu, como Presidente da República essa responsabilidade, visto que o Governo e os políticos no poder não o quizeram fazer. E essas asneiras pagam-se!

O Êxodo

Ainda dentro do contexto da descolonização de Angola, eu não quero deixar de referir-me a um dos factos mais dolorosos, e mais graves de consequências, que nela ocorreu. Refiro-me ao êxodo dos chamados «retornados», que se verificou praticamente durante os meses de Setembro e Outubro de 1975. Esse êxodo é para mim um dos maiores crimes que se cometeram contra Angola, contra a Revolução Portuguesa e contra Portugal como nação.

Considero que ele resultou de uma conspiração internacional, com grandes cumplicidades portuguesas, e que os seus objectivos principais foram os seguintes:

a) Esvaziar Angola. A saída repentina de cerca de 300 mil portugueses (a que se adicionaram algumas dezenas de milhar de angolanos) deixou Angola pior que uma bexiga vazia. Sem quadros, sem organização, sem estruturas capazes de funcionar! Ainda hoje o jovem país se ressente disso, e vai passar muito tempo antes que se possa completar a recuperação.

b) Reforçar a contra-revolução em Portugal. Esse êxodo veio afectar à sociedade portuguesa mais de 300 mil desesperados, fugindo a uma guerra civil desencadeada por interesses não nacionais, e empurrados para uma ponte aérea que os trouxe para Portugal, por vezes só com uma malinha de mão!
E enganados também! Houve homens e mulheres que embarcaram em aviões em Nova Lisboa, julgando que iam para Luanda e acabaram por desembarcar em Lisboa. Foram os evacuados à falsa fé!

c) Tirar testemunhas à invasão sul-africana. Só assim se compreende, por exemplo, que em Nova Lisboa, onde viviam cerca de 40 000 colonos portugueses, apenas restassem uns 40 quando os sul-africanos lá chegaram, em princípios de Novembro, pois tudo o resto tinha sido evacuado. E não foi porque eles tivessem receio da UNITA, ou mesmo dos sul-africanos, com quem a maioria, bem ou mal, se sentia identificada.

d) Exercer chantagem política sobre Portugal. A realização da ponte aérea, «generosamente» oferecida pelos países ocidentais, implicou como condição prévia — e o Sr. Marechal Costa Gomes bem o sabe — a demissão do governo presidido pelo general Vasco Gonçalves.

Provavelmente os autores do plano ficaram satisfeitos. Todos os objectivos foram conseguidos, embora falhasse o objectivo final que era o de impedir a conquista do poder em Angola pelo MPLA. Que dizer porém dos «patriotas» portugueses, que com eles consciente ou inconscientemente colaboraram? E das centenas de milhares de vítimas que o drama do retorno provocou? E dos custos espantosos, económicos, políticos e sociais, que Portugal (e também Angola) ainda estão a pagar?

Conclusão

Desde o primeiro dia, a Revolução iniciada em 25 de Abril e a Descolonização estiveram sempre intimamente ligadas. Os sucessos e insucessos duma, tiveram imediatos reflexos na outra, e nas políticas seguidas é por vezes difícil distinguir as causas das consequências. Acontecimentos internos e externos e a variação de correlação de forças a nível nacional e internacional, ditaram muitas vezes acção política a seguir. Não é também por acaso que a sufocação da Revolução em Portugal só se torna possível quando a descolonização em África

terminou. E assim como não é possível dizer-se que houve uma «política da Revolução» também não houve na realidade uma «política da Descolonização».

Entretanto nós, os que nela mais directamente participámos, podemos orgulhar-nos, não de essa descolonização ter sido «exemplar», porque não o podia ser, mas por ter sido realizada essencialmente sob o império de um espírito de justiça. Nesse aspecto eu julgo que a descolonização portuguesa terá sido única, e que o reconhecimento do espírito de justiça que a ela presidiu, nos está também a valer a consideração dos povos que, em resultado da Revolução de Abril ascenderam (mais cedo!) à independência.

Antes de terminar gostaria de frisar que considerei muito pertinentes as palavras do Sr. dr. Luis Moita, ao explicar que a Revolução e a Descolonização portuguesas não se dão isoladamente no Mundo. Verificam-se num contexto mundial de alterações da correlação de forças e, principalmente, de transformação de mentalidades. Os povos estão a acordar, a nível mundial, para a profunda injustiça que representa a divisão internacional do trabalho e dos recursos, estabelecida primeiro sob a égide da Europa e depois dos Estados Unidos. O ano de 1975 foi rico, foi talvez um marco, nesse acordar e nesse levantar de esperanças. Recorde-se além dos acontecimentos que mais directamente nos dizem respeito, a expulsão dos americanos do Vietnam, a revolução etíope e a própria Conferência de Helsínquia...

Quanto a mim, a espécie de inflexão histórica registada em 1975 representa a entrada em refluxo da «pax imperial» americana, que foi imposta ao Mundo durante cerca de 30 anos. Teremos que ver ainda porém, se realmente esse reflexo é definitivo, ou apenas temporário, pois os americanos, com a cumplicidade de outros países previlegiados, hão de tentar tudo para o inverter.

De qualquer forma o espírito universal de libertação recebeu nesse ano um grande impulso, e isso fez que a nossa Revolução e a Descolonização transcendessem as fronteiras de Portugal e das suas antigas colónias e se tornassem acontecimentos de interesse mundial. E, pese embora a crise que o Mundo atravessa, ou talvez por isso mesmo, o espírito de libertação ainda se mantém bem vivo.

Eu considero que será, graças a esse espírito, que poderemos manter e aprofundar as relações com os novos países que saíram do antigo império colonial português e que temos aí uma base de partida inestimável. Que a saibamos aproveitar com honra e dignidade!

E, para os mais realistas ou pragmáticos, que saibam compreender que a colaboração e a cooperação solidárias com os países africanos onde se fala português, é actualmente o maior imperativo da nossa independência nacional!

8 teses e uma proposta de trabalho sobre a política portuguesa face a Timor Leste

Comissão para os direitos do Povo Maubere

Introdução

Este trabalho sobre a descolonização de Timor Leste apresenta 8 teses divididas em 2 partes de certo modo distintas.

Numa delas, pretende-se encontrar os principais vectores que influenciaram o processo anterior à invasão. São 4 teses complementares que focam sucessivamente a influência indonésia neste processo, a política do governo central português, a actuação do governo de Timor e das Forças Armadas em Timor e, por fim, as possibilidades existentes e não tentadas de travar a agressão indonésia.

Na segunda parte, mostra-se em outras 4 teses como Portugal aceitou a invasão e o governo português apoia hoje a anexação, de tal forma que, de 1974 a 1984, não encontramos ruptura de procedimentos políticos para Timor Leste. Mostra-se também qual deveria ser o papel de Portugal de acordo com os princípios de Abril.

Seria extensa em demasia a transcrição de todos os documentos em que se fundamentam as 8 teses. Duas foram as fontes principais: os relatórios sobre Timor, os recortes da imprensa portuguesa e estrangeira e o Plano de Paz da Fretilin.

Para elas remetemos os intervenientes neste debate.

Finalmente, apresentamos uma proposta que visa facilitar a discussão, orientando-a num sentido eficaz.

I Parte

4 Teses sobre o processo de Descolonização de Timor Leste
Período entre o 25 de Abril e 6 de Dezembro de 1975

1.ª — A Indonésia através de declarações públicas, conversações públicas e conversações secretas, ameaças e insinuações, pressões políticas sobre os vários intervenientes, acção diplomática e acção militar controlou, de forma absoluta, todo o processo de descolonização de Timor Leste.

Notas:

a) De início afirmou a sua interferência no processo e a ausência de reivindicações territoriais.

A ambiguidade em matéria de descolonização e aplicação do programa do MFA em Timor Leste, aliás, não justificaria, à partida, uma posição indonésia mais ousada.

b) Mas simultaneamente, a Indonésia assegura, no terreno, a sua inserção no processo, através da APODETI.

c) A maior clarificação das intenções portuguesas no que respeita à descolonização (discurso de Spínola e lei 7/74) leva a Indonésia a modificar a posição inicial e a afirmar a existência de duas únicas soluções: integração na Indonésia ou ligação a Portugal.

Ao possível desenvolvimento da descolonização com a ida de Almeida Santos a Timor, responde com as conversações de Outubro (secretas) em Lisboa. Consegue aí alcançar um certo compromisso da parte portuguesa.

d) Perante a evolução do processo político português há radicalização das posições indonésias.

Começa a ser agitada a bandeira do anti-comunismo. À coligação Fretilin-UDT e à acção do MFA em Timor, responde com acções de pressão que conduzem primeiramente à ruptura da coligação e depois ao golpe da UDT.

Ao mesmo tempo mantém conversações secretas em Londres com Portugal e depois em Hong-Kong, conseguindo maiores compromissos da parte portuguesa: não internacionalização do problema; inviabilização da solução de independência, ligação de Timor Leste a Portugal ou à Indonésia; troca de informações e continuação de contactos.

e) Perante a reacção da Fretilin (único momento em que a Indonésia perde o controle político interno) incentiva a formação do MAC (Movimento Anti-Comunista) ao qual dá apoio militar aberto.

Conduz a acção diplomática visando impossibilitar a internacionalização do problema.

f) Perante a inoperância do governo português e conseguida a não internacionalização, incrementa a acção militar.

2.ª — Os órgãos de poder em Portugal, através de uma política indefinida e ambígua em matéria de descolonização de Timor Leste, impossibilitaram a independência e facilitaram a anexação.

Notas:

a) Timor é, desde o princípio, o problema menor da descolonização.

b) A acção do governo português pauta-se, ao longo de todo o período entre Abril 1975 e Dezembro 1975, pela ideia de que a integração na Indonésia virá a ser inevitável.

No entanto, na defesa dos princípios de uma descolonização que se quer exemplar, afirma, no terreno, a aplicação de um esquema que conduza, pelo menos, a uma autodeterminação formal.

c) Os órgãos de poder em Portugal estão cientes dos interesses geoestratégicos da Indonésia e conduzem uma política de conversações secretas com aquele país, no sentido de assegurarem a não interferência directa mas comprometendo-se à defesa dos seus interesses (conversações de Outubro 74 e Março 75, por ex.). Reafirmam a existência das duas hipóteses mas comprometem-se a não fazer força sobre a continuação das ligações a Portugal.

d) Responsáveis do governo interferem directa e pessoalmente no processo denegrindo a independência.

e) Perante o sucessivo endurecimento das posições indonésias, Portugal mantém os esquemas de descolonização e remete os seus representantes em Timor ao isolamento. Não denuncia as interferências indonésias perante a comunidade internacional e deixa passar o tempo como se tudo estivesse a correr bem.

f) Perante o controle do território pela Fretilin, perante as afirmações deste partido de que continuava a reconhecer a soberania portuguesa, Portugal mantém a mesma atitude reafirmando a necessidade de conversações com os três partidos (embora soubesse o entendimento dos dois outros com a Indonésia).

Mantém uma política ambígua de propostas e contrapropostas. Não mantém uma acção diplomática firme que possibilitasse a internacionalização do problema. Antes pelo contrário, tenta a internacionalização através dos países de ASEAN.

g) Lisboa, embora com indícios seguros de que a agressão total por parte da Indonésia irá acontecer a curto prazo, não sai da sua posição de afirmação de princípios, nada fazendo para interessar no problema a comunidade internacional.

3.ª — A descoordenação, a nível de análise e a nível de decisão, que se verificou entre os órgãos do poder em Timor e em Lisboa impossibilitou uma eficaz aplicação dos princípios de descolonização.

Notas:

a) Período inicial de grande indecisão. Período caracterizado pela multiplicidade dos níveis de decisão sem alteração das estruturas de comando nem substituição, por exemplo, do governador fiel ao regime fascista.

Estado próximo da ruptura na cadeia hierárquica militar. Simultaneamente, o aparecimento de agrupamentos políticos, tradutores das várias hipóteses quanto ao futuro de Timor Leste. Esforço significativo por parte de alguns responsáveis portugueses para a formação da APODETI.

b) A partir de Novembro de 1974 começa uma acção coordenada MFA — Governador Lemos Pires: aplicação estrita dos princípios da lei 7/74. A acção do MFA em Timor define-se por uma influência democratizadora das Forças Armadas Portuguesas e a acção consciencializadora e descolonizadora sobre o povo de Timor. Dificuldades disciplinares.

O isolamento por parte de Lisboa acentua-se.

c) Perante o evoluir da situação interna e externamente a descrença agrava-se, nasce a percepção de que a verdadeira política de Portugal é uma política de cedência à Indonésia e que a acção portuguesa em Timor, nos princípios de Abril, é só para salvar a face.

d) Ausência total de poder real, a partir de certa altura.

e) Face ao golpe da UDT e mesmo sabendo que esse golpe era uma clara interferência no processo por parte da Indonésia, mantém-se a posição de imparcialidade. Foi o momento último de uma possível actuação.

f) A partir daí afirma-se uma estratégia que se destina a «manter a face» e deixar estiolar o processo até que algo aconteça. Ideia primeira: o abandono!

4.º No período posterior a Agosto de 1975 quando Portugal já não tem possibilidade real de controlar inteiramente o processo e face ao seu desenvolvimento a nível interno e externo, a única possiblidade de impedir a invasão teria sido o reconhecimento da República Democrática de Timor Leste; ou, previamente, a abertura de negociações bilaterais com a FRETILIN.

Notas:

a) A situação anterior ao 25 de Abril, num passado próximo, caracterizava-se pela ausência de movimentos libertadores.

b) As duas formações políticas principais (UDT e FRETILIN) traduziram interesses de grupo diferenciados. A UDT congrega o espaço conservador. A FRETILIN parte duma base ideológica mais firme que a UDT e depois de se afirmar no ideário social-democrata vai alargar a sua visão do problema de Timor na experiência das fontes mais próximas: os movimentos de libertação das outras colónias portuguesas.

A APODETI surge «a posteriori» por necessidade de dar representatividade à corrente integracionista.

c) As posições dos partidos foram fortemente influenciadas pelo desenvolvimento do processo político em Portugal, pelos avanços e recuos do governo português, pelas declarações oficiais ou oficiosas deste ou daquele responsável.

d) Embora existissem contradições e clivagens internas nos dois partidos timorenses, a coligação foi possível. As alterações políticas em Portugal, a intensificação da acção indonésia, conduzem à sua quebra, ao isolamento e à radicalização de posições da FRETILIN.

e) A cedência às posições indonésias por parte da UDT conduz este partido a fazer o jogo daquele país e a iniciar uma campanha simultâneamente anti-FRETILIN e anti-MFA. Daí resultou o enfraquecimento do poder português em Timor, enfraquecimento que se tornou maior quando este assumiu imparcialidade perante o golpe da UDT.

f) O grande erro do governo de Timor nesta fase, foi não compreender que o domínio da totalidade do território pela FRETILIN não podia ser conseguido unicamente pela força das armas. Ele correspondia ao momento primeiro de transformação da consciência colectiva de um povo em consciência nacional.

g) Perante a comprovada agressão indonésia no decorrer de Outubro/Novembro 1975, prenunciadora da agressão final, o governo português pactua com o agressor.

A condução de uma campanha diplomática de denúncia daquelas acções, acompanhada por conversações directas com a FRETILIN, a ultrapassagem estratégica dos esquemas de descolonização e a cedência do poder de jure a quem o possuía de facto, com o reconhecimento imediato da nova nação, teria permitido travar a acção do invasor e internacionalizar se necessário, o problema.

h) Como explicativa do impasse de Portugal, mais dois elementos:

1.º A descolonização de Angola. Paralelismo de situações no que respeita à multiplicidade de forças em presença.

2.º A situação anterior e posterior ao 25 de Novembro de 1975.

II Parte

4 Teses sobre a Política Portuguesa para Timor Leste
Período entre 7 de Dezembro de 1975 e Abril de 1984

Se, durante o período anterior a 7 de Dezembro de 1975, abundam os factos e linhas de actuação imputáveis a Portugal, os 8 anos que se seguem pautam-se, predominantemente, pela situação contrária: silêncio e inércia.

1.º a política dos governos portugueses desde a invasão de Timor até 1984 é coerente com as posições assumidas anteriormente perante a Indonésia.

Notas:

a) A grande constante deste período é a ausência de iniciativas que ponham termo à agressão indonésia. Embora se registem afirmações de princípio (individuais e oficiais, nomeadamente na Assembleia da República) a favor do restabelecimento dos direitos humanos e da paz na zona, estas declarações não são concretizadas.

b) As próprias declarações de princípio nem sempre foram claras no que se refere ao reconhecimento dos direitos à autodeterminação e independência, deixando o caminho aberto à integração na Indonésia.

c) A edição de uma nota do MNE, de 12/9/80, que apontava linhas de acção e princípios, nunca chegou a traduzir-se em actos consecutivos.

d) Durante este período registam-se inúmeras iniciativas internacionais (individuais e oficiais) de solidariedade com Timor Leste visando a garantia da independência. A nenhuma delas o governo português deu atenção ou seguimento, desprezando assim oportunidades que lhe eram dadas. Na prática, Portugal manteve o compromisso tacitamente assumido de não internacionalizar a questão.

e) Em Março de 1983, quando das conversações preliminares entre a FRETILIN e a Indonésia, acompanhadas da apresentação de um Plano de Paz em que a FRETILIN propunha que Portugal desempenhasse um papel activo, o governo opta, ainda, pelo silêncio, fingindo ignorar a situação. Era um momento fundamental para a solução do problema. A Indonésia, verificando a abulia de Portugal, viria a interromper as conversações e a quebrar o cessar-fogo, lançando nova ofensiva militar e diplomática.

f) Portugal abdicou de facto da sua posição de potência administrante, donde o governo português passou à aceitação da tese de integração na Indonésia.

2.ª Os orgãos de soberania portuguesa procuram sistematicamente ignorar a forte consciência nacional do povo maubere, a sua resistência civil e militar e o papel da FRETILIN nesse movimento.

Notas:

a) A única forma do governo português justificar a sua cedência (tácita ou declarada) perante a integração de Timor Leste na Indonésia é escamotear a realidade: 9 anos de luta maubere contra o invasor; liderança da FRETILIN nesse processo; força e organização crescente das Falintil; esforço da consciência nacional maubere, expressa na necessidade do invasor em reforçar permanentemente a repressão sobre os civis e cometer genocídio; testemunhos da Amnistia Internacional, da Cruz Vermelha Internacional, da Igreja e de personalidades isentas que testemunharam a situação em Timor Leste.

b) O governo português aproveita sempre para reforçar o seu silêncio e inércia. Perante a contra-informação que noticiava a extinção da guerrilha maubere, perante notícias e testemunhos que patenteiam a força da resistência civil e militar ou o fracasso das operações militares indonésias, Portugal reage com o mesmo silêncio e paralisia, deixando toda a iniciativa à Indonésia.

3.ª As posições assumidas em 1984 pelo governo português (ou membros deste) constituem o corolário final e extremo de toda a política desenvolvida desde 1974, pois propõem públicamente a integração Timor Leste na Indonésia e recusam a participação plena do povo maubere e da FRETILIN num processo sério de autodeterminação.

Notas:

a) As posições de Jaime Gama e Mário Soares coincidem plenamente com as propostas da Indonésia, nomeadamente no que se refere ao papel de Portugal. As iniciativas portuguesas parecem continuar a ser feitas de conluio com a Indonésia e em secretismo.

b) Ademais, estas propostas surgem quando a Indonésia se encontra a braços com problemas internos urgentes (crise económica; desmoralização do exército indonésio; fracasso das operações militares indonésias; crescente expressão da recusa popular à integração; reacção das Igrejas, em solidariedade com o povo maubere; solidariedade internacional com a luta do povo de Timor Leste; reforço da oposição indonésia; luta armada na frente da Nova Guiné Papua; crescentes contradições internas no poder indonésio no que se refere à escolha de uma solução para Timor Leste: diplomática, política, militar...)

Neste quadro, Portugal actua como um aliado da Indonésia, ignorando a FRETILIN e o Plano de Paz e pugnando pela integração.

4.ª Uma acção diplomática decidida por parte de Portugal teria contribuido para o isolamento e enfraquecimento da Indonésia, favorecendo a paz na zona, a consecução dos princípios descolonizadores e a independência do povo maubere.

partidárias existem apenas no curto prazo e não podem ser continuadas no futuro. A acção política não se limita a um jogo de combinatórias entre posições partidárias. Estas só têm sentido político se forem viáveis, e só o serão se estiverem em conexão com as possibilidades sociais, com a dinâmica social.

Quando isso não acontece, a decisão política ou se torna puramente imaginária (e houve vários exemplos na primeira fase, de que o mais óbvio é o processo de nacionalização de empresas com o objectivo de fazer dessas empresas o motor do desenvolvimento nacional) ou se torna fragmentada, acabando por se manifestar como o produto incerto de pressões sociais ou como o mero ajustamento à força das circunstâncias, que se reconhece (habitualmente com atraso) mas não se domina. Em termos rigorosos, não se justifica sequer falar de decisão política a este propósito. Há uma cerimónia formal, há um ritual que se cumpre (apesar de tudo, o *Diário da República* continua a publicar-se), mas nem há convicção na decisão política nem há um efectivo respeito social pelo conteúdo desses exercícios formais do poder.

Nestas circunstâncias concretas, a estabilização do poder, realizada através da formalização de maiorias, é uma oportunidade para reforçar o ritual e para dar mais segurança à continuidade da cerimónia, mas não é uma garantia de eficácia e de efectividade desse poder político. Os interesses sociais poderão continuar fragmentados e a decisão política poderá continuar a sofrer os impactos de pressões sociais desencontradas, assentes numa mera lógica de clientelas, algumas das quais nem sequer têm uma característica nacional. A sociedade poderá continuar a reproduzir e a reforçar as anteriores tendências de inviabilidade sem que lhe seja contraposta qualquer direcção política consistente — e sem que haja fundamento razoável para o esperar quando a convergência de maiorias obriga a prever a continuidade dos mesmos modos de decisão política que se conhecem de fases anteriores.

Tudo isto se reflecte na relação política, tanto no carácter defensivo do exercício do poder como na indiferença em termos das suas alternativas possíveis. Esse carácter defensivo tem a sua tradução mais significativa na subordinação do poder político às relações de clientela e às estruturas sociais corporativizadas mais fortes. A satisfação gradual ou demorada dessas pressões é um meio para manter o seu apoio e, ao mesmo tempo, para evitar a sua autonomização, exactamente porque isso poderia conduzir ao estabelecimento de uma nova corrente política. A autoridade do poder não é, assim, uma verdadeira direcção política; essa autoridade é apenas um meio de ordenação das pressões sociais de modo a que elas não venham a constituir uma ameaça a esse tipo de poder. A indiferença das alternativas resulta do facto, em si mesmo muito simples, de não ser possível a quem se encontra exterior ao poder justificar que teria melhores condições para realizar essa função de satisfação de pressões sociais do que quem já está no poder. Há uma barreira para a entrada neste «mercado». Essa barreira, por sua vez, facilita os processos de co-optação, em que os agentes do poder utilizam essas suas posições de supremacia para associar às suas acções e às suas decisões aqueles que poderiam constituir alternativas com credibilidade.

É natural que esta hipótese da indiferença das alternativas seja especialmente difícil de aceitar num regime democrático. Afinal, há liberdade de expressão, há partidos concorrentes, há eleições nas datas previstas — e até algumas eleições suplementares —, não há fraudes eleitorais nem há intromissões declaradas de instituições nacionais que não têm uma especificidade política. Contudo, a variável explicativa deste efeito de neutralização de alternativas políticas não se deve procurar no formalismo democrático, estritamente cumprido, mas sim na fragmentação social. É essa fragmentação dos interesses sociais, que se reflecte no interior das próprias instituições nacionais como as Forças Armadas e a Igreja, que impede a formação de alternativas democráticas consistentes ou, no caso limite, que impede a formação de movimentos anti-democráticos. Não há efeitos sociais detonadores para esse tipo de mudanças nem há nenhuma estrutura de organização política com capacidade para dar expressão a outro modo de acção política.

Neste aspecto preciso, esta fase mais avançada do pós-salazarismo apresenta sinais mais nítidos de decadência política do que outras fases iniciais. O estatuto da diferença é agora mais necessário, mas é menor a credibilidade das estruturas orgânicas em que essa diferença se deveria manifestar, assim como é menor a capacidade de atracção social do que se apresentar como diferente — não porque essa diferença não seja socialmente desejada, mas porque a desconfiança em relação às aparências será agora maior. Aliás, sendo mais reduzidos os meios materiais e estando mais evoluídos os condicionalismos de inviabilidade, pode mesmo admitir-se que a formação de uma alternativa política não é um projecto atractivo, que se considere realizável, que possa reunir as capacidades que seriam necessárias para a sua execução.

O formalismo democrático é, assim, o melhor veículo para a continuidade do que tem pouco a ver com a funcionalidade democrática. A dinâmica da fragmentação social assimilou a dinâmica democrática, e esta transformou-se na cobertura legitimadora daquela. A variedade natural das escolhas democráticas evoluiu para a afirmação de um poder político que se torna inevitável porque não é possível a concretização da sua alternativa. A sucessão de artifícios defensivos para proteger a democracia acabou por colocar o exercício do poder à mercê da dinâmica social que não controla. A inevitabilidade deste tipo de poder corresponde à inevitabilidade do seu fracasso, apesar de concentrar os meios da sua autoridade e a razão da sua legitimidade.

O Estado: a importância de ser funcionário

As duas alterações históricas essenciais ocorridas nos últimos dez anos são dois prolongamentos lógicos de tendências originadas no salazarismo: a descolonização (que, no que tem de determinante, é um assunto do antigo

Notas:

a) A prova a contrario desta tese está num período de excepção da política portuguesa: durante 4 meses, em 1982, Portugal desenvolveu uma apreciável campanha diplomática que preparou o debate nas Nações Unidas, nesse ano. Embora, defensiva, esta campanha contribuiu para que a comunidade internacional não esquecesse o carácter do problema de Timor Leste, donde resultaria sem dúvida o sancionamento da agressão e anexação indonésias.

b) Portugal não pode escudar a sua política no pressuposto (sempre presente nestes10 anos) de que é inevitável a vitória militar indonésia. Pelo contrário, deve reconhecer que a resistência popular já deu provas de que não enfraquecerá, nem mesmo com uma integração sancionada legalmente e apadrinhada por Portugal. Por conseguinte apenas se admitiria do governo português que actuasse de acordo com os princípios constitucionais e internacionais, pugnando por uma solução de autodeterminação, independência, retirada total da Indonésia; os meios necessários seriam uma ofensiva diplomática permanente conjugada com os países amigos (nomeadamente os cinco países africanos de expressão oficial portuguesa), reconhecimento da FRETILIN e adopção do Plano de Paz proposta por esta; para tanto Portugal dispõe de inúmeros instrumentos e apoios.

c) A tese defendida actualmente pelo governo nem sequer tem apoio dos movimentos de opinião já expressos em Portugal (deputados, partidos, Igreja, organizações de solidariedade, personalidades diversas, etc.), pelo que nada justifica (a não ser um possível compromisso secreto com a Indonésia).

d) Com a integração de Timor Leste na Indonésia, Portugal não tem nada a ganhar — política, económica ou militarmente. A independência da ex-colónia, pelo contrário, abriria algumas perspectivas: perante a opinião pública internacional; cultural, económica e politicamente — como se prova no caso das outras ex-colónias. E mesmo nestes casos tudo prova que os erros de percurso são recuperáveis; só os erros nas opções políticas de fundo (caso de Timor Leste) podem tornar-se irremediavelmente graves.

III Parte

Se, em relação a outros capítulos da descolonização, se trata de fazer um balanço, uma análise retrospectiva conclusiva e, eventualmente, saber o que se deve seguir à descolonização em matéria de relações entre os países irmãos, já em relação a Timor Leste a situação diverge em absoluto: a descolonização não foi cumprida; os princípios de Abril não foram respeitados; existe toda uma política de 10 anos que é necessário analisar e fazer inflectir; o povo português (e até a Assembleia da República) encontra-se tão à margem de um processo (do poder português) atentatório da dignidade dos povos e dos direitos humanos como antes do 25 de Abril.

Naturalmente que esta questão não pode ser debatida com seriedade nalgumas dezenas de minutos. Por outro lado, ousamos dizer que o desprezo por este debate equivale ao esquecimento definitivo e declarado dos princípios de Abril.

Assim, a não ser possível um verdadeiro debate conclusivo (e com perspectivas intervenientes) neste Seminário, *propomos seja decidida a continuação do debate noutra data*.

Finalmente, e para além das 8 teses apresentadas, apontamos mais 4 questões que são outras formas de abordar a questão de Timor Leste.

1. Em 1974, Timor Leste era uma «província» que, tendo um povo, uma cultura e uma história própria, vivia uma situação diferente das ex-colónias onde a guerra de libertação se encontrava agudizada (por ex. Angola, Moçambique e Guiné). Hoje, porém, passaram 10 anos de resistência civil, militar, cultural e política que alteraram completamente os dados objectivos e que cria uma nova situação de facto. Por outro lado, Portugal continua a ser potência administrante *de jure* mas já não de facto. Questões levantadas:

— Irreversibilidade do processo de luta pela independência;
— Papel prático de Portugal perante o seu estatuto jurídico;
— significado particular de «descolonizar» neste caso.

2. Dentro de Timor Leste, em particular nas zonas libertadas, ou em luta, a FRETILIN é a única força política com expressão e acção reais. A Indonésia reconhece-o de facto e atribui-lhe um papel representativo ao sentar-se à mesa das negociações. Diversos países e entidades internacionais o reconheceram também. Questões postas:

— Reconhecimento da FRETILIN como movimento de libertação, e mesmo como único interlocutor possível dentro de Timor Leste e, obviamente, como único representante da resistência ao invasor e da consciência nacional.

— Qual o seu estatuto jurídico; qual o seu papel na preparação da paz naquela zona e na garantia dos princípios (universalmente aceites) de afirmação da identidade nacional maubere e da independência.

— Responsabilidade de Portugal caso venha a criar uma situação do tipo *cessar-fogo imposto de fora*, com o objectivo de criar condições e ganhar tempo para o desenvolvimento de partidos fantoches em Timor Leste.

3. A FRETILIN apresentou à opinião internacional, às autoridades indonésias e aos orgãos de soberania portugueses um Plano de Paz. Questões levantadas:

— Papel de Portugal; responsabilidade do poder português perante o povo de Timor Leste e a comunidade internacional.

4. Quanto à política portuguesa para Timor Leste, já vimos o seu significado (ou pelo menos o seu resultado objectivamente inequívoco). Questões levantadas:

— Quais os meios e formas de provocar e realizar uma inflexão dessa política?
— Quais os princípios (autonomia, independência, paz na zona, reconhecimento internacional, etc.) a preservar e como obter uma coerência de facto entre princípios e iniciativas.

5. Do ponto de vista constitucional e interno, em Portugal:

— Papel da Presidência da República.
— Papel do Governo e da diplomacia.
— Papel da Assembleia da República.
— Papel dos defensores dos princípios de Abril. (Não esquecendo o significado da Revolução do 25 de Abril de 1974 e, em contraponto, o carácter ditatorial e atentório dos direitos humanos do regime de Suharto).

Os retornados mudaram Portugal

Fernando Dacosta

Ninguém sabe ao certo quantos são. Alguns referem oitocentos mil, outros um milhão e meio. Vieram por barcos e por aviões, golfados em caudais intermináveis de desespero e desamparo. Imobilizaram-se ao frio, ao pudor, ao cansaço. O eco do seu êxodo, sem bíblia nem israel, condoeu então o mundo. O velho império português retornava cabisbaixo, naufragado, às praias de onde, cinco séculos atrás, partira para uma epopeia de façanhas imorredoiras.

Refeitos os bocados de cada um, ergueram-se e atiraram-se em frente. Chegaram, em pequenos grupos, a todo o país; e em pequenas ocupações, a todos os sectores. Como novos *bandeirantes*, colonos uma vez mais, foram para o interior carregando cóleras e pânicos, vinganças e ousadias.

A sua *raiva* foi a sua força; a *anti-fé* fê-los mover montanhas, dominar medos, vencer a loucura e o desamor. E dar provas espantosas de coragem, de persistência, de engenho de invenção.

Com ajudas de instituições, de subsídios, de empréstimos, de amigos, começaram a fixar-se e a transformar os locais onde se detiveram.

A emigração e o exílio tinham despovoado meio país. Aldeias inteiras apenas albergavam velhos e crianças, povoações havia que não tinham sequer um habitante. Era um país de deserções e decrepitudes a viver das mesadas dos emigrantes e dos militares, e das contas dos turistas; um país onde estava (está) tudo por fazer, por merecer; como estavam (estão) os sertões da memória africana.

Então repetiram aqui o que há decénios faziam lá. Mas lá tudo era grande, fácil, farto, acessível: mão de obra, créditos, comércios, terrenos, colheitas, gados, máquinas, solidariedades. Havia terra, terra, e espaço e, como no oeste americano, *sonho*. Um homem tinha, se quisesse, a dimensão de um *deus*.

Há centenas de anos que desembarcamos de idas e retornos, a diferença nunca foi muita, que pegamos em proles, haveres, ilusões e feridas, e partimos para *dentro*, oceanos e continentes, em *peregrinações interiores* de fé, cobiça e trapaça.

Com a mesma convicção que iniciámos mares e impérios desistimos deles, renunciámos a eles. Deixamos tudo a meio, talvez por sermos, sem o saber, suficientemente sábios para isso.

«Não foi a riqueza, nem a terra que Vasco da Gama buscou nos Lusíadas. Foi», diz-nos o professor Agostinho da Silva, *«a Ilha dos Amores»*.

Como a não encontrou/encontrámos, suspendemo-nos, *incompletamo-nos* — que é uma maneira de nos *completar*. Daí que o fado seja a nossa *realidade* e o sebastianismo a nossa *igreja*. Estamos sempre a partir e a chegar, somos *retornados* de nós próprios. Expulsos há dez anos de África queremos partir de novo para África — *outra*. Samora Machel é reverso de Vasco da Gama.

A maior parte dos que vieram irá, porém, perecer aqui. Não sobreviverá à morte da *sua* Angola, do *seu* Moçambique, da *sua* Guiné. Que tenta reconstruir em Moncorvo, em Viseu, em Lisboa, em Sagres, em...

Do mesmo modo que tentou reconstruir Moncorvo, Viseu, Lisboa, Sagres, em Angola, em Moçambique, na Guiné, em Cabo Verde, em S. Tomé, na Índia, no Brasil.

África foi *portugalizada* em África nos últimos séculos; Portugal está a ser *africanizado* em Portugal nos últimos decénios. Os musseques do Prenda irrompem no Alto do Dafundo; as marrebentas agitam os bailes dos domingos suburbanos; as churrasqueiras florescem nas estradas beirãs; o caril, a cerveja, o fumo, os *fumos*, sobem aos planaltos nortenhos; o imaginário dilata-se; as histórias de caça, de aventuras, de magia, de abundância, perpassam os cabeços de granito e giesta.

Um sopro quente perturba a pele dos que ficaram, dos que na história só vêem partir, soldados, missionários, mercadores, emigrantes, exilados, e vêem voltar: deslumbrantes de riqueza uns, pasmados de vazios outros.

Vai fazer agora dez anos que o princípio do *fim* se deu. O que aconteceu, entretanto, a essas populações escolhidas para expiar a culpa do nosso colonialismo?

Portugal está reduzido à sua origem, está devolvido a ele próprio — de vez.

A exaustão apazigua as feridas, dissolve a angústia, enevoa a memória, gera o futuro. Novos países surgem aqui, em Angola, em Moçambique, na Guiné, em Cabo Verde, unidos na mesma língua e no mesmo afecto.

Quando D. Dinis acaba o seu reinado Portugal está *pronto*. Território definido, possui campos férteis (defendidos das areias pelo Pinhal de Leiria), dispõe de castelos sólidos (que não deixam avançar os espanhóis), desfruta de religião própria, exulta vontade de existir.

Existir desenvolvendo-se internamente (podia ser hoje uma Dinamarca), ou derramando-se externamente. *Derramou-se*.

Engendra então a espantosa gesta dos Descobrimentos — que o faz mudar o mundo e *perde-se* de si.

De *senhores* em Luanda, Lourenço Marques e Bissau, passamos a *criados* em Paris, Bona e Bruxelas. Regressados de uma condição e de outra, encontramo-nos no ponto de partida. E o pequeno berço range ao peso dos que se lhe aninham, ora cansados e submissos, ora esbracejantes e coléricos.

Portugal está a ser reconstruído pela raiva dos retornados. E a raiva dá muita força. «Em breve vamos sentirque estamos a ser colonizados por eles», especifica-nos o professor Agostinho da Silva. «Eles vão lançar mão a tudo... agarrar-se à terra, usar com as pessoas de cá os mesmos métodos que usaram com as de lá. Para eles o aldeão é o preto, o nosso camponês começa já a dizer: patrão retornado é bruto!».

«Cá os retornados olham e dizem: vamos fazer aqui a nossa vida como fazíamos em África, que não deu certo por culpa destes tipos, porque o Exército não se portou bem, nem os políticos».

«Eles acham que têm que melhorar Portugal como os brasileiros de Camilo... dentro de alguns anos o País vai reconhecer que a força fecundadora lhe foi dada por eles. São por natureza construtores de impérios, não são navegadores. No Brasil fundaram fazendas, em África abriram lojinhas».

«Para aqui não trazem divisas, como os emigrantes, constroiem é coisas. E quando os emigrantes voltarem vão cair sob o seu domínio. Eles dominarão quando as reservas de oiro se acabarem e quando as remessas dos emigrantes cessarem. Nessa altura também o FMI terá desaparecido».

Apontada como um fenómeno ímpar de absorção social, só possível em povos de grande generosidade, a integração dos retornados tornou-se, escassos anos após a sua chegada, um caso surpreendente.

À desconfiança inicial, por vezes hostilidade, com que foram recebidos, sucedeu a convivência a amenidade. A própria palavra «retornado» (rapidamente popularizada apesar de nem sempre exacta ou justa) quase que não se ouve já.

O exemplo que deram de trabalho, de iniciativa, de inter-ajuda, de preserverança granjar-lhe-iam depressa respeito e admiração. E temor.

Desde ministros poderosos, no Governo Central (Almeida Santos) a vogais humildes nas autarquias interiores (das 12 câmaras do distrito de Bragança, por exemplo, oito são de retornados); desde industriais prósperos a indigentes asilados, desde o grande hoteleiro de Albufeira à empregada de copa de Castro Daire, desde o aviário modelo de Pegões à queijaria tosca da Estrela, estão em toda a parte, bispos, militares, juízes, contrabandistas, artistas, jornalistas, cientistas, cozinheiros, professores, polícias, prostitutas, chulos, desportistas, funcionários, estão em toda a parte transformando o meio, matizando o tecido social, alterando os espectros políticos, religiosos, morais, ideológicos.

De *subvalorizados* passar a *sobrevalorizados*. Vivendo em círculos concêntricos assumem-se em certas zonas como *castas* de poderio crescente. Alguns tornam-se os novos *donos da terra*. «Mais de 50 por cento vive melhor aqui do que lá», repetem-nos.

Hoje controlam vários sectores, são a sua classe dirigente e exigente; formam uma rede por todo o país que se organiza, alarga, fortalece, interpenetra.

Mais do que o dinheiro, porém, ou a riqueza em si, é o triunfo, o êxito, o domínio que lhes interessa. *«Se em vez de nos terem disperso pelo país nos tivessem dado uma província só para nós, éramos agora uma potência, os de fora tinham de nos pedir batatinhas!»* afiança-nos Custódio Antunes, no Cartaxo, antigo camionista no norte de Angola.

Foi jogando nessa mentalidade que surgiram, por exemplo, candidatos próprios à presidência da República, como Pompílio da Cruz, e candidatos seus representantes privilegiados como Galvão de Melo.

Os grandes partidos políticos depressa passaram a aliciá-los e a recebê-los nas suas estruturas internas de onde os injectaram na administração pública.

«Eles é que fizeram pender a balança no sentido da contra revolução!» comenta o antigo deputado José Manuel Jara, único retornado no grupo parlamentar do PCP.

A sua inserção provoca em muitos observadores surpresa. A França (com retornados da Indochina, da Tunísia, de Marrocos, da Argélia), a Itália (da Líbia e da Abissinia), a Bélgica (do Congo) ainda sofrem internamente as sequelas na sua descolonização.

Aparentemente Portugal *dirigiu-a*.

Aparentemente todos se ajeitaram. *«Foi como se tivéssemos de entrar num estádio cheio, abana daqui, acotovela dali, fomos avançando»*. A frase de João Meira, é expressiva. *«A grande ajuda ao retornado foi ele próprio que a deu. Somos um povo com uma capacidade de integração maravilhosa, e em todas as circunstâncias. Fomos o único povo da Europa que se adaptou a viver no sertão, que se casou com pretas. Mas a nossa adaptação tem sido feita à custa de muito esforço, de muito sacrifício, de muitas vítimas. Sofremos de uma doença muito grande: o saudosismo»*. Para João Cabral, oriundo do Lobito, actualmente director do Apoio Cristão Internacional, *«o êxito da integração é muito relativo. Foi a política seguida pelos governos que calou os retornados. Separaram-nos, polvilharam-nos pelo país, tiraram-nos a força. E eles resignaram-se. Em França, não, os argelinos foram existentes, o mesmo aconteceu noutros países, por isso se ouve ainda falar dos seus retornados. Aqui amocharam!»*.

Diversos organismos surgiram em sua defesa e apoio. Organismos religiosos, políticos, assistenciais, culturais, educativos. Oficiais, como o IARN; internacionais, como o Apoio Cristão e a Cruz Vermelha; filantrópicos, como a Associação de Apoio aos Angolanos; reivindicativos, como a ANERM — Associação dos Naturais e Ex-Residentes de Moçambique, e a FRAUL — Movimento Nacional de Fraternidade Ultramarina (que pretendem indemnizações do Estado); recreativos, como «Os Inseparáveis do Lubango» (cerca de sete mil no último piquenique realizado no Buçaco.

Os mais crentes têm uma Santa sua, a Nossa Senhora dos Retornados, a quem dedicaram há pouco, em Oliveira do Bairro, grandes festividades.

Dispõem também de uma imprensa própria (como o jornal «O Retornado», o boletim «A Voz do Cid») e, muito próxima (casos do «Dia» e do «Diabo»).

Após a sua chegada a Lisboa, onde eram acolhidos pela Cruz Vermelha e pelo IARN, recebiam alimentação e assistência; uma parte beneficiou de créditos, subsídios e empréstimos que permitiram a alguns, dado o seu juro bonificado, reorganizar-se e lançar-se em diversas actividades.

Por quase todo o país surgiram, assim, empresas comerciais (cafés, restaurantes, supermercados), industriais (aviários, fábricas transformadoras, serviços de frio), agrícolas, transportadoras, piscatórias, etc.

Os funcionários públicos passaram por sua vez a ser integrados no Quadro Geral de Adidos com 60 por cento do ordenado.

Educação, Saúde, Agricultura, Administração Interna (PSP), Finanças e Administração Autárquica são os ministérios onde se encontram maioritariamente.

Mal concedidos, ou não concedidos, seriam os créditos para compra de habitação própria (572 mil contos), depressa bloqueados pela burocracia e pela falta de vontade política.

As especulações, os desvios de fundos, a corrupção, o compadrio, o oportunismo, o roubo, dificultaram e desacreditaram no entanto (as irregularidades ascendem a mais de meio milhão de contos) parte do esforço desenvolvido. Os processos judiciais levantados (1 800 por fraude, no valor de 130 000 contos) continuarão a correr depois da extinção da Comissão Liquidatária do IARN.

«O povo português não é colonialista», repete, insuspeito e surpreendente, Samora Machel.

Muitos dos que voltaram de África também não. Foram mais *colonizados* do que *colonizadores, deram mais do que receberam, deixaram mais do que trouxeram.*

Os que, deles, colonizaram, exploraram, não estão entre eles — arraia miúda espalhada de norte a sul, de oeste a este, a trabalhar com as suas proles e as suas fúrias, noites dentro, sem horários, sem fins-de-semana, na ânsia de um aturdimento devorador e final.

Os anos passaram. Os frutos disso surgiram. O sopro de renovação que desencadearam transformou já a face portuguesa. A que preço?

Um país marginal surge paralelo ao *oficial*. E sobrepõe-se-lhe por vezes em vitalidade, em provocação, em ousadia.

É o país ambíguo e secreto das especulações, dos tráficos, dos subornos, das cumplicidades; o país que evita alfândegas, escamoteia fiscos, submerge éticas; o país que desconhece balanças de pagamento e imposições do FMI.

O português sempre foi sábio nesse saber escapar-se às normas da *legalidade* — política, económica, religiosa, militar. Daí que uma parte discreta de retornados se lhe tenha introduzido, célere.

O submundo das cidades, os negócios penúmbreos, as especulações vertiginosas, foram roleta em que apostaram e ganharam.

Os «bas-fonds» da capital, as boites da província, as transacções *secretas* (diamantes, automóveis, electrodomésticos, favores a poderosos) passaram a passar por eles na determinação de reconquistarem aqui privilégios e níveis de vida perdidos lá.

Desinseridos da luta que os trabalhadores portugueses desenvolvem há anos, *curto-circuitaram-na* em diversos sectores por falta de tradição (dela) e por ânsia de cairem nas boas graças (e nos bons lugares) do sistema emergido.

Vindos de terras de menor *exigência* mas de maior *abertura* acabaram por modificar-se ao modificar o meio. Sobretudo os mais jovens, detentores de estatutos de outra liberdade, sem os tabus aqui solidificados nem as normas aqui secularizadas.

As relações que estabeleceram com os que encontraram permitiram-lhes alterar comportamentos; idêntico fenómeno deu-se, aliás com os filhos dos emigrantes em férias. Entre os que vieram de África e os que vêem da Europa, o *velho* português abre-se, também ele, a novas convivências, a novas frontalidades.

Os turistas estrangeiros e as telenovelas brasileiras ajudaram ao *cerco* que os tempos *pós-modernos* nos estendem à volta. Os jovens que enchem hoje os cafés e as discotecas da província são já produto dessa tão fascinante como curiosa *miscigenação* cultural.

As dificuldades, as faltas de perspectivas, os desalentos são os mesmos para todos eles, pretos, e brancos, e mulatos, e mestiços, e amarelos, e loiros, e ciganos; os que retornaram de África, os que nasceram cá, os que hão-de vir da Europa, os que não poderão já partir porque já não há África, nem Europas para desbravar e servir. O ciclo está fechado.

Expulsos do paraíso por *pecados originais* não assumidos, vivem agora assombrados na fixidez da memória. Passar horas entre si é recuar no tempo. As suas casas estão cheias dele, de objectos, de fotos e de símbolos, o «naperon», a estatueta de madeira, o carro, o tapete, a música, a balalaica, o espeto do churrasco, a pele de cobra.

À volta da mesa bebe-se o cálice do reencontro. A solidariedade é-lhes uma religião quase patética, feita de rituais, de perguntas, de ternuras, de silêncios, de imprecações. Baptizados pelo mesmo fogo, conheceram o mesmo pânico, o mesmo desamparo, o mesmo Golgota, a mesma humilhação; um pacto de *suor* uniu-os para sempre.

Não podem por isso aceitar o que se passou. *Morreriam* se o fizessem. Dizem-se, sentem-se enganados pelos políticos que os «iludiram deliberadamente»; dizem-se, sentem-se traídos pelas Forças Armadas que os deixaram, sem intervir, se golpeados; dizem-se, sentem-se vítimas e inocentes; só assim conseguirão *salvar-se* perante si mesmos.

Daí o seu apoio aos grupos de direita e extrema-direita aos que, por ironia, foram os primeiros grandes responsáveis pela «tragédia da descolonização».

Não proceder como procedeu era, porém, admitir a sua cumplicidade, o seu desconhecimento, o não sentido, afinal, da sua vida — lá.

Cá, ele contribuiu para o desandar da Revolução. Esta, que o sabia (na 5.ª Divisão houve quem preconizasse o seu *abandono* para o seu *massacre*), trouxe-o, no entanto, de regresso numa ponte aérea de incomensurável dimensão.

A maior parte deles, porém, veio com a roupa do corpo, com escassos haveres em caixotes e notas inúteis nos bolsos. Alguns tentaram permanecer em África. Amavam-na, serviam-na, era a sua terra. Nada tendo a esconder nada tinham, pensavam, a recear. Os governantes diziam-lhes, pela imprensa e pelos comícios, isso mesmo.

Caso a caso, história a história, as suas vidas fazem-se *mitos*. As Áfricas distanciam-se na memória, ficam névoa que se dispersa pelo país, arco-iris em horizontes queimados de futuro.

Alentejo, Algarve, Beiras, Trás-os-Montes, em todo o lado encontrámos as mesmas faces, os mesmos olhares, as mesmas acusações, o mesmo aturdimento. Como exércitos de *inocentes* depois da derrota, estendem-nos as palavras e abrem-nas ao sol: Não têm *arrependimento* porque não têm culpa.

A todos, e foram centenas, repetimos a pergunta: nunca pensaram que lhes poderia acontecer o que aconteceu? As respostas são unânimes: nunca! Não tinham informação do que se passava, os jornais e a rádio nada diziam, ou diziam que estava tudo resolvido.

Apenas ouviremos, num terceiro andar de Benfica, uma excepção: *«Os que tinham consciência da situação sabiam. Aliás depois, da independência da Argélia e da independência do Congo, era previsível. Receava até que fosse pior»*. Ex-deputado do PCP, o dr. José Manuel Jara acrescenta: *«A camada progressista e intelectual de Angola era, porém, uma minoria. Em 600 mil brancos devia haver mil que tinham consciência do que se passava. Os outros quiseram viver a ilusão colonial até ao fim. Não conseguem agora suportar esse fim. Vieram de um mundo grande onde criaram coisas grandes. Aqui tentam fazer o mesmo, construir também coisas grandes. O pior é que aqui tudo é pequeno!»*

Nos extremos sociais que ocupam, os retornados habitam as casas mais modernas das aldeias e os tugúrios mais deprimentes das cidades. As grandes vivendas que irrompem pela província são, na verdade, deles e dos emigrantes; os bairros mais degradados também, como os de pré-fabricados vindos da Holanda e da Noruega, e de outros países caritativos. Desfazem-se ao frio, ao vento, ao tempo, em Braga, em Vila Real, em Viseu, em Moncorvo, em Montalegre, em Miraflores.

Construir casa e montar negócio foi o seu grande projecto lá e cá. A primeira coisa (única?) que o português fez em África e no Brasil foi o levantar abrigo, abrir balcão, arranjar mulher, semear prole; a sua melhor *alfaia* foi, continua a ser, a *revenda*.

Daí o ele só saber organizar-se economicamente e *adiologicamente* (sem ideologia). Os povos de que descende/descendemos, judeus, romanos, fenícios, cartagineses, vieram, aliás, pelo mesmo corredor, o do Mediterrâneo, e tinham todos características *comerciais*, não *agrárias*.

As perspectivas de intensificar agora o comércio (legal) são, porém, difusas. O *boom* que se verificou nele, e por ele, na construção civil, nas explorações hoteleiras, industriais e pecuárias (possível devido aos empréstimos do IARN) entrou em declínio.

Os *economistas* do FMI estão a desempenhar hoje aqui o mesmo papel que os *políticos* de Salazar desempenharam ontem em África.

Teremos de fazer outra, e depois outra, e outra *descolonização;* de voltarmos a ser *náufragos* e *retornados* porque só através dos *regressos* e das *partidas* nos reencontraremos.

«Assistimos já», diz o escritor Rui Nunes (os criadores pressentem estes fenómenos antes dos técnicos e dos políticos) *«a um retorno a África»*, visível, por exemplo, *«no fascínio pela sua literatura; voltamo-nos para Sul, abandonamos a Europa»*.

Que não nos quer.

Procuramos o útero na distância, o passado no destino; o País volta a estar *pronto*.

D. Dinis poderá ser o próximo Presidente da República.

A questão colonial, a política externa e o 25 de Abril

Manuel Braga da Cruz

Pediram-me para abordar neste colóquio sobre o 25 de Abril a situação colonial no quadro da política internacional. A questão colonial está efectivamente na origem do 25 de Abril. O regime caiu, é certo, tanto devido a factores internos como externos, mas tanto uns como outros se reconduzem ao problema ultramarino, isto é, ao que em linguagem oficial se chamava o «problema da integridade» e que, mais propriamente, consistia no problema da integração externa.

Por isso, ao analisar as determinantes internacionais do colapso do regime, temos necessariamente que analisar o agravamento da situação colonial na perspectiva da política externa. Com efeito, foi a política ultramarina do regime que cavou inevitavelmente a sua sepultura, ao provocar, por um lado, o progressivo isolamento diplomático, e com ele o enfraquecimento político externo do regime, e por outro lado, o agravamento da insolúvel contradição entre processos de integração em curso no seio do regime e da sociedade portuguesa.

1. O progressivo isolamento diplomático

A primeira década do pós-guerra foi assinalada, no panorama internacional, pelo acesso à independência de grandes nações do extremo oriente (Paquistão, Índia, Indonésia, Laos, Cambodja, Vietnam do Norte e do Sul) e do norte de África (Líbia, Egipto, Sudão, Marrocos, Tunísia), e culminaria em 1955 com a formação, por esses novos países, do Movimento dos Não Alinhados na Conferência de Bandung. Esse movimento independentista alastrou pelo continente africano nos começos da década de 60. As grandes potências coloniais compreenderam a inexorabilidade histórica dessa tendência, e procuram criar um novo quadro de relações internacionais com esses novos países recém-chegados à independência. A comunidade britânica e francófona, por um lado, e a Aliança para o Progresso do Presidente Kennedy, por outro, traduziam esse novo posicionamento das velhas metrópoles perante antigos territórios dependentes ou subordinados. Como coroamento deste reconhecimento, a própria Assembleia Geral das Nações Unidas fez aprovar em 1960 a conhecida *Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos colonizados*.

Salazar, em Lisboa, porém, decidia colocar-se à margem, e até mesmo contra, esse processo hirtórico então desencadeado, rejeitando toda e qualquer transição gradual e pacífica dos territórios ultramarinos para a independência, desprezando iniciativas quer das Nações Unidas quer dos países aliados para encontrar a tempo soluções para os problemas cuja gravidade se ia adensando no horizonte.

O primeiro aviso veio da Índia, onde os propósitos de anexação dos territórios sob administração portuguesa começavam a ser manifestos desde começos da década de 50. Identificando liminarmente *presença* com *soberania* portuguesa, Salazar recusa peremptoriamente qualquer negociação que admita a transferência da segunda. Sobrevalorizando a capacidade própria de enfrentar os movimentos da história, parte para um radical confronto que ameaçará seriamente a primeira.

Os factos são conhecidos. Em 1954 regista-se a ocupação dos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli. Salazar prefere o recurso a expedientes jurídicos onde havia que prever, antecipadamente, com soluções políticas. A

publicação do novo *Estatuto do Estado da Índia* em 1955, e o posterior recurso ao Tribunal Internacional de Haia para garantir o direito de passagem para os enclaves, ocultam, sob a capa do legalismo, a ausência de vontade política em procurar qualquer futura real autonomia, preservando desse modo a continuidade de uma presença secular portuguesa no Oriente e no Ultramar em geral.

A sistemática recusa em negociar ou prevenir atempadamente situações conflituais que pusessem em perigo os interesses portugueses no mundo, dão os seus trágicos resultados a partir de 1961, com a eclosão em Fevereiro da revolta em Angola, dando origem às guerras de libertação, com a ocupação simbólica em finais de Julho do Forte de S. João Baptista de Ajudá no Dahomé, e com a invasão militar em Dezembro de Goa, Damão e Diu.

A partir de então crescem as pressões internacionais sobre o governo de Lisboa para que altere a sua política ultramarina, e à medida que esta se mantém inflexível, crescem também as reprovações pela sua impenitência e rigidez, e sobretudo pela opção de opor à razão histórica dos povos a força das armas

Nas Nações Unidas multiplicam-se as iniciativas para convencer o governo de Salazar a enveredar pela descolonização, primeiro através de convites de colaboração e de medidas de persuasão, mais tarde, perante a ausência de espírito colaborante, por meio de medidas frontalmente hostis e agressivas. Das Comissões de estudo e das conversações dos primeiros anos da década de 60, passa-se progressivamente, a partir de meados da década, à aprovação de sanções contra o nosso país (Junho de 66, etc.), à preconização do corte de relações diplomáticas com Lisboa (Dezembro de 66), à expulsão ou abandono forçado de vários organismos internacionais (Conferência Mundial do Turismo em 1963, Conferência Internacional da Instrução Pública em 1964, Conferência Técnica da UNESCO em 1965, a própria UNESCO em 1971), ao apoio directo aos Movimentos de Libertação (Agosto de 1970), à sua admissão como observadores em Comissões (Setembro de 1972) e como membros em organismos, uma vez proclamada unilateralmente a independência (como foi o caso da admissão da Guiné-Bissau na FAO em Novembro de 1973).

Os governos aliados procuraram igualmente convidar o de Lisboa a colaborar com as Nações Unidas para uma autodeterminação não violenta e controlada, nomeadamente a administração norte-americana e brasileira dos recém-eleitos presidentes Kennedy e Janios Quadros. Mas em vão. Como ainda recentemente o reconheceu o então Ministro Franco Nogueira, «Portugal passou a ser um estorvo para os seus próprios aliados; por não os seguir, mas mantendo-se como aliado prejudicava a *imagem* daqueles junto do terceiro mundo; e a ordem política e constitucional portuguesa era havida por desafio e violação das normas em que os novos impérios procuravam assentar o seu poderia e que pretendiam impor a todos. Além do bloco soviético, estavam contra Portugal, por razões diferentes mas paralelas, o bloco latino-americano, os Estados Unidos (e o bloco afro-asiático — acrescentámos nós). Nisto consistiu o *isolamento* português» (1).

É certo que por inflexão política interna ocorrida nesses países, a posição das principais potências ocidentais se foi alterando ao longo da década em relação à questão colonial, variando porém nos anos 70 com as alterações de governo nalgumas delas, nomeadamente na Alemanha e na Inglaterra. Em todo o caso, o apoio que deram à política ultramarina foi muito mais feito pela negativa (isto é, para evitar males maiores) do que pela afirmativa (concordância de objectivos e métodos), não conseguindo desse modo evitar o crescente isolamento que o corte de relações diplomáticas encetado em 1963 pelos países da OUA desencadeou.

Sintoma desta desagregação de solidariedades internacionais dão-nos de um modo particularmente elucidativo as relações com o Vaticano. Toldadas ainda na década de 50 com o conflito surdo com a *Propaganda Fidei*, a propósito do Padroado do Oriente (2), e agravadas com a visita do Papa à Índia em 1964 — considerada pelo Ministro dos Estrangeiros como um «agravo injusto e inútil» — atingiram o seu ponto crítico com a audiência do Papa aos dirigentes dos Movimentos de Libertação em Junho de 1970, sem esquecer o subsequente agravamento de que são testemunhas os ataques ao «colonialismo português» no Sínodo dos Bispos em 1971, a expulsão de Moçambique dos missionários Pobres Brancos em 1971, de alguns padres em 1972 e do próprio Bispo de Nampula em 1974. Debilitara-se desse modo um dos grandes apoios morais da presença ultramarina portuguesa, com efeitos não só internacionais mas também internos.

A política de guerra que se persistia em manter encontrava assim, para além da insatisfação popular e do cansaço militar, falta de apoios políticos e morais internacionais. O governo de Lisboa, «orgulhosamente só», na conhecida expressão de Salazar, era por isso mesmo, em 1974, *um governo enfraquecido e condenado ao seu próprio solipismo e egoismo políticos.*

Mas para além desta razão, uma outra decorrente desta faz da questão colonial a responsável principal pela eclosão do 25 de Abril: o problema da integração.

2. Integração ultramarina versus integração europeia

A defesa de uma política ultramarina integracionista obrigou logicamente o governo de Salazar à adopção crescente de consequentes medidas de política económico-social que, alterando o antigo relacionamento colonial,

(1) Franco nogueira, *Diálogos Interditos*, vol. I, pp. XXX.
(2) Salazar, *Discursos*, vol. V, pp. 255 e ss.

estabeleciam a necessidade de unificação económico-social do então chamado «espaço português», isto é da metrópole e do ultramar.

Por outro lado, o desencadear do processo de unificação europeia, com a assinatura do Tratado de Roma em 1957, exercia sobre Portugal um efeito de atracção que se revelava de difícil, senão impossível, compatibilidade com o projecto, apresentado em 1961 pelo Ministro Correia de Oliveira, de criação de um Mercado Comum Português.

Com efeito, nesse mesmo ano fulcral de 1961 intensificou-se os apelos internos à preparação para a unificação europeia, como por exemplo o que Ferreira Dias dirigiu nesse sentido aos industriais portugueses. Admite-se então oficialmente uma futura adesão à CEE, mas desde que essa adesão atendesse, na expressão do mesmo Ministro Correia de Oliveira, à estrutura política interna do regime, à posição do Ultrmar, e às necessidades do desenvolvimento económico. Assim, o regime político vigente, a sua política ultramarina e o atraso económico eram oficialmente reconhecidos como obstáculos ou problemas na perspectiva de uma futura integração que ninguém ousava então repudiar abertamente. As negociações com a CEE foram por isso até solicitadas pelo governo português logo em 1962.

O governo de Salazar pretendia usufruir das vantagens da integração europeia sem perder a exclusividade dos benefícios da dominação ultramarina. «Assim como temos um particular interesse ao mercado europeu — dizia Correia de Oliveira em Outubro de 1967 — também amanhã nos poderá convir a participação em arranjos comerciais ou de cooperação económica em África», sendo porém para o Ministro «inevitável uma solução que nos propusesse o levantamento de fronteiras aduaneiras (no caso em exame, a pauta exterior comum da comunidade) entre o território europeu e os demais territórios portugueses (3). Por outro lado, o governo pretendia que a integração na CEE não fosse apenas da metrópole mas de todo o território sob administração de Lisboa. «Não podemos sujeitar-nos a uma organização supranacional que tenha uma concepção física da nação europeia, limitando esta qualificação àqueles países cujo território nacional se situa exclusivamente na Europa; não podemos aceitar uma participação no mercado europeu — dizia a concluir Correia de Oliveira — que não abranja todos os territórios nacionais».

Este dilema «ou integração europeia ou integração ultramarina» resolveu-se ao longo dos anos 60 por um congelamento da primeira, que a participação na EFTA não deixaria de ir perspectivando, e por uma acelerada realização da segunda.

Com a liberalização política e económica do marcelismo a questão ganhou porém nova acuidade. a modernização tecnocrática então encetada punha na primeira ordem de prioridades a aproximação do mercado comum, sacrificando ou relegando para segundo plano problemas que a haviam refreado na década anterior. A opção surge então ligada à opção liberalizante no terreno político e económico, sendo seu porta-voz, por excelência, na renovada Assembleia Nacional, o jovem deputado liberal Pinto Leite. Em contrapartida, a opção ultramarina surge ligada às posições políticas mais irredutíveis de continuação da política ultramarina de Salazar, que encontravam no deputado Franco Nogueira a sua mais autorizada e intransigente defesa.

«Não temos na Europa, enquanto Metrópole — disse na assembleia Nacional em Abril de 1970 o ex-Ministro dos Estrangeiros da década de 60 — suficiente individualidade e tipicidade para sobreviver a um conflito de que saíssemos derrotados. (...) a nossa força de resistência apenas podemos ir buscá-la fora e além da Europa, e esta consideração conduz-nos hoje e no futuro, como sempre nos conduziu no passado, ao Ultramar». Criticando, por isso, os que «dão prioridade à opção europeia sobre a opção ultramarina», e os que entendiam que se deveria alterar a política ultramarina para se ser europeu, acusa frontalmente que «a integração económica da Europa é um mito; como é um mito a sua unidade política». Além disso, «nunca a Europa teve em conta os interesses puramente portugueses», e hoje «continuamos a não ter na Europa nenhum interesse vital a proteger». Por isso, «não temos que ser europeus ou anti-europeus: temos de pensar em termos portugueses acima e além de tudo». Com uma integração europeia — concluía Franco Nogueira — «passaríamos a ser colonizados pela Europa, e depois a Europa colonizaria o ultramar português: podemos estar certos que a Europa não vai cuidar da nossa prosperidade».

A réplica dos europeistas liberais não se faria esperar. Dias depois, o deputado Pinto Leite reafirmava que «é fundamental que o país tome consciência do que o movimento centrípeto iniciado pelo Mercado Comum é irreversível e que Portugal, embora de vocação ultramarina, é também europeu, e não deve nem pode fugir-lhe. Mais tarde ou mais cedo teremos de entrar em qualquer tipo de relação íntima com a CEE. Bom é que não se espere pelo último momento, para se ter de procurar precipitadamente uma solução que poderá ser a menos conveniente». E lembrando que a epopeia ultramarina de quinhentos «foi preparada e continuada dentro do contexto europeu, e não fora ou contra ele», e que a «decadência se inicia justamente quando Portugal se começa a isolar da Europa», Pinto Leite contesta que a integração europeia seja um mito mas antes uma realidade bem patente e que «a longo e a médio prazo, não subsistiremos como individualidade nacional se nos ensimesmarmos no esplêndido isolamento do espaço português». Indo mais longe, o deputado liberal acusou os «grupos de pressão» que se opunham à aproximação do Mercado Comum de serem os mesmos que se opunham à liberalização do condicionamento industrial, que contribuíra para o fortalecimento das estruturas monopolistas e

(3) Entrevista ao «Diário de Lisboa», Outubro de 1967.

regime) e o alargamento das funções do Estado. De base de suporte indispensável da política de Salazar, o Estado evolui para a função complexa de área de resolução dos problemas de equilíbrios entre grupos sociais, de racionalizador das acções colectivas, de principal apropriador da produção social, de promotor do desenvolvimento e, o que não é menos importante, como factor principal de segurança numa sociedade em recessão económica. Dificilmente se encontrará um exemplo mais evidente de sobrevivência de um quadro organizacional durante uma evolução por concepções políticas que se suporia serem drasticamente opostas.

Em abstracto, podem-se construir modelos justificativos das capacidades de uma estrutura organizativa como o Estado para realizar essa função complexa genericamente sumariada acima. Em concreto, será pelo menos surpreendente que uma sociedade que não gera naturalmente centros diversificados de racionalização consiga fazê-los aparecer numa única entidade e estruturá-los aí de um modo diversificado de modo a corresponder às diferenciações de interesses existentes na sociedade.

Esta dificuldade concreta não era desconhecida de Salazar. E se usou o Estado como base de suporte para a sua política, não deixou de o fazer com particulares precauções (a mais importante das quais seria a arbitrariedade nas promoções e nas punições) e, naturalmente, porque não construiu outra base alternativa para o seu modo de exercer o poder. O que é surpreendente, pelo menos ao nível da análise política, é que as concepções democráticas não tenham estabelecido a crítica desta utilização do Estado para fins de controle político e, pelo contrário, tenham continuado as linhas de tendência anteriores também neste domínio, mas agora sem as precauções que uma direcção política autoritária poderia ter. Às dificuldades concretas gerais somam-se as dificuldades concretas específicas que resultam do desregulamento deste instrumento político que é o Estado, transformado agora numa entidade com uma dinâmica própria que se sobrepõe à decisão política, ainda que esta possa invocar a sua legitimidade democrática.

Em lugar de ser o suporte de uma acção política ou, no quadro dos objectivos abstractos, o principal factor de equilíbrio, de racionalização e de dinamização, o Estado passou a ser o primeiro problema político, a entidade orgânica onde se manifestam e concentram os mais complexos problemas políticos. Perante a legitimidade democrática dos decisores políticos, o Estado contrapõe a força material da acumulação dos sinais e dos factores de inviabilidade.

Contudo, o papel do Estado pode também ser apreciado numa outra perspectiva, agora como suporte específico dos agentes políticos e das organizações com vocação política. Numa sociedade onde se fragmentam os interesses sociais e onde não existem centros de racionalização diversificados, a sustentação dos agentes políticos e a continuidade da sua acção constituem problemas de difícil resolução. Com excepção dos casos, certamente raros, onde o agente político é também detentor de uma fortuna pessoal, a sua actividade política tem de ser apoiada por alguma forma «particular» de obtenção de meios financeiros. Não tendo sido os partidos organizados de modo a satisfazer esta função primária, a actividade política e a sua continuidade ficam dependentes ou do acesso a uma fonte de rendimentos protegida ou de uma rápida acumulação de rendimentos que funcione como se de uma fortuna pessoal se tratasse. Na primeira hipótese há, para um número restrito de agentes políticos, o acesso a cargos electivos (e ainda assim com a necessidade de assegurar a repetição da sua fortuna eleitoral); para o restante número de agentes políticos, muito maior, há o recurso a uma posição no funcionalismo público. Na segunda hipótese, a acumulação rápida de rendimentos pressupõe a possibilidade de prestação de um serviço de tal modo valioso para alguns interesses sociais que justifique um pagamento igualmente significativo; como esse tipo de oportunidades não deverá ser abundante, é necessário diversificar esse serviço no tempo (e as decisões políticas demoram mais tempo do que seria justificável para que os seus objectivos viessem a ser realizados em boas condições) e nos sectores (de modo a que pequenas oportunidades possam vir a formar a acumulação de rendimentos desejada).

Estas duas hipóteses só aparentemente são diferentes. Na prática, elas articulam-se. A representação específica de interesses para prestação de serviços políticos remunerados precisa de ter acesso aos agentes do poder colocados em cargos electivos; estes agentes, por sua vez, precisam de manter as suas relações com esses representantes de interesses sociais para que a continuidade dos seus resultados eleitorais não seja posta em causa.

Em tudo isto, a extensão das funções do Estado e a contemporânea desagregação dos centros de racionalização privados (que eram também centros de acumulação de capital) fazem do Estado a principal área de oportunidades e de concentração de recursos financeiros (directos e indirectos) para o exercício desta função complexa de prestação de serviços. E exactamente porque é assim, será punido com o afastamento das áreas de intervenção política quem se recusar a colaborar na constituição e no reforço destas redes de clientelas político-patrimoniais. A história das cisões partidárias é um bom exemplo das consequências dessa punição.

Conjugando estas duas perspectivas, verifica-se que o Estado, sendo a principal área de acumulação de problemas e de recursos é, também, o principal bloqueamento a uma acção política consistente, equilibradora, racionalizadora e promotora. Mas o Estado é, ainda, a principal área de sustentação dos agentes políticos e a garantia de continuidade da sua acção, criando-se assim uma classe política funcionalizada e autosustentada, não só porque se paga a si mesma mas também porque produz o «mercado» onde os seus rendimentos se geram. Em abstracto, este é um processo que se pode manter indefinidamente, dando um novo e irónico sentido à tese política da apropriação «colectiva» dos meios da produção e às suas consequências na decisão sobre a distribuição do produto social.

oligopolistas e para retardar o progresso técnico da indústria, grupos de pressão esses — lembrou a terminar — que existiam e actuavam no sentido de desviar o poder político a favor dos seus próprios interesses, quer directa quer indirectamente, através da opinião pública.(4).

Efectivamente, a dualidade de perspectiva integracionistas parecia corresponder a contrastantes interesses não só políticos mas também económico-sociais. O prolongamento da guerra e da política ultramarina integracionista bloqueava a aproximação da Europa, a modernização tecnológica, a liberalização económica, que, por sua vez, se afiguravam pouco ou nada compatíveis com aquelas. Foi este dilaceramento de perspectivas de integração que acabou por minar a unidade do bloco social em que o regime se apoiava por excelência, e por provocar o enfraquecimento interno que havia de consentir o seu fim.

(4) José Pedro Pinto Leite, *Política Nacional e relações internacionais*, Lisboa, Moraes, 1970.

Parâmetros para a política externa portuguesa em África após a descolonização e de acordo com o espírito do 25 de Abril

Vinício de Sousa

Após a independência das colónias portuguesas terminou praticamente a colonização da África. Esta caracterizou-se pela submissão dos povos africanos aos estados europeus em que estes, os seus cidadãos e empresas se apropriavam directamente dos recursos naturais existentes nos territórios coloniais e exploravam os seus habitantes como força de trabalho quase escrava, sem lhes conceder um nível mínimo de direitos políticos e sociais.

Semelhante estado de coisas originou a revolta e a luta dos povos coloniais, os quais começaram a tornar-se independentes a partir dos inícios da década de 60.

As ex-potências colonizadoras, assim como outros países de economia capitalista desenvolvida que nunca tiveram colónias em África, possuidoras de uma vasta experiência de supremacia política, económica e social exercida sobre países formalmente independentes na Ásia e na América latina, pretenderam substituir o domínio colonial por novas formas de submissão indirecta.

Ao acederam à independência os novos países africanos encontravam-se na situação de possuir um grande atraso económico, o que era uma consequência da opressão colonial sofrida. Esta, permitindo aos grandes grupos económicos com capitais europeus, americanos ou japoneses manter posições importantes na economia dos países recém-independentes, originava a continuação da sua dependência económica. Por sua vez, esta dependência constitui o suporte da prosperidade dos Estados de economia capitalista desenvolvida. É fundamental para a sua riqueza continuarem a ter acesso fácil a matérias-primas baratas, a fontes de energia abundantes e com preços irrisórios, a mercados acessíveis para os seus excedentes de produção e a uma reserva de mão de obra fracamente remunerável e dócil. Consequentemente adoptam uma política favorável à manutenção da discriminação e da desigualdade dos Estados e à continuação da dependência económica dos países em vias de desenvolvimento.

É a esta nova forma de submissão e de exploração de países economicamente subdesenvolvidos e politicamente independentes que se denomina o neo-colonialismo.

Os países neo-colonizadores pretendem 3 objectivos principais:

1.° Obter e preservar a sua influência política nos jovens Estados.
2.° Assegurar a possibilidade de exploração das suas forças produtivas.
3.° Integrá-los no sistema económico capitalista mundial onde ficariam numa situação de discriminação e desigualdade perante os outros Estados.

Para conseguir estes objectivos têm utilizado dois tipos de políticas, a de *paternalismo* e a de *colaboração*.

Com a primeira procura-se submeter os novos Estados às suas tutelas, mantendo as ex-colónias como apêndices fornecedores de matérias-primas e produtos agro-pecuários a preços abaixo das cotações do mercado mundial. Para o efeito utiliza-se a denominada «política de ajuda» que consiste em exportar capitais, soluções técnicas e económicas, assim como comércio, tudo isto, evidentemente, nas mãos dos neo-colonizadores como processo de preservarem as suas posições de influência política e de domínio económico.

A segunda baseia-se na pseudo teoria científica de que, nas condições históricas actuais, em que é muito forte a «interdependência» e até a «intercomplementariedade» das várias economias nacionais numa mais ampla economia mundial, o desenvolvimento do denominado terceiro mundo se transformou num problema internacional e numa preocupação para os Estados de economia capitalista desenvolvida. Com base neste raciocínio concluir-se-ia que a colaboração dos países ricos com os países pobres é uma fatal necessidade e que a única medida para solucionar o progresso contínuo da economia mundial são as inevitáveis ingerência dos países desenvolvidos nos países pobres e a renúncia destes a certos aspectos da sua soberania.

Para satisfazer a este desiderato promove-se uma «colaboração» com os países subdesenvolvidos fornecendo-se-lhes «graciosamente» técnicas de desenvolvimento económico assim como os meios necessários, quer para o seu arranque, quer para a sua aceleração, através de medidas conjugadas e de esforços coordenados de forma que a economia do país pobre acaba por ficar subordinada à dos países ricos.

A colonização portuguesa em África foi sempre uma colonização a crédito. Quem obtinha a quase totalidade dos recursos naturais dos territórios coloniais eram as empresas com capitais estrangeiros. Para os portugueses ficavam algumas migalhas e as tarefas sujas e improdutivas da exploração colonial, a administração dos territórios e a repressão das populações.

As ex-colónias portuguesas tornaram-se independentes quando em Portugal se verificavam importantes transformações políticas e sociais, pelo que a sua neo-colonização só interessava e estava ao alcance dos países a quem pertenciam os detentores daqueles capitais.

Os movimentos que conduziram a luta e conseguiram obter a independência conheciam e estavam atentos ao fenómeno da neo-colonização. Conseguidas com muito custo e sacrifício as suas independências políticas era fundamental também obterem a independência económica.

Herdaram da administração colonial portuguesa uma situação de grande atraso económico, uma extrema penúria de quadros e trabalhadores especializados naturais dos seus próprios territórios e uma quase total dependência económica das firmas multinacionais. O êxodo apressado e fomentado do exterior dos colonos para Portugal, aliado ao analfabetismo e atraso técnico dos seus naturais originou quase que um vácuo em pessoal fundamental para o enquadramento das diversas actividades. A nacionalização dos meios de produção social que se encontravam nas mãos de estrangeiros e que foi necessário efectuar ainda acentuou mais as tendências que atrás se indicam.

Ao iniciar a sua vida económica independente os cinco Estados que foram colónias de Portugal em África tinham que partir quase do zero.

Independência económica não significa forçosamente uma total autarquia e o isolamento. Um estado para se desenvolver necessita de abrir internacionalmente as suas relações económicas, mas é fundamental que o faça em igualdade de direitos e com reciprocidade de vantagens para com os outros Estados.

Foi dentro destes princípios e levando em conta a situação de atraso inicial que os novos Estados africanos que adoptaram o português como língua oficial iniciaram o seu intercâmbio com o estrangeiro.

Necessitam de capitais, de equipamentos e de pessoal técnico e especializado. Para os obter têm que dar qualquer coisa em troca. Há no mundo quem esteja em condições de fornecer esses bens com a contrapartida de um preço. Acontece porém que os mercados internacionais são dominados pelos países de economia capitalista avançada e pelas empresas multinacionais que exigem para realização daquelas transacções a aceitação de cláusulas baseadas nas políticas de paternalismo e/ou colaboração que terminam sempre na submissão neo-colonial.

É nestas condições que surge entre Portugal e as suas ex-colónias a possiblidades de realização de um novo relacionamento.

Portugal não dispõe de capitais em abundância, nem de equipamentos muito aperfeiçoados. Pelo contrário, o nosso país debate-se com o mesmo tipo de problemas. Também está sujeito a ser neo-colonizado por países capitalistas mais desenvolvidos que, em troca daqueles bens, também lhe oferecem uma «política de ajuda» e a sua generosa «colaboração», o que, no fundo, significa uma maior submissão.

No entanto, em relação às suas ex-colónias ainda pode dispor de alguns capitais, poucos, de algum equipamento que, não sendo muito aperfeiçoado, ainda tem utilidade em África, mas possui, sobretudo, um grande conhecimento e uma vasta experiência dos problemas deste continente, difíceis de encontrar em qualquer outra parte e dispõe de bastante pessoal técnico e especializado capaz de realizar uma obra útil e necessária.

As condições de fornecimento destes bens têm de ser as da igualdade de direitos entre todas as partes e a reciprocidade das vantagens. Em troca destes serviços desenvolver-se-á o comércio entre todos estes países, o que é um factor de desenvolvimento e sobretudo uma amizade e compreensão que se iniciaram há séculos. É este tipo de relacionamento, em que nenhuma das partes procura obter vantagens sobre as outras, que se denomina a *cooperação*.

Foi, aliás, este o significado da mensagem que o presidente Samora Machel nos trouxe na sua inolvidável e calorosa visita a Portugal.

É a política de cooperação de Portugal com as suas ex-colónias a chave de cúpula do D de descolonizar do programa do M.F.A.

É este o parâmetro fundamental do que deverá ser a política externa portuguesa em relação ao continente africano.

Existem, infelizmente, interesses dentro do nosso país e sobretudo no estrangeiro que têm outros objectivos em mente. Procuram neo-colonizar os países africanos de expressão oficial portuguesa e também pretendem transformar o nosso próprio país numa neo-colónia de potências estrangeiras.

Como os cinco defendem intransigentemente a sua independência económica, não obstante as carências que sofrem, pensam instrumentalizar a política africano-portuguesa de cooperação para através dela introduzir cavalos de Tróia do neo-colonialismo.

Se lermos com atenção os comunicados oficiais emitidos depois dos encontros realizados nos últimos tempos entre governantes portugueses e dos países capitalistas desenvolvidos verificaremos a constante existência duma nota em que as duas partes encaram a sua «colaboração», no domínio da «ajuda» a África, dada a priveligiada posição de Portugal neste continente, especialmente junto dos países africanos de expressão oficial portuguesa. O que quer isto dizer? O que têm a ver outros Estados com a cooperação entre Portugal e as suas ex-colónias? Será que os governantes portugueses andam a vender o crédito e a boa fé com que os países africanos nos honram? Em troca de quê?

Estas perguntas são pertinentes tanto mais que não é com muita confiança que encaramos a política externa dum governo, cujo ministro dos negócios estrangeiros ainda há pouco tempo, na televisão, depois da assinatura dum tratado que permitia a instalação de mais bases militares estrangeiras no nosso território falava em *gestão da soberania nacional* (sic), como se a soberania fosse um património que se divide em parcelas, as quais podem ser vendidas, cedidas ou hipotecadas.

Há cerca de um mês realizou-se em Lisboa uma conferência no âmbito do Conselho da Europa sobre o diálogo Norte-Sul, designação eufemística para uma reunião que tratava da política a seguir pelos países europeus capitalistas em relação aos países subdesenvolvidos que aqueles pretendem neo-colonizar. Nesta conferência o mesmo ministro português, num embrulhado discurso defendendo a pseudo teoria científica atrás exposta da «interdependência» e da «complementariedade» das economias nacionais, propôs formas de «cooperação trilateral» entre Portugal, a Europa capitalista e os países africanos.

Não podia ser mais claro.

Há quem pretenda, e com o apoio do governo português, utilizar a cooperação como um instrumento de uma neo-colonização dos países africanos de expresssão oficial portuguesa.

Esquecem-se, ou talvez não, os promotores desta felonia que, de acordo com a tal pseudo teoria da «interdependência» e da «complementariedade» também cabe a Portugal a função de aceitar a ingerência dos outros nos seus assuntos internos e a renunciar a certos aspectos da sua soberania para que se desenvolva harmonicamente a economia capitalista mundial.

Repugna à consciência nacional este papel de vítima em holocausto de uma entidade metafísica, não aceitando também, de acordo com os cânones da nossa moral tradicional, faltar à confiança e amizade que outros já nos demonstraram.

Semelhante política de neo-colonização a crédito está condenada ao fracasso, tal como esteve a de colonização a crédito feita no passado. Ela não serve nem as aspirações dos povos africanos, nem as do povo português.

É esta a razão deste grito de alerta e se faz a sua denúncia porque contraria os princípios em que assentou a descolonização de acordo com o espírito do 25 de Abril.

A identidade nacional e o mar

Vítor Crespo

Nesta curta exposição não pretendemos abordar o essencial do tema que constitui este painel, mas tão-só contribuir para abrir o debate, com considerações sobre alguns aspectos da realidade nacional que julgamos mais terem contribuído para enformar a maneira de Portugal ser e estar no mundo.

1. Identidade nacional

Começaríamos por apresentar esta questão de forma axiomática.

Portugal e o povo português têm e desejam manter e afirmar uma identidade nacional.

Colocamos o problema desta forma porque consideramos que, tanto interna como internacionalmente, é reconhecida essa realidade.

Limitar-nos-emos por isso a tentar analisar alguns dos factores que quanto a nós devem estar subjacentes para a sua formação.

a. *A História*

Portugal e os portugueses têm uma longa história como povo e como Estado-Nação caracterizado por notável independência política.

Esta característica deve ser salientada por aquilo que representa de afirmação de uma vontade, formada internamente, portanto nacional, a orientar a acção do Estado, ou ainda como expressão comum de rejeição de opções não democráticas, mesmo quando tomadas em nome da Nação. Num caso e outro sempre vontade forjada internamente em apoio ou recusa de decisões nacionais e não contraposta a uma vontade exterior como acontece nos casos de perda de independência. No caso português há, por isso, um real sentimento comum de responsabilidade nacional pelo nosso destino histórico. Fenómeno esse que a existência de um vizinho de grande poder e marcado vinco cultural particularmente acentuou.

É certamente esse sentimento comum de continuidade do passado, de necessidades presente e de aspirações futuras que mais caldeia os comportamentos do grupo e que mais pesará na existência de uma identidade colectiva.

Assim, a história será, no caso português, o factor aglutinante geral que mais terá contribuído para a formação de uma identidade nacional e um dos que porventura mais influenciará a sua afirmação futura.

b. *Homogeneidade étnica*

Tendo o país sido habitado por povos de origens tão diversas como Celtas, Fenícios, Cartagineses, Judeus, Romanos e Muçulmanos teremos de reconhecer que desde muito cedo existe nos seus habitantes uma notável homogeneidade étnica, linguística e mesmo religiosa.

A explicação desta homogeneidade não poderá encontrar-se na raça, como pretendem alguns autores, ao admitir uma hegemonia dos primitivos habitantes da zona que vai do norte do Douro ao Tejo sobre os restantes povos que ocuparam o território e a quem, por isso, atribuem a ancestralidade portuguesa.

Nem deverá também procurar-se em confinantes geográficas já que as três regiões, Norte Atlântico, Norte Interior e Sul (mediterrânico) se prolongam pelas regiões espanholas que lhes são contíguas.

Esta notável homogeneidade étnica, linguística e religiosa deverá ser explicada a partir da História. Só poderá entender-se através de um destino histórico comum dentro das fronteiras políticas mais estáveis e antigas da Europa, o qual determinou uma vivência comum e o entrecruzar dos elementos distintos, num constante criar da unidade a partir da diversidade.

c. *Situação geográfica*

Não se distinguindo dos territórios vizinhos com que confina e não havendo uma unidade geográfica no território nacional, devemos salientar uma característica que é comum a todo ele, a sua situação de extremo limite do continente europeu. De facto, Portugal com a Galiza constituem o termo da continuidade da Eurásia. Para além das suas costas não há ilhas próximas, nem havia terras conhecidas nos primeiros séculos da sua existência como país.

Esta sim é uma singularidade nacional relativamente aos restantes territórios peninsulares, singularidade que viria a tornar-se decisiva. Será esta característica que determinará em muitos aspectos a história nacional e, com ela, a nossa maneira de ser e estar no mundo. Esta singularidade terá mesmo gerado as potencialidades que permitiram que Portugal se conservasse independente durante o longo período da unificação dos países peninsulares no Estado Espanhol e mantivesse posteriormente essa independência com o decorrer dos séculos.

No tempo da reconquista do território nacional já se notam efeitos determinantes desta situação geográfica na utilização de cruzados vindos do Norte em pelo menos seis tomadas de cidades aos mouros.

Ainda durante a Idade Média e num volume crescente, é de assinalar o comércio existente com todos os países do ocidente europeu. Das trocas de sal por cereais no início passou-se posteriormente para trocas de vinho, azeite, frutas, mel, cêra, couros, cortiça, etc. por cereais, têxteis e metais, armas e artefactos.

Comércio detido pelo sudoeste de França desde a alta Idade Média é prejudicado pela Guerra dos Cem Anos, no séc. XIV, passando a partir daí, progressivamente, para mercadores da Flandres e para portugueses e italianos. Assim, mercadores portugueses e estrangeiros, residentes em Portugal, passam a assegurar grande parte das trocas entre os países do noroeste europeu e os países do mediterrâneo cujas rotas tinham escalas obrigatórias nos portos nacionais, Setúbal, Lisboa e portos do Norte com relevância para o Porto.

Mercê dessa situação, o país tornou-se um hegemónico centro financeiro europeu, não só pela importância que crescentemente foram tendo os comerciantes portugueses, mas também pelos intereses esrangeiros ligados ao comércio e estabelecidos em Portugal.

Descrito que foi o início do movimento comercial português, não irei lembrar a relevância da situação geográfica no incremento do comércio português durante os séc. XV e XVI. Não recordarei também o florescimento do país através dele. Omitiremos ainda a influência que todo este circunstancialismo teve nos descobrimentos e na organização do império. Não poderemos porém deixar de lembrar que hoje, mesmo sem império, Portugal ainda se situa no extremo limite da Europa e se prolonga no Atlântico através de dois arquipélagos constituindo um vasto espaço português. E ainda que a individualidade e singularidade do país, relativamente às restantes regiões hispânicas, se deve a essa ligação permanente ao exterior que a situação geográfica determinou e o mar proporcionou.

Nos nossos dias, consolidada que está a identidade nacional, a situação geográfica e tudo o que com ela se relaciona, são ainda elementos a ter em conta quando se pensa em termos do Portugal do futuro.

d. *A cultura*

Até ao início do século XIV as escolas portuguesas achavam-se reduzidas às existentes em alguns poucos conventos e bispados. Isso, quando em bastantes pontos da Europa já floresciam muitas universidades desde o século XII.

Não admira portanto que na cultura portuguesa de então, apesar da acentuada influência eclesiástica, predominasse a cultura «tradicional» transmitida por via oral e limitada ao estabelecimento de padrões de valor, normas de comportamento e à comunicação de uma certa visão do mundo. Porém, mais importante do que isso, para o que pretendemos analisar, importa o facto de até ao século XIV como referem A. J. Saraiva e O. Lopes se não poder individualizar uma cultura portuguesa ou mesmo galaico-portuguesa. De facto, não podemos distinguir com precisão até então uma cultura portuguesa de uma cultura hispânica, em particular da de Leão e Castela, sendo que a cultura comum aos três países pode claramente ser individualizada de outras que se registavam em outras zonas da Europa. Mais uma vez por aqui se vê que as razões da independência do nosso destino histórico não deverão ser procuradas na existência de uma vincada identidade cultural circunscrita a um povo ou a um território. Pelo contrário, como teremos ocasião de observar, será a independência política e económica que determinará a singularidade da cultura nacional.

Poderemos começar a falar de cultura portuguesa como cultura individualizada e também de independência consolidada, quando se vence a crise que culminou em 1383-85. Curiosamente também quando se verifica uma enorme reorganização na estrutura social e política do país e quando Portugal, buscando capacidades de sobrevivência como Estado independente, se vira para o mar. Inicialmente, através da aliança com a Inglaterra, com quem aliás tinha já muitas afinidades marítimas e comerciais, e posteriormente, com o comércio favorecido pela expansão africana.

Estava lançado a partir daqui o traço daquilo que havia de marcar mais profundamente a maneira futura de Portugal ser e estar no mundo: Portugal, país pequeno e de reduzidas capacidades, iria procurar no seu relacionamento internacional a dimensão e as potencialidades que o seu espaço e riqueza não permitiam.

A partir do século XV os contactos internacionais muito frequentes, dos quais, pela importância cultural que tiveram, se devem salientar os mantidos com os Estados Italianos e do Noroeste Europeu, designadamente com as cidades de Bruges e Antuérpia, permitiram que fossem introduzidas no nosso país em tempo actual as correntes inovadoras da época. O florescimento do Humanismo português encontrará aí a sua explicação.

A riqueza que um comércio florescente proporcionava e a novidade que as descobertas constituíram chamaram a atenção de toda a Europa evoluída da época para o país. Assim, houve oportunidade de abrir a universidade e outros centros de saber a estrangeiros dos mais cultos ao seu seu tempo que por cá se fixaram, assim como houve a oportunidade de mandar estudantes frequentar universidades e colégios europeus. É a partir deste período em que se verifica uma abertura do país ao mundo geográfico e também ao mundo do saber que, de facto, floresce e se individualiza uma real cultura portuguesa.

Teremos aqui de salientar os méritos e mesmo a actualidade de uma política que, procurando no estrangeiro o que de melhor havia no domínio do saber, o fazia com o sentido do interesse nacional, integrando os valores importados nos nacionais, enriquecendo-os, mas sem sujeições descaracterizantes. De facto a cultura portuguesa do século XVI emparceirava com a melhor cultura europeia.

Não havia de durar muito, no entanto, a liberdade de criar que pouco depois se veria restringida pelas malhas da Inquisição e dos Jesuítas.

Esta marca da luta contra a Inquisição e a opressão que viria a dominar a cultura portuguesa durante 200 anos consecutivos, aos quais se seguiram depois largos períodos semelhantes, é ainda uma característica nacional que não poderemos ignorar ao tentar analisar as principais constantes da nossa identidade.

É durante a afirmação do estado moderno que a cultura portuguesa se consolida como cultura nacional de forma irreversível.

Durante o período filipino é já bem distinta a cultura portuguesa da espanhola apesar do esplendor daquela. Acontece até que são de referir influências portuguesas em Espanha devidas à ida para a corte de Madrid e Valladolid de grande número de intelectuais e artistas portugueses.

Ao assinalar, ainda que só em breves notas, a caminhada que permitiu a individualidade da cultura portuguesa dos nossos dias, não podemos ignorar o movimento restaurador e aquilo que ele representou durante todo o final do século XVII. Num movimento que ainda se mantém nos nossos dias, foram substituídas as tradicionais relações culturais com Espanha por influências de origem francesa e inglesa.

Estavam com isso estabelecidas as vias que possibilitaram atingir o surto de progresso e o desenvolvimento técnico e científico que o país conheceu no século XVIII e que a exportação de vinho e o ouro do Brasil propiciaram. Embora sejam designados por estrangeirados os responsáveis pelo progresso das Luzes, tal como no século XVI, teremos de assinalar o notável esforço por eles produzido no sentido da procura e aproveitamento de valores portugueses e de adaptação do saber importado aos interesses nacionais.

Mas a génese da identidade nacional não poderá ser apreciada sem pelo menos uma referência à influência que nela teve o Império ou os vários impérios. Os cinco séculos da sua existência e as múltiplas orientações a que foi sujeito produziram formas tão diversas de contacto com outros povos como as que derivam do comércio estabelecido com espírito mercantil e interesse mútuo, com vantajosas trocas recíprocas de saber e do qual resulta interpenetração de culturas e laços estáveis de cooperação; as que se traduziram em formas fixas de ocupação mas com associção de elementos locais e incorporação de aspectos da sua cultura dando lugar ao hibridismo; até às formas de ocupação para exploração do território com imposição de cultura e todas as consequências que daí resultam em antagonismos e recusa mútua de comportamentos e valores.

Não nos debruçaremos sobre a influência que terá tido na nossa cultura essa extensa diáspora do povo português pelo mundo, nem os traços da cultura portuguesa e outras influências que do Japão ao Brasil terão ficado, como aliás foi recentemente muito bem documentado na XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa. Queremos porém salientar, a propósito do tema deste painel, a importância e actualidade dessas influências nos países africanos que recentemente se tornaram independentes.

É sabido em geral que os portugueses têm grande capaciade de viver noutras paragens e de se relacionar com outros povos. Tem sido largamente referido ultimamente que o nosso poder económico não levanta problemas de dominação neo-colonial e que a capacidade tecnológica de que dispomos é adequada para a maioria dos empreendimentos dos países em vias de desenvolvimento. É do domínio público dispor-se em Portugal de conhecimentos especiais sobre muitas das infra-estruturas técnicas e industriais e mesmo sobre muitas empresas e organizações existentes nos países africanos de expressão oficial portuguesa.

Porém — facto que desejo vivamente sublinhar para a discussão do tema deste painel — não tem sido divulgado, com o realce que merecem, o valor e a actualidade dos conhecimentos técnicos e científicos de que se dispõe em Portugal sobre matérias tropicais e em particular sobre temas relativos aos países que foram colónias portuguesas.

Discutiam-se no tempo colonial problemas de custo/eficácia de alguns dos estudos científicos efectuados sobre matérias ditas ultramarinas. Contestava-se mesmo a utilidade-prioridade de alguns desses estudos. Analisado, porém, na sua globabilidade, o saber nacional sobre esses países e zonas, não poderemos deixar de lhe atribuir um valor inculculável e de dizer que muitos dos maiores especialistas sobre essas matérias se encontram em Portugal — trabalhando ou não nas disciplinas a que se dedicaram.

Assim, hoje, e relativamente às zonas das antigas colónias portuguesas, o principal centro de conhecimento sobre matérias tão diversas como geografia, cartografia, hidrografia e climatologia; geologia e petrologia; agricultura, pecuária e florestas; biologia e medicina tropical; etnologia e linguística e outros, situa-se em Portugal e é tido ou prosseguido por portugueses.

Este importante acervo de conhecimentos sobre matérias tropicais e africanas terá que ser preservado e prosseguido em todos os domínios onde se lhe reconheça valor e deverá ser potenciado sempre que, tal como hoje acontece entre nós, se analisar o potencial nacional e se procurarem maneiras de o valorizar.

2. Conclusão

Procuramos salientar, ilustrando com as notas anteriores, a importância que a posição geográfica teve na autonomia da nação e o valor da consequente ligação ao exterior, simultaneamente, na criação de uma identidade nacional e na viabilização da sua independência. E ao pensar na ligação ao exterior não poderemos deixar de referir a importância decisiva que o mar teve na escolha dos sectores com que se estabeleceu essa ligação e na sua concretização. De facto, essa ligação tem sido permanentemente a que corresponde à hegemonia que derivou do domínio do mar. Tal foi conseguido tornando-se o próprio país potência marítima ou, o que aconteceu durante mais tempo ao longo da História, através de alianças com a potência marítima.

Hoje, que o conceito de domínio do mar está mais difuso e com ele a distinção entre potência marítima e continental, é ainda de salientar a importância que o mar e tudo o que com ele se relaciona tem no nosso destino histórico.

Quando como neste painel, se pretende pensar na forma de Portugal ser e estar no mundo dos nossos dias, apesar da singularidade das condicionantes do actual relacionamento internacional, não podemos ainda, sem correr o risco de descaracterizar o país e sem menosprezar a principal fonte donde nos tem vindo a capaciade de manter a autonomia, não podemos, diziamos, fixar objectivos, gizar políticas, estabelecer planos, enfim repensar Portugal, sem considerar em todas as suas implicações as duas principais constantes da nossa existência como país e povo:

— a nossa posição como extremo limite da Europa com as extensões insulares atlânticas, com tudo o que de singularidade isso representa em relação aos restantes espaços ibéricos e mesmo em relação ao continente europeu;
— a indispensabilidade de um relacionamento internacional de características tais que permita compensar a pequena dimensão e riqueza do território pátrio através da aplicação das nossas capacidades no exterior.

Descolonização e política externa portuguesa

José Medeiros Ferreira

Os portugueses esforçam-se todos por demonstrar que sempre tiveram razão sobre as questões africanas e no entanto, Portugal tem repetido erros e acumulado derrotas naquele continente, que dariam, a povo menos seguro de si, óptimas ocasiões para se interrogar sobre tão mal amada vocação.

Pelo contrário assiste-se sempre à necessidade de erguer mitos para explicar algumas relações estreitas que mantivemos com o continente africano: foi o Mapa Cor-de Rosa, foi o oceano Moreno, foi o Portugal uno e indivisível, foi o espaço económico português, foi o terceiro-mundismo, federativo ou não, e ainda não nos cansamos de fabricar grandes teorias para simples factos característicos da sociedade internacional em que nos inserimos, preferindo o sonho — e até o pesadelo — à relatividade das realidades práticas.

Ainda hoje, por exemplo, o povo português paga, em divisas fortes, o erro de concepção sobre o futuro das nossas relações com a África Austral que esteve na origem da construção da barragem de Cabora Bassa. E, no entanto, os responsáveis por essa decisão fazem figura de esclarecidos saint-simonistas à custa das populações do Alentejo e do Algarve, sempre à míngua de água... Quem pede responsabilidades sobre esse empreendimento, sobre as garantias dadas pelo Estado português aos financiadores externos — numa zona e em termos que nenhuma companhia de seguros do mundo o faria — e sobre a sua actual situação? Quem responde? São os mistérios da nossa tão evocada tradição africana.

Tradição africana que muitos responsáveis políticos saídos do 25 de Abril evocam paradoxalmente, sem se darem conta sequer que este foi feito para permitir um novo tipo de relacionamento com o continente africano. Mas os fantasmas são assim, aparecem a todos os moradores de casas assombradas.

Ora o relacionamento entre Portugal e os novos Estados saídos da descolonização só poderá ser positivo se assentar em linhas inovadoras que pouca inspiração podem encontrar no passado.

Com efeito se a descolonização foi uma autêntica revolução copernicíana para portugueses e africanos, o estabelecimento de relações de Estado a Estado após as independências não andará longe da epopeia que levou Vasco da Gama à Índia...

Em primeiro lugar o Estado português teve que definir uma política imediata em relação a África, entre 1975 e 1976, tantos eram os problemas suscitados a resolver: retorno de nacionais; segurança dos portugueses que pretendiam ficar; interesses económicos a defender para não tornar mais pesado o fardo colonial ao povo português; diversificação dos mercados tradicionais em abastecimentos de café, açúcar, algodão, petróleo, etc.; e ainda julgar das consequências geo-estratégicas da descolonização. Tratava-se pois de definir qual o lugar que as relações com África ocupariam na estrutura da política internacional de Portugal sem colónias. Eu próprio havia concebido assim as relações entre Portugal e as ex-colónias em 1973, numa tese enviada para o Congresso da Oposição Democrática reunido em Aveiro:

«Nesta fase da presença de Portugal no mundo a descolonização impõe-se. Mas trata-se de descolonizar no

*Comunicação baseada numa intervenção feita na Universidade de Columbia, N.Y., no colóquio «Portugal-ten Years After the Revolution — Portugal ans África» — Nova York, Maço de 1984.

preciso momento em que decorre a integração europeia e mais intensa ligação de Portugal ao continente. Os processos estão aliás ligados e ligados a mais de um título.

Com efeito a Europa como um todo tende a interessar-se pela África e nesta fase da construção europeia três países são possuidores de chaves para aquele continente: a França, Portugal e a Inglaterra. Sem querer ir mais longe diga-se que o nosso processo de descolonização será fundamental para a consolidação da existência de uma zona económica e política abrangendo grande parte dos países europeus e africanos. Neste preciso ponto convém ser lúcido e ter a coragem de defender posições adversas a gregos e troianos.

Respeitadas as soberanias no que elas têm de essencial, assegurado um sistema de harmonização entre regiões ricas e regiões pobres como entre países ricos e países pobres e facultados às populações os instrumentos de participação e de controlo das decisões que lhes digam respeito, a zona a criar entre países europeus e países africanos afigura-se-nos riquíssima de possibilidades para ambas as partes e capaz de se impor ao mundo. Poderá mesmo vir a constituir resposta adequada à ingerência de duas grandes potências nos assuntos europeus e também africanos que são causa de precária soberania destes em relação àquelas.

Ora vários países poderão tirar vantagens de um enfraquecimento simultâneo, mesmo que temporário, da dominação portuguesa nas colónias e da presença dos movimentos de independência daqueles territórios. De qualquer maneira seria a independência destes países que se encontraria comprometida. As coisas sendo o que elas são não vejo o menor progresso histórico se a influência da África do Sul ou da Rodésia cresceram em Moçambique, ou se em Angola, após os portugueses, forem americanos ou russos, mais provavelmente aqueles do que estes, a imporem a sua lei e os seus interesses. Por independência entende-se coisa bem diferente. Deste modo a presença de Portugal, melhor entendida, pode facilitar o acesso das colónias a formas de independência mais interessantes do que aquelas capazes de passarem de todo por cima da lusa vontade. Quero dizer na minha que Portugal pode funcionar em relação a esses novos países como factor de uma maior independência destes.

Não há dúvida que em relação à África do Sul ou à Rodésia assim é. Mais delicado se torna provar que no que diz respeito aos movimentos nacionalistas, Portugal poderá ser garante de independência. E no entanto é simples: pela força das circunstâncias os movimentos de independência do tipo daqueles que operam nas colónias são geralmente debitores de potências estrangeiras que nas fases mais duras da luta os apoiaram materialmente. Aconteceu-nos o mesmo quando, invadidos pelas tropas napoleónicas, nos enfeudámos à Inglaterra. Não se trata pois de algo que lhes seja exclusivo, mas urge agir em consequência. Quer dizer: um diálogo entre Portugal e os movimentos nacionalistas deve proporcionar a estes as condições para a diminuição das influências tecidas no decorrer deste período de guerra e que possam revelar-se contrárias aos interesses dos territórios em questão.

Portugal deve pois funcionar em relação aos novos países assim criados como factor de uma maior soberania destes, sobretudo no período sempre decisivo do acesso à independência» *.

As realidades dramáticas da descolonização iriam dar outro contexto à tranquilidade destas afirmações sem lhes retirar, no entanto, o essencial da sua pertinência para o futuro.

Em segundo lugar o Estado português teve que criar rapidamente novos departamentos e instrumentos para essas novas relações, de uma natureza completamente diferente das que alguma vez tivera na sua História. (Basta recordar que a independência do Brasil proclamada em 7 de Setembro de 1822 só foi reconhecida por Portugal em 1825, para se compreender o inédito dessas relações imediatas com as ex-colónias africanas). Criou-se assim, em 1975, o Ministério da Cooperação que acabaria por ser extinto em Julho de 1976 com o advento do I Governo Constitucional; também em 1976 criou-se o Gabinete Coordenador para a Cooperação no MNE que assegurou o essencial das novas tarefas até ao estabelecimento de uma Direcção-Geral para a Cooperação em 1980 naquele Ministério. Por outro lado elaboraram-se vários estatutos para o Instituto Português para a Cooperação, espécie de «holding» dos interesses económicos portugueses em África. Existe hoje um membro do governo especialmente dedicado aos problemas africanos: o Secretário de Estado da Cooperação que depende do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Porém o Ministério das Finanças tem um papel muito relevante em todas as matérias de cooperação e da política económica e financeira entre Portugal e as ex-colónias, já porque o IPC depende também dele já porque sem a sua autorização não é possível a abertura de linhas de crédito significativas.

Podemos, por outro lado considerar parte das nacionalizações efectuadas em 1975 como um factor de racionalização nas relações entre Portugal e as ex-colónias, na medida em que permitiu ao Estado português escalonar e tentar gerir os interesses económicos e financeiros, evitando colocar como interlocutores dos novos Estados uma multidão desordenada de empresários privados mas o próprio Estado português. Assim computarizou-se em mais de setenta as sociedades de Angola que por força das nacionalizações em Portugal ficaram sob tutela do Estado. Justapostas as nacionalizações do lado português com as nacionalizações do lado africano feitas entre 1975 e 1977, concluimos que as questões económicas situam-se frequentemente ao nível das relações directas entre Estados.

Em síntese pode-se dizer que os problemas imediatos ainda não se esgotaram, nomeadamente a perda de mercados (o comércio com esse grupo de países da antiga zona do escudo decaiu de cerca de 13% em 1973 para cerca de 4% na actualidade) e o aumento da dívida pública directa do Estado graças aos encargos com

*Citação retirada do livro *Do Código Genético no Estado Democrático*, Lisboa, Ed. Contexto, 1981, pp 20-21.

Dos múltiplos problemas do pós-salazarismo, esta libertação do crescimento espontâneo da entidade estatal numa sociedade caracterizada por dinâmicas de fragmentação dos grupos e interesses sociais é porventura a mais significativa do que tem sido a evolução no regime democrático.

Relações funcionais e centros de racionalização

As avaliações das possibilidades políticas em termos abstractos são, na generalidade dos casos, fundamentos de construções imaginárias violentamente interrompidas pela força dos factos. Por isso mesmo, as tendências de inviabilidade são muito mais importantes para indicar as possibilidades políticas reais do que as construções apoiadas em relações combinatórias formais.

A necessidade de estabelecer relações funcionais na economia, na articulação entre o sistema económico e o sistema das relações sociais de produção e, necessariamente, na reavaliação dos limites da acção do Estado com implicação na economia, é uma condicionante política genericamente reconhecida. No entanto, esse reconhecimento não parece ser prolongado para a compreensão que também na política é necessário estabelecer relações funcionais, tão estritas como as que se pretende definir para a economia.

Um sistema político é uma estrutura muito dispendiosa em qualquer sociedade, especialmente numa sociedade que pretenda seguir uma via de modernização. É evidente que esse custo social tem de ser avaliado em termos de custo de oportunidade, isto é, em termos do que custaria à sociedade não ter um sistema político. Mas uma vez superada essa questão primária, sem grande significado na sociedade portuguesa há muitos séculos dotada de sistemas políticos institucionalizados, o custo social relevante deve ser avaliado em termos da eficácia e da efectividade da direcção política.

Neste quadro, a primeira avaliação de um sistema político deve ser feita em função da sua capacidade de racionalização e, se está estruturado em termos de uma orientação pluralista onde não se podem estabelecer racionalizações exclusivas, em função da sua capacidade de promover a constituição e o funcionamento de centros de racionalização diferenciados.

Em relação à organização política, esses centros de racionalização diferenciados são, em primeira linha, os partidos políticos. Em relação à organização social, esses centros de racionalização diferenciados são as formas de representação de interesses sociais, as estruturas de racionalização empresarial e as estruturas de produção cultural. Sem este conjunto de centros de racionalização, o produto do sistema político não justificará o seu custo social.

É nesta perspectiva global que se pode tornar a colocar a questão da tendência política forte que conduzirá à concentração de poderes. Em si mesma, é uma resposta ao pós-salazarismo, se este for essencialmente entendido como um período longo em que as relações de autoridade política não estiveram bem definidas. Ao responder a esta carência, a concentração de poderes retomaria uma linha funcional de viabilidade política. É uma resposta demasiado simples para a complexidade dos actuais problemas políticos da sociedade portuguesa. Durante o pós-salazarismo houve uma evolução histórica que não se processou no sentido de maior viabilidade das relações funcionais. Ainda que seja uma oportunidade oferecida pela concentração de poderes, a relação autoritária não será, só por si, suficiente para tornar viável o que não o é.

A relação estratégica necessária não parece ser, portanto, a que estabelece a ligação entre a concentração de poderes e a expressão da autoridade. A relação estratégica necessária continua a situar-se, como acontecia há dez anos, na ligação entre as relações funcionais e os centros de racionalização. A concentração de poderes para garantir a continuidade das tendências anteriores e dos modos de acção política já conhecidos não será mais do que a continuidade das tendências de inviabilidade. Para ser eficaz, para justificar o custo social inerente ao sistema político, a concentração de poderes terá de expressar uma efectiva capacidade de racionalização — pelo que a questão política continua a ser, como era há dez anos, muito mais uma questão de organização do que uma questão de autoridade ou de ideologia.

Modernização e regressão histórica

As crises históricas acontecem, mesmo quando existem todos os elementos que permitem a sua compreensão analítica. A acção política tem sempre consequências, sendo irrelevante que os seus autores depois se apresentem na disposição de se penitenciarem dos erros que propuseram ou sancionaram. A evolução de uma sociedade não depende da sinceridade das autocríticas.

A sociedade portuguesa não chegou a ultrapassar, no quadro do desenvolvimento europeu do pós-guerra, a fase de um desenvolvimento intermédio, onde o acesso a mercados coloniais compensava a sua posição periférica em relação à Europa. O ponto mais fraco e mais condicionante desse desenvolvimento intermédio, o ponto que seria necessário superar para que fases mais evoluídas qualitativamente pudessem ser atingidas, situava-se no domínio das estruturas organizativas e das capacidades dos centros de racionalização. Essas estruturas e a qualidade do que produzem não dependem de capacidades individuais nem podem estar dependentes delas. São estruturas colectivas e são hábitos de comportamento que precisam de períodos longos para se implantar e para

Cabora-Bassa. Com efeito, após a revolução de 1974, os credores do Consórcio, criado pelo decreto-lei n.º 49 225 de 4 de Setembro de 1969, exigiram que a dívida da Hidroeléctrica de Cabora Bassa fosse assumida sob a forma de dívida directa pelo Estado português.

Em 1977, segundo Abel Mateus, os encargos com a dívida de Cabora Bassa equivaliam a 50% da dívida pública directa *.

Problemas esses geridos por portugueses que, de uma forma ou doutra, haviam defendido a descolonização.

As «profecias» de Salazar adquiriam um relevo incómodo para os governantes do regime democrático português. Dizia Salazar que Portugal tornar-se-ia economicamente inviável sem a exploração colonial e que, saídos os portugueses de África seriam os soviéticos os seus substitutos.

Ora, no seguimento de algumas bolsas de influência soviética — nomeadamente a Somália e depois a Etiópia, sobretudo o Congo-Brazza — as independências das ex-colónias portuguesas trazem com elas um acréscimo de penetração russa. Essa penetração fora facilitada pelos apoios que a URSS havia fornecido aos movimentos de libertação com tanta naturalidade quanto não tinha interesses económicos na zona, nem relações diplomáticas com Portugal durante a guerra colonial, o que sempre dificultou o apoio doutros países.

Após a descolonização, uma das primeiras questões que se colocou aos responsáveis portugueses foi a de saber qual a natureza da penetração soviética em África e, depois a de saber como agir em consequência. Falo sobretudo daqueles responsáveis portugueses que actuaram tendo por principal critério a defesa dos interesses nacionais.

Portugal, aliás não era virgem na gestão dos confrontos entre potências marítimas e potências continentais na África Austral.

Quando a Alemanha bismarkiana, e sobretudo post-bismarkiana, revelou algum interesse pela África logo houve quem em Portugal festejasse o aparecimento ultramarino da potência continental e quizesse apoiar-se na Alemanha para contra-balançar a Inglaterra. Barros Gomes simboliza historicamente essa tendência.

Porém a natureza da expansão alemã em África revelou-se adventícia e verificou-se precária. Seria assim a natureza da influência soviética em África?

Havia quem afirmasse que o comportamento revolucionário do PCP em 1975, se devia aos apetites soviéticos pela África de expressão portuguesa e não tanto a uma tentativa de alteração das zonas de influência na Europa. É uma tese veiculada nos meios do pensamento estratégico tradicional em Portugal.

Mas, caso assim tivesse acontecido, seria legítimo pensar que a penetração soviética em África era de natureza expansionista. E os estrategos militares da ditadura salazarista teriam acertdo nas suas previsões!

Ora uma das discordâncias entre os estrategos da ditadura e os estrategos oficiais dos países ocidentais residiu na importância geo-estratégica a atribuir à África Austral na perspectiva do conflito Leste-Oeste. Para os portugueses essa importância era decisiva (controle da rota do Cabo, acesso a matérias-primas fundamentais para a Europa, etc.). Para os outros, de uma forma geral, bastante secundária.

Foi necessário deixar correr algum tempo para se verificar que o interesse soviético não ultrapassava facilmente o grau de aproveitamento de alguns «alvos de oportunidades», para utilizar conceitos desses meios. E, de uma forma geral, a tendência dos novos Estados de língua portuguesa foi para a diversificação das suas relações internacionais, dentro das características dominantes do movimento dos não-alinhados.

De qualquer maneira uma das questões que a descolonização levantou dentro das classes dirigentes portuguesas foi a de se saber o que fazer com a influência soviética em África. Aliar-se a ela preferencialmente? Combatê-la radicalmente? Coexistir com ela, e em que termos?

Para uns a penetração soviética constituía, para Portugal, algo de semelhante ao fenómeno germânico de interesse pela África nos fins do século XIX, e por conseguinte era uma presença favorável aos interesses nacionais na medida em que se opunha à hegemonia neo-colonialista de certos países ocidentais. Essa hegemonia neo-colonialista de países ocidentais era encarada como o maior obstáculo à manutenção de alguns interesses portugueses. Não havia, no entanto, qualquer garantia a esse respeito. Nunca a URSS propôs a Portugal, de Estado a Estado, semelhante entendimento.

Outros acharam que competia a Portugal agir no sentido de eliminar a influência soviética através do apoio a movimentos do tipo Resistência Moçambicana ou UNITA. Eliminar a influência soviética era, nesses casos, um eufemismo para designar as operações de derrube dos regimes da FRELIMO ou do MPLA.

Esta linha trazia vários riscos para Portugal, entre os quais o crescimento em flecha de uma potência hegemónica na região — a República da África do Sul, potência exterior e refractária aos esquemas racionalizadores da segurança internacional das Nações Unidas.

Ora os portugueses, antes das fatalidades ditadas pela guerra colonial, sempre encararam a política da África do Sul como a mais perigosa para os seus próprios interesses: basta recordar as persistentes cobiças da África do Sul pelo porto de Lourenço Marques, ou as dificuldades surgidas na fronteira sul de Angola quando o Sudoeste Africano foi constituído em Mandato C pela Sociedade das Nações.

Com a guerra colonial tal situação alterou-se, e o entendimento entre a RAS e a expressão colonialista da política portuguesa da altura tomou formas, bem conhecidas umas, desconhecidas até à data muitas mais.

---

*ver Abel Mateus, Crescimento Económico e Dívida Externa, I.E.D., Lisboa, 1982, pp 102-104.

O Professor da Universidade de Columbia em Nova York, Keneth Maxwell, descreve uma das consequências para a África do Sul do fim da guerra entre Portugal e as ex-colónias.

«In South Africa itself no one doubted that the portuguese colonies represented a breakwater against the tide of majority rule.

(...) With the portuguese gone, the South African defense budget tripled, standing at dls $1,332 billion for 1975-76. And on March 31, 1976 military spending was raised by another 40% percent «to meet increased threats on the borders».»

Dar a hegemonia à África do Sul na região era um risco que muitos responsáveis portugueses não queriam tomar.

Alguns propunham então que competia a Portugal apenas atenuar e localizar a influência soviética, de modo a permitir uma plena independência desses países e um acesso mais directo nas relações de Estado a Estado, sem se necessitar de forças políticas intermediárias ou de interlocutores privilegiados. Dentro deste grupo havia quem preferisse conseguir tal desiderato através de um apoio à política africana do movimento dos não-alinhados, embora o papel de Cuba nesse movimento e em África tornasse mais problemática essa aproximação ao problema. A atenuação da influência soviética far-se-ia, segundo outra linha, pela conjugação da cooperação portuguesa nas ex-colónias com a aproximação à Convenção de Lomé que reune os países do ACP à CEE. Ou por combinações trilaterais em que o terceiro parceiro «entrava» com meios financeiros. A Suécia e os Estados Unidos, por exemplo.

Mais recentemente Portugal introduziu a grande novidade oficial da sua política externa: a de pretender servir de ponte entre a África do Sul e certos países da zona da África Austral, nomeadamente Moçambique.

Essa novidade precisa de ser compreendida dentro dos desenvolvimento mais gerais da política externa portuguesa para aquela região.

Num colóquio efectuado na Universidade de Columbia em Nova York sintetizei a política externa portuguesa para a África Austral como ela se desenhou a partir de 1976 até aos nossos dias, do seguinte modo:

«Não sendo do interesse português acentuar a emergência de uma só potência hegemónica na região, a política externa portuguesa orientou-se, empiricamente, para os seguintes objectivos:

1.° atenuar a influência soviética, mas sem pretender eliminá-la, dado que a natureza da sua presença não se revela com probabilidades de hegemonia duradoura;
2.° promover algumas soluções que reduzam as probabilidades de conflitos armados na zona (Namíbia, p.e.);
3.° facilitar acordos entre a República Popular de Moçambique e a África do Sul por forma a permitir a cobrança da energia eléctrica fornecida pelo funcionamento de Cabora Bassa, cuja construção onera pesadamente o serviço da dívida externa portuguesa;
4.° manter a sua política de manobra entre diversas entidades ou Estados interessados directa ou indirectamente na região, de modo a não facilitar o aparecimento de uma potência hegemónica;
5.° apoiar, como factor essencial, a soberania dos novos Estados de expressão oficial portuguesa, garantes da integridade dos seus territórios e promotores da língua de Camões como língua internacional.»

A política externa portuguesa em relação à África Austral terá pois que ter em conta, perante a multiplicação de contactos com a África do Sul, quais os sistemas de hegemonia mais prováveis naquela zona, quais os sistemas de hegemonia que além de mais prováveis possam ser mais duradouros, e entre estes saber distinguir os que mais ameaçam os limitados interesses nacionais na região, tornando facultativos os seus serviços.

O pior que pode acontecer a Portugal naquela região é a formação de uma hegemonia única e duradoura que reduza a liberdade de acção dos países com que Portugal mais naturalmente se pode relacionar: nomeadamente a R. P. de Moçambique e a R. P. de Angola.

Também nos finais do ano de 1983 se falou na institucionalização de um orgão de consulta ou coordenação entre todos os países de expressão oficial portuguesa. Creio que devemos erradicar, por uma vez, as visões monolíticas nesse domínio da política externa nacional. Não faz sentido substituir o mito do Espaço Económico Português dos anos 60 pelo sonho da uniformidade e excelência das relações entre Portugal e as ex-colónias. Somos definitivamente partidários de uma política bi-lateralizada, assente numa escolha criteriosa de domínios a desenvolver.

Outro mito com curso legal assegurado é o de que há uma política ocidental em relação a África, e nessa política seria Portugal elemento destacado. É falso e nem nos interessaria que fosse verdadeiro.

É falso por não haver política ocidental conjugada nessa área do globo, onde os Estados em questão preferem apresentar-se com os seus próprios objectivos.

E não nos interessa, por ser mais que duvidoso, ficarem os interesses portugueses mais bem acautelados desse modo. As relações com África permitem-nos uma maior liberdade de acção no sistema internacional pelo que reduzi-la, seja a que título fôr, será sempre negativo para Portugal. A não ser para os que pretendem uma completa banalização de Portugal na cena internacional! Senão vejamos:

*Kenneth Maxwell, Portugal and África — The Last Empire, p. 342

Quem ameaça mais os nossos sectoriais interesses em Angola: URSS ou Bélgica? Temos alguma força militar em perigo no Atlântico Sul ou interessa-nos mais o futuro da Petrogal? E na questão linguística, quem ameaça mais o português como língua africana, o búlgaro ou o espanhol? E os Cubanos falam também espanhol...

Teremos pois algum interesse em projectar em África as zonas de influência Leste/Oeste? Nenhum, seja qual fôr o ângulo por que se encare a questão. Pedem-nos alguns serviços que podem ser úteis aos países nossos amigos e aliados no Atlântico Norte sem prejudicar o entendimento com os países africanos? Então a nossa colaboração deve ser reconhecida pelas partes interessadas. E o nosso esforço deve ter por critério evitar que os conflitos em África dêem origem a novas zonas de influência exclusiva. Um país como os E.U.A., porque têm um interesse apenas indirecto na área pode ser um aliado de Portugal, ou seja da política portuguesa na região.

Em África, a nossa única preferência será pois o entendimento com os Estados de expressão portuguesa e todas as políticas nessa área devem ser avaliadas de um ponto de vista próprio, tendo em conta o grau e os sectores de concorrência, a capacidade de atenuação dos conflitos regionais, os perigos de hegemonismo e o grau de possibilidade de se manterem. Sem esquecer que, para bem substituir Portugal nalguns territórios, não há melhor do que certos países com tradição no campo do neo-colonialismo...

Por outro lado, os adversários da nossa entrada na CEE capricham em mostrar as relações com África como uma alternativa àquele objectivo — que, aliás, não nos é imposto por ninguém, antes pelo contrário.

São vários os equívocos dessas posições situadas em quadrantes diferentes da vida nacional. Retenhamos dois:

O primeiro diz respeito à atitude dos próprios Estados africanos que, consoante um dos pressupostos do pedido de adesão de Portugal à CEE, estão interessados em pertencerem à remodelada Convenção de Lomé. Isto é, se Portugal não entrar na CEE ainda fica mais distante dos circuitos comerciais e de cooperação industrial com os países africanos.

Em segundo lugar, a estrutura do comércio externo desse grupo de Estados demonstra que a principal dificuldade reside na fraca capacidade de exportação desses países em produtos que interessem a Portugal. Enquanto esse dado não for alterado, grande parte do nosso comércio e mesmo da venda de serviços às ex-colónias, terá de ser baseado na existência de linhas de crédito concedidas pela banca portuguesa.

Em suma, a política externa portuguesa adquiriu com a descolonização uma liberdade de acção ímpar na sua história contemporânea. Não só a diplomacia portuguesa deixou de estar subordinada à defesa da tese insustentável do juridicismo constitucional da política ultramarina da ditadura, como se multiplicaram as combinações possíveis para as relações internacionais de Portugal.

Principais reflexos da descolonização nas relações externas de Portugal

Maria de Lourdes Pintasilgo

1. O enquadramento internacional na década de 74/84

1.1. *Os últimos casos de auto-determinação política*

A independência das colónias portuguesas marca o termo dos grandes impérios nascidos da expansão geográfica de quinhentos. Se é certo que permanecem ainda alguns territórios sob dominação colonial, a sua dispersão e a diversidade dos Estados que os mantêm sob tutela, distinguem-nos dos grandes espaços que, em diversos continentes, integram os impérios coloniais.

O caso do processo de libertação das antigas colónias portuguesas tem, na evolução da consciência crescente da exigência de auto-determinação dos povos como um direito inalienável, uma importância decisiva.

Em primeiro lugar, a independência dos novos Estados de língua portuguesa mostra à evidência a força moral de que se reveste o direito à auto-determinação. Não só os movimentos de libertação revelam, pela sua tenacidade na luta, o direito que lhes assiste, mas os próprios actores da «guerra colonial» do país colonizador declaram que a guerra não tem solução militar mas sim política. Em certo sentido (e embora os factos não pareçam confirmar esta opinião) fica demonstrado historicamente que o diálogo e a negociação são, mais do que as armas, instrumentos adequados da justiça entre os povos.

Em segundo lugar, a comunidade das nações, reunida na ONU, fornecera o quadro para a auto-determinação política. As Resoluções 1514 e 1541 da Assembleia Geral foram, ao longo da quase duas décadas, o referencial constante para as deliberações internacionais que agiram como força de pressão política sobre os países colonizadores. Se nas últimas sessões da Assembleia Geral dos anos que precederam o 25 de Abril várias das suas Comissões, bem como o Conselho de Segurança, estiveram, durante largos períodos e em permanência, ocupados com a concessão da independência aos territórios sob administração portuguesa, não se tratou apenas da escalada verbal que certas minorias então denunciavam. A consciência moral da comunidade internacional atingiu, com a independência de grandes territórios coloniais, um ponto alto da sua capacidade de mobilização.

Em terceiro lugar, com o fim dos grandes impérios coloniais europeus, começa uma fase inteiramente nova da geografia do globo e da geo-estratégica no relacionamento entre os povos. Pode dizer-se que nesta década o planeta adquiriu a configuração que provavelmente manterá durante as próximas décadas. Neste período podem desenhar-se em novas bases as relações entre os povos e as possíveis alianças entre Estados para uma cooperação obedecendo a novas lógicas.

Paralelamente à independência dos grandes espaços ainda colonizados, processa-se também nesta década a independência de novos Estados, que possuem algumas características comuns: a sua superfície é relativamente pequena, são constituídos por algumas centenas de milhares de habitantes, os seus recursos naturais são limitados.

A independência destes Estados, embora sempre dentro da mesma lógica da auto-determinação dos povos com suficiente identidade própria, começa a colocar um problema novo que a causa da auto-determinação enquanto supressão do domínio de povos sobre outros não permitira ainda viver. Trata-se dos limites do conceito de Estado-Nação tal como o gerou uma estrutura euro-cêntrica do direito internacional.

Apesar deste movimento maciço de independência, povos inteiros estão ainda a braços com situações de antiga colonização, de ocupação recente ou de total indefinição do seu lugar pátrio. Basta lembrar a Namíbia, o Afeganistão, o Kampuchea, Timor-Leste, o povo palestiniano.

Face a esta situação da década de 74/84, algumas perguntas ficam de pé, no termo da auto-determinação política.

- Terão, de facto, terminado os impérios? ou a eliminação dos tradicionais impérios coloniais não é senão o caminho necessário para que se instalem novos imperialismos?
- Como superar, no concerto das nações, os espantosos desequilíbrios trazidos pelo conceito de Estado--Nação aplicado a realidades sociológicas completamente diferentes em virtude do problema de escala?
- Até que ponto é que os problemas rígidos encontrados ainda na plena realização do princípio de auto-determinação resultam da «obstinação» das potências administrantes ou ocupantes ou são, antes, o reflexo do recrudescimento do espírito de Yalta?

1.2. *As tentativas de auto-determinação económica*

Os primeiros anos da década de 70 vieram marcados, internacionalmente, pela constatação de que a I Estratégia Internacional do Desenvolvimento falhara nos seus objectivos e pela expectativa quanto às possibilidades de execução da II Estratégia. Com efeito, o documento relativo à II Estratégia Int. do Des., que fora aprovado por unanimidade pela Assembleia Geral da ONU, reforçava um certo número de premissas de ordem quantitativa quanto ao desenvolvimento e assenta na ideologia dominante da época para o qual o crescimento económico constante era o dogma fundamental.

Entretanto, os factos encarregavam-se de desmentir a universalidade das premissas aceites. Os números mostravam, sem qualquer equívoco, que os países ditos 'em desenvolvimento' se tornavam cada vez mais sub-desenvolvidos enquanto os países já desenvolvidos aceleravam o seu próprio desenvolvimento. O nó do problema situara-se, dentro desse quadro, na questão da posse das matérias-primas. Os países produtores de petróleo iniciaram o que se imaginava então poder vir a ser uma revolta maciça dos produtores de matérias-primas face aos países detentores da tecnologia, capaz de utilizar e transformar essas matérias-primas.

Encorajados pelo sucesso obtido pelos países produtores de petróleo, os países do Hemisfério Sul, liderados pelo México e pela Argélia, conseguiram, com o peso do Movimento dos Não-Alinhados, que se realizasse no Verão de 1974 uma Assembleia Geral Extraordinária do ONU cuja agenda se concentrava na questão das matérias-primas e no desenvolvimento. Assim nasce a Declaração e o Programa de Acção de uma Nova Ordem Económica Internacional. A denúncia da situação mundial é feita em termos claros na Declaração:

> 'A maior e mais significativa realização das últimas décadas foi a independência de um grande número de povos e nações do domínio colonial e estrangeiro.
>
> (...) Os benefícios do progresso tecnológico não são partilhados igualmente por todos os membros da comunidade internacional. Os países em desenvolvimento que constituem 70% da população mundial apenas recebem 30% do rendimento global. Verificou-se que é impossível conseguir um desenvolvimento equilibrado da comunidade internacional dentro da ordem económica internacional existente. O fosso entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento continua a cavar-se num sistema que foi estabelecido numa época em que a maioria dos países em desenvolvimento não existiam sequer como Estados independentes (...)

Esta Declaração foi seguida de um outro texto normativo destinado a acelerar e a codificar os comportamentos entre Estados de modo a que uma Nova Ordem Internacional fosse possível. Trata-se da Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados cujo artigo 2.º sintetiza a nova filosofia relativa às matérias-primas:

> 'Todos os Estados têm soberania total sobre todas as suas riquezas, recursos naturais e actividades económicas, e devem exercê-la livremente.'

Está-se então no início do ano de 75. Estes dois documentos geram uma grande esperança nas possibilidades da sua implementação. Escrevem-se milhares de artigos, faz-se investigação sobre todos os aspectos da NOEI, usa-se o seu conceito dominante como referência obrigatória de todas as modificações a operar na cena internacional. Em todos os órgãos do sistema da ONU, em todas as outras plataformas internacionais, a quase totalidade dos representantes dos Estados refere-se, nos seus discursos oficiais, à NOEI.

Quererá isto dizer que se vê progredir a nova ordem internacional? Longe disso. Olhando agora à distância essa época, verifica-se que a realização de medidas práticas varia na razão inversa das referências que lhe são constantemente feitas. A utilização — que hoje podemos considerar abusiva — do conceito da Nova Ordem Económica Internacional levou ao seu esgotamento verbal e conceptual.

Em instâncias onde a NOEI deveria ser o elemento norteador da própria agenda de trabalhos e dos campos em debate, apenas são dados alguns tímidos passos: códigos relativos às trocas comerciais de alguns produtos, ao

direito do mar, à chamada «transferência de tecnologia», etc.. No entanto, em cada uma dessas instâncias os problemas agravam-se de tal modo que já em 1980 se denunciava o impasse progressivo que se estava a criar. Nas sedes próprias — a UNCTAD, o GATT, o FMI, o Banco Mundial — acentuam-se as dificuldades e as normas da NOEI tornam-se letra morta. Uma hábil manobra de intoxicação ideológica conduz largos sectores da opinião pública e muitos decisores políticos e financeiros a verem a NOEI como uma ameaça ao que consideram a estabilidade mundial.

Não admira, por isso, que a III Estratégia Internacional do Desenvolvimento tenha arrepiado caminho e na sua concepção e propostas tenha reforçado não a nova ordem mas a 'desordem' existente. (Consciente deste perigo, o então Secretário-Geral da ONU, Kurt Waldheim, convocou de emergência uma mesa-redonda a que tive a honra de presidir destinada a canalizar, pela perspectiva de 'as mulheres: um outro desenvolvimento', para a discussão da Assembleia Geral outros parâmetros para uma Estratégia do Desenvolvimento adaptada às necessidades gritantes da grande maioria dos Estados. Obviamente, uma tal perspectiva não conseguiu sacudir a inércia que havia sempre caracterizado os modelos e os conceitos presentes nas Estratégias de Desenvolvimento).

Perante tais dificuldades, a NOEI torna-se letra morta. Agravam-se as condições do comércio internacional — os países africanos que, antes da independência, contribuíam para o comércio mundial com 6% não contribuem senão com 1,2%. O proteccionismo dos países ricos torna-se um obstáculo real à livre circulação e troca de bens — paradoxalmente defendida por aqueles mesmos que, na ordem interna, são os defensores de um liberalismo como o mundo industrializado não tinha ainda conhecido em tão larga escala. A dívida externa da grande maioria dos países torna-se um factor impeditivo do desenvolvimento e limitativo da independência económica.

Pode assim dizer-se que, apesar de muitos esforços, quer ao nível das ideias quer ao nível dos mecanismos institucionais, os países de independência recente, não conseguem, no seu conjunto, alcançar um estádio de auto-determinação económica. Está criada uma situação de neo-colonialismo económico, realizado através dos agentes mais diversos e sob as formas mais brutais de imposição da vontade, das condições e dos códigos alheios.

No limite — e apesar desta década ter sido o tempo de numerosos conceitos inovadores quanto à solidariedade entre os povos — a incapacidade de independência económica e até o reforço da dependência põem em causa a independência política, agora não já em relação às velhas metrópoles mas em relação àqueles que não hesitam em controlar produção, mercados e preços à escala do planeta.

Algumas questões se impõem, neste domínio, quanto ao quadro das relações externas:

- Será possível, hoje, que um país, qualquer que ele seja, faça face isoladamente aos novos problemas de dominação económica que o sistema internacional criou? Quais são as alianças preferenciais?
- Como podem os países em desenvolvimento 'exigir' da comunidade internacional condições menos severas de comércio e empréstimos e, simultaneamente, tornar evidente que o problema da dívida externa é, nos nossos dias, um problema de devedores/credores?
- Qual a sede própria para estabelecer códigos internacionais de 'gestão das coisas públicas' que possam servir como linhas de orientação para os homens que detêm o poder em diferentes países e cuja má governação é, em parte, responsável pela deficiente situação económica e social dos respectivos Estados?

1.3. *As dificuldades de uma verdadeira autonomia cultural*

Face à situação de neo-colonialismo no plano económico, começou a definir-se durante os anos de 74-84 (com uma especial incidência na segunda metade da década de 70), o que então se chamava 'matriz cultural do desenvolvimento'.

Desembocavam nesta preocupação vários factos: O primeiro era a crítica radical feita ao modelo economicista que não só não produzia os resultados esperados como tendia a 'esmagar' os valores culturais próprios de cada país em desenvolvimento. Pensava-se então que a redescoberta dos valores originais de cada cultura conduziria a um processo de desenvolvimento cujas componentes importadas fossem sujeitas ao crivo da cultura nacional.

Paralelo a este facto, surgia um outro que, de resto, com este tinha afinidades evidentes. É o período da proliferação dos estudos e resoluções no sistema das Nações Unidas do 'desenvolvimento endógeno'. O desenvolvimento endógeno aparece como uma grande esperança de saída para o problema do desenvolvimento e para a conquista de uma efectiva auto-determinação.

O desenvolvimento engógeno, como expressão operativa do desejo de uma verdadeira autonomia cultural pesara, na análise que necessariamente supõe, com várias dificuldades.

Durante esta década atinge o seu auge o movimento de tropismo das elites dos países em desenvolvimento em relação aos países altamente desenvolvidos. Estão aí em causa vários mecanismos. O mais evidente é a habituação a situações sociais de maior conforto e de maiores remunerações. (Não escapam, de resto, a esta causa os postos das organizações internacionais que, além do estatuto que lhes vem associado, garantem rendimentos incomparavalmente mais elevados do que aqueles que se podem auferir no país de origem).

No entanto, esta primeira causa funde-se numa outra que quase inteiramente a justifica. As elites dos países

em desenvolvimento encontram nos países ricos dois estímulos que se não pode desprezar: por um lado, nesses países já existe uma massa crítica capaz de potenciar ao máximo o trabalho individual, enquanto no respectivo país esse trabalho poderá ser até totalmente inviabilizado; por outro lado, nos países ricos existem todas as infra-estruturas que tornam possível o verdadeiro regime de dedicação exclusiva, enquanto no seu próprio país as elites se vêm obrigadas a dispersar a sua energia em numerosas tarefas parcelares que são o esteio necessário à sua actividade e para as quais não existe pessoal preparado.

Este tropismo pode em muitos casos ser apenas intelectual. Regressadas aos seus países, as elites estão então mais preocupadas em reproduzirem o que aprenderam do que em tentarem equacionar os problemas específicos do seu país. Foram interiorizados estilos de vida alheios, reproduzindo-se então os modelos que vingaram noutras latitudes e noutras circunstâncias históricas.

Cresceu de forma assustadora neste período o grau de dependência dos modelos já conhecidos. Se, em cada país, aparece numa fase relativamente clara da industrialização uma geração capaz de começar a criar os modelos necessários e adequados ao país, mais tarde e paradoxalmente, gera-se de novo uma corrida aos modelos de desenvolvimento já conhecidos ou que deram as suas provas.

Os modelos de desenvolvimento vindos de outros países encontram um terreno fértil na importação da tecnologia. Fala-se de transferência de tecnologia. Mas, na verdade, cada vez mais, se trata de 'compra e venda de tecnologia'. As elites dirigentes tornam-se assim agentes de comércio mais do que intérpretes da especificidade técnica necessária a um desenvolvimento autónomo do seu país.

Estão presentes neste problema fenómenos muito complexos que a sociologia do desenvolvimento tem tentado interpretar. Entre eles avultam dois pressupostos que impedem a autonomia cultural.

Tende a considerar-se o fenómeno técnico e as questões da tecnologia como sendo intrinsecamente apolíticos. Julga-se assim ou pretende-se que os outros o julguem — que as escolhas tencológicas (ou melhor, as «compras» de tecnologia) nada significam como opção política. Ora, hoje as opções políticas passam numa larga medida pelas escolhas tecnológicas, pela maior ou menor capacidade de inventar as tecnologias apropriadas a cada país. Essas tecnologias apropriadas são o resultado da cultura específica de cada povo. Não no sentido de uma qualquer recuperação passadista mas na capacidade criadora de as gerações actuais encontrarem o 'génio' próprio do seu país e estabelecerem assim os parâmetros do desenvolvimento que garante a autonomia nacional.

Outro pressuposto é o da separação entre técnica e cultura. Falar da matriz cultural do desenvolvimento é para muitos acantonar o desenvolvimento numa área de humanidades como caminho idealista (e logo ideológico ou utópico); é para outros dar sobretudo valor às manifestações populares tradicionais e trazê-las, numa preocupação de modernidade, para o centro das actividades culturais sem que, no entanto, se mudem as estruturas capazes de criarem melhores condições de vida para toda a população; para outros ainda é um vago receio de «revolução cultural», como se a cultura contivesse sempre em si um gérmen portador de convulsões sociais.

Ora a matriz cultural do desenvolvimento parte da plena consciência de que a técnica é um elemento integrador da cultura. Estamos ainda longe, apesar da influência cada vez mais generalizada da técnica, de compreender que por ela passam os vectores mais sofisticados da cultura. Daí a dificuldade ainda presente no mundo de hoje sobre o significado e as raízes da verdadeira autonomia cultural. Trata-se, sem dúvida, de ir buscar aos valores nacionais os seus ingredientes mais específicos. Mas não na forma estática daquilo que foi. Antes, sim, no dinamismo de cada cultura capaz de fazer face de modo inovador aos desafios do presente e às interrogações do futuro.

É neste contexto que o desenvolvimento endógeno, enquanto afirmação de autonomia cultural, ganha cada vez mais força como conceito capaz de completar os processos de auto-determinação em curso no mundo.

Várias questões surgem neste contexto:

- Perante a crescente interpenetração das culturas pelos mass media, como garantir que cada cultura descubra os seus valores profundos? Perante a influência dos modelos alheios veiculados quer por esses meios quer pela tecnologia, como conseguir o grau necessário de autonomia?
- Quais as transformações necessárias para que o aproveitamento de tecnologias alheias sejam usadas no quadro dos valores culturais de cada povo?
- Quais as condições no mundo de hoje para um verdadeiro desenvolvimento endógeno?

2. Entendimento das relações externas num contexto mundial novo

2.1. *Os vectores fundamentais das relações externas*

Num contexto mundial em que a independência dos diferentes países surge afectada pelas grandes questões que acabámos de seriar, o conceito de «relações externas» é necessariamente enriquecido por novas exigências, portadoras da mesma complexidade que afecta hoje a realidade da soberania de cada Estado.

As «relações externas» alicerçam-se em alguns vectores que decorrem da percepção do mundo de hoje e que são inter-actuantes entre si.

Em primeiro lugar, entende-se com nova ressonância a *afirmação da identidade nacional*. De facto, ela não é só equivalente *à soberania do Estado sobre o território nacional*. A década que percorremos atribui-lhe também — e sem reservas — a plena *soberania sobre os recursos naturais*.

A essa soberania política, vem acrescentar-se uma *existência económica autónoma*, ainda que interdependente com outras economias.

A identidade nacional tem a sua expressão humana e visível na *fisionomia cultural* de cada país que exprime a vivência de uma sociedade consciente da sua história, segura do seu presente e perspectivada no seu futuro.

Em segundo lugar, as «relações externas» têm a aferi-las continuamente o critério da *defesa dos interesses nacionais*, na dupla perspectiva do Estado e da sociedade.

No domínio específico do Estado, impõe-se, quer à luz do direito internacional, quer pela exigência ética do nosso tempo, a afirmação de que *todos os Estados são igualmente soberanos*, qualquer que seja a sua dimensão, a sua população, o seu estádio de desenvolvimento económico, o seu potencial militar.

Tal afirmação postula imediatamente a exclusão de atitudes ou comportamentos que possam ser entendidos como *subserviência* em relação a Estados económica ou politicamente poderosos ou como *arrogância política* em relação a Estados de nacionalidade recente ou economicamente mais débeis.

Mas o entendimento da própria soberania na atitude de dignidade que acabo de referir só é possível se for reconhecido como intrínseco de «relações externas» saudáveis o estabelecimento de uma *íntima correspondência entre a política interna e a política externa*.

A defesa dos interesses nacionais, no plano da sociedade — e enquanto vector das relações externas — implica, por um lado a integração na vida portuguesa das vivências pluri-continentais que hoje constituem sectores significativos da sociedade, com plenos direitos conferidos a todas as minorias e, por outro lado, a capacidade de potenciar a realidade de uma população dispersa por vários países.

Em terceiro lugar, o equilíbrio das «relações externas» é, em grande parte garantido pela *diversificação das relações com outros Estados*, independentemente dos blocos geo-políticos em que se encontram inseridos.

Nessa diversificação, exprime-se o reconhecimento do *valor intrínseco das várias culturas que integram um Estado* e que caracterizam os povos que o compõem. Todas as culturas aparecem assim como expressão de direitos próprios e como patrimónios da humanidade que a todos incumbe respeitar.

Do mesmo modo, a diversificação postula o princípio da *não-ingerência nos assuntos internos dos outros Estados*, impedindo que condições peculiares do seu regime político, económico e social afecte as boas relações com o Estado Português.

Finalmente, não podem as «relações externas» limitar-se apenas a defender interesses nacionais por mais legítimos e sagrados que sejam. Neste fim de século joga-se, a muitos níveis e com acuidade inédita na história, a própria sobrevivência da humanidade. Daí a urgência e o imperativo para a consciência moral do Estado da *solidariedade activa com as grandes causas da humanidade*.

Impõe-se neste domínio com particular exigência quer a denúncia dos actos de violação dos direitos dos homens e dos povos quer a participação em todos os trabalhos e decisões que permitam o aproveitamento do «novo saber», das mais recentes aquisições da cultura, em benefício de todos os povos, sem excepção.

2.2. *Tentativa de caracterização das relações externas de Portugal no período 1974-1984*

Para uma análise correcta da realidade portuguesa no domínio das «relações externas», importaria agora observar como foram aplicados os vectores referidos atrás, durante a década de 74/84. Tal observação só poderia resultar da análise cuidada *dos propósitos e dos actos* dos vários agentes políticos ao longo destes 10 anos.

Em extrema simplificação de análise divido esse período em três etapas:

— de 25 de Abril de 74 até ao fim dos Governos Provisórios;
— do I Governo Constitucional até ao fim do V Governo Contitucional;
— do VI Governo Constitucional até hoje.

É evidente à partida que cada uma destas etapas comporta uma grande diversidade de posições que levam a afirmar que há um elevado grau de ambiguidade na política global. Tal é a consequência da intervenção na definição e execução das «relações externas» de numerosos actores políticos com percepção própria e, em vários casos, divergente, dos vectores de política externa que descrevi sumariamente.

• *Período de 74 a 76*

O facto mais significativo deste período é o reatar de relações com numerosos países. Estabelecem-se, pela primeira vez, relações com novos países independentes ou com países pertencentes a grupos geo-políticos de que o regime deposto nos afastara totalmente.

Assim, durante o ano de 74 são abertas as relações com a Jugoslávia, a Roménia, a URSS, a RDA, a Bulgária, a Checoslováquia, a Hungria, a Polónia, o Marrocos, a Tunísia, o Senegal, a Mongólia, a Índia, o

Bangladesch. Durante o ano de 75 são ainda mais numerosos os países com que Portugal estabelece relações: Chipre, Costa do Marfim, Gabão, Congo, Burundi, Egipto, Mauritânia, Argélia, Libéria, Tanzânia, Zâmbia, Sudão, Gana, Nigéria, Niger, Indonésia, Síria, Iraque, Kuwaite, Yemen do Sul, Coreia do Norte, Yemen do Norte, Vietnam, Líbia. Ainda em 76, iniciam-se as relações com Ruanda, Lesoto, Zaire, Afeganistão, Emirados Árabes Unidos. (No período seguinte, do I ao V Governo Constitucionais, vêm a reatar-se outros laços importantes, como em 1979 com a China).

Merece, evidentemente, especial destaque as relações estabelecidas com os novos Estados africanos de expressão portuguesa.

O número de países com quem se inicia um novo diálogo é indicativo, já por si, de um salto qualitativo espectacular nas relações externas de Portugal. Quebra-se o isolamento em que Portugal se mantivera durante todo o período da guerra colonial. Não há, porém, indícios claros das coordenadas que caracterizaram o relacionamento de Portugal com cada um desses países ou com os grupos geo-estratégicos em que se inserem. Esboça-se já então uma certa incapacidade dos poderes públicos para utilizarem de forma mais adequada os novos espaços de troca — económica, cultural, política — que assim se abriam ao nosso país.

Não se tratava, porém, unicamente das relações bi-laterais. Portugal retomou o seu lugar nas plataformas internacionais, com especial relevo para as agências especializadas da ONU que nos haviam condenado bem como para as instâncias que funcionam como caução do re-estabelecimento da democracia, como é o caso do Conselho da Europa. Embora esses actos tenham sido politicamente conscientes e lhes tenha sido dado grande relevo, não existia então no país um conjunto de quadros políticos dirigentes suficientemente familiarizado com as instâncias internacionais para delas retirar um aproveitamento máximo na evolução das relações externas portuguesas. Para muitos dirigentes — e basta reler os discursos proferidos nessas instâncias para o confirmar — a apologia da democracia «intra-muros», com a denúncia do que fora o antigo regime, teve o primado sobre o imediato entrozamento nas correntes de pensamento e de acção que atravessavam essas instâncias e davam ao panorama mundial, nos planos político, económico e cultural, as características que ficaram esboçadas na primeira parte deste trabalho. A total indiferença em relação às questões sobre a NOEI é o mais evidente exemplo dessa negligência.

Não há, pois, durante este período, nem nas relações bilaterais nem nas multi-laterais, uma linha directiva consistente que permita que essas relações se transformem em outros tantos caminhos diversificados de intercâmbio e cooperação. Diversificam-se de facto as relações, manifesta-se a solidariedade com os povos oprimidos, afirma-se a dignidado do Estado português com intervenções em numerosas ocasiões.

Mas *a identidade nacional era ainda problemática:* as lutas ideológicas internas impedem que se manifeste externamente uma linha clara. Cada interveniente no processo das relações externas tenta o melhor que sabe e pode essa afirmação, correndo os riscos que tal iniciativa necessariamente acarreta, mas dando sobretudo uma imagem de Portugal extremamente diferenciada e, em certos casos, dissonante.

Já durante este período se distinguem em Portugal duas corrente:

— a que se mantém exclusivamente *eurocêntrica*, exactamente na mesma época em que a Europa é atravessada pela interrogação sobre o seu lugar no mundo; é essa corrente que, dos modelos europeus do início da industrialização ou do após-guerra, retira «modelos» que tenta aplicar em Portugal;
— a que, embora sem negar a urgência da construção de uma nova Europa e da parte activa que Portugal aí deve assumir, reconhece entre o nosso país e os países mais industrializados do Hemisférico Sul um certo paralelismo, expresso sobretudo na procura de uma via de desenvolvimento que faça a economia das primeiras etapas da industrialização e que possa realizar o «curto-circuito» de algumas dessas etapas.

É nesta segunda corrente que vai buscar a sua justificação a atitude que não cessa de agitar o «fantasma do Terceiro Mundo». Sem um conhecimento exacto da problemática internacional do mundo contemporâneo, muitos dos nossos dirigentes políticos parecem mesmo ignorar o que se quer dizer quando se fala do Terceiro Mundo que, para os mais isolados ao nível da informação, aparece até como sinónimo de «pró-soviético»!! Tal atitude seria apenas uma mera anedota histórica se não tivesse impedido a exacta compreensão da nossa situação de «Sul» em relação ao mundo altamente industrializado.

As duas correntes que se confrontam na interpretação da nossa situação social e económica e, assim, no tipo de posicionamento que tomamos nas relações externas estão presentes em Portugal ao longo destes dez anos. A primeira mantém-se obstinadamente vinculada ao mito que a justifica; a segunda tem vindo a modificar-se e a adquirir novos contornos face às transformações presentes no Norte e no Sul e, assim, no relacionamento entre ambos.

Durante este período não há quase nenhum país que não tente manifestar a sua solidariedade para com Portugal: na apreciação explícita pelo esforço de descolonização, no interesse das comuniades científicas e de numerosas associações e grupos cívicos pelo processo em Portugal, na tentativa de apoio de alguns países ricos a Portugal.

É relativamente a este último aspecto que começa no entanto a desenhar-se um fenómeno curioso: para conseguir os empréstimos necessários à imensa explosão de reivindições sociais e económicas que

atravessam todo o país, Portugal parece ter de submeter-se a um «exame-de-democracia» por parte de alguns países europeus e, de modo especial, por aqueles que constituem a CEE.

Cedo se tornou claro que o número e a importância das questões relativas às «relações externas» não tinham a servi-las as estruturas de apoio adequadas. Essas estruturas de apoio, nomeadamente o MNE, não estão adaptadas às novas tarefas, nem no número de funcionários, nem na articulação com os outros Ministérios e Organizações não-governamentais, nem no seu funcionamento. (Daí o esforço do VI Governo Provisório de mandar elaborar um esquema de re-estruturação que, ainda hoje, está, em grande parte, por realizar).

• *Período de Julho de 76 a Janeiro de 80*

Procede-se durante este período à institucionalização das relações bilaterais recentes, através da abertura de missões diplomáticas e de numerosas visitas ministeriais, com vista a reforçar o clima de boa vontade que a instabilidade governativa interna poderia ter feito amortecer. De acordo com a percepção de cada uma das equipas governamentais, intensificam-se laços com grupos de países em quem se reconhece, por diversas razões, interlocutores privilegiados.

Durante este período Portugal tem oportunidades únicas nas plataformas internacionais: é membro do Conselho de Segurança da ONU, membro do Conselho Executivo da UNESCO, eleito para todos os órgãos multi-laterais onde decide candidatar-se. Não é o momento de fazer aqui a avaliação de tal presença. Um facto, porém, é claro: Portugal não foi capaz de aproveitar totalmente as possibilidades que dessa participação qualificada lhe advinham para o relacionamento bilateral e para a sua própria política interna. As pequenas histórias políticas, de diferendos reais ou imaginários, foram, em muitas circunstâncias, um travão para a defesa e salvaguarda dos interesses nacionais.

É ainda durante este período que se dão dois factos muito importantes na nossa posição externa: o pedido de adesão à CEE e as primeiras negociações com o FMI.

O pedido de adesão à CEE é formulado pelo I Governo Constitucional como um aspecto das relações exteriores com a Europa, sendo posto na sequência da nossa participação em outras plataformas tais como o Conselho da Europa e a CSCE. Porém, durante este mesmo período e durante a II Governo Constitucional, a adesão à CEE passa a ser o cerne do nosso processo interno de desenvolvimento, sendo-lhe conferido um papel fundamental na política externa. Embora durante esta etapa o país tenha tido Governos com perspectivas claramente diferenciadas quanto às «relações exteriores», essa mesma diferença impediu que se afirmasse uma linha própria.

As condições do empréstimo do FMI marcaram o início de uma polarização clara no relacionamento externo bem como a aceitação de que a tentativa de descoberta da nossa via própria de desenvolvimento via chegado o seu fim, com todas as consequências de tal facto nas relações externas.

Também durante esta etapa, se mantém a indefinição da polítia a seguir no que respeita aos novos países de expressão portuguesa. Dois factos pesam nessa indefinição: a absorção dos retornados e o peso do contencioso económico com alguns desses países.

Pode dizer-se que a etapa de 76-79 é, com a excepção do I e do V Governos, uma etapa em que se procura menos as vias necessárias para a diversificação das relações com os outros Estados do que as alianças e os apoios que permitam resolver, de forma garantida, os problemas económicos com que o país se debatia.

É uma etapa de certa vitalidade nas plataformas internacionais, embora diversos travões utilizados impeçam muitas vezes — e contra a defesa dos interesses nacionais — que essa vitalidade se manifeste na ordem interna e que se estabeleçam as necessárias articulações.

É uma etapa em que Portugal revela, na descoordenação e no mau aproveitamento das relações institucionais e pessoais com outros países, a sua situação de país estruturalmente «sub-desenvolvido». E isto pela simples razão de que a maioria dos seus dirigentes políticos não sabem utilizar os excepcionais recursos humanos que Portugal possui. É à tentativa persistente para vencer os obstáculos criados por esse tido de «sub-desenvolvimento» que se dirige a crítica sobre a «diplomacia paralela».

• Período de Janeiro de 80 até hoje

De 80 até hoje é difícil compreender o que significa a política externa portuguesa face aos vectores que enunciei.

Abrem-se fissuras nas relações bilaterais por motivos ideológicos, ao mesmo tempo que se acentua o pendor para privilegiar afinidades ideológicas ainda que venham marcadas por forte subserviência.

Subordina-se o impacto de Portugal nas plataformas internacionais ao jogo de poderes da vida política interna — a questão dos «embaixadores políticos» é um bom exemplo, tentando uma espantosa operação de mistificação do carácter eminentemente político de qualquer representação do Estado e justificando assim que o trabalho diplomático seja substituído por contactos e visitas ministeriais directas.

assegurarem a sua continuidade. Em grande medida, seria destas estruturas colectivas e destes hábitos de comportamentos que dependeria a resolução dos problemas do pós-salazarismo.

Foi exactamente nesse ponto que mais se fizeram sentir as transformações concretas ocorridas nestes últimos dez anos — e no sentido da sua desagregação, ou mesmo da subversão da sua funcionalidade. Em lugar de serem superados, os problemas do pós-salazarismo encontraram novas e mais sofisticadas expressões, agora assimiladas na própria prática da democracia.

É neste contexto que se justifica falar de regressão histórica. E são cada vez mais raros o que se recusam a aceitar que a resolução dos problemas do pós-salazarismo se poderá fazer com a repetição dos modelos utilizados por Salazar. Resolver deste modo os problemas do pós-salazarismo seria a última das ironias — mas é ela que se esconde, sob o manto formal de democracia, na tendência da concentração de poderes que restabeleça a relação de autoridade política.

As possibilidades de internacionalização

A sociedade portuguesa tem uma fronteira económica muito frágil: nela se reflectem, sem possibilidade de ocultação, as inviabilidades das relações funcionais na economia. Mas a sua fronteira política não é menos frágil: quando as relações funcionais no sistema político perdem a sua eficácia e a sua efectividade, o recurso aos apoios e racionalizações do exterior aparece como a defesa em última instância da continuidade do sistema político. As possibilidades de internacionalização dos problemas nacionais não são meras hipóteses remotas ou desejos imaginários; a evolução mais recente mostra que são programas políticos concretos.

É uma aposta, e há-de-se louvar a coragem dos que não hesitam em a formular com tanta frontalidade. No entanto, não parece que seja uma aposta com comdições de razoável remuneração. Qualquer que seja a vontade externa de auxílio, e qualquer que seja a importância do que se promete como contrapartida, o problema de fundo continua exactamente como estava: é um problema nacional e continua a ser nacional e responsabilidade de encontrar as relações funcionais que sejam viáveis. O analgésico é útil para diminuir a dor e o antibiótico pode ser necessário para dominar a infecção; mas não é possível evitar a intervenção cirúrgica. E corre-se mesmo o risco de nem ter analgésico nem antibiótico, mas um simples placebo que se situa no imaginário.

Mas é sobretudo o vilipendiar da mais alta instância do Estado, em tentativas jurídicas e de acção para lhe subtrair o seu papel próprio nas relações exteriores que confere à acção de Portugal no domínio externo uma ambiguidade que os nossos interlocutores não podem deixar de interpretar como fraqueza.

O mais importante facto deste período é, no entanto, a total subordinação das «relações externas» a um único objectivo: a integração na CEE. Reduz-se o campo de interacção no plano bilateral e as perspectivas abertas em outras plataformas multi-laterais para se concentrar a actividade diplomática no processo de adesão. A orientação dos vários Governos desta etapa, tal como vem explicitada nos respectivos programas apresentados no Parlamento, invalida na prática alguns dos vectores que deveriam nortear as relações externas.

Na verdade, a CEE torna-se «a prioridade das prioridade», «um grande desígnio nacional», o elemento que vai permitir a re-estruturação do país em moldes novos...

De resto, no plano da integração esta política revela-se totalmente ineficaz, uma vez que os vários Governos deste período, ao mistificaram o significado da adesão, não se preocupam em tomar as decisões internas que tornariam a adesão possível aos olhos dos negociantes da Comunidade.

Perante uma tal orientação é legítimo perguntar: onde está a afirmação da identidade nacional? Onde está a defesa dos verdadeiros interesses nacionais? Onde está a salvaguarda dos direitos dos portugueses que trabalham na área da CEE? Onde está o princípio da diversificação das relações entre Estados?

Talvez não admire, por isso, que face ao adiamento da data de adesão se desenhe durante esta etapa o caminho, naturalmente sempre fácil, de sobre-valorização do Atlântico, com todas as suas consequências.

Um aspecto positivo, embora pontual, desta etapa foi a resolução do contencioso económico com os Estados de língua portuguesa e a consequente clarificação de relações. Mas atitudes imprudentes de entidades oficiais, entendidas nas capitais dos países de expressão portuguesa como ingerência nos assuntos internos desses países, têm dificultado de novo as relações que, se não já hoje importantes, são a médio e a longo prazo, vitais para Portugal.

A concluir, pode dizer-se que as relações externas não encontraram ainda uma linha coerente e que esse facto está intimamente ligado à indefinição e inoperância da gestão interna. É necessária uma outra visão das relações entre os povos como é necessário um outro entendimento do povo que somos e do projecto político que nos pode mobilizar.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Síntese dos trabalhos

Secção democratizar

1. No âmbito do Seminário realizado pela Associação 25 de Abril, subordinado ao tema «25 de Abril — 10 anos depois», o Doutor Medeiros Ferreira e eu próprio responsabilizamo-nos pela coordenação duma área de reflexão, correspondente a um dos três objectivos do Programa do Movimento das Forças Armadas — A DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA.

2. Dividimos esta área em cinco sub-temas, correspondente a outras tantas sessões de trabalho, para as quais procuramos interessar um vasto leque de pessoas, portadores de outras tantas opiniões sobre a questão em debate.

Assim realizámos cinco sessões tratando os seguintes sub-temas:

— Sistema de relações do poder político
— Sistema de ensino
— Sistema de relações de trabalho
— Sistema de valores
e
— Comunicação social

Embora seja discutível a sistemática aplicada, pareceram-nos os sub-temas gerais adequados à abordagem das modificações institucionais e organizativas no último decénio.

Recebemos vinte e duas comunicações escritas, que constituiram uma apreciável contribuição para o debate realizado e um bom capital para a desejada e necessária continuação do mesmo debate.

Os autores destas comunicações foram pessoas provenientes de áreas científicas, culturais e de intervenção social bem diversificadas.

3. Não fazendo sentido, apresentar nesta breve intervenção, a síntese ou sínteses dos debates realizados, será pelo menos pertinente enunciar algumas interrogações.

A nossa reflexão foi feita, globalmente, sobre um conjunto de valores, que constituiram na época da ditadura as reivindicações comuns de todos os democratas e portanto da esmagadora maioria da população — as quais são o conjunto de valores que formam e informam os Direitos Cívicos dos cidadãos e das organizações dos cidadãos.

Será que este olhar crítico e analítico sobre o passado recente, deve previlegiar o momento, a forma e os agentes que se relacionam com o acto revolucionário a partir do qual os direitos cívicos foram adquiridos, ou, será que o debate deve previlegiar os conteúdos possíveis, e talvez mais adequados, aos valores da Liberdade e da

Democracia, abordando sem complexos as virtudes e fraquezas das já experimentadas ou actuais formas de organização político-institucional, de qualquer maneira ligadas aos aparentes ou reais insucessos da Revolução? E se a resposta a esta questão corresponde à busca de novas Estratégias de Poder, legitimadas forçosamente pelos valores insertos nos conceiros LIBERDADE E DEMOCRACIA, então porque não, contrariar com a nossa força e energia criadoras, as ideias que fantasticamente nos colocam do exterior e nos fazem pensar e actuar como se os centros de decisão e reorientação das nossas Estratégias Nacionais de Alternativa, estivessem inelutavelmente em espaços geográficos humanos e culturais alheios e tantas vezes hostis?

Isto é, se muitos dos projectos políticos ensaiados neste decénio, que temporalizam o moderno processo democrático português, vestem por figurinos estranhos, e nos remetem para situações periféricas e níveis dolorosos de dependência; porque não equacioná-los, porque não pô-los em causa, de modo a que, a continuação deste debate, se transforme num elemento positivo de outras soluções Livres e Democráticas para o nosso País.

O Debate realizado demonstrou, a existência de disponibilidade cultural e intelectual suficiente, para ancorada na irrefutável legitimidade popular, potenciar as *capacidades nacionais de afirmação*.

A diversidade e a pluralidade do debate foi para nós uma ilustração da Democracia.

Ficamos muito contentes por terem estado connosco. A todos muito obrigado.

Secção desenvolver

O tema do desenvolvimento foi abordado ao longo destes dias de reflexão e debate através de um conjunto bastante diversificado de contribuições: nas 5 secções de trabalhos realizados registam-se 29 comunicações que se repartiram pelas questões de desenvolvimento do sistema produtivo e da especialização do desenvolvimento regional, das condições de vida da população e também por um painel que foi organizado em volta do tema central «desenvolvimento em período de crise: prioridades para a política económica».

Nesta sessão de encerramento pensamos que o mais importante é transmitir um pouco da riqueza e do significado desta realização que, em boa hora, a Associação 25 de Abril decidiu promover, dando um bom exemplo do tipo de iniciativas que podem e devem contribuir para que, no seu conjunto, o povo português possa assumir por inteiro os grandes desafios que lhe estão colocados.

Quanto à coordenação feita pelo Dr. Augusto Mateus e por mim próprio sobre o 3.º dos «D» do programa do MFA — Desenvolvimento vou procurar fazer uma síntese aberta das reflexões e pistas de estudo e intervenções que este tema suscitou (correndo, necessária mas conscientemente o risco do subjectivismo a que obviamente não escapam aqueles que assumiram funções de coordenação dos trabalhos).

Em 1.º lugar parece-me ser de destacar as várias contribuições que foram dadas numa dupla perspectiva de olhar o passado e o futuro numa base consciente de aceitação das insuficiências e limitações do processo aberto há dez anos pelo Movimento do 25 de Abril mas, também dos desafios que hoje se colocam. De forma serena e objectiva foi desenvolvida uma reflexão que permite afirmar que pelo terreno do desenvolvimento económico e social passam hoje as grandes questões que podem dar conteúdo a uma plena valorização e utilização das realizações obtidas nos terrenos da democratização e da descolonização.

Em 2.º lugar penso ser legítimo falar de um certo consenso, na caracterização da situação que vivemos actualmente como uma situação sem condições de sustentação a prazo, isto é, de um consenso acerca da necessidade de importantes transformações ao nível da política global e da política económica, ao nível do comportamento dos grandes actores da vida económica e social (o estado e o que se tornou corrente designar de parceiros sociais) ao nível finalmente do relacionamento externo da sociedade portuguesa. Neste quadro penso terem sido feitas críticas muito úteis e fundamentadas a todo um conjunto de falsos problemas (estabilização/crescimento, sector público/sector privado, exportação/substituição de importações, austeridade/nível de satisfação das necessidades básicas, C.E.E./Inserção Internacional do Trabalho, entre outros) que têm procurado legitimar um conjunto de opções políticas que representam uma hipoteca de desenvolvimento económico e social, e da redução das desigualdades, isto é, na prática um esvaziamento efectivo da democracia como forma participativa de socialização de escolhas e decisão política e, mais do que isso, um processo de rupturas mais ou menos porfundas num prazo muito longo.

Sem esquecer, nem menosprezar as dificuldades e condicionamentos da situação de crise que a sociedade portuguesa atravessa (como o endividamento externo e o endividamento público, nomeadamente) foi apontado, como instrumento fundamental, na ultrapassagem dos actuais processos, a criação de uma efectiva capacidade política e social nacional, traduzida em ideias e acções, de resposta aos problemas concretos do país e da população: encontrar soluções nacionais numa perspectiva de internacionalização e num ambiente de mutação tecnológica, eis o desafio que o desenvolvimento coloca, e que, dramaticamente, é cada vez menos assumido pelos responsáveis.

Em terceiro lugar foi possível perceber que existem caminhos credíveis de alternativa a uma situação de agravamento das tensões e insuficiências que atravessam a economia portuguesa (desde a utilização dos recursos ao sistema educativo, passando pelas estruturas de gestão públicas e privadas, pelo sistema científico e tecnoló-

gico, pelos desiquilíbrios nacionais, pelo conteúdo do emprego e nível do desemprego, pelas estruturas de consumo e estilos de vida, pelos projectos de reestruturação agrícola e industrial, para só falar de alguns dos temas tratados). Mais, foi possível perceber que estes caminhos de desenvolvimento estão indissoluvelmente ligados à intensificação da participação dos cidadãos na resolução dos seus próprios problemas e à redução efectiva do impacto interno dos canais e mecanismos de dependência externa.

Os trabalhos, as comunicações e os debates, representam um contributo importante para mostrar que, dez anos depois do 25 de Abril, o desenvolvimento é um desafio em aberto que tem de ser assumido numa perspectiva de transformação social e política.

Secção descolonizar

A natureza do nosso trabalho não encaminha para conclusões formais, mas antes para a formulação de um certo balanço. Ao longo da apresentação de comunicações escritas, intercaladas por vivos debates, foram abordados os temas da política colonial portuguesa, da situação político-militar nas colónias, das políticas de descolonização e da dimensão internacional em que a descolonização se integrou.

Antes de mais, tem de se realçar a importância da presença e da participação activa de alguns dos principais actores do processo de descolonização.

Passados que foram 10 anos, manifestou-se no Seminário a capacidade para tornar viva a memória histórica dos acontecimentos — houve mesmo revelação de factos ainda não conhecidos publicamente — e para ensaiar uma análise interpretativa do processo no seu conjunto.

Partiu-se da opção deliberada de circunscrever a questão à perspectiva portuguesa, ou seja, ao ponto de vista da potência descolonizadora. Não foi pois analisada a perspectiva desses outros protagonistas que foram os movimentos de libertação — esse será outro debate, que está por fazer na sua globalidade, onde Portugal deve figurar como parceiro e não como actor principal.

No decorrer dos trabalhos da Secção «Descolonizar», houve a preocupação de mergulhar as raízes na história. Falou-se da mitologia do império, visto à luz da conhecida distinção sergiana entre política de «fixação» e política de «transporte», de aventura, de extroversão. Fez-se uma breve análise da política colonial da I República, sem esquecer que a manutenção do império motivou a própria participação portuguesa na I Guerra Mundial. Analisou-se como o Acto Colonial e a Constituição de 1933 alteraram profundamente a política da I República. Foi assim possível salientar o pragmatismo algo cínico da ditadura salazarista, com a transição das colónias a províncias ultramarinas e o novo mito da Nação Única, prolongado depois pelas tentativas de liberalização marcelista e a nova transição para o estudo de Estados autónomos.

As contribuições sobre o caso particular de Angola permitiram esclarecer algumas coordenadas da política económica colonial. Recorreu-se aí à necessária distinção de fases, do período «liberal» ao período «proteccionista». Recordou-se o surgir das contradições entre burguesias metropolitanas — eventualmente europeístas — e burguesias coloniais, bem como as tentativas de integração económica do espaço português em ordem a preparar uma solução neo-colonial.

Ainda no domínio das referências aos factores históricos anteriores à descolonização, aludiu-se à resistência anti-colonial que se desenvolveu no país, desde as hesitações ou a eventual moderação táctica da oposição ao regime de Salazar e Caetano, até à generalização do posicionamento anti-colonialista, aliás concretizado em grande diversidade de formas de expressão e de intervenção. Manifestou-se ainda em Portugal uma crescente solidariedade com os movimentos de libertação africanos, verificando-se uma estreita articulação entre anti-fascismo e anti-colonialismo, ambos de resto envolvidos por uma crítica anti-capitalista.

O crescente da oposição à política colonial no início da década de 70 explica-se sobretudo pelo facto de o regime não ter, para a situação colonial e para o despertar do nacionalismo africano, outra resposta que não fosse a guerra. A mobilização para a guerra colonial, que inicialmente chegou a dar algum alento ao regime, acabou por liquidá-lo.

Com efeito, uma percepção alastrou, sobretudo entre as Forças Armadas: a guerra não podia ser ganha e, nalguns casos, arriscava-se a ser irremediavelmente perdida. Aliás, o próprio Governo de então o admitia. Tal situação levou a que historicamente se desenvolasse uma estreita articulação na sociedade portuguesa entre democracia e paz, portanto entre democracia e descolonização.

O Seminário destacou o papel decisivo do MFA na definição de uma política de descolonização após o 25 de Abril, em confronto com a estratégia spinolista. Essa política caracterizou-se por algumas preocupações fundamentais, designadamente: o princípio da transferência da soberania para os movimentos de libertação dotados de reconhecida legitimidade; a salvaguarda dos interesses portugueses; o impedir a internacionalização dos conflitos; a garantia do futuro relacionamento de Portugal com os novos países na base da amizade e da cooperação.

Não esteve ausente dos trabalhos desta Secção do Seminário o olhar crítico sobre os erros e as limitações do processo histórico da descolonização. Para além das diferentes coordenadas internacionais que condicionaram a margem de manobra de que então se dispunha, referiu-se a não homogeneidade do poder em Portugal como factor que dificultou a determinação política da metrópole descolonizadora, bem como a não unificação das forças

nacionalistas em alguns territórios. Particularmente crítica em relação à intervenção portuguesa foi a análise do drama de Timor-Leste, sendo denunciada a incapacidade do poder em Portugal para avaliar correctamente a natureza do nacionalismo maubere e a sua pactuação com os desígnios anexionistas da Indonésia. Neste domínio foi acolhida uma proposta para que a Associação 25 de Abril promova um novo encontro para debater a questão de Timor-Leste.

O processo de descolonização não deixou de ser visto na dimensão mais vasta do contexto internacional da altura. Recordou-se o progressivo isolamento diplomático a que a guerra colonial conduziu o regime da ditadura e a igualmente progressiva dessolidarização do importante apoio da Igreja. Em contraste, o 25 de Abril e a opção descolonização veio permitir uma nova presença de Portugal no mundo; não só a abertura de relações diplomáticas com numerosos países e a plena integração de Portugal nos organismos internacionais, como sobretudo uma nova colocação do país na cena mundial.

Numa palavra, para os participantes do seminário a descolonização apareceu, em toda a sua problematicidade, como um factor historicamente inevitável e eticamente imperioso. Ela foi uma conquista das lutas de libertação dos povos colonizados e também uma conquista do povo português. Ao deixarmos de oprimir outros povos, recuperámos a nossa própria dignidade.

Discurso de encerramento

Ten. Cor. Vítor Alves

Minhas senhoras e meus senhores,
Caros amigos:

Vamos encerrar este seminário da «Associação 25 de Abril» após três dias de trabalhos e de convívio, que nos permitem a agradável certeza de «missão cumprida».

O presidente da direcção da «Associação 25 de Abril» na sessão inaugural, há dois dias, exortou-nos a que fizessemos uma série de demonstrações, tornando a realização deste seminário num desafio para a «Associação 25 de Abril» e para todos os seus participantes.

Ao encerrar esta nossa realização creio poder afirmar ter sido um desafio que vencemos em conjunto.

Vencemos a inibição de tratar certos temas como a descolonização; vencemos a separação entre pessoas com atitudes naturalmente diversas sobre questões que abalaram tão fortemente a comunidade nacional; vencemos a separação entre estudiosos e protagonistas; vencemos os preconceitos sobre a incapacidade de diálogo sereno entre os portugueses.

Creio que este seminário ajudou a consolidar um clima de democraticidade de liberdade e de confiança na sociedade portuguesa.

A todos aqueles que deram o melhor do seu esforço para tornar possível mais esta iniciativa da «Associação», integrada nas comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril, os meus agradecimentos.

À Fundação Calouste Gulbenkian, ao Instituto Damião de Góis e a todos vós, senhoras e senhores, o nosso muito obrigado.

Permitam-me um agradecimento especial, às muitas embaixadas que através dos seus embaixadores e de outro pessoal diplomático, nos honraram com a sua presença desde o primeiro dia.

Nas dezassete sessões realizadas, foram apresentadas 67 comunicações, houve 130 intervenções, e pode estimar-se em cerca de 80 pessoas por sala, em média em cada sessão. Isto apesar de se tratar de dias de semana e de horas de trabalho.

Uma conclusão clara se pode retirar destas sessões, é a que aponta para a necessidade da sua continuação, certamente em outros moldes, onde reuniões mais espaçadas, permitam uma participação mais intensa de todas as pessoas interessadas.

Esta necessidade de continuação desta iniciativa, não é apenas uma conclusão que se justifique por tudo o que nestes dias aqui se passou.

É, sobretudo, uma afirmação de responsabilidade cívica que a «Associação de 25 de Abril» não pode hesitar em expressar, não só pelo papel que os militares desempenharam, na fase inicial desta evolução política, mas também porque dez anos passados, não são muitos os lugares onde uma reflexão aberta e livre se possa fazer sobre os problemas do nosso país e sobre as possibilidades de resolução que estão ao nosso alcance.

O décimo aniversário que agora comemoramos, faz-nos lembrar que o acto do 25 de Abril foi um momento de ruptura histórica contra qualquer fatalismo. Derrubar um regime profundamente impopular foi um imperativo,

a contrariar qualquer imobilismo. Passados estes dez anos, sabemos que, manter vivo o espírito do 25 de Abril, é ainda não nos conformarmos com o fatalismo da apregoada ausência de alternativas.

Ao longo destes dias foi possível confirmar como a necessidade de reflexão está difundida nos mais diversos sectores e quadrantes ideológicos.

Mas mais importante do que isso terá sido a verificação de que posições diversas encontram facilmente pontos de contacto e pistas para novas reflexões, tornando legítimo esperar que a continuação deste tipo de trabalhos permitirá atingir progressos rápidos numa mais rigorosa identificação dos problemas nacionais.

Compreender o que tem sido a evolução política e definir o que são as nossas possibilidades de acção constituem, no momento presente, uma necessidade imposta pelas dificuldades e uma oportunidade oferecida pela aproximação entre pessoas que antes estavam separadas por distinções ideológicas, ou ainda estão.

É verdade que essas distinções não perderam o seu significado, nem teria sentido pretender escondê-las sob um manto indistinto de uma unidade oportuna mas sem continuidade no futuro.

Mas não é menos verdade que essas distinções ideológicas perderam uma parte substancial das suas arestas mais agudas, permitindo agora um diálogo mais aberto e mais produtivo, menos rígido e diferenciador, mostrando que é fácil juntar as pessoas e as capacidades para que reflexões rigorosas possam ser realizadas com proveito para todos e, certamente, contribuindo para uma noção mais precisa quanto ao que são os problemas nacionais.

Esta compreensão dos acontecimentos e esta definição de possibilidades não estão separadas da evidência de uma profunda preocupação política.

Em todas estas sessões foi possível encontrar as manifestações de descontentamento que hoje caracterizam a sociedade portuguesa.

Porém, o descontentamento não é uma atitude política.

O descontentamento é um sintoma de que novas transformações estão em gestação e que necessariamente encontrarão uma expressão social a curto prazo.

É no confronto com este sintoma que penso estar a razão essencial da preocupação política que, por diversas formas foi aqui expressa durante estes dias.

Porque se o descontentamento existe e se há a compreensão rigorosa do caminho que a ele nos conduziu é obrigação de todos extrair daí a conclusão inevitável numa sociedade democrática e livre.

Alguma coisa de diferente está em gestação.

Compete a todos os que o compreendem assumir as suas responsabilidades na procura das melhores formas de traduzir essa diferença necessária em consequências políticas eficazes na resolução dos problemas nacionais.

É certo que alguns poderão relativizar estas atitudes de descontentamento comparando-as com o que se passa noutros países, designadamente nos países europeus.

Infelizmente não parece que esta comparação seja um contributo para a resolução dos nossos problemas nacionais.

De facto foi por diversas vezes sublinhado nestas sessões a singularidade das questões portuguesas.

Apesar da extensão das transformações ocorridas depois de 1974, há hoje razões para duvidar que elas tenham sido profundas e, se o foram, que tenham conduzido a situações de viabilidade, que possam ser continuáveis, que sirvam de base a novos processos de desenvolvimento.

Por outro lado, a continuidade das personalidades políticas dominantes e das suas concepções políticas básicas, assentes em noções tradicionais de conquista do poder e pouco vocacionadas para um efectivo trabalho social de mobilização, ajuda a compreender que a extensão das transformações verificadas não tem o seu prolongamento necessário nas raízes de outras formas de entender a acção política que reconheçam e estimulem a capacidade de participação dos cidadãos na formação de uma vontade colectiva organizada e consciente das possibilidades reais do país.

Finalmente, ninguém pode ser insensível ao facto de existir uma evidente continuidade nas estruturas de organização da actividade política e nas estruturas de decisão política, continuidade que se pode mesmo entender como um considerável agravamento dos vícios alimentados durante a ditadura.

Em termos políticos, mais grave que a paralisia do descontentamento será a ilusão de que o que se transformou poderá ser mais forte do que aquilo que se deixou para formas de acção e de organização que nos afastam cada vez mais das sociedades modernas e nos colocam na dependência das ajudas externas e de todas as suas implicações.

A atitude política consequente nem se pode basear na ilusão nem nos projectos sonhados, mas não concretizados, que hoje alimentam o nosso descontentamento.

Há dez anos, acreditámos que a liberdade, a democracia e a normal acção dos partidos seria suficiente para que a comunidade nacional pudesse encontrar as respostas ajustadas aos problemas nacionais.

Hoje, não há nenhuma razão para que se pense de modo diferente.

E se o descontentamento pode fazer abalar em alguns estas convicções essenciais para que exista uma sociedade livre, é necessário que todos os que acreditam realmente nos valores da liberdade, da democracia e da acção dos partidos, assumam em todas as dimensões e com todas as consequências a defesa desses valores, tudo fazendo para que eles se realizem.

No presente, nenhuma atitude política será eficaz se não estiver baseada no rigor e na verdade.

E se queremos assumir o valor do pluralismo democrático, sabemos que o rigor e verdade podem ter diferentes manifestações. Só nas ditaduras e nas mentalidades ditatoriais existirá a noção de que o rigor e verdade são únicos e indiscutíveis.

Em contrapartida, o rigor e a verdade dos democratas háo-de ser sempre o resultado do confronto de interpretações, de ideias, do modo de organização das possibilidades, confronto que se justifica porque qualquer uma dessas propostas aceita os seus limites e reconhece a necessidade da sua conjugação com outras para que seja eficaz, para que seja um contributo efectivo para a consolidação da democracia.

Por isso mesmo, pensamos que esses trabalhos continuarão constituindo uma plataforma de entendimento que responderá às raízes do nosso descontentamento, abrindo novas possibilidades à expressão da liberdade, à afirmação da democracia e a uma concretização mais eficaz da acção dos partidos.

O seminário que agora encerramos, realizado no contexto das comemorações do 10.º ano da Revolução do 25 de Abril, não pode nem deve ser obviamente entendido como relevando de quaisquer propósitos de heterodoxa intervenção política. Ele apenas quiz motivar o diálogo, a agitação de ideias, os esclarecimentos de atitudes com que todos teremos de superar o desencanto e o descontentamento com que se vai tecendo perigosamente o nosso quotidiano.

O país, e os portugueses, não ficaram a dever aos militares de Abril nenhum favor. Queremos porém, com a realização de iniciativas deste género, continuar a contribuir para o melhor conhecimento daquilo que todos juntos fizemos, estando-vos gratos por nos continuardes a reconhecer o estatuto de agentes estimuladores de um espaço de liberdade, de democracia e de participação.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL

ÍNDICE

Pág.

INTRODUÇÃO 5

SESSÃO DE ABERTURA

Intervenções: Vasco Lourenço 9
Vítor Alves 13
José Medeiros Ferreira 17

TRABALHO DAS SECÇÕES

A. DEMOCRATIZAR

1. *SISTEMA DE RELAÇÕES DO PODER POLÍTICO*

— Revolução e democratização — *Piteira Santos* 23
— O pós-Salazarismo — *Joaquim Aguiar* 27
— A crise do Estado e a Aliança Povo-MFA em 74-75 — *Boaventura de Sousa Santos* 45
— Os Militares e o Regime Democrático — o MFA: uma intervenção militar singular — *José Medeiros Ferreira* 49
— Participação do movimento associativo popular na democratização do país — *António Modesto Navarro* 55

2. *SISTEMA DE VALORES*

— O 25 de Abril e a dimensão humanista no ensino médico — *Eduardo Cortesão* 59
— O mundo de valores nas aspirações profissionais — *Helena Cidade Moura* 63
— Espelhos, identidade, imaginário - Notas soltas sobre o significado do 25 Abril — *Cecília Barreira* 67
— Análise de Valores humanos. Exército Português — *Rangel de Lima / Correia Jesuíno* 71

3. *RELAÇÕES DE TRABALHO*

— Relações Laborais e natureza de classe dos Regimes Políticos — *José Luís Judas* 79
— A dimensão política das Comissões de Trabalhadores — *Francisco Marcelo Curto* 83
— A crise dos texteis e a luta sindical pela reconversão do sector — *Kalidás Barreto* 87
— Sistemas de trabalho e práticas operárias durante a industrialização capitalista em Portugal: o caso das indústrias navais (1930-84) — *Marinús Pires de Lima* 93

4. *SISTEMA DE ENSINO*

— A educação, 10 anos anos depois: que trtansformações, que rupturas, que continuidades? — *Rui Grácio* 95
— A educação das crianças: para uma nova sociedade, um novo humanismo — *Aldónio Gomes* 109
— Ensino e Desenvolvimemto — *Helder Macedo* 113
— A escola: o desenvolvimento; a democratização; a descolonização — *António Brotas* 117

5. *COMUNICAÇÃO SOCIAL*

— A informação e o poder político — *Adriano Duarte Rodrigues* 121

B. DESENVOLVER

— Alternativas do crescimento económico português — *João Ferreira do Amaral* 127
— A substituição das importações e o desenvolvimento industrial — Reflexões sobre o caso português *João Ferreira do Amaral* 131
— A inserção internacional da Economia Portuguesa — Algumas reflexões — *António Romão* 153
— Aspectos recentes de inovação na economia portuguesa — *José Manuel Rolo* 161
— Reflexões sobre as causas da situação/Vectores de mutação das estruturas económicas — *João Abel Freitas* 165
— A livre circulação de mercadorias na CEE — *Isabel Meireles* 169
— Portugal, que desenvolvimento regional? — *Frias Barata* 175

A crise do Estado e a Aliança Povo/MFA em 1974-1975

Boaventura de Sousa Santos

É ainda muito cedo para proceder a uma análise detalhada e tanto quanto possível objectiva do complexo processo social e político, por que passou a sociedade portuguesa nos últimos quinze anos mesmo que, como é meu propósito, nos concentremos no período de 25 de Abril de 1974 a 25 de Abril de 1975. É cedo porque não está feita ainda investigação empírica necessária que nos permita, através de análises sectoriais e pormenorizadas, formular com segurança algumas hipóteses de trabalho sobre o perfil geral deste processo. É cedo sobretudo porque todos nós, cada um à sua maneira, somos hoje analistas de um período de que fomos envolvidamente activistas. Todos nós participámos activamente nos acontecimentos que depois se tornariam conhecidos como «revolução portuguesa de 1974», todos nós tomámos decisões políticas e pessoais à medida que o processo revolucionário se desenvolveu, fomos actores principais ou secundários de decisões importantes ou simplesmente mourejamos nas acções miúdas e quotidianas de que são feitas as grandes acções revolucionárias. Alguns procuraram manter a mesma linha de intervenção ao longo de todo o processo, outros mudaram gradualmente, outros, dramaticamente. É, pois, possível que o analismo de hoje tente justificar, encobrir ou rejeitar, conforme os casos, o activismo de então. É acima de tudo provável que não resista à tentação e afinal ao desejo legítimo de falar de dentro do 25 de Abril para os nossos ouvidos de hoje, ou seja, de, através de Abril, falar retroactivamente do futuro.

Esta preocupação é necessária porque só uma sociologia dos discursos sobre o 25 de Abril nos pode ajudar a compreender porque já hoje há pelo menos dois 25 de Abril, uma fractura dramaticamente revelada nas recentes comemorações do décimo aniversário da revolução. O 25 de Abril não é, pois, um qualquer objecto de investigação científica, é ainda e sobretudo um objecto criado à nossa imagem e semelhança, um sujeito em forma de factos.

A crise do Estado português iniciou-se em 1969 sendo então fundamentalmente uma crise de legitimação e uma crise de hegemonia. Uma crise de legitimação, porque o sistema político falhou na tentativa de incorporar e absorver novas articulações de interesses sociais e políticos contraditórios emergentes das transformações económicas da década de 60 e das forças sociais em que se polarizaram. Mas também uma crise de hegemonia, na medida em que a burguesia industrial financeira, detentora da hegemonia económica, e a burguesia fundiária, a quem a guerra colonial uma renovada hegemonia ideológica, não souberam ou não puderam manter a coesão do bloco no poder para com base nele constituir um projecto e uma direcção políticas capazes de suscitar o consenso das classes subordinadas. Estas crises transformaram-se qualitativamente em 25 de Abril de 1974, criando-se então as condições para a emergência de uma crise revolucionária que veio a explodir socialmente entre Março e Novembro de 1975. Tratou-se de uma crise revolucionária porque a natureza de classe e a forma de poder do Estado passaram a ser o objecto das lutas sociais, tentando as várias políticas organizadas em presença assumir o controlo global do Estado e, portanto, o controlo das transformações na matriz do estado julgadas necessárias para consolidar os seus projectos políticos.

Desde 25 de Novembro de 1975 a crise de legitimação do Estado tem vindo a ser superada mas a crise de hegemonia tem-se mantido e apresenta alguns sistemas de cronicidade. Esta dicotomia aflora nos resultados das

— Algumas breves notas sobre a Região Autónoma dos Açores — *Gualter Furtado* 179
— Aspectos institucionais do desenvolvimento regional — *Mendes Baptista* 183
— A Habitação em Portugal. Caracterização e políticas — *Maria Clara Mendes* 189
— Desenvolvimento local — Caminho possível para a criação de outro tipo de sociedade — *M. Justina Imperatori* 201
— A Repartição Regional do Produto — um indicador de transformação regional — *José Santandré* 205
— Regionalização e desenvolvimento regional — *Manuel Veiga* 209
— Alguns dados sobre a situação sócio-económica no nordeste transmontano — *J. Ferreira Tão* 215
— Concentração de riqueza e empobrecimento por imposição legal no Alto Douro — *Luís de Carvalho e Oliveira* 219
— O Desenvolvimento no Espaço Económico Nacional — *Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais* 225
— Democratização e Desenvolvimento — *Mário Murteira* 227
— Para uma política económica — Tópicos de reflexão — *Manuela Silva* 231
— A crise portuguesa e a Ciência Económica — *Armando Castro* 235
— Reflexões sobre a evolução do nível de vida dos portugueses depois de 1974 *António Mil-Homens* 243
As Condições de Vida da População Portuguesa. Contributo para uma análise de Mudança — *Maria de Lourdes Baptista Quaresma* 247
— O Nível de Vida da População e os Acordos com o FMI — *Carlos Marques* 253

C. DESCOLONIZAR

1. *A POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA*

— Império, colonialismo e descolonização — *Piteira Santos* 259
— Factor objectivo favorável a prosseguir Abril — a descolonização irreversível — *Victor de Sá* 269
— Estratégia colonial portuguesa e estruturas económicas de Angola nos anos 1960-70 — *Adelino Torres* 271
— A economia de Angola — um exemplo da lógica colonial — *Eduardo Sousa Ferreira* 277
— Convergência histórica da luta pela libertação em Portugal e da luta de libertação nacional em Angola — *Manuel Alegre* 281

2. *POLÍTICAS DE DESCOLONIZAÇÃO*

— Não uma mas várias descolonizações — *Luís Moita* 287
— Processo de descolonização — *Domingos Lopes* 291
— A derrota político-militar, base da vocação descolonizadora do MFA. A situação em Moçambique — *Mário Tomé* ... 295
— Descolonização e democratização — *Manuel L. Neto* 301

3. *OS PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO. OS ACORDOS DE PAZ E O ESTABELECIMENTO DAS BASES DE COOPERAÇÃO COM PORTUGAL*

— A descolonização da Guiné-Bissau — *Carlos Fabião* 305
— O MFA na Guiné-Bissau — *Sales Golias* 313
— Descolonização de Moçambique — *Vítor Crespo* 319
— Transformação de umas Forças Armadas de guerra em Forças Armadas de paz — *Aniceto Afonso* 339
— Moçambique. Os acontecimentos de 7 de Setembro e 21 de Outubro de 1974 — *Carlos Camilo* 341
— Alguns aspectos da situação económica em Moçambique durante os anos de 1974-1975 — *Manuel Brandão Alves* 345
— O processo de descolonização em Angola. Do 25 de Abril ao Alvor — *Pezarat Correia* 353
— Notas sobre a descolonização de Angola — *Rosa Coutinho* 359
— 8 Teses e uma proposta de trabalho sobre a política portuguesa face a Timor-Leste — *Comissão para os Direitos do Povo Maubere* 367
— Os retornados mudaram Portugal — *Fernando Dacosta* 373

4. *PRINCIPAIS REFLEXOS DA DESCOLONIZAÇÃO NAS RELAÇÕES EXTERNAS*

— A questão colonial, a política externa e o 25 de Abril — *Manuel Braga da Cruz* 379
— Parâmetros para a política externa portuguesa em África após a descolonização e de acordo com o espírito do 25 de Abril — *Vinício de Sousa* 383
— A identidade nacional e o mar — *Vítor Crespo* 387
— Descolonização e política externa portuguesa — *Medeiros Ferreira* 391
— Principais reflexos da descolonização nas relações externas de Portugal — *Maria de Lurdes Pintassilgo* 397

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Síntese dos trabalhos: *Democratizar, desenvolver e descolonizar* 407
Discurso de Encerramento: *Vítor Alves* 411

Composto e impresso na EPNC - Oficinas Gráficas, Lisboa. 3000 exemplares. Abril de 1985. Depósito Legal 8327/85.


A25
ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

recentes sondagens à opinião pública em que uma adesão maciça ao 25 de Abril enquanto factor político global, se combina com uma rejeição quase dramática de tudo o que em termos sectoriais, sociais e políticos, foi conseguido com base nele ou a partir dele. A crise de hegemonia em que hoje se debate a sociedade portuguesa combina-se, como já antes de 1974, mas agora mais agudamente, com uma crise de administração pública que se revela pela incapacidade desta de dar execução efectiva aos interesses sociais legitimados pelo sistema jurídico-político. É de prever que se nenhuma destas crises for resolvida adequadamente nos próximos anos, a sua irresolução pode em si mesma dar origem a uma nova crise de legitimação do Estado. E essa será a linha de risco de sobrevivência da própria democracia do nosso país.

Centrarei a análise dos processos sociais políticos de 1974 e 1975 em duas questões fundamentais: as relações entre o movimento popular e o MFA, a certa altura sloganizado na expressão «Aliança povo-MFA»; a lógica das transformações jurídico-políticas do Estado.

A respeito de qualquer destas questões mas sobretudo a respeito da primeira é importante recordar a precaução metodológica com que iniciei esta minha intervenção. É que, segundo as preferências ideológicas dos analistas, duas posições extremas têm sido tomadas no que respeita aos movimetnos sociais que explodiram depois de Abril de 1974. Segundo uns, os movimentos sociais foram um movimento popular, genuíno, espontâneo e autónomo, um movimento que manteve intacta a sua lógica própria de desenvolvimento ao longo de todo o processo apesar das tentativas partidárias para o controlar. O movimento popular falhou porque, uma vez frustada essa tentativa de controlo, as forças políticas organizadas e os aparelhos do Estado que elas controlavam tudo fizeram para asfixiar e bloquear as decisões e as actividades das organizações populares de base. Segundo outros, o movimento popular foi pouco mais do que a correia de transmissão das decisões dos comités centrais de várias organizações políticas partidárias, um movimento manipulado, instrumentalizado, se não mesmo criado *ab ovo* por essas forças políticas e para os objectivos políticos por que elas lutaram. Através do suposto movimento popular autónomo essas forças políticas procuraram contrabalançar as perdas antecipadas e depois concretizadas ao nível da legitimidade eleitoral que entretanto se foi constituindo.

Penso que qualquer destas generalizações tem uma dose de verdade e talvez várias de falsidade, que a verdade está talvez entre elas ou acima delas, que qualquer delas cobre, parcialmente, experiências sociais e processos de mobilização e de participação populares, muito diferente e, finalmente, que para chegar a conclusões seguras neste domínio é necessário que muito mais investigação seja feita sobre cada uma dessas experiências e cada um desses processos. A minha hipótese de trabalho é a de que o movimento popular criado ou desencadeado depois do 25 de Abril constitui uma das características mais específicas da revolução portuguesa e que, mesmo tendo em conta todas as diferenças relevantes (ou seja, o período específico em que tiveram lugar, a área social em que intervieram, a região do país onde dominaram), a riqueza do movimento popular não pode ser reduzida a estratégias partidárias ou mesmo à decisão do MFA de promover ou aceitar a certa altura os termos da «aliança povo-MFA».

O desenvolvimento e a verificação desta hipótese assenta num pressuposto teórico sobre a natureza do poder do Estado neste período e sobre a lógica das transformações por que passou ou não passou. Muito brevemente direi que se tem geralmente considerado que uma das características mais importantes do processo revolucionário consiste no que se designar por *dualidade de poderes,* ou seja, na coexistência de dois centros de poder diferentes, apoiados em bases sociais contraditórias e apontando para formas de Estado também diferentes. Assim Lenin considerou que a dualidade dos poderes entre os Sovietes e o Governo entre Fevereiro e Outubro foi a característica mais específica da revolução russa. Trotsky expandiu o conceito de dualidade de poderes e converteu-o numa característica geral de todas as revoluções, mesmo das revoluções burguesas.

Em minha opinião, apesar de Portugal ter sido nesse período um dos países mais livres do mundo — tal como Lenin dizia da Rússia no período da revolução — não houve uma situação de dualidade de poderes. Por razões que não posso desenvolver aqui, mas que têm a ver com a própria natureza do processo político que desencadeou a crise revolucionária, a situação foi antes a de *dualidade de impotências,* ou seja, nem poder burguês nem poder operário. Esta dualidade de impotências em termos da natureza de classe do poder político teve dois componentes fundamentais. Em primeiro lugar, uma dualidade institucional no interior do próprio Estado; não, portanto, uma dualidade entre o Estado e algo fora dele mas antes um *estado dual.* Em segundo lugar, uma paralisia selectiva mas muito importante das funções administrativas do Estado.

A emergência do Estado dual ficou simbolizada logo nos primeiros dias da revolução pela contradição entre a hierarquia do comando e o comando revolucionário dos capitães, entre a Junta de Salvação Nacional e a Comissão Coordenadora do Programa do MFA. Esta dualidade estendeu-se em breve a todos os sectores do Estado, ainda que de formas e com objectivos diferentes. Mas em geral o padrão foi o seguinte: dada a resistência passiva ou activa da administração pública tradicional, ou seja, do nucleo central da burocracia estatal, perante as novas condições e dada a sua incapacidade para dar resposta às novas solicitações e aos novos problemas sociais com que era confrontada, verificou-se em quase todos os aparelhos do Estado a criação de instituições paralelas, menos burocráticas e sobretudo, preenchidas com funcionários activamente identificados com a revolução. A essas novas instituições foi cometida a tarefa de articularem a adaptação do Estado às novas condições e, portanto, de encontrarem respostas institucionais e administrativas para a explosão social já em movimento. Entre muitos

outros exemplos, no Ministério da Habitação enxertou-se o SAAL no FFH e no Ministério da Agricultura criou-se o IRA e nele se foram enxertando os CRRA e o SADA.

Em todo este processo a burocracia tradicional do Estado não foi transformada — houve saneamentos, muitas vezes oportunistas, e sempre de pessoas que não de processos de decisão — foi apenas suspensa, paralizada e de algum modo mantida de reserva à espera de condições mais afeitas à sua reactivação. Foram as novas instituições que se propuseram articular o Estado com o movimento popular.

Foi, pois, no contexto de um Estado dual e de uma paralisia quase total do nucleo central da administração pública que a relação entre o MFA e o movimento popular teve lugar. São quatro as dimensões principais, dessa relação:

— a ratificação popular do golpe militar;
— a resolução de problemas concretos das classes populares no meio rural e urbano;
— as campanhas de dinamização cultural;
— a tentativa de desenvolver uma nova forma política de Estado capaz de articular e institucionalizar de modo coerente a Relação entre o povo e o MFA.

Há algo de sequência temporal nestas quatro dimensões. Apesar de todas estarem presentes de uma outra forma nas várias fases da revolução, cada uma delas tendeu a ser dominante em fases diferentes.

A primeira dimensão (ratificação popular do golpe popular) surgiu logo no dia 25 de Abril quando a população de Lisboa abraçou os soldados da revolta. Foi este um factor político importante, que depois alastrou ao país. Todos participámos dele pelo que não me detenho em analisá-lo.

Quanto à segunda dimensão (resolução dos problemas concretos das classes populares), é sabido que, logo depois do 25 de Abril, os homens do MFA foram literalmente invadidos por pedidos, queixas, comissões, delegações, problemas em fábricas, bairros, escolas, prisões, repartições do Estado. Era a explosão social. Teoricamente todos estes problemas poderiam ser devolvidos para os canais adequados à sua resolução: o Governo e a administração pública. Mas a tanto obstou a paralisia administrativa a que fiz referênica. E gradualmente o MFA foi assumido a responsabilidade pelas reivindicações sociais emergindo do movimento popular.

Deverá aqui salientar-se a acção do COPCON sobretudo no domínio da habitação e no da ocupação de casa. Muito se tem escrito sobre o COPCON mas omite-se quase sempre a riqueza dos processos de mediação e de negociação social que ele protagonizou. Fê-lo, ao contrário do que se tem dito, segundo uma lógica coerente na medida em que a evolução dos seus padrões de actuação é o espelho da própria trajectória da revolução. Começou por ser uma intervenção com base em mecanismos *ad hoc* e dentro do quadro legal existente. Passou depois a uma intervenção de confrontação com esse quadro mas, mesmo neste caso, procurou sempre criar um novo enquadramento legislativo que consolidasse, legitimasse e ordenasse as conquistas do movimento popular. Neste campo é notável o projecto de lei elaborado pelo COPCON sobre a ocupação de casas. E mais notável ainda é a discrepância entre ele e a lei de ocupações de Abril de 1975, uma discrepância que, em si, exemplifica bem a natureza do Estado dual a que fiz referência. Assim, enquanto o projecto do COPCON (que era o braço armado do Estado), fazia assentar a intervenção estatal nas comissões de moradores, a lei do Governo provisório, eliminou toda e qualquer referência a essas comissões. O que é importante reter é que é verdadeiramente através da solução de problemas concretos que o MFA se transforma em imaginário social de libertação, no centro de um universo simbólico de luta contra a miséria e a injustiça.

De algum modo, esta expansão simbólica foi o objectivo explícito da terceira dimensão a que fiz referência: as campanhas de dinamização cultural. Esta foi considerada uma dimensão fundamental da articulação povo/MFA e, à partida, os militares tinham capacidade técnica para a levar a cabo, dado o treino em acção psico-social a que tinham sido submetidos na guerra colonial. Apesar disto, esta dimensão foi sem dúvida a que teve menos êxito. Por um lado, deu-se pouca atenção à dimensão cultural das carências materiais; por outro lado, e acima de tudo, imperou o controlo partidário sobretudo por parte do PCP e o afunilamento ideológico. No entanto, mesmo aqui é difícil de generalizar sem riscos. Há que estudar caso a caso. Por exemplo, em Coimbra, e para me socorrer de uma experiência pessoal (na minha qualidade de representante da Universidde de Coimbra na articulação Universidade/Região Militar Centro, cargo para que fui designado pelo Reitor, Prof. Doutor J. J. Teixeira Ribeiro) foi possível fazer levantamentos de problemas nas zonas rurais da Zona Centro e sobretudo aprofundar a consciência das carências sociais num processo de educação cívica recíproca desprovido de agressões ideológicas.

A quarta dimensão é talvez a mais complexa: a proposta de criação de um novo modelo de Estado em que a articulação entre o movimento popular e o MFA fosse institucionalizado. Resultou de vários factores: a necessidade de vigiar o carácter anarquista e por vezes não democrático de algumas organizações polpulares de base; o agravamento das lutas sociais e ausência de uma direcção política firme; as clivagens no seio do MFA e a luta pelo controlo de uma forma política em que a participação popular fosse articulada à luz da vocação supra-partidária do MFA.

Esta tentativa de converter o MFA num intermediário entre os partidos e as massas populares atingiu o climax em 8 de Julho de 1975 com o Documento-Guia da ALiança Povo/MFA. É um documento importante

Mas a compreensão da nossa história concreta, estrutural, era de facto muito limitada, quer entre o nosso povo, quer entre os próprios militares, condicionados por um ensino deformador, por uma informação redutora e manipuladora. Tudo isso impediu a formação de uma consciência lúcida sobre o que é o homem português, esse património cultural acumulado ao longo de séculos de vida colectiva, sobre o seu comportamento atávico perante fenómenos cíclicos e a forma como reage face a novas perspectivas que sucessivamente se lhe abrem mas que sistematicamente desaproveita.

Anima-nos a esperança de que com esta publicação, e com outras que se sigam a novos colóquios a promover, possamos contribuir para que aquelas lacunas sejam colmatadas, para que as gerações futuras, dispondo do máximo de dados, não venham, ao contrário do que nós fizemos, a repetir os erros que nós cometemos, e venham mesmo a ter a sabedoria de corrigir os nossos, aproveitando também as virtudes que da nossa acção valha a pena colher.

Uma revolução não é um fenómeno social voluntarista, mais ou menos gerado por um grupo de homens determinados a mudar o rumo das coisas.

Uma revolução só acontece quando convergem um conjunto de factores, de natureza política, social, militar, económica, cultural, diplomática, que, num determinado momento favorável, agudizado por um qualquer fenómeno conjuntural, provocam a rotura do sistema. Os líderes, perante estas condições, acabam sempre por surgir, e só assumem um papel determinante, pelo rumo que acabam por dar aos acontecimentos.

Em Portugal, seguindo esta linha de raciocínio, o que se passou nos princípios da década de 70? Quais as contradições que se foram acumulando? Quais os fenómenos conjunturais que incendiaram o rastilho? Que resposta deu o 25 de Abril a essas contradições? Como se desenvolveu o processo posterior, porquê assim e não de outra forma? Terá havido, de facto, uma revolução em Portugal, depois de 1974? Se houve, será que se lhe seguiu uma contra-revolução? Inspirada, conduzida, influenciada, por quem? Se é correcta a afirmação de Régis Debray de que «ser revolucionário é pretender o máximo da revolução possível», será que de facto os homens do 25 de Abril foram revolucionários, ou ter-se-ão ficado pelo mínimo das reformas necessárias?

São imensas as perguntas que podem interessar aos estudiosos e analistas. Não é nossa intenção fornecer-lhes aqui as respostas. Mas é-o, certamente, facultar elementos, testemunhos, interpretações, dados, fontes, que ajudem a formular respostas.

Se não tivermos alcançado o nosso objectivo, que se nos reconheça ao menos o mérito de o termos tentado.

Em coerência, aliás, com as intenções que nos animaram na gestação do próprio 25 de Abril.

Associação 25 de Abril
Pezarat Correia
Presidente da Assembleia Geral

quando se compara com documentos revolucionários com objectivos semelhantes noutras revoluções. A participação popular na vida do Estado é construída a partir da base, de modo coerente e global. Por outro lado, as Forças Armadas são radicalmente restruturadas de modo a incorporar essa participação. No entanto, este documento foi um nado-morto. Quando se institucionalizou a aliança Povo/MFA o povo já lá não estava. O povo já não era as classes populares com problemas concretos. Eram os C. D. R. do PCP e os C. R. T. S. M. do PRP-BR. Eram projectos partidários que se digladiavam em lutas ideológicas tão virulentas quanto estéreis. A proposta que foi adoptada era a menos sectária mas mesmo essa trazia a marca da organização partidária que a hegemonizara (o MES). Aliás, o MFA, o outro lado da aliança, também já lá não estava, na medida em que o documento em nada reflectia a correlação de forças dentro da ala progressiva das forças armadas.

A democracia directa condenava-se à inanimação. Significa isto que a partir de então a democracia representativa seria a única alternativa? Penso que não, e que as propostas mais inovadoras, ao tempo muito vilipendiadas dado o sectarismo da comunicação social, foram as que tentavam elaborar um modelo político em que se combinavam a democracia directa e a democracia representativa: uma terceira via entre o modelo representativo social-democrático e o modelo soviético. Esta teria sido, em meu entender, a contribuição mais original da revolução portuguesa para o património universal da transformação socialista. São conhecidas as negociações sérias neste sentido entre o Grupo dos Nove e Otelo. À primeira vista, essa seria uma forma política adequada às condições estruturais da formação social portuguesa e às condições criadas pelo próprio processo revolucionário. Por um lado, o universo simbólico de libertação à volta da democracia representativa depois de 50 anos de fascismo, reforçado pelo peso da pequena burguesia na sociedade portuguesa e o seu apego às liberdades cíveis e políticas. Por outro lado, a necessidade de dar coerência e globalidade à participação popular numa sociedade que, dadas as suas assimetrias, poderia facilmente conduzir ao desencanto e à indiferença das classes populares perante o jogo político da democracia representativa cheio de pequenas rotinas e corrupções, de deseconomias e de ineficiências. Enquanto a intervenção mitigada da democracia directa fortaleceria o tecido democrático da sociedade portuguesa, a democracia representativa constituiria a melhor defesa contra a vertigem insurreccionalista de algumas forças políticas organizadas.

São conhecidas as negociações em fins de Agosto de 1975 e o seu falhanço. Perante esse falhanço, só havia duas saídas para as forças progressivas do MFA: ou forçaremos a democracia directa sem democracia representativa, arriscando a guerra civil e constituindo-se em vanguarda política para mais cedo ou mais tarde serem instrumentalizados numa concepção leninista de partido; ou, pelo contrário, apoiarem-se numa concepção social democrática que hostilizava frontalmente a democracia directa e visava a reconstituição do poder capitalista, o que mais tarde ou mais cedo conduziria à marginalização do MFA. Independentemente das posições políticas de cada um, é importante reconhecer que as Forças Armadas portuguesas daquele período preferiram a marginalização à instrumentalização. E mais importante ainda é que isto se aplica tanto ao Grupo dos Nove como a Otelo, ainda que não ao COPCON no seu todo. E no caso do Otelo, o significado é muito especial porque pagou com prisão a sua opção.

Hoje, dez anos depois, é preocupante observar que a democracia representativa não conseguiu ainda reconstituir um Estado capitalista hegemónico e assenta numa amálgama precária e incoerente de consensos interclassistas em que se combinam lógicas de consertação herdadas do regime salazarista-marcelista com outras, aparentemente contraditórias, próprias do regime pós-revolucionário. Por outro lado, é igualmente preocupante observar que a distância das classes populares em relação ao jogo político democrático aumenta à medida que os mecanismos de repressão e de exclusão se sobrepõem aos mecanismos de socialização e de integração na resposta do Estado às reivindicações populares. Por outras palavras, os limites de legitimação do regime político perfilam-se no horizonte.

Os militares e o regime democrático
– O MFA: uma intervenção militar singular – *

José Medeiros Ferreira

De uma maneira geral a instituição militar alheou-se dos regimes políticos em Portugal e a sorte destes foi-lhe indiferente. Basta mencionar o trânsito entre a monarquia constitucional e a República para evidenciar esta asserção.

Subordinado ao poder político da monarquia constitucional, a instituição militar saída do «Exército Libertador» vencedor da guerra civil contra os miguelistas terminada em 1834, não a defende e estabelece de imediato boas relações com a república implantada em 1910 que se irão manter pelo menos até à eclosão da 1.ª Guerra Mundial e aos movimentos do general Pimenta de Castro em 1915 e de Sidónio Pais em Dezembro de 1917.

O mito de que as Forças Armadas tiveram um comportamento caracterizado por uma série de pronunciamentos durante todo o Séc. XIX e princípios do Séc. XX não resiste a uma séria análise histórica. Desde o último acto de Saldanha em 1870, aliás esporádico e efémero, que a instituição militar não tinha qualquer interferência significativa na vida política portuguesa e mesmo as reacções ao «ultimatum» inglês, têm uma expressão eminentemente civil.

Por outro lado, as intervenções militares na sociedade portuguesa durante o Séc. XX e apenas considerando as intervenções de carácter institucional, tiveram todos características diferentes entre si.

Para caracterizar estas diferenças basta analisar as atitudes das Forças Armadas face aos diferentes regimes políticos que vigoraram em Portugal neste século. Desde a efectiva subordinação das Forças Armadas à Monarquia constitucional, ao seu alheamento no trânsito entre a Monarquia e a República em 1910, passando pelo aproveitamento castrense da doutrina militar da 1.ª República até ao desentendimento visível com o regime parlamentar republicano após o início da 1.ª Guerra Mundial que iria culminar no movimento de 28 de Maio de 1826, vários são os comportamentos da instituição militar. Mas de uma forma geral pode-se detectar um continuado alheamento face à natureza do regime político.

O movimento de 28 de Maio foi precedido de um lento processo de fortalecimento da unidade de intervenção da instituição militar no domínio político ocorrido entre 1918 e 1926. Para tal unidade muito contribui a forma como a instituição militar passou a ser olhada «de fora», nomeadamente por certos intelectuais como André Brun, Fidelino Figueiredo, Fernando Pessoa e os próprios «Seareiros», cuja revista logo nos primeiros números inclui colaboração de vários militares, entre os quais Gomes da Costa.

De facto o período que se estende entre 1919 e 1926 será caracterizado por uma intervenção cada vez mais institucional dos militares contra o partido democrático.

Porém, essa intervenção dos militares contra o partido democrático nem sequer tinha um objectivo antirepublicano preciso, mantendo-se pois as Forças Armadas alheadas às questões do regime político.

De facto o programa da Ditadura Militar de 1926 não ia além de proclamação da necessidade de ordem e de moralização e eficácia na administração pública. Daí que, sem doutrina sobre que tipo de regime político iria nascer da transitória ditadura militar, esta será anexada por uma ditadura civil cujo principal protagonista foi

---

* Comunicação baseada num trabalho de investigação levado a efeito no âmbito do I.E.D.

Salazar. Este ainda se defronta com o General Vicente Ferreira e com as reticências de alguns comandantes de unidades preocupados com o resultado do plebiscito de Março de 1933, ao qual se opõem, mas Salazar distingue-se exactamente por ter uma arquitectura institucional para o regime político resultante da ditadura militar. Paradoxalmente os militares não a encontram.

Ora o Movimento das Forças Armadas apresenta desde logo no seu Programa como objectivo concreto e prioritário atingir a restauração da democracia. Pela 1.ª vez neste século uma revolução militar era acompanhada de uma opção clara por certo tipo de regime político.

Essa foi uma diferença específica essencial entre o MFA e outras intervenções castrenses em Portugal.

Vejamos a sua explicação.

Como tive ocasião de dizer em 1973:

«Se se enquadrar os problemas portugueses à luz da continuação de Portugal no Mundo, pode aparecer subalternizado o papel dos instrumentos capazes de levarem para a frente o projecto de continuar a Nação. Porém, se prescurtarmos os anseios internos do corpo nacional torna-se evidente que a união dos portugueses se faz em torno da conquista das principais liberdades democráticas. A instauração de formas democráticas será pois exigência que um verdadeiro poder antifascista e anti-colonialista não poderá adiar.

Na realidade, a permanência do regime do Estado Novo gerou no seio da sociedade portuguesa um profundo movimento de aspiração à prática das liberdades públicas sempre negadas pela sua política terrorista. Criou-se assim, em torno das liberdades democráticas, um elemento ideológico fortíssimo que tem expressão nacional e é interclassista. Nenhum plano para a nação poderá ladear este problema propriamento político» (1).

Ora, o MFA deve ser visto como uma metamorfose da instituição militar e desta forma o seu objectivo de estabelecer em Portugal um regime de democracia política corresponde ao pensamento estratégio daquela.

Essa acção ao nível da Estratégia geral poderá ser melhor compreendida caso a comparemos «mutati mutandis» aos métodos políticos empregados, após a II Guerra Mundial, pelas forças aliadas vencedoras quer nos teatros europeus quer no teatro asiático, nomeadamente na Itália, na Alemanha e no Japão. Com a liderança substancial e no caso do MFA ser um exército nacional num território não invadido a introduzir a mudança entre um regime ditatorial e um regime de democracia política (2).

A institucionalização do MFA, ou seja, a sua formalização como agente político participando em órgãos de soberania salvaguardava ainda as Forças Armadas do empenhamento político necessário para se proceder o trânsito entre a ditadura e a democracia política.

A estratégia militar, ou a simples conduta, também foi actuante na caracterização dos governos provisórios e por si também se distingue das outras intervenções.

Assim, enquanto no golpe de Estado saído do 28 de Maio de 1926 os militares optaram por um regime Ditatorial (Ditadura Militar entre 1926 e 1928; Ditadura Nacional 1928-1933), já no 25 de Abril de 1974, o período de concentração de poderes ditatoriais pelos militares foi extremamente curto: mais precisamente durou 3 semanas até à aprovação da Lei 3/74 e a constituição do I Governo Provisório a 14 de Maio.

Mas se o Governo Provisório era de natureza civil já o programa do MFA não falava de legalização imediata de partidos políticos. O «civilismo» do Programa não era obrigatoriamente sinónimo de regime de partidos.

Com efeito no Programa do MFA não há qualquer referência à legalização dos partidos políticos nem deles se fala no conjunto das «medidas imediatas». A possível formalização de partidos era tarefa para futuro governo provisório. No capítulo B — Medidas a curto prazo, pode ler-se no Ponto 5:

«O Governo Provisório, tendo em atenção que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigar-se-á a promover imediatamente:

a) [...]
b) A liberdde de reunião e de associação.

Em aplicação deste princípio será permitida a formação de «Associações políticas» possíveis embriões de futuros partidos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício (3).

Mas a formalização dos partidos políticos prevista na melhor das hipóteses para a Assembleia Constituinte acabou por se realizar em dois tempos bem mais curtos: o primeiro com a chegada a Portugal dos dois secretários-gerais, Mário Soares e Álvaro Cunhal e a entrada de ambos no 1.º Governo Provisório; o segundo momento realizou-se com a aprovação da lei dos partidos em Outubro de 1974 pela qual se atribui a estes o monopólio da actividade eleitoral.

---

(1) José Medeiros Ferreira *«Da Necessidade de um Plano para a Nação»*, 3.º Congresso da Oposição Democrática, teses, Volume sobre a Situação e Perspectiva Política no Plano Nacional e Internacional, Ed. Seara Nova 1974, p. 17.

(2) Ver José Medeiros Ferreira, «Ensaio Histórico Sobre a Revolução do 25 de Abril — O Período Pré Constitucional» — Imprensa Nacional — Casa da Moeda. Lisboa 1983.

(3) Ver Programa do Movimento das Forças Armadas, ed. Imprensa Nacional, 1974.

A formação do 1.º Governo Provisório será pois um processo político bem mais complexo e importante para caracterizar a natureza do novo regime político do que normalmente se julga.

Ou seja, embora os militares tivessem optado quando da aprovação do programa do MFA — pelo estabelecimento de um regime democrático pluralista e pela formação rápida de um governo provisório de natureza civil, já o preenchimento desse governo provisório e a existência de partidos políticos como instrumentos característicos da fase seguinte da vida política nacional eram incógnitas a resolver, ou vazio estratégico a ser preenchido por acções de conduta.

Mário Soares relata-nos dois momentos do seu primeiro contacto com o General Spínola deveras interessantes para situar o estado da questão nos dias seguintes ao derrube da ditadura.

Num trecho do livro «Portugal: Que Revolução» relata-nos Mário Soares este diálogo ocorrido a 27 de Abril:

«Spínola apareceu. Abraçámo-nos espontaneamente e uns momentos depois convidou-me a entrar no seu gabinete: «A Revolução está feita. Sinto-me feliz por o receber» — foram as suas primeiras palavras» (4).

Relato que completa mais tarde da seguinte forma:

«Ele (o General Spínola) recebeu-me a título de exilado antifascista, mas eu fiz questão de acentuar e de repetir, que estava ali na qualidade de Secretário-Geral do Partido Socialista. Preocupei-me em acentuar o vector pluripartidário do nosso regime (...) pois considerava ambígua a linguagem de alguns militares, que não falavam em partidos políticos...» (5).

Pelo seu lado o dirigente comunista Octávio Pato, envia uma carta ao secretário do Comité Central a 29 de Abril em que afirma prudentemente:

«que neste momento já não foi só o Governo mas também o fascismo que foram derrubados» e opina que o partido comunista «está à beira da legalidade» De qualquer maneira «neste momento há já vários camaradas funcionários que passaram à legalidade» (6).

Casuística quanto ao reconhecimento imediato dos partidos políticos. Casuística quanto à natureza do 1.º Governo Provisório conforme nos revelam eventos já conhecidos:

«Logo a 30 de Abril, e em casa de Veiga Simão, segundo Alberto Machado, reunem-se estes com Adelino Amaro da Costa, Alberto Ralha, Vítor Crespo, entre outros. Spínola aceitará a substância do Programa que será incluído no executivo da responsabilidade do Professor Palma Carlos, mas irá decidir-se por um Governo Provisório de natureza pluripartidária e não de independentes. *Logo se* verá que mais importante do que a aceitação do Programa (do MFA) era a natureza do Governo Provisório e que o poder político decorrente da Revolução do 25 de Abril estaria essencialmente dependente da formação e da natureza o 1.º Governo Civil» (7).

Por estes testemunhos, se pode verificar a indeterminação real sobre o papel dos partidos políticos no período imediatamente posterior à formação da Junta de Salvação Nacional. Também se pode evidenciar a existência de um «écran» entre os militares do MFA e aqueles políticos, «écran» constituído por essa mesma Junta de Salvação Nacional.

No entanto muito rapidamente os partidos políticos passam a constituir o veículo privilegiado da evolução política.

Vejamos como e porquê.

As Forças Armadas necessitavam de promover a consolidação de um regime de democracia política que lhes assegurasse o ambiente necessário à sua re-adaptação na sociedade portuguesa. A instituição militar necessitava de assegurar a sua manutenção para além das vicissitudes do seu empenhamento na guerra de África, na descolonização e no processo revolucionário desencadeado a 25 de Abril de 74.

Ora, só os partidos políticos se apresentavam com capacidade de gerir a diversidade dos interesses desencadeados servindo ao mesmo tempo de andaimes na construção dos factores de coesão da comunidade portuguesa nessa sua nova face. Os interesses em jogo eram tão contraditórios que só os partidos poderiam gerí-los por difíceis que fossem, no quadro das liberdades públicas instauradas. Daí o fracasso de todas as organizações que se quiseram arrojar o exclusivismo da condução do processo no período revolucionário.

Interesses contraditórios geridos por instrumentos separadores (os partidos) mas dentro de um sistema de decisão fortemente concentrado. Daí a facilidade com que os militares aceitaram e impuseram uma lei tão violenta como a lei da unicidade sindical ou a lei sobre os partidos que atribuíram a estes o monopólio do acesso à actividade política.

A estratégia militar passou ainda pela co-responsabilidade das pressentidas maiores correntes partidárias que entraram nos Governos provisórios onde se aprisionaram os partidos a troco da sua implantação na quadrícula do país, favorecendo a referida necessidade de centralização das decisões tomadas revolucionariamente e a sua execução (descolonização, nacionalizações, reforma agrária, autonomias insulares, etc.).

---

(4) Mário Soares, Portugal — Que Revolução? 176, p. 26.

(5) Expresso — Revista do 25 de Abril de 1981.

(6) Carta de Octávio Pato do Secretariado do Comité Central, datada de 29 de Abril de 1974, exposta no Pavilhão dos Desportos em Maio de 1981, na Exposição Comemorativa do PCP.

(7) José Medeiros Ferreira — Ensaio Histórico Sobre a Revolução do 25 de Abril — O Período Pré-constitucional, — Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa 1983, pág. 55.

Os partidos acabaram por se revelar os instrumentos mais apropriados à condução do processo político em Portugal e tornaram-se com os primeiros governos provisórios as maiores criações institucionais da Revolução.

Um dos factores de fortalecimento do papel dos partidos políticos foi a operação de recenseamento desencadeada em Dezembro de 1974 e que elevaria o corpo eleitoral português em mais quatro milhões de votantes do que anteriormente. Acresce que a participação eleitoral revelou-se fortíssima no sufrágio para a Constituinte.

As próprias eleições para a Assembleia Constituinte em Abril de 1975 foram fundamentais para o estabelecimento em Portugal do sistema pluripartidário, e a garantia dada pelo MFA de que essas eleições se realizariam constitui prova da existência de uma estratégia militar para se alcançar o objectivo de dotar o país de um regime democrático. Nesse particular é indesmentível a influência do General Costa Gomes que faz aprovar uma moção nesse sentido no fim da Assembleia do MFA realizada de 11 para 12 de Março de 1975.

A confirmação desse empenhamento do MFA, e de Costa Gomes, na realização de eleições para a Assembleia Constituinte, encontra-se no testemunho de um dos mais activos Embaixadores em Lisboa na altura, o Embaixador Belga, que nos relata uma entrevista que lhe foi dada pelo P.R.:

«Je fus reçu dans l'aprés-midi du Vendredi Saint. L'audience dura prés d'une heure. Le General Costa Gomes que j'avais rencontré à plusiens reprises déjà, m'écouta attentivement. Lui, généralement peu loquace me repondit longuement. Il comprenait l'inquietude du Gouvernement Belge, comme celle des autres gouvernements. Il tint à me ressurer sur les prochaines elections libres et au suffrage universel, gage du MFA à l'objectif fixé» (8).

É certo que ao nível do domínio institucional muitos foram os conflitos entre o MFA e os partidos políticos, em termos de concepção do tipo de regime a estabelecer em Portugal, e essa própria concepção esteve à mercê de uma certa relação de forças exteriores ao MFA; por exemplo um triunfo eleitoral do PCP e do MDP/CDE, teria dado origem a um regime político de características muito diferenciadas do modelo predominante na Europa Ocidental.

Assim a vitória eleitoral do Partido Socialista nas eleições para a Constituinte veio a determinar o estabelecimento de um regime de democracia pluralista, ainda que posto em causa até ao 25 de Novembro. A partir dessa data ficou claro que só um pacto entre os partidos políticos e as Forças Armadas poderia resolver instuticionalmente a questão política portuguesa.

Esse trânsito efectuado pelas F.A. portuguesas entre o regime de ditadura derrubado a 25 de Abril de 74 e a promulgação da Constituição a 25 de Abril de 76 é notável e sem exemplo na história das intervenções militares em Portugal.

Esse trânsito constituiu a escolha de um autêntico «objectivo nacional de alternativa», para utilizar um conceito ministrado nos estudos militares sobre o poder nacional no mundo.

Ora uma das características da condução do processo político desencadeado pelo MFA será a revelação de uma elite militar com capacidade de pensamento estratégico sobre a instituição militar e sobre a resolução de grandes problemas nacionais. E essa elite de uma forma geral manter-se-á de acordo para considerar o regime democrático pluralista como o mais adequado à afirmação do Estado Português e à sobrevivência da própria instituição militar.

A existência dessa elite militar intelectual não é geralmente reconhecida extra-muros, ou seja por parte de outras elites nacionais, desde a universitária à empresarial, desde a dos grandes «corpos de Estado» aos tecnocratas. E, no entanto, essa elite existe e teve papel preponderante no trânsito entre o período revolucionário e o estabelecimento de um regime democrático-constitucional.

Essa elite militar tem origem e curriculum diversos, desde o oficial com o Curso de Estado-Maior até ao militar com particular experiência de comando.

Treinada nos «Estudos de Situação Estratégica» dos estabelecimentos de Ensino Militar Superior, parte dessa elite maneja com grande operacionalidade as aquisições das ciências sociais e de estratégia. Os factores de «coesão social» ou o inventário das vulnerabilidades e potencialidades nacionais formam o protótipo de uma mentalidade desconhecida fora do território castrense. Outra parte dessa elite tem particular experiência de organização e comando e um conhecimento empírico do real.

Essa elite «salvou» a instituição militar no meio de todas as crises nacionais recentes, nomeadamente as relacionadas com a guerra colonial, a descolonização, com o processo revolucionário e a cristalização do regime democrático de partidos.

E quando se afirma que as Forças Armadas foram «salvas» isso significa que elas se mantiveram como instituição idênticas a si mesmas.

Nessa perspectiva o MFA foi uma metamorfose da instituição militar, e o II Pacto MFA-Partidos de Fevereiro de 1976 corresponde ao essencial da estratégia militar no campo político após o derrube da ditadura.

(8) Embaixador Max Very, Le Retablissement de la Democratie au Portugal, Policopiado, p. 179.

Conclusão

A intervenção militar do MFA caracterizou-se pela ruptura com a indiferença secular das Forças Armadas face ao tipo de regime político interno (Monarquia na sua forma constitucional ou ditatorial; República parlamentar ou presidencialista; Estado Novo e Estado Social) e pelo empenhamento no estabelecimento de um regime político de democracia política pluralista.

Esta opção da instituição militar deveu-se a vários factores, desde a necessidade de encontrar um modelo político que permitisse a gestão autónoma dos conflitos sociais até à própria luta institucional que se desenvolveu entre organismos frentistas revolucionários e os aparelhos partidários.

Após o recenseamento eleitoral de Dezembro de 1974 que elevou o número de votantes para perto dos seis milhões e a participação de mais de noventa por cento desse universo nas eleições para a Assembleia Constituinte, o regime de partidos estabeleceu as suas bases que ainda hoje vigoram.

Pelo seu lado, o MFA — autêntica metamorfose da instituição militar — conseguiu introduzir no II Pacto MFA — Partidos de Fevereiro de 1976, a consagração da eleição directa para Presidente da República. Pode-se dizer que a eleição directa de um general para a Presidência da República tem constituído o essencial da estratégia política da instituição militar no período em análise.

Com efeito, as duas eleições presidenciais já efectuadas caracterizam-se por uma disputa entre vários militares com concepções diferentes quer sobre os melhores projectos de sociedade para Portugal quer sobre as características das Forças Armadas no contexto nacional. Assim em 1976 tivemos no fundo uma disputa entre Ramalho Eanes e Otelo, e, em 1980, entre Ramalho Eanes e Soares Carneiro. Com estas eleições tratou-se de escolher, por sufrágio universal, o militar que comandaria as Forças Armadas e que imprimiria a influência sublimada da instituição militar na evolução do regime democrático.

Do mesmo passo permitia-se a existência de um militar com singular força política derivada do sufrágio universal e directo e que estaria assim em melhores condições para subordinar as Forças Armadas do poder político democrático.

A preferência do MFA por um regime democrático foi assim secundado pela própria instituição militar embora por motivos nem sempre coincidentes mas todos conducentes ao fortalecimento do regime de liberdades públicas em que vivemos.

Acresce que num outro espaço das Forças Armadas desenvolveu-se paralelamente, a elaboração de um conceito *alargado de Defesa Nacional* — por cujos critérios se deveria avaliar a bondade de algumas situações governamentais já que quase tudo na actividade política pode ser aferido numa perspectiva de «poder nacional». Deste modo o sistema político estaria sempre sob a avaliação dos peritos em *estudos de situação estratégica*. Esse conceito alargado de Defesa Nacional pretendeu também introduzir um elemento perturbador em qualquer regime democrático qual seja o de *«inimigo interno»*, cuja aplicação se apresenta pelo menos arbitrária, e sempre baseada numa expansão da natureza policial de qualquer regime.

Um outro factor de crescimento planificado da influência militar no sistema político deriva das atribuições que podem caber às Forças Armadas na chamada «Gestão das Crises». Contrariamente à anterior concepção «alargada» de defesa nacional feita para permitir uma influência permanente do critério estratégico, já a «gestão das crises» aparece como meio extraordinário de fazer face a uma emergência. Em ambos os casos trata-se de doutrina, por enquanto confinada a certos meios militares e aos auditores do I.D.N., mas revelando o aparecimento de outras abordagens sobre as relações entre as Forças Armadas e o regime político democrático.

As relações entre as Forças Armadas e o regime político democrático não podem no entanto ser perspectivadas em abstracto, ou através de um mero discurso institucional, como o atrás ensaiado.

O papel da instituição militar na nova era marcada pelo 25 de Abril terá de ser estudada tendo em conta os factores de continuidade e de ruptura introduzidos nas Forças Armadas pelo derrube da ditadura, pela descolonização e pela implantação em Portugal de um regime de democracia política. E o problema militar português só ficará resolvido quando às Forças Armadas forem atribuídas missões — nacionais ou internacionais de prestígio assegurado, que lhes fixe uma nova natureza, alterada irreversivelmente com o 25 de Abril de 1974, mas ainda não preenchida ou revelada.

Assumir a diferença da natureza das Forças Armadas portuguesas, antes e depois do 25 de Abril de 1974, encontrava-se significativamente na ordem do dia de dez anos depois daquela data.

Participação do movimento associativo popular na democratização do país

António Modesto Navarro

1

Vem do século passado a tradição de criação de Associações para união e conjugação de esforços de diversas camadas das populações, ofícios, classes e outros grupos sociais, que assim, perante situações difíceis, procuraram e procuram organizar-se e alterar o meio em que vivem, participando na resolução de problemas e realização de anseios, ajudando a criar uma sociedade mais justa e por todos participada.

Afirma-se que a formação de bandas de música foi uma das primeiras manifestações de associativismo em Portugal, após a Revolução Francesa. No entanto, os sinais mais claros de organização popular surgem nos alvores do liberalismo, com a criação de Mútuas, Cooperativas e outras entidades colectivas, que procuraram desde logo concorrer para a alteração de uma situação que então se configurava como fortemente ameaçadora para as classes médias e a generalidade dos trabalhadores.

O ascenso do capitalismo em Portugal, no século passado, teve logo respostas várias da parte das populações atingidas, que através das suas organizações tentavam minorar, por um lado, as dificuldades em que viviam, e, por outro, procuravam intervir, tantas vezes de forma anárquica e mal perspectivada, no próprio processo produtivo e na divisão mais justa dos seus resultados.

Depois de 1872, com a criação da primeira central sindical dos trabalhadores portugueses, a Fraternidade Operária, esta organização multiforme ganhou perspectivas mais avançadas, libertou-se em boa parte do paternalismo de dirigentes reformistas que até então a conduziam e participou activamente na criação de condições para o derrube da monarquia e para a implantação da República. Associações de classe, Sociedades promotoras de ensino e cultura, Colectividades, Centros Republicanos, Bandas, Círculos Musicais, etc., colaboraram e participaram num ascenso popular, nos campos da formação política, da educação e da cultura, que ainda está por estudar numa perspectiva dinâmica e adequada ao seu impacto e resultados.

2

Veio a República e mais Colectividades, Centros Republicanos e Democráticos foram criados, a par de sindicatos e outras organizações de classe, que aprenderam diariamente, até 1926, quanto custava lutar em condições que deviam ser favoráveis e acabavam por se tornar limitativas e até fortemente repressivas dos anseios populares.

Nesta fase da 1.ª República, muitas organizações populares sofreram as consequências de orientações anarco-sindicalistas e populistas, que as dividiam e confundiam. É conhecida, por exemplo, a orientação anti-partidos e contra a participação na vida política que os anarco-sindicalistas lhes imprimiram, o que ajudou a enfraquecer sectores do movimento associativo popular.

3

Veio o fascismo, em 1926, e com ele acelerou-se a perseguição às organizações políticas, aos sindicatos e às associações de cultura, ensino e recreio, sofrendo grande impacto a criação e o fortalecimento de clubes de futebol e outras «associações» já orientadas para um trabalho de desmobilização e alienação tantas vezes habilmente conduzido, que veio a dar resultados trágicos, transformando grande parte deste povo, durante dezenas de anos, numa maioria sacrificada e destruída na sua identidade cultural, no seu saber, poder de realização e de libertação.

Emigração, obscurantismo, ignorância generalizada, foram alguns dos resultados de uma política que assentava na opressão e na exploração violenta das populações, realizada e conduzida com o apoio da repressão, do poder económico e financeiro e da igreja conservadora, por todo o país.

No entanto, o processo de resistência, a nível popular e da intelectualidade, teve desde logo o desenvolvimento possível, salientando-se a criação da Universidade Popular por Bento de Jesus Caraça e outros intelectuais, a resistência contínua de Colectividades, Centros Republicanos e outras Associações de Cultura e Recreio e o ascenso do movimento associativo estudantil, com particular realce, neste processo, para o Movimento de Unidade Democrática e o MUD Juvenil, desde logo estreitamente ligados às Associações e às camadas que resistiam ao fascismo, infundindo novas perspectivas no movimento popular.

Este processo, longo e violento, teve fases de ascenso e recuso, de perseguições, prisões, proibições e encerramento de Cooperativas, Sindicatos, Colectividades e outras Associações. Muitas bandas de música e outros grupos culturais sossobraram com a repressão, a emigração e a guerra colonial. Depois das «eleições» de 1969, culminando um processo de luta de massas, foi dada a palavra de ordem, pelo Movimento Democrático (CDE), de ida generalizada para os Sindicatos e Colectividades, Clubes e outras Associações, reforçando-se assim uma frente de luta que viria a propiciar muitas das transformações culturais e políticas que se operaram posteriormente nas camadas e classes da população do país. Assim se criou condições para a participação popular, através de processos sempre difíceis e recheados de violência, como foi por exemplo o cerco e encerramento de Cooperativas Culturais em 1971 e 1972 (que se «fundamentou» num decreto-lei expressamente criado pelo governo fascista, o 520/71), ou o sucessivo encerramento de Colectividades e expulsão de Comissões Culturais, perseguição a sindicatos e outras tentativas de destruição de uma realidade que era imparável e que tinha já expressão a nível do país, tanto no movimento associativo popular como no associativismo das faculdades e outras escolas, fortemente configurada por exemplo na realização de iniciativas culturais e outras de conteúdo já objectivamente politizado.

4

Assim, foi possível reforçar de imediato a acção libertadora dos militares do 25 de Abril de 1974. A primeira Sede política a abrir em Lisboa e no País foi exactamente a Cooperativa Cultural Esteiros, que resultava da resistência ao encerramento da Cooperativa Devir, e onde os seus sócios e outros democratas haviam preparado muitas das acções da «campanha eleitoral» de 1973.

A partir de 25 e Abril de 1974, a ligação do Movimento Associativo Popular, Colectividades, Clubes e outras associações, ao processo de destruição do aparelho de estado fascista e eleição de Comissões Administrativas para Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia foi contínua, como foi efectiva na realização de sessões de esclarecimento político e cultural por todo o País, colaborando com outras associações democráticas, partidos políticos e estruturas do MFA na concretização de iniciativas que ajudaram as populações a criar consciência do que efectivamente representavam perante a nova vida que então se abria, alterando o quotidiano de muitos e muitos portugueses que não sabiam sequer qual o conteúdo efectivo da palavra democracia, que então pela primeira vez ouviam.

Ainda só é possível avaliar no mínimo, após dez anos, os efeitos profundos de toda esta realidade associativa que hoje se configura e fortalece ainda mais em milhares de novas Colectividades, Centros Culturais, Clubes, Grupos de Teatro, Cineclubes, Bandas, Corais, Escolas de música e bailado e outras associações de carácter local e regional existentes no país, que beneficiam das liberdades de reunião e associação e que as fundamentam na prática. São uma realidade que escapa a muita gente que toma a cultura apenas por aquilo que sai nos jornais ou que chega à televisão, sem sequer imaginar que hoje, por todo o país, Colectividades e outras Associações, Centros Culturais Regionais e Autarquias recuperam o que resta da verdadeira cultura popular, defendem e projectam o património cultural e natural, constroem novos espaços de cultura, ensino, desporto e recreio, mobilizam populações para a conquista e fruição da cultura nacional e universal a que têm direito, aproximam a intelectualidade democrática das camadas populares, apontam caminhos correctos para a regionalização, conjugam camadas oriundas de regiões subdesenvolvidas para a luta pelo progresso e libertação das suas terras, resistem ao efeito nefasto que os grandes meios de comunicação social exercem de novo sobre a identidade cultural das populações, criam condições para uma efectiva libertação de todos, através da organização, da reivindicação e da luta pelas condições de vida social, cultural e económica a que têm direito.

Prosseguem assim uma tradição de unidade e luta que sempre esteve estreitamente ligada à sua existência e à vida das populações, classes e camadas oprimidas e exploradas.

5

Dez anos de Abril serão ainda poucos para se tornar possível reconhecer na sua grandeza o papel do Movimento Associativo Popular (incluindo aqui muitos Sindicatos e Autarquias) na conquista generalizada da democratização e descentralização da cultura, do ensino e do desporto e na fruição correcta dos tempos livres dos trabalhadores e das populações. Estruturas novas como as Comissões de Trabalhadores e Moradores são tantas vezes odiadas e atacadas, sem se entender que são uma expressão legítima de quem trabalha e vive ainda em condições adversas.

Espelho disto tem sido a evolução e o comportamento do próprio poder central, que deveria respeitar, no mínimo, o que está inscrito na Constituição da República Portuguesa de 1976. Apoiar devidamente o Movimento Associativo Popular não tem nada a ver com a destruição de estruturas de formação de animadores culturais existentes no FAOJ até 1976, com a tentativa de criação dos chamados «Conselhos Regionais de Cultura» no consulado de Vasco Correia Guedes Pulido Valente, que serviriam para jugular os Centros Culturais Regionais mas que ficaram no papel como resultado da acção organizada dos Centros, que, na maior parte, representam muitas dezenas de Associações das regiões em que estão inseridas. Respeitar e aplicar a Constituição não tem nada a ver com um despacho normativo de Lucas Pires saído em finais de 1981, que determinava a subordinação do movimento associativo popular aos presidentes de Câmaras Municipais e governadores civis, para efeito de apoios financeiros, despacho eleitoralista e ditatorial que criou ainda algumas distorções e vícios em certas regiões. Aplicar o que a Constituição determina também nada tem a ver com as dotações mínimas dos sucessivos governos para a cultura, nem com o esvaziamento e burocratização dos Serviços de apoio técnico e financeiro.

Ministério da Cultura, Inatel, FAOJ, DGEA e outros organismos do aparelho de Estado, terão de voltar-se de novo para o apoio dinâmico e eficaz a todo este movimento associativo popular que se configura hoje como um dos esteios principais da vida democrática no nosso país.

6

As Associações recuperam e defendem a literatura oral, o teatro, a música, o folclore, o artesanato e toda a cultura de raiz popular, como continuam a defender o património e a promover a alfabetização e o ensino, com as Escolas, ou substituindo-as onde elas não existem. Promovem o acesso amplo à prática desportiva e à fruição correcta dos tempos livres. Apoiam as Autarquias nestas frentes e na mobilização das populações para a resolução dos seus problemas e anseios, na saúde, no ensino e noutros sectores da vida social e económica. Participam no poder local através de Conselhos Municipais e outras estruturas. Conjugam vontades para a realização de projectos que, na maior parte dos casos, ainda não obtêm respostas condignas do poder central. Procuram criar vias de acesso popular à cultura nacional e universal. São o antídoto necessário contra o «consumismo» e a manipulação «cultural» que se instala perigosamente entre nós, através de multinacionais e outros grupos, como são o oposto possível ao papel nocivo da televisão e de outros órgãos de comunicação de massas apostados na descaracterização das populações.

Com apoio técnico e financeiro correcto e continuado, todo este vasto movimento associativo criará dinâmicas ainda mais imparáveis nas populações, democratizará estruturas e grupos sociais, conjugará esforços para que se instale definitivamente entre nós a vida democrática amplamente participada que todos desejamos.

Por isso entendemos que vale a pena enunciar esta realidade, em breve traços, para que possa estar presente numa iniciativa dos militares de Abril, mesmo assim, de forma sucinta e ainda pouco organizada.

O Movimento Associativo Popular merece a séria atenção daqueles que se preocupam com a democratização de todos os sectores da vida no nosso País.

O 25 de Abril e a dimensão humanista no ensino médico

Eduardo Luís Cortesão

O ensino e a formação de médicos, com nível científico , competência profissional e inserção comunitária só é possível quando a formação receba a impregnação dum autêntico sentido humanista. E o que é válido para os médicos é-o certamente e também para juristas, engenheiros, agrónomos, economistas e todos os outros que se pretendem formar e educar numa Universidade humanista.

O 25 de Abril ofereceu à Universidade um teor humanista que ela não possuia — ou que lhe não fora permitido fomentar — mas que se por um lado consentiu alguma democratização adentro do próprio estabelecimento universitário, por outro lado cedo se demonstrou insuficiente. Não se operou nem a revolução nem a reforma de mazelas e conservadorismo que sempre anemiaram as Faculdades, coartando a criatividade conceptual e a investigação renovadora.

A dádiva humanista de Abril não logrou todavia transformar a Universidade, penetrar na sua estrutura e re-elaborar dinamicamente a sua acção e a sua eficiência.

A clivagem entre o passado e o presente era dramaticamente profunda e a poluição do presente pelo passado tem continuado dolosamente cavilante. O anquilosamento da Universidade durante o Salazarismo, as afrontas e brutalidade a que foi submetida, constituem uma questão moral mais do que uma questão política. E dez anos depois de Abril persiste o desafio da transformação da Universidade, para que seja essencialmente humanista, única via para que se desenvencilhe de pechas retrógadas e ineptas com que o Salazarismo a cancerizou e o presente já lhe lobriga a proliferação de metástases.

E porque o Humanismo é aqui evocado, há que definir a sua natureza, a sua estrutura e a sua função na perspectiva universitária. Entre outras razões por que se assiste, com perplexidade, ao uso e abuso em boca cheia, do termo *humanista*, para proclamar actos, justificar atitudes ou ratificar comportamentos que de humanistas nada têm. O humanismo não se proclama; vive-se, cumpre-se e exemplifica-se.

E assim sendo numa perspectiva universitária, tomando como modelo o ensino médico, há que enunciar, elaborar e reflectir sobre o seguinte:

1

Entende-se que na formação médica universitária humanista, há a tendência para preservar e incrementar os valores afectivos, estéticos, criadores e éticos que condicionam e determinam a existência humana.

2

O ensino médico humanista é de preservação dos valores quando previne todas as motivações e todas as tendências que de algum modo conduzem à alienação do Homem. No binómio saúde-doença a educação médica

SESSÃO DE ABERTURA

tem que incidir na compreensibilidade da Pessoa ocasionalmente doente e na doença que se estabelece, evolue e se trata, sempre, num contexto bio-psico-social. O ensino médio humanista enuncia e cumpre estes firmes princípios.

Os ensinos médicos pseudo-humanistas e conservadores são falsos ensinos que proclamam tais princípios mas explícita ou implicitamente não os cumprem e não os praticam.

3

O ensino médio humanista é de incrementação dos valores quando estimula e movimenta a descoberta e a criatividade, no confronto entre os conhecimentos ancestrais e hodiernos, e o novo conhecimento.

4

Uma formação médica humanista tende a expandir-se tanto na interioridade do indivíduo como no contexto social em que ele se nutre, se movimenta e se exprime; não somente no tecido cultural imediato e nacional, mas também, e sempre, na dimensão universal.

5

Uma Medicina humanista define-se, também, no reconhecimento da actividade instintiva e da agressividade. O instinto sexual, o instinto de conservação, a agressividade destrutiva (ligada à crueldade e ao instinto de morte) e a agressividade combativa (ligada ao instinto de vida e à criatividade) são forças de expressão biológica, psicológica e social, que determinam a natureza, a estrutura e a função de um conflito. Neste conflito o médico humanista age dinamicamente, não denegando o conflito nem o reprimindo.

6

O Humanismo traduz-se como a qualidade, o atributo ou a essência de algo, e de aí resulta a sua plasticidade, a sua natureza livre, a sua flexibilidade e o seu valor condicionante ou determinativo.

Podemos, assim e sempre inquirir e reflectir sobre a legitimidade de uma Educação, uma Arte, uma Ciência ou uma Filosofia que se qualifiquem e se proclamem humanistas.

7

Porque o *Humanismo não pode ser cerceado ou limitado nos seus propósitos*. Isso torná-lo-ia pontual, restrito, fanático, absoluto. Contraditório e paradoxal será portanto evocar desde um humanismo artístico, científico ou filosófico até mesmo um *humanismo religioso ou político*.

8

Mais pertinente para a formação médica e universitária é o princípio de que o Humanismo rejeita a hegemonia da destreza sobre a fertilidade da cultura e do talento.

Antes do 25 de Abril a formação médica universitária (e não só de médicos) incidia na preparação de tecnocratas, habilidosos e dextros.

O clarão de Abril iluminou fugazmente as avenidas para o culto do talento e da cultura humanista. Nós não queremos professores universitários carreiristas, habilidosos como exibicionistas de circo, doutos em destreza mas parcos em talento e inovação criadora. Porque são eles, também, os responsáveis por gerações de médicos que lhes absorvem as fraquezas e as transpiram, depois, para a comunidade.

Nenhuma tendência, movimento ou atitude humanistas podem colher fóros de genuinidade se não logram alcançar profunda *penetrância* social, cultural e comunitária.

Nestas circunstâncias pode-se sempre diagnosticar um falso humanismo, quando ele surja impregnado de intelectualização, academismo e aristocratização, apanágio utilitário de um qualquer microcosmos social.

Os exemplos mais gritantes da perversão do humanismo encontram-se no discurso quotidiano antes do 25 de Abril, mas infelizmente, têm vindo a crescer desde Abril. Antes era a apropriação perversa e megalómana dos nobres conceitos de Pátria, Nação e outros para serviço e interesses pessoais descritos como *superiores*. Daí nasceu essa espécie de trocadilho designada por «os superiores interesses da Pátria» (ou da Nação) quando o

conteúdo latente é na realidade «os interesses económicos, egoistas, fanáticos do grupo a que pertenço (e que são moralmente inferiores) proclamados e impostos como patrióticos (gerais) e, ainda, superiores». Depois de Abril estabeleceu-se a apropriação dos conceitos de Povo e de Democracia, transformando-se o «Povo Português» em entidade mítica e idealizada («os meus interesses são os do povo») ou nessa aberração e paradoxo que são as «maiorias esmagadoras» (se são maiorias e são do «bom povo português», e são democráticas, não devem esmagar coisa nenhuma, muito menos minorias!). Depois de Abril até todos e quantos apoiaram ou aquiesceram com o discurso paranoico do Salazarismo contra a Democracia, agora e subitamente se louvam no ideal democrático ou com persignações de água benta democrática que possa ilibar o poder pessoal e a exploração económica dos outros, ou com a apropriação do socialismo para usos e cultos próprios, operando-se clivagens abissais entre os ideais proclamados e a práxis aberrante, desarticulada desses ideais. Estas são práticas anti-humanistas. Porque um vero humanismo dissemina-se na textura da matriz social e comunitária e nela se elabora e expande imprimindo forma, conteúdo e sentido humanistas a um macrocosmos em constante evolução.

9

A formação universitária — de que o ensino médico é um exemplo subentende que a atitude humanista não pode negar a herança do passado, a realidade do presente nem as expectativas do futuro. Da conjugação destas três dimensões temporais resulta um dinamismo dialogante, mutativo e elaborante. A este movimento podemos dar o nome de *meio de transição comutativa* pelo qual o humanismo é concebido como charneira ou veio de transmissão entre realidades diversas numa perspectiva de *tempo* e de *espaço*. Assim, o valor humanista da civilização greco-romana complementa-se — numa perspectiva temporal e espacial — com outros valores humanistas como sejam, por exemplo, as civilizações egípcia, árabe, hindú, chinesa, ou maia. No século XX os *studia humanitates* possuem, naturalmente, uma amplitude e universalidade diversas das dos séculos que os procederam.

Porém em qualquer momento histórico (e o 25 de Abril foi um momento histórico) a atitude humanista tem de ser actuante, principalmente no sentido de *comutar o significado do conhecimento* e dos valores adquiridos. E isto tem de acontecer no contexto de uma realidade presente e actual, estimulando o convívio e encarando o conflito de homens com outros homens.

Este meio de transição comutativa tem de conter os ingredientes indispensáveis para sustar, impedir ou combater tudo aquilo que tenda a conduzir à alienação do homem.

No meio de transição comutativa que deve ser a Universidade há ainda que atender a dois factores:

Um certo número de universitários (médicos e outros) arvoram-se — explícita ou implicitamente — em detendores de um conhecimento superior e único, praticantes de ciências e técnicas enclausuradas, como que autistas num castelo de Narciso, pretensamente isolados da vida pulsátil, da convulsão social e comunitária e da movimentação política que os rodeia.

Não se pode ser investigador, ou professor, ou médico e ser-se apolítico, amoral, indiferente. Por detrás de uma aparente indiferença está sempre e iniludivelmente uma atitude conservadora ou um «laissez-faire» altamente destrutivo.

O outro factor refere-se aos perigos das utopias, talvez mais ainda se se pretendem utopias humanistas (o que já em si é uma contradição: o humanismo jamais é utópico; se o fosse não era humanismo). Assim mesmo pode-se argumentar que uma certa atitude humanista pode conter elementos defensivos. Quando humanismo se confunde com aquiescência, com contemporização, com facilitação, com aconselhamento superficial ou com mézinhas e caldos quentes para minorar sofrimentos existenciais, transcendentes na sua essência e complexos na sua motivação.

10

Finalmente, não só no contexto da Medicina, são só no contexto da Universidade, mas, afinal, na mensagem para o destino do Homem anunciada em Abril, confusamente enunciada a seguir e já mal pronunciada dez anos depois, havemos muitos de nós, homens e mulheres do 25 de Abril sempre (idealistas mas não tolos, tolerantes mas firmes, humanistas sem utopias) prosseguir esclarecendo que um Humanismo que denuncie e combata a alienação pretende definir um espaço de existência em que os homens possam sentir, pensar e actuar, escolhendo livremente a sua perspectiva existencial. Escolha que implica a conjugação harmónica tanto da fruição da liberdade como do sentimento da responsabilidade.

O sentido do cometimento e da participação colectiva — porquanto indispensáveis e inadiáveis — não podem coartar o direito a respirar culturalmente e de feição humanista num *espaço existencial livre*. Neste espaço existencial livre o homem maduro e responsável há de reflectir sobre opções que não são jamais imutáveis, perenes ou definitivas.

O mundo de valores nas aspirações profissionais

Helena Cidade Moura

O trabalho que agora apresentamos é mais um capítulo, poderemos dizer mais um episódio, no complexo e quase inexplorado mundo das aspirações sociais. Este estudo, que se prossegue ao longo dos últimos quinze anos, toma pela primeira vez contacto fora do âmbito da especialização e do estudo.

Começou por ser trabalho de pesquisa entre alunos, sendo depois apresentado em comunicações em simpósios e congressos realizados em Lisboa por iniciativa do sindicato dos psicólogos.

O trabalho tem tido regularmente a orientação do Prof. Chombart de Lawe do C.R.S.. O facto de ele ser tema de comunicação num seminário promovido pela Associação 25 de Abril, comemorando o 10.º aniversário da Revolução dos Capitães é um facto por si só significativo, dignificante e também gratificante.

O trabalho de pesquisa na área social é entre nós quase solitário e quase clandestino, em Portugal há uma vincada tentação de construir o poder fora dos homens e muitas vezes contra eles. No dia 25 de Abril de 1974 os portugueses subiram ao palco e tem sido difícil remetê-lo ao silêncio ou à alienação.

Este estudo tem como base de análise os dados recolhidos desde 1963 a 1982 numa população de alunos do final do curso geral dos liceus; esses dados representam os interesses profissionais que os alunos colocaram em nível superior, ao responderem a um interrogatório.

A revelação do interesse profissional fornece dados que, por um lado, permitem muitas vezes a estruturação do dada situação fifícil de controlar e, por outro lado, a própria complexidade da génese do interesse fornece marcos, em diversas áreas, que podem servir de pontos de referência. O interesse-aspiração é resultante de heranças sociais, sofridas no meio familiar, é compensatório, é agressivo ou conformista, ou muito simplesmente desiderativo, é uma adaptação ou tentativa de adptação da personalidade ao mundo que a rodeia, é a ressonância do meio, é código de valores sociais, é resultante de uma escolha que, transportando o peso específico do indivíduo, recolhe o objecto social do seu projecto.

A análise dos interesses profissionais, a nível superior, abre logicamente para o campo das aspirações, das necessidades sociais e leva a investigações extremamente úteis na medida em que os seus resultados, para além do conhecimento de maior ou menor motivação ou integração a nível individual, possam ser aproveitados no diagnóstico da sociedade, na qual o indivíduo se insere.

A génese das aspirações profissionais tem as suas raízes num sistema económico, numa determinada cultura, numa teia de relações que geram imagens, representações, códigos de valores sociais. Ela está em si intimamente relacionada com o papel que se deseja desempenhar e confunde-se com a aspiração social do indivíduo.

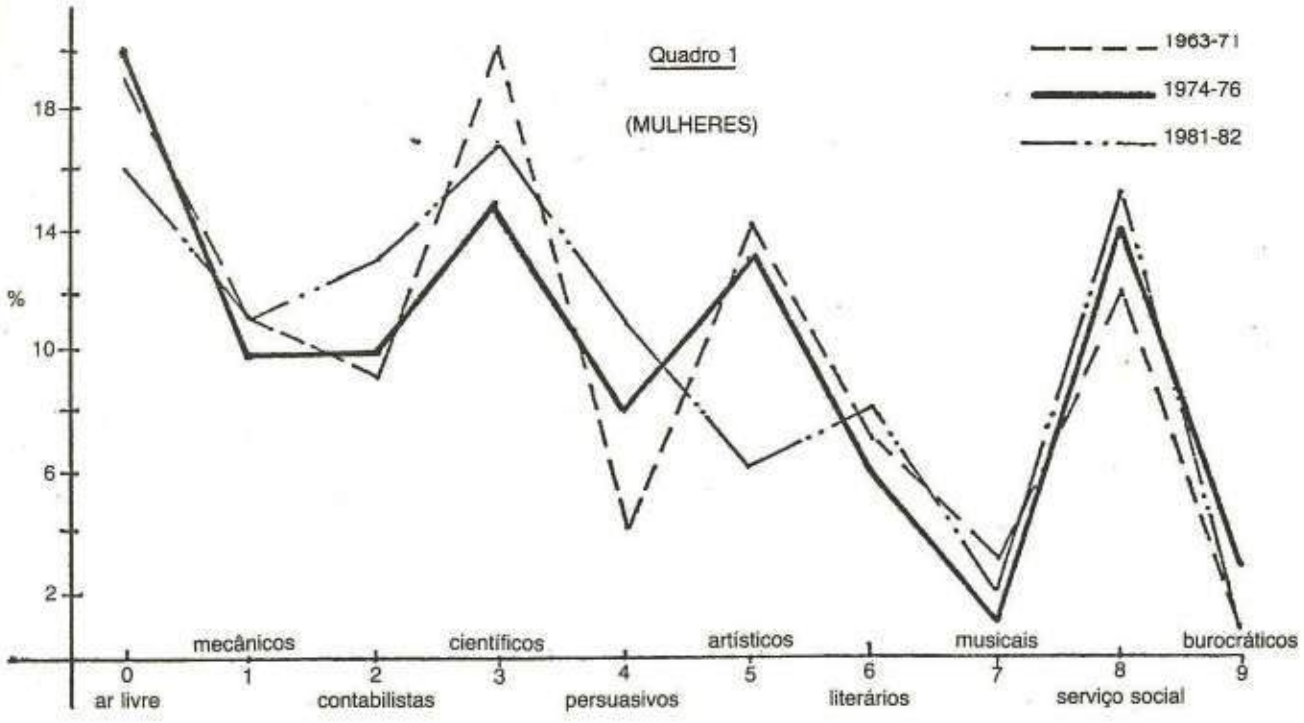
A projecção pessoal no mundo do trabalho ou a não integração social que gera frustação, agressividade, atitudes egocêntricas ou compensatórias dependem do grau de satisfação que a sociedade concede ao indivíduo.

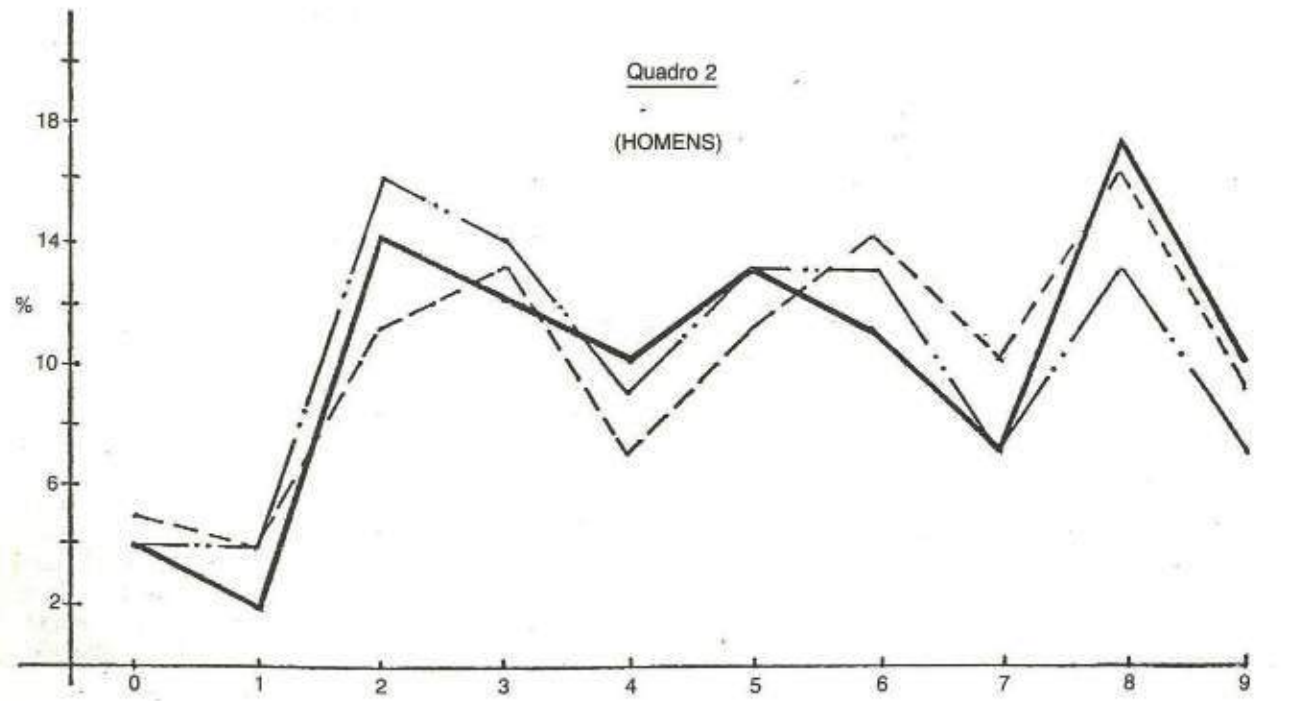
Sendo assim poderá ser significativo que o gráfico de os interesses-aspirações marque na totalidade dos dados e no decorrer de vinte anos um perfil não coincidente com os valores sociais normalmente aceites e com a distribuição usual dos postos de trabalho. Este é um traço ainda não suficientemente estudado e que, sendo comum a toda a amostragem, já foi apresentado num primeiro trabalho nos limites 1963-1976, em segundo trabalho incluindo os anos 1963 a 1981, e agora nos limites 1963-1982.

Verificada a validade das várias amostras, torna-se necessário interpretar as distorções que verificamos. A grande apetência, por exemplo, das raparigas por profissões ao ar livre, por profissões científicas, pela mecânica, ou o superior interesse dos rapazes pelas actividades literárias, burocráticas, pelo serviço social constituem anomalias, face aos padrões sociais. Gostaríamos de poder interpretar esta constante com meios alargados a uma equipa de investigação e inquéritos aprofundados.

De momento, o que pretendemos visar neste trabalho é a possível incidência da Revolução do 25 de Abril na alteração das aspirações e dos valores. Para isso estudamos três grupos: um grupo que abrange os anos anteriores a 1974, outro grupo que respeita os anos 1974, 75 e 76 e um terceiro grupo que junta os anos mais recentes 1981 e 1982.

Nas raparigas como se poderá verificar no quadro 1, é relevante a subida dos interesses por actividades ao ar livre, já de si altíssimas em relação aos rapazes, e a baixa dos interesses científicos, durante os anos 74, 75 e 76, que se vai recompondo em 81-82, a inexplicável baixa dos interesses artísticos a seguir ao 25 de Abril isto é no





último grupo e a espetacular subida dos interesses persuasivos que dando o grande salto com os anos 74, 75 e 76 se mantém em curva ascendente até hoje.

Consideramos este facto muito importante na medida em que o desejo de intervenção social da mulher é um dos factores de alteração de valores e que pode ajudar a pré-figurar a sociedade que se deseja.

Nesse sentido analisámos e chegámos aos seguintes resultados: em 24 casos vistos em 1972, 6 raparigas revelam superiores interesses persuasivos, sendo na totalidade os respectivos pais quadros médios. Nos vinte e quatro casos, apenas 4 são filhas de operários e essas não revelam interesses persuasivos.

Em igual número de casos observados em 1982, treze raparigas revelam desejar afirmar-se através dos seus superiores interesses persuasivos, sendo sete filhas de quadros médios e profissões liberais e 6 filhas de operários. Apenas a filha de 1 operário não revelou superiores interesses persuasivos, por razões que cumpre averiguar em entrevista directa e individual.

Nesta pequena sondagem torna-se também evidente a alteração da camada sócio-económica representada pelos pais dos alunos que frequentam os anos terminais do curso secundário.

Verificando, encontramos os seguintes resultados:

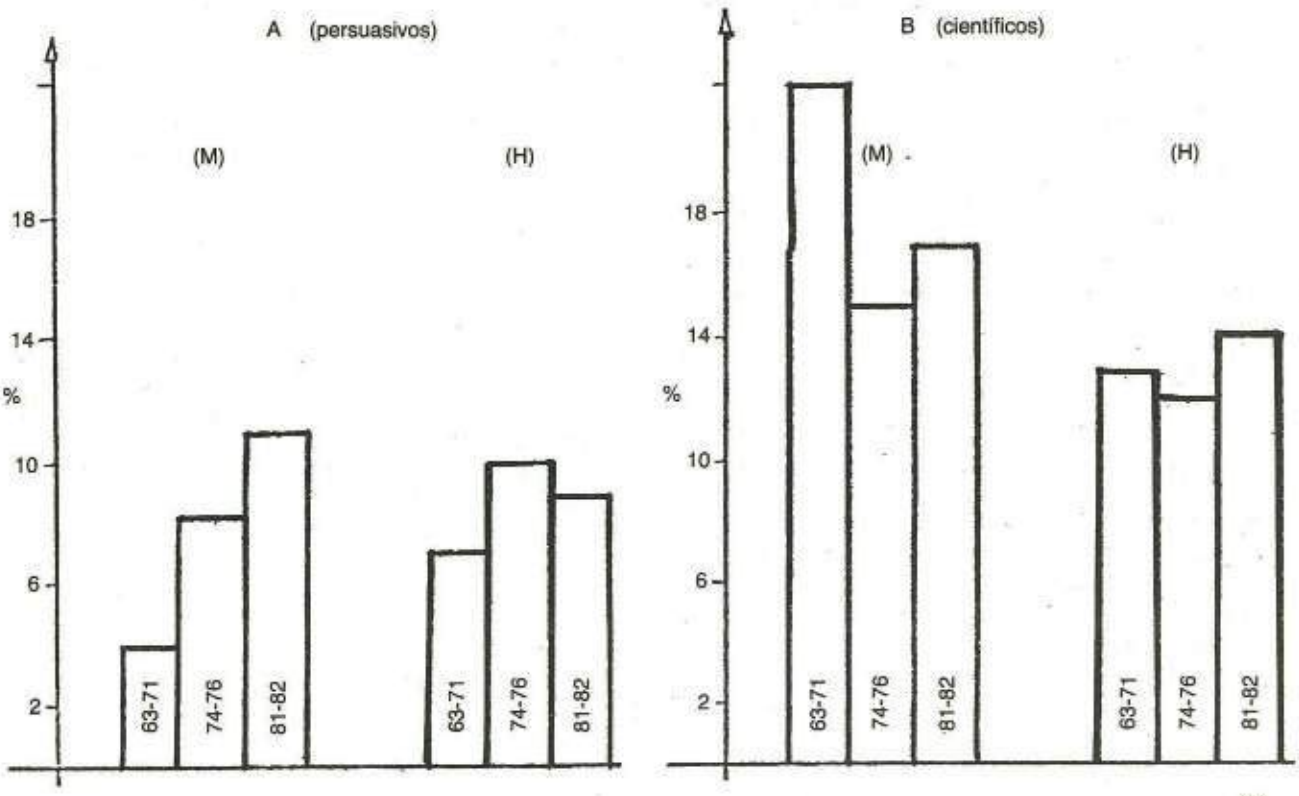
	Quadros médios	Profissões liberais	Operários
Pais raparigas	16 (1972) 14 (1982)	3 (1972) 3 (1982)	5 (1972) 7 (1982)
Pais rapazes	20 (1972) 18 (1982)	2 (1972) 2 (1982)	2 (1972) 5 (1982)

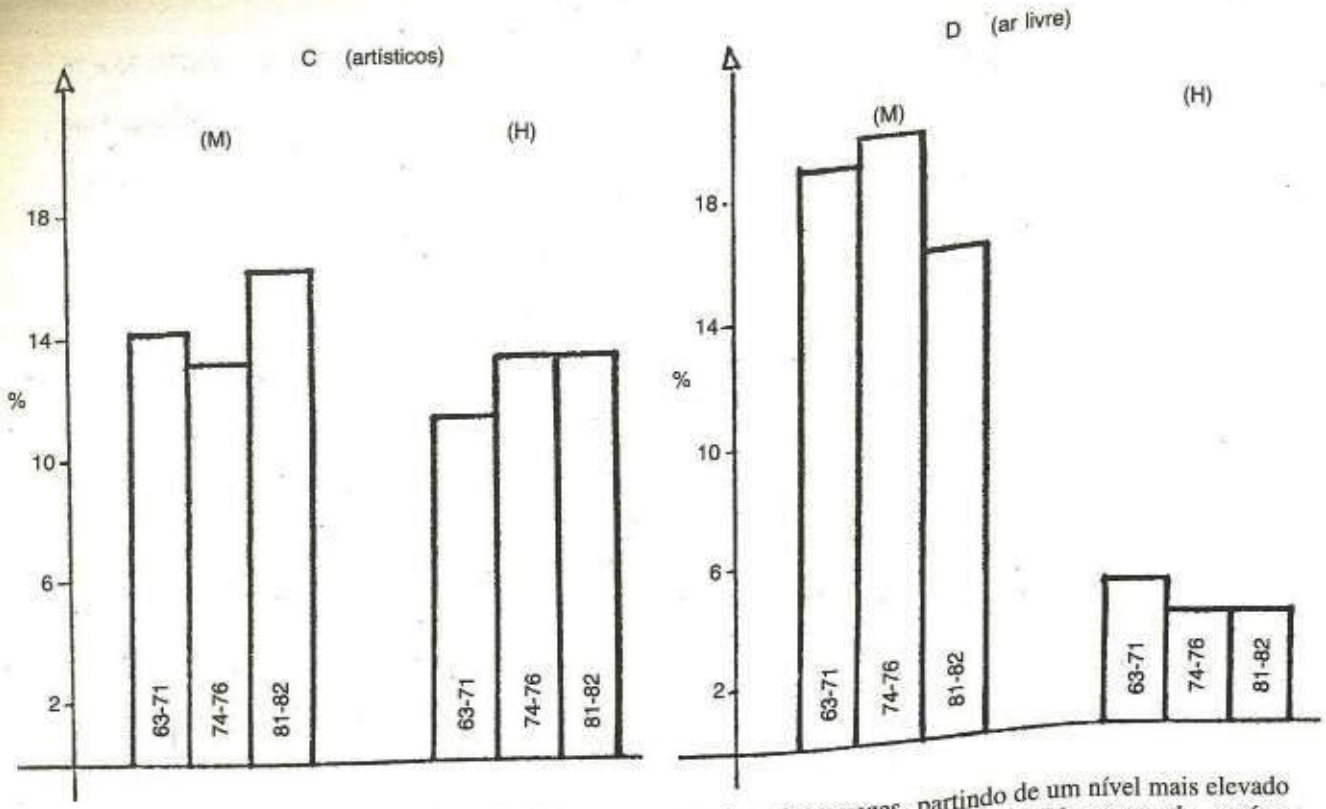
Como vemos há um maior número de pais operários nas sondagens de 1982. Facto que precisa de ser verificado em mais larga escala, e com maior número de coordenadas porque poderá apenas significar que o bloqueamento do mercado de emprego leva a uma permanência mais longa na escola daqueles que por pertencerem a classes menos protegidas habitualmente ingressam mais cedo no mundo do trabalho.

O que é no entanto dado adquirido, é que passados os anos de 74, 75 e 76, a posição da rapariga filha de operário face à sociedade se alterou e uma dinâmica de interferência social se criou.

O mesmo não se verifica no grupo de rapazes: em 1972, nos mesmos 24 casos, apenas 4 rapazes manifestaram superiores interesses persuasivos, contra 6 raparigas, sendo todos eles, como acontece com as raparigas, filhos de quadros médios.

Em 1982, também em 24 casos, mantém-se apenas 4 rapazes, neste momento contra 13 raparigas, que confessam superiores interesses persuasivos e também aqui igualmente os 4 rapazes são filhos de quadros médios, apesar do maior número de pais operários.





Este dado é coerente com o facto dos interesses persuasivos dos rapazes, partindo de um nível mais elevado nos anos anteriores à Revolução, terem subido quase tanto como as raparigas nos anos 74-76, retomando, porém, quase o primeiro nível nos anos 81-82, como se verifica no gráfico de barras (A).

Curioso também verificar que os interesses científicos das mulheres desceram consideravelmente nos anos 74-76, enquanto que o seu superior interesse por actividades ao ar livre, já de si surpreendentemente alto em relação aos rapazes, tivesse ainda subido, como se pode verificar pelos gráficos de barras (B) e (D).

Estes elementos deveriam já ter sido verificados na sua projecção no mundo do trabalho, mas aos anos da Revolução, seguiram-se os anos da integração de retornados das ex-colónias, facto de que justamente nos orgulhamos, culminando por um bloqueio do mercado de emprego que torna extremamente difícil tal análise, ao nível dos poucos dados estatísticos que possuímos.

Do enunciado destes tópicos e de outros já publicados se poderá pôr como hipóteses:

1 — A Revolução do 25 de Abril trouxe transformações nos valores sociais de que as mulheres, por serem anteriormente as mais desamparadas, e por isso mesmo institucionalmente mais livres, são socialmente as grandes porta-voz.

2 — A deminuta repercussão nos homens, e mesmo o facto de se remeterem rapidamente dentro dos padrões do passado é, por hipótese, prova de que a aculturação das transformações acontecidas tem sido difícil.

3 — Num processo de transformação material, social e cultural há que ter em conta a inter-acção indivíduo-grupo-sociedade, já que as transformações materiais levam a processos psicosociais de elaboração cultural. Podemos, por hipótese, admitir que este processo interrompido traz facilmente um desiquilíbrio social, onde os homens, consciencializados pelas mutações realizadas, não adquirem, apesar disso, culturalmente força transformadora.

A continuação deste trabalho poderá levar a observações aprofundadas e mais bem controladas, faltará sempre, no entanto, as observações feitas sobre grandes amostragens representativas de populações alargadas, dando possibilidade de análises estatísticas que sirvam de parâmetros e dêem um contexto ao estudo aprofundado.

O desajusto social aqui aflorado parece ser suficientemente importante para alertar aqueles que vivem preocupados com o bem estar dos portugueses; sobretudo no momento em que o desemprego alastra, a falta de pagamento de salários se tornou uma forma original de trabalho, e em que o sistema educativo e a profissionalização seguem o caminho de palpite, das opções ministeriais, sem qualquer fundamento de investigação e de planeamento.

A frustração de um Povo, no momento mesmo em que uma crise económica dificulta as opções, as transformações tecnológicas requerem criatividade e os esforços acrescidos apelam à segurança, é um contra-senso que pesa no presente e compromete o futuro.

Lisboa, 26 de Abril de 1984.

Espelhos, identidade, imaginário
Notas soltas sobre o significado do 25 de Abril

Cecília Barreira

Espelhos. Indentidade. Imaginário. O título desta breve comunicação não pretende sugerir uma tese: quando muito, uma anti-tese, uma reflexão à margem da observação histórica e/ou sociológica, um deambular solto e imprevisível. O imaginário por onde se escoa estes anos que espargidos são dez. Imaginário que reflecte, mesmo que fracturada e imprecisamente, uma identidade pátria, espelho onde confluem os fantasmas de um colectivo em gestação.

Parti de um texto poético de Jorge Luís Borges, no qual se fala de espelhos:

«Hoje, ao fim de tantos e perpelexos
Anos de errar sob a diversa lua,
Me pergunto que acaso da fortuna
Determinou que temesse os espelhos».

O «profundo irrealismo» da imagem que os portugueses se faziam (se fazem) de si próprios passa, do meu ponto de vista por um salientar dos espelhos, um temer as consequências de um avaliar sem máscaras. Pelo contrário, o fazer-se gala em fugir aos espelhos, afivalando a imagem pelo outro que não se é, equivale a um demissionação porque insistente e convicta. Equivale a um navegar em águas turvas. Um oscilar, um perpétuo fluir.

Mas não nos afastemos do tema proposto: o 25 de Abril dez anos após.

Viagem por entre o inominável espaço de uma identidade que ainda se procura, porque transfigurada em múltiplo. Comemoração arriscada esta dos dez anos de Abril: se nos não precavemos surpreendemo-nos a colocar-lhe uma fita ao peito arrumando-o, bem comportado e sossegadamente, na orateleira das esfemérides pátrias, dias santos e feriados festivos, na apoteose de todos os esquecimentos e deslembranças.

Atitude política, também. Porque toda a efeméride subentende uma postura, uma leitura ideológica. E sinal inolvidável de um tempo-percurso, de um labirinto na memória e nos gestos, hoje, falar de Abril só se «legitima» a propósito de uma comemoração a que o peso redondo dos anos remete transparentemente. Doutro modo parecerá que omitimos a sigla partidária que envergonhadamente calamos.

Abril ainda não devolve a uma neutralidade fria e distante: dez anos que cresceram em nós, tanto que amanhecemos num mundo diferente. Com a marca de um perturbante caminho de enviesadas miragens. Daí que na busca de uma identidade nos deparemos com fragmentos de um imaginário também ele espartilhado por tempos diversos, assincrónicos, ritualizados alguns.

Interroguemo-nos então:

O 25 de Abril suspendeu ou não um tempo histórico, molda ou não atitudes que se situam ao abrigo de mentalidades outras; as semânticas foram ou não recolocadas, transpostas, subvertidas? Onde se inicia o processo revolucionário: no acto militar que o despoletou, ou na assumpção de um modo de se estar em cujos parâmetros se dilui um quotidiano, uma gestualidade, uma ética?

Que Abril tenha permitido a eclosão de heterodoxias é fácil de atingir dada a plenitude de libertação face ao que era interdito. As referências tomaram rumos diversos. Uma nova escatologia de valores se impôs. Ao nível das mentalidades e do quotidiano os valores vão-se incorporando lentamente, num processo profundo e subterrâneo que escapa aos observadores mais atentos. Por exemplo, quando refiro a militarização no quotidiano, não tento surpreender quantos militares fardados existem pelas ruas; mas que grau de consciência militar (no sentido simbólico do termo) subsiste no cidadão comum. Interessante como uma das consequências mais discrepantes de Abril foi a progressiva desmilitarização nos hábitos e nas formas de comportamento. Consequentemente, uma aprendizagem nem sempre pacífica, mas eficaz com o laicismo.

Vejamos um outro aspecto interessante do percurso interior da militarização: se há figuras que exerceram um fascínio simultaneamente rígido e temeroso, coadunando-se ao modelo do Pai e da Autoridade, foram os militares que nós conhecemos na pose com que se apresentavam em locais públicos, no antes do 25 de Abril. Depois, até essa imagem sofreu uma alteração: a divinização do soldado e do militar — note-se a oscilação da relação incestuosa, de Pai, transporta para irmão ou amigo — impôs um padrão que fugia à ética militar tal como é concebida.

As hierarquias, ou melhor, a concepção hierárquica de poder adentro das estruturas, sufocam-se perante a subversão das normas: a realidade, a sobrevivência da instância militar prende-se à plenitude de uma lógica, de uma ética, de um código. O 25 de Abril é o momento de perda psicológica de um Império, não já o 5.º sebastiânico, mas um outro, o das colónias.

Note-se que a literatura perdeu o seu carácter épico: não surgiram desta àcerca dos capitães de Abril. Os filmes não cantaram vitórias; pelo contrário, os que surgiram na ribalta, falavam de traumas, reportavam-se ainda ao passado fascista, ou devolviam-se ao labirinto interior de nós mesmos.

A Revolução teve dificuldades em falar de si própria quanto à representação ficcionada de fílmica.

Um outro traço estrutural da nossa mentalidade é o messianismo, ou melhor, os messianismos.

Este traço é bem difícil de discernir nos hábitos comuns, porque se traduz de uma forma transparente, lógica, consequente. A espera de um algo que se não sabe o quê; algo de transcendente que liberte, que salve milagrosamente uma situação considerada aflitiva, última, apocalíptica.

Atente-se que ainda hoje, passados que são dez anos, se prefazem as lendas onde homens individuais, no trajecto messiânico e culpabilizador que projectaram num colectivo, são heróis (prededores ou não, pouco importa).

As biografias de Salazar, Sidónio Pais, Sá Carneiro assolaram os escaparates públicos e fizeram sucesso. As comemorações de Pombal foram pretexto par auma reflexão sobre os messianismos. De repente a sociedade portuguesa mergulhou no campo que lhe suscita uma maior polémica empática: o dos homens providenciais. Figuras distantes, aureoladas por mortes trágicas ou afins, que conduziram multidões sob um carisma pessoal incontrolável. Na realidade, o messianismo traduz-se na necessidade que o cidadão comum sente de transpôr para um único homem as esperanças que deveria depositar num poder democraticamente assumido. As sociedades democráticas caminham cada vez mais para uma autonomia face a esses esquemas de autoritarismo solene e magnânimo, tão subtilmente inoculados nas veias de todos nós, mesmo daqueles mais prevenidamente lúcidos.

Passemos a um outro quadro referencial: os messianismos e os locais paradisíacos de uma certa esquerda em Portugal, após Abril.

Assistimos à maré de autocolantes e cartazes: o olhar duro e determinado do operário, forte, leninista, abraçado a uma roda de ferro ou a uma alavanca, foi-se diluindo progressivamente no operário mais brando, familiar, rodeado da sua família, ou mesmo, (e já esvaziado o conteúdo original) no trabalhador que tanto pode ser empregado de escritório, como operário. Também a reforma agrária: os trabalhaodres em luta. Eram motivações colectivas, eram canções, eram comícios, eram sonhos de transformar os campos. A Reforma Agrária era o local paradisíaco da luta contra a opressão e a marca privilegiada de todas as irrupções do novo e do diferente.

Hoje, volta-se progressivamente aos valores fortíssimos em termos da consciência e da mentalidade, da pequena propriedade de terras, de um fazer individual: incentiva-se o mito do self made man, labutador, familiar, bom criador de gado e de filhos. Esta imagem não é grandiosa; mas não colide com a trança da mentalidade doméstica.

Também as solidariedades se perderam: no tempo da euforia vivia-se o Chile de Pinochet, e as lutas da América Latina à Ásia com a militância da euforia. Mesmo que nessa militância houvesse mais um deixar ir do que uma autenticidade. Hoje a obsessão nos medos e das pompas individuais é tão grande que tudo nos parece longínquo. Os jornais mostram essa mesma faceta: deixaram de falar em projectos colectivos e causas nobres. Ou salientam acidentes de viação, os assassínios e as violações mais brutais, ou referem as críticas do último filme em quease metade das edições. Porque doutro modo não venderiam. As tiragens descem. É preciso reencontrar o gosto do público.

Ainda nos não remetemos a um recolhimento. Mas estamos menos eufóricos. Vivemos uma versão mais transfigurante individual do nosso desejo. Ficamos esvaziados e exaustos. A evasão possível que o quotidiano pode permitir, temo-la comedidamente. A literatura que se produziu a seguir a 1974 devolve-nos a dimensão deste estar sem militância, deste acontecer sem dogma. Uma literatura intimista, que se gratifica nos labirintos da interioridade, pouco disposta à gesta e ao cerzir revolucionário. É que a Revolução começou a penetrar nos

subterrâneos do nosso inconsciente colectivo, neles se demorando, compadecendo, desgastando, até se exaurir completamente em atitudes e gestos que à priori em nada se identificam com ela.

E ainda assim estamos mais ricos porque podemos pensar sem limites, sem peias, sem censuras. É verdade que já não sabemos inventar palavras de ordem, slogans, gritos de mobilização: a própria esquerda que se reclamou tanto de Abril, quedou-se numa apatia que não é de solenidade nem de esquecimento. As pessoas em geral alhearam-se: é mau, é bom... Diria que é uma fase diferente, tão importante como qualquer outra, e, pelo menos, adequada aos tempos de depressão que se vivem, a nível mundial.

A 10 anos do 25 de Abril nenhum de nós se pode promover o direito da objectividade na análise e na apreciação do que tem vindo a acontecer. A História, tal como a sabedoria, necessita de se reabastecer da distância em relação ao facto que narra. Mas, o estar vivo é sempre um convite ao testemunho, ao diálogo, à fala. E, se bem que a inocência seja a menos cândida das virtudes, aqui deixo bem registado o seguinte: a autenticidade entendo-a como um caminho de procura de um estar mais feliz, mais ardente, mas esclarecido; e nesse sentido, dos espelhos em que a nossa História não é remetida, o 25 de Abril é o que nos projecta mais ousada e enviesadamente na interrogação do que somos e do que fomos.

Análise de valores humanos

Exército português — 1982

J. P. Rangel de Lima — C. C. Jesuino

Introdução

Os valores referem-se a orientações para o desejável ou preferível pelos actores sociais. Representam assim um ponto de encontro entre o indivíduo e a sociedade.

Znaniecki (1918) foi o primeiro a introduzir a noção de que o valor, nas ciências sociais, era susceptível de estudo empírico e que esse seria o tema central de uma nova disciplina, a psicologia social, por ele considerada como a ciência geral do lado subjectivo da cultura.

A previsão de Znaniecki não viria porém a concretizar-se de imediato. O estudo dos valores foi, pelo contrário, relativamente negligenciado em psicologia social, sendo quase exclusivamente abordado por filósofos, sociólogos e antropólogos sociais, enquanto que aquela se centrava predominantemente no estudo das atitudes.

Mas nem todos os psicólogos sociais descuraram o estudo dos valores, sendo aqui de salientar o nome de Milton Rokeach que tanto tem insistido na maior importância e centralidade dos valores para um melhor entendimento do comportamento e da mudança. Nesse sentido introduziu um questionário de valores — o RVS — que reúne os requisitos práticos dum instrumento de medida curto e de fácil aplicação e ao mesmo tempo satisfaz às condições científicas exigidas por este tipo de investigação empírica. Esse questionário foi utilizado no estudo que se efectuou, no âmbito do GEPs, sobre os valores no Exército português.

Esta pesquisa integra-se num estudo mais vasto, iniciado há cerca de dois anos, que visa o levantamento de valores na sociedade portuguesa e eventual comparação com outras culturas. Trata-se aliás de um tendência cada vez mais generalizada como pode nomeadamente verificar-se a partir de uma organização como o «European Value Systems Study group», que recentemente levou a efeito o levantamento dos valores de nove países europeus e cujos resultados se acham analizados pelo Professor Stroetzel em livro publicado em finais de 1983.

Também, entre nós, o «Instituto de Estudos para o Desenvolvimento» (IED) levou a efeito em 1983 um inquérito à juventude, que incluia uma parte sobre valores e onde igualmente se recorreu à lista proposta por Rokeach.

Tratando-se duma metodologia que tem provado capacidade preditiva e discriminante, tanto de atitudes e comportamentos como dos respectivos actores sociais que as subscrevem, a sua utilização é naturalmente recomendada para comparar não apenas culturas nacionais mas, dentro destas, as diferentes subculturas que as integram.

O interesse em estudar empiricamente os valores da instituição militar, decorre assim da possibilidade que tal estudo oferece para um melhor esclarecimento das orientações básicas que regulam este universo cultural, tão decisivo aliás para a compreensão da sociedade global de que faz parte.

Mais especificamente ainda, uma tal aproximação permite contribuir para elucidar em que medida e em que dimensões se pode formular ou confirmar o diagnóstico ou o estereótipo do conservadorismo da instituição militar. Uma tal hipótese foi designadamente avançada, num recente congresso de sociologia que teve lugar em Lisboa em 1980, pelo Professor Marotta, segundo o qual, no âmbito de um inquérito aplicado em vários países e

Intervenção do Major Vasco Lourenço

Senhor Presidente da República
Senhor Presidente da Fundação Caloust Gulbenkian
Minhas Senhoras e meus Senhores

Em primeiro lugar, desejo saudar e agradecer a todos os que contribuíram para a realização deste Seminário.

A Associação 25 de Abril sente-se honrada com a vossa presença, a vossa participação e a vossa disponibilidade.

A V. Ex.ª, Senhor Presidente da República, os nossos agradecimentos pela honra com que nos quis distinguir ao aceitar presidir a esta sessão de abertura.

À Fundação Calouste Gulbenkian, na pessoa do seu ilustre Presidente, os nossos agradecimentos pela cedência das suas instalações, o que permite que este Seminário decorra em condições dignas e funcionais, que certamente muito irão contribuir para um maior êxito.

Ao Instituto Damião de Góis, igualmente os nossos agradecimentos pelo grau de auxílio prestado na organização deste Seminário.

A todos os participantes, quer aos que aceitaram apresentar comunicações, quer aos que se propõem intervir nos debates, quer ainda aos que apenas irão assistir, o nosso reconhecimento por terem compreendido a importância e o significado desta nossa iniciativa.

A todos os que organizaram e vão sustentar a realização deste Seminário, nomeadamente à sua comissão Organizadora e a todos aqueles que irão dirigir e coordenar os debates, os nossos agradecimentos pelo esforço já dispendido e ainda a dispender. Esforço esse que constitui a base fundamental do desejado cumprimento do programa que está proposto.

Não esqueço também, e daí os nossos agradecimentos, os que estão organizando e apoiando as actividades complementares deste Seminário.

A Associação 25 de Abril é a entidade organizadora deste Seminário.

Com esta iniciativa, a Associação 25 de Abril dá forma aos seus três grandes objectivos estatutários.

O primeiro fim para que a A25A foi criada é textualmente: «A consagração e divulgação, no domínio cultural, do espírito do movimento libertador de 25 de Abril de 1974».

Ora este Seminário, propondo-se reflectir sobre «O 25 de Abril, dez anos depois», está sobretudo a consagrar o seu espírito libertador e a contribuir para que ele, cada vez mais, se consolide, como base do nosso futuro.

Se característica predominante quisermos encontrar no 25 de Abril, facilmente distinguiremos a natureza da sua acção libertadora. Acção libertadora em todos os campos, quer na libertação do povo português da subjugação

patrocinado pelo «Institut für Sociologie» da Universidade de Berna, os militares de carreira seriam mais conservadores que outros grupos profissionais.

É pois no âmbito deste quadro geral que se apresentam aqui alguns resultados entretanto já colhidos no exército português e que, muito embora não permitam ainda conclusões firmes por não se dispor de elementos comparativos suficientes, nos parecem desde já indicativos de alguns aspectos predominantes no sistema de valores dos militares portugueses.

O estudo científico dos valores

Conceito de Valor Humano

O quadro de referência teórica adoptado é o proposto por Rokeach (1973). Segundo este autor o conceito de valor, enquanto variável psicológica, seria um conceito mais central, mais dinâmico, mais económico e mais susceptível de ligação interdisciplinar do que qualquer dos conceitos tradicionais do psicólogo como atitude, motivação, normas, necessidades ou traços.

Por *«valor»* entende-se, neste contexto, uma «crença duradoura de que um modo específico de conduta ou um estado final da existência é pessoalmente ou socialmente preferível a um modo de conduta ou a um estado final de existência que lhe seja oposto». Por *«sistema de valores»* entende-se «uma organização estável de crenças respeitantes a modos de conduta ou estados finais da existência hierarquisados ao longo dum contínuo de importância relativa» (Rokeach 1973: 5). Quando se afirma que os valores duma pessoa podem referir-se a *modos de conduta* ou a estados finais de existência, ou seja, a *objectivos últimos de vida*, estamos a distinguir os valores *instrumentais* e os *finais*, distinção que é adoptada aliás por filósofos e por psicólogos.

Ainda segundo Rokeach, os *valores finais* podem, por seu turno, centrar-se na *pessoa* — dignidade, sabedoria, harmonia interior, etc. ou no *grupo* — igualdade, verdadeira amizade, segurança nacional, etc. No primeiro caso são *valores pessoais* e no segundo *valores sociais*.

Os *valores instrumentais* podem, por seu turno, ter uma carga de *moralidade*, provocando problemas de consciência ou complexos de culpa quando violados, como por exemplo ser honesto, responsável, etc., ou estar mais orientados para a *auto-realização* do sujeito, como por exemplo, ser capaz, lógico, imaginativo, etc.. No primeiro caso são *valores morais* e no segundo caso *valores de competência*.

Quanto às funções dos valores e dos sistemas de valores, podemos considerar, sugere Rokeach, 3 casos distintos:

- Os valores como *padrões* orientadores da acção.
- Os sistemas de valores como *planos de conjunto* para a resolução de conflitos e no domínio da tomada de decisão.
- Os valores como dando expressão às *motivações* humanas.

Alternativa Liberdade-Igualdade

Um aspecto particularmente interessante que Rokeach deriva da sua teoria dos sistemas de valores é o que se refere à caracterização das ideologias políticas a partir dos valores finais Liberdade e Igualdade. De acordo com a teoria de Rokeach é possível discriminar entre diferentes orientações políticas em função da importância relativa atribuída a estes dois valores. Na Fig. 1 esquematiza-se a tipologia proposta pelo autor.

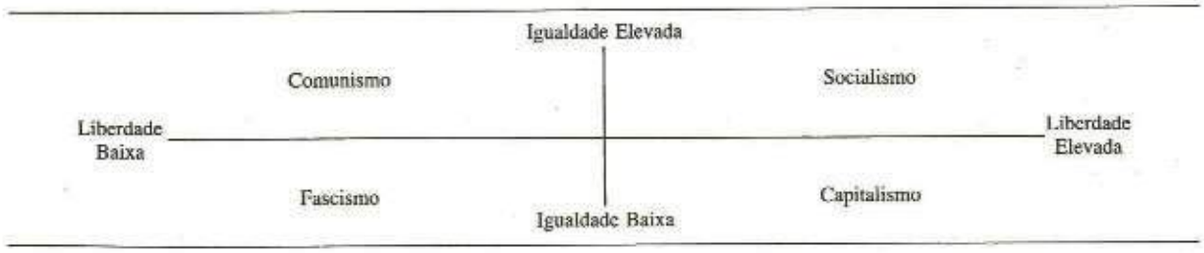


Fig. 1 — Modelo Igualdade — Liberdade das variações políticas (Rokeach 1973: 1970).

Quando os valores Igualdade e Liberdade são ambas, ou um deles, classificados sensivelmente a meio da escala, isto significa uma orientação política menos definida e que poderíamos indentificar, sugere Rokeach, à

«maioria silenciosa». Este modelo de Rokeach difere da tradicional divisão bi-polar em esquerda e direita, que é ainda corrente evocar, e difere também da tipologia de Eysenck, igualmente segundo dois eixos e que se representa na Fig. 2.



Fig. 2 — Diagrama esquemático ilustrando o modeo de Eysenck.

A tipologia de Rokeach oferece vantagens sobre a tipologia de Eysenck por virtude de utilizar duas dimensões conceitualmente mais independentes entre si (ortogonais) do que as dimensões de Eysenck. Daí, de resto, que a aplicação da tipologia de Eysenck nem sempre tenha obtido confirmação empírica enquanto que a de Rokeach tem revelado um considerável poder de discriminação. Estudos feitos em Inglaterra (Billig e Cochrane, 1979) e em Israel (Rim, 1971), para além dos efectuados por Rokeach nos Estados Unidos, fornecem uma confirmação clara do valor classificatório da tipologia.

Note-se que os termos utilizados por Rokeach para designar as orientações ideológicas mais típicas, devem ser interpretados num sentido muito amplo. *Capitalismo* significa, neste contexto, o liberalismo individualista e competitivo do princípio do século que volta a ser preconizado, por Milton Friedman. Rokeach apoiou-se, para operacionalizar este conceito, nos escritos de B. Coldwater. *Socialismo* significa, por seu turno, tanto a orientação da ala esquerda do partido democrático nos EUA como a orientação social-democrata e socialista em alguns países europeus. A fonte principal aqui utilizada por Rokeach foi uma antologia de textos organizada por R. Fromm (1960) e que tem como título «Let man prevail — A Socialist Manifest and Program». Quanto ao *comunismo* Rokeach utilizou textos de Lenin e quanto ao *fascismo* o texto utilizado foi o «Mein Kampf» de Hitler.

Qualquer analogia ou comparação que se estabeleça a partir desta tipologia terá que ter em consideração de que é mais o espírito do que a letra que aqui interessa ter em mente.

Para Stoëtzel (1983: 50-53)... «a escolha entre liberdade e igualdade é fortemente associada às respostas políticas e praticamente não é associada com outras. A liberdade é um valor de direita, a igualdade é um valor da esquerda. Em todos os países da Europa ocidental e também no Japão, aqueles que consideram a igualdade mais importante que a liberdade ocupam, em média, posições mais à esquerda na escala política.

...É preciso contudo fazer uma excepção para o nível social, ou se queremos, a classe e os rendimentos. Os mais favorecidos preferem a liberdade, os menos favorecidos a igualdade.

As pessoas de instrução superior que frequentemente se situam nas opiniões de esquerda, optam mais do que a média, pela liberdade...

As atitudes morais tal como as religiosas não parecem exercer nenhum papel, salvo que os católicos favorecem menos a liberdade e mais a igualdade do que os protestantes»...

Metodologia

Instrumentos

Para medir os valores empregou-se a escala E de Rockeach, na sua adaptação para português. O cálculo das frequências absolutas das diversas escolhas dos sujeitos da amostra real, permitiu identificar os sistemas de valores do grupo e subgrupos em análise. O teste não paramétrico da mediana (Siegel, 1956) facultou a determinação de diferenças significativas, tornando possível análises comparativas.

Sujeitos

Utilizou-se a técnica de amostragem estratificada proporcional (Blalock, 1979: 561) do universo de oficiais e sargentos do Quadro Permanente no activo. Os estratos foram estabelecidos por postos e por armas e serviços. A amostra real atingiu 7,7% — dentro do que se considerou representativo (5% a 10%).

		%
Oficiais generais	6	9,4
Oficiais superiores	119	7,7
Capitães e subalternos	166	8,3
Sargento-Mor, Chefe e Ajudante	148	14,
1.os Sargentos	200	6
2.os Sargentos	15	2

Resultados

1. *Resultados Globais*

Resolveu-se privilegiar os valores que poderão ter sido mais influenciados pela mudança social provocada pelo 25 de Abril (32 A).

TABELA 1
Medidas dos valores instrumentais e finais e ordenação
Exército, 1982

Valores instrumentais	Exército		(N = 654)		Valores finais
	Me	Ordenação	Ordenação	Me	
Afectuoso	12.13	(15)			
Alegre	11.8	(14)	(3)	4.6	Dignidade
Ambicioso	11.2	(17)			
Capaz	6.04	(2)			
			(4)	5.1	Igualdade
Corajoso	8.9	(6)	(5)	5.4	Liberdade
Educado	8.7	(5)	(16)	14.	Prazer
			(15)	12.4	Reconh. Social
Honesto	.05	(1)			
Imaginativo	12.18	(16)	(18)	15.3	Salvação
Independente	13.1	(18)	(1)	4.44	Segurança Familiar
			(10)	9.3	Segurança Nacional
			(17)	14.8	Um Mundo Beleza
Obediente	9.	(7)	(2)	4.46	Um Mundo de Paz
Prestável	8.4	(4)			
Responsável	6.05	(3)	(14)	13.27	Uma Vida Confortável
			(9)	7.8	Verdadeira Amizade

Numa análise global da amostra, verifica-se que os militares do exército dão elevada prioridade aos *valores finais* «paz» e «igualdade». A amostra, no seu conjunto, situa a «paz» praticamente em primeiro lugar (mesma mediana que «segurança familiar»), e reflecte muito provavelmente a importância atribuída a este valor no tempo presente. Reflecte ainda, possivelmente, o resultado de 14 anos de guerra em África. A «liberdade», é igualmente prioritária ao ser colocada em 5.º lugar com uma mediana praticamente idêntica à da «igualdade».

Os outros valores prioritários, no topo da escala, a «dignidade» (2.º lugar) e a «segurança familiar» (1.º lugar) são de características mais tradicionais e não devem ter sido tão afectadas por Abril.

A orientação predominante nos *valores finais* parece ser de ordem *social*, embora valores como a «dignidade» e «liberdade» indiquem igualmente prioridades pessoais. No fim da escala colocam a «salvação», o «mundo de beleza» e o «prazer».

Quanto à orientação ideológica política, a «igualdade» e «liberdade», sendo classificadas próximas uma da outra com prioridade muito elevada, indicam uma orientação socializante que é convergente com os dados de Stoetzel, segundo os quais «os europeus são a favor de um socialismo bastante moderado» (1983:53).

Quanto aos *valores instrumentais*, os militares do QP do Exército português atribuem elevada prioridade a ser «honesto» (o que também coincide com a maioria dos europeus), ser «capaz», ser «responsável» e ser «prestável». Se o primeiro também denota tradicionalismo, os outros três seriam valores de inovação (Stoetzel). Todavia no fim da escala aparecem os valores ser «independente» e ser «imaginativo», os quais, sendo característicos de inovação, são também de baixa percentagem de frequência atribuída pelos europeus (Stoetzel).

Agora a orientação é mais de ordem *moral*, registando-se apenas uma prioridade, embora alta (Med = 6), para um valor de competência — ser «capaz».

Em termos globais podemos interpretar o sistema como privilegiando a segurança e a paz e adoptando um arranjo social tanto quanto possível igualitário mas sem prejuízo das liberdades individuais. Outro aspecto igualmente saliente, sobretudo a partir dos valores instrumentais, é o baixo nível de sucesso que está na base da

prosperidade económica. Igualmente coerente com este nível de aspiração de sucesso, é a baixa prioridade atribuída ao hedonismo («prazer» e «vida confortável»). Poderíamos igualmente considerar isto como um reforço da opinião de que os portugueses são mais afiliativos do que competitivos (Jesuino: 1982). Ao posicionarem a salvação em último lugar com uma mediana muito baixa (16), denotam uma atitude predominantemente laica.

TABELA 1 A
Escalas ordenadas

Quartis	Valores instrumentais	Valores finais	
1.º	Honesto	1	Segurança Familiar
	Capaz	2	Um Mundo de Paz
	Responsável	3	Dignidade
	Prestável	4	Igualdade
	Educado	5	Liberdade
2.º	Corajoso	6	
	Obediente	7	Verdadeira Amizade
3.º		10	Segurança Nacional
4.º	Alegre	14	Uma Vida Confortável
	Afectuoso	15	Reconhecimento Social
	Imaginativo	16	Prazer
	Ambicioso	17	Um Mundo de Beleza
	Independente	18	Salvação

2. *Comparação Entre Oficiais e Sargentos*

a. *Valores Finais*

TABELA 2
Medianas dos valores finais e ordenações: oficiais e sargentos (1982)

Valores finais	Oficiais (N=291)		Sargentos (N=363)		
	Me	Ordenação	Me	Ordenação	p
Dignidade	3.5	(1)	5.3	(4)	.001
Igualdade	5.3	(4)	4.9	(3)	
Liberdade	4.9	(3)	5.8	(5)	.05
Prazer	14.3	(16)	13.7	(15)	
Salvação	15.6	(18)	15	(18)	
Segurança Familiar	4.7	(2)	4.2	(2)	
Segurança Nacional	9.5	(10)	9.2	(9)	
Sentido de Realização	10.2	(11)	11.8	(12)	.001
Um Mundo de Beleza	14.7	(17)	14.9	(17)	
Um Mundo de Paz	6.6	(5)	3.5	(1)	.001
Vida Apaixonante			14.5	(16)	
Uma Vida Confortável	14	(15)	12.8	(13)	.01
Verdadeira Amizade	8.5	(8)	7.3	(6)	.01

Os dois sistemas são relativamente parecidos em aspectos importantes. Ambos dão importância elevada ao valor «segurança familiar» e situam os mesmos 5 valores no 1.º quartil.

No que se refere à orientação ideológica política, tanto oficiais como sargentos parecem preferir a orientação «socialista» moderada, com os oficiais a privilegiarem a «liberdade» e os sargentos a «igualdade», sendo no entanto muito próximas as medianas de «igualdade».

No fim da escala coincidem 3 valores o que reforça a proposição inicial de que os sistemas são relativamente parecidos.

As diferenças mais significativas aparecem nos valores «dignidade» (.001), «liberdade» (.05) e «Sentido de realização» (.001), com os oficiais a darem maior prioridade; e em «verdadeira amizade» (.01), «vida confortável» (.01) e «mundo de paz» (.001) mais preferidos pelos sargentos.

Se bem que ambos prefiram *valores sociais*, podemos sugerir que os sargentos dão-lhes mais ênfase. Julgamos ser de pôr em destaque a posição elevada que ambos conferem à «liberdade», «igualdade», «mundo de paz» e «segurança familair»; e a baixa cotação dada à «segurança nacional», «mundo de beleza» e «salvação». Julgamos ainda de realçar as baixas medianas do valor «sentido de realização», a que poderá corresponder um baixo nível de motivação.

TABELA 2 A
Escala ordenada

Quartis	Oficiais	Ordenação	Sargentos
1.º	Dignidade	1	Mundo de Paz
	Segurança Familiar	2	Segurança Familiar
	Liberdade	4	Igualdade
	Igualdade	4	Dignidade
	Mundo de Paz	5	Liberdade
2.º	Verdadeira Amizade	6	Verdadeira Amizade
		8	
		9	Segurança Nacional
3.º	Segurança Nacional	10	
4.º	Reconhecimento Social	14	Reconhecimento Social
	Vida Confortável	15	Prazer
	Prazer	16	Vida Apaixonante
	Mundo de Beleza	17	Mundo de Beleza
	Salvação	18	Salvação

b. *Valores Instrumentais*

TABELA 3

Medianas dos valores instrumentais e ordenações: oficiais e sargentos (1982)

Valores Instrumentais	Oficiais (N=291)		Sargentos (N=363)		p
	Me	Ordenação	Me	Ordenação	
Afectuoso	13.3	(17)	11.8	(16)	
Alegre				(15)	.001
Ambicioso	13.1	(16)			
Capaz	4.1	(2)	7.3	(4)	.001
Corajoso	8.2	(4)	9.6	(9)	.01
Espírito Aberto	8.22	(5)			.001
Honesto	1.5	(1)	1.4	(1)	
Imaginativo			12.9	(17)	.001
Independente		(15)	13.8	(18)	.001
Intelectual	8.9	(7)	11.44	(14)	.001
Limpo	13.5	(18)	8.6	(7)	.001
Lógico	8.6	(6)	11.42	(13)	.001
Obediente	11.3	(13)	7	(3)	.001
Prestável	9.7	(9)	7.4	(5)	.001
Responsável	5.4	(3)	6.6	(2)	.01

Os dois sistemas apresentam poucas semelhanças. Só o valor «honesto» é coincidente e são poucos os valores convertentes nos quartis (Tabela 3 A). Só 4 valores não acusam diferenças significativas.

Os oficiais valorizam mais o ser «responsável» (0.1) «capaz» (0.001) e «corajoso» (.01); os sargentos dão maior prioridade a ser «obediente» (.001) e «prestável» (.001), só para referir o topo da escala. As diferenças encontradas em ser «lógico» e «intelectual» sugerem a imagem do oficial que se vê a exercer as suas funções com profissionalismo responsável e competente.

Socialização Diferente e Responsabilidade Diversa

Os sistemas de valores instrumentais analisados parecem reflectir, de forma consistente, diferentes padrões de socialização e diferentes exigências funcionais. O maior conformismo e submissão observado nos sargentos está de acordo com o seu posicionamento na estrutura hierárquica militar e ao mesmo tempo reflecte as responsabilidades decorrentes das funções de enquadramento que lhes competem. Em contrapartida observa-se na classe dos oficiais um padrão de valores mais autónomo e menos submisso, que igualmente se coaduna com as suas funções de chefia e liderança organizacional.

TABELA 3 A
Escala ordenada

Quartis	Oficiais	Ordenação	sargentos
1.º	Honesto	1	Honesto
	Capaz	2	Responsável
	Responsável	3	Obediente
	Corajoso	4	Capaz
	Espírito Aberto	5	Prestável
2.º	Intelectual	7	
		9	Corajoso
3.º	Obediente	13	
4.º		14	Intelectual
	Independente	15	Ambicioso
	Ambicioso	16	Alegre
	Afectuoso	17	Imaginativo
	Limpo	18	Independente

Considerações finais

As diferenças pontuais observadas entre os sistemas de valores dos subgrupos analisados, não alteram a homogeneidade que parece caracterizar o sistema de valores dos quadros permanentes do activo do Exército português. Esse sistema pode ser globalmente caracterizado: por uma orientação que, embora predominantemente social, é sobretudo particularista — veja-se a importância dada à «segurança familiar» e «dignidade» —; por uma baixa prioridade atribuída ao sucesso material e ao hedonismo (Moskos I/O características institucionais); e por uma clara preferência pelo igualitarismo sócio-político.

Podemos dizer que não se comprova a validade da hipótese fundamental do professor Marota, pelo menos no Exército português - 1982.

Idênticos resultados, apontando para uma configuração semelhante, foram aliás encontrados em estudo feito na Força Aérea - 1979. Tal convergência sugere que existe uma certa homogeneidade nas características culturais da instituição militar portuguesa. Um estudo que decorre na Marinha, e está em vias de conclusão, indica nova configuração desta homogeneidade, mas com maiores diferenças fundamentais entre os subgrupos. É nossa intenção apresentar estas conclusões nas jornadas de Outubro.

Sai fora do âmbito desta comunicação propor explicações para os resultados obtidos e não se dispõe de dados que permitam formular hipóteses rigorosas. A título meramente expeculativo pode todavia arriscar-se, dado o conteúdo temático do nosso Seminário, a opinião de que a sociedade portuguesa continua — dez anos, após o 25 de Abril — a viver numa atmosfera altamente politizada e idcologizada, cujos valores, entretanto tornados acessíveis pela mudança do regime, se reflecte no universo militar.

Considera-se ainda que estudos desta natureza ajudam a uma melhor caracterização da cultura dum determinado estrato social, neste caso o militar, justificando-se contudo um maior aprofundamento tanto no que se refere à pesquisa de processos psicológicos subjacentes, como por exemplo os decorrentes da socialização profissional. Para tanto seria necessário, por um lado, alargar as análises a populações a montante da instituição militar, como é o caso dos candidatos à carreira das armas e como é também o dos jovens em prestação de serviço militar obrigatório ou voluntário. Por outro lado, complementar essas pesquisas com estudos psicosociológicos o que é, aliás, prática corrente nas Forças Armadas dos países mais evoluídos. Torna-se urgente pois a criação de um ou mais centros de estudos desta natureza no seio das nossas Forças Armadas em estreita ligação com a Universidade.

Para finalizar, gostaríamos de testemunhar o nosso agradecimento à Dra. Margarida Gameiro por todos os esclarecimentos que prestou e que enriqueceram o aspecto técnico dos cálculos estatísticos.

BIBLIOGRAFIA

ALLOPORT, G. W. and all: «A Study of Values» — Boston; Houghton Mifflin, 1960.

BILLIG, M. e Cochrane, R.: «Values of British Political Extremists and Potential Extremists: a discriminant analysis» — European Journal of Social Psychology, Vol. 9, 1979.

BLALOCK,: «Social Statistics», MacGraw — Hill, 1979.

I.E.D.: Inquérito IED — «Valores e atitudes dos jovens», Cadernos «Juventude», Lisboa 1983

JESUINO, J. C.: «Anomia e Mudança na Sociedade Portuguesa» — In Mudança Social e Psicologia. Lisboa, Livros Horizonte, 1982

KLUCKHOHN, F. and all: «Variations in Value Orientation» — Evaston, III; Row, Peterson, 1961.

MASLOW, A. H.: «Religious Values and Peak-Experiencies» — Columbus,, Ohio; Ohio university Press, 1964.

MORRIS, C. W.: «Varieties of Human Values» — Chicago; University of Chicago Press, 1956.

MAROTTA, M.: «I Valori Nella Societá Italiana» — Universitá di Roma, 1980.

RIM, Y.: «Values in Leaderless Group Discussions» — Milano, Archivo de Psicologia, Neurologia e Psichiatria Anno XXXII fas. I-II, 1971.

ROKEACH. M.: «Some Unresolved Issues in theories of Beliefs, Attitudes and Values». In Nebraska Symposium on Motivation. M. Page - 1979.

ROKEACH, M.: «The Nature of Human Values» — N.Y.; Collier MacMillan, The Free Press, 1973.

ROKEATH, M.: «Beliefs, Attitudes and Values» — S. Francisco; Jossey Bass, 1968.

STOETZEL, J.: «Les Valeurs du Temps Present: une unquête» — PUF, 1983.

SIEGEL: «Estatística não Paramétrica» 1956.

ZNANIECKI, F.: «The Polish Peasant in Europe and America» — Boston Badger, 1918-1920.

Relações laborais e natureza de classe dos regimes políticos

José Luís Judas

As relações laborais existentes na época em que vigorava no nosso país o regime fascista são indissociáveis e consequência da própria natureza de classe do regime.

Ditadura imposta por classes sociais claramente minoritárias da sociedade portuguesa (os monopolistas e os latifundiários), o regime fascista visava permitir a essas classes, através duma organização totalitária do Estado, a rápida acumulação de capital, quer directamente à custa dos baixos salários dos trabalhadores, quer indirectamente pela absorção da mais-valia acumulada pela pequena e média burguesia através do controlo dos mercados e do domínio dos mecanismos financeiros.

Baseadas na Constituição de Salazar de 1933 e no Estatuto do Trabalho Nacional inspirado no fascismo italiano, as leis laborais obedeciam ao princípio de que, «os interesses do trabalho não podiam pôr em causa os interesses do capital».

Como consequência, os direitos materiais dos trabalhadores estavam totalmente dependentes das entidades patronais, os direitos de protesto e de luta proibidos, (direitos de manifestação e de greve), as organizações sindicais não existiam com o objectivo de lutarem pela emancipação dos trabalhadores mas, como forma do seu enquadramento no regime, através da inexistência de liberdade sindical e do controlo do Estado sobre as organizações sindicais.

Tal facto, determinava em toda a sociedade e ao nível de empresa, uma correlação de forças globalmente favorável às entidades patronais as quais, para além da protecção do Estado, dispunham ainda da possibilidade de reprimir directamente utilizando a arma do despedimento sem justa causa.

Os efeitos no quadro das relações laborais de tal política proteccionista dos interesses patronais foram os seguintes:

— criação de uma classe empresarial desactualizada e parasitária, com consequência da falta de dinamismo no conjunto do aparelho produtivo;
— classes trabalhadoras reprimidas e por isso desmotivadas, com grandes deficiências culturais e consequentes reflexos no nível da formação técnico profissional.

O 25 de Abril apareceu como uma necessidade nacional de revitalização da sociedade.

A situação económica e social do país tornava evidente que o salto em frente dos portugueses, o desenvolvimento da sua economia e o progresso social só seria possível rompendo o colete de forças da ditadura.

Era notória a insatisfação de importantes sectores da burguesia e clara a revolta dos trabalhadores, aliada ao descontentamento dos intelectuais, estudantes e quadros técnicos.

A situação económica e social do país tornava inevitável que a revolução só poderia promover o desenvolvimento se assentasse na democratização da sociedade e esta não podia deixar de ser feita no sentido de satisfazer os anseios dos trabalhadores.

O MFA entendeu essa realidade ao inscrever no seu Programa uma «estratégia económica anti-monopolista» e ao serviço das classes mais desfavorecidas.

A revolução do 25 de Abril trouxe a liberdade sindical, as comissões de trabalhadores e o controlo operário, a proibição do despedimento sem justa causa, o salário mínimo nacional, uma contratação colectiva actuante e apta a defender os interesses dos trabalhadores e melhorias legislativas em diversos domínios (das condições de trabalho à segurança social).

Os trabalhadores adquiriram e dinamizaram organizações democráticas de defesa colectiva. Limitaram o poder patronal e conseguiram instrumentos para uma democracia real. Beneficiando da acção de governos democráticos, no contexto de uma luta reivindicativa de grande amplitude, conseguiram, nos anos imediatos à revolução, uma efectiva melhoria da sua situação económica.

A Constituição consagrou e garantiu amplamente, no plano jurídico, os direitos liberdades e garantias dos trabalhadores, para hoje e para amanhã, parte integrante de um processo de transformação económica e social cuja meta é o socialismo. A luta dos trabalhdores e das forças democráticas permitiu salvaguardar o essencial dos direitos consagrados na lei e na Constituição.

Todas estas transformações democráticas que modificaram a sociedade portuguesa constituem a base essencial, as condições de partida, para o arranque dum projecto de desenvolvimento e progresso social, assente no empenhamento e participação consciente dos trabalhadores.

Durante todo o processo revolucionário estiveram sempre em confronto, de forma mais clara ou mais difusa, duas ideias de democracia e desenvolvimento:

— um assente na existência (eventualmente controlada), dos monopólios e dos latifúndios, na manutenção de uma economia baseada nos baixos salários, num desenvolvimento económico integrado na estratégia do mundo capitalista, numa democracia formal e tão mitigada quanto o necessário para manter abertos mercados que o fascismo havia fechado;
— outro, baseia-se na nacionalização dos monopólios e dos latifúndios, não só como forma de defesa da democracia, mas como instrumento dinâmico do desenvolvimento, virado para a satisfação das necessidades nacionais e populares, alicerçado num projecto nacional, que beneficiando das possibilidades duma política externa independente e de amizade e cooperação com todos os povos, faz da democracia e da liberdade as condições indispensáveis ao empenhamento e participação interessada dos trabalhadores e da burguesia não monopolista. É o projecto que a Constituição consagra.

Dez anos após o 25 de Abril, o conflito entre estes dois projectos mantem-se e clarificou-se perante a opinião pública.

Os órgãos do poder democrático, que em 1974 eram claramente favoráveis aos defensores do segundo projecto, estão hoje, com excepção da Presidência da República, na mão dos apoiantes do primeiro projecto.

No contexto deste conflito fundamental é que se situa o cerne da luta actual dos trabalhadores, na defesa das suas condições de vida, dos seus direitos e das suas conquistas.

Todos sabemos que a situação real (económica e social) dos trabalhadores não corresponde à generosidade progressista das proclamações de direitos que lhes dizem respeito.

Degradou-se o poder de compra. Aumentou brutalmente o desemprego. Há centenas de milhar de trabalhadores com salários em atraso, fraude às leis, contratos a prazo, trabalho no domicílio e muitas outras formas de exploração do trabalho à margem de quaisquer leis. E há repressão patronal, os atentados às liberdades sindicais, o controlo de gestão metido na gaveta (como o socialismo...).

A contratação colectiva que consegue, só a muito custo, fixar salários inferiores à taxa de inflação, os despedimentos que campeiam apesar da proibição. Uma Inspecção do Trabalho e uns Tribunais inoperantes, incapazes de assegurarem a efectividade prática do direito legislado.

Todos conhecemos as causas de uma tal situação, que se resume no ataque dos sucessivos governos à base económica das transformações democráticas. Restaurar os privilégios e reconstruir os grupos monopolistas, abrir Portugal à dominação estrangeira, exige o retorno forçado (à custa dos direitos e liberdades) às antigas formas de exploração do trabalho. É isto que acontece quando os detentores do poder político têm como «projecto» transformar Portugal num país fornecedor de mão-de-obra barata.

Apesar de tudo, dez anos depois do 25 de Abril, devemos dizer sem ambiguidades que para os trabalhadores esta situação é incomparavelmente melhor do que antes do 25 de Abril.

Há capacidade de organização, grau de consciência, liberdades políticas e sindicais que permitem resistir à ofensiva patronal e governamental e criar condições para que haja uma inversão da situação.

Mas mais importante do que o balanço, de entre o antes e o depois do 25 de Abril, o que importa é saber em que direcções se deve orientar a acção dos trabalhadores para viabilizar o projecto constitucional.

Em primeiro lugar, importa reafirmar que acreditamos que é possível a viabilização de tal projecto através duma solução política que represente um consenso social entre os sectores antimonopolistas da sociedade portuguesa.

Posto isto, importa saber, para além da indispensável luta de massas, que condições e possibilidades oferece o movimento sindical que possam facilitar tal consenso.

Para nós, essas condições são as seguintes:

1.º — Manter a estabilidade do regime constitucional, salvaguardando o cerne das conquistas de Abril: nacionalizações, reforma agrária, a liberdade sindical, o direito à greve, os poderes das CT's e o controlo de gestão; a situação actual dos despedimentos sem justa causa, o carácter mínimo imperativo das leis laborais.

2.º — Definição de uma política económica de desenvolvimento, assente no aproveitamento da capacidade e dos recursos nacionais com vista a viabilizar o progresso social.

3.º — Adopção de medidas que ponham termo à situação dos salários em atraso, altere a lei dos contratos a prazo, permita a melhoria dos salários e das pensões de reforma e da situação material dos desempregados.

4.º — Reformas profundas dos mecanismos de garantia dos direitos dos trabalhadores, reflectidas no Código de Processo do Trabalho, Inspecção e Tribunais de Trabalho.

Respeitadas estas condições e num clima de discussão séria e responsável, é possível obterem-se soluções que venham de encontro aos desafios que a situação do país, a evolução da vida, e o progresso tecnológico exigem. Designadamente: a maleabilização sobre a organização do trabalho e mobilidade da força do trabalho, adaptação de horários de trabalho às necessidades públicas ou de produção, novas formas de solucionar os problemas de excesso de mão-de-obra no respeito pelo direito ao trabalho e de resolução das dificuldades das empresas através de contratos-programa, etc., etc., etc..

A vida está a demonstrar que o projecto assente na mão-de-obra barata, tem uma lógica monopolista e latifundista e que acelera medidas de carácter repressivo que põem em causa a própria democracia.

Por outras palavras, mantendo-se a actual correlação de forças sociais, não é possível assentar a economia com base essencial na mão-de-obra barata sem, simultaneamente, alterar as principais leis laborais (lei da greve, lei sindical, lei dos despedimentos) no sentido de condicionar a organização dos trabalhadores e o seu justo protesto.

As políticas de informação, os projectos de lei da informação, de segurança interna, de limitar o direito à greve, alterar a lei dos despedimentos, as cargas repressivas policiais que são actos políticos concretos do actual governo e não juizos de intenção dos seus opositores.

Não é raro que a apreciação do carácter violento da ditadura fascista se faça somente pelo somatório das prisões, das mortes, enfim, da repressão exercida contra os antifascistas.

Mas, a verdadeira expressão da violência generalizadamente exercida pelo fascismo contra o Povo Português deve ser medida pela miséria, o analfabetismo, o atraso sanitário, a emigração massiva, etc., etc., etc..

Esta violência, quem essencialmente a sofreu foram os trabalhadores. Daí o seu empenhamento na Revolução, daí a sua luta contra tudo e todos que ameacem ou ponham em perigo os ideias do 25 de Abril.

Lisboa, 4 de Maio de 1984.

a que vinha sendo sujeito há quase 50 anos, quer da libertação de outros povos que vinham lutando pela sua independência há já vários anos. Acção libertadora que devolveu aos portugueses a capacidade de livremente se expressarem, se associarem, se reunirem, se manifestarem. Acção libertadora que a A25A quis homenagear, ao abrir este Seminário a TODOS os quadrantes políticos e ideológicos, possibilitando a livre discussão das transformações resultantes do 25 de Abril e destes 10 anos de Liberdade.

O segundo fim da nossa Associação é o de fazer «a recolha, conservação e tratamento de material informativo e documental para a história do 25 de Abril e do processo histórico que o precedeu e se lhe seguiu».

Estou certo que este Seminário é ainda uma forma de cumprir este objectivo da A25A.

Ao definir como campos previligiados de acção os três «Ds» do Programa do MFA — Democratizar, Descolonizar e Desenvolver — este Seminário não poderá deixar de assumir uma importante componente histórica.

História dos homens, evidentemente. Mas dos homens no tempo. Ora este tempo, sendo por natureza contínuo, é para o homem, «perpétua mudança», como disse Marc Bloch.

Agentes que todos somos dessa mudança, apenas uma grande compreensão da mesma poderá dar sentido ao nosso contributo. Compreender essa mudança é, pois, o apoio mais firme da coincidência da nossa acção e do vigor da nossa recusa em aceitar a estagnação.

Estou certo que aqui irão surgir achegas valiosas para a descoberta do nosso passado recente. Descoberta que virá consolidar as nossas convicções e o nosso apego à Liberdade dos povos, à sua integral cidadania e à necessidade de continuar a luta pela justiça e pela dignidade dos homens.

Justiça e dignidade que estes dez anos não trouxeram ao povo português, apesar das enormes transformações que resultaram directamente de Abril de 1974.

Justiça e dignidade que são imprescindíveis, ao lado da liberdade e da democracia, para que Abril se cumpra.

O terceiro fim da A25A é o de promover a organização de cerimónias e outros actos evocativos e comemorativos do 25 de Abril.

Evocações que não aceitamos se transformem em meros actos saudosistas, como os inimigos de Abril desejariam, mas pretendemos actos de afirmação e de luta pela prossecução dos ideais de Abril.

Ora, este Seminário integra-se exactamente nas comemorações do X Aniversário da Revolução.

Consciente da sua natureza e certa da importância deste X Aniversário, a A25A promoveu um vasto programa de comemorações que pretendeu constituíssem não só o regozijo das vitórias alcançadas, mas sobretudo a reflexão acerca dos sucessivos adiamentos e dos obstáculos que têm impedido o integral cumprimento de Abril.

Dentro do conjunto de iniciativas que a A25A promoveu, este Seminário ocupa um ponto alto. Constitui como que um corolário das reflexões que cada um de nós tem vindo a efectuar, nestes dias de Comemoração. Constituirá, decerto, a oportunidade de todos participarmos no esclarecimento, na reflexão e na convicção dos ideais de Abril.

A A25A se encarregará posteriormente de divulgar as conclusões que aqui forem produzidas. Não só no âmbito do seu primeiro fim estatutário, mas também para que, em Outubro, nos Primeiros Encontros Culturais e Científicos da A25A, que encerrarão as Comemorações do X Aniversário, todos possamos dispor de uma ferramenta prévia para aprofundarmos as questões agora levantadas.

Será esse o momento adequado para um balanço final dos resultados das comemorações por nós organizadas.

Tal facto não impede, no entanto, que afirmemos desde já a nossa profunda convicção de que estávamos no caminho certo, ao meter ombros a um conjunto de iniciativas tão ambicioso, mas igualmente tão apaixonante.

Com efeito, quer as iniciativas já realizadas quer as que ainda decorrem, obtiveram um apoio e uma participação populares tão significativos que demonstram bem a vontade indomável do povo português em defender Abril, o seu Abril, não permitindo que o mascarem.

É de crise a situação que se vive. E, como sempre, é o povo quem vem suportando os efeitos negativos dessa crise. Efeitos que muitos querem atribuir a Abril, mas que o povo português, na sua velha sabedoria, sabe não serem resultantes de Abril, mas sim resultantes do facto de Abril estar cada vez menos presente na condução desse mesmo povo.

Abril que permanece bem vivo no coração dos portugueses, conscientes de que só com Abril os seus anseios poderão ser alcançados.

Só assim se pode compreender e justificar a enorme, interessada e consciente participação popular nas comemorações que vimos realizando.

A A25A não é uma entidade política, nem pretende assumir-se como tal.

Somos uma associação de natureza cultural e cívica, não abdicando do vasto significado das nossas acções.

É por isso que, querendo contribuir com a nossa acção para a consolidação dos valores de Abril, vimos desenvolvendo estas comemorações do X Aniversário da Revolução dos Cravos.

Estamos conscientes das responsabilidades por nós assumidas em Abril de 1974, como estamos determinados a não abdicar das convicções que nos levaram à acção.

Nunca quisemos ser detentores do poder; o único detentor do poder é o povo e tudo faremos para que nele se mantenha.

A dimensão política das comissões de trabalhadores

Francisco Marcelo Curto

1. Introdução

Pretende-se, com este pequeno trabalho, pôr em relevo a evolução das funções e objectivos assumidos e atribuídos às Comissões de Trabalhadores, desde o 25 de Abril até à sua consagração no articulado da Constituição e consideração sumária das perspectivas do seu futuro.

Na verdade, as Comissões de Trabalhadores têm sido consideradas mais na sua dimensão económica, quer dos órgãos reivindicativos quer como instrumentos para a intervenção na vida da empresa nos seus aspectos mais vincadamente económicos.

Não nos deve surpreender esta tendência e esta tónica se pensarmos por um lado na falta de capacidade ou melhor, na acção persistente do Estado fascista no sentido de enfraquecer e esbater as tentativas reivindicativas dos Sindicatos, antes do 25 de Abril, e por outro na necessidade urgente e incontível dos trabalhadores, após o 25 de Abril, em utilizarem todos os instrumentos reivindicativos para conquistar melhores condições de vida e de trabalho, e entre eles, as Comissões.

Sucede ainda que, desde o momento em que, depois do 25 de Abril, momento que podemos situar no início da contestação à primeira Lei da Greve e da acção da Intersindical e do PCP pela unicidade sindical, (logo, de Agosto a Outubro de 1974), a acção das Comissões vai tentar ser canalizada para a luta sindical e política, *tentativa que pretende pois, diluir a autonomia das Comissões* e integrá-las nos objectivos revolucionários das diversas vanguardas políticas.

Como ponho aliás em relevo no livro «Democracia na Empresa», publicado pela Heptágono em 1980, o PCP considera, em 1975, as Comissões de Trabalhadores como uma, entre outras, *formas unitárias de organização popular*, em que se incluem também os Sindicatos, «enquanto organizações democráticas e unitárias dos trabalhadores» mas nenhuma dessas organizações poderia, na concepção do PCP, substituir a organização partidária revolucionária de vanguarda — o PCP. (v. ob. cit. pág. 145).

O facto é que, todas as formações políticas que se reclamavam da esquerda revolucionária depois do 11 de Março de 1975, desenvolveram os seus melhores esforços para tentar dissolver as Comissões de Trabalhadores em órgãos de luta política, de empresa, de região ou em partidos políticos, procurando porém digerir a dificuldade que era praticamente inultrapassável: como levar os trabalhadores a aceitar que o controlo operário, controlo de produção ou mesmo controlo de gestão fosse exercido, ao fim e ao cabo por uma organização política e não por um conselho ou Comissão autónoma, de empresa ou de sector?

E autónoma em relação, não só aos partidos políticos como também em relação aos Sindicatos.

2. Comissões de Trabalhadores e Sindicatos

As considerações desenvolvidas e que podem parecer em contradição com a afirmação inicial — «as Comissões têm sido consideradas mais na sua dimensão económica» do que na política — representam afinal, um momento da sua história a que Sartre chamou o dos *«grupos em fusão»* fase que vai ser rapidamente ultrapassada

através das várias tentativas de institucionalizar o controlo, (de produção, operário, de gestão), quando se verifica que o movimento de base dos trabalhadores, nas empresas e em vários sectores, tende a autonomizar-se da específica função política dos «Comités» revolucionários e dos partidos políticos. A querela fica então circunscrita, aparentemente, à *determinação de quem deve exercer o controlo:* os sindicatos ou Comissões de Trabalhadores?

Deve sublinhar-se que, nesse período, que podemos grosseiramente delimitar entre Maio e Novembro de 1975, só o MES considera que devem ser as Comissões de Trabalhadores a exercer o controlo de gestão entre a chamada esquerda revolucionária, já que, o PS afirma sempre que esse controlo deve ser exercido pelas Comissões, integrando aliás essa acção, em conjunto com a dos Sindicatos, como caminho para o Socialismo «através do poder democrático dos trabalhadores».

É essa, aliás, a fórmula usada no texto da Constituição de 1976, significativamente abandonada na revisão de 1982 mas também já não especificamente mantida no artigo 1.º da Lei n.º 46/79, o qual se limita a remeter para os direitos previstos na Constituição.

Mas a questão atrás enunciada não é desprezível pois é política porque revela a concepção dos direitos de intervenção e expressão dos trabalhadores na empresa e no sector económico e porque determina a atribuição de poder e um órgão diferente do Sindicato e do partido político.

As consequências da autonomia das Comissões em relação, sobretudo, aos Sindicatos, são muito importantes: em primeiro lugar *descentraliza os poderes unitários* defendidos pelos partidos políticos vanguardistas, embora a influência partidária se venha a revelar mais tarde, nas Comissões.

Em segundo lugar impõe a atribuição de formas de organização, (eleições, sub-comissões, participação nos Conselhos de Gestão) e de direitos novos que implicam a definição de meios, campos de acção, estatuto das Comissões no controlo e na decisão económica, os quais embora mal utilizados (e por vezes mal compreendidos e sub-valorizados pelos trabalhadores), despertam a hostilidade e a oposição das entidades patronais, quando não do próprio Estado.

Em terceiro lugar a institucionalização das Comissões de Trabalhadores aparece como uma das formas mais poderosas para abrir caminho à democracia participativa, apesar de muitos ficarem na simples expressão da democracia económica ou industrial, o que, sendo pouco, não deixa de representar um passo em frente no melhoramento da democracia formal.

Vejamos cada um destes elementos de per si.

3. A descentralização dos poderes das organizações de trabalhadores e dos partidos políticos

Quando se fala em pluralismo e descentralização quer-se referir estes termos ao aspecto político e mais restritamente aos partidos políticos e ao poder político do Estado. Se a referência ao aspecto político não restringe a questão, a exigência de pluralismo e descentralização dos partidos e do poder político do Estado é uma forma de restringir a partilha do poder de decisão política e económica. Ora, a meu ver, a descentralização e o pluralismo são expressão de uma tendência irresistível das sociedades modernas em que os indivíduos tomam cada vez mais consciência dos seus direitos e se organizam em formas políticas e económicas que disputam ao Estado e aos partidos políticos, o exclusivo das respectivas decisões.

Não importa aliás que, nas fórmulas legais os direitos atribuídos a essas organizações sejam mínimos ou diminuídos: é o seu exercício e os efeitos que deles se extraem que lhes podem ou não, dar conteúdo político de poder.

Daí que, garantida a dignidade da consagração dos direitos na Lei Fundamental, por mais reduzidos que eles sejam é a sua prática e efeitos que lhes confere a capacidade de intervir, influenciar e modificar as decisões dos órgãos que, fundamentalmente, estão para tal habilitados.

É, (ou poderá ser), o que sucede com as Comissões de Trabalhadores. Não há dúvida que a constante oscilação entre uma tendência anárquica e outra, autoritária, fez enfraquecer a função política das Comissões de Trabalhadores: por um lado o exercício descordenado e incompetente dos direitos constitucionais, por outro a permanente tentativa de forçar os órgãos de gestão a decidir segundo as reivindicações das Comissões, frequentemente assumindo a função sindical ou confundindo-se com esta.

Basta porém atentar nos direitos atribuídos às Comissões — informação, controlo, eleição para os órgãos sociais das empresas, entre outros — para concluir que a descentralização do poder de decisão, reforçada pelas coordenadoras, é um objectivo ao alcance das Comissões.

Mais do que isso: o exercício persistente e organizado dos direitos das Comissões de Trabalhadores é condição essencial para o desenvolvimento económico, consciente e responsável, pois representa o assumir pleno da intervenção dos trabalhadores como actores e não como espectadores subordinados na vida económica e social da empresa e do sector económico.

4. A Autonomia das Comissões

A autonomia das Comissões provoca reacções das entidades patronais, dos Sindicatos e do próprio Estado que demonstram o receio das transformações estruturais da empresa e da vida económica, o que é, em si, positivo

e deve ser encarado em termos de dialéctica construtiva. Nenhum Estado Democrático pode sobreviver sem que nele se manifestem várias expressões de opinião e conflitos de crescimento. Aliás, o diálogo social tão incensado nos últimos tempos só pode ter expressão se for resultado de várias posições e de conflitos que são afinal a própria dinâmica social em movimento.

O poder político totalitário e autoritário, não tolera a divergência e reprime ou cala o conflito sob a bota dos aparelhos repressivos impondo a sua «lei» ou tentando fazê-lo. Outra tem de ser a prática e a concepção do Estado Democrático. Ele próprio admite e «trabalha» com as divergências e as oposições, tentando obter resultantes desse diálogo, por composição, por consenso, em última análise por decisão institucional autoritária, democraticamente reconhecida e aceite.

Nem sempre, na nossa prática política, as Comissões terão também entendido a sua autonomia, a sua organização, os seus direitos, como forma poderosa de expressão e de intervenção nas decisões políticas e económicas. Quer pela alegada míngua de direitos ou excesso de regulamentação, quer pela falta de preparação, consciência de classe e vontade política, muitas vezes as Comissões se têm deixado diminuir, desaparecer ou ainda, o que é mais grave, integrar no amen aos donos do capital.

A vitalidade, o equilíbrio, a persistência de muitas Comissões, sobretudo nas grandes empresas públicas, mesmo se o seu balanço não é francamente positivo, têm constituído forte demonstração da capacidade dos trabalhadores de intervir na vida económica e política.

Por último, os exemplos de Comissões que assumem, predominantemente, o papel de órgãos reivindicativos e de agitação ou ainda de substitutos da gestão da empresa, não representam o verdadeiro espírito e os objectivos das Comissões, tal como elas saíram da sua luta e como ficaram consagradas na Constituição.

Julgo porém que ainda é cedo para fazer um balanço e se algo de positivo se pode encontrar é a quase completa ausência de burocratização das Comissões, a par com análises das mais consistentes acerca da situação das empresas e das possíveis soluções para situações difíceis que têm apresentado.

5. Democracia Participativa

A contribuição das Comissões para o desenvolvimento da democracia participativa tem sido desigual e contraditória, aliás, de acordo com o papel assumido nas diversas práticas de que atrás se deu exemplo.

Condicionada pela formação dos trasbalhadores antes do 25 de Abril, no plano cultural como no político, pelos traumas do pós-25 de Abril e pela deficiente ou quase inexistente influência do sistema educativo e dos intelectuais na iniciação aos temas sociais, económicos e políticos, é porém justo, reconhecer que a prática da democracia económica nas empresas só peca pelo seu carácter limitado e, de certa forma, conservador.

É aliás, curioso, verificar que a oposição do patronato francês à simples menção da democracia económica nas leis Auroux, só tem paralelo na oposição do Sindicato F. O. ao direito de expressão dos trabalhadores na empresa, instituído pelas mesmas leis. Os receios da F. O. são aliás fundamentadas em argumentos que já ultrapassámos, segundo penso, em Portugal: o risco de integração ou colaboração com o patronato, o risco de eliminação do Sindicalismo, o risco da irresponsabilidade e da sujeição dos trabalhadores aos quadros das empresas, são afinal, receios infundados, como se demonstra no nosso país. Ou será que a evolução das organizações de trabalhadores em França estão mais evoluídas e mais exposta àqueles riscos?

Não nos parece. O que releva daqueles riscos é uma evidente posição conservadora e que recusa toda a modificação inelutável das relações de trabalho.

O modelo autoritário é, aliás, cada vez mais posto em causa e modificado na direcção e organização das empresas, em França como noutros países.

O pior das apostas do tipo F. O. e patronato francês é o esforço conjugado de provocar a ineficácia desse tipo de leis e de movimentos pela democracia participativa.

É esse tipo de esforço que tem de ser recusado. Porque, quanto mais tarde se evoluir para a democracia na empresa, mais tarde se conseguirá sair do impasse em que está mergulhada a economia de mercado. Talvez por isso, alguns socialistas tentem modificar a expressão para economia social de mercado. Mas não será a alteração de linguagem que, só por si, modificará as estruturas e nos fará avançar para a descentralização das decisões, a autonomia das organizações face ao Estado e a intervenção e expressão dos trabalhadores na vida económica e política.

Democratizar impõe, para além do formalismo político-institucional, diálogo, verdadeiro pluralismo, descentralização e intervenção nas decisões.

Nestes aspectos as Comissões de Trabalhadorl a fazer aos partidos (aos partidos *relevantes*, na nossa perspectiva) encontra-se finalmente, na incapacidade historicamente comprovada para conjugarem esse *possível* com esse *necessário* na década que se iniciou em 74.

Desta incapacidade jamais poderá ser responsabilidade o Movimento das Forças Armadas que o País conheceu com alegria e esperança em 25 de Abril de 1974.

A crise dos têxteis e a luta sindical pela reconversão do sector

Kalidás Barreto

Falar da crise da indústria textil é já um lugar comum. Mas, além de lugar comum é, também, uma realidade.

Claro que cada um fala de crise à sua maneira e procura justificar pelos outros o *buraco* em que todos se encontram.

Contráriamente ao que muitos podem propalar, a verdade é que têm sido os trabalhadores, através dos seus sindicatos, quem, no sector textil, têm vindo seriamente a preocupar-se com a situação e a avançar, pelo menos desde 1975, propostas para a reorganização do sector. Os factos são públicos, mas a verdade é que têm havido da parte dos empresários e dos sucessivos governos uma incapacidade total de enfrentar a situação, dentro de uma óptica que consiga harmonizar os interesses económicos do sector com os dos strabalhadores.

Surge, entretanto, recentemente, um plano de reorganização, o chamado «Plano Werner», feito numa óptica inteiramente capitalista que em vez do solucionar viria provocar o agravamento social do sector. Contra este plano se têm batido os sindicatos, conscientes que não é por aquela forma que os interesses da indústria têxtil serão salvaguardados. Efectivamente querer iludir as questões, apontando-se para uma maior rigidez da legislação laboral e de facilitação dos despedimentos, sem indicar alternativas de emprego e modêlos organizativos, não nos parece meritório, nem sério.

A crise da indústria têxtil já vem de longe, mas ela ocorre, não por consequência dos trabalhadores nem dos seus sindicatos, mas, essencialmente pela falta de empresários e abundância de patrões que existe no sector. Alguns e muitos são, de mentaliade tão retrógada que ainda discutem os direitos mais comezinhos e não hesitam em esquecê-los a todo o momento, nem que isso lhes custe uma greve prolongada, a cujas consequências nos orçamentos das empresas, não fazem contas. Alguns e muitos são, de mentalidade tão retrógada que mesmo em período de alta procura, concorram deslealmente vendendo a qualquer preço, sem um mínimo de capacidade para se organizarem e para se defenderem. Ser-se industrial sério e honesto (que também os há, naturalmente), nesta barafunda deve ser extraordináriamente difícil, mas muito mais difícil é ser-se trabalhador em tal sector.

A crise, como diziamos, vem de longe, mas há que analizá-la em profundidade, cuidando das causas externas, é certo, mas muito fundamentalmente das causas internas.

Para os que se deixam ir atrás de «slogans» vejam bem quanta razão assiste aos trabalhadores, sistematicamente acusados de falta de produtividade e de absentismo, valerá a pena transcrever um artigo publicado na «Vida Mundial», em 19 de Setembro de 1969:

A crise da indústria têxtil

A indústria têxtil representa, ainda hoje, quase um quinto da produção industrial portuguesa, dá emprego a cerca de 75 milhares de trabalhadores e contribui com cerca de 25 por cento para as exportações portuguesas.

A crise deste sector é, pois, uma crise com efeitos sobre grande parte da economia portuguesa.

Já hoje ninguém duvida da gravidade da situação em que se encontra a indústria têxtil, particularmente a algodoeira. Os jornais noticiam com certa frequência as falências de empresas, a suspensão da laboração de certas fábricas e, há alguns meses,

os ministros da Economia e das Finanças exararam um despacho conjunto com o objectivo de melhorar a situação do sector. As medidas então anunciadas consistiam, sumariamente, no seguinte: conversão em crédito a médio prazo das dívidas contraídas a curto prazo pelas empresas têxteis junto da banca comercial, e isenções de impostos às empresas que se concentrassem em unidades maiores. Os meses passaram sem que estas medidas se tivessem concretizado, a situação do sector continua grave. O governo sabe-o e, perante o insucesso daquele despacho, é de esperar que tome novas medidas.

Enquanto isso não sucede, vamos abrir o «dossier» desta crise, porque há muitos aspectos pouco claros.

À primeira vista, não há mesmo crise nenhuma segundo as estimativas para 1968 a produção têxtil progrediu cerca de 12 por cento (enquanto o conjunto da indústria aumentava a sua produção apenas em 5,3 por cento). Por outro lado, as exportações de têxteis portugueses para a E.F.T.A. tem crescido muito mais que o conjunto das exportações portuguesas para aquela zona.

Onde, está, então, a crise? Antes de tentarmos ver mais fundo, temos de fazer um esclarecimento prévio: as taxas de aumento que enumerámos referem-se ao produto físico da indústria (aos metros de pano produzido); mas numa economia capitalista o critério para se averiguar a situação de uma indústria é o lucro que ela dá. Ora a rentabilidade das empresas tem vindo a degradar-se. Porquê?

Os pontos críticos da indústria têxtil portuguesa parecem ser os seguintes: dificuldades no abastecimento de matérias-primas, dificuldades de financiamento, má administracção, dimensionamento inadequado e concorrência internacional. A equacionação destes cinco pontos permitir-nos-á ver a natureza e a profundidade da crise.

1. Por motivos de vária ordem, a indústria têxtil portuguesa é obrigada a comprar algumas matérias-primas (lã, fibras) a preços superiores aos internacionais, embora compre outras a preços inferiores às cotações do mercado mundial (algodão);

2. As dificuldades de financiamento foram a causa directa da crise presente. Alguns industriais resolveram modernizar as suas fábricas, comprando novos equipamentos que, a médio prazo (4,5 anos), lhes permitiriam obter bons lucros, pela conquista de novos mercados e pela diminuição do número de operários. Para comprar esses equipamentos recorreram ao crédito bancário; mas como em Portugal quase não existe crédito a médio prazo, esses industriais resolveram correr o risco de financiar a compra do equipamento com crédito a curto prazo (a três meses), renovável. A operação era arriscada, pois as novas máquinas só dariam lucro passados muito mais de 3 meses. Assim, a crise surgiu quando a banca comercial deixou de renovar o crédito a curto prazo — e a indústria não podia pagar. As providências governamentais visavam a conversão deste crédito por 3 meses em crédito por 4-5 anos — mas esta conversão só podia fazer-se com o assentimento da banca comercial. E este assentimento não veio em escala suficiente;

3. A má administração é visível logo neste risco — comprar equipamentos com crédito por três meses —, risco desproporcionado à capacidade financeira das empresas. Aliás, as empresas têxteis portuguesas são negócios de família, geridos por pessoas que, em muitos casos, não têm a competência mínima para estar à testa das empresas que herdaram. À incompetência junta-se, com desoladora frequência, a desonestidade. Citemos um caso: por vezes a falência é muito lucrativa. Um industrial, endividado até à raíz dos cabelos, pôs todos os seus lucros em nome de testas de ferro. Quando chega o momento de pagar as dívidas, dirige-se aos credores, ameaçando-os com a sua própria falência: se os credores exigirem o pagamento, não obterão um chavo. Os credores, então, transigem, concedendo uma concordata, pela qual recebem apenas uma percentagem dos seus créditos. O industrial têxtil falido, com o que assim ganhou, compra um iate;

4. Tal como na maioria dos sectores económicos portugueses, existe um grande número de pequenas empresas e um pequeno número de grandes unidades. Contudo, a concentração está já bastante avançada: cerca de 4 dezenas de fábricas produzem pano cru, mas duas empresas contribuem com mais de 50 por cento da produção; perto de 6 dezenas de unidades fabricam tecidos estampados, mas meia dúzia produz mais de 50 por cento do total; as fábricas integradas (com fiação e tecelagem) são menos de 15 por cento do total, mas possuem mais de 75 por cento dos fusos e dos teares. Em 1959, 10 por cento das empresas empregavam 47 por cento da mão-de-obra do sector. Para se ver que a concentração só por si não resolve nada, note-se que são as maiores empresas que neste momento se encontram em pior situação. A reorganização do sector parece inevitável — embora ninguém saiba como — mas não se farão grandes progressos ao criar grandes unidades, tão mal geridas como as que hoje existem;

5. A concorrência internacional ameaça perigosamente o têxtil português: os países ricos continuam a proteger as suas indústrias têxteis — que estão a evoluir no sentido da maior intensidade do capital. Por outro lado, os países subdesenvolvidos produzem têxteis muito mais competitivos que os operários do têxtil português ganhem seis vezes menos que os europeus, ganham mais que os marroquinos, os indianos ou os de Hong-Kong.

Todavia, como atrás se diz, foram os Sindicatos que, logo após o 25 de Abril, se preocuparam no estudo da crise, nos seus porquês e na procura de soluções.

Este esforço patriótico, consciente e realista demonstra bem quanto se teria (e terá) a ganhar dinamizando os trabalhadores e dando aos sindicatos um papel mais interventivo.

Em Junho de 1975 o Sindicato dos Lanifícios de Castanheira da Pêra elabora com técnicos e associando mesmo os empresários, um estudo de reconversão do sector. Nele se analiza toda a problemática e apontam-se medidas concretas a curto prazo:

a) Fixação de preços obrigatórios que anulem a concorrência ruinosa
b) Controle de custos
c) Controle sobre carteira de encomendas do sector e sua racionalização
d) Organizar colectivamente a angariação de encomendas (política de perdas)
e) Reestruturação do actual sistema de comercialização.

Em tudo isto assumia um papel importante o controlo de gestão.

As Comissões de Trabalhadores das Empresas era-lhe cometida a taxa da fiscalização dos preços estipulados,

ficando as empresas obrigadas a apresentar os cálculos e todos os esclarecimentos mensais. Registe-se que isto estava estabelecido no plano, com o acordo dos empresários da zona.

O estudo apontava ainda medidas a médio e longo prazo nas quais surgia a proposta de criação de um organismo estatal que coordenasse e planificasse a indústria a nível nacional.

A este organismo competiria:

a) O levantamento dos recursos, potencialidades e necessidade do sector.
b) A elaboração de um projecto de planeamento, controle e restruturação da actividade das unidades industriais do sector, integrando e reconvertendo quando necessário as infraestruturas existentes.
c) Participar como agente activo na definição da política industrial no domínio da indústria têxtil.
d) A prossecução de uma política comercial coordenada no sector.
e) O apoio técnico às empresas visando a melhoria das capacidades de produção e de gestão

O Encontro dos Sindicatos Têxteis de Ofir aprofundaria o estudo chegaria a ser objecto de encontros entre a Federação Têxtil e o VI Governo Provisório. Com base neste estudo, o Governo elabora uma proposta ao Conselho de Ministros, em 25/10/75, mas as vicissitudes do processo político deixam-no na gaveta.

São porém, novamente, os Sindicatos Têxteis que voltam a expressar as suas preocupações no seu I.º Congresso realizado no Porto em Março de 1976 sem que o patronato ou o Governo tome medidas.

Analizando a situação, os Sindicatos concluiam:

1. A Têxtil é uma indústria tradicional em Portugal. No tempo do fascismo, e ainda hoje, só os salários de fome, as péssimas condições de vida e de trabalho permitiram ao patronato concorrer no mercado externo com outros países que possuem um parque de maquinaria e técnicas de gestão e organização empresarial superiores.

2. Aqueles mesmos motivos, congregados com outros de ordem geral (guerra colonial, etc.) conduziram a grande penetração dos interesses estrangeiros no sector, sobretudo no Vestuário.

3. Predominam as pequenas e médias empresas, geralmente mal equipadas e mal organizadas, muitas vezes dependentes dos comerciantes (armazenistas, exportadores, etc.), ou dos grandes industriais (funcionando como empresas de prestação de serviços).

4. Muitos industriais recorreram à indústria como um negócios sendo frequente exercerem especulação com matérias-primas, etc.

Compra-se a quilo e vende-se a metro — como se costuma dizer!

5. A indústria situa-se em grande parte em zonas rurais, onde com a agricultura constituem as únicas fontes de subsistência das populações.

6. Sobretudo a partir da década de 60 surgem aquelas que são hoje as melhores unidades produtivas do sector.

No Vestuário, as confecções de pronto-a-vestir vão lentamente arruinando alfaiates e modistas.

7. O desenvolvimeto de todas estas contradições é que provoca a actual alteração de crise.

A crise, é uma crise de fundo, estrutural, independentemente das flutuações conjunturais, isto é, de «estação».

Os seus reflexos mais salientes são:

— dependência de um pequeno número de países em termos de mercado externo;
— parques de máquinas desactualizado, com lacunas, utilizado muito abaixo da sua real capacidade produtiva.

8. O 25 de Abril, o avanço do Povo e da Classe Operária apenas aceleram o estado destas contradições. Na realidade, existe na quase totalidade das empresas uma situação económica muito difícil, e porquê?

a) As fábricas davam grandes lucros, mas os patrões em vez de, com esses lucros, comprarem máquinas novas, de modernizarem as instalações, de melhorarem as péssimas condições de trabalho, de estudarem novas formas de organização da empresa, compravam automóveis de luxo, aviões, vivendas, viviam à grande e à francesa, compravam coutadas no Alentejo e mandavam dinheiro para a Suíça. Para aumentaram os lucros e assim poderem passar mais dinheiro, quando vendiam para o estrangeiro o preço que constava nas facturas eram mais baixo do que a realidade (sub-facturação). Ao contrário — quando compravam matérias-primas, estas eram facturadas a preços superiores ao real (sobre-facturação).
Por isso, grande parte das empresas estão completamente hipotecadas aos bancos, sem qualquer preocupação de ver se esse capital era bem aplicado ou não e se, se justificava o empréstimo.
E assim, as empresas nunca mais podiam pagar, ficando toda a vida a tentar amortizar, sem o conseguir, com letras e mais letras para pagar ao fim do mês;

b) Os administradores das empresas ganhavam altos vencimentos. Nalguns casos 3 ou 4 levaram mais dinheiro que o operários todos juntos;
c) Eram pagos elevados ordenados aos técnicos estrangeiros, enquanto os técnicos portugueses não existiam ou eram desapoiados. Mão-de-obra pouco especializada e analfabeta era o que interessava ao patronato para melhor poder explorar.

As poucas escolas têxteis que existiam pouco ensinavam e praticamente quem as frequentava eram os filhos dos patrões!

Mesmo esse pouco capital, iam muitas vezes, buscá-lo aos bancos Portugueses, sem trazerem dinheiro do estrangeiro, e os lucros arrecadados não eram cá investidos mas sim enviados para o seu País de origem.

Noutros casos, nem os tecidos cá compravam, era mesmo só para explorar a mão-de-obra.

Situação após o 25 de Abril

Depois do 25 de Abril, os patrões procuraram piorar a situação da Têxtil.

Ao verem que não podiam continuar a explorar os trabalhadores, do mesmo modo como faziam antes, tentaram tudo para levar o sector à ruína e provocar o desemprego, pondo os trabalhadores contra a Democracia e o Socialismo.

1. Procuraram prevenir-se arrecadando todo o dinheiro que puderam, e assim:

a) Deixaram de investir
b) Combinados com alguns «clientes» pagavam grandes indemnizações sem motivos, vendiam artigos demasiado baratos, entrando pouco dinheiro na fábrica e o resto ia direito para o bolso do patrão (sub-facturação), ou ainda, vendiam sem facturar.
c) Pediram dinheiro aos bancos e não o aplicavam nas empresas.

2. O grande capitalista têxtil tentou criar graves problemas às pequenas e médias empresas para as afastar também do processo político iniciado em 25 de Abril e as transformar em inimigas da Democracia.

As grandes empresas tradicionalmente exportadoras, lançaram no mercado interno a sua produção, prejudicando assim as pequenas e médias empresas.

3. Por outro lado, os produtos têxteis portugueses vendiam-se apenas para alguns países capitalistas como os Estados Unidos da América, a Inglaterra e países Nórdicos. Nestes países há uma grande crise, que se tem vindo a agravar nos últimos anos (com o maior número de desempregados das últimas décadas). Estes países também deixaram de nos comprar, boicotando até algumas encomendas.

E reafirmando o desejo de reconversão do sector, sugeriam o tipo de alterações que interessavam aos trabalhadores:

a) As que garantam o trabalho a toda a gente, neste ou noutros sectores, isto é, manutenção dos postos de trabalho e garantia dos salários contraturais.
b) As que trouxeram melhores condições de trabalho, acabando com a dureza das tarefas a que estão sujeitos, isto é, melhoria das condições de trabalho.
c) As que permitam produzir para o Povo Português o que ele precisa, a baixo preço e boa qualidade, isto é, reorganização da produção numa perspectiva socialmente útil.
d) As que nos permitam escolher os nossos compradores ou vendedores, segundo as melhores condições de oferta e portanto, numa via de Independência da Economia Nacional, isto é, reorganização do comércio externo, numa via de verdadeira Independência Nacional (não confundir com a papagueda propaganda dos lacaios do imperialismo).
e) As que garantam a existência de pequenas e médias empresas, livres dos grandes capitalistas, isto é apoio à pequena e média empresas numa perspectiva planificada.
f) As que defendam intransigentemente as empresas em autogestão, cooperativas e sob intervenção do Estado, isto é, apoio à luta dos trabalhadores em autogestão, etc.
g) As que promovam a formação de quadros técnicos têxteis, que assegurem o desenvolvimento do sector, defendendo as classes trabalhadoras e o Povo em geral, isto é, numa perspectiva Socialista, ou seja, formação profissional.

E dizia-se:

Na perspectiva dos trabalhadores, de progresso, a reconversão far-se-á baseada numa forte intervenção estatal controlada pelos trabalhadores. Implicaria uma planificação dos recursos e da produção, o controlo operário generalizado e um controlo sobre a iniciativa privada.

No campo económico implicaria actuações como:

— Controlo de preços e tabelamento dos produtos fabricados;
— Controlo da carteira de encomendas;
— Regularização de pagamentos fábrica-armazém;
— Diversificação dos mercados externos;
— Fornecimento de matéria-primas assegurado, através da constituição de uma empresa estatal que garanta uma correcta distribuição;
— Nacionalização, sobre controlo dos trabalhadores, de médias e grandes empresas onde os patrões façam sabotagem económica.

Esta reconversão não poderá ser entendida isoladamente dos outros sectores da economia.

O actual Governo e qualquer Governo burguês não fará esta reconversão. Antes tentará recuperar as iniciativas dos trabalhadores e a sua legítima luta pelo direito ao trabalho, no sentido de os fazer participar desta, «reorganização» capitalista, como já está acontecendo.

Claro que como era previsível o Governo recuperou o que quiz não na óptica dos Sindicatos, mas numa óptica capitalista que até agora a nada de positivo tem conduzido a economia nacional.

Mas mesmo assim, os Sindicatos Têxteis não têm desarmado e nos seus 2.°s e 3.°s. Congressos voltaram a debater o problema e a manifestar a sua opinião interessada sobre a reconversão do sector e a falta de apoio às pequenas e médias empresas, condenando por fim a proposta de Lei quadro que o Governo pretende implementar, sem, todavia, resultados politicos. Os sucessivos Governos estão mais apostados em ouvir a voz do capital nacional e sobretudo estrangeiro do que a dos trabalhadores.

E assim o patronato do sector «esquece-se» acintosamente das propostas acordadas, dos contratos e das leis, deixando que o sector se degrade económicamente a índices perigosíssimos e provocando uma situação social com repressão que se caracteriza por:

A liberdade sindical e o exercício da actividade sindical serem constantemente violados assim.

1.° Poíbem e impedem a realização de Plenários
2.° Discriminam os trabalhadores que participam em Plenários
3.° Impedem a entrada de dirigentes sindicais para participarem em reuniões de trabalhadores
4.° Proíbem a afixação e distribuição de propaganda sindical ou exercem censura prévia sobre os documentos a afixar.
5.° Recusam pôr à disposição dos delegados sindicais um local apropriado ao exercício das suas funções
6.° Impedem a cobrança de quotizações sindicais
7.° Agridem fisicamente os representantes dos trabalhadores ou oferecem quantias para abandonarem a empresa
8.° Discriminam os representantes dos trabalhadores: despedindo-os, prejudicando-os na retribuição ou negando emprego aos seus familiares
9.° Discriminam o sindicato mais representativo e promovem e apoiam um recente Sindicato de conveniência paralelo e não-representativo.

Não respeitam o direito à greve

10.° Discriminam salarialmente e perseguem quem adere a greves
11.° Castigam e despedem trabalhadores por fazerem parte dos piquetes de greve
12.° Patronato. GNR e PSP agridem grevistas e piquetes de greve

Abusam da contratação a prazo

13.° Recorrem em massa aos contratos a prazo
14.° Despedem trabalhadores a prazo para voltar a contratar novos a prazo
15.° Discriminam e abusam dos trabalhadores contratados a prazo: salários inferiores, trabalhos forçados, despedimentos em casos de exercício de direito sindicais, etc.

Não respeitam a dignidade e os direitos mais elementares dos trabalhadores

16.° Laboram em más condições de Higiene e Segurança
17.° Aumentam extenuantemente cargas de trabalho

18.º Controlam e reprimem a ida aos sanitários
19.º Dificultam e reprimem as idas ao médico e tratamentos
20.º Discriminam a mulher trabalhadora
21.º Impõem férias fragmentadas
22.º Exigem a presença dos trabalhadores antes da hora e já não deixam trabalhar os atrasados
23.º Castigam os trabalhadores sem processo disciplinar

Concluindo, dez anos após o 25 de Abril a situação do sector têxtil é económica, financeira e socialmente preocupante, ante a passividade do governos e de instrumentos como a Inspecção de Trabalho.

Como resposta à consciência e sentido de responsabilidades dos Sindicatos, o patronato actua em clara oposição ao 25 de Abril, apoiado tão poucas vezes na cumplicidade do Sindicato da UGT existente no sector.

A crise dos Têxteis é um facto, mas para nós a maior crise é na mentalidade empresarial que na sua maioria não se respeita porque não respeita os outros, não se identifica ainda com a mensagem libertadora do 25 de Abril.

Perante o facto, cruzaremos os braços? Decisivamente, não! Porque não foi para isso que lutámos; Porque não foi para isto que se fez o 25 de Abril!

(Comunicação ao Seminário promovido pela Associação 25 de Abril)

Sistemas de trabalho e práticas operárias durante a industrialização capitalista em Portugal: o caso das indústrias navais (1930-1984)*

Marinús Pires de Lima

Apresentaremos alguns aspectos principais das transformações dos sistemas de trabalho e da acção operária nas indústrias navais em Portugal, desde 1930 até ao presente.

Na 1.ª parte, abordar-se-ão questões relacionadas com a história da organização racional do trabalho em Portugal: evolução dos efectivos operários, impasse dos projectos desenvolvimentistas na 1.ª fase do salazarismo (até 1950), arranque industrial dos anos 50 e modernização de algumas empresas (CP, CUF, Estaleiros Navais), comportamentos operários face à mecanização e à racionalização.

Na 2.ª parte, descrevem-se alguns aspectos da acção operária nas indústrias navais, distinguindo 4 períodos: a) antes do 25 de Abril; b)1974-75; c) 1976-81; d) 1982-84.

Quanto ao *período anterior a 25.4.74*, abordar-se-ão as greves dos anos 40, a de 1969, bem como contradições verificadas em 1973 (diferenciação e hierarquização salarial, degradação dos salários reais, critérios arbitrários de promoção, pulverização sindical, travagens da produção, etc.)

No período 1974-75, salientar-se-ão nomeadamente os seguintes elementos: reivindicações de base (satisfação de necessidades económicas, exigências de salários mínimos e de vantagens sociais, emancipação da tutela patronal autoritária e da repressão do regime anterior, democratização da empresa e das relações sociais, reconhecimento dos órgãos representativos dos trabalhadores — O. R. T., comissões de trabalhadores, sindicatos —, saneamentos), temas igualitários (diminuição da hierarquia das categorias profissionais e do leque salarial), estratégia ofensiva (conquista de novos direitos), ocupação dos sindicatos corporativos, melhoria das condições de trabalho e de vida, início da intervenção a nível de controlo operário e da pressão institucional (gestão do pessoal, articulação da empresa com o espaço exterior, autogestão), acção directa, imposição de reivindicações, forte mobilização democrática da base, ligação a outras empresas, espontaneidade, papel importante das assembleias gerais e de delegados de sector, das comissões de trabalhadores — (C. T.), relativamente autónomas em relação aos partidos políticos, integrando sindicalizados e não-sindicalizados. Serão também abordadas a manifestação de Setembro de 1974 (Lisnave), a nacionalização da Setenave e o aumento da ligação ao Estado. Serão tomadas em consideração as continuidades e descontinuidades em relação ao período anterior ao 25 de Abril.

Ao nível da acção e da organização dos trabalhadores, podemos concluir que, da acção directa, de base e espontânea, que caracteriza o período ulterior ao 25 de Abril, se passa progressivamente a uma acção mais organizada segundo objectivos de intervenção definidos nas estruturas sindicais, hegemonicamente dominadas pelas orientações do P. C. P., principalmente a partir do 11 de Março.

No período 1976-81, abordar-se-ão variáveis como as seguintes: o agravamento da crise económica, o desemprego, os efeitos do 25 de Novembro, a progressiva implantação dos sindicatos e o crescente enquadramento sindical da acção operária, a tentativa de controlo das C. T. pelos sindicatos, a intensificação da lógica partidária, a substituição progressiva da democracia de base pela delegação de poderes, o controlo da cúpula sobre

(*) O presente trabalho faz parte de um estudo mais amplo sobre as transformações das relações sociais de trabalho em Portugal. Colaborou na recolha e tratamento de dados a Dr.ª Filomena Ouro Bóia.

É por isso que, confiantes que estamos no nosso povo, defendemos que terá que ser ele a encontrar as soluções para os seus problemas e os caminhos para a realização dos seus anseios.

Por nós, procuramos ajudar a criar as condições para que isso seja possível.

Por isso, vos peço que aproveiteis este Seminário.

Por isso, vos digo que deveis falar com franqueza e com verdade; que não tenhais receio de confrontar ideias e teorias; que aceiteis discutir pontos de vista diferentes; que saibais, enfim, interpretar as divergências como uma irrecusável consequência da LIBERDADE.

Por isso, vos peço ainda: demonstrem que há soluções para este País; demonstrem que só a Liberdade e a Democracia solucionam os problemas dos povos; demonstrem que as ditaduras e o fascismo se baseiam na repressão, na humilhação e no aniquilamento da capacidade afirmativa do homem; demonstrem ainda, que um povo só é livre se não oprimir outros povos; demonstrem finalmente, que a via possível é a do diálogo, da participação colectiva, da mobilização de vontades.

É dura, de facto, a vossa tarefa.

Obrigado.

as bases, a diminuição do papel das assembleias gerais e de delegados, o desenvolvimento de reivindicações defensivas e hierarquizadas (aumento do leque salarial, desdobramento de categorias até aí niveladas no colectivo operário (1), a institucionalização crescente dum sistema de relações profissionais e de negociação.

As reivindicações são enquadradas no estudo dos problemas económicos e financeiros das empresas, em ligação com a política global do Estado. A tentativa de criação do Centro de Coordenação da Indústria Naval, no âmbito do Ministério da Indústria e Tecnologia, com participação da comissão coordenadora das C. T. das indústrias navais (C. C. T. I. N.). A acção da C. C. T. I. N. na procura de uma alternativa viável para a crise do sector: defesa do plancamento económico, do progresso técnico e do desenvolvimento industrial, condicionado por opções políticas globais. Factores explicativos desta orientação: tecnologia avançada, autonomia, qualificação profissional e saber elevados dos operários, produtividade e salários altos, gestão moderna. As orientações tendencialmente contestária e de classe da C. G. T. P. e participante da U. G. T.

No período 1982-84, os aspectos estudados são os seguintes: agravamento da crise económica e do desemprego, reformas antecipadas, salários e pensões em atraso, o «pacto social» da Setenave, o plano de viabilização da Lisnave (reformas, *lay-off*, despedimentos), segmentação do mercado de trabalho, formas precárias de relação salarial (subempreitadas, contratos a prazo, aparecimento de fenómenos de economia paralela ou subterrânea — trabalho clandestino, «ganchos», dependência de outras fontes de rendimento, para além do salário, reformados a trabalhar, etc.). A procura de intervenção do Estado na gestão dos recursos humanos e na conflitualidade social: políticas de emprego, comparticipação, rendimentos, segurança social, formação escolar e profissional.

As políticas patronais: organização da mobilidade da mão-de-obra, informatização, processos de categorização e compartimentação da força de trabalho (*spin-off* — subdivisão em novas empresas), controlo da função comercial, lógica neo-corporativa (acordos de empresa, salários sociais, direitos ligados à antiguidade, etc.).

Reivindicações operárias defensivas: pagamento dos salários em atraso, luta contra as políticas de redução da força de trabalho, resistência à diminuição de salários reais. Elementos de continuidade, em relação os períodos de 1976-81, por parte das tendências próximas do P. C. P.: controlo da discussão, da informação e dos processos de decisão, vanguardismo ideológico, tentativa de imobilização das tendências minoritárias (U. G. T., U. D. P.), negociação a nível da cúpula dos O. R. T. Elementos de descontinuidade: aumento do número de greves, utilização de formas de acção mais radicalizadas (sequestro, concentrações, manifestações de rua), preocupação com a opinião pública (comunicados, desfiles), confronto mais directo com o governo e a Administração, objectivos mais explicitamente políticos (defesa da nacionalização da Setenave, recusa da revisão da Constituição, luta contra o governo). O desfasamento entre o discurso (contestário) e certas práticas (negociação na empresa).

As dificuldades do movimento sindical: economia subterrânea, comportamentos de tipo «individualismo utilitarista» (candidaturas voluntárias a reformas antecipadas e a despedimentos com indemnizações, «ganchos», estratégias de pluriactividade, etc.), ausência de alternativas radicais em termos de estratégias industriais, modos inovadores de produção, produtos, organização do trabalho; diminuição das mediações institucionais (sindicatos, negociação, regulamentações estaduais); desconcentração industrial, confronto directo entre patronato e trabalhadores, liberalização económica, inexistência de fundos de greve, diferenças entre camadas com grande poder reivindicativo e camadas com poder menor, clivagens entre trabalhadores «protegidos», «precários», reformados, jovens à procura do 1.º emprego, relativo isolamento em relação ao movimento sindical internacional, declínio da consciência de classe. A exterioridade das estruturas sindicais em relação aos problemas de organização e condições de trabalho e o frágil enraizamento na vida quotidiana das comunidades produtivas. A dificuldade de tratamento, em termos da actual organização, de questões como: quadro de vida, alojamento, transportes, educação, saúde, meio-ambiente. As tensões e contradições, entre os vários níveis do movimento operário: defesa imediata de base das condições salariais e de emprego, negociação institucional na empresa e no sector (instância institucional), participação e/ou controlo das políticas económicas e sociais globais (instância do poder).

Em relação à crise económica e aos riscos de desemprego, diferentes estratégias sindicais são possíveis: 1 — aceitação da lógica do mercado (indemnização dos trabalhadores, apoios à reconversão); 2 — defesa dos empregos ameaçados; 3 — sindicalismo de proposição: apropriação social da empresa, novos critérios de gestão e de regulação económica, implicação positiva em iniciativas descentralizadas de intervenção e em projectos de investimento (públicos, cooperativos, regionais, locais), redução do horário de trabalho, controlo das transformações tecnológicas e das novas tecnologias, direito à formação profissional, reconsideração das relações com os mercados e os consumidores, estratégia activa de *mobilização transformadora*, fundamentada na inovação, na qualificação profissional, nos recursos humanos, no apoio a uma política científica e tecnológica e na dinamização do tecido social.

---

(1) Trata-se de uma tendência análoga à verificada na periodização da contratação colectiva geral: o grau de dispersão salarial diminui entre 1974 e 1979; a seguir, verifica-se uma recuperação, ainda que parcial, da dispersão anterior.

Bibliografia utilizada: «A acção operária na Lisnave», *Análise Social*, n.º 52, 1977; «A evolução do trabalho operário nas indústrias Navais», *Análise Social*, n.º 67-68-69, 1981; «Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal (1900-1980), *Análise Social*, n.º 72-74, 1982; Filomena Bóia, M. Eugénia Carrêto, Isabel Godinho, Maria José P. Silva, M. Serafim Pinto, Eduardo Martins, Fátima Morais, Teresa Rosa, Teresa Soeiro, *Trabalho e acção operária na Lisnave e na Setenave*, ISCTE, 1983.

A educação, dez anos depois
— Que transformações, que rupturas, que continuidades?

Rui Grácio

1. Dez anos corridos, não se afigura possível proceder a uma avaliação rigorosa das transformações operadas no campo da Educação, seja a educação formal, seja outra que não formal. Neste como noutros campos, falta o distanciamento afectivo: restituídos à cidadania, muitos portugueses foram e são, a um tempo, espectadores e actores de um drama colectivo, com as implicações emocionais concomitantes. Mas falta também o distanciamento do tempo: por um lado, a distância focal e a profundidade de campo que dêem ao registo da imagem visada nitidez e perspectiva; por outro, o tempo de maturação para apurar a viabilidade, importância efectiva e significado de iniciativas de governos, de escolas, de organizações populares.

Não pode dizer-se que seja escasso o número de textos acerca de aspectos do desenvolvimento educativo neste decénio. Dominam ainda naturalmente os escritos de opinião, ainda quando se pretendam outros, muitos de carácter testemunhal, alguns de assumida veemência polémica, todos com o valor documental que lhes é próprio, sendo de incluir na espécie os de procedência partidária, parlamentar, sindical, eclesial. Com não menor interesse documental, a produção de departamentos oficiais e de organismos internacionais — estudos, relatórios, informação estatística, etc. —, serve, com outros materiais, as descrições e as interpretações tentadas, de maneira crescente e com maior ou menor sucesso, por uma abordagem científica das mudanças ocorridas no panorama educativo nacional, com atenção preferencial e naturalmente prestada a aspectos parcelares.

2. Foi a um balanço global e nos limites da simples opinião — embora, pense, não arbitrária —, que procedi, em Abril de 1978, ao redigir um artigo intitulado «A Educação Quatro Anos Depois». Este balanço compreendia a acção educativa genericamente entendida tanto interior (educação formal) como exterior (educação não formal) ao ensino escolar.

A segunda modalidade de acção educativa articula-se a uma dinâmica popular assente em organismos de base — comissões de moradores, de aldeia, de trabalhadores, de pais, de cooperativas de produção e de consumo, empresas em auto-gestão —, cuja vontade visava tentar corrigir e compensar o descaso a que a ditadura votara a satisfação de necessidades básicas: da casa à educação própria e dos filhos, dos caminhos e estradas ao recreio e à cultura, da organização das tarefas produtivas e de comercialização às garantias de trabalho, dos postos clínicos, dos lares para os velhos à intervenção laboral e política.

Neste processo, que teve muitas vezes o apoio activo das Forças Armadas, há dimensões educativas óbvias. Não se trata apenas de reclamar para os filhos uma melhor educação escolar, e de diligenciar por isso, até com participação construtiva: regularização das prestações de ensino, reparação ou benfeitorias nas instalações, segurança nas escolas e nos trajectos escolares, ocupação dos tempos livres das crianças. Trata-se também de produzir e utilizar melhor os recursos formativos e culturais, exteriores ao sistema formal de ensino: infantários, jardins de infância, parques infantis; cursos de alfabetização, de ensino escolar, de ensino profissional; corais, bandas, grupos de teatro; desporto, recreio e competição, etc. Trata-se finalmente, e sobretudo, de que tal dinâmica tem função formativa, educativa para quem dela é partícipe: numa acção confiada e confiante, responsável e em cooperação solidária, liberta-se e treina-se a palavra, avaliam-se situações e problemas, imaginam-se soluções alternativas, tomam-se decisões, procede-se a avaliações e reajustamentos das práticas.

Com a colheita e a crítica de informações, o conhecimento de instituições, canais e estruturas que satisfaçam, ou impeçam, a concretização das aspirações e dos projectos, há uma tomada de consciência de direitos, um alargamento de horizontes mentais e culturais, um processo de enriquecimento que promove e emancipa, que educa em suma, as pessoas e os grupos. Um processo que traduz (traduziu...) uma vontade, uma esperança de melhorar a qualidade da vida.

Tal processo conduziu por vezes, ficou sugerido, à utilização, pelas populações, de recursos logísticos e humanos das escolas, que por sua vez se abriam à comunidade. O intercurso da escola e da comunidade não chegou todavia, por várias razões, a ser suficientemente extenso e aprofundado. A potenciação coerente das virtualidades perceptíveis nos dois campos — sistema de educação formal e dinâmica popular de base —, levaria ao seu encontro, à sua intersecção, a um movimento articulado e reciprocamente fecundo dos dois processos educativos. E, assim, ao confronto, naturalmente conflitual, entre cultura elaborada e cultura popular, o qual haveria de contribuir para a superação daquele dualismo cultural e social, daquele fosso que tanto desavantaja o aprendizado escolar das crianças dos meios deserdados e tanto empobrece a cultura nacional.

A fecundidade, e a originalidade, do processo de interpenetração dos dois campos educativos deixou provada a viabilidade de um caminho novo, cujo percurso ficou comprometido pelo refreamento dos impulsos iniciais da inovação pedagógica escolar e sobretudo da dinâmica popular de base, não inteiramente suprida, longe disso, pelo seu enquadramento na gestão autárquica dos interesses locais.

3. O refreamento dessa dinâmica popular — em parte por calculada regulação de um poder político que, no lance, se pretende legitimar com a «fadiga» das populações —, acentua a propensão para circunscrever ao sistema de ensino o exame e a avaliação das transformações verificadas na Educação durante os últimos dez anos. Sem me ficar por ele no balanço aludido no início da secção anterior, o ensino escolar, teve aí posição destacada. Ao fim de quatro anos sobre Abril de 74, julguei poder concluir por uma «listagem francamente positiva» das transformações observáveis no sistema. Para melhor compreensão desse juízo convirá sempre ter presente como pano de fundo, tópico por tópico, a situação *dominante* no sector antes daquela data, onde, naturalmente, nem tudo era retrógado e sombrio. Eis a «listagem», há seis anos atrás:

«a) *Alteração em todos os graus e ramos do ensino, dos conteúdos da aprendizagem:* desembaraçados dos valores típicos da ideologia fascista e colonialista, da ancilose de uma cultura esclerosada, renovam-se planos de estudo, conformados por valores de modernidade científica e cultural, de pluralismo ideológico, de inspiração democrática.

b) *Dignificação do estatuto pedagógico, social e cívico do professorado:* maior autonomia e elasticidade na definição dos conteúdos e na orientação do processo educativo; reajustamentos salariais, em especial no ensino primário; valorização do papel interventivo na instituição escolar e na comunidade social; e, facto decisivo, liberdade de organização sindical.

c) *Transformações das relações institucionais no aparelho de ensino, liberto, ou tendencialmente liberto, de formas repressivas de autoritarismo e mandarinato político, administrativo e pedagógico, bem como de algum pessoal docente, e outro, que as encarnava:* gestão democrática dos estabelecimentos de ensino; maior iniciativa pedagógica de escolas, professores e alunos; liberalização das relações educativas (professor/aluno; formação de professores, etc.), abrindo caminho a formas mais autónomas de aprendizagem; descompressão das modalidades de avaliação do aproveitamento escolar; prática instituída de diálogo entre as autoridades educativas, governamentais e outras, com instâncias diversas, mais ou menos representativas dos diferentes grupos de interesses e de pressão do foro escolar e para-escolar. Prática essa que a experiência mostrou, em meu juízo, ser apreciavelmente útil (pela colheita de informação, de sugestões, de crítica permanente) para o debate interno ao departamento governamental, preparatório das decisões políticas.

d) *Modificação dos objectivos propostos ao sistema de ensino nas suas relações com a sociedade global, intentando-se romper com o isolamento deliberado e a subordinação aos interesses das minorias sociais:* abertura das escolas, mesmo as do ensino primário, à realidade envolvente, à actualidade imediata, aos problemas concretos da vida social; compromisso das escolas, animadas por uma vontade de progresso, em tarefas de transformação daquela realidade, ainda que reconhecidamente modestas e localizadas, valendo sobretudo, para principiar, pela exemplaridade, desde certas intervenções dos meninos do preparatório e do unificado, e dos rapazes e raparigas do Serviço Cívico Estudantil até à prestação de serviços à comunidade pelo ensino superior.

e) *Cooperação do sistema de ensino na democratização da formação social, procurando alterar a sua função de reprodução e legitimação das desigualdades sociais e regionais:* medidas compensatórias de ordem pedagógica e social no ensino primário (curriculum por «fases», suplemento de alimentação, por exemplo); implantação da vida única no ensino secundário, comitantemente do preceito constitucional da superação da função conservadora do ensino na divisão social do trabalho; preparação das medidas, «constitucionais» também, de discriminação positiva a favor dos trabalhadores e de seus filhos, (cursos nocturnos do secundário com ingresso, conteúdos, métodos, meios e avaliação específicos, vias rápidas de acesso ao ensino superior, e outras facilidades); abordagem do analfabetismo segundo estratégias diferentes (Plano Nacional do IV e V Governos Provisórios; fomento e apoio a associações de cultura popular, como no VI Governo Provisório), mas traduzindo, por igual, uma vontade política de atacar o problema.»

Este balanço, não se pretendeu, como então se explicitou, iludidamente «objectivo», embora se esforçasse por sê-lo, e radicou numa opção bem clara: a de olhar Abril, neste e assim nos mais sectores da vida social portuguesa, como uma Promessa a cumprir, e não como uma Ameaça a esconjurar. Os do esconjuro faziam na altura uma avaliação corrosiva do panorama escolar, no contexto de uma campanha político-ideológica assaz conjuntural, optando, com susto sincero ou com mistificação hipócrita, pela pintura «apocalíptica». Diversa, mesmo oposta, foi a minha opção, não sem advertir que por isso, e pelo carácter sintético do balanço, teriam resultado esbatidas «as contradições, as sombras e os excessos, bem como a distância entre o ideal e o real, entre o desígnio e a concretização».

A advertência reclama por sua vez dois comentários. O primeiro é que não seria de esperar que, no começo, o rompimento com a repressão e a exploração da ditadura se fizesse na boa paz, nem que o sector educativo pudesse furtar-se à desorganização social mais ou menos generalizada que se reflectiu nas tensões ao nível do poder político, as quais, por sua vez, nela se projectaram. Isto sem esquecer as disfunções do sistema antes de 74, particularmente no ensino superior, mesmo independentemente das gravíssimas «crises académicas»: «... na Universidade Portuguesa de antes do 25 de Abril, já havia os dois aspectos, o repressivo e o permissivo. Já havia passagens administrativas, exames à balda, anos lectivos com quatro meses... «(A. Brotas, 1979).

O segundo comentário respeita à distância entre o que se visou no período mais criativo e inovador («A maior parte das reformas é desencadeada no decurso de 1975», A. M. Bettencourt e M. E. Brederode Santos, 1984) e o que foi alcançado ou se foi alcançado, bem como ao que, por «erro» ou por «utopia» se teria perdido pelo caminho... Ora, cumpre vincar que, em muitos casos, seria preciso dar tempo ao tempo, e apoiar convenientemente as transformações e inovações operadas ou programadas: não se faz a prova da inadequação ou do fracasso de certas medidas de política governamental, de certas iniciativas das escolas, de certas realizações populares, privando-as — por incúria, por desatenção ou por cálculo —, de meios administrativos, técnicos, financeiros, levantando-lhes outros obstáculos, pondo-lhes termo antes de a semente chegar a fruto. Inferir assim o «erro» ou a «utopia» de certas concepções e projectos é como retirar propositadamente a uma criança os cuidados de saúde indispensáveis ao seu normal crescimento e concluir depois, definhada e vulnerável, que não a esperava bom destino, nem o merecia melhor... O que equivale a sugerir, seis anos volvidos, que aquele balanço se me apresenta agora como uma listagem «positiva» das *potencialidades* — das «potencialidades» sublinho — do desenvolvimento da educação escolar em Portugal.

4. Potencialidades que se não actualizaram, ou não se actualizaram todas, ou inteiramente? Há evidentemente lugar para a dúvida, para a interrogação. Mas importa lembrar que elas se poderiam formular com relação a outros sectores da vida social e que, assim alargadas, constituem componentes daquele «desencanto popular» (não se pensa naturalmente nos nostálgicos da ditadura e dos seus tranquilos privilégios) que se reconhece afectar a confiança no presente e a esperança no futuro. Para esse desencanto, patente em diversas camadas e sectores da sociedade portuguesa, há razões que se prendem não apenas com carências de pedagogia cívica (avivar a memória dos mal lembrados, informar a gente mais moça, debater criticamente os problemas em causa), mas também com um facto indesmentível: a elevação do nível de aspiração e de exigência das populações, por efeito combinado da elevação mesma dos padrões da vida, das esperanças acordadas e das promessas feitas.

Num outro plano, de ordem conceitual — a ideia mesma de «democratização do ensino» —, se verifica, pelo enriquecimento da sua compreensão, uma elevação do nível de aspiração e de exigência, de resto em parte induzida pela própria expansão do ensino, elevação essa que por sua vez tende a projectar-se no sistema, largamente entendido: planificação do ensino, representações mentais dos agentes de educação, expectativas dos alunos, dos pais, das populações, das instâncias empresariais, formação da opinião pública em suas diversificadas correntes... Em verdade, nos últimos quinze anos, o conceito de democratização do ensino enriqueceu-se na sua compreensão. Evoquêmo-lo num breve relance, partindo como referência inicial, da posição publicamente assumida por responsáveis políticos do sector no período do Estado Novo de Salazar e do Estado Social de Caetano.

Pelo meio dos anos 60, Galvão Teles recusava explicitamente o termo, preferindo «generalização do ensino», em concomitância com o repúdio activo dos valores e do discurso das vigiadas oposições democráticas. No decénio anterior, o Ministro Leite Pinto tinha-se comprazido em reconhecer na educação «um fenómeno de massas», contrariando assim expressamente a doutrina e a prática de maltusianismo escolar dominantes ao nível do poder.

Mas a instrução e a educação não deveriam mais ser reservadas aos que são «oriundos de determinadas classes sociais», nem seria concebível que nas classes «menos cotadas» *apenas* se escolhessem *alguns* que parecessem merecer ascensão social: «a justiça social já hoje permite que *muitos* possam ascender» e a «educação e a selecção dos escois implicam, *naturalmente*, o alargamento a *todos* de uma educação de base». Trata-se claramente de um discurso meritocrático, que preconizava a colheita de talentos numa base alargada de recrutamento de «dirigentes de todos os escalões da hierarquia do trabalho» e do «escol-dirigente da Nação». «A educação e a instrução» são encaradas como factores de mobilidade social («a ascensão social pelos estudos», diz) numa civilização em célere mudança por efeito das revoluções técnica e científica, e, bem assim, como «base de qualquer plano de fomento sério»; «desenvolvimento económico e instrução andam a par», sendo que «todo o dinheiro gasto na educação é (...) um investimento economicamente rentável.» O economicismo deste vector do

discurso é complementado, e temperado, por outro em que a modernização da pedagogia escolar — centrada na aprendizagem do «método de criticar e de experimentar a partir de uma hipótese de trabalho científico» —, se subsume num «humanismo renovado», em «um primado espiritual em toda a acção humana» que «o ressaibo materialista das ciências e das técnicas não pode alterar» (Leite Pinto, 1957). O termo «democratização do ensino» só virá a usá-lo e apenas uma vez, salvo erro, quando já não era ministro... (Leite Pinto, 1963).

Haverá que aguardar pelo fim de 60/início de 70 para o ver consagrado no vocabulário político oficial. Ao contrário do que correntemente se julga, não se deve ao último ministro da Educação de Caetano tal consagração do termo, que fora durante decénios, emblema, programa e reivindicação das oposições democráticas. Foi após as eleições legislativas de 1969, em que pudera, com o afrouxamento breve da censura, conhecer uma expressão mais viva e um eco mais amplo que o termo «democratização do ensino» emergiu no discurso oficial: na mensagem lida por Tomás, mas realmente redigida por Caetano, aos deputados acabados de investir na função. O termo era «recuperado».

Veiga Simão já o utiliza, como reitor da Universidade de Lourenço Marques, na alocução de abertura do ano lectivo de 1969-70. O posto ministerial dá-lhe ocasião a retomá-lo insistentemente, em infatigáveis intervenções, relacionadas em boa parte com os projectos de reforma do ensino, para os quais solicita a participação da opinião pública, intervenções profusamente veiculadas e amplificadas pelos *media* e compendiadas em livros e brochuras editados pelo Ministério da Educação Nacional. O termo é aí objecto de inúmeras variações definitórias, redutíveis no essencial a estes elementos: acesso de todos aos bens da cultura e da educação, em igualdade de oportunidades, independentemente das condições sociais e económicas de cada um, em função exclusiva dos seus méritos. E, vindo do decénio de 60, o discurso liberal meritocrático corrente do capitalismo «esclarecido», confiado nos efeitos democráticos da expansão do ensino, adjuvada por medidas compensatórias de acção social escolar. Discurso com acentos peculiares ao caso português, como a consciência de que a obra é «para gerações», dados os lusitanos atrasos, bem como toques emotivos um tanto populistas que resultam sugestivos de cor local, como o daquelas crianças, filhas de «gente humilde e trabalhadora» que «por caminhos longos e inóspitos se dirigem, sacola às costas, para a sua escola» (Veiga Simão, 1971).

Como em Leite Pinto, também a educação escolar é encarada como um processo favorável à adaptação de uma sociedade moderna, marcada pelas revoluções científica e tecnológica, sendo a expansão do ensino superior colocada ao lado de empreendimentos como o complexo portuário e industrial de Sines, a construção de auto-estradas, a Barragem de Cabora Bassa (1972). A educação deve, na verdade ser posta ao serviço do desenvolvimento económico e do progresso de que a nação se mostraria «sedenta» e, para «não perdermos o comboio da Europa, temos de saber correr com mais presteza» (1971). Mas este vector é complementado, e temperado, por outro: a afirmação de «os princípios humanísticos e a vocação comunitária do Estado Social», visto que «o sistema escolar não se deve subordinar directamente às exigências do desenvolvimento económico, pois é o próprio homem que está em causa no princípio e no fim do sistema» (*Projecto do Sistema Escolar, 1971*).

Assentemos pois que a democratização do ensino é aí identificada como o processo em que a escola está «aberta de modo que nela ingressem, em igualdade de condições, o filho do pobre e o filho do rico», escola «a determinar, naturalmente, que os melhores ocupem os melhores lugares nos seus lugares próprios». De qualquer maneira, a expressão correspondente, *leit motiv* do discurso do Poder no início do decénio, já não cabe, esfriada a «Primavera política», na proposta de lei governamental de reforma do Sistema Educativo e muito menos na lei correspondente, que veio a votar-se na Assembleia Nacional, em Abril de 1973. De resto, a concretização daquela acepção de democratização de ensino sem «amplas reformas sociais» não passaria de «utopia ou pregão demagógico», observa ironicamente um deputado, adverso à ala liberal que apoiava o ministro. E depois de observar com informada argúcia que a referida acepção é a única com «chancela oficial», o deputado adianta outras duas, abonando-as aliás com alusões, distanciadas, a textos de movimentos estudantis: a que significa «gestão democrática» da escola, a que significa «conteúdo democrático» do ensino.

Ora, este mais alargado diferenciamento do conceito ainda parece insuficiente, se atentarmos nos desenvolvimentos experimentados pelas ideias e pelas práticas educacionais no Portugal democrático. Aceite-se, sem aprofundamento nem discussão, que o conceito de democratização do ensino pode entender-se em acepções que respeitam:

(1) ao direito à educação (acesso ao sistema de ensino, sucesso nele), e, portanto, à composição social do contigente escolar (representação proporcional de classes e camadas sociais, de sexos, de regiões);
(2) aos conteúdos e valores do ensino/aprendizagem, explícitos e implícitos, predominantes no sistema (currículo manifesto, currículo oculto, meios de ensino, práticas pedagógicas, etc.);
(3) ao governo e funcionamento das escolas (órgãos e formas de gestão, relações intra-institucionais, entre pessoas e entre grupos) e às relações delas com as autoridades político-administrativas da educação (centrais, regionais, locais). Cumpre, porém, distinguir ainda acepções que respeitam:
(4) à participação das forças e interesses sociais e culturais organizados, bem como dos grupos mais directamente implicados (professores, alunos, pais) na definição e aplicação das políticas educativas;
(5) às relações de articulação do sistema educativo com os objectivos políticos apontados ao desenvolvimento económico, tecnológico, social, cultural.

Trata-se, como é fácil de ver, de uma indicação sumária de domínios e de parâmetros, faltando ainda os critérios de democraticidade.

A análise, embora elementar, do conceito parece evidenciar a densidade e a riqueza da experiência colectiva acumulada nestes breves anos de ensaio e renovação educativa e social. Na verdade, resulta revelador que no campo do regime antedemocrático, e, num caso, já por mediação indirecta de quem o constestava, o conceito de democratização do ensino — antes de o respectivo termo desaparecer no trânsito dos projectos de reformas à Lei de Bases... —, pudesse circunscrever-se ao perímetro das escolas: quem as povoava, o que nelas se ensinava, quem as geria. Como se se desconhecesse ou negasse a interpenetração, o entrelace da escola com a comunidade imediata, com a sociedade global e a sua vectorização política, interpenetração e entrelace de resto compreendidos, embora menos transparentes, nas três primeiras acepções. O conceito proposto, mais diferenciado e extenso, parece mais ajustada à vitalidade social e política do Portugal democrático; e o enriquecimento da sua compreensão, nos últimos quinze anos, comprova, a meu ver, a elevação do nível de aspiração e de exigência no domínio em causa. Dito de outro modo: uma avaliação rigorosa do processo da eventual democratização do sistema educativo obrigaria a pesquisas mais extensas e mais complexas que no passado. E, acaso, a mais severos critérios de apreciação da democraticidade possível das transformações verificadas nestes últimos dez anos...

5. Na análise do trânsito da ditadura à democracia e do curso do processo democrático, as pesquisas haveriam de confrontar-se, na educação como no mais, com a questão dos pontos de ruptura e dos fios de continuidade. Tais pesquisas estão fora do alcance deste texto, que se limitará a reformular a questão sob esta forma circunscrita: das mudanças havidas no sistema educativo ao longo destes dez anos, o que fica, ou estará destinado a ficar? Suponho ficará: (a) o que procedendo da periferia e da base foi de algum modo imposto ao centro e ao topo do sistema; (b) o que de impulsão central se ajustou a transformações sociais objectivas no campo de aplicação. Num e noutro caso, ficará algo que estava em processo de gestação sob a ditadura. Darei dois exemplos ilustrativos: a denominada gestão democrática dos estabelecimentos de ensino, o ensino secundário unificado.

5.1. A «participação» dos alunos na gestão escolar era, como se sabe, uma reivindicação do movimento estudantil nas universidades e, mais geralmente, no ensino superior. As autoridades académicas, os catedráticos, o Governo, consentiriam na partilha do poder com os estudantes se estes aceitassem confinar-se a funções consultivas no campo estritamente pedagógico. Mas a radicalização política dos estudantes ou, se se preferir, dos dirigentes e activistas das suas associações representativas, punha em causa não apenas as estruturas, os objectivos, os métodos e os meios do ensino, mas também e, sobretudo, o regime político, senão mesmo o sistema, bem como a guerra colonial.

Simão afirmara, é certo: «A gestão universitária devidamente estruturada é pertença da própria comunidade. (...) Afastemo-nos de demagogias anárquicas, mas permitamos que os interesses naturais, os legítimos anseios e as críticas justas se manifestem no seio da Universidade, e sejam examinados à luz de uma razão sólida e construtiva». Mas afirmara-o como reitor em Moçambique: o programa parecia mais fácil de concretizar nas relativamente pacíficas e nóveis universidades coloniais, de contigente escolar pouco numeroso e socialmente homogéneo (incluindo uma minoria negra «assimilada»), do que nas politizadas e empedernidas universidades metropolitanas, com uma população excedente e socialmente heterogénea, onde os estudantes enfrentavam, no presente, a resistência do mandarinato docente à mudança e, no futuro próximo a morte possível numa guerra para a qual não viam nem saída nem sentido. Assim, como ministro, o antigo reitor veio a propor, nos projectos de reforma e na lei, esquemas decepcionantes de «participação» estudantil na gestão escolar.

Nos começos de 60, como reitor da Universidade de Lisboa, Caetano criara, «na ideia de dar participação aos estudantes no governo universitário, um conselho académico formado pelos presidentes das associações de estudantes das faculdades onde estas existissem, ou por delegados eleitos nas outras. Esse conselho (...) funcionou bastante bem no primeiro e no segundo ano da sua existência» (Caetano, 1974). A politização crescente do movimento estudantil em Lisboa tornou inviável a fórmula. Assim, como Presidente do Conselho, o antigo reitor, poria, dez anos depois, a seguinte condição ao Ministro da Educação: «enquanto existisse agitação académica não se admitiriam representantes de estudantes nos órgãos do Governo escolar. (...) O princípio da representação estudantil podia ser admitido mas para ser aplicado quando houvesse condições normais que o permitissem». Tais condições não chegam a verificar-se, como sabido, dilacerado o caetanismo nas contradições — simplificando: como renovar na continuidade —, que o levaram da abertura ao endurecimento, ao estertor, ao colapso.

Com o 25 de Abril, na sociedade global, e portanto nas escolas, verifica-se uma libertação explosiva, e por muitos aspectos criadora, das tensões e dos problemas acumulados. Não surpreende, por isso, que em muitas delas tenha emergido, por vezes convulsivamente, até à anomia da vida escolar, a busca de um novo ordenamento estrutural e normativo, designadamente quanto ao governo e administração dos estabelecimentos de ensino; sucedeu então que os esquemas inicialmente implantados de «gestão democrática» das escolas, nos seus diferentes níveis, assumiram formas surpreendentemente avançadas, por imposição da periferia e da base do sistema. Na verdade, o Ministério — equipas governativas, serviços centrais —, tinha de enfrentar desafios contraditórios: por

um lado, acudir a situações de perturbação, atender ao caudal de reivindicações, por outro, definir e fazer aplicar, por si ou conjuntamente com as escolas, uma política democrática de ensino. E, ainda, corresponder a solicitações e exigências, contraditórias também, de procedência vária, interior e exterior às escolas: intervir nelas com «energia» e «firmeza»; ou apenas como função de regulação, apoio e consagração de iniciativas periféricas, como sucedeu no caso em exame.

Assim se corporizavam institucionalmente aspirações e exigências de alunos do ensino superior e dos anos finais dos ensinos secundários, bem como de assistentes universitários e de professores do preparatório e do secundário, sobretudo dos mais novos, temperados anteriormente nas lutas académicas e nas dos chamados «Grupos de Estudo», que deram origem às estruturas sindicais provisórias de docentes, constituídas logo em Maio de 74. Hoje, se tais estruturas se consolidaram alcançando dimensão confederal, a «gestão democrática das escolas» viu-se consagrada na Primeira Revisão Constitucional (1982): «Os professores e alunos têm o direito de participar na gestão democrática das escolas, nos termos da lei» (Art.º 77.º, 1).

Tal consagração constitui afinal uma ruptura, pois que, em concomitância com a prática instituída, se abriga na sede mais nobre e elevada aquele «princípio de representação estudantil» a que a Ditadura negava, em concomitância com a repressão da sua prática, sequer o estatuto de lei corrente. Mas esta lei e aquela consagração, hoje, situam-se, afinal também, na continuidade de um processo em gestação anterior.

5.2. Ruptura e continuidade também, cuido eu, na criação do ensino secundário unificado, medida esta de decisão e impulsão central. Uma ruptura, desde logo, por visar romper com a dualidade ensino liceal-ensino técnico que, no contexto político-social envolvente, exprime, ao mesmo tempo que reforça, a dualidade trabalho intelectual-trabalho manual e, com ela, a dualidade dominante-denominado, e correlativa predestinação escolar de funções políticas e profissionais diferenciadas. Uma continuidade, porque essa criação de uma via única no ensino secundário se situa num movimento tendencial europeu de constituição de um «tronco comum» de estudos logo após o ensino primário, movimento que se traduz em Portugal na forma de medidas frustes e retardadas pelos anos 60 e tentando mais decididamente recuperar atrasos, a partir do início de 70.

A implantação que se foi generalizando em países escolarmente avançados, a Leste e a Oeste da Europa, de «troncos comuns» de ensino no primeiro troço de estudos secundários gerais, frequentados por alunos na faixa etária 10-11 a 14-15, encontra-se recomendada em textos de organismos da UNESCO, da OCDE, do Conselho da Europa, do B. I. E. Pretendia-se:

(1) substituir os modelos paralelos (estruturas verticais diferenciadas) por modelos globais de integração (estruturas horizontais uniformizadas, ou polivalentes);
(2) tentar que a orientação escolar, convenientemente apoiada, prevalecesse sobre a prática da selecção escolar.

A conjugação dos dois objectivos visaria servir uma estratégia de igualização individual de oportunidades educativas, desígnio por certo quimérico em contextos sociais de forte e hierarquizada estratificação, mas que não deixou de trazer modificações formais positivas às estruturas do ensino. Noutro lugar, tive ocasião de passar em revista as linhas gerais das reformas do ensino secundário ocorridas em alguns países da Europa ocidental; mas sem demora no exame das hesitações, tentames, contradições e ilusões pedagogísticas que marcaram, frequentemente, tais reformas, nos quinze/vinte anos, aproximadamente, que vão até aos primeiros de 70. Tais reformas são expressivas de uma crescente procura de educação geral, articulada ao desenvolvimento industrial e urbano, à expansão do sector terciário da economia e ao crescimento relativo da «classe média».

Portugal não escapou, embora com atraso, a tendências similares de reforma, acaso induzidas mais pelas transformações sociais e culturais — polarizadas na crescente procura de educação escolar —, que se verificava entre nós do que pela transferência de paradigmas político-educacionais alheios. Precisando melhor: a mais aberta receptividade a tais paradigmas tem radicação interna nas transformações aludidas, de resto análogas, por muitos aspectos, às que desde o termo da Segunda Guerra Mundial vinham mudando a face da Europa ocidental, na qual aliás Portugal se ia integrando de facto (emigração, relações comerciais intensificadas, turismo, participação em organismos internacionais, etc.). Estas condições gerais eram naturalmente propícias à circulação de ideias, informações, propostas e recomendações «europeias», bem como ao conhecimento das reformas educacionais correspondentes.

6. Pelo meio de 1964, a escolaridade obrigatória, sob o ministro Galvão Teles, é prolongada de quatro para seis classes (D-L. 45 810, de 9 de Julho), a vigorar para as crianças que iniciassem o ensino primário no ano lectivo seguinte: «uma escolaridade reduzida a quatro classes (...) já é pouco para os tempos que correm», reconhece, não sem admitir que aquela medida era objecto de aspiração manifestada com insistência «tanto nos sectores oficiais como particulares» (Galvão Teles, 1968). Esse prolongamento não se estrutura num «tronco comum», fórmula que dez anos Leite Pinto tentara, sem resultado, ao visar a unificação do 1.º ciclo dos liceus com o do ciclo preparatório das escolas técnicas, ambos com a duração de dois anos. Retomando um projecto de 1938, a agora alongada obrigação escolar poderia cumprir-se também numa via paralela àqueles dois ciclos: o ciclo complementar (5.ª e 6.ª classes) do ensino primário, com a finalidade essencial, não a de ser uma antecâmara

de estudos mais longos, dificultados pela ausência de línguas estrangeiras, mas a de «predispor os alunos, desde logo, para exercerem actividades úteis». Todavia a procura de educação escolar pós-primária orienta-se sobretudo para os ciclos iniciais dos ensinos técnico e liceal, que vêm, por fim, a ser fundidos em um só (1967), com a criação do denominado «ciclo preparatório do ensino secundário» (D-L. 47 480, de 2 de Janeiro). Justificação explícita da medida: diferir de dois anos as opções na escola de estudos sequenciais; anular a «acentuada diferença de método e de espírito» entre as duas vias, o que dificultava a reorientação escolar. A «horizontalização» das estruturas escolares aparece pois, sem argumento democratizante, como instrumento de «racionalização» das opções escolares e profissionais. De resto, a «verticalização» em três vias permanece: a 5.ª e a 6.ª classes do ensino primário complementar, que o ministro decide manter após «madura reflexão»; o novo ensino preparatório; e a telescola, ou ensino preparatório indirecto. A utilização de meios audiovisuais na educação, especialmente no ensino escolar é objecto de extensas comunicações (através da rádio e da televisão...) em que se combinam o deslumbramento perante a potência e a novidade dos meios («um prodígio, como que um milagre de técnia e da civilização»), as minúcias didácticas, e a identificação enfática da educação com uma «luta», um «bom combate», um «generoso prélio», a «demanda de um novo Graal», em que todos devem participar, poderosos e humildes, fortes e fracos, sábios e ignorantes, ricos e pobres... As metáforas marciais constituem uma antecipação à «batalha da educação» de Caetano/Simão, mas a fórmula normativa de Galvão Teles articulada às suas expressões — «Deverá ajudar quem puder e dispor-se a ajudar quem precisar» —, lembra inevitavelmente o *slogan* «Os que podem aos que precisam», que tão indiscretamente patenteava a concepção salazarista de «justiça social». De resto, para este ministro de Salazar, se a «corrida à escola» é, em si mesma, «um fenómeno e um desígnio altamente louváveis», teria «de ser acompanhada e vigiada com as necessárias cautelas, para evitar, quanto possível» (...) «o risco de estrangulamento ou abafamento do escol intelectual»... Este elitismo defensivo é coerente com o desígnio de um sistema educativo «modernizado em função das exigências do presente e das tendências do porvir», mas «fiel às grandes constantes do Cristianismo e da Lusitanidade» (1968). Modernizar o sistema sacrificando menos nestes altares será o projecto político «liberal» do ministro de Marcelo Caetano.

Vejamos, fixando o ponto que agora nos interessa. O objectivo de enquadrar um maior alongamento da escolaridade obrigatória e a estrutura dos seus estudos sequenciais numa perspectiva de unificação, vem a traduzir-se em medidas e projectos que podem sumariar-se como segue: extensão da escolaridade obrigatória a oito anos, quatro de ensino primário, quatro de um «tronco comum» de ensino preparatório, objectivo que veio a ter consagração formal na Lei de Bases de 1973, que não consagrava porém a sua gratuitidade; criação, desde 1973-74, de algumas escolas secundárias polivalentes, cada uma das quais deveria, em princípio, comportar cursos liceais, cursos comerciais e cursos industriais, de maneira a facilitar a reorientação «horizontal» dos alunos no mesmo estabelecimento de ensino, medida que teve alcance limitado; criação do ensino liceal nocturno, a partir de 1972-73, vocacionado para a frequência do trabalhador-estudante, como o seu congénere do ensino técnico; reconversão do ensino técnico-profissional, geral e complementar, desde 1971-72, no propósito de igualizar, ou pelo menos aproximar, o estatuto pedagógico e social das duas vias paralelas do ensinoi secundário. Projectos e medidas orientados para reforçar, mediante uma educação básica mais longa na duração e mais alargada pela frequência, a capacidade de adaptação dos Portugueses às exigências do mundo moderno; e para «democratizar o ensino», designadamente diluindo, sem a extinguir, a diferenciação ensino liceal/ensino técnico.

Antes mesmo da promulgação daquela Lei, regista-se o lançamento do que se denominou correntemente por «3.º e 4.º ano experimentais do ciclo preparatório», que, pospostos ao 1.º e ao 2.º deste ciclo, constituiriam com eles o segundo troço da escolaridade básica de oito, o «tronco comum» mencionado na resenha do elenco de projectos e medidas do parágrafo precedente.

Aquele lançamento revelou-se na altura, e revela-se na perspectiva do tempo decorrido, interessante por mais de um aspecto. Em primeiro lugar, estatui-se o germe de uma estrutura unificada de estudos similar do 1.º ciclo do ensino secundário geral que na Europa ocidental tendia a abranger o grupo étário 10-11 a 13-14 anos. Em segundo lugar, a estratégia adoptada para a concepção, planificação e aplicação daquela estrutura de estudos também se aparenta com a utilizada em casos congéneres noutros países: a inovação foi colocada sob a directa dependência do ministro, cujo Gabinete procedeu à escolha do grupo de especialistas, na sua maioria professores em exercício, a quem foi entregue a tarefa, contornando-se assim as direcções-gerais do ensino implicadas. As quais eram todavia informadas do andamento dos trabalhos e solicitadas a formular pareceres e críticas, cabendo-lhes ainda importantes funções executivas na concretização da «experiência», iniciada com o 3.º ano «experimental», em 19 escolas (três turmas em cada) em 72-73; e prosseguida em 73-74: 4.º ano, 19 escolas; 3.º ano, 38 escolas. Finalmente, a «experiência» revelou-se inovadora do ponto de vista dos objectivos explícitos, do currículo, dos programas, dos meios de ensino, da pedagogia recomendada.

Ao grupo de especialistas — composto por critérios de competência científica e pedagógica e não pelos de ortodoxia política —, coube elaborar uma proposta de objectivos e planos curriculares e definir, para cada disciplina, os objectivos, os conteúdos, as indicações didácticas, os meios e os instrumentos da aprendizagem, bem como planificar acções de apoio: colóquios, bibliografias, textos e fichas para os alunos e para os professores, etc.

Da «experiência» não foi feita avaliação rigorosa, mas certas observações empíricas — designadamente as comunicadas em um seminário da OCDE/CERI sobre a «Gestão da inovação na educação» —, permitam registar

inovações significativas nos programas e nos métodos, nas atitudes e comportamentos dos professores e dos alunos. Nestes foi realçada a capacidade de intervenção crítica em relação à escola e à sociedade, o recuo do espírito de competição em favor do de cooperação, a prática de actividades de pesquisa (observação de campo, análise documental e bibliográfica). A contradição aparente entre, por um lado, os objectivos e os resultados, e, por outro, o contexto político do Portugl de então, interessou muito, naquele seminário, os peritos estrangeiros ali reunidos, os quais manifestaram apreensões quanto à sorte da «experiência». E com razão: fora do Ministério, desenvolveu-se uma campanha — em certa imprensa, na Assembleia Nacional —, mais vigorosa que extensa, mas influente, contra a inovação; dentro do Ministério, sobretudo a partir de 73-74, levantam-se obstáculos de vária ordem: desvio dos critérios para o traçado da rede escolar a envolver, alteração de rubricas de programas, censura de textos de apoio, etc. O fenómeno afigura-se correlativo do endurecimento progressivo do regime no seu ocaso.

São significativos os argumentos avançados por guardiões da continuidade, da área do integrismo católico e do situacionismo «ultra». Limitemo-nos a registar que tiveram principalmente por alvo a relação de autores portugueses recomendados na disciplina de Português e, acima de tudo, uma disciplina nova, Introdução às Ciências Humanas, alegadamente corrosiva do espírito patriótico e, anátema supremo, de inspiração «marxista»... Para a mais estremada ortodoxia do regime era inquietante que a história de Portugal aparecesse integrada com outros elementos das ciências sociais naquela área curricular e que o patriotismo que naturalmente inspirava os programas se abrisse ao mundo contemporâneo e à compreensão internacional, rompendo com o espírito passadista e europocentrista dominante na versão didáctica da ciência histórica. O que estava potencialmente em conflito, até por omissão, com a retórica oficial tradicionalista e «ultramarina» (integração «pluricontinental» e «multirracial» do «espaço português»). Não surpreende por isso que a Assembleia Nacional, na Lei de Bases da Educação, tivesse substituído aquela disciplina por «Noções sobre a vida social e a estrutura política da Nação», as quais pareciam prenunciar uma espécie de iniciação à doutrinação corporativa desenvolvida pela disciplina de Organização Política e Administrativa da Nação dos cursos complementares dos ensinos secundários...

No entanto, as Ciências Humanas, já com algumas «correcções», prosseguiram até ao 25 de Abril, e mesmo depois, reformuladas no nome (Ciências Sociais) e no conteúdo, e integradas em novo contexto curricular, o do Ensino Secundário Unificado. Conforme disse algures: «Pode dizer-se que aquela inovadora disciplina, e algumas outras, constituem como que uma antecipação ao 25 de Abril. São um fio de continuidade na ruptura que separa a ditadura da democracia. Uma análise do conteúdo, dos objectivos e programas dessas disciplinas, e de alguns textos de apoio revelaria essa continuidade: não é apenas a analogia no sopro da inspiração, é também a identidade, palavra a palavra, de muitas das proposições verbais...».

Não antecipemos, porém. A tendência para a unificação dos ensinos secundários teve curiosa expressão aquando da discussão pública dos textos apresentados para o efeito pelo Ministério da Educação, no início de 1971, textos que continham os princípios de orientação e as linhas gerais de uma reforma global do sistema educativo. À escolaridade obrigatória de oito anos (ensino básico), seguir-se-iam quatro de ensino secundário (dois anos de um curso geral, dois de um curso complementar). Na proposta governamental, os respectivos estabelecimentos de ensino teriam um estatuto uniforme, sendo genericamente denominados por liceus: o liceu clássico, o liceu técnico, o liceu artístico, com estudos diversificados, respectivamente, quanto ao grau de incidência conferido ao ensino de disciplinas no domínio das letras e ciências puras, das ciências aplicadas e respectivas tecnologias, da estética e artes aplicadas. Pelo menos numa primeira fase; numa segunda, quando os recursos o permitissem, os liceus teriam carácter polivalente, isto é: as diferentes modalidades diversificadas de ensino seriam, em princípio, ministradas no mesmo estabelecimento. Num caso como noutro deveria garantir-se sempre «uma conveniente formação humanística».

Diga-se desde já que no período de discussão pública das propostas exprimiram-se fortemente correntes de opinião no sentido de se passar de imediato a um só tipo, polivalente, de estabelecimento de ensino: além de outros argumentos, denuncia-se o carácter privilegiado do liceu clássico, pois só ele daria acesso directo a todos os cursos universitários. De harmonia com comentários críticos de mais vincado sentido democratizante a própria expressão «liceus polivalentes» virá a ser substituída pela de «escolas secundárias polivalentes», consagrada na Lei de Bases de 1973, valendo tanto para o «curso geral» como para o «curso complementar», ambos de dois anos. Era a consagração formal do fim da distinção entre ensino liceal e ensino técnico? Ainda não, mas, a prazo, assim parecia. O responsável político do sector que fez submeter à Assembleia Nacional a proposta governamental de reforma do ensino, ali transmudada em Lei no mês de Abril de 1973, diria publicamente, em 1978, referindo-se, rectrospectivamente, à dualidade então existente: «O curso secundário era uma imagem da estratificação da sociedade portuguesa: uma escola técnica para os filhos dos operários, um ensino liceal para uma falsa aristocracia a cultivar um ensino pretensamente humanista»...

7. Quase dez anos depois da criação do Ensino Secundário Unificado (ESU) — de concepção, elaboração e impulsão central —, parece poder concluir-se do exposto até agora: que se não tratou de uma decisão aberrante com relação a tendências do desenvolvimento educativo europeu; que se inscreve numa linha de sucessivas medidas de política, de análoga orientação, assaz tímidas e retardadas pelos anos 60, mais abertas e expeditas, a partir do início de 70. É esse o fio de continuidade. Tal decisão muito menos foi aberrante no novo contexto

político democrático, sendo que as dimensões novas de modelo pedagógico adoptado são concomitantes do processo democrático na sua fase «revolucionária». E é aí que se encontra o ponto de ruptura.

Antes de passar à prova, cumpre evocar rapidamente as finalidades, a organização curricular e os valores que conformaram o ESU na sua versão inicial, tendo presente que eles não comprometiam desde logo uma moldura estrutural precisa, embora consentissem aquela em que o ESU se veio a fixar: três anos de um curso geral (7.º, 8.º e 9.º de escolaridade), dois de um curso complementar (10.º e 11.º).

Na nova conformação estrutural dos estudos secundários, podem colher-se duas finalidades imediatamente transparentes: (1) o momento da orientação escolar e profissional é diferido dos doze para os quinze anos de idade (maior maturidade dos alunos, mais tardia incidência dos factores financeiros e culturais de ordem familiar na «opção» feita); (2) a ruptura com a dualidade ensino liceal-ensino técnico tende «a modificar o ensino de modo a superar a sua função conservadora da divisão social do trabalho», para usar a expressão da letra constitucional. Outra finalidade (3): romper com a dualidade escola-comunidade, educação formal-educação não formal, pela deliberada abertura da instituição escolar ao meio social e cultural envolvente.

Em termos gerais e sucintos, pode dizer-se que os objectivos prosseguidos são: fomentar nos alunos um equipamento mental e cultural de base mobilizável nos estudos escolares sequentes, na formação profissional à beira do emprego, na utilização do tempo livre; ajudá-los a escolher o rumo profissional ou escolar; capacitá-los para se servirem de maneira adequada da informação fornecida, procurada ou elaborada, sejam quais forem as suas fontes, as suas formas ou as suas utilizações; arreigar atitudes e métodos de problematização crítica do real, de pesquisa científica, de consciencialização da unidade dialéctica da teoria e da prática, do pensamento e da acção; favorecer a maturidade sócio-afectiva dos alunos, a sua capacidade de comunicação, de intervenção consciente e responsável na comunidade escolar e local, numa perspectiva de transformação orientada para o socialismo. Sim, para o socialismo. A quem a palavra sobressalte, ou cause estranheza, lembre-se que *todos* os partidos com assento parlamentar a inscreviam então nos seus programas.

Na organização curricular inicial (7.º ano de escolaridade, 1.º do ESU) são de salientar os seguintes aspectos: (1) a organização integrativa das ciências respeitantes ao mundo natural (Ciências da Natureza) e ao mundo social (Ciências Sociais); (2) a existência de uma só língua estrangeira; (3) os Trabalhos Oficinais, 4 horas por semana; (4) as actividades de Educação Cívica Politécnica. Não podemos atardar-nos numa explicitação minuciada de motivos. Limitamo-nos a sugerir haver fundamentos psicopedagógicos para conceber os conteúdos da aprendizagem, no escalão etário dos 13 aos 15, como áreas de respostas globais, interdisciplinares, a problemas concretos, vital e socialmente significativos (1); a reconhecer que a aprendizagem de uma só língua estrangeira já constitui uma dificuldade severa para crianças dos meios populares, quanto mais duas! (2); a importância da aquisição de conhecimentos tecnológicos básicos que, sem curso profissionalizante, despertasse o respeito do valor do trabalho (3); a existência de uma área de actividade que, ocupando uma manhã ou uma tarde, fosse um campo muito especialmente aberto à livre iniciativa criadora das escolas, por si, ou em articulação com a comunidade imediata (4).

Cabe referir que o apelo e o incentivo à livre iniciativa e responsabilidade, à autonomia mental e moral de alunos e professores se encontra igualmente em indicações oficialmente expressas para outros níveis de ensino. Como o evidenciaria uma análise despreconceituosa, documentalmente alicerçada, dos objectivos, planos, conteúdos, directrizes e meios de ensino propostos (textos de apoio e bibliografias recomendados, inclusive) então elaborados, e postos à disposição das escolas, incitadas aliás a produzir, ou a fazer produzir pelos alunos, materiais de ensino, e a assumirem atitudes e actividades de problematização crítica e livre inquirição. Tais orientações, e as práticas correspondentes, tinham no Unificado em geral, e na Educação Cívica Politécnica, como também na disciplina de Ciências Sociais, um campo especialmente favorável de aplicação.

Nesta última, o programa encontrava-se organizado em uma estrutura flexível de temas, que deixava a cada turma a decisão de escolher três de uma relação de onze propostos, devendo todavia ficar assegurado o tratamento de cada tema de maneira a equilibrarem-se os aspectos geográficos, económicos e socio-culturais, e a ser a realidade portuguesa tomada necessariamente como referência, a enquadrar, também necessariamente, em áreas civilizacionais diversas e mesmo contrastantes. Nunca antes, nem depois, foi deixada ao grupo professor/alunos, em cada turma, tão grande liberdade de manobra na definição dos conteúdos do ensino/aprendizagem! A não ser na área de Educação Cívica Politécnica (ECP).

Aqui, nenhum programa prévio, sequer um programa mínimo nacional: apenas a fixação de objectivos e, quando muito, e a título de mera sugestão, um rol de actividades possíveis. O que então se pretende é a criação do programa a partir da escola/comunidade, na forma de tarefas de feição interdisciplinar (envolvendo sempre mais de um professor de cada turma, todos por vezes); o que então se pretende é um campo favorável à regionalização do ensino, ao conhecimento e intervenção na realidade social e cultural próxima, ao contacto activo com as tarefas produtivas, à articulação concreta do estudo e do trabalho, à mobilização construtiva dos interesses e das energias juvenis. Esta mobilização numa prática social generosa e aberta constituía a dimensão *cívica* da ECP; a sua dimensão *politécnica* procedia do escopo de articular o estudo escolar e o trabalho social, de contribuir para a superação da antinomia entre um *saber* alienado do seu investimento prático (dominante nos cursos liceais) e de um *fazer* alienado do seu suporte teórico (dominante nos cursos técnicos).

Intervenção do Ten. Cor. Vítor Alves

Muito embora tenhamos começado a pensar na realização deste seminário em 1983, há que confessar não ter sido, pelas mais diversas razões, fácil, chegarmos à sua concretização.

O Presidente da Direcção da Associação 25 de Abril teve já ocasião de, em nome de todos, vos agradecer os vários apoios recebidos, mas permitam-me que na qualidade de coordenador do seminário, não só reitere esses agradecimentos, mas que destaque os que são devidos aos coordenadores dos vários Temas, senhores Drs. Augusto Mateus, Medeiros Ferreira e Luís Moita, Comandantes Crujeira e Mário Aguiar e Major Sousa e Castro, e ao secretariado deste Seminário, General Rangel de Lima, Ten. Cor. Sacramento Marques, Ten. Cor. Menino Vargas, Ten. Cor Vargas Cardoso e senhor Jorge Andrew. E que tenha uma palavra especial de agradecimento, também, para todos os que se prontificaram a vir discutir as suas ideias sobre o 25 de Abril, 10 anos depois.

Dentro do espírito estatutário da Associação 25 de Abril, endereçámos cerca de 400 convites a outras tantas personalidades e instituições para que com a maior abertura e sem qualquer preconceito aqui viessem reflectir sobre o uso que fizemos destes dez anos de liberdade, e sobre o nosso destino comum.

Na óptica deste seminário, o momento que vivemos não é mais do que um elo entre o passado próximo e o futuro que necessariamente construiremos. Estamos assim mais preocupados com uma análise tão científica quanto possível dos fenómenos mais marcantes de um processo que envolveu toda a sociedade, e sua projecção no terreno ainda não arado do futuro, do que na mera discussão conjuntural.

Talvez que alguns dos convidados não tivessem confundido os verdadeiros objectivos que nos propunhamos, ou talvez que não tenhamos sido suficientemente explícitos na clarificação desses mesmos objectivos.

Muitos porém entenderam-nos. E compreenderam que tenha sido a Associação 25 de Abril a lançar ombros a esta empresa. Se ao longo dos anos, e com incidência especial neste ano do X aniversário do 25 de Abril, militares e civis são constantemente convidados para os mais diversos «foruns» internacionais para reflectir sobre uma realidade que é a nossa, por que não fazê-lo na nossa própria casa?

Entendemo-lo como um dever, por isso aqui estamos. Que a semente frutifique.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Como todos ainda recordam, a Revolução do 25 de Abril ficou conhecida pela Revolução dos 3 «Dês»: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver, correspondendo a objectivos expressos no programa do Movimento das Forças Armadas. São estes os três grandes temas em que dividimos o seminário. Cada tema foi por sua vez dividido em vários sub-temas.

Assim, o Tema Democratizar que será debatido no auditório 2 contém os seguintes sub-temas:

— *O sistema de relações do poder político*, para o qual já foram recebidas as seguintes teses:

— O pós-Salazarismo, as fases políticas do período 1974/1984.

8. Estamos agora mais bem colocados, creio, para entender que a decisão de criar o ESU, tal como concebido, se apresenta coerente com o momento do processo democrático em que ocorreu. Digamos que a instituição do «tronco comum» no secundário é uma estratégia susceptível de ser perfilhada por correntes «modernizantes», que já tinham adeptos no campo do próprio regime caetanista. Enquanto os valores culturais e políticos conformadores da estratégia educacional que orientou a criação do ESU eram de natureza a fazê-la perfilhada pelas correntes «socializantes». As mesmas que, representadas na Assembleia Constituinte, lideravam o processo de elaboração de uma Constituição da República Portuguesa (CRP) que colocava o «socialismo» como meta do desenvolvimento da sociedade portuguesa. A gestação daquela CRP e a do ESU — medida de política incomensuravelmente mais modesta, mas de análogo sentido político e social —, são dois actos que se desenrolam pela mesma altura, de forma aliás independente, na acepção de dois processos que se ignoram um ao outro; mas são actos expressivos, em domínios distintos, de uma mesma corrente, que na movimentação social, em gabinetes ministeriais, na Constituinte, em instâncias político-militares iam contribuindo para desenhar um destino colectivo que se acreditou fosse o de uma democracia política, económica, social e cultural em transição para o socialismo.

Dito de outro modo: o ESU não pretendia ser uma simples alteração formal de estruturas do ensino secundário; mas uma conversão que contribuisse, embora discretamente, para o ensino se tornar um factor de transformação e progresso social, designadamente obrigando-se o Estado a «modificar o ensino de modo a superar a sua função conservadora da divisão social do trabalho» (CRP, 1976), por forma a que «a diversificação profissional não corresponda a uma estratificação das hierarquias sociais» (Programa do PS, 1974) e, ainda, a «estabelecer a ligação do ensino com as actividades produtivas e sociais» (CRP, 1976).

O primeiro dos preceitos constitucionais referidos, inquestionavelmente «marxizante», deveu-se a uma proposta de dois deputados constituintes (António Reis, Miller Guerra) do Partido Socialista, cabendo dizer que nenhum deputado votou contra. Entretanto, os deputados do Centro Democrático Social abstiveram-se, não porque discordassem do enunciado — pelo contrário, A. Amaro da Costa sublinhou «a nossa atitude positiva em relação a esta formulação» *(sic)* —, mas tão-só por o entenderem deslocado no texto constitucional, dado o seu valor meramente instrumental na consagração de ivos mais gerais. — Esta anotação afigura-se oportuna hoje, num momento em que se declara, com *vis* polémica de transparente carga ideológica, ter sido a criação do ESU um acto «irresponsável», ou «leviano», depois de já ter sido taxado de «improvisado» por aqueles que, conservando-o na sua organização formal, o começaram a esvaziar de dimensões substanciais a partir do Verão de 1976.

Não há paradoxo em sustentar que os dez vertiginosos anos transcorridos alongam o tempo e turvam a memória. Para o caso em exame, constitui um exercício útil, de aproximação e clarificação, percorrer os programas e os projectos contitucionais dos partidos com assento na Constituinte, na parte em que eles se relacionam com a educação e o ensino. Resumirei o produto de tal exercício, desenvolvido algures, deixando de lado a União Democrática Popular (UDP) não pela sua menor representação parlamentar, mas pela singeleza (dois enunciados breves) do seu projecto no domínio da educação e do ensino.

Vejamos. Relembremos que todos os partidos se declaravam «socialistas», desde os socialismos de inspiração marxista aos de obediência cristã e personalista. Quanto ao mais, no tempo que precede e acompanha o lançamento do ESU:

(*a*) todos os partidos constituintes defendem a moldura de um tronco comum de estudos para o ensino secundário, nas variantes «polivalente» (PPD e CDS), tal como a Lei de Bases de 1973, e «unificado» (PS, PCP, MDP).

(*b*) a moldura em referência é encarada como diferindo especializações precoces (CDS), como devendo reduzir (PPD), como devendo contribuir para eliminar discriminações sociais (PS, MDP).

(*c*) as relações entre o ensino e a vida social, nessa mesma moldura, são encaradas de maneira complexa e diversificada, devendo o sistema: assegurar uma iniciação profissional e uma preparação para estudos superiores (PPD); combinar a educação com o trabalho produtivo, preparar para as actividades sociais e políticas (MDP); levar a compreender a vida social e a actuar sobre ela, a não reproduzir as relações de produção da sociedade capitalista, a contribuir para a edificação de uma sociedade socialista (PS).

É nos textos deste último partido que se encontram as proposições mais diferenciadas e «progressistas». Sem nenhuma ilusão pedalogística («A sociedade [...] condiciona todas as formas que a educação assume. Entende-se, por isso, que só a alteração dos condicionalismos existentes, isto é, a modificação das relações sociais de produção, pode permitir a edificação de uma sociedade socialista»), o seu programa, de Dezembro de 1974, inscrevia entre as medidas a curto prazo: «Unificação do ensino secundário, desaparecendo a actual diferenciação entre curso liceal e cursos técnicos, que são o reflexo de uma política educacional discriminatória». Não se podia ser mais nítido e peremptório.

9. Não surpreende, por tudo quanto se tem alegado, que fosse o elemento da equipa governamental da Educação que então pertencia àquele partido, a propor a decisão de se criar o ESU, e a apresentar e a defender, com apoio em *dossier* especialmente preparado, a medida inovadora em instâncias políticas — Conselho da

Revolução, Conselho de Ministros —, cujo apoio confirmativo se buscava, e obteve. Tal decisão assentou em estudos e propostas preparados por um Secretario para a Reestruturação do Ensino Secundário, de composição «interdepartamental», coordenado por um professor universitário, e que dispôs sempre da colaboração activa de elementos das Direcções-Gerais implicadas, do GEP e de outros serviços, que puderam discutir propostas de currículo, de programas e de outros dispositivos pertinentes.

Medida tomada sob um Governo Provisório (o IV), não poderia ter cobertura legislativa parlamentar pois que, na ocasião, como se viu, a Assembleia preparava o texto constitucional. O ESU foi então criado por despacho, ao abrigo do chamado «decreto das experiências pedagógicas» (D-L. 47587, de 10 de Março de 1967), que tem sido incessantemente utilizado de há quinze anos a esta parte, inclusive por responsáveis políticos e técnicos do sector que antes tinham contestado em outros esse recurso... Um dos mais recentes exemplos é, como se sabe, a denominada criação de cursos técnico-profissionais e de cursos profissionais (Despacho Normativo n.º 194-A/83, de 4 de Outubro). Sob o último Governo Provisório, da presidência de Pinheiro de Azevedo, ter-se-ão verificado dúvidas e flutuações de opinião na equipa governamental do sector, sujeita a pressões adversas ao ESU. Na ocasião, uma consulta de iniciativa ministerial endereçada aos partidos políticos, a uma Interassociação de País, ao Episcopado católico, aos Sindicatos de professores, não confirmou uma alegada ausência de pluralismo ideológico nos programas do 7.º ano de escolaridade. E de um inquérito endereçado às escolas (professores, encarregados de educação, alunos), aos Sindicatos, às autarquias, às associações de pais, resultou colher-se uma opinião maioritária favorável ao prosseguimento do ESU. A decisão de criar um 8.º ano sequencial pertenceu ainda a esse Governo, e a sua confirmação ao I Governo Constitucional, cujo ministro da Educação, declara ter-se determinado pela vontade de não frustar expectativas da população escolar implicada. Voltarei a este argumento.

Alegadamente «improvisada» a medida, a verdade é que os sucessivos governos constitucionais, nas suas diversificadas composições político-partidárias (PS, PS/CDS, AD), perfilharam a moldura da unificação no curso geral — reforçando-se mesmo o princípio da aproximação dos alunos ao mundo do trabalho, como criação, para o 9.º ano, de cinco «áreas vocacionais», articuladas às disciplinas do «tronco comum» —, e até a prolongam ao curso complementar , do que resultou a consolidação da estrutura formal iniciada em 1975... Cabe perguntar porquê. Antes porém importa acentuar não conhecer nenhuma inovação pedagógica generalizada no sistema de ensino português que tivesse resultado de estudos preliminares de investigação e de desenvolvimento experimental, nem eles são recurso frequente e sistemático em outros países. Na verdade é rara a articulação convergente de factores favoráveis, a saber: vontade política de mudança, organização consistente da pesquisa, administração escolar aberta e flexível, professorado suficientemente habilitado e apoiado, opinião pública informada, estabilidade política...

Revertamos à questão de saber porquê medida «improvisada» por um Governo Provisório se continua e consolida em sucessivos Governos Constitucionais que alegam contestá-la. O responsável do primeiro deles o disse: para não frustar expectativas da população escolar implicada. A afirmação remete-nos à hipótese oportunamente formulada: das medidas de iniciativa e impulsão central tenderá a radicar-se, perdurando, as que se ajustam a transformações sociais objectivas no campo de aplicação. Transformações, em gestação do antecedente, na estratificação social portuguesa, desde os anos 50, relacionadas com a elevação dos níveis de vida, articulada, por sua vez, ao crescimento económico. O processo de assalariamento verificado tanto na classe média como na classe superior vai conferir aos diplomas escolares, na transmissão do capital económico e das posições sociais um papel mais importante, relativamente à transmissão directa da propriedade de uma geração para a outra (Sérgio Grácio, 1982).

Daí uma procura social crescente de educação, uma pressão sobre o sistema de ensino que, ao longo do tempo, se vai exercendo em níveis sucessivamente mais elevados. Leite Pinto prolonga a escolaridade obrigatória de 3 para 4 classes (em 1956 para menores do sexo masculino, em 1960 para os do outro). Galvão Teles debate-se longamente com a definição de um esquema de enquadramento de obrigatoriedade escolar alongada para seis anos (1964), criando o ciclo preparatório do ensino secundário (1967) e duas vias paralelas e alternativas. Veiga Simão faz aprovar na Assembleia Legislativa (1973) o princípio de uma escolaridade obrigatória de oito anos, sem força executiva porém (a Lei de Bases não é regulamentada), sendo significativo que as alternativas do esquema de enquadramento se situem agora ao nível de um primeiro troço do ensino secundário geral (escolaridade da 5.ª à 8.ª classes). Com o 25 de Abril, a escolaridade obrigatória de seis classes permanece, mas a unificação dos estudos sequentes ao ensino primário alonga-se até à 9.ª classe de escolaridade, a partir da decisão, em 1975, de criar o ensino secundário unificado.

Afigura-se interessante sublinhar, nestas medida que se succdem, algumas modulações significativas na estratégia e no ritmo. Leite Pinto, ao arrepio dos costumes político-administrativos dominantes no sector, faz preceder de consultas endereçadas aos professores, por mediação das direcções dos estabelecimentos de ensino, tanto oficial como particular, do liceal e do técnico, o projecto de unificar os primeiros ciclos destes dois ramos de ensino. Não obstante este recurso a uma consulta de que, por certo, esperava colher argumentos a favor, o ministro não encontra ainda apoio político- financeiro e ideológico para concretizar o projecto.

Entretanto, abre o planeamento da educação à consultoria exterior (1959), e Portugal participa com um relatório próprio no chamado Projecto Regional do Mediterrâneo, elaborado em ligação com a OCDE; a descrição *quantitativa* da estrutura escolar no decénio de 50, e a sua previsível e desejável evolução até 1975, vem a ser

publicada (1964) já sob Galvão Teles. O documento fornece uma imagem das clamorosas carências, distorsões e atrasos do sistema educativo, admitindo conter «o plano de fomento cultural de que o País necessita». Mas Galvão Teles, publicamente, sublinha de maneira expressa o seu carácter não-vinculativo e relativiza a sua importância, realçando em contraponto os méritos de uma iniciativa própria: a promoção de estudos de planeamento *qualitativo* da acção educativa que haveriam de conduzir à elaboração de um Estatuto da Educação Nacional. O próprio ministro chama a si a redacção final de um texto em que tem em conta, além de estudos técnicos dos serviços, relatórios parcelares e recomendações específicas de personalidades que entendeu convidar para o efeito, num laborioso e demorado processo que não chega a assumir a forma de uma proposta de lei. Esta virá a ser apresentada à Assembleia Nacional (1973), dois anos depois de anunciado e posto à dicussão pública o correspondente projecto, por Veiga Simão. Este beneficia naturalmente do acervo de estudos anteriores, mas o consulado caetanista é um tempo acelerado de fermentação reformista, que encontra obstruções fortes no seio do regime; e é na alargada discussão pública dos seus projectos que o ministro espera encontrar o apoio necessário à «democratização do ensino».

Mais céleres ainda os tempos primordiais da «Revolução». No último dia de Janeiro de 1975, numa das reuniões periódicas da equipa governamental da Educação com o Conselho de Directores-Gerais, foi apresentado sucintamente, como já foi referido, o projecto de se proceder à reconversão do ensino secundário. Antes de meio ano passado, os estabelecimentos de ensino começam a receber informações e instruções preparatórias do novo esquema adoptado.

10. Na ocasião, a medida não foi publicamente contestada, salvo em comunicado de uma organização da «esquerda revolucionária», então existente, que a enquadrou na «Reforma Veiga Simão». Um ano depois apenas (ainda aqui a aceleração do processo...) sectores caracterizadamente direitistas acusavam-na de ter sido «imposta ao povo português»... Por esta mesma altura, sob o I Governo Constitucional, os responsáveis políticos da Educação tomam um certo número de medidas que, mantendo a estrutura formal do ESU, o esvaziam da sua substância. Poderá sustentar-se que prevenção político-ideológica e conservadorismo pedagógico determinaram uma incompreensão radical da essência do projecto inicial na sua intenção formativa e na sua inspiração democrática e socializante. E que há algum paradoxo em verificar que tais medidas são tomadas sob o governo homogéneo da força política em cujo programa — como nenhum outro —, se encontram, como já vimos, formulados os princípios e as normas em que a forma inicial do ESU encontra a mais acabada legitimação. Se paradoxo existe, ele articula-se a um outro, de mais ampla dimensão: o das responsabilidades políticas no afrouxar do movimento tendencial de «transição para o socialismo» fixado como meta para a sociedade potuguesa na Constituição da República...

Está fora de propósito deste texto examinar esta questão. E não cabe nele a discussão, feita já em outros, dos argumentos avançados para a «suspensão» (de facto a extinção) da Educação Cívica Politécnica, a «substituição» (de facto a extinção) das Ciências Sociais, a eliminação das Ciências do Ambiente, a introdução de uma segunda língua estrangeira, etc. As medidas então tomadas conduziram a uma evidente «licealização» do sistema, que a natureza de alguns argumentos produzidos confirma.

Medidas e argumentos que, em minha opinião, não exprimem apenas inércia e resistência pessoal e institucional à inovação, bem como estreiteza da visão pedagógica, mas, mais fundamente, indiciam uma prática político-educacional reversiva, marcada por reencontros com uma continuidade que fora rompida.

Na sua forma original, o ESU constituia na verdade uma ruptura com orientações e práticas de um ensino em que o conhecimento das realidades sociais, culturais, económicas, políticas se focalizavam sobretudo no passado e, quando, mais raro, no presente, só, ou quase, por mediação livresca numa escola fechada sobre si, filtradas essas realidades por esquemas perceptuais e conceptuais que lhes ocultavam conflitos e contradições; e constituia uma ruptura com um ensino que, de maneira geral, ignorava as realidades produtivas, laborais e tecnológicas ou, quando afloradas, as isolava do tecido social, legitimando assim, objectivamente, os «destinos» sociais de origem; constituia uma ruptura com um sistema de ensino que, atravessado embora por contradições e por conflitos larvares ou patentes que explodiram livremente com o 25 de Abril, resultava, tal como concebido e planificado, num instrumento de conservadorismo social e de arregimentação política e ideológica.

Esta não pode hoje mais, no quadro de uma democracia política que parece enraizada, assumir, por via escolar, as formas autoritárias de outrora.

Mas, isolada a escola do mundo, ou propiciando dele uma visão suficientemente «purificada», não é a consciência crítica da vida social que aí se desperta, antes se propende a fazer interiorizar uma sujeição conformada à ordenação social dominante. É este, a meu ver, o significado essencial da operação de desvirtuamento praticada com relação ao ESU, sendo aqui irrelevante saber se ela resultou de uma vontade política ciente do significado. Nesta perspectiva, a conservação da moldura formal do Unificado não constitui problema para quem o esvaziou da substância socializante, como o comprova a consolidação de tal moldura, no curso geral, e depois no complementar, sob os sucessivos governos do período constitucional. Consolidação que se ajusta à tendência para o prolongamento da escolaridade obrigatória, precedida aliás, mesmo fora dos grandes centros urbanos, pelo da escolaridade espontânea, por efeito de uma procura social de ensino que também excede a obrigatoriedade e se alarga a camadas médias e populares.

Tal procura tende a orientar-se preferencialmente para estudos secundários gerais ou aparentados, o que explica a fortuna, antes da unificação, dos cursos liceais, nocturnos inclusivé, e dos cursos de serviços (Administração e Comércio), dos do 3.º e 4.º anos «experimentais», em prejuízo dos de tecnologia industrial. Corolário desta orientação da procura: aspiração a prosseguir estudos no ensino superior, universitário se possível. Em contrapartida, emergem medidas de política destinadas a reorientar, se não a refrear a procura: retardamento (Propedêutico, 12.º ano), ou selecção (*numerus clausus*) dos acessos, criação de vias dissuasórias (novos cursos técnico-profissionais e de formação profissional). (Sérgio Grácio, 1983).

No presente contexto político-social, reversivo ele também, tais medidas não podem deixar de afectar aquela «democratização da educação» cuja promoção constitui obrigação constitucional do Estado. Dez anos corridos sobre o 25 de Abril, creio, sem remissão nostálgica, que para cumprimento de tal obrigação seria necessário recobrar — na estabilidade que resultaria do respeito activo da Constituição da República —, os primeiros projectos educacionais, coerentes com o objectivo de «assegurar a transição para o socialismo mediante a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa». (Do Art.º 2.º, na revisão de 1982).

REFERÊNCIAS

Limitadas (A) a autores expressamente citados; (B) a textos anteriores do autor utilizados para esta comunicação.

(A) BETTENCOURT, Ana Maria e BREDERODE SANTOS, Maria Emília (1984) — «Paixões e bloqueios em dez anos de ensino diferente», *Diário de Notícias*, 24.4.84
BROTAS, António (1979) — «Educar em Portugal», *Raíz e Utopia* (9/10)
CAETANO, Marcelo (1974) — *Depoimento*
GALVÃO TELES, I. (1968) — *Temas de Educação*.
GRÁCIO, Sérgio (1982) — «Escolarização e modos de integração na formação portuguesa (1950-1978), *Análise Psicológica*, 4 (II)
(1983) — «O recomeço do ensino profissional: um perspectiva sociológica». Comunicação apresentada às Jornadas Pedagógicas (Novembro) de MDP/CDE, e abertas a não militantes.
LEITE PINTO, F. P. (1957) — «Discursos»
VEIGA SIMÃO, J. (1971) — «O Direito à Educação»
(1973) — *Democratização do Ensino*

(B) (1971) «Democratização do Ensino», *Seara Nova* (1512)
(1973) *Os Professores e a Reforma do Ensino*
(1978) «A Educação, 4 anos depois», *Jornal da Educação*
(1981) *Educação e Processo Democrático em Portugal*
(1981) «Perspectivas futuras» in *Sistema de Ensino em Portugal*
(1983) Comunicação apresentada no seminário «O Futuro da Educação nas Novas Condições Sociais, Económicas e Tecnológicas» — Universidade de Aveiro/OCDE (policopiado)

A educação das crianças: para uma nova sociedade, um novo humanismo

Aldónio Gomes

Democratizar, descolonizar, desenvolver também na educação constituiram preocupações fundas do pós-25 de Abril, irradiando de um grande respeito pelo indivíduo, na plenitude das suas potencialidades e da sua personalidade. E essas preocupações foram assumidas colectivamente, num maremoto de projectos e iniciativas, de participação e criatividade, que em algumas áreas submergiu as realizações oficiais, no entanto aceleradas.

Talvez inconscientemente, emotivamente, talvez racionalmente na certeza de que a educação depende dos alicerces, as crianças mereceram particulares atenções. 1974/1975 assistiu, por todo o País, a uma explosão de jardins-de-infância, devidos a iniciativas populares — comissões de vária natureza, cooperativas, juntas de freguesia, grupos «ad hoc» — aliás, desde logo apoiadas, sobretudo financeiramente, pelo Ministério da Educação. Desencadeiam-se acções de sensibilização para os valores inerentes à educação pré-escolar. E todo o movimento vai convergir na criação da rede pública de jardins-de-infância, em 1977, e no seu pronunciado alargamento durante alguns anos, bem como na sua estruturação. Paralelamente, procura-se relançar a formação de educadores de infância, num movimento que em poucos anos se descompassou.

Houve então a clara percepção de que a educação pré-escolar constituía uma exigência de respeito pelo indivíduo, um vigoroso factor de democratização, de descolonização, de desenvolvimento em educação. Ela permite que, até à escolaridade, se diluam em boa parte profundas discriminações de raiz sócio-cultural e se gere um princípio de homogeneização de condições, que não de culturas, contributo decisivo para o atenuar do insucesso escolar. Ela proporciona, num momento em que definitivamente se plasma muito do ser adulto, o seu desenvolvimento harmonioso, o seu domínio básico das linguagens, o seu sentido de observação, a sua liberdade responsável. Ela assegura uma suave integração social, no arranque ao grupo familiar.

Dir-se-á que a educação pré-escolar é um índice da educação de um País, mais precisamente, da democratização da educação de um País. Com pesar se vê que nem um quinto das crianças portuguesas estão enquadradas na educação pré-escolar — e pior, que a dinâmica se perdeu.

A escola primária continua a ser para a maioria a grande confrontação. E também no ensino primário o pós-25 de Abril deu passos importantes na democratização, na descolonização, no desenvolvimento. O mais importante, com uma gama complexa de implicações, terá sido a quase descoberta de que as crianças não são todas iguais.

Essa desigualdade sente-se, por exemplo... desenvolve-se... por etapas definíveis mas variáveis na sua duração e no seu salto. Se, em geral, os 6 anos correspondem a um estádio de evolução neuromotora capaz de avançar pela aprendizagem da leitura, da escrita e da compreensão matemática, esse estádio pode do mesmo modo situar-se nos cinco ou nos sete anos. Pretender, nesta transição etária, inserir a criança num ensino bem balizado ano a ano, e ano a ano sancionado pelo pseudo-remédio da repetência, constitui um absurdo, um regime «contra natura», a mais clara negação da democratização da educação, da sua descolonização, do desenvolvimento.

Por isso, as velhas 4 classes do ensino primário foram substituídas por duas fases, o que permitia dispor de um período de dois anos, sem o espectro da repetência, para o acompanhamento da evolução de cada criança. E uma experiência posterior, localizada, e que na sequência foi anulada, previa mesmo o estabelecimento de uma

única fase. Em todos esses casos, o respeito pela criança, com resultados desde logo significativos. Também aqui se poderá pensar que a reforma foi adiada. A acção docente, muito mais complexa e exigente, não encontrou o amparo e a força catalisadora suficientes, os condicionamentos impostos refrearam as motivações iniciais, algum comodismo se instalou. E as duas fases persistem hoje — em grande número de casos como simples máscara das quatro classes tradicionais, regime tão racionalizado quanto irracional.

Em íntima conexão, a avaliação contínua começou a tomar corpo e encontrou a sua expressão mais objectiva na abolição do exame final do ensino primário. Essa avaliação, apoiada nos seus múltiplos pontos de referência, foi e ficou inteiramente assumida por muitos educadores. Mas também ela vai caminhando dificilmente.

Como dificilmente vai encontrando resposta a perspectivação pelos professores de que nas suas aulas se falam várias «línguas», que se lhe impõe sintonizar. Ao transitar da sociedade de tipo comunitário, que é a família, para a de tipo societário, que é a escola, cada criança arrasta não só a sua cultura, a sua afectividade e o seu ritmo de trabalho, como também a sua linguagem. Não é a mesma a linguagem de diversos estratos ou grupos sociais: cada um tipifica padronizações de comportamentos e atitudes, traduzindo-os num nível de fala distinto. Isto é, o nível de execução e o desempenho social da fala são afectados por certos meios. E nem se trata de «linguagens boas» ou «linguagens más», ou de linguagens de «mais capazes» ou «menos capazes». Trata-se apenas de códigos, restritos ou elaborados, traduzidos, por exemplo, no facto de os traços linguísticos de um estrato da base da pirâmide social tradicional revelar uma atitude de menosprezo quanto à uniformidade linguística, um sistema restrito com padrões sintácticos simples e incompletos, grande falta de especificações semânticas, limitações várias.

Daí decorre a complexidade e o melindre da acção da escola e dos professores, bem como da actuação dos alunos, nomeadamente quando a expansão educativa veio trazer, à escola de norma-padrão única, todas as crianças e jovens escolarizáveis. É um dos mais penosos processos de socialização da criança, comparável em certos aspectos ao aprendizado de uma língua estrangeira. E é também um factor capital da democratização da educação. Impõe-se ao professor saber acompanhar cada criança desde o primeiro momento, numa caminhada gradual, de resultados variáveis, numa preocupação de ajustamento à situação, à comunicação, num lento processo de nivelamento dos hábitos linguísticos individuais ou interindividuais, moldando-os em usos da comunidade nacional, em suma, na compreensão de que o aparente insucesso não é mais, por vezes, que a dificuldade da criança de sintonizar com as linguagens da sua classe.

Para essa compreensão se deve o professor preparar, desde o momento da sua formação. Essa compreensão se pretendeu incutir na formação dos professores do ensino primário. Mas a semente secou depressa. E uma autêntica formação contínua, que o pós-25 de Abril ainda dinamizou, que ainda veio a tomar formas diversificadas, não conseguiu encontrar uma estrutura de continuidade.

Entretanto, aos professores foi dada uma base de trabalho, de notável qualidade, em 1975: os programas de ensino primário cuja aplicação então se iniciou. Eles evidenciaram o maior respeito pela criança, pela suas potencialidades, pela sua evolução, pelo seu mundo, pela sua personalidade. Eles marcaram um projecto de educação de cunho formativo e de raiz cultural, em que o trabalho manual útil tem o seu lugar e em que o trabalho colectivo introduz na cooperação. Eles ainda fixaram a exigência de um contexto, de um clima pedagógico em que cada criança pudesse ser ela própria.

Mas esses programas já não são aplicados. Há vários anos, foram substituídos por outros — apenas por outros, vários outros.

Espera-se que alguma coisa tenha ficado, ao menos, desse clima que eles incutiam. E, no entanto, haverá algumas nuvens.

O clima deve ser o clima da escola. Nela deverá convergir a acção de várias categorias e pessoas: professores, outro pessoal, pais, representantes da comunidade local. Ela também há-de abrir-se ao mundo exterior.

A escola pós-25 de Abril surgiu realmente como o centro educativo. A comunicação explosiva que então se desencadeou em todas as comunidades e o esforço colectivo e criativo que galvanizou muitos tornaram fácil uma dinâmica de colaboração escola/meio, o entendimento da escola como centro comunitário, a criação de um clima de «bem-estar escolar». A essa intervenção em moldes democráticos, juntou-se a responsabilização dos próprios professores, na gestão democrática das escolas, que impulsionou uma elevada gama de experiências e de acções pedagógicas de notória qualidade.

Havia então um clima fortemente motivante para os próprios alunos. Mas o contexto social desalentou alguns, razões políticas separam outros, os entraves que se vão levantando repeliram mais uns tantos. A escola quase fechou as suas portas. Lá dentro ficaram os professores, que lentamente foram vendo cerceadas as suas iniciativas, as suas posições, sobretudo as suas decisões, que lentamente se foram desinteressando de muita coisa. O clima é, na melhor das hipóteses, na maioria dos casos, temperado.

No clima que a escola criara à criança, e numa perspectiva também pedagógica, assumiram ainda particular validade o que poderíamos chamar os recursos de acção social escolar, nomeadamente a atenção prestada ao suplemento alimentar, como suporte, como correctivo, como educação, como factor de democratização da educação. Entendeu-se que as medidas mais eficazes em educação são as medidas de âmbito social. E sabia-se que o desinteresse, a apatia, a desatenção, a «pouca inteligência» significam, por vezes, apenas o marasmo de

estômagos vazios. Estes recursos de acção social, de democratização, aguentaram-se durante anos, mas a sua estabilidade é neste momento muito pequena.

No ensino chamado normal se tem focado o respeito pela criança, que alicerçou toda uma acção de democratização, descolonização e desenvolvimento.

Noutras áreas, surge, ainda, esse respeito. Por exemplo, no que se refere à educação especial.

À semelhança do que aconteceu na educação pré-escolar, a dinamização popular atingiu aqui uma força e uma capacidade de realização imparáveis no pós-25 de Abril. Pais e amigos das crianças deficientes, unidos em cooperativas de educação e reabilitação de crianças, as conhecidas CERCIs, originaram um movimento que alastrou a todo o país, em boa parte devido à carência de estruturas de acolhimento dessas crianças, e encontraram o necessário suporte técnico e financeiro no próprio Ministério da Educação. Bruscamente, o esforço cooperativo elevou a muitas dezenas os centros de educação especial existentes, contribuiu para uma maior igualdade de oportunidades no direito à educação, contribuiu também para a democratização da educação. No meio de inevitáveis dificuldades, o movimento quedou-se, mas mantém-se de pé.

Aliás, no âmbito da educação especial, o arrastado dilema «classe especiais ou ensino integrado» enveredou pela opção clara do ensino integrado, no que respeita a deficiências médias ou leves. É ainda a posição coerente de respeito pela criança, a posição que não a segrega, antes lhe confere confiança, a faz viver como os outros, no grupo dos outros, com os professores dos outros, independentemente do apoio mínimo de um professor especializado em períodos regulares.

Uma outra situação segregacionista, no limiar da infância, constituiu preocupação do pós-25 de Abril: o termo da escolaridade obrigatória e a decisão desde logo sobre o futuro da criança. É verdade que a preocupação vinha de trás e que já então se sondava um outro caminho, como o representam os chamados 3.º e 4.º anos experimentais.

Mas a decisão clara só agora surge, expressa na unificação das vias que se seguiam ao ensino preparatório. Porque se entendeu que era uma violência levar a criança, aos 12 anos, para tal imatura, a escolher quase definitivamente o seu futuro profissional. Essa violência implicava um desrespeito da criança, a completa negação da democratização da educação, porque à criança não ficava, de resto, grande opção. A opção cabia antes, se opção se pode chamar, às condições sobretudo sócio-económicas do seu meio familiar, e era feita entre a via dos ricos e a via dos pobres. O 7.º ano unificado nasceu da recusa dessa dicotomia e da recusa do momento injustificado — os 12 anos — dessa alternativa. Nasceu, mais uma vez, da aberta decisão de democratizar, de descolonizar, de desenvolver e constituiu um dos passos mais importantes do pós-25 de Abril. Dir-se-á que foi precipitada a decisão, mas foi sobretudo necessária. Dir-se-á que gerou um vazio na sua concepção, mas gerou-o, sim, no seu desenvolvimento de projecto global, desinserindo-a da vida e do trabalho, diversamente do seu primeiro rumo.

A unificação do ensino secundário geral, como todas as decisões que atrás se afloraram representaram frontalmente «meios de transição para uma nova sociedade e um novo hamanismo», rumo apontado em 1975 pelo «Programa de Política Económica e Social», hoje tão pouco ou tão mal lido.

Ensino e desenvolvimento

Helder Macedo

Correspondendo ao convite, que muito me honrou, para vir participar no Seminário «O 25 de Abril — Dez anos depois», concordei em falar sobre o «Sistema de Ensino» dentro do tema genérico «Democratizar». Terei, no entanto, de atravessar as fronteiras formais deste tema e de entar também no território definido pela rubrica «Desenvolver». Com efeito, um dos argumentos centrais da minha tese é que não há democracia sem desenvolvimento.

Em Portugal, o contrário também foi verdade: quarenta e oito anos de repressão pouco contribuiram para o desenvolvimento económico do país. Nem mesmo o controle autocrático de um vasto império colonial conseguiu que o nível económico geral da população portuguesa (que caberia toda numa cidade do tamanho de Londres) deixasse de ser um dos mais baixos da Europa.

O 25 de Abril lançou as bases formais da democracia em Portugal. Foi um ponto de partida, cuja importância não pode ser minimizada. Mas não é um ponto de chegada. Dez anos depois de acabada a ditadura, Portugal continua a ser um dos países mais pobre da Europa e os mesmos desníveis económicos, sociais e culturais separam uma pequena minoria da grande maioria da população, as cidades do campo, o litoral do interior. A distância geográfica entre Porto e Bragança pouco mais é do que duzentos quilómetros ou duas horas de auto-estrada, se a houvesse: mas, economicamente, o Nordeste português está mais próximo do mundo sub-desenvolvido; há mais médicos nalguns hospitais de Lisboa do que em muitos dos melhores hospitais americanos: mas há hospitais no interior que não podem funcionar por falta de médicos e vastas áreas do país sem hospitais; as elites culturais portuguesas não são muito diferentes de todas as elites culturais: a diferença é em relação à enorme percentagem nacional de analfabetos.

Democratizar é tornar acessível o desenvolvimento económico, social e cultural a todas as regiões de um país e a todos os sectores da sua população. Uma democracia formal que mantenha inalteradas as estruturas profundas de um sistema anti-democrático está apenas a prolongar esse sistema sob o novo disfarce. Não é uma democracia, é uma operação plástica às rugas da ditadura, com a mesma carne envelhecida por baixo da pele esticada. A descrença e a desmotivação que de novo, e cada vez mais, se sentem em Portugal sublinham os perigos do equívoco potencial em que estamos a viver.

Precisamente porque a democracia é uma prática concreta e não um sistema de abstracções conceptuais, tentarei ser o menos teórico possível nas considerações que aqui venho porpor à discussão. E também quero desde já tornar claro que estou menos interessado em analisar o que poderia ter sido feito nos últimos dez ano do que em sugerir o que poderá ser feito nos próximos dez. Acho que ainda não chegou a altura de proferir orações fúnebres ao 25 de Abril.

Num país pequeno e de recursos naturais relativamente escassos, como o nosso, a democracia não tem muitas opções para implementar a política de desenvolvimento da qual depende a sua própria sobrevivência. Uma das mais frutuosas, até porque comparativamente pouco dispendiosa, é investir na formação cultural da sua população. Portugal tem vivido dos seus recursos humanos, em grande parte através da exportação de uma mão-de-obra mal treinada, que não consegue empregar numa indústria ineficiente, num comércio emperrado e

numa agricultura antiquada. Viveria melhor se investisse uma parte substancial das receitas da emigração na formação de gente capaz de modernizar a agricultura, dinamizar o comércio e tornar a indústria mais eficiente. O país terá de continuar a depender dos seus recursos humanos e é neles que, prioritariamente, deve investir.

Uma das condições fundamentais para democratizar Portugal é assim, também, uma condição fundamental para desenvolver Portugal: tornar o ensino efectivamente acessível a todas as regiões e a toda a população do país. Isto significa colocar o ensino no centro do próprio sistema económico. As reformas que têm sido adiadas no sistema de ensino em Portugal não são curriculares nem metodológicas. Essas têm sido abundantes e nem sempre infelizes, embora geralmente inúteis. De uma perspectiva de desenvolvimento, a reforma que mais importa fazer é no sistema de acesso ao ensino. Não basta que a legislação garanta, em abstracto, o direito ao ensino. O fundamental é que o exercício desse direito se torne numa prática concretamente desejável e economicamente viável aos seus beneficiários potenciais. Um trabalhador rural não tirará de bom grado algumas horas ao plantio, nem consentirá que o filho o faça para ir à escola, se não tiver a certeza de que não ficará prejudicado quando chegar a estação das colheitas e se não acreditar que a escolaridade o pode ajudar a conseguir melhorar colheitas nos anos seguintes. Com efeito, a escola só será adequada à sociedade se corresponder às necessidades concretas dos indivíduos que a integram.

A reforma necessária ao sistema de acesso ao ensino exige, pelo menos numa fase inicial, que a política de formação escolar seja servida por uma política de incentivos à escolaridade. Darei alguns exemplos do que, concretamente, poderia e deveria ser feito neste sentido: primeiro, a atribuição de bolsas de estudo para a frequência do ensino primário a crianças economicamente desprivilegiadas, de modo a evitar que a escolaridade infantil continue a ser um fardo insustentável para muitas famílias; segundo, a concessão de empréstimos repagáveis sem juros a estudantes do ensino secundário, técnico e universitário; e, terceiro, para a alfabetização ou a reciclagem profissional de adultos, o pagamento do equivalente ao salário mínimo nacional pelas horas devotadas diariamente à frequência escolar. Complementarmente (e até que uma satisfatória rede de estradas permita a unificação do país) seria também importante conceder a professores consideráveis suplementos salariais por residência e prática docente nas regiões menos acessíveis, como incentivo tendente a contrariar a acumulação de pessoas qualificadas para o ensino nas principais cidades, muitas vezes a exercer funções indefinidas em repartições superlotadas.

A objecção imediatamente previsível ao que acabo de dizer é que não há dinheiro, que temos uma dívida externa paralizante e que mal conseguimos sobreviver mesmo sem nos metermos em projectos de uma rentabilidade difícil de computar. Mas algum dinheiro há, e muito dele desperdiçado por não terem sido devidamente estabelecidas as prioridades de como aplicá-lo. Tão importante como pagar a dívida externa é garantir internamente que novas dívidas cada vez mais paralizantes não continuem a ser necessárias. A melhoria da produção é a rentabilidade computável da subida do nível profissional da população. E é também um dos poucos factores económicos que pode contribuir para nos libertarmos do círculo vicioso dos empréstimos. Mas se mesmo assim o Estado não tem dinheiro suficiente, seria de todo impossível interessar o sector privado em comparticipar num investimento de que seria um dos principais beneficiários? Inúmeras falências têm sido apressadas por insuficiências profissionais. E nunca será possível uma integração positiva no Mercado Comum sem essas insuficiências terem sido remediadas.

É no entanto ao Estado que compete garantir a qualidade e a eficiência do ensino de que depende a melhoria do nível profissional do país. Essa qualidade e eficiência dependem, por sua vez, da competência e da dedicação dos professores. Mas o que surpreende é que ainda haja tanta competência e dedicação numa profissão tão mal paga. Obviamente que seria impossível implementar, de imediato, o desejável aumento salarial de todos os escalões da profissão docente. Mas seria indispensável não só melhorar a formação pedagógica como elevar o status social — e, portanto, financeiro — dos professores do ensino básico, que afinal é a pedra mestra de todo o sistema de ensino.

Complementarmente, e sem consideráveis despesas adicionais, o ensino secundário poderia também ser melhorado através de maior flexibilidade curricular e, sobretudo, da transferência de mais recursos para o ensino técnico profissional. A aquisição de cultura é um processo de sucessivos alargamentos, radicado num simultâneo aprofundamento, de interesses culturais e profissionais específicos. Esses sucessivos alargamentos tanto podem ser conseguidos com base no estudo da literatura como da genética agrícola. Num sistema democrático, o ensino técnico e o ensino secundário tradicional devem ser opções a níveis equiparáveis e, como tal, capazes de permitir igual acesso ao ensino superior a quem para ele estiver vocacionado.

Em todo o caso, não é o ensino superior que, só por si, determina o nível cultural de uma sociedade ou assegura o seu desenvolvimento económico. Esses dependem, acima de tudo, da educação média da população. As próprias universidades serão tanto melhores quanto melhor tiver sido a formação anterior dos seus estudantes e quanto mais se puderem concentrar no estudo aprofundado e na investigação das suas áreas especializadas do conhecimento, sejam elas as ciências, a tecnologia ou as humanidades. Mas nas nossas universidades muitas vezes é necessário ensinar o que deveria ter sido aprendido em liceus onde frequentemente também foi necessário ensinar o que deveria ter sido aprendido na escola primária. Além de que, cada vez mais, a função vocacional das universidades está a ser desvirtuada na fabricação das licenciaturas burocraticamente exigidas para o acesso exclusivo a empregos que, muitas vezes, e até com vantagem, poderiam ser preenchidos por quem tivesse um

bom curso técnico ou secundário. O desequilíbrio inerente ao nosso sistema de ensino tem nesta tendencial transferência do que deveria ser a função da escola primária para a secundária e desta para a universidade uma das suas expressões mais absurdas e, feitas as contas, menos económicas.

Mas o facto inegável é que as escolas primárias, secundárias e de ensino médio técnico e profissional são insuficientes e mal apetrechadas, sobretudo fora dos principais centros urbanos. E se também não é possível construí-las e apetrechá-las tão depressa quanto seria desejável — mesmo se conseguidos os necessários recursos — há no entanto várias soluções complementares que poderiam ser rapidamente implementadas e outras, já iniciadas, que ganhariam em ser desenvolvidas e coordenadas. Mais uma vez, darei alguns exemplos concretos: a criação de escolas, bibliotecas e laboratórios itinerantes; a transmissão sistemática de cursos educativos ao nível primário e secundário na rádio e na televisão; o uso parcial, para o ensino, de edifícios pertencentes ao Estado e às autarquias locais, nomeadamente centros culturais e recreativos, bibliotecas públicas e museus, bem como de instalações comerciais e industriais voluntariamente cedidas; participação activa do Instituto Português do Livro numa política de bibliotecas e do Instituto Português do Cinema na produção de filmes educacionais; melhor utilização pedagógica de organismos como o FAOJ e o INATEL; colaboração da Igreja em programas educativos específicos; e — porque não? — um envolvimento mais sistemático das Forças Armadas no treino educacional de recrutas para a vida civil.

Tudo isto, que é muito menos do que poderia ser feito, deveria efectivamente ser fácil de implementar em termos imediatos. Mas não é. O governo central está organizado em compartimentos estanques que, ao mesmo tempo, incluem múltiplas áreas de competências sobrepostas ou, melhor dizendo, de responsabilidades indefinidas (assim, por exemplo, a teoricamente tão desejável separação entre Educação e Cultura em dois ministérios independentes, concretamente dificulta a boa execução de projectos em áreas convergentes, como sejam, entre outras, as que igualmente poderiam competir à «Acção Cultural» e à «Educação Permanente»); os orçamentos são desnecessariamente inflexíveis e bizantinamente formalistas (por exemplo, se sobrarem verbas na rubrica orçamental adequada, nada impede que elas sejam gastas na compra de três milhões de caixas de fósforos mas tudo proíbe que sejam transferidas para subsidiar uma escola); e, finalmente, a colaboração entre o governo central e as autarquias locais está limitada no essencial, que é uma efectiva comparticipação financeira em acções específicas.

Julgo que já disse o suficiente para tornar claro o que entendo por democratizar o nosso sistema de ensino. E termino como comecei: o 25 de Abril lançou as bases formais da democracia em Portugal. Mas, em democracia, a função do Estado é facultar meios, em vez de dificultá-los; criar acessos, em vez de bloquear caminhos; construir bases, em vez de cúpulas sem base. No sector da educação é talvez mesmo essa a única função do Estado. O resto, compete a todos nós.